

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLÁUDIA REGINA SALGADO DE OLIVEIRA HANSEN

ELETRICIDADE NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923)

NITERÓI

2012

CLÁUDIA REGINA SALGADO DE OLIVEIRA HANSEN

ELETRICIDADE NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: História Social.

CLÁUDIA REGINA SALGADO DE OLIVEIRA HANSEN

ELETRICIDADE NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923)

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor. Área de concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Carlos Gabriel Guimarães – Orientador

Universidade Federal Fluminense

Prof^a Maria Leticia Corrêa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Cezar Teixeira Honorato

Universidade Federal Fluminense

Prof^a Sônia Regina de Mendonça

Universidade Federal Fluminense

Prof. Alexandre Macchione Saes

Universidade de São Paulo

Niterói

2012

H249 Hansen, Cláudia Regina Salgado de Oliveira.
Eletricidade no Brasil da Primeira República: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923) / Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen. – 2012.
284 f.
Orientador: Carlos Gabriel Guimarães.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
Bibliografia: f. 257-267.

1. Família Guinle. 2. Companhia Brasileira de Energia Elétrica.
3. Serviço de eletricidade; aspecto histórico. 4. Distrito Federal (Brasil).
5. República, 1889-1930. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.05

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães, meu orientador, pelo enorme incentivo, atenção, apoio e imensa paciência com que orientou este trabalho. Sempre presente, sempre disposto, sempre aberto a ouvir, sempre aberto à discussão, e extremamente exigente. Indicou autores e obras fecundas, fez considerações e correções pertinentes. Além disso, muito obrigada por tamanha acolhida.

Ao Professor Doutor Cezar Honorato, que além de compor a banca da qualificação tecendo importantes críticas, esteve ao meu lado ao longo desses anos, sempre levantando questões importantes, indicando arquivos, sugerindo leituras, enfim, um amigo. Um especial muito obrigada.

Às Professoras Doutoradas Sônia Regina de Mendonça e Maria Letícia Corrêa que participaram da banca de qualificação da Tese, e cujas críticas possibilitaram rever partes importantes do trabalho, e cujas sugestões e contribuições procurei seguir, tanto quanto possível.

Aos professores dos cursos que fiz na UFF, Cezar Honorato, Sônia Regina de Mendonça, Théo Lobarinhas Piñeiro, e Virgínia Fontes, pois nas disciplinas por eles ministradas fiz muitas reflexões importantes e conheci textos fundamentais para a realização do meu trabalho.

À Silvana e Inês, funcionárias da Secretaria da Pós-Graduação em História da UFF, pelo carinho, dedicação, atenção e torcida. Queridas, muito obrigada!

Aos funcionários das instituições de pesquisa e bibliotecas visitadas. Em especial, agradeço ao Fábio, da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo apoio e confiança, e Cláudia Petruccio, da Biblioteca do Clube de Engenharia, pelo imenso apoio e dedicação.

Aos colegas do Polis, o Laboratório de História Econômico-Social da UFF, pelas muitas discussões, críticas e sugestões. Em especial, ao Carlos Valência e Pedro Henrique Pedreira, colegas de curso e congressos.

Ao colega e parceiro de pesquisa Alexandre Macchione Saes pelas valiosas discussões acadêmicas, e pelo carinho.

À CAPES, pela bolsa de doutorado durante os dois últimos anos da pesquisa, fundamental para a finalização da mesa.

Aos amigos Ana Lúcia, Affonso Henrique, Simone Ragone, Felipe Salgado, pela dedicação e paciência que tiveram comigo durante todos esses anos.

Por fim agradeço a toda a minha família. Mas faço um agradecimento especial à Regina, minha mãe, grande torcedora. A Cátia, minha irmã, aquela que despertou em mim a vontade de retomar meu trabalho como pesquisadora. E a Rui, meu namorado, que tem partilhado comigo minha vida.

RESUMO

O tema desta pesquisa é o das estratégias usadas pelos dirigentes da Companhia Brasileira de Energia Elétrica para a conquista do mercado de eletricidade do Distrito Federal, na Primeira República. Partindo de uma reflexão acerca da conjuntura favorável ao surgimento de empresas de eletricidade, no Brasil, e do crescimento e fortalecimento do mercado de eletricidade do Distrito Federal, são analisados os investimentos dos Guinle no setor elétrico brasileiro, especialmente, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica. À análise da fundação e organização da Companhia Brasileira de Energia Elétrica – que representou a consolidação dos interesses dos Guinle no setor elétrico brasileiro –, articula-se uma investigação acerca dos seus aspectos econômico-financeiros. Em seguida, procurando investigar sobre as estratégias utilizadas pelos dirigentes da Companhia Brasileira de Energia Elétrica para a conquista do mercado de eletricidade do Distrito Federal, são analisadas a presença e participação de membros da família Guinle e seus parceiros na Associação Comercial do Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia e no Centro Industrial do Brasil, assim como suas articulações com ocupantes de cargos públicos diretamente vinculados às concessões dos serviços públicos e particulares de eletricidade do Distrito Federal. Por fim, foi feita uma análise essencialmente quantitativa acerca da posição tomada por alguns periódicos cariocas na disputa travada entre os Guinle e os dirigentes da empresa canadense The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, pelo mercado carioca de eletricidade.

Palavras-chave: Os Guinle – Companhia Brasileira de Energia Elétrica – Eletricidade – Distrito Federal

ABSTRACT

The present research evaluates the strategies used by the directors of the Brazilian Electric Power Company for the conquest of the electricity market in the Federal District, during the First Republic. Following a reflection on the circumstances that favored the emergence of electricity companies in Brazil and the growth and strengthening of the electricity market in the Federal District, the investments of the Guinle family in the Brazilian electricity sector are analyzed, especially the Brazilian Electric Power Company. The analysis of the foundation and organization of the Brazilian Electric Power Company - which represented the consolidation of the interests of the Guinle in the Brazilian electricity sector - is coupled with an investigation of its economic and financial aspects. Subsequently, and with the aim to investigate the strategies used by the directors of the Brazilian Electric Power Company to conquer the aforementioned market, the study analyzes the presence and participation of the Guinle family and its partners in the Business Association of Rio de Janeiro, in the Engineering Club and in the Brazilian Industrial Center, as well as its relations with holders of public office directly involved with concessions of public and private electricity services in Rio de Janeiro. Finally, an essentially quantitative analysis is made concerning the participation of some local journals in the dispute between the Guinle and the directors of the Canadian company Rio de Janeiro Tramway Light and Power for the electricity market in Rio de Janeiro.

Key words: The Guinle – Brazilian Electric Power Company – Electricity – Federal District

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELA 1 - Brasil: principais produtos de exportação (1821-1890), Capítulo 1, p. 40.

TABELA 2 - Brasil: indicadores econômicos (1905-1919), Capítulo 1, p. 41

TABELA 3- Brasil: indicadores da formação de capital na indústria (1901-1913), Capítulo 1p. 44.

TABELA 4- Brasil: importações segundo tipos de bens (1901-1913), Capítulo 1, p. 45.

TABELA5- Distribuição das exportações de material elétrico entre os principais exportadores, em 1913. Capítulo 1, p.61.

TABELA 6- Alguns negócios de E.P. Guinle e Cândido Gaffrée em fins do século XIX, Capítulo 2,p. 73.

TABELA 7- Acionistas da CBEE em 1909, Capítulo 2, p. 94.

QUADRO I- Sócios da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (exceto os filhos de Eduardo Palassin Guinle: Eduardo, Guilherme, Arnaldo, Carlos, Celina, Heloísa e Octávio) (Maio/Junho 1909), Capítulo 2, p.96.

QUADRO II - Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, 1910-1927. Capítulo 2, p.99.

QUADRO III - Genealogia do ramo de Eduardo Palassin Guinle. Capítulo 2, p. 101.

TABELA 8 - Análise Vertical dos Balanços da CBEE, 1909-1926.(%). Capítulo 2. p.116.

TABELA 9 - Análise Horizontal dos Balanços da CBEE, 1909-1926: assinantes de telefone da Bahia e consumidores de energia elétrica. Capítulo 2. p.117.

GRÁFICO 1- Liquidez Corrente da CBEE, 1909-1926. Capítulo 2,p.119.

GRÁFICO 2- Endividamento da CBEE, 1909-1926. Capítulo 2, p. 121.

GRÁFICO 3 - Rentabilidade da CBEE, 1909-1926. Capítulo 3, p. 121.

QUADRO IV- Relação dos acionistas da CBEE que eram também acionistas de outras empresas junto com Gaffrée e Palassin Guinle. Capítulo 3, p.127.

QUADRO V- Relação dos acionistas da CBEE que eram também acionistas de outras empresas junto com Gaffrée e Palassin Guinle e sócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Capítulo 3, p.137.

QUADRO VI - Relação entre sócios da Gaffrée, Guinle&Cia e sócios do Clube de Engenharia. Capítulo 3, p. 142.

QUADRO VII - Relação contendo os nomes dos sócios da Docas de Santos (1892) que também eram sócios do Clube de Engenharia. Capítulo 3, p.143.

QUADRO VIII - Relação dos acionistas da CBEE que eram também acionistas de outras empresas junto com Gaffrée e Palassin Guinle (mais Gabriel Osório de Almeida e alguns dos filhos de Eduardo P.Guinle) e também sócios do Clube de Engenharia. Capitulo 2, p. 144.

QUADRO IX - Relação dos homens ligados a Gaffrée e Palassin Guinle e que fizeram parte do grupo dirigente da instituição. Capitulo 2, p.145.

QUADRO X - Presença de Adolph Aschoff nas sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia no ano de 1903. Capitulo 2, p.151.

TABELA 10 - Proporção da presença de Gabriel Osório de Almeida nas reuniões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia (1891-1915). Capitulo 3,p.159.

QUADRO XI - Quadro VIII: Membros da Diretoria do CIB no período de 1904-1931. Capitulo 3, p. 173.

TABELA 11 - Posições assumidas pelos periódicos cariocas em seus editoriais na disputa entre a “Rio Light” e a Guinle&Cia pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal/Despacho do Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, em 1905, Capitulo 4, p. 235.

TABELA 12 – Tabela12: Posições assumidas pelos periódicos cariocas em seus editoriais na disputa entre a “The Rio Light” e a Guinle&Cia/CBEE pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal: contrato assinado entre o Prefeito do Distrito Federal e a CBEE, em 1910, Capitulo 4, p. 241.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DA GUINLE&CIA E DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA	24
1.1 As leis das sociedades anônimas em fins do século XIX	28
1.2 As reformas bancárias de fins do século XIX	30
1.3 Políticas bancária, fiscal e cambial do início da República: uma discussão	35
1.4 A economia fluminense e a indústria carioca em fins do século XIX e início do século XX: algumas considerações	46
1.4.1 <u>Os investimentos públicos em saneamento e urbanização: a cidade do Rio de Janeiro era um mercado aberto para as empresas de eletricidade</u>	51
1.5 O setor de eletricidade: formação	57
1.5.1 <u>Eletricidade no Brasil: as primeiras aplicações e o quadro jurídico</u>	62
CAPÍTULO 2-GUINLE&CIA/CBEE: OS INVESTIMENTOS DOS GUINLE NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	72
2.1 O capital nacional no setor de eletricidade brasileiro do início do século XX: a Aschoff&Guinle e a Guinle&Cia	78
2.1.1 <u>As tentativas de um acordo entre o capital nacional dos Guinle e o estrangeiro representado por Mackenzie e Pearson</u>	83
2.2 A Companhia Brasileira de Eletricidade (CBEE): a consolidação dos interesses dos Guinle no setor elétrico	90
2.2.1 <u>Balanço sobre os contratos e concessões da CBEE em 1909</u>	101
2.2.2 <u>CBEE: uma análise dos seus balanços</u>	105
2.2.2.1 O Capital Social da CBE.....	108
2.2.2.2 Análise Vertical e Horizontal	115
2.2.2.3 Os Índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade (Taxa de Retorno de Investimento).....	118

CAPÍTULO 3 – PARA ALÉM DOS MUROS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA.....	124
3.1 O “Grupo Guinle”.....	126
3.2 A presença e participação do Grupo Guinle em três importantes associações de classe brasileiras no início do século XX	134
3.2.1 <u>Os Guinle na Associação Comercial do Rio de Janeiro</u>	134
3.2.2 <u>Os Guinle no Clube de Engenharia</u>	138
3.2.2.1 Clube de Engenharia: considerações sobre o perfil da instituição	140
3.2.2.2 O Grupo Guinle na composição dos quadros do Clube de Engenharia	142
3.2.2.3 1903: Aschoff e o substitutivo ao projeto de lei sobre os serviços de eletricidade no Distrito Federal	150
3.2.2.4 1906: Gabriel Osório de Almeida e o debate sobre o Kwh no Rio de Janeiro	157
3.2.2.4.1 <i>Gabriel Osório de Almeida: discursos e posição sobre as ferrovias</i>	160
3.2.2.4.2 <i>Gabriel Osório de Almeida: discursos e posição sobre o preço do kWh no Distrito Federal</i>	163
3.2.3 <u>O Grupo Guinle no Centro Industrial do Brasil</u>	169
3.2.3.1 Presença, participação e ocupação de posições	172
3.2.3.2 Jorge Street e os interesses do Grupo Guinle no Centro Industrial do Brasil	174
 CAPÍTULO 4 – OS GUINLE, A GUINLE&CIA, A CBEE E O SETOR DE ELETRICIDADE DO DISTRITO FEDERAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS.....	 181
4.1 Aspectos da dinâmica da administração do Distrito Federal	183
4.2 A disputa em movimento: os Guinle, a Guinle&cia e a CBEE no embate contra a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd. pelo controle do mercado de eletricidade do Distrito Federal	187
4.2.1 <u>O embate em torno do Decreto municipal n.1001, de 1904</u>	189
4.2.2 <u>A revisão dos contratos das companhias de carris para sua unificação e eletrificação, bem como a revisão do contrato resultante da Concessão Reid, de 1907</u>	195

4.2.3 <u>Os serviços federais e as mudanças na política do Distrito Federal: a possibilidade dos Guinle penetrarem no mercado de eletricidade do Distrito Federal, em 1910</u>	208
4. 2. 3.1 O contrato de 1910 entre a CBEE e a Prefeitura do Distrito Federal	218
4.3 Diários cariocas e a disputa pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal entre a Guinle&Cia/CBEE e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd.	231
4.3.1 <u>A autorização para a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. poder funcionar no Brasil: 1905</u>	234
4.3.2 <u>O contrato assinado entre a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e a Prefeitura do Distrito federal: 1910</u>	241
CONCLUSÃO	251
FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	257
ANEXOS	268

APRESENTAÇÃO

Revista Visão, 30 de novembro de 1988: “Força Jovem – A receita da família Paula Machado para levar o Grupo Docas à quarta geração, aos cem anos de vida, sem brigas internas”. Revista Veja, 9 de fevereiro de 1994: “O Novo-Pobre Jorginho – Jorge Guinle, eterno *playboy*, torrou sua fortuna até o fim, tenta trabalhar, mas não tem remorsos”.¹ Jornal do Brasil, 16 de setembro de 2001: “Saudades do tempo de fartura. Como vivem os Guinle depois de esbanjar uma fortuna e deixar sua marca de luxo por todos os cantos do Rio”.

Essas três matérias, duas delas publicadas em revistas e uma em um jornal, ambos de prestígio nacional, mostraram alguns dos desdobramentos da história dos negócios criados pelos sócios, amigos e compadres Eduardo Palassin Guinle e Cândido Gaffrée² em fins do século XIX e início do XX. Mas além de retratarem parte dos desdobramentos da história dos negócios dos seus primeiros fundadores, também não deixaram qualquer dúvida acerca do efeito que a fortuna dos Guinle provocou sobre a sociedade brasileira, tanto que mereceu espaços na mídia impressa em fins do século XX, e início do século XXI.

Os Guinle e seus negócios realmente não representaram “pouca coisa” na sociedade e economia brasileiras em fins do Império e início da República, pois investiram no setor de importação e exportação de produtos vários; investiram na construção de estradas de ferro; investiram na produção de café; investiram em fábricas de tecidos e outras; e ainda, investiram em um setor novo e estratégico para o período: o setor elétrico.

A fundação da Gaffrée, Guinle&Cia, depois Docas de Santos, em 1892, para explorar as obras do porto de Santos, e a fundação da Guinle&Cia, em 1904, depois Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em 1909, para fornecer energia elétrica a alguns centros urbanos do país, são emblemáticas no que tange à força dos investimentos econômicos dos Guinle. O primeiro, uma grande empresa portuária ligada à exportação do café brasileiro, e o segundo, uma empresa de provimento de energia elétrica, ligada à industrialização e urbanização das principais cidades brasileiras: o Distrito Federal, a cidade de São Paulo e Salvador.³

¹ As informações sobre as duas primeiras matérias foram retiradas de HONORATO, Cezar T. *O polvo e o porto a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo/Santos: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996. p. 13.

² Aqui parafraseamos Cezar Honorato. *Idem. Ibidem*.p.13.

³ Segundo o Censo de 1900, o Distrito Federal e as cidades de São Paulo e Salvador tinham uma população de 746.749 hab., 239.820 hab. e 205.813 hab. respectivamente (as três cidades mais populosas do Brasil na época). WILLEMANN, J. P. (ed.). *The Brazilian Year Book*. 2º issue. Rio de Janeiro: The Office of the Brazilian Year Book; London: Messrs. McCordquodale&Co, Ltd., 1909. p. 35

Foi esse último ramo de negócios dos Guinle, o provimento de energia elétrica, e no Distrito Federal do início do século XX, o núcleo central das nossas reflexões. A eletricidade, para iluminação, tração dos bondes ou para fins industriais, relacionava-se diretamente ao progresso técnico e à dinâmica econômica do capitalismo⁴, e a incorporação dessa nova tecnologia ao cotidiano brasileiro fora contemporânea àquela realizada nos países europeus e nos Estados Unidos⁵. Em outras palavras, os Guinle investiram em um “setor de ponta” da economia brasileira e da economia internacional.⁶

E o desafio era grande. Grande porque o setor exigia vultosos capitais para empreendimentos tais como a construção de usinas termelétricas e hidrelétricas, e que se faria em um Brasil cuja economia caminhava em direção ao capitalismo⁷, marcada, entre outras coisas, pela implantação da infra-estrutura para a comercialização do café, pela expansão dos serviços urbanos, mas também pela presença de capitais das áreas centrais da economia mundial, que no caso do setor elétrico brasileiro desse período, foi exemplar a chegada da Light.

Para atuarem no setor os Guinle fundaram, em 1904, a Guinle&Cia que explorava, entre outras coisas, os serviços de eletricidade no país, e em 1909, fundaram a Companhia Brasileira de Energia Elétrica para cuidar exclusivamente dos seus negócios de produção de eletricidade. E essa empresa, ao contrário da grande maioria das empresas produtoras de eletricidade do período, não era uma pequena empresa voltada para mercados municipais, mas uma grande empresa voltada para três dos grandes potenciais mercados de eletricidade do país. E, defendendo seus interesses no setor, disputaram esses mercados com uma grande empresa de capital estrangeiro articulada às principais instituições financeiras das áreas centrais da economia mundial, a já citada “Light”.

⁴ Cf. LORENZO, Helena de Carvalho. *Eletrificação, urbanização e crescimento industrial no estado de São Paulo, 1890-1940*. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1993.(Tese de Doutorado); LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: mudanças tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até o presente*. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão Técnica de Cesar Benjamim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão Técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

⁵ As primeiras experiências com energia elétrica ocorreram no início do século XIX, mas somente no decorrer da década de 1880 é que houve um avanço nessas experiências e sua utilização tornou-se realidade industrial. Primeiro foi usada nos serviços de iluminação urbana pública e particular e tração de bondes, depois no setor industrial.

⁶ A utilização da eletricidade permitiu que muitos países avançassem em suas industrializações tanto no momento da afirmação do capitalismo monopólico, em torno de 1870-1890, quanto na passagem para o século XX. Oliveira chega a afirmar que a utilização da eletricidade na indústria de países como os Estados Unidos, Alemanha, França e outros permitiu a quebra do monopólio industrial inglês. OLIVEIRA, C.A. B. de. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo/Campinas: Ed. Unesp/Unicamp, 2003.

⁷ OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia na República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III. V.1. p. 395-404.

Nosso objetivo central consistiu em analisar as formas e estratégias utilizadas pelos dirigentes da Guinle&Cia/CBEE na capital da República Brasileira, no início do século XX, para conquistar parte do que era o principal mercado de eletricidade do país. Tratou-se de um esforço reflexivo sobre a luta pela afirmação dos interesses de negociantes nacionais⁸, com capital nacional, em um setor tecnologicamente novo, e num momento em que havia grande penetração de investimentos estrangeiros, especialmente nos setores dos serviços públicos como o ferroviário e o elétrico.⁹

De uma forma geral os estudos acerca do tema eletricidade foram poucos¹⁰ e muito díspares não permitindo sequer a existência de um núcleo de problemas a orientar as referências ao tema¹¹. Alguns estudos situam o tema como parte subordinada do processo de industrialização/urbanização, onde apenas destacam a relação entre a energia elétrica e o crescimento industrial, não sendo, portanto, a eletricidade um tema de pesquisa em si¹². Outros, fruto da recuperação e preservação de acervos documentais, iconográficos, técnicos, etc. feitos pelos Departamento do Patrimônio Histórico da Eletropaulo e pelo Centro de Memória da Eletricidade, representaram um avanço nos estudos sobre o tema, porque passaram a tratá-lo de forma direta, permitindo que pudéssemos compreender um pouco acerca das especificidades do setor, mas contemplando aspectos muito diferentes do mesmo¹³. Outro conjunto de estudos, das áreas de economia e administração, apesar de não tratarem do

⁸ Candido Gaffrée e Eduardo Palassim Guinle se autoremariam como negociantes.

⁹ A respeito das empresas estrangeiras no Brasil cf. CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979; VILLELA, André and BRIONES, Ignacio European bank penetration during the first wave of globalisation: Lessons from Brazil and Chile, 1878–1913. *European Review of Economic History*, 2006, n.10, p.329-359.

¹⁰ Dentre os estudos específicos sobre energia elétrica no Brasil destacam-se MARTIN, Jean Marie. *Processus D'Industrialisation et Développement Énergétique du Brésil*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1966 e BRANCO, Catulo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

¹¹ Helena Carvalho de Lorenzo afirmou que somente a partir de 1970, em função do impacto da crise do petróleo, o é que o tema teria se projetado para a área acadêmica, abrindo um campo de pesquisas. LORENZO, Helena Carvalho. "Eletrificação e crescimento industrial no Estado de São Paulo (1880-1940). *Perspectivas*. São Paulo: Eletropaulo, 1987.p.117.

¹² Cf. PELAEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972; VILELLA, Anníbal & SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 3ªed. Brasília: IPEA, 2001; STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1959*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; SUZIGAN, Wilson. *A indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 2000. Nestes trabalhos encontram-se referências e hipóteses sobre o significado da eletricidade para o desenvolvimento industrial e sua relação com o crescimento urbano.

¹³ Cf. FILHO, Almir P. Freitas. *O crescimento e a difusão da eletricidade como força motriz na indústria brasileira (1907-1980)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1981; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Texto de Paulo Brandi Cachapuz. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1990; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001; LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil: o setor elétrico no Brasil, das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. São Paulo: USP/IPE, 1984; *Idem*. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

tema de forma subordinada ou não-direta, o fizeram tendo como foco central as possíveis relações entre a evolução histórica do setor de energia elétrica e a evolução do capitalismo no Brasil, analisando regimes tarifários, financiamentos existentes, oferecendo panoramas das questões técnicas, etc.¹⁴

Por fim, agrupamos cinco trabalhos que, a nosso ver, trataram o tema de forma mais profunda e significativa porque buscaram a interdisciplinaridade, já que trataram a energia elétrica como um fenômeno de interações técnicas, sociais, políticas e ideológicas. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, por exemplo, em “A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)”, ao analisar o impacto da energia elétrica nas principais indústrias da capital republicana, mostrou a importância da Light para os rumos do crescimento industrial carioca, invertendo a idéia de que a energia elétrica estaria a serviço da indústria¹⁵. Helena Carvalho de Lorenzo, em “Eletrificação, urbanização e crescimento no estado de São Paulo (1880-1940)”, analisou o aparecimento, a expansão das usinas geradoras de energia elétrica, a formação de empresas concessionárias e a introdução e disseminação do uso da tecnologia em uma perspectiva ampla, relacionando-a ao progresso técnico, mas também às transformações na vida econômica e social. De acordo com sua análise a eletrificação provocou mudanças fundamentais na estrutura urbana e no aparelho produtivo¹⁶. Flávio Saes em “A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo (1850-1930)”, abordou o papel das empresas de energia elétrica no desenvolvimento capitalista brasileiro procurando relacionar a eletrificação ao desenvolvimento da economia e sociedade cafeeira, buscando, no entanto, tratar dos seus aspectos econômicos e sociais, tanto que destaca a atuação da “grande burguesia” paulista, com participação no comércio, na produção agrícola, na organização de empresas de obras públicas, etc.¹⁷ Maria Letícia Corrêa em “O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o CNAEE (1939-1954) procurou analisar as relações entre o Estado e o

¹⁴ ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. *O setor de energia elétrica e a evolução recente do capitalismo no Brasil*. COOPE/UFRJ, 1979; ALMEIDA, Denizart do Rosário. *Política tarifária e financiamento do setor de energia elétrica no Brasil: estudo de caso e análise da evolução recente*. COPPE/UFRJ, 1983; ALMEIDA, Márcio Wohlers. *Estado e energia elétrica em São Paulo: Cesp, um estudo de caso*. Campinas: Unicamp, 1980(Dissertação de Mestrado); MONTEIRO, Pedro A.M. *A atuação do setor produtivo estatal: um estudo das empresas estatais do Estado de São Paulo*. São Paulo: FEA/USP, 1984; MULLER, Maria Elisa O. *A indústria de energia elétrica Rio-Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Niterói: UFF, 1987; ABREU, Yolanda Vieira. *A reestruturação do setor elétrico brasileiro: questões e perspectivas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. (Dissertação de Mestrado)

¹⁵ LAMARÃO, Sérgio T.N. *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1940)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1997(Tese de Doutorado).

¹⁶ LORENZO, H.C. *op. cit.*

¹⁷ SAES, Flávio A.M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

setor de energia elétrica no Brasil focando a institucionalização do setor, tendo como objeto específico o Conselho Nacional de Águas e Energia¹⁸.

Finalmente, o recente trabalho de Alexandre Saes “Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)”, onde o autor analisa os conflitos entre a Light e a CBEE pelos mercados do Distrito Federal, cidade de São Paulo e Salvador. O autor, estabelecendo uma estreita ligação entre as transformações por que passava o capitalismo mundial e o avanço do capitalismo no Brasil, analisou os conflitos entre a empresa estrangeira Light e a empresa nacional CBEE, colocando, portanto, a eletricidade no centro da discussão.¹⁹

Pelo que expusemos até aqui, ficou evidente que foram poucos os trabalhos que trataram diretamente do tema em uma perspectiva ampla. E ainda, se considerarmos aqueles que analisaram a formação e atuação das empresas nacionais, que foi o nosso caso, podemos afirmar que há uma lacuna historiográfica. Com relação à Guinle&Cia e CBEE, com exceção do trabalho de Alexandre Saes, só existem estudos não-acadêmicos e bastante descritivos, focalizando as instalações feitas, os locais de atuação das empresas, os contratos assinados, etc.²⁰

Cabe salientar também que embora Alexandre Saes, em “Conflitos do Capital”, faça uma análise da atuação da CBEE no Brasil do início do século XX, o objetivo específico do trabalho são os conflitos, conflitos esses surgidos entre duas empresas, uma estrangeira e outra nacional, na disputa pelo controle dos serviços de eletricidade em Salvador, na cidade de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro.

Por tudo isso²¹, recortamos as formas e estratégias usadas pelos Guinle para conquistar parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal como um objeto de análise importante. E, a nosso ver, esse estudo foi feito em uma perspectiva ampla. Primeiro porque procuramos estudar os investimentos dos Guinle seguindo “as pegadas” da historiadora Maria Bárbara

¹⁸ CORRÊA, Maria Letícia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2003. (Tese de Doutorado).

¹⁹ SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. São Paulo: Edusc, 2010.

²⁰ Fontes secundárias com referências diretas sobre a CBEE cf. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A Cerj e a história da energia elétrica no Rio de Janeiro*. Coordenadoria de pesquisa de Renato Feliciano Dias. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993; GUARANÁ, Yvette M. *Companhia Brasileira de Energia Elétrica: 1909-1974*. Niterói. Companhia Brasileira de Energia Elétrica, 1975 (mimeo.); THOMAZ, Fátima Celi Dutra e LAGO, Diana Monteiro. *Pequeno histórico sobre a CBEE, CELF e CERJ*. Niterói: Secretaria de Estado e Indústria e Comércio/CERJ, 1988.

²¹ E também por interesse pessoal resolvi estudar os investimentos dos Guinle no setor. “Nasci” e fui criada nos arredores da Usina de Piabanha, em Alberto Torres. Meu avô, pai e tios foram funcionários da Companhia do Estado do Rio de Janeiro, “sucessora” da CBEE, durante grande parte de suas vidas. Portanto, o universo da produção da eletricidade fez, sempre, parte da minha história.

Levy que ressalta a necessidade do estudo da empresa e sua relação com a sociedade,²² indo na contramão de trabalhos biográficos e apologéticos da figura do empresário.²³ E, segundo, porque ao utilizarmos as reflexões de Antonio Gramsci sobre o Estado²⁴ para analisar as articulações políticas estabelecidas pelos Guinle como estratégias para o ganho de concessões, estendemos nossa análise para espaços que não os da própria empresa.

Dessa forma, esse instrumental teórico geral permitiu que estudássemos a atuação dos Guinle no setor elétrico brasileiro em suas conexões com alguns dos muitos setores da vida social, pois procuramos estudar tanto os investimentos econômicos e financeiros feitos pelos Guinle em seu sentido mais estreito, quando nos referimos à organização da empresa e suas estratégias empresariais frente o mercado e frente a outros concorrentes, a partir de um enfoque sócio-histórico; mas também a ação desse grupo em seu sentido mais *lato*, quando nos referimos às suas articulações na sociedade civil e política. Portanto, o tema foi bastante abrangente, não se limitando a uma história de empresas intra-muros, mas ao contrário, correspondeu a uma história que prioriza a relação simbiótica entre a empresa e o mundo que a cerca.

Do levantamento documental emergiram quatro grandes grupos de fontes. O primeiro consistiu na documentação da empresa, pouquíssima estudada.²⁵ Esse acervo documental encontra-se centralizado no Arquivo Nacional e no Arquivo da Memória da Eletricidade e consta, para além relatórios e atas das assembleias publicadas nos Diários Oficiais da União, de uma documentação fragmentária constituída por estatutos e alterações estatutárias da empresa. O trabalho com as atas das assembleias e os relatórios, apesar de não corresponderem aos documentos produzidos pela empresa para serem apresentados aos acionistas e, portanto, não contendo todas as informações necessárias à melhor compreensão

²² A historiadora ressalta que uma boa história empresarial ou de “grupos” empresariais tem que considerar as articulações entre “relações sociais e práticas empresariais, já que a empresa está inserida na sociedade”. Cf. LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994. p.27.

²³ A História de Empresas como área do conhecimento histórico é recente e até a década de 1940 consistia, basicamente, na história das grandes firmas e nas biografias dos empresários. Nos anos de 1950, especialmente a partir de estudos de Alfred Chandler Jr., nos EUA, D. C. Coleman e Peter Matias, na Grã-Bretanha, e Pierre Vilar e Jean Bouvier, na França, é que houve uma “virada” na História de Empresas. E, no Brasil, os trabalhos nesta área só começaram a se desenvolver a partir de 1960. FILHO, Almir Pita Freitas. História econômica e história de empresas: algumas reflexões metodológicas. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.10, n.1, p.168-177, 1989. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/1249.

²⁴ Para Gramsci, o Estado é uma relação social, uma condensação das relações sociais presentes em uma dada sociedade, que engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política. Na visão de Gramsci o Estado corresponde a uma integração permanente entre sociedade civil sociedade política. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

²⁵ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (1993). *op.cit.*; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A usina de Piabanha: contexto histórico*. Texto de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: CME, 1988; GUARANÁ, Yvette.(1975). *op.cit.*

das estratégias empresarias do grupo, foi sistemático e exaustivo, sendo todos eles pesquisados no período de 1909-1927.²⁶ Seu resultado foi o conhecimento acerca da organização e funcionamento da Companhia Brasileira de Energia Elétrica(CBEE), da distribuição do poder dentro da mesma e de algumas estratégias empresariais dos seus diretores, além dos seus contratos e concessões, e ainda, uma análise da sua evolução econômica e financeira. Essa última, bastante difícil porque teve como base a análise dos balanços da CBEE, que apresentavam uma forma de escrituração bastante genérica.

Esse material recebeu tratamento analítico acurado a partir da organização de quadros e gráficos referentes às variáveis que se pretendia entrecruzar (quadro de acionistas, de diretores, gráficos de endividamento, gráfico de liquidez, etc.), nos permitindo fazer reflexões acerca do perfil da empresa, dos investimentos feitos no setor de eletricidade brasileiro pela CBEE e de sua capacidade financeira.

Ressaltamos que a análise desse material foi feita à luz dos aspectos institucionais, econômicos e políticos do período em tela, o que vai ao encontro da nossa preocupação teórica maior, qual seja, a de não analisar os fatores econômicos por si só, seguindo as orientações de Maria Bárbara Levy e Carlos Gabriel Guimarães.²⁷

O segundo grupo de fontes esteve diretamente relacionado à nossa preocupação em estabelecer as relações entre a empresa e um dos muitos fatores que estão em jogo no desenrolar da história – seus aspectos políticos. Apoiando-nos nas reflexões de Antonio Gramsci sobre o Estado²⁸, trabalhamos com documentos de três grandes associações de classe no período: o Clube de Engenharia, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Centro Industrial do Brasil. Operamos com um universo composto pelas Revistas do Clube de Engenharia e Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia; com os Boletins, Relatórios e Atas das Assembléias da Associação Comercial do Rio de Janeiro; e com os Boletins, Atas de reuniões da Diretoria, Atas de processos eleitorais, etc. do Centro Industrial do Brasil. Esse *corpus* documental fora pesquisado nas Bibliotecas do Clube de Engenharia, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e na da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

²⁶ Para analisarmos esses documentos nos apoiamos muito nos trabalhos de FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001 e em ALMEIDA, Alfredo W. Berno. *A ideologia da decadência*. São Paulo: IPES, 1983.

²⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá Macgregor e Cia (1854-1866)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado); LEVY, Maria B. *op.cit.*

²⁸ GRAMSCI, A. *op.cit.*

Nessas entidades de classe mapeamos a presença e participação dos acionistas da CBEE. A partir do conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia, e partindo do pressuposto que esses aparelhos privados estão sempre envolvidos de conflitos - resultantes da disputa existente entre os vários agentes que ali estão defendendo não só os interesses da dita entidade de classe, mas também seus interesses particulares -, analisamos a ligação entre presença dos membros do “Grupo Guinle” nessas entidades e a defesa de seus interesses particulares.

Para isso, em um primeiro momento montamos quadros mostrando a posição ocupada pelos membros do “Grupo” nas entidades selecionadas, depois analisamos (quando existiam) os discursos por eles produzidos e relacionamos esses discursos às necessidades reais da CBEE para a sua expansão como empresa do setor elétrico. Claro que desse arcabouço metodológico utilizado, procuramos ainda retirar o dado da formação cultural-profissional e da inserção em diferentes redes de relações sociais como sendo determinantes para a interpretação da produção discursiva desses homens. Esse conjunto de fontes nos permitiu refletir sobre as articulações estabelecidas pelos Guinle nessas associações de classe, e a relações entre essas articulações e as estratégias que usaram para conquistar parte do mercado carioca de eletricidade.²⁹

O trabalho com o terceiro grupo de fontes teve as mesmas preocupações que nortearam o trabalho com o segundo grupo de fontes, qual seja, o de entender as estratégias empresariais do Grupo para além dos muros da própria empresa. Com esse propósito, trabalhamos com alguns documentos produzidos por órgãos oficiais, pertencentes a um segmento da sociedade que Gramsci chama de Estado em seu sentido estrito, ou sociedade política.

Pesquisamos as Atas das Reuniões do Conselho Municipal do Distrito Federal; as Atas da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e Atas da Câmara Federal, além de alguns processos judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, em geral, especialmente nos anos de 1904, 1907, 1908, 1909 e 1910, momentos decisivos da luta dos Guinle pela conquista de parte do setor elétrico do Distrito Federal, objetivando não só recuperar as tensões surgidas no interior desses órgãos do governo acerca do setor de eletricidade, mas também identificar quem foram os defensores dos interesses do “Grupo

²⁹ Nosso objetivo era analisar as estratégias utilizadas pelo “Grupo” para além do fator meramente econômico-financeiro da empresa, e também contribuir para abrir discussões acerca do conceito muito utilizado pelos economistas-historiadores de empreendedorismo. Sobre a compreensão acerca do conceito de poder cf. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Guinle” nestes espaços, na luta pela conquista de parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal.

Localizadas as discussões, nos órgãos legislativos federais ou municipais, procuramos resgatá-las e a partir desse resgate, identificamos os legisladores que defenderam os interesses dos Guinle no setor, sempre tentando recuperar o perfil sociopolítico deles, com o objetivo de mostrar suas vinculações com os Guinle. Utilizando essa metodologia acreditamos ser possível fazer uma história de empresas em uma perspectiva ampla, complementando o trabalho iniciado com o segundo grupo de fontes, e também evidenciar, através dos dados empíricos, que o que comumente chamamos de Governo não paira sobre a sociedade, mas está intrinsecamente a ela ligado.

Os documentos do Conselho Municipal do Distrito Federal encontram-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e também na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Os da Câmara Federal estão disponibilizados no site <http://imagem.camara.gov.br>, e os processos judiciais estão centralizados no Acervo Arquivístico da seção judiciária do Rio de Janeiro, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Por fim, trabalhamos com alguns periódicos de importante circulação no Rio de Janeiro, a partir das considerações feitas por Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Cezar Honorato, ao tratarem dos conflitos surgidos entre os Guinle e a “The Rio Light”, na disputa pelo controle dos serviços de eletricidade na Capital Federal, tais como O Paiz, Correio da Manhã, A Notícia, Gazeta de Notícias e Jornal do Commercio, nos anos de 1905 e 1910, concentrados na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Com essa documentação procuramos não só complementar informações sobre os negócios dos Guinle, mas também apontar algumas das posições que os editores desses periódicos adotaram diante da disputa que Guinle&Cia/CBEE travou contra a “The Rio Light” pelo mercado de eletricidade no Distrito Federal. Para isso, fizemos um levantamento minucioso das matérias relacionadas à disputa que foram veiculadas por esses periódicos, bem como o conteúdo discursivo dessas matérias. Sendo, no entanto, uma análise apenas quantitativa, e serviu principalmente para mostrar que a imprensa posicionou-se diante da disputa, e também melhor qualificar as associações apresentadas por Sérgio Lamarão e Cezar Honorato.³⁰

Enfatizamos ainda que adotamos, ao longo de todo o trabalho, e de forma geral, o procedimento metodológico de resgatar, na medida do possível, o perfil da trajetória sócio-

³⁰ LAMARÃO, Sérgio T. *op.cit*; HONORATO, Cezar T. No Rio, conflitos entre capitalistas. *Revista Memória*, III(7). São Paulo: Eletropaulo, abril/maio/junho de 1990.

política e cultural dos principais agentes envolvidos na defesa dos interesses da CBEE, de modo a comprovar, empiricamente, as vinculações existentes entre eles. Isso significa dizer que ao analisarmos os discursos de alguns agentes em algumas entidades de classe ou como representantes do governo, os faremos sempre os remetendo à rede de relações sociais de que participam seus produtores e destinatários.

Dessa maneira, o trabalho está organizado em quatro capítulos, mais uma apresentação e uma conclusão. Na Apresentação recuperamos a trajetória da pesquisa, explicitando ao leitor o tema e o objeto da pesquisa, a produção historiográfica sobre o tema, o quadro teórico que norteou o trabalho, as fontes e metodologia utilizada, além de explicar a organização dos capítulos.

No Capítulo 1 fizemos uma análise da conjuntura econômica e institucional do Brasil em fins do século XIX e início do XX, detalhando as especificidades da lei das Sociedades Anônimas e da política bancária, fiscal e cambial do período. Fizemos também considerações acerca da economia do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, bem como algumas considerações sobre a formação do setor de eletricidade, assim como sobre o quadro institucional em que se encontrava o setor de eletricidade brasileiro naquele momento.

No Capítulo 2 centramos nossas análises na Guinle&Cia/CBEE: analisamos os primeiros investimentos dos Guinle no setor e a tentativa dos mesmos se associarem ao capital estrangeiro; mostramos as especificidades da empresa (quem foram seus fundadores, como foi organizada, seu espaço de atuação, etc.). E, por fim, através principalmente dos seus relatórios, atas de assembléias e balanços, analisamos a situação econômica e financeira da empresa.

No Capítulo 3, utilizando as reflexões de Gramsci sobre o Estado, especialmente seu conceito de aparelho privado de hegemonia, analisamos a presença e participação do “Grupo Guinle” na Associação Comercial do Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia e no Centro Industrial do Brasil no período em foco, procurando mapear a presença desses homens nessas associações e identificar os momentos em defenderam seus interesses empresariais particulares.

O Capítulo 4 segue, em linhas gerais, a mesma preocupação ressaltada no comentário sobre o capítulo anterior acerca do que entendemos ser necessário analisar para compreendermos os sucessos e fracassos de uma empresa. E ainda, continuamos a nos apoiar em Gramsci, pois trabalhamos com o que ele denomina de “Estado em seu sentido restrito”, mas também nos apoiamos nas reflexões de Poulantzas acerca da complexidade desse Estado. Aqui, procuramos desvendar quem e como, e em que “aparelhos de Estado” defenderam os

interesses dos Guinle no setor de eletricidade no início do século XX. E para finalizar, analisamos o posicionamento da imprensa no conflito “The Rio Light” versus Guinle&Cia/CBEE, através de um levantamento quantitativo das matérias e do conteúdo das matérias veiculadas por alguns periódicos nos anos de 1905 e 1910.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DA GUINLE&CIA E DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA

Em fins do século XIX, a sociedade brasileira estava dinamicamente ligada e integrada ao capitalismo mundial, assim como acontecia com grande parte do mundo³¹. Inovações técnicas haviam transformado a produção industrial, sendo relevantes os processos de siderurgia; novas fontes de energia levaram ao abandono do vapor e à utilização de máquinas dotadas de maior potência energética; houve uma tendência à concentração de empresas, entre outros, em um processo de grande prosperidade econômica.

E esse quadro de prosperidade da economia capitalista européia³² exigia uma ampliação vertiginosa do mercado consumidor de produtos industriais³³, provocando o surgimento de uma crise no período de 1873 ao final do século XIX - era a crise de superprodução capitalista. Sendo esta responsável, em grande medida, pelo início da evasão de capitais em direção aos mercados exteriores, inclusive o brasileiro.³⁴

Portanto, estava a economia brasileira inserida em um movimento do capitalismo mundial que colocava de um lado os países produtores de bens industrializados, e de outro os países exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas, além de aprofundar o fluxo de capitais estrangeiros investidos na América Latina e também as relações comerciais entre os países centrais da economia capitalista e aqueles da periferia, e essa inserção se dava de forma subordinada à economia internacional³⁵, não tendo a economia brasileira condições de ganhar autonomia, tanto no campo tecnológico como no financeiro, mas que era capaz de criar condições para o desenvolvimento de um certo capitalismo.³⁶

³¹ Na segunda metade do século XIX, o mundo se tornou capitalista, o mundo inteiro tornou-se parte dessa economia, correspondendo a uma “era de ouro do crescimento capitalista”. Era a criação de um único mundo expandido, baseado em técnicas de comunicação e transporte, apoiado pelo liberalismo econômico, marcado pelo avanço da industrialização, inclusive geograficamente. HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.59-68.

³² Nesse momento surgiram nações européias totalmente industrializadas, para além da Inglaterra, e houve, também, um crescimento das economias capitalista americana e japonesa.

³³ Esse dinamismo do processo de crescimento da economia capitalista levou ao surgimento de um excedente de produção, gerando um quadro de superprodução crônico, tornando inviável o mercado de investimentos nas metrópoles capitalistas, já que a produção industrial havia aumentado extraordinariamente graças à mecanização e tendera a ser maior do que a procura.

³⁴ Sobre os investimentos estrangeiros no Brasil, cf. CASTRO, Ana Célia de. *op.cit.*

³⁵ Um dos resultados do desdobramento espacial do capitalismo fora a complexificação das relações entre o chamado mundo desenvolvido e os países periféricos, assim como a diversificação das exportações da Ásia, África e América Latina para outros países além da Grã-Bretanha.

³⁶ Pensamos a economia brasileira em termos de um certo capitalismo, particular, considerando suas especificidades históricas, especialmente considerando a problemática das especificidades dos processos de constituição e desenvolvimento do capitalismo em diferentes países. OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa.

Era a economia brasileira, nesse momento, marcada pelo seu caráter primário-exportador, e, em essência, pelo papel desempenhado pela cafeicultura³⁷, especialmente do estado de São Paulo³⁸. Entretanto, e, ao contrário do que se pode pensar, não era a sociedade brasileira estritamente rural, ainda que em fins do Império fosse sua economia fundamentalmente dependente da agricultura, pois havia núcleos urbanos significativos³⁹. E nem única e exclusivamente primário-exportadora, pois a produção de produtos primários voltados para o mercado interno ganhava espaço.⁴⁰ Ou seja, a economia do Brasil possuía um dinamismo que atraía o capital das economias capitalistas centrais que buscavam alcançar novas oportunidades de investimentos.⁴¹ Inclusive, muitas das transformações referentes à implantação da infra-estrutura para a comercialização de café e aos serviços urbanos, tiveram como origem a exportação de capitais das áreas centrais do capitalismo.

Nesse contexto de dinamização tomada pela economia mundial em fins do século XIX, o Brasil possuía um potencial econômico primário e primário-exportador, internalizava alguns processos produtivos industriais e criava as condições para a consolidação do capitalismo, pois ocorria um processo de formação de um mercado de trabalho, com a substituição da mão-de-obra escrava pela livre, desdobrando-se no surgimento de novas

*op.cit.*p. 80-95. Mas não vemos as transformações ocorridas na sociedade brasileira como sendo única e exclusivamente determinadas pelo conjunto das transformações porque passava o capitalismo internacional, ainda que estas tivessem grande peso, dada a natureza expansiva do capitalismo.

³⁷ Desde 1820, o café aparece entre os principais produtos de exportação do Brasil, ao lado, por exemplo, do açúcar e do algodão. De 1840 até 1870, o café respondeu por mais de 40% do valor total das exportações brasileiras, chegando, em certos anos, a atingir 80% do seu total. E durante a Primeira República, a centralidade da produção cafeeira só se aprofundou. GREMAUD, A.P., SAES, F. AM e JÚNIOR, R.T. *op.cit.*p.45-50.

³⁸ No conjunto da produção cafeeira brasileira, São Paulo se firmou como principal estado produtor, sendo responsável, no período de 1900-1930, por 60 a 70% do total de café produzido no Brasil. Minas Gerais aparece com 15 a 20 %, Rio de Janeiro com 5 a 10%, e outros estados como Espírito Santo e Bahia, completam o total. *Idem. Ibidem.* p.46.

³⁹ Por exemplo, antes mesmo da implantação do café e do desenvolvimento industrial, a cidade do Rio de Janeiro, como capital do país, era um importante núcleo populacional, político, administrativo e comercial. Não sendo a urbanização carioca, tal como ocorrera em São Paulo, fruto direto do complexo cafeeiro. CANO, Wilson. *op.cit.*

⁴⁰ Ainda que houvesse papel significativo do café na dinâmica da economia brasileira do período, havia uma diversa produção exportável, tal como a da borracha, na Amazônia; açúcar, no Rio de Janeiro; cacau e fumo, na Bahia; mate no Paraná e Mato-Grosso; algodão, no Nordeste; etc. E ainda, vale destacar também a expansão da demanda interna por açúcar e a sólida articulação que a economia do Rio Grande do Sul, produtora de couros e peles, manteve com o mercado interno. LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, v.1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), São Paulo: Difel, 1975.p.99-122.

⁴¹ Ana Célia Castro fez uma análise importante sobre as fases dos investimentos estrangeiros no Brasil. Cf. CASTRO, Ana Célia. *op.cit.* Cf. também. SUZIGAN, W; SZMERCZSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In: SILVA, S.; SZMERCZSÁNYI, T. *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 2002.

formas não capitalistas de trabalho, como a parceria e o colonato⁴², bem como no avanço das forças produtivas em direção à industrialização⁴³.

No plano político, o período foi marcado, entre outras coisas, por uma grande instabilidade, resultante, em parte, da substituição do arcabouço político-burocrático do Império pelas instituições republicanas, que levou à implantação da chamada política dos governadores e à consolidação do sistema de dominação oligárquico⁴⁴; pela alteração no equilíbrio existente entre a esfera pública e as diversas frações da classe dominante agrária; e pela descentralização, prevista na Constituição de 1891, que reforçou a autoridade das frações oligárquicas regionais, permitindo a elas o encaminhamento de demandas relativas à defesa dos seus interesses.⁴⁵ Estava então, a chamada Primeira República brasileira, passando por importantes e profundas transformações nas estruturas da sua sociedade.

Nesse contexto, as frações da classe dominante, seja a dos cafeicultores em crise do Médio do Vale do Paraíba fluminense, seja a dos industriais da cidade do Rio de Janeiro, esses últimos insatisfeitos com a política cambial pró-café⁴⁶ e com a pouca crítica por parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro⁴⁷, organizaram-se na primeira associação classista do setor – a Associação Industrial do Brasil (AIB)⁴⁸ – e passaram a pressionar o governo imperial. Em face de tais demandas, assim como a pressão do abolicionismo e dos

⁴² A respeito cf. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. Diversamente do trabalhador assalariado, o colono não compra no mercado, com seu salário, o necessário para sua subsistência, obtendo-o com seu próprio trabalho na terra que lhe é cedida pelo fazendeiro. Portanto, o colonato não se trata propriamente de trabalho assalariado.

⁴³ OLIVEIRA, Francisco de. (1975), *op. cit.* p. 395-404. A industrialização não é vista isoladamente, como introdução da fábrica na produção manufatureira, mas sim como fruto de um processo que envolve relações sociais capitalistas e que pressupõe expansão do mercado, divisão do trabalho, acumulação de capital. Mas consideramos a existência de ritmos diferentes e especificidades desse processo nas várias regiões do país, inclusive ressaltando a complexidade do processo.

⁴⁴ Apesar das diferenças teóricas e metodológicas cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *História política da República: coletânea de ensaios inéditos do centenário da República*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* (O município e o regime representativo no Brasil). 5 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.; LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

⁴⁵ Maria Elisa P. Reis mostrou que o Estado aumentou sua participação na esfera econômica como resposta à busca por intervenção por parte dos cafeicultores paulistas. E Sônia Regina de Mendonça mostrou que o crescimento do Estado resultou, em parte, da intensificação dos conflitos então existentes entre as diversas frações da classe dominante agrária, traduzidos na criação e expansão das agências que o constituíam. REIS, Elisa. P. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Massachusetts, Phd Dissertation to Massachusetts Institute of Technology, 1979, p. 165-167. In: CORRÊA, Maria Lúcia. *As idéias econômicas na Primeira República*. Rio de Janeiro/Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1996. (Dissertação de Mestrado) p.9; MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.p. 60.

⁴⁶ As questões relacionadas às políticas econômicas adotadas no final do século XIX e início do XX serão discutidas mais adiante.

⁴⁷ Na visão de Eugene Riddings, a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha um perfil conservador e era favorável a política metalista e de estabilidade do câmbio. RIDDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1994.

⁴⁸ LUZ, Nícia Vilella. *A luta pela industrialização do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004. p.57.

republicanos⁴⁹, o governo reformou a lei das Sociedades Anônimas, promoveu uma reforma bancária e monetária, concedeu um número maior de títulos de nobreza e outros⁵⁰. Enfim, implementou uma série de medidas institucionais (leis e decretos) que tiveram grande importância para a primeira década republicana, particularmente no período de 1889-1902, período onde ocorreu grande dinamização do sistema financeiro, especialmente do Rio de Janeiro⁵¹.

Maria Barbara Levy chama atenção para o fato de que tais leis foram fruto das “necessidades improrrogáveis e da administração de conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais que promoveram um rearranjo na composição econômica interna e uma nova rearticulação com o capitalismo inglês”⁵², constituindo-se “no canal de mediação e legitimação do Estado”⁵³, mesmo em momentos de crise como estava o Estado imperial brasileiro.

A respeito de tais leis, no entanto, achamos importante salientar que concordamos com Thompson que, ao analisar a história da Lei Negra na Inglaterra do século XVIII, afirmou:

Assim, a lei pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente como sua legitimadora. Mas devemos avançar um pouco mais em nossas definições. Pois se dizemos que as relações de classe existentes eram mediadas pelas leis, não é o mesmo que dizer que a lei não passava de tradução dessas mesmas relações em termos que mascaravam ou mistificavam a realidade. Muitíssimas vezes isto pode ser verdade, mas não é toda a verdade. Pois as relações de classe eram expressas, não de qualquer maneira que se quisesse, mas através das formas da lei; e a lei, como outras instituições que, de tempos em tempos, podem ser vistas como mediação (mascaramento) das relações de classe existentes (como a Igreja), tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes.⁵⁴

Thompson nos alerta com relação àquilo que, a primeira vista, parece ser uma relação linear, ou seja, vemos a criação das leis apenas de forma instrumental, sem, no entanto,

⁴⁹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

⁵⁰ Sobre as reformas institucionais e bancária e monetária iremos discutir mais adiante e a respeito do aumento do número de concessão de título de nobreza. Cf. STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Trad. Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961; LEVY, Maria Bárbara. (1994), *op. cit.* p. 89-175.

⁵¹ Claro que não estamos deixando de considerar a importância que o comércio exterior tinha para a economia brasileira do período.

⁵² LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.*, p. 45.

⁵³ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *op.cit.* Cap. 4.

⁵⁴ THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 353.

refletirmos sobre a complexidade do que seja tal processo, tanto no momento da sua criação quanto nos momentos subsequentes. Em sua reflexão sobre a lei na Inglaterra do século XVIII, Thompson afirma, em contraposição à idéia de que lei é igual a poder de classe, que a lei mediava sim as relações de classe existentes, para proveito dos dominantes, e que era sim um instrumento pelo qual esses dominantes impunham novas definições de propriedade, para proveito próprio, mas que essas mesmas leis impunham também restrições às ações dos dominantes. Ressalta que as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas, pois podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas, ao mesmo tempo, podem também refrear esse poder e conter seus excessos.⁵⁵

Com isso, nos estimula a pensar, ainda que para uma sociedade diversa daquela que fora objeto da sua análise, na complexidade desse conjunto institucional legal (fruto das pressões de determinados grupos sociais para servir a seus próprios interesses) criado em fins do século XIX, no Brasil.

1.1 As leis das sociedades anônimas em fins do século XIX

Em 1882, no Brasil, foi criada uma nova regulamentação para as sociedades anônimas. Regulamentação essa que contribuiu para a fundação de novas indústrias, representando uma preocupação do governo com a capacidade financeira autônoma das empresas para sustentar suas atividades, opondo-se ao que sinalizava “a lei dos entraves” de 1860.⁵⁶

Diferentemente da “lei dos entraves”, em que o Estado tinha um rígido controle sobre as sociedades anônimas, a lei de nº 3.150, de 4/11/1882, regulamentada pelo decreto nº 8.821, 30/12/1882, tinha uma orientação mais liberal se comparada com a lei dos entraves, pois se exigia apenas a autorização legislativa para a abertura de bancos de depósitos e a autorização governamental só era exigida para objetivos sociais específicos.

⁵⁵ *Idem. Ibidem.* p.356.

⁵⁶ A aprovação da Lei Bancária e da Lei das Sociedades Anônimas de 1860, conhecida como “lei dos entraves”, restringiu o funcionamento dos bancos e sociedades anônimas, tendo como pretexto diminuir a especulação. Diminuiu a aplicação dos fundos dos bancos em títulos das sociedades anônimas, condicionou a existência das sociedades anônimas ao parecer do Conselho de Estado, além de exigir que as empresas por ações encaminhassem semanalmente um resumo de suas operações ao Poder Público. Sobre tal lei cf. OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992; LEVY, *op. cit.*; HONORATO, Cezar. *op.cit.* p.46-47; GUIMARÃES, Carlos Gabriel.*op. cit.* Cap. 4.

No entanto, a nova legislação, feita sem grande conhecimento acerca da “natureza íntima do anonimato” tanto pela Câmara quanto pelo Senado, estabeleceu que os diretores das sociedades anônimas seriam responsabilizados pelos atos que infringissem as leis, que o cedente era responsável pelo valor integral das ações, que os administradores tinham a obrigação solidária de restituírem à sociedade os dividendos indevidamente distribuídos, na hipótese de insolvência da sociedade anônima. Além disso, previa penas pelo crime de estelionato, por fraudes praticadas pelos administradores e fiscais, no exercício das suas funções.

Apesar de todos esses cuidados, o objetivo da legislação era estimular as iniciativas de grandes negócios, já que cercavam os acionistas minoritários de algumas novas garantias. E ainda, apesar de ter vedado o lançamento de ações ao público antes da integralização do capital e só poder funcionar depois de subscrito todo o seu capital, foi aberta uma nova fonte de recurso ao capital de terceiros, antes inexistente. Era permitido às sociedades, já em funcionamento, endividarem-se por meio de lançamento de debêntures, até o montante do seu capital. Notamos, portanto, uma preocupação nos homens do governo em relação às atividades industriais do país.⁵⁷

Em 1890, o governo provisório da República, com Rui Barbosa no ministério da fazenda, sancionou o decreto nº 164, de 4/11/1890, que reformulou, novamente, a Lei de Sociedades Anônimas. Agora, era suficiente que os estatutos estivessem aprovados pela assembleia dos acionistas, para que fossem registrados na Junta Comercial. Além disso, limitava a responsabilidade do cedente das ações apenas aos atos ocorridos durante o período em que fora acionista; atribuía à Assembleia Geral a faculdade de excluir a responsabilidade dos administradores pela aprovação de suas contas; em Assembleia Geral Extraordinária era impedido o reexame de contas já aprovadas em Assembleia Ordinária; e ainda, exigia-se apenas o depósito de 10% do capital autorizado da empresa em algum banco ou nas mãos de pessoa abonada, para que a sociedade fosse considerada constituída e suas ações pudessem ser negociadas.

Fica claro, a partir dessa nova legislação, que o objetivo dos legisladores era estimular a fundação de grandes empresas industriais. Comparando a Lei de Sociedades Anônimas de 1882 e a de 1890, percebemos que parte das responsabilidades dos administradores passou

⁵⁷ Segundo Durval José Soledade dos Santos, a legislação de 1882 fez com que pela primeira vez o termo debênture fosse utilizado e, segundo “os comentadores de títulos de crédito, a debênture foi inventada pelos empreendedores ingleses responsáveis pela abertura do Canal de Suez, como forma de captação de recursos para seu financiamento”. Cf. SANTOS, Durval José S. Debêntures: um instrumento moderno de aplicação e captação de recursos. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, Vol. 13, Nº. 26, DEZ. 2006. p. 38-39.

para as Assembléias de acionistas e ainda, constituindo-se em um grande facilitador para o surgimento desse tipo de empresa, citamos o fato de não ser mais necessário integralizar todo o capital subscrito, e apenas 10% dele, para que a empresa fosse constituída juridicamente e pudesse lançar suas ações junto ao público.⁵⁸

1.2 As reformas bancárias de fins do século XIX

Em 1888, o presidente do último conselho de Ministros do Império, o ministro da fazenda Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, preocupado com a escassez do meio circulante, iniciou uma reforma do sistema financeiro para agilizar o crédito⁵⁹, o que satisfazia os interesses imediatos da alta finança, mas também dos grandes proprietários de terras do Médio do Vale do Paraíba, os produtores de café⁶⁰. Essa reforma permitiu que alguns bancos emitissem papel-moeda em proporção às suas reservas metálicas, sob a liderança de um banco emissor, além de criar bancos de auxílio à lavoura, como forma de contornar a oposição parlamentar contra a indenização pretendida pelos fazendeiros escravistas, subsidiando a agricultura abalada pela abolição.⁶¹

O grande banco emissor da época foi o Banco Nacional do Brasil, do Visconde Figueiredo⁶², que passou a controlar a oferta monetária e, beneficiando-se os demais bancos

⁵⁸ O texto produzido sobre a Lei de Sociedades Anônimas, tanto de 1882 quanto de 1890, apoiou-se no trabalho de Maria Bárbara Levy. LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p. 115-128.

⁵⁹ Entre 1886 e 1889 a situação do Tesouro Nacional tinha se mantido favorável, com o câmbio em alta, atingindo a cotação acima do par, em razão da grande entrada de empréstimos estrangeiros, tanto ao governo quanto a empresas particulares.

⁶⁰ Levy afirma que essa medida fora resultado da necessidade de expandir o crédito, pois o café havia atingido altos preços, as importações haviam aumentado, e os investimentos de capitais ingleses também. *op.cit.*p.118.

⁶¹ O que não resolveu o problema, pois a grande maioria dos empréstimos feitos por esses bancos serviram para os fazendeiros quitarem suas dívidas com as casa comissárias e destas com os bancos comerciais. A situação da lavoura do Vale do Paraíba era crítica: o valor dos seus ativos tinha caído, o preço dos escravos vinha caindo também, as terras desvalorizando-se e as previsões das safras eram cada vez menores, o que havia levado e levava muitos fazendeiros a endividarem-se, através das casas comissárias, com os bancos comerciais.*op.cit.*p. 119.

⁶² Filho do negociante João Antônio de Figueiredo (sócio do Visconde de Mauá em vários negócios e, testamenteiro no Rio de Janeiro de um dos maiores traficantes de escravos da década de 1840, Manoel Pinto da Fonseca). O Visconde, depois, Conde de Figueiredo foi o banqueiro de maior prestígio no final do Império. O Banco Nacional do Brasil, organizado e dirigido pelo Visconde de Figueiredo, e com um capital de 90.000 contos, divididos em 450.000 ações de 200\$000, podendo ser elevado por deliberação da assembléia geral, constituiu-se no principal intermediário do governo para operações financeiras. ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. *Bancos de Emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Leite Ribeiro, 1923. p. 211.

comerciais do empréstimo à lavoura, criou-se um clima para especulação⁶³, além de fortalecer enormemente a burguesia financeira.

Em fins de 1889, e em meio a um já aquecido mercado financeiro, foi estruturada uma nova política bancária que deveria favorecer os interesses que haviam emergido politicamente com a República, e as aspirações desses grupos giravam em torno de objetivos industrializantes e modernizantes.⁶⁴

Rui Barbosa, que assumiu o cargo de ministro da Fazenda do Governo Provisório, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, para resolver o problema da liquidez, reunindo-se com os banqueiros da Capital, e com a ajuda do Conselheiro e banqueiro Francisco de Paula Mayrink, promoveu uma nova reforma bancária, em 17 de janeiro de 1890, que imprimiria novos rumos à política econômica.

A primeira legislação financeira elaborada por Rui Barbosa buscava satisfazer a expansão da indústria e das atividades tradicionais da agricultura e comércio. Representava uma profunda e radical transformação no caráter operacional dos negócios, modificando não só a organização bancária e monetária, mas também alterando a lei das sociedades anônimas (...).⁶⁵

No entendimento de Rui Barbosa⁶⁶, “a República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente (...). O

⁶³ LEVY, Maria Bárbara. *op.cit.* p. 120. O mesmo foi feito com o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio do Rio de Janeiro. PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.p.56.

⁶⁴ Segundo Maria Bárbara Levy, no Rio de Janeiro, a situação portuária e de centro político promovera o surgimento de uma burguesia urbana ligada ao comércio, às profissões liberais, às manufaturas e à burocracia. No Nordeste e Sul dava-se o mesmo processo, embora com menor ímpeto. LEVY, Maria Bárbara. *op.cit.*p.121-122. Eulália Lobo compartilha da mesma idéia, pois afirma ter surgido, com a República, um novo grupo comercial interessado em investimentos em transportes, nos serviços em geral, e na indústria que estava sedo propiciada pela abertura de créditos a essas atividades, e pela desvalorização da moeda que dificultava a importação de mercadorias competitivas, sem impedir a de máquinas e tecnologias. LOBO, Eulália L. *Historia do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. v.1 Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p.456.

⁶⁵ LEVY, Maria B. *op.cit.*, p. 123. Paulo Neuhaus e Patrick Gremaud também compartilham da mesma idéia de Levy, pois afirmaram que o período de 1888-1898 fora marcado por uma política monetária que estimulou a produção agrícola e industrial, fazendo crescer os meios de pagamentos. Gremaud, inclusive, ressaltou que, para Rui Barbosa, a queda do câmbio e a desvalorização monetária não estariam ligadas à expansão monetária, mas sim ao problema na balança de capital. NEUHAUS, Paulo. *História Monetária do Brasil, 1900-1945*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975, p.15 e GREMAUD, Amaury Patrick. “A política econômica na passagem do século XIX para o XX: controvérsias em torno da questão monetária. Disponível em:<http://ideias.repec.Org/p/abp/he2003/108>. html. p.1. Acesso em dezembro de 2010.

⁶⁶ Nascido em 1849, em Salvador/Bahia. Matriculou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1866 e transferiu sua matrícula pra a Faculdade de Direito de São Paulo em 1868, recebendo o título de Bacharel em 1870. Além de advogado, foi também deputado, senador, ministro e candidato à presidência da República por duas ocasiões. Sobre a vida e obra de Rui Barbosa cf.artigos disponíveis em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>.

desenvolvimento industrial não é somente, para o Estado, questão econômica, é, ao mesmo tempo, uma questão política (...).⁶⁷

Essa reforma previa a criação de um sistema emissor de bilhetes lastreados em igual quantidade de apólices da dívida pública, ou seja, foram criados bancos que comprariam apólices do governo e só poderiam emitir o correspondente a esse lastro, sem poder vendê-las⁶⁸. Apoiando-se nesse princípio os bancos emissores foram distribuídos por regiões (Norte: da Bahia ao Amazonas; Centro: do Espírito Santo a Santa Catarina e Sul: de Goiás ao Rio Grande do Sul), cada qual com um banco emissor e estes com autonomia, já que o numerário circularia nessas jurisdições⁶⁹. Na região do Centro, sediado no Rio de Janeiro, ficaria o maior banco, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, pertencente a Francisco de Paula Mayrink.⁷⁰

As reações a essa reforma foram grandes, e algum tempo depois, sob pressão de Campos Sales, fazendeiro de café e ligado aos Republicanos Históricos de São Paulo, e de outros interesses regionais, foi criado um banco emissor em São Paulo – deixando de estar na região do Rio de Janeiro -, e o número de regiões aumentou de quatro para seis, subdividindo-se o Norte. Dando prosseguimento a sua idéia de que havia falta de meio circulante na economia brasileira, Rui Barbosa, em março de 1890, permitiu ao Banco Nacional e ao Banco do Brasil emitir cada um o dobro de um depósito de 25 mil contos em ouro que fariam ao Tesouro, estendendo o direito de emissão sobre o lastro ouro para o Banco dos Estados Unidos do Brasil e a todos os bancos emissores. No fim do ano, os bancos emissores da região Centro foram fundidos para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, com autorização para emitir até o triplo do depósito de 150 mil contos em ouro.⁷¹

Essas medidas que levaram ao surgimento de um período de dinheiro fácil, com meio circulante inchado, intensa especulação e aparecimento na Bolsa do Rio de Janeiro de inúmeras empresas, teriam beneficiado diretamente aos banqueiros, pois seria através dos

⁶⁷ BARBOSA, Rui. Relatório apresentado pelo ministro d'Estado dos Negócios da Fazenda". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. In: LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p. 123

⁶⁸ Os bancos formariam seus lastros a partir dos títulos que já possuísem em carteira ou iriam adquiri-los ao valor do mercado.

⁶⁹ Esses bancos tinham diretos a amplas operações bancárias, assemelhando-se muito aos bancos de negócios norte-americanos. Era-lhes facultada a cessão gratuita de terras devolutas para o estabelecimento de colonos e exploração industrial, bem como a preferência nas concorrências públicas para a construção de estradas de ferro, docas, portos, rodovias e comunicações fluviais. Além disso, possuíam também isenções tributárias pra os estabelecimentos industriais que fundassem. LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p. 125.

⁷⁰ Filho do banqueiro e veador da Casa Imperial José Carlos Mayrink (diretor do banco comercial do Rio de Janeiro), e irmão de João Carlos Mayrink, o Visconde de Mayrink, o também banqueiro Francisco de Paula Mayrink fora fundador do banco de Crédito Real (depois incorporado pelo Banco Constructor), presidente da Cia Grande Hotel Internacional, vice-presidente do Clube de Engenharia e outros. Cf. LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e Obra do Conselheiro Mayrink (completada por uma genealogia da família)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1975.

⁷¹ LEVY, Maria Bárbara. *op.cit.* p.166.

bancos (em especial do Banco dos Estados Unidos do Brasil, Banco Nacional e Banco do Brasil) e do crédito bancário⁷², que teriam se expandido as atividades econômicas⁷³. Para se ter uma idéia da atividade bancária, dentre as sociedades anônimas e companhias organizadas no Rio de Janeiro, os bancos concentraram 28% do capital dessas sociedades, em 1888, e aumentaram sua participação setorial, em apenas dois anos, para 43%.⁷⁴

Além de beneficiarem os banqueiros, tais medidas favoreceram também a lavoura cafeeira, principalmente a cafeicultura paulista do Oeste novo, pois os preços internacionais do café eram favoráveis e conjugaram-se com a crescente desvalorização cambial⁷⁵, bem como aos industriais, visto que a desvalorização do câmbio conferia competitividade das indústrias (têxtil, alimentos e bebidas) diante dos produtos importados,⁷⁶ além de crédito fácil, liquidez e disponibilidade de recursos.

O Encilhamento, como ficou rotulada a política econômica implementada por Rui Barbosa, apesar de ser assunto controverso, no entendimento de autores como Maria Antonieta Leopoldi, Stanley Stein, Wilson Suzigan, Eulália Lobo, Maria Bárbara Levy e outros⁷⁷, consistiu numa política favorável ao crescimento industrial brasileiro no período.

⁷² Segundo Carlos Gabriel Guimarães, “é justamente na multiplicação dos meios de pagamento que Marx chegou a conclusão de que o crédito bancário constituiu-se num capital fictício, pois substituiu o dinheiro na circulação e na transferência de valor, e que o sistema bancário, “... é pela organização formal e pela centralização (...) o produto mais artificial e refinado a que pode chegar o modo de produção capitalista”. MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. V. III, Livro Terceiro, Tomo II. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 107. In: GUIMARÃES, *op. cit.*

⁷³ Segundo Villela e Suzigan, essas medidas que deram origem ao chamado período do Encilhamento, e que surgiram ainda durante o Império, foram pensadas com vistas a resolver o problema do aumento do crédito à agricultura, a falta do meio circulante e também os déficits orçamentários. VILLELA, Annibal V. & SUZIGAN, Wilson. *op. cit.* p. 103.

⁷⁴ LOBO, Eulália. *op. cit.* p. 474. Conferir, também, LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*. NITERÓI, v. 1, nº 3. mai/ago, 1986. Nesse período a atividade emissionista foi centralizada nas mãos da burguesia bancária, pois em setembro de 1890 o Banco dos Estados Unidos do Brasil, o Banco Nacional e o Banco do Brasil controlavam, por meio de privilégio, 95% das emissões de moeda. PERISSINOTO, Renato M. *op. cit.* p.59.

⁷⁵ Segundo Perissinoto, do ponto de vista do grande capital cafeeiro, com seus investimentos diversificados, a política monetária teve um caráter negativo em função das dificuldades que surgiram para o setor ferroviário, já que encareceu as importações de onde o sistema ferroviário obtinha seus principais meios de produção, e encareceu os juros e as amortizações dos empréstimos externos contraídos pelas ferrovias. PERISSINOTO, Renato. *op. cit.* p.57-58. Isso não implica dizer que essas medidas foram uma imposição política dessa classe às outras frações dominantes.

⁷⁶ Lobo ressalta, além das emissões, a tarifa de maio e outubro de 1890, janeiro de 1891 e 1892, como tendo resultados positivos para a indústria, apesar de terem visado o aumento das rendas do Estado para as despesas públicas. LOBO, *op. cit.*, p.457. Nícia Vilela Luz chega a afirmar que “é manifesta desigualdade que favoreceu às indústrias e aos bancos em detrimento da lavoura”. LUZ, Nícia Vilela. *op. cit.* p. 181.

⁷⁷ Ressaltamos que a tese da contribuição positiva do Encilhamento para o desenvolvimento industrial é ainda objeto de controvérsia, embora os estudos mais recentes venham trazendo evidências em seu favor. Para uma visão favorável ao papel do Encilhamento para o desenvolvimento industrial cf. STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.97-99; FISHLOW, Albert. *Origens e consequências da substituição de importações no Brasil*. In: *Estudos Econômicos*. v.2, n.6, 1982. p.7-75; LOBO, Eulália L. *op. cit.*, v.II. Cap.4; CANO, Wilson. *op. cit.* O argumento contrário está em

Maria Antonieta Leopoldi destacou que o Distrito Federal, pelo fato de sediar o Governo e se constituir no principal centro financeiro, de comércio e indústria do país, sofreu o impacto de todo esse processo desde sua primeira hora, onde ocorreu uma expansão dos empreendimentos industriais, apesar da especulação financeira.⁷⁸

Stanley Stein ressaltou que:

(...) ao ampliar o campo de atuação dos bancos e intensificar a emissão de papel-moeda, o governo republicano acelerou o processo de formação de capital. A inflação de papel-moeda proporcionou a indústria têxtil um volume de capital líquido que, em outras circunstâncias, exigira um período de tempo mais longo a ser acumulado.⁷⁹

Wilson Suzigan afirmou que há evidências de que o investimento industrial aumentou substancialmente durante o Encilhamento, a partir de novos dados sobre a exportação de maquinários industriais para o Brasil, bem como das informações sobre o estabelecimento de novas empresas existentes. Os dados indicam um pico industrial durante o Encilhamento: as exportações de maquinaria industrial para o Brasil aumentaram cerca de 30% em 1890 e mais de 70% em 1891. O autor concluiu que a política expansionista e as reformas institucionais deste período, apesar dos abusos que levaram a especulação no mercado de valores, tiveram resultados positivos em investimento industrial e podem mesmo ter facilitado a formação de capital industrial.⁸⁰

Eulália Lobo enfatizou que a maioria das empresas existentes no Rio de Janeiro se estabeleceu entre 1889 e 1907, o que demonstrou que sobreviveram tanto à crise do Encilhamento, quanto à política contencionista de Joaquim Murinho, como veremos mais adiante.⁸¹

Portanto, as reformas bancárias, e as leis sobre as sociedades anônimas, adotadas em fins do Império e início da República, tiveram um papel importante para o crescimento industrial no país, especialmente no Rio de Janeiro (Estado e município), sendo peças

VERSIANI, F. & VERSIANI, M.T. "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição". In: VERSIANI, F. & BARROS, J.R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1978. p. 121-142.

⁷⁸ Segundo a autora, alguns setores industriais já instalados no Distrito Federal ampliaram-se nesse período: indústria têxtil, de chapéus, de calçados e metalúrgicas; enquanto outros ramos foram fundados em pleno Encilhamento, como os moinhos de trigo e as indústrias de juta, de cerveja e de fósforos. Salienta também que grande parte das indústrias criadas neste período ou ampliadas organizou-se sob forma de grandes firmas, além de se verificar a presença significativa do capital estrangeiro em alguns ramos industriais do Rio de Janeiro. LEOPOLDI, *op. cit.*, p. 57.

⁷⁹ STEIN, Stanley. (1979), *op. cit.* p. 142.

⁸⁰ VILLELA & SUZIGAN., *op. cit.*, p. 50.

⁸¹ LOBO, Eulália. *op. cit.*, p. 471.

articuladas com intenção de alterar o fluxo de capitais na economia, canalizando para investimentos de maior porte, característica dos empreendimentos organizados sob a forma de Sociedades por Ações.⁸²

Diante de tudo que apontamos arriscamos a afirmar que houve no período em foco, o surgimento de um grupo econômico-social importante – uma burguesia urbana ligada ao comércio, às profissões liberais, às manufaturas e à burocracia-, principalmente no Rio de Janeiro, que interferiu na composição de classes no poder e, conseqüentemente, na manutenção ou alteração da política econômica.

1.3 Políticas bancária, fiscal e cambial do início da República: uma discussão

O ambiente econômico e institucional analisado em seção anterior, e que permitiu aos Guinle fazerem seus primeiros investimentos no setor de infraestrutura, primeiramente com a arrematação da concessão do porto de Santos (1888), e depois no setor elétrico (1904), só pode ser melhor compreendido se analisarmos as mudanças que estavam ocorrendo no Estado brasileiro do período.

Para além de mero reflexo da organização econômica da sociedade brasileira, como também de um corpo tecnocrático ou burocrático a pairar sobre essa sociedade, as decisões políticas, e aí nos referimos mais exatamente às medidas institucionais como a criação da Lei das Sociedades Anônimas de 1890 e as reformas bancárias de 1888-1889, foram resultados de pressões e contrapressões existentes entre os vários setores das várias frações da classe dominante e, também, das pressões e contrapressões existentes entre a classe dominante e dominada. Em outras palavras, as políticas econômicas são resultados da ação de grupos sociais, e não meras reações às necessidades da própria complexidade econômica. Elas são resultados da interação entre a ação dos grupos e as necessidades, às vezes, urgentes, de respostas a determinadas situações emergenciais. E a construção do tecido social é resultado também, entre outras coisas, do próprio funcionamento das instituições, tal como salientou Thompson ao refletir sobre as leis, e Poulantzas ao refletir sobre o funcionamento do Estado em seu sentido estrito.⁸³

⁸² LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.*, p. 125.

⁸³ THOMPSON, E. P. *op. cit.*; POULANTZAS, Nicos.*op.cit.*

Francisco Oliveira defende a idéia de que a economia e a sociedade brasileira da chamada República Velha estavam inseridas no bojo da expansão do capitalismo ocidental e sofrendo mudanças nas relações de produção, o que aprofundou sua *vocação agrícola*. Ainda segundo ele, a Abolição teria potencializado a estrutura agrária, já que teria provocado o surgimento de um “quase campesinato” e o aparecimento de tipos de exploração agrícola fundados em mecanismos de dominação que repunham o econômico sob formas de coerção extra-econômica – coronelismo e seus desdobramentos como a meação, o colonato, o barracão, etc.-, permitindo que a renda da terra emergisse como forma de valor, aumentando a acumulação por meio de relações sociais cuja reprodução assegurava-se no âmbito da circulação, ampliando a extração de excedentes. Tudo isso, contribuiu para o avanço do *modo de produção de mercadorias*.⁸⁴

No entanto, o autor destacou que todo esse processo de avanço da divisão social do trabalho em direção ao capitalismo, marcado pela *vocação agrícola* da economia da chamada República Velha, tinha um grave problema: o fato de estar subordinado à intermediação comercial e financeira externa, o que retirava da economia parte significativa do excedente produzido.

Na visão de Francisco Oliveira, a intermediação comercial e financeira era realizada sob a forma de divisas estrangeiras e impunha a preservação dessa forma de valor à nossa economia, e que, por isso, a política cambial teria se convertido no núcleo das controvérsias econômicas ao longo da Primeira República. Em outras palavras, todas as políticas econômica, financeira e administrativa da chamada República Velha estariam respondendo às oscilações das cotações internacionais dos principais produtos por nós exportados - café, borracha e outros - e, por conseguinte, seriam elas voltadas à defesa da renda dos maiores proprietários, mesmo que isso levasse ao endividamento externo do país.

No nosso entendimento, Francisco de Oliveira estabeleceu uma estreita relação entre os grupos sociais ligados às principais atividades econômicas do país, leiam-se atividades voltadas para a exportação, e as políticas econômicas implementadas, mostrando que essas últimas eram resultado das pressões sociais. Idéia com a qual concordamos, ou seja, que no saldo geral as políticas econômicas dos primeiros anos da chamada República Velha beneficiaram especialmente a fração cafeicultora paulista⁸⁵. No entanto, o mesmo autor não fez uma análise minuciosa dessas políticas, o que muito nos interessa de perto, pois queremos

⁸⁴ OLIVEIRA, Francisco. *op. cit.*, p. 393-414.

⁸⁵ Oliveira mostra que as novas relações produtivas, associadas às culturas de subsistência e ao complexo latifúndio-comercialização-minifúndio, reordenavam as relações campo-cidade, contribuindo para o desenvolvimento da divisão social em direção ao capitalismo. OLIVEIRA, Francisco. *op.cit.*

entender em que condições econômicas e financeiras mais precisas os Guinle investiram no setor de eletricidade nesse período.

A análise acima, no entanto, não tem consenso. Paulo Neuhaus e Winston Fritsch, embora reconheçam a existência de certa correspondência entre a adoção de determinadas políticas econômicas e os interesses econômicos de determinados grupos sociais, relativizam essa correspondência, pois enfatizam a política econômica do governo não como um interesse de uma classe dominante/dirigente, e sim como uma política de Estado formada por um corpo burocrático.⁸⁶

Retornando ao chamado Encilhamento, que discutimos em seção anterior, não há grandes controvérsias acerca do legado que ele deixou para o mercado de títulos e cambiais⁸⁷. Muitos abusos foram permitidos, levando ao surgimento de uma fase de descontrole inflacionário que incrementou a lucratividade da produção de mercadorias exportáveis e, também, das substituições de importações, além de expandir a produção cafeeira⁸⁸. No entanto, elevou também os gastos públicos em mil-réis já que as despesas do governo haviam crescido proporcionalmente à queda da taxa de câmbio⁸⁹, além de diminuir as receitas com a queda das importações, já que a base de arrecadação do governo eram os impostos sobre importação.

Em outras palavras, a indústria interna passou a sobreviver à custa da desvalorização cambial e de tarifas aduaneiras protecionistas⁹⁰; os cafeicultores, também em função da desvalorização cambial, tiveram suas rendas protegidas, além de provocar o aparecimento de mais produtores no mercado de café; e a inflação desorganizara as finanças do Governo.⁹¹

⁸⁶ NEUHAUS, P. *op.cit.*; FRITSCH, Winston. Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo. *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

⁸⁷ LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p.177; GREMAUD, P. *op.cit.*, p. 1; NEUHAUS, Paulo. *op. cit.*, p. 15; FRITSCH, Wiston. *op. cit.*, p. 259.

⁸⁸ Em 1891 e 1892 houve também aumento dos preços do café no mercado externo. GREMAUD, Amaury;, Flávio e JÚNIOR, Rudnei T. *op. cit.*, p. 81. Temos que tomar cuidado para não acharmos que a inflação era uma preocupação como tal se enfatizou no século XX, e nos dias de hoje.

⁸⁹ Para Fritsch há uma relação entre a depreciação cambial brasileira e a crise da Casa Baring. Segundo ele a paralisação da entrada de capitais estrangeiros no Brasil não se deu somente como consequência das incertezas políticas associadas à queda do Império, mas refletia a contração global nos empréstimos externos ingleses que seguiu à crise da casa Baring. A origem Argentina da crise teria por que passou o mercado financeiro de Londres teria destruído temporariamente a confiança em títulos sul-americanos, levando à queda dos investimentos ingleses no continente, bem como a proporção total dos empréstimos externos ingleses. Cf. FRITSCH, Wiston. *op. cit.*, p. 259-261. Conferir também FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *A Década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional 1888-1900*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

⁹⁰ A tarifa-ouro entrou em vigor no início de 1890, e estava limitada inicialmente a 20 por cento dos direitos alfandegários, passou para 100 por cento alguns meses depois. A lei orçamentária para o ano de 1892, no entanto, viria a abolir essa cobrança em ouro, embora aumentando as tarifas em 50 e até 60 por cento. VILELLA, A. V& SUZIGAN, W. *op. cit.* p.21.

⁹¹ Algumas medidas foram tomadas em fins de 1890 visando controlar e moralizar o mercado de ações, não se alterando, no entanto, a situação geral.

Diante desse quadro, a necessidade da restauração das finanças e da credibilidade internacional eram questões prementes, e Joaquim Murinho, ministro da Fazenda de Campos Sales, fez uma intervenção radical no mercado de câmbio, como também nas despesas públicas⁹². Houve o início de uma política acentuada de contenção onde a preocupação fundamental, no momento, era a retirada da moeda de circulação para diminuir a inflação e atrair o retorno do capital estrangeiro para o equilíbrio do balanço de pagamentos.⁹³

Foi em meio a esses acontecimentos e à existência de certo consenso em torno da necessidade de haver uma redução do meio circulante que, em 1898, com endosso do Ministro Murinho, foi assinado, em Londres, o *Funding Loan*, acordo financeiro que assegurava ao Brasil um empréstimo de dez milhões de libras e a suspensão dos pagamentos de amortizações até 1911, desde que houvesse deflação⁹⁴.

As medidas adotadas e que alteraram os rumos da política econômica interna, passando a serem fortemente contracionistas, ainda que tenham, ao que tudo indica, interrompido o surto industrial do início da República, provocaram uma proteção às indústrias domésticas já instaladas⁹⁵ e, somadas à retração do crédito provocada pela deflação, beneficiaram as maiores empresas nacionais⁹⁶.

⁹² LEVY, Maria B. *op. cit.*, p. 179-180. Conferir também BASTOS, Pedro Paulo Z. Ortodoxia e Heterodoxia Antes e Durante a era Vargas: contribuições para uma Economia Política da gestão macroeconômica nos anos 1930. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), Vol. 9, nº. 4, p.183–214, dez. 2008.

⁹³ Havia duas grandes controvérsias entre os contemporâneos acerca dos problemas brasileiros. A primeira se ligava às causas da desvalorização monetária: uns, e entre eles Rui Barbosa, acreditavam que a queda do câmbio e a desvalorização da moeda não tinham uma relação tão estreita com a expansão da base monetária, mas com o problema na balança de capitais. Outros, no entanto, associavam expansão da base monetária e desvalorização da moeda; a outra dizia respeito à solução dos problemas: uns (Oiticica, Leopoldo de Bulhões, Campos Sales, Rangel Pestana e Rodrigues Alves) defendiam que o meio circulante fosse encampado pelo governo. Outros, defendiam que apenas houvesse uma reorganização do sistema bancário, unificando as emissões e centralizando-as em um único banco (Francisco Glicério, Erico Coelho, Serzedello Correa, e outros). GREMAUD, A.P. *op. cit.* p. 1-4.

⁹⁴ Sobre os detalhes do acordo cf. LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p. 180. Conferir também FILOMENO, Felipe Amim. A crise Baring e a crise do encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 135-171, abr. 2010

⁹⁵ Maria Bárbara Levy afirma que Murinho não via com “bons olhos” a proteção às indústrias domésticas, pois considerava suas produções caras e de má qualidade, chegando a fazer coro àqueles que diziam que havia indústrias artificiais e que não deveriam ser protegidas. No entanto, segundo a autora, a preocupação com a recuperação cambial levou a introduzir a tarifa-ouro, que teve o efeito de proteger as empresas já instaladas. LEVY, Maria B. *op. cit.* p. 184. Visão compartilhada por Neuhaus. NEUHAUS, Paulo. *op.cit.* p. 17. E também por VILLELA, A.V&SUZIGAN, W.p.95 e LUZ, N. V.*op.cit.*p.126. Além da questão da tarifa-ouro, cabe salientar que a valorização resultante da política contracionista de Murinho facilitava a importação, permitindo a ampliação da capacidade produtiva da indústria no país, já que máquinas e equipamentos usados pela indústria brasileira eram importados. VERSIANI, F., VERSIANI, M.T. “A industrialização brasileira antes de 1930. In: GREMAUD, A.P.; SAES, F.A.M. e JÚNIOR, R.T. *op. cit.*p.88.

⁹⁶ Ahamos importante destacar que em pleno momento e logo após o funcionamento do regulamento Murinho, os negociantes Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle, fundadores da Docas de Santos (1892) e também da Guinle&Cia/CBEE (1904/1909), estavam fazendo vários investimentos importantes: em 1899 se associaram a Gabriel Pinto da Motta e criaram, em Londres, a Motta’s Coffee Company Limited; em 1897, assumiram o controle acionário da Companhia Linha Circular e Carris da Bahia; em 1892 fundaram a Cia. Docas de Santos

Assim ressalta Nícia Vilela Luz:

(...) A cobrança de parte dos direitos de importação em ouro – e cuja proporção foi elevada, pela nova pauta, para 25 por cento e, principalmente, a depressão cambial que se acentuou na década de noventa e manteve-se, embora com uma ligeira elevação até 1904, foram, por outro lado, auxiliares eficazes na proteção à indústria nacional.⁹⁷

O aumento da quota-ouro que passou de 15% para 25% elevou, de modo geral, os direitos alfandegários, favorecendo a indústria já beneficiada nos anos de 1898-1900, por uma taxa cambial excessivamente baixa. O que não significa afirmar que todos os industriais estivessem satisfeitos com tal política, até porque em 1901 houve uma ligeira elevação cambial⁹⁸ e isso causou certo mal-estar entre as indústrias brasileiras, inclusive fábricas estavam fechando, outras estavam diminuindo horas de trabalho.⁹⁹

Além disso, houve uma súbita contração da base monetária, em 1900, o que provocou suspensão de pagamentos, retração do ambiente comercial do Rio de Janeiro, falências bancárias, enfim, conseqüências ruins para a economia. Além de tudo isso, o Banco da República foi encampado, levando à sua completa reestruturação, dando origem ao quarto e atual Banco do Brasil que passou a ser o agente de câmbio exclusivo do governo.¹⁰⁰

Portanto, a política econômica de Murtinho, traduzida no *fundings*, foi marcada pela contração da base monetária, o que acarretava uma intervenção significativa no mercado cambial, e pelo aumento da arrecadação fiscal, especialmente a determinação do pagamento, em ouro, de parte das tarifas de importação.¹⁰¹

para ser a empresa líder no setor portuário; em 1904 entraram como sócios da Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul. Enfim, “o raiar do século XX pode ser caracterizado como de expansão dos negócios dos principais acionistas da Companhia Docas de Santos, Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle”. HONORATO, Cezar T. *op.cit.*, p. 140-141.

⁹⁷ LUZ, Nícia Vilela. *op.cit.* p.125-126. Apontando para a complexidade do momento, a autora mostra que, em 1899, uma comissão nomeada pela Câmara para rever a pauta aduaneira e que apoiava, de modo geral, Campos Sales e Murtinho, reconhecia a necessidade de amparar as indústrias já existentes.

⁹⁸ Enquanto a taxa cambial manteve-se relativamente baixa, a tarifa de 1900 funcionava como proteção à indústria, mas com a alta do câmbio, principalmente a partir de 1905, essa situação invertera-se. *Idem. Idem.* p.187.

⁹⁹ *Idem. Ibidem.* p.126.

¹⁰⁰ NEUHAUS, P. *op. cit.*, p. 18-22. Maria Bárbara Levy mostra que o regulamento Murtinho também tentou intervir drasticamente na vida interna das sociedades anônimas de seguros. Mostra também que o regulamento citado provocou uma redução no número de bancos com suas ações cotadas na Bolsa e queda vertiginosa de suas cotações. E que o contrário ocorreu no setor têxtil, cujas ações se recuperaram da depressão do início do século e assumiram uma ótima posição no *ranking* do volume de operações, ultrapassando até mesmo as companhias de estradas de ferro. LEVY, Maria B. *op. cit.*, p. 181-182.

¹⁰¹ Maria Bárbara Levy fez questão de enfatizar que as atitudes de Murtinho, ministro da fazenda, estavam em consonância com o papel mais importante do Estado Liberal que era assumir a posição de guardião da moeda, garantindo que sua cotação refletisse as forças do mercado. LEVY, Maria B. *op.cit.* p. 183.

Maria Bárbara Levy afirmou que “o significado global do *funding* representou o controle das finanças nacionais pelos banqueiros estrangeiros, que passaram a impor orientações e compromissos, visando assegurar os interesses dos seus investimentos”¹⁰². Visão compartilhada também por Fritsch que afirmou que o *funding* resultaria da fraqueza do governo brasileiro diante dos problemas que se apresentavam.¹⁰³

O governo Rodrigues Alves (1902-1906), que sucedeu Campos Sales, embora tenha mantido as linhas gerais das políticas econômicas adotadas por Murinho com o Ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões, diminuiu o ritmo de recolhimento das moedas e afrouxou a política fiscal, o que possibilitou uma mudança na economia brasileira.¹⁰⁴. Mesmo com a queda do preço do café no mercado internacional, as exportações brasileiras aumentaram, permitindo uma recuperação das receitas, beneficiadas também pelo *boom* da borracha e pela entrada de capitais estrangeiros_ tabela 1. Além disso, houve uma melhoria das condições de crédito nos mercados de capitais europeus o que coincidiu com o crescimento das reservas em Londres, permitindo a implementação de um programa de expansão e modernização de portos e da reforma urbana do Rio de Janeiro¹⁰⁵. Assim, a política restritiva de Bulhões, somada aos saldos na balança comercial e a entrada de grande quantidade de capitais estrangeiros, gerando uma posição favorável no balanço de pagamentos, acarretou uma valorização da moeda_ tabela 2.

Tabela 1: Brasil: Principais Produtos de Exportação (1851-1890)
Participação dos sete principais produtos de exportação na receita das Exportações (%)

Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Outros *	Total
1851-60	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-70	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-80	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-90	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-1913	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III O Brasil Republicano, 1º Volume Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985. p.355

¹⁰² LEVY, Maria B. *op.cit.* p. 183.

¹⁰³ FRITSCH, W. *op.cit.* p. 261.

¹⁰⁴ NEUHAUS, P. *op.cit.* p. 23.

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem.* p.23. LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p.184; BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: uma Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

Tabela 2: Brasil: indicadores econômicos (1905-1913)

Ano	Taxa de Câmbio (1)	Estoque de Moeda (M1) (2)	Exportações (3)	Importações (3)	Dívida externa registrada (4)
1905	15,31	726,2	44.463	29.830	379,2
1906	15,06	777,7	53.054	33.204	426,0
1907	15,90	855,9	54.177	40.528	443,5
1908	15,98	863,8	44.155	35.491	542,4
1909	15,96	960,5	63.724	37.139	552,5
1910	14,90	1.092,4	63.092	47.872	624,6
1911	15,02	1.228,1	66.839	52.822	643,2
1912	15,00	1.272,8	74.649	63.425	640,5
1913	15,00	1.150,6	65.451	67.166	702,1

Notas: (1) Taxa de câmbio implícita da balança comercial (mil-réis/libras); (2) Saldos em final de período –milhares de contos de réis; (3) Em 1.000 libras; (4) Em milhões de dólares. Fonte: GREMAUD, Amaury P., SAES, Flávio e TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. 1ed. São Paulo, Atlas, 2008.p.84.

Portanto, durante o governo Rodrigues Alves, a economia brasileira apresentava dois sinais importantes a serem destacados: os preços do café continuavam a cair no mercado internacional¹⁰⁶ e a moeda brasileira estava valorizada¹⁰⁷. Combinação que não satisfazia os interesses dos grandes produtores de café, tanto que surgiu um movimento em prol de uma política de sustentação dos preços do café e da estabilidade cambial, traduzida no Convênio de Taubaté.¹⁰⁸

A partir do Convênio, assinado em 1906, já no governo Afonso Pena, adotou-se uma política de valorização do café com o intuito de evitar maiores quedas no preço internacional desse produto, juntamente com a chamada “Caixa de Conversão”. Por meio desta última estabilizou-se o câmbio, evitando a valorização e alterando o regime cambial que passou a ser

¹⁰⁶ A partir de 1892/1894 os preços do café no mercado externo começaram a cair, mas até 1898 a desvalorização cambial evitava que a queda dos preços internacionais repercutisse sobre a lucratividade da cafeicultura. Por isso, as inversões em novas plantações continuaram ocorrendo e, no início do século XX, já havia a percepção de que o mercado estava saturado e que novas plantações deveriam ser evitadas.

¹⁰⁷ Essa alta do câmbio provocou várias reclamações por parte das diversas indústrias. LUZ, Nícia Vilela. *op. cit.* p.187.

¹⁰⁸ Muitos autores analisaram essa primeira valorização do café, mas o fizeram a partir da realidade paulista, concluindo que a Valorização, ao preservar a lucratividade do setor cafeeiro, teria levado à reinversão no próprio setor. Cf. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; VILELLA & SUZIGAN. *op. cit.*; PELAEZ, Carlos M. *op.cit.* No entanto, Antônio Barros de Castro mostrou que havia áreas distintas produtoras de café, e Sônia Regina de Mendonça mostrou que no Rio de Janeiro a primeira valorização não minimizou a crise da decadente cafeicultura, atenuada mais pela tendência à diversificação agrícola, análises fundamentais para evitar generalizações acerca do funcionamento, repercussões e resultados da política implementada para sustentar os preços do café e estabilizar o câmbio. CASTRO, Antonio de Barros. “O café: auge, “sobrevida” e superação. In. LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.*, p. 227; MENDONÇA, Sônia Regina de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ICHF, 1977. (Dissertação de Mestrado).

de taxas de câmbio fixas. O governo garantia a conversão das divisas em mil-réis (e vice-versa) a uma taxa fixa de câmbio. Assim, a política monetária passou a depender da situação do balanço de pagamentos.¹⁰⁹

Nesse ponto é que as análises acerca da política econômica da Primeira República, pós-conseqüências do regulamento Murinho, apresentam algumas diferenças que precisam ser consideradas. Francisco de Oliveira¹¹⁰, tal como já salientamos, estabelece, de uma maneira geral, uma relação direta entre a força econômica e política dos cafeicultores paulistas e a política cambial da chamada República Velha: seria ela uma rendição aos interesses da agroexportação cafeeira, e aí, entendemos, inclui-se também o momento da adoção e implementação do projeto de valorização do café. Winston Fritsch¹¹¹, por sua vez, defende que os interesses dos cafeicultores paulistas não foram, em sua completude, aceitos, pois apesar de conseguiram a aprovação da ajuda aos produtores de cafés finos, não conseguiram, em um primeiro momento, a garantia dos pagamentos dos empréstimos pelo governo federal, e não conseguiram a aprovação da estabilização monetária. Segundo o autor, esse adiamento da aprovação da estabilização monetária, significou uma reação à pressão dos cafeicultores.

Levy não deixa de destacar que no momento da implantação da política de valorização do café que a grande produção vinha de São Paulo e que, só por isso, os produtores paulistas tinham grande expressão econômica e também política, podendo pressionar o sistema a ponto de mudar o jogo político e influir na distribuição de recursos da sociedade de forma a serem beneficiados. Faz também questão de salientar e enumerar os vários segmentos sociais que se opuseram ao projeto, tais como parlamentares do Distrito Federal e dos estados do Nordeste, além de membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro, do Centro Industrial do Brasil e o *Jornal do Commercio*, e também de afirmar que o crescimento dos investimentos estrangeiros e a recuperação do balanço comercial poderiam levar a apreciações cambiais incontroláveis, *prejudiciais a todos os produtores nacionais e até mesmo aos bancos estrangeiros* (grifo nosso)¹¹². Entendemos que Maria Bárbara Levy, assim como Fritsch¹¹³,

¹⁰⁹ Quando entravam mais divisas que saíam expandia-se o crédito interno sem efeitos sobre a taxa de câmbio.

¹¹⁰ Para o autor, tal como já mencionamos, a questão central da economia da República Velha estava na intermediação comercial e financeira da agro-exportação que era quase totalmente externa, intermediação essa que retirava da economia uma parte do excedente produzido (lucro) que não seria reinjetado nela, mas nos países onde se realizava (Inglaterra, EUA). E ainda, como era realizada em divisas estrangeiras, essas divisas estrangeiras tornavam-se fundamentais para o circuito: produção-comercialização-financiamento-comercialização-acumulação-produção. Por isso, afirma que a política cambial era tão fundamental, e era a razão central da política econômica do governo, núcleo das controvérsias e lutas econômicas, sociais e políticas no seio da classe dominante. OLIVEIRA, Francisco. *op.cit.* p. 398.

¹¹¹ FRITSCH, Wiston. *op. cit.*, p. 272.

¹¹² LEVY, Maria Bárbara. *op.cit.* p.186.

consideraram as medidas de combate às valorizações abruptas e desestabilizadoras do câmbio como uma necessidade da economia brasileira como um todo, para além dos interesses exclusivos dos grandes produtores de café; o que significa relativizar a posição assumida por Oliveira.

De qualquer forma, em 1906, momento em que a safra de café fora gigantesca, foram aprovados o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão¹¹⁴ e, para Levy, especialmente o funcionamento Caixa de Conversão, que tinha implicações mais gerais e profundas, fora resultado também da pressão daqueles que se opunham à desvalorização da moeda brasileira¹¹⁵ Fora as grandes controvérsias acerca dos resultados da Política de Valorização e da criação da Caixa de Conversão para a economia brasileira como um todo¹¹⁶, e não apenas para São Paulo¹¹⁷, ou mesmo seu papel como orientador dos investimentos¹¹⁸, o que nos interessa mais de perto, são as relações entre essas políticas e a possibilidade da fundação e do crescimento das indústrias de uma maneira geral, e das de eletricidade em particular.

Os investimentos industriais teriam se recuperado em função da valorização cambial, embora desestimulasse a produção interna, já que teria facilitado as compras de máquinas e equipamentos no exterior para a indústria em geral e equipamentos e acessórios para transportes, especialmente ferroviários¹¹⁹, e, a partir de 1906, segundo Levy e Fritsch¹²⁰ apesar de não fazerem uma avaliação rigorosa da contribuição relativa da valorização do café nessa conjuntura, afirmam a existência de um ambiente econômico propício ao crescimento industrial. Inclusive, um aumento no valor da importação de equipamentos industriais a partir de 1902/1903.¹²¹

Levy mostra que o período pós-crise bancária, fruto do regulamento Murinho, foi de grande expansão para a economia brasileira, pois os mercados mundiais de café e borracha absorveram os produtos brasileiros em quantidades maiores e preços mais altos _tabela 1; que o impacto dos investimentos estrangeiros foi muito significativo, ressaltando que até a virada do século XIX os investimentos estrangeiros diretos tinham origem britânica, e que por volta

¹¹³ Fritsch entende que os acontecimentos internacionais do café e da borracha, somados aos fluxos de capitais europeus foram os fatores determinantes da atividade interna da economia brasileira no período. FRITSCH, Winston. *op.cit.* p. 273 -76.

¹¹⁴ Cf. NEUHAUS, P. *op.cit.* p.27-44.

¹¹⁵ LEVY, Maria B. *op.cit.* p.187.

¹¹⁶ Cf. considerações feitas na nota 107 p.28 por CASTRO, Antônio. *op.cit.* e MENDONÇA, Sônia Regina de. (1977- Diss. Mestrado), *op.cit.*

¹¹⁷ Cf. nota 49.p.13.

¹¹⁸ VILLELA, Aníbal & ZUZIGAN, Wilson. *op. cit.* p.58.

¹¹⁹ *Idem. Ibidem.*p.96.

¹²⁰ LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p. 189; FRITSCH, Wiston. *op.cit.* p.277.

¹²¹ Cf. SAES, Alexandre M. (2010). *op.cit.* p.212.

de 1905, os capitais europeus não-britânicos e norte-americanos representavam 40 e 5% respectivamente, proporção que mantiveram até 1913. Ressalta que os setores que mais atraíram o capital estrangeiro foram os da energia elétrica e indústrias em geral¹²². Fritsch aponta para o grande crescimento econômico brasileiro, apesar do interregno 1907-1908, inclusive ressaltando o grande *boom* desse crescimento entre 1909-1912¹²³. Neuhaus, também¹²⁴.

Villela e Suzigan, também tratando do mesmo período, ressaltam que as políticas contracionistas do Governo Federal do pós-regulamento Murtinho, não impediram um novo surto industrial a partir de 1903, acentuado entre 1905 e 1913, quando a relação de trocas e a capacidade de importar da economia aumentaram muito, permitindo altos níveis de formação de capital no setor industrial (tabela_3 abaixo). E ainda, que aumentaram as importações dos produtos das indústrias dinâmicas (matérias-primas básicas e bens de capital), enquanto diminuía as importações dos produtos das indústrias tradicionais (bens de consumo), alterando a estrutura das importações (tabela _4 abaixo).¹²⁵

Após essa análise os autores acima citados concluem que “foi dado um significativo passo no processo de industrialização. Substituíram-se as importações de bens de consumo não-duráveis e matérias-primas não-metálicas, aumentando-se o processamento interno de matérias-primas metálicas e a dependência em relação ao exterior, dos bens de capital”.¹²⁶

Tabela 3: Brasil Indicadores da Formação de Capital na Indústria, 1901-1913 (Médias anuais)

Períodos	Consumo Aparente de Cimento (1000 t)	Consumo Aparente de Aço* (1.000 t)	Importação de Bens de Capital para indústria (índice, 1939=100)
1901-1902	48,0	48,1	44,3
1903-1906	116,9	73,2	51,9
1907-1909	193,0	127,7	73,1
1910-1913	341,3	197,1	157,8

Fonte: Apêndice Estatístico, Tabela XVII.

*Exceto importação de trilhos para ferrovia. In. VILLELA &SUZIGAN (2004). *op.cit.* p.130.

¹²² LEVY, Maria Bárbara. *op. cit.* p. 190.

¹²³ FRITSCH, Wiston. *op. cit.* p.259-261.

¹²⁴ NEUHAUS, Paulo. *op. cit.*, p. 36.

¹²⁵ VILLELA, A.V.&SUZIGAN, W.*op.cit.* p.128-130.

¹²⁶ VILLELA, Anníbal V.&SUZIGAN, Wilson. *op.cit.* p.130.

**Tabela 4: Brasil - Importações segundo Tipos de Bens, 1901-1913
Em Percentagens sobre o Total**

	1901-02	1903-06	1907-09	1910-13
Bens de Consumo	40,1	36,6	31,3	30,7
Duráveis	3,7	5,5	7,0	8,4
Não-Duráveis	36,4	31,1	24,3	22,3
Combustíveis e Lubrificantes	9,3	7,7	8,3	8,7
Matérias-Primas	42,0	48,5	48,4	46,3
Para a Indústria (Metálicas)	6,6	9,0	12,3	11,3
Para a Indústria (Não-Metálicas)	34,2	37,5	32,9	30,5
Outras	1,2	2,0	3,2	4,5
Bens de Capital	5,6	7,1	12,0	14,3
Para a Indústria	0,8	1,8	3,3	3,7
Para Transportes	0,8	1,5	4,0	5,0
Outros	4,0	3,8	4,7	5,6
Não Classificados	3,0	0,1	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Apêndice Estatístico, Tabela XXI. In. VILLELA &SUZIGAN (2004). *op.cit.* p.131.

Portanto, a valorização monetária e/ou sua estabilização teriam possibilitado a importação de equipamentos que permitiram que houvesse um crescimento industrial no Brasil, traduzindo-se em um período favorável para que os investidores, nacionais ou estrangeiros, pudessem criar ou ampliar suas plantas.

E nesse processo, tal como afirmou Lamarão, o papel desempenhado pela eletricidade deve ser destacado:

O recenseamento de 1920 contabilizou um total de 13.336 estabelecimentos industriais no país (um aumento de 346,3% em relação a 190 (...)). A estrutura produtiva da indústria de transformação no Brasil em 1920 ainda era dominada pela produção de bens de consumo (...). Do total de estabelecimentos industriais apontado acima, 5.579 eram movidos pelo braço do homem e/ou pela tração animal, o que revelava que o processo de transição da manufatura para a indústria ainda estava em pleno andamento, e 7.757 contavam com força motriz advinda dos chamados motores primários e/ou de origem elétrica. Nesse subtotal, 3.045 indústrias (39,3% do conjunto) acionavam suas máquinas com energia elétrica fornecida por terceiros e 203 (2,6%) eram autoprodutores. Os 4.509 estabelecimentos restantes (58,1%) trabalhavam com os motores primários, assim distribuídos: 2.774 (35,8%) com máquina a vapor; 990 (12,8%) com rodas hidráulicas; 618 (8,0%) com motores de combustão (gás, gasolina, petróleo, etc.); e 113 (1,5%) com turbinas hidráulicas. Quatorze estabelecimentos não

especificaram a natureza da força motriz utilizada. Desse modo, tomada isoladamente, a energia elétrica se firmava em 1920 como principal insumo energético utilizado pela indústria brasileira.¹²⁷

O autor acima, Sérgio Lamarão, concordando com Wilson Suzigan, Bárbara Levy e Eulália Lobo, afirma que em 1920 o uso da eletricidade como força motriz já se achava razoavelmente disseminado na estrutura industrial do país, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo usada nas indústrias de construção de aparelhos de transporte, nas indústrias de couros, produtos químicos, etc. E os grandes parques industriais eram os de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco que concentravam 82,6% do total da força motriz recenseada em 1920. São Paulo aparecendo em primeiro lugar, seguido do Distrito Federal, depois do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Cabe ainda salientar que, em 1920, o Brasil tinha 343 usinas, cuja potência instalada era de 475, 652 CV. Desse total, 370.074 (77,8%) eram de origem hidráulica e 105.578 (22,2%) de origem térmica, e das usinas recenseadas em 1920, 256 (74,6%) tinham entrado em operação entre 1911 e 1920¹²⁸.

Apesar das muitas dificuldades que a análise do período nos impõe, acreditamos ser possível afirmar que não houve políticas deliberadamente industrializantes no Brasil da Primeira República e que a economia brasileira no período não era uma economia industrializada. Entretanto, houve um crescimento significativo nesse sentido. E o momento em que os Guinle fizeram seus primeiros investimentos nos setores públicos, tais como serviços portuários e de eletricidade, o que se registrou foi exatamente a existência de um ambiente propício ao surgimento e crescimento no número de investimentos industriais no país.

1.4 A economia fluminense e a indústria carioca em fins do século XIX e início do século XX: algumas considerações

No final do Império e também no início da República, o estado do Rio de Janeiro vivia uma crise do setor agrário-exportador, enquanto a cidade do Rio vivia uma florescência de

¹²⁷ LAMARÃO, Sérgio T. *op.cit.* p.327-328.

¹²⁸ *Idem. Ibidem.* p. 330-331.

atividades internas, tais como comerciais e industriais. Era o município do Rio de Janeiro (Distrito Federal após a Proclamação da República, em 1889), a cidade que reunia a maior concentração fabril e operária do Brasil, primazia antes exercida pela Bahia e que só seria perdida para São Paulo, em meados dos anos de 1910. Isto mostra que não é possível explicarmos a economia fluminense a partir de generalizações, melhor dizendo, não dá para explicar essa economia a partir do caso paulista¹²⁹.

Maria Bárbara Levy chega, inclusive, a afirmar que aqueles que se inspiram no processo de industrialização de São Paulo para explicar o do Rio incorrem em grande erro, pois associam “a decadência de uma classe – a dos cafeicultores escravistas do vale do Paraíba – com a decadência de toda a região do Rio de Janeiro”.¹³⁰

O surgimento e crescimento industrial carioca, por exemplo, não tiveram uma relação estreita e direta com os negócios cafeeiros, e sim com o comércio importador¹³¹. Segundo Ana Maria Monteiro, foram os negociantes de tecidos, ligados ao comércio importador e exportador, os principais agentes nesses empreendimentos.¹³² Inclusive sua expansão, entre 1880 e 1895, ocorreu exatamente quando a atividade cafeeira entrava em decadência. E ainda, Marieta de Moraes Ferreira demonstra que o “desenvolvimento industrial carioca e fluminense não tiveram uma relação reflexa e imediata com a agricultura do estado do Rio”, porque esse processo de industrialização “usufruíu de considerável autonomia, podendo manter um padrão de crescimento graças a um nível de acumulação de capital já existente no seio da comunidade mercantil local”.¹³³ Portanto, as duas autoras atribuíram à industrialização carioca uma trajetória específica.

E essa peculiaridade não se resumia à industrialização carioca se estendendo também à própria economia fluminense. Um exemplo disso foram os resultados da política de valorização do café no Rio de Janeiro, no início do século XX, que não levaram a realocação significativa de recursos para a lavoura cafeeira, e sim a busca de alternativas à cafeicultura. O que ocorreu foi um aprofundamento da diversificação agrícola que já vinha se esboçando

¹²⁹ Maria Bárbara Levy afirma que nem sempre o setor exportador foi o elemento dinâmico do processo industrial do país, como ocorreu em São Paulo. LEVY, Maria Bárbara. *op.cit.* p.140.

¹³⁰ Trecho retirado do prefácio de Maria Bárbara Levy (p.17) a “O fio da meada. Estratégia de expansão de uma indústria têxtil”, de autoria de Elizabeth von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos, obra editada em 1986, no Rio de Janeiro, por iniciativa da Fundação Casa de Rui Barbosa e Confederação Nacional da Indústria. In: LAMARÃO, S.T. *op.cit.* p.131.

¹³¹ *Idem. Ibidem.* p.132.

¹³² MONTEIRO, Ana Maria. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro, 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil.* Niterói: ICHF/UFF, 1985. (Dissertação de Mestrado).

¹³³ GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta Moraes. “Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1988(mimeo.), p.12. In: LAMARÃO, Sérgio T.N.*op.cit.*p. 132.

desde o início do século XX, e que substituíra o setor cafeeiro, tal como apontaram alguns trabalhos de historiadoras fluminenses¹³⁴.

Sônia Regina de Mendonça, por exemplo, identificou algumas das especificidades da lavoura cafeeira fluminense, apontando entre seus elementos fundamentais: o fato de ser a região uma zona de retaguarda da “cafeicultura nacional”, de existirem diversas formas de organização do trabalho agrícola, e o fato dos fretes ferroviários serem muito caros. Afirmou, ainda, que a cafeicultura escravista fluminense, seguindo a tendência dos últimos anos do século XIX, enfrentou, no pós-Convênio de Taubaté, uma série de dificuldades que iriam concorrer para o desenvolvimento de uma produção agrícola diversificada e que, ao contrário do que ocorrera em São Paulo, a diversificação agrícola não se originou nas pequenas propriedades oriundas da fragmentação de grandes e velhas fazendas, ou “colonização pelos trilhos”, nem tampouco o sistema de colonato, mas sim substitutiva a ele e realizada no próprio seio da grande propriedade¹³⁵.

Maria Bárbara Levy mostrou que não ocorreu um declínio agrícola do Rio de Janeiro com a decadência cafeeira, pois a agricultura do Rio não se resumia ao café. Havia outras produções agrícolas importantes como a da mandioca, a do feijão e outros, e que esses foram produtos importantes na substituição ao café. Ou seja, ressaltou que apesar da decadência cafeeira no período, havia um mercado interno na província do Rio de Janeiro capaz de possibilitar a existência de uma produção voltada pra a comercialização, onde “a produção de subsistência desempenhou papel fundamental no abastecimento urbano”.¹³⁶

Eulália Maria L. Lobo evidenciou que mesmo em plena crise da cafeicultura, a alfândega do Rio de Janeiro rendeu 56.000:000\$000 papel e 31.000:000\$000 ouro e a de Santos 33.000:000\$000 papel e 18.000:000\$000 ouro porque tinha importação 50% menor que a do Rio de Janeiro¹³⁷. Portanto, afirmou que a capital não se empobrecera substancialmente com a crise da lavoura do café, porém mudara de função. Outro dado apontado pela mesma autora foi a renda do imposto de consumo que atingiu 19.000:000\$000 no Rio de Janeiro, em 1908, enquanto em São Paulo foi somente de 11.000:000\$000, embora

¹³⁴ Não queremos com estas considerações negar a existência incontestável do poder político e econômico dos grupos agrário-exportadores no Brasil da chamada República Velha – inclusive, na definição de políticas econômicas –, mas estamos especificando o caso do Rio de Janeiro, onde as relações entre indústria e café não foram tão estreitas quanto no caso de São Paulo.

¹³⁵ Ver a esse respeito em MENDONÇA, Sônia Regina de. “Convênio de Taubaté e economia agrícola fluminense”. In: *Lócus*, revista de História de Juiz de Fora. Vol.5.

¹³⁶ Levy ressaltou ainda a necessidade de analisarmos a economia da cidade do Rio de Janeiro de forma agregada à economia fluminense, Maria Bárbara. *op.cit.* p.134. A autora apoiou-se nos seguintes trabalhos. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987; LINHARES, Maria Yedda. *O problema do abastecimento numa perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: 1978. (mimeo).

¹³⁷ LOBO, Eulália L. *op.cit.* p. 447.

a capital e o estado do Rio tivessem 1.800.000 habitantes e o estado de São Paulo, inclusive a capital, 2.300.000 habitantes. Ressaltou também que, em fins do século XIX e início do XX, “o porto do Rio de Janeiro estava entre os 15 principais portos do mundo, e estava em 3º lugar no continente americano, atrás apenas de Nova York e Buenos Aires¹³⁸”.

Maria Antonieta Leopoldi, também refletindo sobre a relação entre a decadência cafeeira e a economia fluminense, destacou que apesar do plantio do café na região fluminense declinar, e o porto do Rio começar a perder sua importância na exportação do café, a atividade portuária não declinou, especializando-se na função de receptor e distribuidor de matéria-prima e maquinário para a indústria, de artigos importados, consumidos na capital e províncias vizinhas alcançadas pelas ferrovias. Ressaltou ainda que a cidade do Rio de Janeiro era o centro financeiro mais importante do país, estando aí sediados os bancos estrangeiros e a mais importante Bolsa de Valores do País¹³⁹, e que a disponibilidade de dinheiro causada pelas políticas de créditos e emissões, geraram uma expansão monetária que provocou muita especulação na Praça do Rio, mas também permitiu uma acumulação de capital industrial e financeiro, tanto que muitos dos empreendimentos industriais expandiram-se, como foi o caso da indústria têxtil. Segundo a autora, as fábricas de tecidos de algodão do Distrito Federal, e também as do interior fluminense, eram as maiores do País na época do Encilhamento¹⁴⁰.

Afirma também que o dinamismo econômico que houve na Capital Federal, após a recessão econômica ocorrida entre 1896-1901¹⁴¹, propiciado, principalmente, pelas medidas adotadas no Governo Rodrigues Alves (1902-1906), em especial, o programa de obras públicas que envolveu o saneamento e urbanização¹⁴², além da entrada de capitais estrangeiros, devem ser levados em conta quando se analisa a economia fluminense. Enfim, “a cidade do Rio de Janeiro era um importante centro de indústria têxtil (completado pelo interior fluminense, onde fábricas de tecidos importantes estavam sediadas), de construção naval e moagem de trigo”. Esta liderança só seria progressivamente perdida no início da

¹³⁸ *Idem. Ibidem.* p.447-48.

¹³⁹ A Bolsa de Valores de São Paulo foi criada em 1884 (36 anos depois da do Rio de Janeiro). A respeito da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Cf. LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.p.73

¹⁴⁰ LEOPOLDI, Maria Antonieta. *op.cit.* p. 62-63.

¹⁴¹ Para a autora, a tarifa alfandegária de 1900 cumpriu um papel protecionista para a indústria, desestimulando a importação de produtos manufaturados concorrentes, em virtude da cobrança da quota-ouro sobre as importações, e a crise da cafeeicultura, do setor financeiro e a queda do investimento industrial contribuíram para desacelerar o crescimento industrial, mas não chegaram a estagnar a área manufatureira. *Idem. Ibidem.* p.58.

¹⁴² *Idem. Ibidem.* p.65. Villela e Suzigan também ressaltaram a importância dos investimentos públicos para o aumento da atividade econômica a partir de 1903. SUZIGAN, Wilson. & VILLELA, Anníbal. *op. cit.* p. 103. Sobre os investimentos públicos feitos no Distrito Federal no início do século XX faremos algumas considerações adiante.

Primeira Grande Guerra. Logo, afirmou que de 1880 a 1915, a indústria do Distrito Federal viveu uma fase de expansão, apesar da crise na cafeicultura fluminense¹⁴³.

Os estudos aqui mencionados e que teceram algumas considerações sobre a indústria carioca e a economia fluminense não deixam dúvidas sobre suas especificidades, e especialmente os trabalhos Eulália Lobo e Maria Antonieta Leopoldi, mostrando a importância industrial e financeira do Distrito Federal, confirmam que ele não só “sobreviveu de forma relativamente autônoma à série crise nas fazendas de café fluminenses, como se firmou como centro industrial e financeiro nessa época”¹⁴⁴. E a explicação para esse fato está nas características da cidade (centro portuário, financeiro e sede do mercado consumidor), na mudança para o regime republicano, na Abolição, na transição para o trabalho livre, no Encilhamento, nos investimentos públicos em saneamento e urbanização da cidade e outros.

De forma alguma, os estudos aqui sumariados, negam o impacto da crise da cafeicultura sobre a indústria carioca, mas salientam que o impacto no Rio se deu de maneira muito diferente do caso paulista, pois os capitais investidos nas fábricas do Rio parecem ter vindo das atividades comerciais (em especial comércio importador, onde predominavam ingleses e portugueses) e financeiras (bancos e mercados de ações), quando não de reinvestimentos industriais¹⁴⁵. Além de tudo isso, Maria Antonieta Leopoldi ressalta:

Por volta da Primeira Grande Guerra, a cidade do Rio de Janeiro cidade do Rio de Janeiro cedia a primazia no setor têxtil para o Estado de São Paulo. Na verdade, era a cidade do Rio de Janeiro que deixada de acompanhar o ritmo célebre do desenvolvimento industrial da cidade e do interior de São Paulo reunidos. Se considerarmos o Distrito federal e o estado do Rio de Janeiro somados, verificamos que a posição da indústria têxtil da área do Rio de Janeiro (Distrito Federal, mais Rio de Janeiro) não decresce tanto perante o crescimento do mesmo setor fabril no Estado de São Paulo em 1915. Ao contrário, o valor de produção daquela equipara-se, com pequena vantagem, ao da indústria paulista. No setor de tecidos de algodão, a reunião das fábricas do Distrito Federal com as do interior fluminense indica a predominância da região do Rio de Janeiro sobre a de São Paulo em 1915.¹⁴⁶

¹⁴³ LEOPOLDI, Maria A. *op. cit.* p.62

¹⁴⁴ *Ibidem. Ibidem.* p.64.

¹⁴⁵ Sobre o impacto da Primeira Guerra Mundial na indústria do Rio de Janeiro. Cf. LEVY, Maria Bárbara (1994). *op.cit.* p.190-93.

¹⁴⁶ A autora, apesar de enfatizar as necessidades de pesquisas que especifiquem semelhanças, afirma que os industriais têxteis do Distrito Federal e do Rio de Janeiro atuavam como bloco regional integrado. Abasteciam-se de maquinário e matéria-prima através do porto do Rio, recorriam aos bancos do Distrito Federal, e sua mão-de-obra estrangeira vinha também da Capital Federal, e tinham uma associação de classe comum, o Centro Industrial do Brasil. LEOPOLDI, Maria A. *op.cit.* p.65. Ismênia de Lima Martins afirmou que o Distrito Federal era o principal mercado para os produtos das indústrias de Petrópolis, e também entreposto das matérias primas por elas transformadas. Afirmou também que da Capital Federal procediam os capitais que eram investidos nas indústrias petropolitanas. MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a história da industrialização de Petrópolis*. Universidade Católica, 1983.p.13-16.

Sendo assim, o que os estudos aqui mencionados permitem constatar é que, em fins do século XIX e início do XX, a economia fluminense era dinâmica e que a debilidade do setor agroexportador fluminense não impediu que o Distrito Federal se constituísse em um importantíssimo centro comercial, industrial, financeiro, e que liderasse o processo industrial no país. Constituindo-se também, sem a menor dúvida, em um mercado excelente para investimentos no setor elétrico.

1.4.1 Os investimentos públicos em saneamento e urbanização: a cidade do Rio de Janeiro era um mercado aberto para as empresas de eletricidade

Centro redistribuidor de produtos importados, núcleo de movimento financeiro, centro industrial, sede do mais movimentado porto do país e, entre outros, palco das decisões políticas da nação. Essas eram algumas das marcas do dinamismo econômico da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

Todo esse dinamismo econômico foi acompanhado por um acelerado processo de urbanização que impôs enormes desafios ao poder público nas primeiras décadas republicanas. Os investimentos públicos em saneamento e urbanização¹⁴⁷, e, em especial, a reforma urbana idealizada e executada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, entre 1902 e 1906, teve grande importância, do ponto de vista da intervenção do governo sobre a cidade, tanto que foi tema de algumas pesquisas nos anos de 1980¹⁴⁸. Essas transformações urbanas na cidade parecem ter sido o grande paradigma para as mudanças ocorridas em várias cidades do país.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Villela e Suzigan ressaltam a importância dos investimentos públicos para o aumento da atividade econômica da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1903. VILELLA, Annibal & SUZIGAN, Wilson. *op. cit.* p.103.

¹⁴⁸ Cf. ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio-Zahar, 1988; BENCHIMOL, Jaime Larry. *op.cit.*; CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, 1995; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

¹⁴⁹ André Nunes de Azevedo afirma que esse *boom* sobre o tema relaciona-se ao fim da ditadura militar dos anos de 1980, à ascensão dos movimentos populares, à renovação do movimento operário. Tudo isso colocava as grandes cidades no centro do interesse de muitos pesquisadores, pois elas eram o grande palco das greves, passeatas, etc. AZEVEDO, André Nunes. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, p.36. mai./ago.2006.

Pereira Passos, seguindo Haussmann na França, acreditava ser necessário mudar a cidade para que se pudesse viver melhor. No entendimento do “filho de barão de Café do Vale”,

A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo. Os serviços de melhoramentos do porto (...) devem ser considerados como elemento de maior ponderação.¹⁵⁰

O espaço central da cidade do Rio de Janeiro às vésperas da Reforma Urbana era marcado por aspectos ainda coloniais: a cidade era entrecortada por ruas com calçadas estreitas; o bonde tinha, muito recentemente, trocado a tração animal pela elétrica, e entre outros aspectos, o porto apresentava congestionamentos das embarcações.¹⁵¹ Mas, há muito, a cidade tinha crescido, especialmente com a Abolição¹⁵², o que demandava uma melhoria dos agrupamentos urbanos, principalmente transportes e construção de largas vias de escoamento de mercadorias e pessoas.¹⁵³ Enfim, essa estrutura urbana não podia conviver com o rápido crescimento da economia do Rio de Janeiro e também da cidade do Rio de Janeiro, não podia conviver com a intensificação das atividades exportadoras e importadoras, não podia conviver com a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional. Além dessa necessidade de resolver as contradições que ela apresentava, havia também a necessidade de se criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e modo de viver das cidades cosmopolitas e modernas¹⁵⁴.

¹⁵⁰ Citação extraída de *Nosso Século*, v.1, p.32. In: LAMARÃO, S.T (1991), *op. cit.* p.143. Filho de Antônio Pereira Passos, barão de Mangaratiba, e de Clara Oliveira, Antonio Pereira Passos, até os catorze anos, foi criado na Fazenda do Bálsamo, em São João Marcos, atualmente distrito de Rio Claro, no estado do Rio de Janeiro. Em março de 1852, ingressou na então Escola Militar, atual Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - antiga Universidade do Brasil onde se formou em 1856 como Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas o que lhe dava o Diploma de Engenheiro Civil. Foi colega de turma de Benjamin Constant.

¹⁵¹ Lamarão afirma que desde a década de 1850 até o final de 1870, foram apresentados vários projetos que visavam atender às crescentes necessidades do comércio de importação e exportação, e que esses projetos preconizavam a construção de cais, molhes, armazéns, etc. LAMARÃO, S. T.(1991), *op. cit.* p.130.

¹⁵² Em 1900, havia na cidade 522.651 habitantes e em 1906, mais de 800.000. Chamamos atenção para o fato de que os dados levantados nesse recenseamento não são muito fidedignos. Cf. LOBO, E.L. *op.cit.* p.185.

¹⁵³ MENEZES, Wagner Chagas. O punha saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, p.66.mai./ago.2006.

¹⁵⁴ Sobre mudanças provocadas na cidade do Rio de Janeiro pela Reforma Pereira Passos cf. ABREU, Maurício.*op.cit.*, BENCHIMOL, Jaime. *op.cit.*, SANTOS, Ângela M.S. P.e MOTTA, Marly Silva. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, p.12. mai./ago.2006, AZEVEDO, André Nunes. *op. cit.* p.36.

A remodelação e saneamento da Capital Federal não eram interesse apenas do poder público municipal, pois correspondiam a um dos pontos básicos do governo de Rodrigues Alves, e uma das medidas mais importantes do programa era o melhoramento do porto do Rio de Janeiro, tanto que em sua primeira Mensagem ao Congresso, em maio de 1903, afirmou:

Os defeitos da Capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de uma vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos e explorações remuneradas para todos os capitais. As condições gerais de salubridade da Capital, além de urgentes melhoramentos materiais reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de água, de um sistema regular de esgotos, da drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio domiciliar. Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramentos do porto, que tem de constituir a base do sistema e hão de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições de trabalho, as do comércio e, o que não deve ser esquecido, os da arrecadação de nossas rendas.¹⁵⁵

Segundo Benchimol¹⁵⁶ e Cezar Honorato¹⁵⁷ a estrutura portuária existente não condizia com as novas necessidades colocadas pela acumulação e reprodução do capital, não condizia com a circulação de mercadorias, com a força de trabalho empregada e com a exigência fiscal do próprio governo. Já André Nunes destaca a questão do equilíbrio orçamentário da União, pois a ela caberia o direito, em função do que previa a Constituição Republicana, da arrecadação dos impostos sobre a importação.¹⁵⁸ Logo, seria fundamental para a União a modernização do porto do Rio de Janeiro, já que, à época, era o maior centro consumidor de produtos importados do país, como, aliás, já salientamos.¹⁵⁹

¹⁵⁵ CÂMARA dos Deputados. 1978, p.303-307. In: BENCHIMOL, J.L (1992) .*op.cit.*p.212.

¹⁵⁶ *Idem. Ibidem.* p. 211.

¹⁵⁷ Apontamentos feitos nas aulas do Curso Rio de Janeiro: Porto e Cidade, Programa de Pós-Graduação em História/ UFF, 2008, ministrado pelo professor Cezar Teixeira Honorato.

¹⁵⁸ André Nunes de Azevedo chama atenção para o fato de que essas reformas eram importantes para o equilíbrio orçamentário do Governo Federal porque o Rio de Janeiro era o principal centro consumidor de produtos importados, então, as melhorias no Porto do Rio significavam a possibilidade de ampliação das suas atividades e, por conseguinte, maior arrecadação dos impostos sobre as importações, direito do Governo Federal. AZEVEDO, André Nunes. *op. cit.* p.37.

¹⁵⁹ Maria Cecília Velasco discorda dessa tese, pois afirma que o Porto do Rio de Janeiro, no século XIX, era racional e que funcionava muito bem, inclusive ressalta que a Reforma foi muito menor do que se afirma, pois muita coisa teria permanecido em meio às mudanças. VELASCO, Maria Cecília Velasco e Cruz. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces. *Revista Tempo*. N.8, v.4, dez. 1999.

O projeto¹⁶⁰ indicava a construção de um cais partindo do Arsenal da Marinha indo além da desembocadura do Mangue, num total de 3.500 metros de comprimento. Os 2.000 metros restantes, que iriam até a ponta do Caju, seriam destinados à concessão posterior.¹⁶¹ Esses trabalhos duraram de 1904 a 1911, no entanto, cabe salientar que em 1907 houve necessidade de alteração do projeto inicial, ampliando-se as obras, em função do aumento das atividades comerciais. A inauguração oficial do Porto do Rio de Janeiro foi em 20/07/1910.¹⁶² Nesse projeto a ordenação da cidade era pensada para que as vias fossem retificadas, daí o aterramento de toda a região portuária, permitindo que surgissem ruas que se dispusessem em uma relação de paralelismo e perpendicularidade, para que o sistema de vias e quarteirões ficasse simétrico.

Associado a essa grande obra estava o projeto que visava abrir a Avenida do Cais, a Avenida do Mangue e a Avenida Central¹⁶³, objetivando absorver as atividades de distribuição de mercadorias que viessem do porto, sanear a cidade, desenvolver o comércio, aumentar a arrecadação fiscal, captar mão-de-obra estrangeira, e ainda, melhorar a imagem do Brasil no exterior.¹⁶⁴ A Avenida do Cais facilitaria a distribuição comercial para os sentidos sul e centro da cidade, e também foi concebida como um instrumento de “polícia sanitária” e militar para uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro – os bairros da Gamboa, Saúde e Saco do Alferes; a Avenida do Mangue, constantemente alagada, obedeceu a um plano de saneamento e atendeu o sentido de expansão industrial da cidade, que se deslocava para o norte e oeste; e a Avenida Central, que tinha como objetivo transformar “a velha, suja e pestilenta cidade colonial” em uma metrópole moderna e cosmopolita.¹⁶⁵

À municipalidade competiam as obras de demolição do casario do centro da cidade, a abertura e alargamento de diversas ruas, o ajardinamento e embelezamento dos logradouros públicos.

¹⁶⁰ Em 1902 o Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, recebeu uma verba bastante significativa para realizar as obras do Governo Federal no Rio de Janeiro. Para elaborar o projeto definitivo das obras do porto, Lauro Muller, em 1903, formou uma Comissão Técnica, essa era integrada pelo engenheiro Francisco Bicalho, Gabriel Osório de Almeida, J.F. Parreiras Horta, Domingos Sabóia e Silva, Manuel Maria de Carvalho e Paulo de Frontin LAMARÃO, S.T. (1991), *op.cit.* 145.

¹⁶¹ “Todos os aparelhos e sistemas de iluminação do cais seriam movidos a energia elétrica, fornecida pela empresa canadense ‘The Rio Light’”. BENCHIMOL, J.L. (1992), *op. cit.* p.224.

¹⁶² No dia da inauguração apenas 2.700m dos 3.500 de cais foram liberados, faltando cerca de 800m para seu término – trecho entre o Arsenal da Marinha e a Docas Nacionais. E do total considerado pronto, somente 800m foram realmente inaugurados. LAMARÃO, S.T.(1991), *op.cit.* p.137-151.

¹⁶³ Segundo Lamarão os trabalhos do porto e de saneamento custariam aos cofres públicos cerca de metade do orçamento da União e seriam financiados pela casa bancária Rothschild, de Londres. LAMARÃO, S.T. (1997). *op.cit.* p.202.

¹⁶⁴ AZEVEDO, André Nunes. *op. cit.* p.37. Lamarão também afirma que o ministro da Viação Lauro Muller defendia esse projeto. LAMARÃO, S. T. (1991), *op. cit.* p.144.

¹⁶⁵ BENCHIMOL, J. L. *op. cit.* p.226

Para isso, Pereira Passos, nomeado Prefeito do Distrito Federal por Rodrigues Alves, elegeu, como eixo de sua intervenção, a melhoria das condições da circulação viária, e a abertura de espaço à livre atuação do capital imobiliário. Como resultado desse trabalho houve recuo progressivo de edifícios, uniformização dos planos de alinhamento das ruas da cidade, demolição de casas, abertura de novas vias, alargamento das principais artérias do centro, calçamento asfáltico em várias ruas do centro, reorganização das diversas redes subterrâneas (gás, esgoto e águas) e aéreas (telegrafia e telefonia), ao mesmo tempo em que eram criadas as condições para a futura instalação dos postes de iluminação elétrica pública, entre outras, atingindo, num primeiro momento, as freguesias centrais.

Objetivando facilitar o acesso da zona sul ao centro, ordenou o prefeito a construção da Avenida Beira Mar, constituindo-se em “um dos boulevards mais lindos do mundo”. Além disso, fez também obras de embelezamento propriamente ditas, colocando estátuas imponentes ou melhorando os jardins de praças, arborizando ruas, construindo pavilhões arquitetônicos em vários pontos da cidade, além de construir teatros. Também se preocupou com o saneamento e a higiene de alguns bairros da cidade, mandando canalizar alguns rios, proibiu a existência de quiosques e vendedores ambulantes, proibiu a mendicância, demoliu cortiços, etc.¹⁶⁶

Segundo Lamarão, a Reforma municipal¹⁶⁷ foi

“Símbolo da instauração da ordem burguesa capitalista no Rio de Janeiro, a reforma Passos acelerou o processo de hierarquização social e especialização funcional que se desenrolava desde pelo menos o início do século XIX, definindo as áreas ocupadas pelas camadas mais abastadas e por aquelas de menor poder aquisitivo, e delimitando os espaços do trabalho e da moradia. Momento da europeização da cultura carioca - e brasileira - e de padronização de hábitos e comportamentos coletivos, a reforma, ao impor uma

¹⁶⁶ Segundo Maurício de A. Abreu, essa reforma foi extremamente importante porque mostrou que as organizações sociais interferiam nas funções de uma cidade, e também porque foi o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, e ainda porque mostra que a resolução de determinados problemas através da intervenção na urbe gera outros problemas, como exemplo podemos citar a ocupação dos morros do centro da cidade, até então pouco habitados. ABREU, Maurício de A. (1988), *op.cit.* p.59-69. Não demos grande ênfase, no texto, à questão dos problemas sanitários da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, mas sabemos que a cidade do Rio de Janeiro era uma cidade insalubre e que, além da epidemia de febre amarela ocorrida já em 1850, outras doenças, tais como varíola e malária, matavam muitas pessoas. Inclusive a legitimidade da intervenção estatal no urbano só pode evoluir porque foi defendido como uma necessidade de enfrentamento das doenças que eram mais facilmente disseminadas nos espaços densamente ocupados. SANTOS, A.M.S. e MOTTA, M.S. *op. cit.*p.22. Os trabalhos citados de Lamarão e Maurício de Abreu também enfatizam os problemas sanitários da cidade, além dos problemas habitacionais.

¹⁶⁷ É importante salientar que ocorriam duas reformas de saneamento e urbanização na cidade do Rio de Janeiro: uma municipal e outra federal. Aliás, grande preocupação de André Nunes de Azevedo. AZEVEDO, André Nunes. *op. cit.* p. 44.

modernização autoritária e de fachada, só fez aprofundar as desigualdades sociais herdadas do recente passado colonial escravista”.¹⁶⁸

Durante e após as reformas federal e municipal, houve a superação das formas e “contradições da cidade colonial-escravista e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do modo de produção capitalista”.¹⁶⁹ Portanto, a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, sofreu uma grande transformação no seu espaço e essas transformações foram, em grande parte, resultantes da necessidade de atender ao crescimento industrial e comercial da cidade, uma necessidade de satisfazer os interesses do grande capital, exatamente num período de grande crescimento da economia brasileira (aproximadamente de 1903-1910).

Estamos querendo enfatizar que o Distrito Federal apresentava uma economia pujante e dinâmica, pois era uma cidade regionalmente importante e tinha uma grande população, e que por isso, recebeu tantos investimentos em obras públicas. E esses investimentos, em contrapartida, contribuíram para expandir essa pujança e dinamismo, que atraía investimentos em vários setores, especialmente em setores de serviços públicos, tais como os de transporte público, distribuição de água e energia elétrica.

Não fica muito difícil entender a constituição de várias empresas de serviços públicos tendo como objetivo a exploração do mercado carioca, tais como a Aschoff&Guinle (1903), uma sociedade que tinha a exclusividade da venda de aparelhos da General Electric, no Brasil; da Guinle&Cia (1904), sucessora da Aschoff&Guinle e que tinha por objeto, além da representação da General Electric, a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão no país; e da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (1909), uma empresa que ia gerar, transmitir e distribuir energia elétrica. Inclusive, Eduardo Guinle, um dos acionistas da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, afirmou que montou a usina de Piabanha – primeira e principal usina da companhia, para levar ao Rio (Distrito Federal) energia¹⁷⁰ Essas empresas visavam explorar o mais importante mercado de serviços públicos do país.

¹⁶⁸ LAMARÃO, S.T. N. (1997). *op.cit.* p. 203-204.

¹⁶⁹ ABREU, M. *op.cit.* p.67.

¹⁷⁰ GUINLE, Eduardo. “A Light e seus negócios da China.”. Artigo escrito em 1933 pelo empresário brasileiro Eduardo Guinle e republicado. *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro: Ed. Inúbia, Brasil. s/data. p.28. Nosso próximo capítulo tratará exatamente de alguns dos investimentos da família Guinle no setor de eletricidade.

1.5 O setor de eletricidade: formação

No “mar de morros”, formação geológica que caracteriza a paisagem do estado do Rio de Janeiro, ainda hoje, é impressionante olhar as torres e linhas de transmissão de eletricidade, produto intangível e invisível, que desloca a energia no espaço, através de longas distâncias e sem grandes perdas. Era a eletricidade, no século XIX, um facilitador quanto à transmissibilidade e à flexibilidade de energia.

Foi a partir do final do século XVIII que a eletricidade passou a ser objeto de pesquisas mais efetivas, especialmente a partir dos estudos do físico italiano Alessandro Volta, inventor da primeira bateria do mundo. E nas duas primeiras décadas do século XIX, após uma série de realizações experimentais feitas¹⁷¹, percebeu-se que ela poderia ser conduzida por meio de fios de metal, e que as propriedades da condução dependiam do material e do seu diâmetro. Na metade do século XIX já eram conhecidos os princípios gerais da eletricidade e também já estavam definidas as principais aplicações da nova modalidade de energia: telégrafo, sinalização ferroviária, faróis, motores e iluminação, mas em fins do mesmo século, ela ainda era uma curiosidade científica, e seu emprego em escala industrial foi algo progressivo que dependeu de um complexo de conhecimentos científicos e da evolução do sistema técnico como um todo.

Nas décadas de 1850, 1860 e 1870 a eletricidade ainda figurava, nas exposições internacionais, como uma curiosidade. Já nos anos de 1880, refletindo os avanços tecnológicos registrados, passou a ser objeto de mostras específicas¹⁷². Era nesses encontros que as inovações eram apresentadas.

A primeira aplicação bem sucedida da eletricidade¹⁷³ deu-se no campo da iluminação, no final da década de 1870, com as lâmpadas de arco, sendo que os EUA, nos anos de 1880, revelavam-se como mercado promissor à medida que avançava o processo de urbanização do

¹⁷¹ Trabalharam nisso o alemão George Ohm (condutividade da eletricidade); o dinamarquês Hans Oersted e o francês Marie Ampère (relação entre eletricidade e magnetismo); o inglês Faraday (efeito magnético produz eletricidade); escocês James Maxwell (natureza eletromagnética da luz). LAMARÃO, Sérgio T. (1997). *op.cit.* p.68-69.

¹⁷² Lamarão destaca a importância da primeira Exposição Internacional de Eletricidade, ocorrida em Paris, em 1881, porque foi seguida de um congresso científico que fixou o valor das principais medidas elétricas e definiu a terminologia destinada a possibilitar a expansão econômica da nova tecnologia. LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (1997), *op.cit.* p.72. Para termos uma idéia mais clara acerca das inovações no setor, salientamos que em 1879, Thomas Edison construiu, nos EUA, a primeira central elétrica, mesmo ano em que, na Europa, começava a circular a primeira ferrovia elétrica. Dois anos mais tarde, em 1881, Siemens e Goldman inauguraram a primeira central elétrica européia. ALMEIDA, Márcio. W. de. *Estado e energia elétrica em São Paulo: CESP, um estudo de caso*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1980. (Dissertação de Mestrado).

¹⁷³ A eletricidade já tinha sido utilizada nas comunicações (telégrafos) e também na química leve e metalurgia.

país. Antes do advento da eletricidade, a iluminação remetia à noção de fumaça, de vacilação da chama, e necessidade de alimentar e vigiar o fogo.¹⁷⁴ Entretanto, Thomas Edison, também nos EUA, apostou em outro tipo de lâmpada, a incandescente, fazendo uma revisão na noção que se tinha sobre a iluminação. Para ele, a lâmpada incandescente e não a de arco¹⁷⁵ poderia substituir o gás em todas as demandas da iluminação. Em outubro de 1878 fundou a Electric Light, que permitiu a ele aprofundar suas pesquisas¹⁷⁶.

Com o emprego da iluminação houve a formação de um novo setor industrial, a indústria elétrica, composta de dois ramos: a indústria de energia elétrica, voltada para a produção e a distribuição da corrente aos consumidores, e a indústria eletrotécnica (de aparelhos e equipamentos elétricos), cujo ponto de partida foi a formação de um amplo mercado consumidor para a lâmpada incandescente de filamento, especialmente a de alta resistência de Edison. E para acionar as lâmpadas foi necessário a constituição de todo um sistema centralizado de geração, transmissão e distribuição da corrente elétrica, estimulando a indústria elétrica em seu conjunto.¹⁷⁷

Depois de ter a iluminação como sua grande estimuladora de produção, a eletricidade passou também a ser muito utilizada na tração, especialmente no final da década de 1880, nos EUA, com o advento do motor de tração e da captação e utilização do trólei para a transmissão da corrente. A partir daí a eletricidade foi muito utilizada nos transportes, sendo que, até 1900, as companhias de transportes urbanos foram os maiores consumidores de energia elétrica nos EUA¹⁷⁸. No domínio do transporte, a eletricidade assegurou, desde o início, muita vantagem sobre o cavalo, sob todos os pontos de vista e, em especial, em matéria de custo da tração, generalizando-se a utilização dos bondes elétricos no transporte coletivo urbano.

¹⁷⁴ A companhia Thomson-Houston se tornou uma grande empresa de eletricidade nos EUA, utilizando a lâmpada de arco.

¹⁷⁵ A lâmpada de arco tinha um circuito elétrico alimentado por uma potente bateria com dois bastões de carbono pontiagudos nas extremidades em contato mecânico interna e após fechamento do arco, mantida uma distância uniforme, a passagem da corrente elétrica gerava um arco. Já na incandescente havia um filamento de carvão que ficava incandescente.

¹⁷⁶ A redação desse item teve por base LAMARÃO, S.T. (1997), *op. cit.* p.73-79.

¹⁷⁷ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2006. p.18. O período de formação das empresas de energia elétrica no mundo foi de 1875-1910, fase em que a eletricidade ainda competia com o vapor, e momento em que as técnicas de distribuição e transmissão ainda eram bastante rudimentares. FRIEDLAENDER, H. E.; OSER, J. "História econômica de la Europa moderna. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.p.291. In: SAES, A.M. (2010) *op.cit.* p.71.

¹⁷⁸ Nos EUA, utilização dos bondes elétricos no transporte coletivo urbano generalizou-se ainda no século XIX, e na primeira década do século XX a tração elétrica foi estendida ao transporte subterrâneo (metrô) e às ferrovias. LAMARÃO, Sérgio T (1997). *op.cit.* p.79-81

Já a utilização da eletricidade como força motriz na indústria demorou um pouco mais. Questões técnicas, especialmente ligadas à condução da energia e perda de energia explicam esse fato. Foi somente ao longo da década de 1890, após a invenção do motor trifásico de corrente alternada, pelo físico sérvio Nicolas Tesla e aperfeiçoado pela empresa norte-americana Westinghouse, que sua aplicação industrial se tornou prática e rentável. A partir daí, a transmissão de energia elétrica a longas distâncias por meio de corrente alternada permitiu a dispersão e interiorização das indústrias, tornando desnecessária a sua localização à beira dos cursos d'água, de onde provinha a força hidráulica para o acionamento dos motores.¹⁷⁹

Portanto, foi somente no finalzinho do século XIX, na fase da segunda industrialização, que os fundamentos da indústria elétrica se consolidaram nos domínios técnicos (concepção dos materiais, lâmpadas, máquinas; correntes, tensões; formas de produzir, transmitir e distribuir) e também industriais (empresas fabricantes de equipamentos e distribuição da corrente), desenvolvendo-se de forma mais acentuada nos países que se beneficiavam de um ambiente econômico favorável, como os Estados Unidos e a Alemanha, que saíram na frente da Inglaterra e França. Albert Broder destaca a importância das instituições ligadas ao direito de propriedade para a ampliação do conhecimento científico na fase da segunda industrialização. Segundo ele, o desenvolvimento da indústria elétrica esteve diretamente relacionado a criação das leis de patentes, em 1883, mecanismo de garantia do retorno dos investimentos para os inventores¹⁸⁰. E foram os EUA e a Alemanha os países que reuniram condições financeiras e institucionais; aqueles que se destacaram no campo da indústria eletro-técnica internacional.¹⁸¹

Nos Estados Unidos, as empresas pioneiras da indústria elétrica, na década de 1880, foram a Edison General Electric, a Thomson-Houston Electric e a Westinghouse Electric Manufacturing. Em 1892, a Edison e a Thomson-Houston fundiram-se¹⁸², dando origem à General Electric Company, que garantiu o monopólio da tecnologia de fabricação de

¹⁷⁹ Antes do advento da energia elétrica, cada fábrica tinha que ter sua própria central de energia, sendo, portanto, autoprodutor. Isso exigia investimentos elevados. *Idem. Ibidem*.p.83-89.

¹⁸⁰ BRODER, Albert. Os bancos e o desenvolvimento da indústria de energia elétrica. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Dep. de Patrimônio Histórico, v.2. São Paulo: Eletropaulo/Departamento de Patrimônio Histórico,1987. p. 86-116.

¹⁸¹ Eram necessários altos custos para manter uma empresa produtora de materiais elétricos, o que intensificava o processo de concentração industrial com processos de fusões entre empresas, tal como será apontado no texto.

¹⁸² Esta fusão foi feita com o patrocínio do capital financeiro de J. P. Morgan que estava vinculado a vários negócios como: produção de equipamentos elétricos, produtos químicos, petróleo, cobre, enxofre, setor bancário, produtos alimentícios, etc. SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e cartéis. *In: ELETROPAULO. História&Energia. A chegada da Light*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Eletropaulo, maio, 1986.p.12.

lâmpadas e outros equipamentos elétricos. No mesmo período, a Westinghouse dedicava-se à produção de sistemas de correntes alternadas, lâmpadas de arco, geração e distribuição de motores e aparelhos de controle. Esses dois grandes grupos empresariais que já monopolizavam o mercado técnico e industrial de eletricidade nos Estados Unidos, disputaram as patentes e o mercado até 1896, quando as duas empresas, firmaram um acordo que consistiu no reconhecimento geral das patentes, definindo-se assim a formação de um cartel. A GE representaria 62,5% das patentes, e a Westinghouse 37,5%, o que demonstra a superioridade tecnológica dessas empresas. Em 1899, a General Electric criou o primeiro laboratório voltado para a busca de novos usos comerciais para a eletricidade¹⁸³. Estas duas empresas tinham um enorme poder financeiro e tecnológico, em fins do século XIX já tinham penetrado no mercado europeu.

Já na Europa o país pioneiro foi a Alemanha. Em 1874, foi fundada a Siemens and Halske, que já em 1890 instalou uma filial em Chicago, marcando presença nos Estados Unidos. Além da Siemens, outra empresa alemã, a Allgemeine elektrizitätsgesellschaft (AEG) conquistou importantes fatias do mercado europeu e sul-americano. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a indústria elétrica alemã era a segunda maior do mundo, vindo depois da norte-americana, e a primeira em volume de exportação¹⁸⁴.

Além das duas alemãs, na Suíça, na Suécia e na Holanda também surgiram empresas que se destacaram no setor elétrico. Na Suíça surgiu a Brown-Boveri, em 1891, que se instalou na Alemanha, França, Itália, Noruega, Áustria e mesmo nos Estados Unidos; além desta havia a Oerlikon, a Eggi-Wyss e a Compagnie de l'Industrie Électrique et Mécanique. Na Suécia, merece destaque a Allemänna Svenska elektriska Aktiebolaget (ASEA) e, na Holanda, a Philips, ambas ultrapassaram os limites dos seus mercados nacionais comercializando seus produtos no mercado europeu e nos Estados Unidos, e surgiram na década de 1890.¹⁸⁵

Esse momento de desenvolvimento da eletricidade estava vinculado ao progresso técnico e às transformações econômicas ligadas à Segunda Revolução Industrial, marcado pela sobrevivência de empresas que tinham condições de enfrentar o elevado custo dos novos equipamentos industriais, assim como a complexificação da organização empresarial e os

¹⁸³ Antes mesmo da formação da General Electric, a Edison General Electric e a Thomson-Houston Electric já tinham subsidiárias no mercado europeu. A primeira tinha a Edison Swan, na Inglaterra; a Allgemeine Edison Gesellschaft, na Alemanha; e a Società Edison per la Fabricazione delle Lampade, na Itália. A segunda tinha a Thomson-Houston International, responsável pela organização da Thomson-Houston inglesa e Société Française Thomson-Houston. E no final dos anos de 1890, a Westinghouse também penetrou no mercado inglês. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (2006). *op. cit.* p. 18-22.

¹⁸⁴ *Idem. Ibidem.*

¹⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

gastos com estoques de matérias-primas, transporte da produção. Enfim, era a era dos “trustes e dos cartéis”.¹⁸⁶

Assim, foi na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX, que a indústria elétrica se consolidou como tecnologia e o mercado mundial viu-se dividido entre quatro grandes grupos dominantes: as norte-americanas General Electric Co. e Westinghouse Co. e as alemãs Siemens e Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft (AEG), tanto que, nas duas primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos e a Alemanha mantinham cerca de dois terços das exportações de materiais elétricos, conforme tabela_ 5 abaixo.

Tabela 5: Distribuição das exportações de material elétrico entre os principais exportadores em 1913

Países	Participação(%)
Alemanha	48,5
Grã-Bretanha	23,4
Estados Unidos	17,7
França	6,7
Suíça	3,7

Fonte: FERIEDLAENDER, 1957,p.293. In: SAES, A.M. (2010). *op.cit.* p.75.¹⁸⁷

Salientamos, entretanto, que essas quatro grandes do setor produtor de materiais elétricos, americanas e alemãs, não estabeleceram entre si uma concorrência indiscriminada. Havia uma concorrência branda, tanto entre as concorrentes americanas quanto entre as concorrentes alemãs, e também entre as americanas e alemãs, pois acabavam meio que dividindo os mercados mundiais entre si. Só para dar um exemplo, a AEG e a General Electric fizeram um acordo em que a AEG utilizava as patentes úteis para os serviços de transportes urbanos por bondes elétricos da General Electric, na Europa, exceto na Grã-Bretanha, a França e seus impérios, e apenas algumas restrições na Espanha, Itália e Grécia.¹⁸⁸

¹⁸⁶ A eletricidade transformou-se, nesta época, em valiosa energia. Sobre o processo de concentração e centralização de capitais, o aparecimento dos cartéis, trustes e holdings cf. SZMRECSÁNYI, Tamás. *op. cit.* p.6

¹⁸⁷ A Inglaterra tinha uma importante participação no conjunto das exportações de materiais elétricos em função da existência de várias filiais norte-americanas e alemãs presentes em seu território. SAES, A.M. (2010). *op.cit.* p.75.

¹⁸⁸ Os grupos norte-americanos freqüentemente partilhavam as patentes e mercados para lâmpadas incandescentes, e as alemãs tinham diversas filiais comuns em todo o mundo para a distribuição de lâmpadas incandescentes, acumuladores e locomotivas elétricas. Sobre a interdependência existente entre as grandes empresas do setor de produção de equipamentos de energia elétrica cf. BRODER, Albert. *op.cit.* p. 90-116.

No Brasil, na contramão desse processo de divisão negociada dos mercados de eletricidade entre as grandes empresas produtoras de materiais elétricos, e ao contrário do que ocorrera na maioria das cidades latino-americanas¹⁸⁹, o que se verificou entre a empresa nacional Guinle&Cia/CBEE e a “Light” foi a existência de conflitos significativos pelos serviços de energia elétrica nos mercados do Distrito Federal, São Paulo e Salvador¹⁹⁰, conflito esse que, de certa maneira, contribuiu para que houvesse uma divisão do mercado brasileiro entre a General Electric e a Westinhouse.¹⁹¹

1.5.1 Eletricidade no Brasil: as primeiras aplicações e o quadro jurídico

...a produção e a venda da energia elétrica nasceram há cerca de trinta anos, não havendo, então, bases para a fixação das linhas gerais de sua exploração comercial.

Arbitrários e empíricos foram os preços estabelecidos, fixados nos contratos e trazidos até a época atual; depois, um surto maravilhoso da indústria elétrica, tornou tais contratos fontes de lucros exagerados, que vêm levantando protestos violentos das populações servidas.¹⁹²

No Brasil, as primeiras aplicações de energia elétrica deram-se, assim como na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX, exatamente no momento em que ocorria um avanço da urbanização, com o conseqüente aumento da demanda por serviços públicos, e o incremento das atividades de transformação, observados especialmente no Sudeste, e que ofereciam perspectivas animadoras para investimentos no campo da energia elétrica.

Inaugurou-se a iluminação elétrica, utilizou-se a luz elétrica em caráter permanente, avançou-se na utilização da eletricidade tanto no campo da iluminação pública, quanto no campo da exploração da energia elétrica. Para se ter uma idéia, e embora se refira à geração

¹⁸⁹ Alexandre Saes afirma que poucos conflitos existiram entre empresas nacionais e estrangeiras em países como Chile, Argentina e Uruguai. SAES, A. M. (2010). *op.cit.*p.88.

¹⁹⁰ Cf. SAES, Alexandre. (2010).*op.cit.*.p.88. LAMARÃO, Sérgio T.N., (1997), *op.cit.*; WEID, Elizabeth. “A chegada da Light no Rio”. In: *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light/Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2008. HONORATO, Cezar. No Rio, conflitos entre capitalista. *Memória*, III(7). São Paulo: Eletropaulo, abr.-mai. -jun., 1990.

¹⁹¹ No próximo capítulo analisaremos a atuação do grupo nacional Guinle no setor elétrico brasileiro, e no interior dessa análise discutiremos acerca de um acordo que quase foi firmado entre esse grupo nacional e o grupo da canadense “The Rio Light”, onde a questão dos maquinários da General Electric e da Westinhouse são negociados.

¹⁹² GUINLE, Eduardo. *op. cit.* p. 28.

termelétrica e hidrelétrica, em 1889, a potência geradora de energia elétrica instalada, no Brasil, em mega watts (MW) de origem térmica era de 0, 500 e de origem hidráulica era de 0,250. Em 1909, a potência de origem térmica saltou para 13, 050 MW e a de origem hidráulica saltou para 103, 034 MW¹⁹³. Esse aumento demonstra que o imenso potencial hidrelétrico do país foi a alternativa adotada a partir do início do século XX.

Estas nossas primeiras experiências, que levaram à entrada em operação de pequenas usinas termelétricas e hidrelétricas, em fins do século XIX, se deveram, sobretudo à necessidade de fornecimento de energia para serviços públicos de iluminação, tração e atividades econômicas (mineração, beneficiamento de produtos agrícolas, fábricas de tecidos, serrarias). Foi em 1879 que houve a primeira aplicação permanente da eletricidade à iluminação no Rio de Janeiro e no Brasil: algumas dependências da estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) foram iluminadas à eletricidade. A primeira vez que se utilizou eletricidade gerada por usina hidrelétrica foi em 1883, ano de inauguração da usina no ribeirão do Inferno, em Diamantina, Minas Gerais¹⁹⁴. No mesmo ano foi inaugurada a primeira linha de bondes à tração elétrica no Brasil, no bairro do Fonseca, em Niterói, Rio de Janeiro. Experiência que durou apenas dois anos.

Ainda em 1883 foi inaugurada a primeira usina termelétrica do país, em Campos, Rio de Janeiro, primeiro serviço de iluminação pública não só da então província do Rio de Janeiro, mas também do Brasil e da América do Sul¹⁹⁵. A segunda hidrelétrica do país foi instalada em 1887, no ribeirão dos Macacos, em Nova Lima, Minas Gerais, permitindo à companhia de mineração que a construiu utilizar energia elétrica nos trabalhos de escavação e na iluminação, através de uma linha de transmissão, das dependências de mina e das casas dos trabalhadores.

A primeira geração de energia para fins industriais ocorreu em 1889, com a inauguração da usina de Marmelos, no rio Paraibuna. Esta hidrelétrica foi idealizada por

¹⁹³ VILLELA, Anníbal&SUZIGAN, Wilson. *op.cit.* p. 387-88 e LIMA, José Luís.*op.cit.*p.15. Esclarecemos que a energia elétrica não substituiu a energia hidráulica nem o vapor, mas interveio no processo de transmissão. No entanto, a operação de um sistema elétrico nas usinas termelétricas é diferente daquele nas usinas hidrelétricas. Enquanto nas termelétricas as turbinas são acionadas por vapor superaquecido produzido pela queima de combustíveis fósseis (carvão, óleo ou gás), ou ainda pelo calor produzido pela fissão nuclear, nas hidrelétricas a quantidade de água que aciona as turbinas e a altura das quedas d'água é que são fundamentais. De forma bastante esquemática podemos afirmar que nas primeiras, o custo de instalação de uma termelétrica é relativamente baixo, enquanto o custo de manutenção é alto (compra do combustível - carvão, petróleo ou outros); já as hidrelétricas possuem custo de instalação é alto, pois envolve complexas e demoradas obras de construção da barragem, tem manutenção reduzida.

¹⁹⁴ A energia produzida movimentava duas bombas de desmonte de jato d'água de terreno diamantífero, através de uma linha e transmissão de 2 km de extensão. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (2006). *op.cit.* p. 30.

¹⁹⁵ A segunda cidade a utilizar iluminação pública elétrica no estado foi Petrópolis que, em 1896, inaugurou este serviço com a energia gerada e distribuída pelo Banco Constructor do Brasil (BCB). MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (1993). *op.cit.*p.59.

Bernardo Mascarenhas, e começou a ser construída, em 1888, com equipamentos da Westinghouse, sendo inaugurada em 1889. Marmelos funcionava com corrente alternada e dispunha de duas turbinas com potência total de 250 KW.¹⁹⁶

Essas primeiras experiências do último quartel do século XIX, e também aquelas ocorridas durante toda a Primeira República, foram feitas sem uma definição legislativa específica que prescrevesse o direito ao uso das águas, a propriedade das margens, o direito público de navegação, ou mesmo que prescrevesse os direitos e deveres das empresas de eletricidade. A legislação existente estava esparsa e pendente de consolidação.

Algumas, na verdade, poucas vezes, e de maneira esporádica, a União atuou como poder concedente em matéria de aproveitamentos hidrelétricos. Em 1901, por exemplo, foi apresentado à Câmara um projeto para o aproveitamento da cachoeira do Marimbondo (SP-MG) para a produção de energia elétrica. Este projeto tramitou no Congresso de novembro de 1901 a novembro de 1902, quando após parecer da Comissão de Obras Públicas da Câmara, foi recomendada sua aprovação. Em 21/07/1903, através do Decreto n. 994, o projeto foi aprovado com algumas modificações e determinava:

Art. 2 - É o Poder Executivo igualmente autorizado a conceder ao cidadão Jesuíno da Silva Mello permissão para construir na referida cachoeira do Marimbondo obras de derivação e outras necessárias á utilização da mesma cachoeira como força motriz pra os estabelecimentos industriais (curtumes, fábricas de banha de porco, de conservas, de extrato de carnes) que pretende fundar nos terrenos de sua propriedade, situados de uma a outro lado da dita cachoeira, e, bem assim, para o tramway elétrico destinado a ligar os ditos estabelecimentos à estação da estrada de ferro, mais próxima (...).¹⁹⁷

Em 1903, já de forma mais abrangente, o Congresso aprovou dispositivo a emenda n. 17 à proposição de despesa do Ministério Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP), de 1903, convertida no artigo 23 da Lei n. 1.145 de 31/12/1903, estabelecia:¹⁹⁸

Art. 23 – O governo promoverá o aproveitamento de força hidráulica para transformação em energia elétrica aplicada a serviços federais, podendo autorizar o emprego do excesso da força no desenvolvimento da lavoura, das indústrias e outros quaisquer fins, e conceder favores às empresas que

¹⁹⁶ Mascarenhas pretendia fornecer energia elétrica à sua fábrica de tecidos em Juiz de Fora, Minas Gerais, e também dotar a cidade de iluminação elétrica. Em 1889, além da inauguração da usina, ocorreu também a inauguração do serviço público de iluminação operando com lâmpadas de arco. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (2006), *op. cit.* p. 32-33.

¹⁹⁷ BRASIL. Coleção das Leis de 1903, v.I. p.27-29. In: *Idem. Ibidem.* p. 29.

¹⁹⁸ Esta lei procedeu do Senado, da Comissão de Finanças, por parte de Feliciano Augusto de Oliveira Pena e Ramiro Fortes Barcelos, do Rio de Janeiro. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.* p.30.

propuserem a fazer esse serviço. Essas concessões serão livres de quaisquer ônus estaduais ou municipais.¹⁹⁹

Essa lei foi regulada pelo Decreto n. 5.407 de 27/12/1904, que procurou estabelecer regras básicas para os contratos de concessão de aproveitamento aplicado a serviços federais, e afirmava, basicamente, os seguintes princípios: concessão sem privilégio; prazo máximo da concessão de 90 anos; reversão para a União dos bens utilizados na concessão, sem indenização; redução tarifária sempre que os lucros líquidos do concessionário superassem a remuneração anual de 12% sobre o capital aprovado pelo governo; autorização para o concessionário promover desapropriação; revisão da tarifa fixada em cada contrato para o fornecimento da energia elétrica ao Governo e aos particulares no fim do terceiro ano e daí por diante de cinco em cinco anos; ausência de quaisquer ônus estaduais ou municipais e competência exclusiva da União para autorizar concessões de aproveitamento hidrelétrico nos rios de domínio federal²⁰⁰.

Entretanto, este Decreto, não tinha força de lei para todos os contratos de concessão de aproveitamento hidrelétrico, pois dizia respeito aos serviços federais²⁰¹. A Constituição de 1891, marcada pelo federalismo, assegurou ampla autonomia aos governos estaduais e municipais, restringindo a ação do governo federal e o papel representado pelo legislativo no que se refere ao setor elétrico²⁰², pois nessa época, os contratos eram municipais e as leis, permitindo o uso dos rios, eram estaduais e federais.²⁰³ Logo, o federalismo outorgou enormes poderes aos municípios que negociavam com as empresas concessionárias a exploração dos serviços públicos e particulares de eletricidade.²⁰⁴

¹⁹⁹ Coleção das Leis de 1903, vol I. p. 268. In: *Idem. Ibidem.* p. 30.

²⁰⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de legislação organizada por Gustavo Adolfo Bailly, 1943. p.9-12.

²⁰¹ De acordo com o Decreto n.5.047, de 1904, a União poderia contratar qualquer empresa para fornecer energia elétrica aos serviços sob seu controle.

²⁰² O municipalismo foi amplamente desenvolvido, assegurando-se autonomia dos municípios pela eletividade dos vereadores e prefeitos. FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 58-60.

²⁰³ O Congresso Nacional legislava apenas sobre terras e minas de propriedade da União, incluindo-se nesse sentido as águas, onde as minas pertenciam aos donos do solo, não havendo distinção entre propriedade do subsolo e das quedas d'águas e das terras circundantes. Então, entendia-se que as jazidas minerais, as quedas d'água e todos os recursos hídricos eram acessórios à propriedade da terra. Logo, o proprietário da terra detinha as riquezas do subsolo, aproveitando para qualquer finalidade – fins industriais, energéticos ou de utilidade pública. O que significava legar aos proprietários particulares e municipais a capacidade de gerar e legislar sobre a produção de energia elétrica no país. LIMA, José Luiz.(1984.). *op.cit.*p.15.

²⁰⁴ A expansão dos serviços de eletricidade era tipicamente municipal, especialmente os de iluminação e tração. *Idem. Ibidem.* p.15. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil: ciclo de palestras*. Feliciano Dias (coord.). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995. p. 14-15. O

Sendo assim, em matéria de distribuição de energia, os municípios foram os verdadeiros poderes concedentes. Já com relação às concessões para o aproveitamento e utilização das quedas d'água, os estados é que exerceram uma competência quase exclusiva, pois dispuseram de amplo domínio sobre as águas públicas²⁰⁵.

Portanto, no período em tela, as prefeituras exerceram, em todo o Brasil, um papel central no que diz respeito à distribuição de energia elétrica, pois todos os serviços públicos de âmbito local - inclusive a iluminação e o transporte elétricos – dependiam de concessões por elas outorgadas. As negociações entre as partes baseavam-se nas regras da livre concorrência. Se a municipalidade aceitasse a proposta de uma companhia, firmava-se um contrato entre as partes, estabelecia-se o valor das tarifas e o prazo da concessão, prevalecendo, na maioria dos casos, o poder de barganha das concessionárias no estabelecimento de prazos e tarifas. Eram então, as prefeituras e não a União, que tinham os poderes de concessão. E eram os contratos de concessão, a base legal dessas concessões.

Esses contratos resultaram do fato das administrações públicas não conseguirem oferecer os serviços públicos demandados pela sociedade brasileira de então. Foi nesse momento, fins do século XIX e início do XX, que surgiram os primeiros contratos de obras públicas seguidos pela figura jurídica denominada “concessão de serviço público”, onde a iniciativa privada se colocava à serviço do interesse público.²⁰⁶ E entendia-se por concessão:

Concessão é a delegação contratual ou legal da execução do serviço, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo. O contrato de concessão é ajuste de direito administrativo [...] com vantagens e encargos recíprocos, no qual se fixam as condições de prestação do serviço, levando-se em consideração o interesse coletivo na sua obtenção e as condições pessoais de quem se propõe executá-lo por delegação do poder concedente (...). Pela concessão, o poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito de prerrogativa pública. Delega, apenas, a execução do serviço, nos limites e condições legais ou contratuais, sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do poder concedente (...).²⁰⁷

Art. 68 da Constituição Federal de 1891 afirmava que os estados tinham que se organizar de forma que assegurassem a autonomia dos municípios em tudo e respeitasse seus interesses peculiares.

²⁰⁵ MEMÓRIADA ELETRICIDADE. (1990). *op.cit* p.17. Cf. CAVALCANTI, Ana Maria. *Concessões de energia elétrica no Brasil*. s/p. Disponível em :<http://www.memoria.eletrabras.com/servdnae2asp>. Acesso em junho de 2011.

²⁰⁶ CAVALCANTI, Ana Maria. *Concessões de energia elétrica no Brasil*. s/p. Disponível em :<http://www.memoria.eletrabras.com/servdnae2asp>. Acesso em junho de 2011.

²⁰⁷ MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, 15ª Ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1990. In: *Idem. Ibidem*. s/p. Cavalcanti ressalta ainda que essa noção de contrato de concessão não é consenso, mas que foi a que em linhas gerais prevaleceu no período, ou seja, que se apresentaria como um “contrato administrativo bilateral, comutativo, remunerado e realizado intuitu personae”. Segundo a mesma autora, à medida que esses serviços foram ficando mais complexos, as noções ligadas ao contrato de concessão foram também mudando, tornando mais complexas as cláusulas técnicas e também financeiras, levando a uma

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, a Constituição Estadual, promulgada em 1892, proibiu às Câmaras Municipais outorgarem concessões às empresas prestadoras de serviços públicos, determinando que somente a Assembléia Legislativa poderia fazê-lo, levando o governo do estado a arcar com determinadas despesas, que caberiam às municipalidades. Além disso, o estado do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a legislar sobre a exploração dos recursos hídricos para fins de produção de energia elétrica. Em 6/11/1905, o presidente do estado, Nilo Peçanha, promulgou a Lei n. 717 que estabelecia que ao Executivo estadual cabia outorgar a concessão aos interessados, que as Câmaras Municipais estavam proibidas de conceder direitos de exclusividade para a produção e venda de energia elétrica e de autorizar a passagem de linhas de transmissão em suas circunscrições, que ficariam a critério do governo do estado, desde que não prejudicassem os serviços municipais.²⁰⁸

No entanto, esta ausência de poder da União sobre os serviços estaduais e municipais, não se verificou com relação às vantagens oferecidas pela União às concessionárias de serviços públicos. Por iniciativa do senador Francisco Glicério²⁰⁹, o Congresso aprovou a emenda à proposição do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas de 1904, autorizando o presidente da República a conceder isenção de direitos aduaneiros às empresas de energia elétrica que se constituíssem para fins de utilidade ou conveniência pública, bem como direitos de desapropriação dos terrenos e benfeitorias indispensáveis à instalação e execução dos seus serviços - Lei n. 1.316, de 31/12/1904²¹⁰, que beneficiou tanto as empresas que prestavam serviços federais, quanto as que prestavam serviços aos estados e municípios.

O Decreto n. 5.646, de 22/08/1905, regulamentava a concessão desses favores às empresas de eletricidade gerada por força hidráulica, que se constituíssem para fins de utilidade ou conveniência pública. Por esse decreto, o Presidente da República do Brasil,

modificação na visão clássica de "contrato", firmando-se o poder regulamentar do concedente. O Estado exigia melhores serviços a serem prestados pelo concessionário, tendo este, em contrapartida, a garantia do equilíbrio financeiro por meio da revisão periódica das tarifas e de privilégios, como a isenção de impostos, a possibilidade de estabelecer servidões permanentes ou temporárias exigidas para as obras hidráulicas e para a distribuição de energia elétrica e a construção de estradas de ferro e linhas telefônicas para uso exclusivo da exploração. CAVALCANTI, Ana Maria. *Concessões de energia elétrica no Brasil*. s/p. Disponível em :<http://www.memoria.eletrabras.com/servdnae2asp>. Acesso em junho de 2011.

²⁰⁸ Além dessas determinações a referida Lei estabelecia obrigações de caráter técnico; estabelecia que as concessionárias teriam que pagar ao estado uma contribuição anual correspondente a dois réis por quilowatt instalado; etc. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1993), *op. cit.* p. 66-67.

²⁰⁹ Jornalista e Senador do Partido Republicano Paulista (PRP), foi um dos mais importantes líderes do republicanismo paulista e do PRP. A respeito da atuação de Francisco Glicério, e sua defesa sobre a autonomia municipal, cf. CASALECCI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder, 1889-1926*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (capítulo 3)

²¹⁰ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.* p. 18.

usando da autorização constante da Lei n. 1.316, de 31/12/1904, determinava que a desapropriação versaria sobre os terrenos e benfeitorias indispensáveis às instalações e execuções dos serviços a cargo das mesmas empresas, e que na concessão desses favores, além da aplicação da legislação federal, os concessionários deveriam requerer isenção de direitos aduaneiros para cada partida de material que recebessem, e que a desapropriação de terrenos e benfeitorias seriam feitas mediante decretos especiais, expedidos de acordo com as plantas previamente aprovadas pelo governo.²¹¹ Logo, estavam as concessionárias livres de ônus estaduais e municipais, e de direitos aduaneiros federais.

Além disso, é fundamental ressaltar a questão das tarifas, pois embora o Decreto n. 5.407, de 1904, estipulasse as revisões trienais e quinquenais, muitos contratos abriam a possibilidade de se reduzir a revisão tarifária, pois o pagamento do serviço prestado poderia ser feito metade em papel-moeda e metade em ouro, ao câmbio médio do mês de consumo. Essa forma de pagamento era denominada cláusula-ouro e permitia as empresas concessionárias condições de reajustar com maior rapidez as tarifas de fornecimento de energia elétrica.²¹²

Em 1906, houve uma tentativa de reestruturação deste quadro jurídico com a Lei n. 1.617 de 30/12/1906 do deputado baiano Ignácio Tosta²¹³, que no Art. 35 autorizava o presidente da República Afonso Pena a mandar organizar o Código Rural e Florestal e de Mineração e Águas da República, além do cadastro de estradas em tráfego no país, dos rios e quedas d'água suscetíveis de aplicação a fins de utilidade pública, submetendo-os à aprovação do Congresso, e abrindo para isso os necessários créditos²¹⁴; e com a solicitação do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon²¹⁵, o jurista Alfredo Valladão²¹⁶ foi

²¹¹BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de legislação organizada por Gustavo Adolfo Bailly, 1943. p. 13-14.

²¹²BRANCO, Catulo. *op.cit.*, p. XXII.

²¹³ Ignácio Tosta era também usineiro e comissário de açúcar, além de presidente honorário da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi ele quem liderou a pressão pela aprovação do projeto Cruz – projeto do deputado maranhense Christiano Cruz para a criação de um Ministério para a Agricultura -, que buscava criar um espaço burocrático próprio para a canalização de demandas não cafeeiras. Sobre algumas das questões envolvendo a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio cf. MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997. Capítulo 5.

²¹⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de Legislação Organizada por Gustavo Adolfo Bailly, 1943. p 15.

²¹⁵ Miguel Du Pin e Almeida foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Ministro da Viação e Obras Públicas, Deputado, Senador. PALHA, Américo. *Dez Estadistas do Império*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTPS, 1961.p.31.

²¹⁶ Em 1904, Alfredo Valladão já havia discutido sobre a regulamentação das propriedades dos rios no Brasil através da publicação de “Dos rios públicos e particulares”. VALLADÃO, A. *Dos rios públicos e particulares*. Belo Horizonte, 1904. In: SAES, A. (2009). *op.cit.*p.4-5.

encarregado de redigir o projeto de Código das Águas da República, documento apresentado ao Congresso Nacional em 1907²¹⁷, que não logrou êxito.

Em seu projeto, e especificamente no primeiro livro – era um total de nove-, Alfredo Valadão tratou da discriminação das águas públicas de uso comum e das águas particulares, ampliando consideravelmente o domínio público sobre as águas correntes, apesar de não significar um aumento dos poderes da União sobre o controle dos aproveitamentos hídricos. No segundo livro, discutiu a questão do domínio da União e dos Estados sobre os rios, onde consagrou o domínio dos estados sobre os rios que corressem por seus territórios, sem excetuar os interestaduais; à União foram atribuídas apenas águas públicas situadas no território do Acre, aquelas que servissem de limites da República com nações vizinhas, bem como as situadas a 10 léguas contíguas aos limites da República com essas nações; aos municípios foi reservado o domínio das águas públicas exclusivamente situadas em seus territórios. Quanto ao aproveitamento das águas públicas e particulares, preocupou-se com o problema da utilização para a produção industrial de eletricidade, mas ofereceu poucos elementos acerca do conteúdo da concessão, não estabelecendo prazo e limitando-se a proibir as concessões com caráter de perpetuidade, e não tratou da regulamentação da indústria de energia elétrica, assunto que, segundo o autor, deveria constar de uma lei específica.²¹⁸

Este projeto chegou à Câmara dos Deputados em 26/11/1907, e permaneceu praticamente engavetado até 1911,²¹⁹ quando por pressão da bancada gaúcha liderada pelo deputado Homero Batista houve alguma discussão em torno do projeto. No entanto, foi o mesmo remetido para o Senado, onde permaneceu até agosto de 1912, quando foi devolvido à Câmara.²²⁰ Em 1912, as discussões foram retomadas e várias comissões foram formadas para

²¹⁷ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.* p.18.

²¹⁸ *Idem. Ibidem.* p. 18-21. Alexandre M. Saes, analisando o Código de Águas elaborado por Valladão, afirma que o jurista, apesar de considerar amplo o direito que os estados e municípios tinham sobre as concessões, não sugeriu modificações. SAGES, Alexandre. SAES, Alexandre M. “Energia elétrica e legislação no Brasil no início do século XX”. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009. Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História. História e Ética, 2009.

²¹⁹ Este quadro institucional foi objeto de preocupação também no Clube de Engenharia. Em 1911, várias reuniões versaram sobre a questão, onde procuraram ressaltar a necessidade de se marcar as esferas de jurisdição municipal, estadual e federal em matéria de concessão de instalação elétrica; de prescrições uniformes que definissem e precisassem as condições de segurança e bom funcionamento das instalações elétricas; sistemas de tarifas, conciliando os interesses das empresas e dos consumidores. Como resultado destas discussões, o presidente do Clube, Paulo de Frontin, chegou a enviar um ofício ao Ministro da Viação e Obras Públicas e Agricultura, Indústria e Comércio, solicitando a necessidade da formação de uma comissão para resolver o problema. REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro: Typ.do Jornal do Commercio, de Rodrigues&C. n.28. Atas das Sessões 112^a, 113^o e 117^o de 1911. p. 196 e p. 228, 1926. Destacaremos mais à frente o papel do Clube de Engenharia enquanto um aparelho privado de hegemonia, na disputa entre a Guinle&Cia/CBEE e a “The Rio Light”.

²²⁰ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.*p.21.

aprovar definitivamente o projeto, não logrando, no entanto, resultados.²²¹ Na década de 1920, novamente o projeto foi submetido a uma Comissão Especial, mas também permaneceu sendo revisto sem resultados práticos.²²² Somente em 1930 iniciou-se um amplo esforço de elaboração legislativa relacionado à regulamentação do setor de águas e energia.²²³

Enfim, no momento em que avançava a utilização da energia elétrica no Brasil tanto nos serviços particulares quanto públicos, momento em que grandes investimentos eram necessários para a construção dos sistemas de geração dessa energia elétrica, a legislação sobre os serviços do setor elétrico praticamente inexistia. O governo federal não regulava tais serviços, ficando esses a cargo dos estados e municípios, e foram os “contratos de concessão que definiram a natureza e o regime de exploração dos serviços de eletricidade até a década de 1930”, pois a União revertia às esferas estadual e municipal a competência para firmar contratos.²²⁴ O que nos confirmam os professores Alcino Salazar, Mário Masagão e Themístocles Cavalcanti:

Na verdade, até 1943 não se alterou a condição jurídica das concessões do serviço de fornecimento de energia elétrica – as concessões foram reguladas pelas cláusulas dos contratos. (“...”). Julho de 1960, Alcino de Paula Salazar. “Quando sobreveio a Revolução de 1930, os contratos eram a fonte reguladora dos direitos e deveres do poder público e dos concessionários, inclusive quanto a tarifas, não se admitindo por elas, alterações que não decorressem de acordos bilaterais.” Mário Masagão.

²²¹ Homero Batista – era de São Borja e foi um dos presidentes da Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916-, que pressionou para que o projeto voltasse a ser discutido em 1912. E que foi Miguel Calmon du Pin de Almeida, ex-ministro responsável pelo patrocínio de tal projeto, em 1907, deputado em 1912, que criou e presidiu uma comissão especial para aprovar o projeto. No entanto, novamente o projeto ficou sendo revisto de 1913-1918. SAES, A. (2009).*op.cit.* p.8.

²²² Alguns passos significativos seriam a criação da Comissão de Estudos de Força Hidráulicas, que iniciaria um levantamento do potencial hidráulico das cachoeiras brasileiras. LIMA, José Luiz. (1984), *op. cit.*, p. 17. Além disso, caberia citar a aprovação da Lei n.4.625, em 31/12/1922, que criou o imposto de consumo sobre energia elétrica, sendo a seguir baixado o Decreto n.15.996, de 31/03/1923, que regulamentou a fiscalização e cobrança do imposto de consumo sobre energia elétrica. Este imposto incidia sobre o consumo de força e luz, mas estavam isentos dele: o consumo inferior a 20 kWh mensais, os kilowats-hora consumidos pelas empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica e pelas de serviços públicos (água, gás, luz, esgoto, telefone, telégrafo e viação), fornecimento de energia, feita pelas empresas geradoras às simplesmente distribuidoras, o consumo proveniente de iluminação pública e de repartições, serviços e oficinas da União, dos Estados e Municípios. BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica do Brasil*. Coletânea de Legislação organizada por Gustavo Adolfo Bailly. Rio de Janeiro, 1943. p. 18 e MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.* p. 51.

²²³ Com a conjuntura histórica inaugurada no Brasil pelo movimento de 1930, houve uma preocupação com o problema da regulamentação do setor de águas e energia elétrica. A partir daí, por indicação do jurista Levi Carneiro, Alfredo Valadão foi encarregado de elaborar um novo Código de Águas, pois o documento original, de 1907, já não satisfazia mais as necessidades do país. Em 10 de julho de 1934, Getúlio Vargas assinou o Decreto n. 26234, promulgando o Código de Águas, que permanece, até hoje, como instrumento legal básico de regulamentação do setor de águas e energia elétrica. *Idem. Ibidem.* p. 23.

²²⁴ LIMA, José Luiz. *op. cit.*, p.16.

Aquela era época de grande prestígio dos contratos. No direito administrativo, grande era o prestígio do contrato, e do contrato de direito privado sem o conteúdo próprio do direito público e administrativo. Contratos eram as concessões, como até contratuais eram as relações entre os funcionários públicos e o Estado. Themístocles Cavalcanti.²²⁵

Os direitos e obrigações das concessionárias eram estabelecidos pelos regimes dos contratos de concessão, com ou sem privilégios, gerando variadas cláusulas e realizando um processo de experimentação jurídica, onde a prática os grupos de pressão articulados nas áreas financeira, política, jornalística e diplomática, além da habilidade no relacionamento político, eram fundamentais para o ganho de uma concessão. As Câmaras Municipais, Estaduais e Federais eram disputadas pelos grupos econômicos, pois aí era um dos locais principais onde eles disputavam seus interesses para garantirem o que necessitavam, chegando a lutar inclusive pela monopolização das concessões.²²⁶

²²⁵ *As concessões de energia elétrica no Brasil*. Pareceres de Alcino Salazar, Mário Masagão e Themístocles Cavalcanti. Rio de Janeiro, 1962. Consulta da Rio Light S/A. Serviços de Eletricidade e Carris. p. 19-50.

²²⁶ GEIGUELMAN, P. & FRIA, N. “*A empresa política*” In: ELETROPAULO. História e Energia. A chegada da Light. Departamento do Patrimônio Histórico, 1 de maio de 1986, p. 32. O trabalho de Alexandre M. Saes sobre os conflitos entre “as Lights” (empresa estrangeira) e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) trata, de forma muito criteriosa, essa questão, quando discute a luta entre a Docas e a Light pelo fornecimento de energia em São Paulo. SAES, Alexandre M. (2010), *op.cit.*

CAPÍTULO 2-GUINLE&CIA/CBEE: OS INVESTIMENTOS DOS GUINLE NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

No capítulo anterior destacamos o aparecimento de um contexto favorável ao surgimento de grandes empresas no Brasil na República Velha, especialmente na primeira década do século XX. Foi no Distrito Federal²²⁷, face ao projeto de reformas urbanas em andamento com Rodrigues Alves e com Pereira Passos para transformá-lo na Belle Époque Tropical²²⁸, o espaço de tal dinamismo econômico e cultural, o que muito explica o interesse de Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle investirem no setor de eletricidade dessa cidade no início do século XX. Mas esse investimento não era tarefa fácil, pois, além da tecnologia ser nova e de um vultoso capital para empreendê-la, havia também um ambiente legislativo impreciso, em virtude da inexistência de uma legislação referente ao setor. Logo, os riscos eram enormes.

No entanto, em fins do século XIX, Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle eram sócios em alguns negócios que mostram que tinham condições de fazer investimentos neste setor. Gaffrée, filho de imigrantes franceses estabelecidos na província do Rio Grande do Sul²²⁹, veio para o Rio de Janeiro em 1870 para tentar a vida no comércio. Com o dinheiro que trouxe do Rio Grande do Sul, e no mesmo ano que chegou ao Rio de Janeiro, associou-se a José Marques Nunes e Carlos Pereira Rego para a criação da Nunes e Graffrée&Cia, ainda em 1870²³⁰, cujo nome fantasia era *Aux Tuileries*, firma que tinha como objetivo comerciar principalmente tecidos no varejo, instalando-se no centro do Rio de Janeiro.²³¹ Em 1871, Eduardo Palassin Guinle, também vindo do Rio Grande do Sul²³², em 1870, e também filho de imigrantes franceses, além de amigo de infância de Gaffrée, entrou como sócio da *Aux*

²²⁷ A cidade do Rio de Janeiro era a maior cidade do país no século XIX e também até 1920. IBGE. *Séries estatísticas Retrospectivas*, V.1,1986, p.14.

²²⁸ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

²²⁹ Não sabemos a origem do capital de Cândido Gaffrée. No entanto, sabemos que era filho de Simeon Gaffrée e Marie Anne, e irmão de Antoine Gaffrée. Sabemos também que a família Gaffrée era de negociantes presentes na Vila de Porto Alegre desde a primeira metade do século XIX. RHEINGANTZ, Carlos. G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Séculos XVI e XVII*. V.2. Livraria Brasileira, 1967.p.576.

²³⁰ Essa firma foi fundada com um capital inicial de 20:000\$00 (vinte mil réis) e um ano depois, em 1871, teve seu capital ampliado para 25:000\$00(vinte e cinco mil réis). HONORATO, Cezar. (1996), *op.cit.* p.51.

²³¹ Nesse momento a sede do Império, tal como já afirmamos, era centro comercial e financeiro e tinha o porto mais movimentado do país. Inclusive, aí um dos negócios mais prósperos era o de comércio de importação.

²³² Segundo Barros, Eduardo P. Guinle conseguiu alguma fortuna trabalhando como guarda-livros no sul do País e, depois, na própria cidade do Rio de Janeiro. BARROS, Geraldo Mendes. *Guilherme Guinle: 1882-1960*. Rio de Janeiro: Agir, 1982. p.4

Tuileries em substituição a Carlos Pereira Rego²³³. E em 1872, após alteração contratual, Gaffrée e Palassin Guinle assumiram a firma, agora Gaffrée&Guinle²³⁴, que tinha como objetivo comerciar não só tecidos no varejo, mas também produtos importados, o que significou uma transformação da firma, agora uma firma de importação de mercadorias. Ainda na década de 1880 fundaram a Gaffrée, Guinle & Cia, em 1888²³⁵, para a realização das obras e melhoramentos após o arrendamento do Porto de Santos, a Gaffrée, Guinle e Velloso²³⁶, em 1889, para a exploração agrícola, principalmente plantio de café, e a Fábrica de Fósforos Cruzeiro, também em 1889, para a fabricação de fósforos²³⁷.

Tabela 6: Alguns dos negócios de Eduardo Palassin Guinle e Cândido Gaffrée em fins do século XIX

Nome da Firma	Ano da fundação ou início do funcionamento	Capital Social ou avaliação	Ramo do negócio
Nunes, Gaffrée&Cia	1870	20:000\$00 (vinte mil réis)	Compra e venda de tecidos
Gaffrée,Guinle&Cia	1888	4.000:000\$000 (quatro mil contos de réis)	Realização de obras e melhoramentos do Porto de Santos
Gaffrée,Guinle&Velloso	1889	500:000\$00 (quinhentos mil réis)	Exploração agrícola
Fábrica de Fósforos Cruzeiro	1889	1.000:000\$000 (mil contos de réis)	Fabricação de fósforos

Fonte: Todas as informações sobre esses negócios de Gaffrée e Palassin Guinle foram retiradas de HONORATO, Cezar. (1996). *op. cit.*²³⁸

²³³ Eduardo Palassin Guinle entrou como sócio da *Aux Tuileries* em 1871, quando da elevação do capital da empresa para 25: 000\$00(vinte e cinco mil réis), respondendo por 10: 000\$00. Sobre as alterações contratuais da firma, aumento de capital, organização, etc. cf. HONORATO, Cezar (1996). *op.cit.* p.51-52.

²³⁴ Com a alteração contratual Gaffrée e Palassin Guinle passaram a ser os sócios responsáveis pela firma, e dois meses depois entrou uma nova sócia chamada Maria Atanásia Macedo da Fontoura Costallat (e não Castarlar) e, nesse momento a firma já contava com um capital social de 40:000\$00. Honorato, que analisou as alterações contratuais dessa firma, o montante das ações de cada um dos sócios, etc. não conseguiu muita precisão nas informações. No entanto, ressalta que o capital dessa empresa era bastante significativo se comparado com as de outras firmas do mesmo ramo existentes no período, e ainda que ela auferiu grande lucratividade. *Idem. Ibidem.* p. 51-54. Essa firma, em janeiro de 1885 mudou de nome passando a chamar-se Quirino, Irmãos&C., sendo administradas pelos sócios solidários Olegário Quirino dos Santos e Arthur Quirino Simões. Gaffrée e Palassin Guinle continuaram como sócios, mas comanditários. Arquivo Guinle-Paula Machado – *Jornal do Commerci.* Rio de Janeiro, 03/01/1885.s/p.

²³⁵ Essa firma foi fundada com um capital social inicial de 4.000:000\$000 (quatro mil contos de réis). Além de Palassin (500.000\$000- quinhentos contos de réis) e Graffrée (1.000:000\$000 -mil contos de réis), eram sócios da firma : José Pinto de Oliveira com 450:000\$000(quatrocentos e cinquenta contos de réis), Cândido João José Ribeiro d'Avellar com m 450:000\$000(quatrocentos e cinquenta contos de réis), Dr. Afredo Camilo Valderato com 450:000\$000(quatrocentos e cinquenta contos de réis), Benedito Antônio da Silva com 500.000\$000 (quinhentos contos de réis), réis), Francisco Justiniano de Castro Rabelo com 500.000\$000 (quinhentos contos de réis), Hipólito Pederneiras com 150.000\$000(cento e cinquenta contos de réis). .HONORATO, Cezar (1996),*op.cit.* p. 111.

²³⁶ Firma fundada em 1889, avaliada em 500:000\$00 (quinhentos mil réis). *Idem. Ibidem.* p.57.

²³⁷ Firma fundada em 1889, e que exigiu investimento inicial de 1.000:000\$000 (mil contos de réis). *Idem. Ibidem.* p. 58.

²³⁸ Além desses negócios Cezar Honorato também cita a participação dos dois negociantes na Gaffrée, Guinle&Ribeiro, dedicada à comercialização de café; na firma Motta's Brazilian Coffee Company Limited,

Esses negócios dos dois sócios somavam 5.520:000\$000 (cinco mil, quinhentos e vinte contos de réis), e eram significativos para o período. Honorato, por exemplo, afirma que o capital da firma Nunes, Gaffrée&Cia- uma firma comercial-, embora não fosse uma fortuna para a época era, em comparação com as congêneres do período, importante²³⁹, pois, no período, eram consideradas firmas comerciais de grande porte aquelas que apresentassem capital de mais de 3:000\$000 (três contos de réis).²⁴⁰ Já com relação à Gaffrée, Guinle&Cia – uma empresa concessionária de serviços públicos-, fundada para executar as obras do Porto de Santos²⁴¹, o mesmo autor afirma que era um empreendimento de vulto para o período, se comparado com as receitas das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente, 4.399:256\$284 e 4.089:318\$200²⁴², e também se comparado ao parque têxtil do Rio de Janeiro, o maior do Brasil na época, pois o conjunto das cinco maiores fábricas de tecidos equivalia a 10.600:000\$000²⁴³. Suzigan, depois de destacar a produção de fósforos como sendo um ramo importante da indústria de transformação nos estágios iniciais do desenvolvimento industrial brasileiro, já que em 1907 esta estava em quinto lugar em quantidade de capital investido e em sexto em número de empregados, ressalta que a “primeira fábrica de fósforos bem-sucedida a se estabelecer no Brasil “foi a Fábrica Cruzeiro”²⁴⁴.

Além disso, tornaram-se construtores de estradas de ferro, em 1884, executando subempreitadas no Nordeste, e nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo²⁴⁵, investindo,

fundada em Londres, em 1899, para venda de café e moedores portáteis para cozinha; a entrada como acionários da Companhia Linha Circular e Carris da Bahia, em 1897. HONORATO, Cezar. (1996). *op.cit.* p. 140-141.

²³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 52.

²⁴⁰ Ver a respeito LOBO, Eulália M.L. *op.cit.* p.207.

²⁴¹ Este porto expandiu de forma considerável seu movimento a partir de 1860, especialmente aquele ligado às exportações de café

²⁴² As receitas das demais províncias eram inferiores ao montante em questão. CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. V.I: Rio de Janeiro: M Orosco&C. 1907, p.353. In: HONORATO, C. (1996).*op.cit.*p.115. Em 1890, o capital da empresa foi elevado para 15.000:000\$000 (quinze mil contos de réis) e, em 1892, para 20.000:000\$000 (vinte mil contos de réis), capital superior à arrecadação anual dos estados brasileiros com exceção do Distrito Federal e de São Paulo. Sobre as alterações contratuais da empresa, elevação de capital, composição acionária. Cf. HONORATO, Cezar. (1996)..*op.cit.*p.107-124.

²⁴³ Cf. SUZIGAN, Wilson. (2000). *op.cit.* p.404. In: HONORATO, C. *Idem. Ibidem.*p.114.

²⁴⁴ SUZIGAN, Wilson (2000). *op.cit.* p.238.

²⁴⁵ Segundo Geraldo Barros, Gaffrée e Palassin Guinle chegaram a construir 1.500 quilômetros de ferrovias. BARROS, Geraldo.*op.cit.* p. 21. Cezar Honorato, no entanto, afirmou que não conseguiu informações sobre os investimentos dos dois sócios nos registros da Junta do Comércio e nem em pesquisas realizadas nos contratos de construção de ferrovias existentes no Arquivo Nacional. HONORATO, Cezar. (1996), *op. cit.* p. 57. Também realizamos uma investigação na documentação da Junta Comercial, no Arquivo Nacional, e não encontramos registros de ferrovias em nome de Gaffrée ou Palassin. No entanto, a pesquisa no Arquivo da família Guinle-Paula Machado foi importante para confirmar o que Barros havia mencionado sobre a participação de Gaffrée em negócios ferroviários, pois encontramos oito cartas trocadas entre Dr. Gonçalves Pinto e Gaffrée e que estavam relacionadas aos trabalhos por eles feitos no ramo ferroviário. Estas cartas, no entanto, não contém

portanto, em infraestrutura, tal como podemos constatar a partir de trechos de cartas trocadas entre Gaffrée e um dos seus sócios, e transcritos abaixo.

Por outro lado a terceira seção se compõe de quarenta e tantos quilômetros e para subempreitarmos um trecho maior de vinte quilômetros é preciso que façamos com toda cautela, a pessoa de todo critério e confiança e sobre quem eu tenha toda força e prestígio necessários para impor-lhe a minha maneira de ser e proceder, (...) se necessário eliminá-lo como subempreiteiro e reassumir a direção dos trabalhos como se ele não existisse”.(grifo nosso)
 Porquanto não podemos esquecer aquela terrível cláusula do nosso contrato com a C.R. que diz mais ou menos assim: toda vez que o Engenheiro Chefe venha fazer e faça a retirada de um trecho de vinte e cinco quilômetros mais a ... ficaria rescindido o contrato”.²⁴⁶
 Hoje passei um telegrama... e temos empreiteiro capaz de tomar serviço Crisafuly nas mesmas condições que querer seguir... Esse é o empreiteiro que assentou trilhos em Paulo Afonso e que parece homem muito aproveitável pela sua grande atividade e jeito, tendo além disso recursos próprios. Creio que dará cumprimento ao contrato(...).²⁴⁷(grifo nosso)
 “Ainda não tive resposta a um telegrama em que te propunha um empreiteiro para a terceira seção, esse sujeito me parece bom, como já te disse, e tomaria o serviço nas mesmas condições do Crisafuly.²⁴⁸

Fica evidente que Gaffrée e Palassin eram negociantes importantes na Praça do Comércio do Rio de Janeiro²⁴⁹, pois, no período de 1870-1889, estavam à frente de um conjunto de negócios diversos que somavam um capital social, tal como já apontamos

informações acerca dos locais onde realizaram os trabalhos, quantos quilômetros construíram, qual era a denominação da empresa, etc.

²⁴⁶ Arquivo Guinle-Paula Machado. Carta do Dr. Gonçalves Pinto para Cândido Gaffrée em 04/09/1884.

²⁴⁷ Arquivo Guinle-Paulo Machado. Carta de Cândido Gaffrée para Dr. Pinto em 04/09/1884.

²⁴⁸ *Idem.Ibidem.* Carta de Cândido Gaffrée para Dr. Pinho em 09/09/1884.

²⁴⁹ Carlos Gabriel Guimarães afirmou que para compreender a palavra negociante, que vem do temo “negociantes de grosso trato”, foi necessário recorrer a definição proposta por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Para Cairu, negociantes “são aqueles que empregam grandes fundos em tráficos e manufaturas, pondo em rápido movimento e extensão a indústria nacional, salariando e mantendo muitas pessoas, e assim indireta mais eficazmente promovendo a agricultura, original fonte de riquezas nacionais (...) São os que fazem comércio da especulação, bancos e seguros. Precisam de grande penetração, sagacidade e inteligência teórica e prática, para bem calcularem as circunstâncias vantajosas aos negócios que projetam”. LISBOA, José da Silva. *Princípios de Direito Mercantil e leis de Marinha*. Lisboa: Imprensa Régia, 1819, Tratado V, p. 69. *In*: Guimarães, Carlos Gabriel. op. cit. p. 22, nota 18. Eduardo Palassin Guinle era natural de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1874, com 28 anos de idade, domiciliado e estabelecido na cidade do Rio de Janeiro com comércio de fazendas, matriculou-se no Tribunal do Comércio. Teve o número de registro 4.157 e sua carta registrada à folha 20 do nº1 tomo 7º do registro competente, 12 de outubro de 1874. Fonte: Arquivo Nacional. Série Indústria e Comércio. Livro 1º, tomo 4º da matrícula dos commerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazéns de depósito – Tribunal do Commercio da Capital do Império. 1º de outubro de 1868. IC39. E Gaffrée, também natural da província de São Pedro do rio Grande do Sul, e também em 1874, com 29 anos de idade, domiciliado e estabelecido na cidade do Rio de Janeiro com commercio de fazendas, matriculou-se no Tribunal do Comércio. Teve o número de registro 4.158 e sua carta registrada à folha 19 do nº1 tomo 7º do registro competente, 12 de outubro de 1874. Arquivo Nacional. Série Indústria e Comércio. Livro 1º, tomo 4º da matrícula dos commerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazéns de depósito – Tribunal do Commercio da Capital do Império. 1º de outubro de 1868. IC39.

considerável²⁵⁰. No entendimento de Cezar Honorato, que estudou a história da Companhia Docas de Santos²⁵¹, aquele que parece ter sido o principal negócio de Gaffrée e Eduardo P. Guinle, os dois sócios eram integrantes de uma burguesia brasileira em formação. No entendimento do autor,

(...) O surgimento desses vários empreendimentos, em paralelo ao início das atividades referentes ao Porto de Santos, é emblemático da capacidade de investimento e articulação com outros burgueses da praça do Rio de Janeiro. Com a montagem da Gaffrée, Guinle e Ribeiro e da Fábrica de Fósforos Cruzeiro, em sociedade, com conhecedores dos respectivos ramos da atividade. Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle, atuaram como burgueses financiadores de empreendimentos (...). Uma das características mais marcantes da burguesia brasileira em formação – da qual Gaffrée e Palassin Guinle são exemplos expressivos – é a de inverterem capitais em vários ramos diferenciados de negócios, não se encontrando, por estar ainda em constituição, uma especialização do capital bancário, comercial ou industrial.²⁵²

A definição de Cezar Honorato, na realidade, baseia-se no que Charles Jones destacou como do aparecimento de uma burguesia cosmopolita no final do século XIX²⁵³. Para Honorato, os investidores que tinham como base de enriquecimento a esfera da circulação²⁵⁴ – que fora o caso de Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle – e que depois expandiram seus negócios para o setor produtivo, podem ser classificados como burgueses em formação, mas não como burgueses²⁵⁵. Portanto, não crê ser prudente tratá-los de burgueses, de burguesia, de capitalistas, já que no período em foco – segunda metade do século XIX-, não havia, no Brasil, capitalismo plenamente constituído.²⁵⁶

²⁵⁰ As firmas aqui listadas somavam um capital social de 5.540:000\$000 (cinco mil, quinhentos e quarenta contos de réis).

²⁵¹ A Companhia Docas de Santos foi fundada em 1892 e era a sucessora da Gaffrée, Guinle&Cia.

²⁵² HONORATO, Cezar. (1996), *op. cit.* p. 58.

²⁵³ JONES, Charles A. *International Business in the nineteenth century: the rise and fall of a cosmopolitan Bourgeoisie*. Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd., 1987.

²⁵⁴ Claro que estamos considerando que havia acumulação de lucros na esfera da circulação desde o período colonial.

²⁵⁵ O autor reconhece a não-predominância de relações tipicamente capitalistas na sociedade brasileira de meados do século XIX e também a inexistência de um projeto hegemônico de classe e, por isso, afirma não poder classificá-los como burgueses, mas sim como burgueses em formação. HONORATO, Cezar. (1996). *op. cit.* p.33-34.

²⁵⁶ Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, explicando a análise de Marx sobre a moderna sociedade burguesa, afirma que, segundo Marx só há capitalismo plenamente constituído quando há produção mecanizada e grande indústria, pois aí é que garantiriam a generalização do trabalho assalariado e o pleno domínio do capital, ou seja, a autodeterminação do capital, surgindo as características específicas no processo de acumulação do capital. OLIVEIRA, Carlos A.B. *Processo de industrialização*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Unicamp, 2003.p.54-56.

Como já apontamos, entendemos que a melhor definição para Gaffrée e Palassin, é a de que eram negociantes, e claro, dentre os vários negócios seus havia também àqueles ligados ao setor industrial, tal como a Fábrica de Fósforos, ou mesmo a Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Mesmo participando de atividades, tais como serviços portuários, casa de importação de produtos de luxo, importação de materiais elétricos, entendemos que a utilização do conceito de empresário-empresendedor²⁵⁷ é complexa. Intimamente relacionado com as idéias como “inovação” ou “incerteza”²⁵⁸, o empreendedor, que surgiu no século XX, no seio da sociedade capitalista plenamente constituída, está bem distante daquilo que representavam Gaffrée e Palassin Guinle na sociedade brasileira do período, caracterizada pela transição do escravismo ao capitalismo, e pela hegemonia da agroexportação.²⁵⁹ Até porque se autodenominavam de negociantes, eram sócios tanto da Associação Comercial do Rio de Janeiro, antiga Sociedade dos Assinantes da Praça, quanto do CIB, e tinham negócios em setores vários, tais como: empresa agrícola (que não conseguimos precisar), empresa comercial, empresa de serviços públicos, etc. A nosso ver só é possível classificarmos Gaffrée e Palassin Guinle como burgueses se adotarmos o conceito elástico de grande capital, tal como fez Flávio Saes em seu importante trabalho sobre as grandes empresas de serviços públicos na economia cafeeira.²⁶⁰

Enfim, os negociantes Candido Graffré e Eduardo P Guinle, face à conjuntura política e econômica porque passava o Brasil em fins do século XIX, diversificaram seus investimentos, e dentre eles, destacou-se o setor de eletricidade, entendido por Honorato como sendo resultado de uma expansão *tentacular* da companhia Docas de Santos.

A consolidação da Cia. Docas de Santos foi o resultado, em grande parte, das suas articulações com o Estado, tendo como meta fundamental a instalação de um sistema portuário capitalista, por meio da luta pela monopolização do embarque e desembarque de mercadorias em Santos, bem

²⁵⁷ João Antônio de Paula, Hugo E A. da Gama Cerqueira e Eduardo da Motta e Albuquerque afirmam que o empresário foi negligenciado na Teoria Econômica, aparecendo somente sob forma de vestígios em obras clássicas dos séculos XVIII e XIX, como em R. Cantillon, J.B. Say. PAULA, João Antônio; CERQUEIRA, Hugo E.A. da Gama e ALBUQUERQUE, Eduardo da M. “O empresário na teoria econômica”. *Revista de Economia Política*, vol.24, n°4 (96), outubro-dezembro/2004.

²⁵⁸ Cerqueira, Albuquerque e Paula afirmam que Joseph A. Schumpeter e F. Knight, que teorizaram no século XX, são os representantes por excelência das principais vertentes analíticas que abordaram o problema. O primeiro definindo o empresário como indivíduo cuja função é inovar; e o segundo definindo o empresário como sendo aquele que toma decisões, aquele que carrega o risco. *Idem. Ibidem.* p. 573-574.

²⁵⁹ Não estamos com isso afirmando que as empresas surgidas no período, fruto das transformações porque passava a sociedade e economia brasileiras, especialmente aquelas que atuavam em setores que chamamos de serviços públicos, tais como as portuárias e as de fornecimento de energia elétrica, fossem meros apêndices da economia agroexportadora, pois, tal como afirma Flávio Saes, a magnitude delas “garante a consolidação de interesses particulares de cada setor. SAES, Flávio A.M.*op.cit.*p.14.

²⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

como dos armazéns, transporte, conserto de navios, abastecimento de energia elétrica, etc... O crescimento do tipo “tentacular” da Docas na vida de Santos e, posteriormente, no Rio de Janeiro e demais regiões do país, foi percebida pelos contemporâneos que, não sem razões a apelidaram de POLVO”.²⁶¹

Para tanto, começaram a se articular com investidores estrangeiros, quando da fundação e atuação da Guinle&Cia, em 1904, uma firma importação e exportação de produtos. E entre eles estavam os materiais elétricos. Veremos a seguir.

2.1 O capital nacional no setor de eletricidade brasileiro do início do século XX: a Aschoff&Guinle e a Guinle&Cia

Desde fins do século XIX e início do XX, os sócios mostraram interesse em investir no setor de eletricidade. Em 1894, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, autorizou a Docas de Santos, empresa dirigida por Gaffrée e Palassin e exploradora dos serviços portuários em Santos/São Paulo, a instalar um sistema de iluminação (luz elétrica) em toda a área do caes, sendo que em 1901, o presidente da República, atendendo ao requerimento da Docas de Santos, autorizou a mesma Companhia a utilizar a força hidráulica do Rio Jurubatuba e seus afluentes, transformando-a em luz e força elétrica motora, nas oficinas e caes da Companhia²⁶². Em 1899, adquiriram a queda d’água do rio Paquequer, na Serra dos Órgãos/RJ, com o objetivo de construir uma hidrelétrica para fornecer eletricidade à cidade do Rio de Janeiro²⁶³ e, em 1903, fizeram uma sondagem entre os industriais cariocas, consultando-os se aceitariam substituir o vapor pela energia elétrica em suas fábricas. No mesmo ano, fundaram a Aschoff&Guinle, uma casa de importação e exportação de vários materiais, inclusive materiais elétricos.²⁶⁴

Esse interesse pelo setor elétrico por parte de Candido Gaffrée e Eduardo P. Guinle pode ser também atestado quando, Eduardo Guinle, filho mais velho de Eduardo P. Guinle, depois de formar-se engenheiro civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1896, foi estudar nos Estados Unidos numa escola da General Electric Co. Tal escola, montada em

²⁶¹ HONORATO, Cezar (1996), *op. cit.* p.159.

²⁶² *Idem. Ibidem.* p.170. Lembramos que em 1883 foi inaugurado o primeiro serviço de iluminação pública do Brasil e da América do Sul, em Campos, na Província do Rio de Janeiro, e que foi instalada a primeira usina hidrelétrica no ribeirão do Inferno, afluente do Jequitinhonha, em Diamantina, Minas Gerais.

²⁶³ LAMARÃO, Sérgio T. de N. (1997), *op. cit.* p.206.

²⁶⁴ BARROS, Geraldo Mendes.*op.cit.* p. 24.

Schenectady, uma pequena cidade do Estado de Nova York, era uma escola de eletrotécnica e um centro de pesquisas. Seu professor fora o engenheiro eletricista alemão Charles Proteus Steinmetz, uma das maiores autoridades em geradores e motores elétricos.²⁶⁵

No entanto, foi com a fundação da Aschoff&Guinle que Gaffrée&Guinle efetivaram seus interesses no setor. Em 26 de maio de 1903, no Rio de Janeiro, Adolf Aschoff, brasileiro, engenheiro e residente na cidade, e Eduardo Guinle, também brasileiro, engenheiro, mas residente ainda nos Estados Unidos, e representado por seu pai Eduardo Palassin Guinle, brasileiro, negociante, residente na cidade, se fizeram sócios em um contrato para constituir uma sociedade comercial com as seguintes estipulações:

1º) A sociedade é em nome coletivo²⁶⁶ e seu objetivo é importação, exportação, consignação, empreitadas e mais matérias de comércio, girará sobre a firma Aschoff&Guinle, e terá domicílio nesta capital, Rua do Ouvidor n. 55 e Rua Nova do Ouvidor n.13, e na cidade de São Paulo, Rua Direita n.7;

2º) O capital da sociedade é de quatrocentos contos de réis, realizados neste ano, em moeda corrente, sendo 100 contos de réis pelo primeiro outorgante sócio(Aschoff) e 300 contos de réis, pelo segundo (Eduardo Guinle) (...);

3º) A sociedade durará 5 anos, sendo este prazo prorrogável.

4º) Em caso de dissolução da sociedade, os próprios sócios serão os liquidantes e cada um se retirará com seu capital e lucros que lhe competirem, e se a dissolução se der por morte, a liquidação se fará de acordo com o Código Comercial.²⁶⁷

Esta sociedade compunha-se dos sócios solidários Adolf Aschoff e Eduardo Guinle²⁶⁸, onde o uso da sociedade competia aos dois²⁶⁹. No entanto, menos de um ano depois da

²⁶⁵ GUINLE, Cézar. *Eduardo Guinle – um pioneiro*. s/ed. s/d. p. 115-116. O segundo filho de Palassin Guinle, Guilherme Guinle, também se formou em engenharia civil, em 1905, e estagiou um ano nos Estados Unidos, em várias empresas de eletricidade, entre as quais a General Electric. Arquivo Guinle-Paula Machado. Pasta sobre Guilherme Guinle. Lembramos que no ano de 1896 a General Electric e a Westinghouse monopolizavam o mercado técnico e industrial de eletricidade.

²⁶⁶ Art. 315 Existe uma sociedade em nome coletivo ou com firma, quando duas ou mais pessoas, ainda que algumas não sejam comerciantes, se unem para comerciar em comum, debaixo de uma firma Social. BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda legislação do país que lhe é referente. Comentado por Sallustiano Orlando de Araújo Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro. Eduardo e Henrique Laemmert, 1869. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *op.cit.* p.101.

²⁶⁷ Arquivo Nacional – Junta Comercial. L 421 R 53050 S2 (1903).

²⁶⁸ No início de 1903, a Aschoff&Guinle comprou a casa de materiais elétricos de James Mitchell, engenheiro elétrico. Aschoff e Mitchell haviam participado de uma das primeiras empreitadas com energia elétrica no Brasil, em 1892, em serviço para a Cia. Ferro-Carril Jardim Botânico, na Capital da República. No ano seguinte, Mitchell e Aschoff fundaram a Mitchell&Aschoff, sendo representantes da General Electric no Brasil. Na passagem para o século XX Mitchell se desfez da sociedade e juntou-se ao grupo Light que chegava ao Brasil e Aschoff manteve a representação a General Electric no Brasil. ELETROPAULO. São Paulo. Registros 1899-1940. p.5. Salientamos também que Aschoff havia participado de maneira bastante ativa da primeira legislação sobre eletricidade elaborada no Distrito Federal, questão que será explorada no capítulo 4 da tese.

fundação da firma, em função da morte de Adolf Aschoff (10 de fevereiro de 1904), em 24 de março de 1904 foi arquivada na Junta Comercial a escritura de contrato da Sociedade Comercial Guinle&Cia que fora fundada para continuar os negócios da Aschoff &Guinle:

Contrato de sociedade que entre si fazem Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, como sócios solidários e Carlos Guinle, como sócio comanditário.

Os abaixo-assinados Eduardo Guinle, engenheiro, e Guilherme Guinle e Carlos Guinle, capitalistas, todos brasileiros e residentes nesta cidade tem resolvido por meio desta escritura particular, contrair uma sociedade comercial para continuar o negócio, que fazia objeto da sociedade que girava nesta cidade sob a firma Aschoff&Guinle, da qual os dois primeiros eram sócios solidários, e cujo ativo e passivo, por morte do sócio Adolf Aschoff, tomaram a seu cargo por escritura pública lavrado ontem e pactuado com a viúva inventariante e única herdeira do falecido, D. Mathilde de Albuquerque Aschoff.

As estipulações são as seguintes: 1º) A sociedade passa a ser em nome coletivo e em Comandita, sendo sócios solidários os dois primeiros dos abaixo assinados, e sócio comanditário o último, e seu objeto continua a ser o mesmo: importação, exportação, consignação, empreitadas e mais matérias de comércio, que girará sob a firma Guinle&Cia, (...); 2º) O capital da sociedade é elevado a mil e duzentos contos de réis (1.200:000\$000), sendo seiscentos contos (600:000\$000) já realizado sem partes iguais pelos dois primeiros dos abaixo-assinados na anterior sociedade, os restantes seiscentos contos (600:000\$000) realizados neste ato, em moeda corrente, sendo cem contos (100:000\$000) pelo primeiro dos abaixo assinados, cem contos (100:000\$000) pelo segundo, e quatrocentos contos (400:000\$000) pelo terceiro, comanditário; 3º) O prazo social expirará em 31/12/1909, sendo prorrogável; 4º) O balanço social será em 31/12/1904 e daí em diante em igual dia a cada ano, os lucros ou prejuízos verificados em cada um deles será distribuído assim: 40% para o primeiro dos abaixo assinados (Eduardo Guinle), 40% para o segundo dos abaixo assinados (Guilherme Guinle) e 20% para o terceiro (Carlos Guinle).²⁷⁰

²⁶⁹ A declaração de que a firma se constituía de sócios solidários foi feita por exigência do Decreto n 916, de 24 de outubro de 1890. Arquivo Nacional – Junta Comercial L45 R 11 524 S2 (1903).

²⁷⁰ Nesse registro a firma Aschoff&Guinle aparece como sendo dos sócios solidários Eduardo e Guilherme, além de Aschoff, mas não encontramos a documentação que constasse a alteração contratual para a entrada de Guilherme Guinle, já que no registro de fundação da Aschoff&Guinle, só aparecem como sócios solidários Eduardo Guinle e Adolf Aschoff. Segundo consta na escritura de liquidação amigável, pagamento e quitação que entre si fizeram Eduardo Guinle, Guilherme Guinle e Dona Mathilde de Albuquerque Aschoff, viúva de Adolf Aschoff, em 07 de março de 1904, teriam sido feitas duas outras escrituras: uma em 26 de maio e outra em 28 de outubro de 1903, onde Eduardo e Guilherme teriam contraído, com Aschoff, uma sociedade me nome coletivo com domicílio nos mesmos endereços da Aschoff&Guinle, e que também giraria sob a firma Aschoff&Guinle. Em função da morte de Aschoff, em 10 de fevereiro de 1904, ficou a firma, na falta de estipulação em contrário, dissolvida de direitos, e Eduardo Guinle, Guilherme Guinle e Dona Mathilde, resolveram fazer a liquidação amigável da dita sociedade, tomando eles a cargo exclusivo todo o ativo e passivo da sociedade, no intuito de continuarem o negócio, e pagando à viúva o capital do falecido na importância de cem contos de réis, sem lucros, porque, segundo consta do documento, o negócio não havia apurado lucros. Arquivo Nacional- Junta Comercial. L 431 R 54097 S2 (1904).

A Guinle&Cia foi fundada em 08 de março de 1904, e a nova firma teve seu capital aumentado em 200%, capital esse pertencente a três dos irmãos Guinle: Eduardo, Guilherme, sócios solidários e Carlos, sócio comanditário²⁷¹. Cabe salientar, que esse aumento do capital não fora resultado dos lucros da Aschoff&Guinle, pois como ficou declarado na escritura de liquidação amigável da firma, o negócio não teria apurado lucros²⁷², o que significa dizer que os membros família Guinle, acima citados, investiram capitais particulares na firma.

A Guinle&Cia estava estabelecida na praça de comércio de materiais e instalações elétricas na Rua do Ouvidor, nº. 55 e nº. 13, no Rio de Janeiro, e na Rua Direita, nº. 7, em São Paulo, e em junho do mesmo ano requereu que fosse anotado no registro da firma a abertura de uma filial em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que teria começado a funcionar em 1904.²⁷³

De 1904 a 1909, a firma dos irmãos Guinle crescera: comerciava materiais elétricos, representava vários fabricantes de equipamentos elétricos e outros, e construía usinas hidrelétricas e linhas de transmissão no país, executando projetos encomendados por terceiros em diversos estados.

As propagandas da firma, em jornais da época, traziam parte dos serviços importantes por ela realizados. Por exemplo: em São Paulo - iluminação de luz elétrica e transmissão e força das cidades de Jaú, Cravinhos, Piracicaba, Jacareí, São Simão, Ribeirão Preto, Sorocaba, Estação de Campinas e Jundiaí, luz e força para as oficinas da Companhia Mogiana, etc; em São Paulo, capital – luz elétrica e bondes elétricos da São Paulo Tramway Light and Power Co.; em Santos – luz elétrica e bondes elétricos da Companhia Ferro Carril Santista; no Amazonas – luz elétrica e bondes da cidade de Manaus; no Rio de Janeiro- instalações elétricas da Companhia Manufatureira Fluminense (Niterói), luz elétrica de Petrópolis, iluminação da cidade de Campos, etc.; no Distrito Federal – instalações da Companhia Ferro Carril Jardim Botânico, Estrada de Ferro Tijuca, Lage&Irmãos, Palácio do Catete, Jornal do

²⁷¹ O Código Comercial Brasileiro de 1850, nos artigos 311,312 e 313, definiu a sociedade em comandita da seguinte forma: Art. 311 – quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se associam para fim comercial, obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis, e sendo outros simples prestadores de capitais, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato, esta associação tem a natureza de sociedade me comandita(...); Art. 312 – Na sociedade em comandita não é necessário que se inscreva no registro do comércio o nome do sócio comanditário, mas requer-se essencialmente que se declare no mesmo Registro a quantia certa do total dos fundos em comandita; Art. 313 – (...) os sócios responsáveis respondem solidariamente pelas obrigações sociais, pela mesma forma que os sócios das sociedades coletivas. BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda legislação do país que lhe é referente. Comentado por Sallustiano Orlando de Araújo Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1869. p.120-121. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. (1997 – Tese de Dout.), *op.cit.* p. 101.

²⁷² Arquivo Nacional- Junta Comercial L 431 R 54097 S2(1904)

²⁷³ Essa firma transferiu sua filial de Porto Alegre a terceiros em 1909, mesmo ano em passou todos os seus negócios de produção, transmissão e distribuição de eletricidade para a Companhia Brasileira de Eletricidade, e foi liquidada somente em 1915. Arquivo Nacional – Junta Comercial. L47 R12132 S2 (1904).

Comércio, Biblioteca Nacional, London, River Plate Bank, Banco da República do Brasil, Laranjeiras Clube, Estrada de Ferro Central do Brasil, Fábrica de Tecidos Corcovado, iluminação das Estações Central e Subúrbios, etc.; Minas Gerais – carris elétricos de Belo Horizonte, luz elétrica de São João d’El Rei, minas de diamantes da Companhia Boa Vista; Espírito Santo – Teatro Melpomene (Vitória)²⁷⁴. Traziam também as representações que eram exclusividades da empresa: General Electric Co. (aparelhos elétricos para força e luz), Pelton Water Wheel Co. (rodas de águas e turbinas), American Locomotive Co. (locomotivas), Otis Elevadores Co. (elevadores elétricos), Man Kodak Company (aparelhos fotográficos), United States Products Export Co. (exportadores de produtos de aço e trilhos para estrada de ferro).²⁷⁵

A firma construiu também a hidrelétrica de Rio das Pedras para suprir energia para Belo Horizonte, com 3.600 HP, que se destinava aos serviços de iluminação pública e particular e de tração de bondes de Belo Horizonte, a capital do estado; construiu também pequenas usinas nas cidades paulistas de Mococa, Guaratinguetá e São João da Boa Vista; no Rio de Janeiro construiu usina em Campos e no Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande; na capital federal, construiu uma termelétrica para a Estrada de Ferro Central do Brasil, que garantia energia para iluminação de todas as suas estações.²⁷⁶

Além das instalações feitas para terceiros, e das representações que possuía, a Guinle&Cia também desenvolveu seus próprios projetos no setor de eletricidade. No Estado de São Paulo, em 1906, começou a construir a Usina de Itatinga, para atender as necessidades do Porto de Santos, cuja concessionária que explorava seus serviços era de Gaffrée e Eduardo P. Guinle, a já citada Docas de Santos. No mesmo ano iniciou a construção da Usina de Piabanha, em Alberto Torres (Rio de Janeiro), para fornecer energia elétrica ao Distrito Federal²⁷⁷. Essa hidrelétrica, inaugurada em 1908, com uma potência de 9.000 Kw, estava entre as maiores do país.²⁷⁸ Portanto, os irmãos Guinle, através da Guinle&Cia prestavam seus

²⁷⁴ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 04/05/1904.

²⁷⁵ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 04/05/1904. Além dessas podemos citar: Babcock&Wilcox;ci,(caldeiras a vapor), J.C Brill Co(carros e vagões), The Chloride Electrical Storage Company, Ltd (acumuladores elétricos), A.L. Ide e Sons (máquinas a vapor), Chicago Pneumatic Tool Company (máquinas e ferramentas de ar comprimido), Cleverlnd Twist Drill Co. (brocas americanas), L.S. Starrett Co. (ferramentas finas), Hohn A. Roblings Sons Co. (cabos e fios para transmissão de energia elétrica), Milliken Brothers (construção de ferro, aço, pontes, etc), J.A. Fay&Egan Co. (máquinas para trabalhar em madeira), Lozier Motor Co. (motores e lanchas a gasolina), Kellogg Seitch Board&Supply Co. (telefones), S. Morgan Smith Co. (máquinas para transmissão ode força), Cincinate Told Co. (ferramentas), Goodell Pratt Co. (ferramentas finas), Globe Wenicke Co. (móbilias de escritório), Hall Sign Al. Co. (sinais para ferrovias). *Brazil Ferro Carril*, Ano II, n.14, p.15, fevereiro de 1911.

²⁷⁶ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (1993), *op. cit.* p. 75-77.

²⁷⁷ *Idem. Ibidem.* p.75-76.

²⁷⁸ Algumas das maiores usinas do país eram: a de Parnaíba, em São Paulo, fundada em 1902, com 2.000Kw e a de Fontes, no Rio de Janeiro, fundada em 1908, com 12.000 Kw. GOMES, F. de A.M. “A eletrificação no Brasil. *História&Energia*. São Paulo: Eletropaulo, 1986 e MEMORIA DA ELETRICIDADE. (1993). *op. cit.*

serviços de eletricidade para empresas privadas, para instituições e repartições públicas, atuando em vários estados importantes do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo e Amazonas.

Embora não tenhamos conseguido levantar as ampliações do capital da Companhia²⁷⁹, e embora tenha tido um curto período de existência, de 1904 a 1909²⁸⁰, a firma, não temos dúvidas, consolidara-se como uma referência no setor de eletricidade brasileiro. Como prova disso apontamos, além de todos os serviços prestados pela empresa em vários estados brasileiros, a tentativa dos diretores articularem-se ao capital estrangeiro, que também contava com um grupo²⁸¹ interessado em investir no setor de eletricidade brasileiro.

2.1.1 As tentativas de um acordo entre o capital nacional dos Guinle e o estrangeiro representado por Mackenzie e Pearson

Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle²⁸² não eram os únicos interessados no mercado de eletricidade do Distrito Federal, pois no mesmo ano em que foi fundada a Guinle&Cia, também foi fundada a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co.Ltd. do grupo Light²⁸³, com o mesmo objetivo.

Em maio de 1904, Frederick Pearson (um dos maiores especialistas em redes elétricas de carris urbanos e barragens hidrelétricas)²⁸⁴, e Alexander Mackenzie (jovem advogado canadense que fazia parte do maior escritório canadense da área do direito comercial: o

²⁷⁹ Como era uma sociedade em comandita, as informações da firma não eram publicadas no Diário Oficial. Também no arquivo da família Paula-Machado nenhuma documentação foi encontrada e na documentação da Junta Comercial do Rio de Janeiro, tal como já citamos, só estão registradas a fundação e uma alteração contratual, ocorrida em 1904, cujo capital da firma era de 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis). No entanto, em 1909, os bens e direitos da Companhia foram avaliados em 29.400:000\$000 (vinte nove mil e quatrocentos contos de réis). Ata da primeira reunião da assembléia de constituição da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Arquivo Nacional - *Diário Oficial da União*. 04/06/1909, p.4217.

²⁸⁰ Sua liquidação data de 1915, mas em 1909 todos os seus bens, direitos e deveres foram transferidos para a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, como veremos adiante.

²⁸¹ Referimos-nos ao Grupo Light, sobre o qual faremos algumas considerações no próximo item.

²⁸² Nesse momento alguns dos filhos de Palassin também estavam envolvidos nos negócios de eletricidade.

²⁸³ A formação do grupo Light se deu na transição do século XIX para o XX, quando capitais estrangeiros, por iniciativa de empresas controladas por grupos canadenses e norte-americanos, concentraram-se na geração e distribuição de energia elétrica. Essas empresas atraíram grandes volumes de capitais britânicos, sobretudo quando da abertura do capital de quatro grandes companhias, duas no Brasil (São Paulo e a Rio Light), uma em Cuba e outra na Argentina. Flávio Saes ressalta que a Light dever ser vista como parte de um grande conglomerado financeiro-industrial e não como uma “empresa estrangeira de energia implantada no Brasil”. SAES, Flávio (1986). Café, indústria e eletricidade em São Paulo. *História&Energia: a chegada da Light*. São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo.p.24.

²⁸⁴ MACDOWALL, Duncan. *Light: a história da empresa que modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

Blake, Lash & Cassel)²⁸⁵, representantes da São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd., que explorava os serviços de eletricidade na capital paulista²⁸⁶, associados ao capitalista norte-americano Percival Farquhar²⁸⁷, constituíram a “The Rio Light”, primeiramente em Nova Jersey (Estados Unidos), e depois, em junho de 1904, em Toronto (Canadá), quando a companhia foi definitivamente incorporada.²⁸⁸

A Guinle & Cia e a “The Rio Light”, entre os anos de 1905 e 1915, travaram uma disputa acirrada pela primazia do fornecimento de energia elétrica ao mercado carioca. No entanto, no ano de 1904, antes da constituição formal da “The Rio Light”, os diretores da Guinle & Cia, Pearson, Mackenzie e alguns dos seus colaboradores tentaram se associar, visando a conquista do mercado do Distrito Federal.²⁸⁹

No entanto, o conhecimento acerca da aproximação e do abortamento da possibilidade de uma associação entre os diretores da Guinle & Cia e os articuladores da fundação da “The Rio Light” - principalmente Pearson e Alexander Mackenzie -, para a efetivação de negócios no setor de eletricidade do Distrito Federal, encontra-se envolto de muitas imprecisões, pois as fontes até então consultadas, quantitativamente pequenas e qualitativamente pouco ricas, não elucidam a questão.

Duncan MacDowall e Elisabeth von der Weid defenderam a tese de que os Guinle teriam se interessado em participar do projeto de fundação da “The Rio Light”. Mac Dowall afirmou que no início de 1904, “Eduardo Guinle Júnior aproximou-se de Pearson, em nome do seu pai, para tratar da possibilidade de sua Companhia entrar no empreendimento” (refere-se à fundação da “The Rio Light”).²⁹⁰ Interpretação também de Elisabeth Von der Weid.²⁹¹

²⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁸⁶ Em abril de 1899, foi fundada, no Canadá, São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.. em julho do mesmo ano conseguiu autorização para funcionar no Brasil e em pouco tempo monopolizou o transporte coletivo e a produção/distribuição de eletricidade na capital paulista. WEID, Elisabeth. Von der. O advento da Companhia (1904-1912). In: LOBO, Eulália L.; LEVY, Maria B. *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light/Centro de Memória da Eletricidade do Brasil, 2008. p.25.

²⁸⁷ Farquhar era uma *promoter* americano com excelentes relações financeiras em Nova York, Montreal e na Europa. Através dele foram feitos contatos com Sir William van Horne, importante financista de Montreal, e com W. Lanman Bull, capitalista influente em Nova York. McDOWALL, D. *op.cit.* p.137.

²⁸⁸ Em 1912, os integrantes das diretorias da Rio Light e da São Paulo Light, decidiram unificar os empreendimentos no Brasil numa grande holding, a Brazilian Traction Light and Power. LAMARÃO, Sérgio T. N (1997), *op.cit.* p.207-209. Sobre a fundação “das Lights” e a presença delas no Brasil Cf. SAES, Alexandre. (2010). *op.cit.*; GAULD, C. A. *Percival Farquhar: o último titã*. Um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora da Cultura, 2006; McDOWALL, D.L. *op. cit* e WEIDA, Elisabeth von der. *op.cit.*

²⁸⁹ Autores que diretamente ou indiretamente trataram da questão dos serviços de eletricidade no Distrito Federal afirmam a existência dessa tentativa. Cf. McDOWALL, D.L. *op.cit.*; WEID, Elisabeth von der. *op.ci*; ARMSTRONG, C. and NELLES, H.V. *Southern exposure. Canadians promoters in Latin America and the Caribbean 1896-1930*. Toronto: University of Toronto Press, 1988; GAULD, C. A. *op.cit.*

²⁹⁰ McDOWALL, D.L. *op. cit.* p. 176.

Estes autores utilizaram como fonte histórica, para chegarem a essa conclusão, duas correspondências de Pearson²⁹². Parte de uma delas, a de 09/03/1904, foi transcrita abaixo:

(...) There is a Mr. Eduardo Guinle, who is now associated with Aschoff whose father is a very wealthy man in Rio, and of whom you have no doubt heard. This young Guinle came in and saw me before he returned to Brazil, and stated that his father would like to join in any enterprise we might carry out in Rio to the extent of several millions of dollars. I understand this man has considerable influence so he would be a very good associate for us to have, and I suggest that you see him and have some talk with him, tell him that we would like to have him associate with us if we can get concessions and conditions such as would warrant us in going on with the scheme. You would of course have to tell him that at present we do not care for his money, but would like to know if he would care to join us on some fair basis (...).

You might make a provisional offer to Mr. Guinle that we would let him join us to any amount up to \$ 5.000.000, with par value of bonds of underwriting on this basis of 60% stock bonus, and see if he would care to take any portion of this.

His son talked very large to me when he was here, but it is very likely the father would feel very different about it.

I would help us very much to have him associate with us and help me very much in financing this business if he agreed to take a stated amount on a basis of this sort. Consequently anything you can do to bring about a proposition from him would be of immense advantage to me (...).²⁹³

Nesta carta, fica evidente, tal como apontaram Weid e McDowall, a possibilidade do surgimento de uma associação entre os homens da Guinle&Cia e aqueles que articulavam a fundação da “The Rio Light”. Pearson pede a Mackenzie para procurar Eduardo Palassin Guinle, e pede também que fale com ele sobre a inexistência do acordo financeiro para fundar a empresa que exploraria os serviços de eletricidade no Distrito Federal. E mais, sugere que Mackenzie faça uma proposta para o mesmo: afirma que aceitaria a participação deles no negócio desde que entrassem com valor acima de 5 milhões de dólares.²⁹⁴ Logo, esta carta nos indica que houve uma possibilidade real do surgimento de um consórcio bilateral (estrangeiro e nacional) objetivando controlar o mercado de eletricidade do Distrito Federal. E que foi Eduardo Guinle quem deu o primeiro passo nessa direção.

²⁹¹ WEID, E.von der. *op. cit.* p.29. Para Gauld foram Mackenzie, Pearson e também Farquhar que procuraram por Eduardo Guinle Filho, em Nova York. GAULD, C. (2006).*op.cit.* p.118.

²⁹² Carta de John B.Orr para Pearson, 11/04/1904, correspondências de Mackenzie. McDOWALL, D.(2008).p.176 e Arquivo *Rio Light*.Correspondência Pearson-Mackenzie. Nova York, 09/03/1904.

²⁹³ Arquivo Light - Correspondência Pearson-Mackenzie, 09/03/1904.

²⁹⁴ O capital integralizado para a formação da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Ltd., em julho de 1904, fora de 4.000.000 (quatro milhões de dólares), capital necessário para as primeiras instalações da empresa. SAES, Alexandre. (2010), *op.cit.* p.118-119.

Este possível acordo foi fruto das dificuldades enfrentadas por Pearson e Mackenzie para a constituição da “The Rio Light”.²⁹⁵ Mackenzie e Pearson que articulavam um projeto para a exploração da eletricidade na capital, desde 1902, ainda em 1904, não tinham conseguido colocá-lo em prática: o grupo que havia financiado a Companhia de São Paulo não estava disposto a entrar no negócio; a legislação canadense havia sido reformulada imprimindo uma série de restrições para a formação de empresas financeiras ou de serviços públicos; no Brasil, surgiam as primeiras leis que tentavam disciplinar a exploração da força proveniente das quedas d’água.²⁹⁶

Quanto ao aborto da possibilidade de uma associação entre os homens da Guinle&Cia e os homens que articulavam a fundação da “The Rio Light”, Elizabeth Von der Weid sugeriu que os Guinle queriam participação maior que a oferecida por Pearson²⁹⁷. Já Gauld atribuiu o fato a Eduardo Guinle, denominando-o de teimoso: “o teimoso Guinle Filho rejeitou as propostas, planejando comprar políticos e donos de jornais em número suficiente...”²⁹⁸. E Armstrong&Nelles afirmam que Pearson é que se desinteressou pelo acordo por não ser afeto a dividir “o controle e as rendas com interesses locais...”²⁹⁹

Trabalhando com outra documentação, além da correspondência de Pearson de 09/03/1904, face à necessidade de conhecer melhor as condições que envolveram a possível associação, conseguimos avançar um pouco em nossas conclusões especialmente acerca do afastamento entre os Guinle e o “grupo de Pearson”.³⁰⁰

No início de 1904, Pearson e Eduardo Guinle se encontraram em Nova York, EUA.³⁰¹ Lá conversaram sobre a possibilidade de se associarem, tanto que Pearson sugeriu a Mackenzie que procurasse mais informações sobre a família Guinle e que também fizesse a eles uma proposta para que entrassem no negócio que Pearson estava articulando para explorar os serviços de eletricidade no Distrito Federal – a fundação da “The Rio Light”.³⁰² Eduardo Guinle voltou, então, ao Brasil, e conversou com seus associados. No mesmo período, Mitchell, associado de Mackenzie e Pearson, procurou por Candido Gaffrée e

²⁹⁵ McDOWALL, Duncan .*op.cit.*p.175.

²⁹⁶ WEID, E.v.der .*op.cit.* p.27 e McDOWALL, D.*op.cit.* p177.

²⁹⁷ WEID, E. V. der. *op. cit.* p.29.

²⁹⁸ GAULD, C. *op.cit.* p.118.

²⁹⁹ ARMSTRONG, C. and NELLES, H.V.*op.cit.* 64.

³⁰⁰ Conseguimos 7 documentos que tratavam diretamente da questão: duas matérias do *Jornal do Commercio* de 1904 e uma de 1905; duas do jornal *Gazeta de Notícias* de 1904; uma matéria de *O Paiz* de 1905 e uma carta de Pearson para Mackenzie em 1905.

³⁰¹ John Orr escreveu para Pearson em 11/04/1904. Orr era um empreiteiro, provavelmente americano, que trabalhava no Rio. McDowall, D.*op.cit.* p.176.

³⁰² Arquivo Light – Correspondências de Mackenzie. Carta de Pearson para Mackenzie em 09/03/1904.

Eduardo Palassin Guinle, para fazer a proposta sugerida por Pearson na carta de 09 de março, e recusada pelos Guinle.³⁰³

Em maio do mesmo ano Eduardo Guinle, voltou para os EUA para cuidar dos negócios da Guinle&Cia, negócios com Pearson³⁰⁴. Nesse novo encontro Eduardo Guinle disse a Pearson que seus amigos, sócios da Guinle&Cia, não queriam mais fazer parte do *syndicato* que estava sendo articulado por Pearson, mas que participariam dos investimentos no setor de eletricidade do Distrito Federal fazendo as instalações particulares para os consumidores.³⁰⁵ Foi exatamente no mês de maio que Pearson registrou a Rio de Janeiro Light and Power Co.Ltd, a primeira “The Rio Light”, com a participação do próprio Pearson, Farquhar, e mais dois sócios como proponentes, mas ainda não tinha conseguido convencer capitalistas de Nova York ou Toronto de que o negócio seria rentável,³⁰⁶ o que só ocorreu no início de junho, quando William Mackenzie, presidente da Canadian Northern Railway Co., com sede em Toronto, e seus associados se comprometeram com a iniciativa, quando então foi incorporada no Canadá a Rio de Janeiro Light and Power Co. Ltd.³⁰⁷

No fim de junho, depois de ter conseguido a incorporação da “The Rio Light” no Canadá³⁰⁸, Mitchell, a pedido de Pearson, fez um projeto de contrato para a Guinle&Cia, a fim regular as relações entre a “The Rio Light” e a Guinle&Cia³⁰⁹, nas transações do RJ, e entregou-o, em 26 de junho de 1904, para Eduardo Guinle. Depois de analisá-lo, Eduardo Guinle respondeu Mitchell afirmando: “(...) Li-o com cuidado e transmiti o mesmo em português ao meu irmão no Rio (Guilherme). Depois de um estudo minucioso nos havemos de vos sugerir as alterações necessárias para a proteção de nossos interesses, visto as

³⁰³ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/03/1905. p.3; Correspondência de John B. Orr para Pearson em 11/04/1904. Mc DOWALL, D.*op.cit.*p.176.

³⁰⁴ Em 03 de maio de 1904 a Gazeta de Notícias apresentou uma matéria dizendo que os representantes da Light e Eduardo Guinle tinham se encontrado com o Prefeito do Distrito Federal para solicitarem permissão para fornecer eletricidade à cidade. Um dia depois, no mesmo periódico, publicou uma carta de Eduardo Guinle – a pedido seu – onde dizia que a Guinle&Cia não tinha nenhuma relação com os negócios estabelecidos entre o Prefeito e os representantes da Light – *Gazeta de Notícias*, 03 e 04 /05/1904. Já no *Jornal do Commercio* Eduardo Guinle publicou uma carta dizendo que estaria indo para os EUA para cuidar dos interesses da Guinle&Cia e não para se associar a Pearson – *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/05/1904.

³⁰⁵ Essa matéria foi assinada por James Mitchell que salientou, entre outras coisas, que as instalações da São Paulo Light tinham sido feitas com materiais da General Electric e que as relações das firmas Aschoff&Guinle, depois Guinle&Cia, com os representantes da São Paulo Light eram muito boas até 1904. *O Paiz*.Rio de Janeiro, 01/04/1905.p.4; McDOWALL, C. *op.cit.* p. 113-119.

³⁰⁶ A Companhia foi registrada em Nova Jersey, nos EUA. McDOWALL, Duncan.*op.cit.*p177- 178.

³⁰⁷ A companhia foi formada sem a identificação dos reais incorporadores, objetivando contornar a legislação do Canadá e suas exigências. Os empresários garantiam a existência jurídica, comprovavam que operariam em outro país, e assim conseguiam a notificação desejada nos estatutos. WEID, Elisabeth Von der. *op.cit.* p.30.

³⁰⁸ Em julho a companhia requeria, na Secretaria de Estado do Canadá, a alteração da razão social incluindo a palavra *tramway*. O nome da empresa passou a ser The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltd.

³⁰⁹ Em linhas gerais a The Rio Light produziria e forneceria a energia aos consumidores, mas a Guinle&Cia faria as instalações necessárias.

condições apresentadas nesse acordo serem como dizeis apenas de proteção para vossos interesses (...).³¹⁰ De junho a setembro, as negociações ficaram paradas na análise do projeto desse contrato, e também não tiveram sucesso, pois Pearson após visitar o escritório de Gaffrée e de Palassin, no Brasil, ouviu dos brasileiros que sequer discutiram o contrato.³¹¹

Portanto, as negociações entre Pearson/Mackenzie/Mitchell e Gaffrée/Palassin Guinle/Eduardo Guinle passaram por duas vias: uma delas seria a participação dos Guinle *no sindicato* organizado por Pearson, que não se concretizou; e a outra seria a participação dos Guinle na exploração dos serviços de eletricidade do Distrito Federal *com o sindicato*, que também não foi concretizada.

Ao contrário da interpretação de Armstrong e Nelles, entendemos que foram os Guinle e não Pearson que desistiu da associação. Os diretores da Guinle&Cia afirmaram isso em texto publicado no *Jornal do Commercio*, em 1905: “ (...) Nos EUA o engenheiro Eduardo Guinle, e aqui nossa firma foram em tempo procurados pelos Srs. Mitchell e Pearson, afim de tentarem um negócio de eletricidade no Rio de Janeiro, sobre bases propostas por estes senhores e que não foram aceitas por inconvenientes (...)” (grifo nosso).³¹²; e Mitchell também, pois em texto publicado no jornal *O Paiz*, em 1905, confirmou a recusa dos Guinle participarem da associação:

(...) por diversas vezes tanto em Nova York quanto no Rio ele (Eduardo Guinle) deu-nos a entender que seus amigos seriam fortes subscritores da nossa empresa (...). Foi só depois da chegada do Sr. Guinle em NY, em maio do ano passado (1904), que ele informou ao Sr. Pearson que os seus amigos não queriam mais entrar no negócio(...).
 “O Sr. Pearson chegou aqui em setembro e visitou os Sr. Gaffrée&Guinle e, com surpresa, que se pode imaginar, soube então pela primeira vez que eles não estavam pelo acordo proposto e não se sentiam dispostos a discuti-lo. Por nossa parte ficou ali terminado o negócio.”³¹³

Inclusive, uma nova tentativa de Pearson associar-se aos Guinle ainda aparecera em abril de 1905. Neste mês, de forma confidencial, Pearson disse a Mackenzie que deveria conversar com um funcionário da General Electric, Mr. Mahoney, para mostrar a ele que a GE estaria perdendo um grande negócio se os Guinle continuassem a se colocar em oposição ao grupo da Light.³¹⁴

³¹⁰ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 01/04/1905.p.4.

³¹¹ *Idem. Ibidem*.

³¹² *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/05/1904.

³¹³ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 01/04/1905.p.4.

³¹⁴ Pearson afirmou que já havia feito algumas encomendas a Westinghouse. Arquivo Light . Correspondências de Mackenzie. Carta de Pearson para Mackenzie em 19/04/1905.

E mais, não teria sido o abortamento da associação resultado da teimosia de Eduardo Guinle, tal como afirmara Gauld³¹⁵. Acreditamos que Eduardo Guinle, um dos sócios solidários da companhia, era o interlocutor entre o “grupo de Pearson” e seu grupo, pois Gaffrée e Guinle afirmaram, em 1905: “(...) Nos EUA o engenheiro Eduardo Guinle e *aqui a nossa firma* foram procurados pelos Srs. Mitchell e Pearson a fim de tratarem do negócio da eletricidade no Rio de Janeiro (...).³¹⁶ Logo, Gaffrée e Palassin estavam participando das negociações. E ainda, as declarações de Eduardo Guinle publicadas nos periódicos cariocas *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*, em maio de 1904³¹⁷, tentando desvincular a Guinle&Cia do *syndicato* que estava sendo montado por Pearson, não nos fazem crer que Eduardo Guinle estivesse tomando decisões tão capitais à revelia dos seus sócios. Outra informação que reforça nossa interpretação liga-se à idéia que Mitchell criou de Eduardo Guinle. Mitchell insinuou que Eduardo Guinle seria um irresponsável, pois teria lido o projeto de contrato feito por Pearson, em junho de 1904, e não teria feito qualquer objeção, projeto esse que Palassin e Gaffrée sequer quiseram discutir com Pearson. Ou seja, sugeriu que Eduardo Guinle negociava algo que não tinha autorização para fazê-lo³¹⁸. Fica claro, portanto, que a decisão tomada “pela” Guinle&Cia. de não se associar a Pearson e Mackenzie foi uma opção muito bem calculada (as negociações duraram de março a setembro de 1904).

A análise das tentativas de associação feitas entre os diretores da Guinle&cia e Mackenzie/Pearson e Mitchell, mostrou que Pearson acreditou que os Guinle poderiam oferecer suporte financeiro à “The Rio Light”, pois a proposta feita por Pearson era de que os Guinle entrassem no negócio por um valor acima de 5 milhões de dólares, e o capital integralizado para a formação/incorporação da “The Rio Light”, em julho de 1904, era exatamente de 4 milhões de dólares.³¹⁹ Mostrou também que Pearson, um grande engenheiro, assim como Mitchell, se esforçaram para que a Guinle&Cia se associasse a “The Rio Light” no projeto de fornecimento de energia elétrica ao mercado carioca, o que significa que eles

³¹⁵ GAULD, Charles. *op. cit.*, p. 118.

³¹⁶ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/03/1905.

³¹⁷ Em 03 de maio de 1904 a *Gazeta de Notícias* apresentou uma matéria dizendo que os representantes da Light e Eduardo Guinle tinham se encontrado com o Prefeito do Distrito Federal para solicitarem permissão para fornecer eletricidade à cidade. Um dia depois, no mesmo periódico, publicou uma carta de Eduardo Guinle – a pedido seu – onde dizia que a Guinle&Cia não tinha nenhuma relação com os negócios estabelecidos entre o Prefeito e os representantes da Light – *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 03 e 04 /05/1904. Já no *Jornal do Commercio* Eduardo Guinle publicou uma carta dizendo que estaria indo para os EUA para cuidar dos interesses da Guinle&Cia e não para se associar a Pearson – *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/05/1904.

³¹⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 01/04/1905.

³¹⁹ Flávio Saes, comparando o capital da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (60 mil contos de réis), com o da “São Paulo Light”, que tinha um capital inicial de 6 milhões de dólares (equivalente a 36 mil contos de réis), no ano de 1899, afirmou que alguns grupos nacionais tinham pujança financeira capaz de oferecer os mesmos serviços oferecidos pela empresa estrangeira. SAES, F. (1996). *op.cit.* p.153.

reconheciam a importância e a influência que companhia tinha no setor elétrico brasileiro. E, por fim, mostrou que os brasileiros tinham um projeto para o setor elétrico do Distrito Federal e que não se submeteram aos ditames dos investidores canadenses, tanto que entendendo serem desvantajosas as propostas feitas pelo “grupo de Pearson”, recusaram-nas, mantiveram os negócios da Guinle&Cia e fundaram uma nova empresa, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em 1909, só para cuidar do serviço de produção, transmissão e distribuição de eletricidade dos Guinle.³²⁰

Logo, reafirmamos que os Guinle se colocavam, no Brasil do início do século XX, entre as maiores autoridades técnicas no setor elétrico, e se valeram de estratégias ousadas para tentar conquistar mercados importantes do país, tal como as articulações que tentaram estabelecer com os investidores da The Rio de Janeiro Trammway Light and Power Co. Ltd.

2.2 A Companhia Brasileira de Eletricidade (CBEE): a consolidação dos interesses dos Guinle no setor elétrico

Em 1909, os Guinle fundaram uma nova empresa para cuidar exclusivamente dos empreendimentos do setor de serviços de eletricidade: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica. A constituição da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em 1909, correspondeu à consolidação dos interesses de Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle e seus filhos, no setor elétrico brasileiro, delineados em fins do século XIX.

A partir do que afirmou Eduardo Guinle, o primeiro presidente da Companhia e filho primogênito de Eduardo Palassin Guinle, nos anos de 1930, e também a partir da análise que fizemos da documentação produzida “pela empresa”³²¹, e outras, não temos a menor dúvida

³²⁰ No que tange à posição da General Electric diante da recusa dos Guinle associarem-se ao “grupo de Pearson” não temos uma posição clara, pois não temos nenhuma fonte que trate do assunto, mas vemos duas possibilidades, pelo menos : ou os Guinle eram muito respeitados pela General Electric pois, em função de um projeto particular dos Guinle, a General Electric perdeu a oportunidade de fornecer os materiais elétricos para as instalações da “The Rio Light”, que passou a comprá-los da Westinghouse; ou, seguindo as características que marcaram as relações entre as quatro grandes do setor no cenário mundial, tal como apontamos em capítulo anterior, optou por dividir o mercado com a Westinghouse. Salientamos que a General Electric e a Westinghouse, ambas dos EUA, eram as duas maiores exportadoras de material elétrico para os países da América Latina. Cf. TAFUNELL, Xavier. *The electric revolution in Latin América*. p.15. General Electric e a Westinghouse, ambas dos EUA, eram as duas maiores exportadoras de material elétrico para os países da América Latina. Cf. TAFUNELL, Xavier. *The electric revolution in Latin América*. p.15.

³²¹ Nos referimos especialmente aos Relatórios, Atas de Assembléias e Balanços publicados no Diários Oficiais da União.

de que era a conquista do mercado do Distrito Federal o grande projeto dos Guinle no setor elétrico brasileiro. Eduardo Guinle, em entrevista publicada nos *adernos de Opinião*, nos anos de 1930, afirmou que “montou a usina de Piabanha para levar ao Rio (Distrito Federal) energia.”³²²

Deixou claro que os investimentos que os Guinle fizeram para construir a usina de Piabanha (1906-1908), tinham como objetivo o mercado do Distrito Federal, e, perseguiram isso, o que pode ser exemplificado pela assinatura de um contrato com a Prefeitura do Distrito Federal para fornecer energia elétrica à cidade³²³. No entanto, cabe ressaltar que, em 1909, a Guinle&Cia/CBEE empenhava-se em conquistar parte do mercado de eletricidade da cidade de São Paulo e de Salvador, tal como mostraremos adiante.³²⁴

A CBEE foi fundada em 1909 com um capital de 30.000:000\$000 (trinta mil contos de réis), sendo que destes 29.400:000\$000 (vinte e nove mil e quatrocentos contos de réis) correspondiam à entrada da Guinle&Cia³²⁵, e isso foi exposto na primeira reunião dos acionistas para discutir o projeto dos estatutos da CBEE que ocorreu em 27 de maio de 1909, no Distrito Federal, capital da República, no edifício n. 107 e 109 da Avenida Central. Nessa reunião a Guinle&Cia, representada por Eduardo Guinle, era a firma fundadora e incorporadora da CBEE.

Aos 27 dias do mês de maio do ano de 1909, nesta cidade do Rio de Janeiro (...), os abaixo assinados, todos subscritores de ações da sociedade anônima que se projeta constituir, sob a denominação de Companhia Brasileira de Energia Elétrica e representando a totalidade do capital ou cento e cinquenta mil ações do valor nominal de duzentos mil réis cada uma, pela firma Guinle&Cia, representada pelo sócio solidário Eduardo Guinle, fundadora e incorporadora, foi anunciado o fim da reunião era constituir a referida companhia, conforme os convites individuais que foram distribuídos, pelo que proponha a Assembléia que aclamasse seu presidente o Sr. Cândido

³²² Essa usina foi a primeira da CBEE. GUINLE, Eduardo. *A Light e seus negócios da China*. Artigo escrito em 1933 pelo negociante brasileiro Eduardo Guinle e republicado. Cadernos de Opinião. Rio de Janeiro: Ed. Inúbia. Brasil. s/data. p.28.

³²³ Em 27 de abril de 1910 “a Companhia Brasileira de Energia Elétrica” assinou com a Prefeitura do Distrito Federal um contrato em que a empresa poderia ocupar as ruas e praças da cidade, bem como os caminhos públicos da zona rural, instalando canalizações para o consumo público em geral nos termos do decreto 1001, de 21 de outubro de 1904. Termo de contrato entre a CBEE e a Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910. Esse contrato será objeto de discussão no capítulo 4 da tese.

³²⁴ O objeto central da nossa tese não são os conflitos ocorridos entre os Guinle e os investidores da “The Rio Light” pelos grandes mercados brasileiros de eletricidade, tais como o de Salvador, São Paulo e Distrito Federal. Para isso cf. SAES, A.M. (2020). *op.cit.*, Entretanto, alguns dos conflitos surgidos entre as duas companhias serão discutidos no capítulo 4 da Tese, já que para a Guinle&Cia /CBEE ganhar o mercado carioca ou parte dele, teve que disputá-lo com a The Rio Light.

³²⁵ A Guinle&Cia foi fundada em 1904, com um capital inicial de 1.200:000\$000 e teve seus bens e coisas avaliados em 29.400:000\$000 quando entrou como acionista da CBEE em 1909.

Gaffrée (...) convidados para secretários Sr. Saturnino Cândido Gomes e o engenheiro César de Sá Rabello (...).³²⁶

O presidente da reunião de constituição da CBEE³²⁷, Cândido Gaffrée, deu por instalada a Assembléia, e César de Sá Rabello, primeiro secretário, leu os estatutos, que estabeleciam, entre outras coisas, que a Guinle&cia contribuiria com as concessões, contratos, propriedades, materiais e estudos. Sem haver qualquer alteração nos estatutos, Gaffrée declarou que eles estavam confirmados e convidou a assembléia a nomear três pessoas (“louvados”) para avaliarem os bens e direitos com que contribuiria a Guinle&Cia, correspondente às suas 147.000 ações.³²⁸

(...) Depositaram sobre a mesa os diferentes contratos celebrados com o Governo Federal, e com as demais administrações estaduais e municipais referidas nos estatutos, bem como particulares, todos atinentes aos bens causas e direitos com que entraram para a formação do capital, bem como uma relação de descrição das propriedades, obras, materiais e estudos, para serem presentes aos louvados (...).³²⁹

Depois de verificado que os documentos eram autênticos³³⁰, o presidente da Assembléia, Candido Gaffrée, convidou os subscritores a se reunirem, no mesmo local, em

³²⁶ Arquivo da Ampla – Ata da Primeira Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE, em 27/05/1909. *Diário Oficial da União*, 04/06/1909, p. 4217.

³²⁷ Diferentemente da Guinle&Cia, que era uma sociedade em Comandita, a CBEE era uma Sociedade Anônima organizada de acordo com o Decreto Federal n.434, de 1891. Este decreto do presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca, consolidou, adaptando à nova ordem, toda a legislação esparsa relacionada às sociedades anônimas, comanditas e sociedades limitadas. De acordo com o Art. 67 do referido Decreto: “As sociedades anônimas que tiveram empresas consagradas a realização de melhoramentos materiais concedidos pelo Governo Federal, (...) as que se destinarem a explorar concessões (...) efetuarão o seu depósito (10% do capital social a ser registrado), a escolha de seus incorporados, ou em bancos fiscalizados pelo Governo, ou no Tesouro e nas tesourarias, fixando o seu capital de acordo com os orçamentos aceitos pelo Governo”.BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto 434 de 04 de julho de 1891. In: HONORATO, Cezar. (1996), *op.cit.*p.119.

³²⁸ Foram nomeados os Drs. Luiz Cantanheda de Carvalho Almeida, Américo Firmiano de Moraes e Sr. Eugênio José de Almeida e Silva, este acionista da Docas de Santos. Arquivo Nacional - Ata da Primeira Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE em 27 de maio de 1909. *Diário Oficial*, 04 de junho de 1909. p. 4217.

³²⁹ *Idem.*

³³⁰ Obedecendo à legislação, a Guinle&Cia depositou 60:000\$00(sessenta mil réis) no Tesouro Federal, correspondente a 10% do capital social da mesma Cia., a ser executado em dinheiro, e correspondente a 3.000 ações no valor de 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma. Certidão de Depósito no Tesouro Federal de acordo com o Decreto n. 434/91. Portanto, os fundadores tiveram que pagar 10% da parte nova do capital da Companhia, ou seja, dos seiscentos mil réis, capital que somado aos vinte e nove mil e quatrocentos réis, com que entra a Guinle&Cia. totalizava os trinta mil contos de réis. O documento está transcrito na Ata da Primeira Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE. Arquivo Nacional - Ata da Primeira Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE em 27 de maio de 1909. *Diário Oficial*, 04 de junho de 1909. p. 4217. O professor Cezar Honorato afirma que era comum o arbitramento de um capital baixo para que se pudesse fazer o depósito de sua décima parte a assim reunia a assembléia de fundação de uma empresa, evitando uma vultosa descapitalização, cumprindo o formalismo jurídico. HONORATO, Cezar.(1996), *op.cit.* p. 118.

primeiro de junho, para tomarem conhecimento da avaliação e, então, constituírem definitivamente a Companhia.

Em primeiro de junho de 1909, contando com a mesma mesa instalada na reunião de 27 de maio, foi lido o laudo dos avaliadores³³¹ e de acordo com eles, os bens e propriedades, direitos, etc. da Guinle&Cia eram:

(...) instalação hidroelétrica do rio Piabanha, compreendendo as propriedades, obras de captação, usina geradora, as subestações de Rio da Cidade, Santo Aleixo e Sete Pontes. A linha de transmissão para Niterói com 95Km de extensão, já construída, e a linha para o Distrito Federal, com cerca de 40Km em construção, bem como os materiais existentes; O Centro Telefônico da Bahia; as quedas do rio Paraguassú, no Estado da Bahia, estudos para o respectivo aproveitamento elétrico e para a transmissão de energia para os centros consumidores de S. Félix, Cachoeira, Santo amaro e S. Salvador, os materiais aparelhados para essa instalação e a estrada de ferro para o respectivo serviço, com 12Km de extensão, dos quais 10 já em tráfego; e a queda de Itapanhahú, no Estado de São Paulo, com os respectivos estudos para o aproveitamento e transmissão de energia para a cidade de São Paulo e com terrenos adjacentes à margem direita, tudo constante da descrição e relação anexas (...).³³²

Esses bens da Guinle&Cia foram avaliados em 29.400:000\$000 (vinte nove mil e quatrocentos contos de réis), representados por 147.000 ações integralizadas da CBEE, no valor de 200\$000 cada uma, e como não houve qualquer observação sobre a avaliação, a mesma foi submetida à votação e unanimemente aprovada. Portanto, constituíram parte do capital da CBEE, todos os favores e encargos, bens, causas e direitos³³³ da Guinle&Cia.

Analisando com atenção os estatutos da CBEE (Anexo1), aprovados em 27 de maio de 1909, e confirmados em 01 de junho de 1909³³⁴, destacamos alguns artigos com o objetivo de conhecermos aspectos significativos da organização dessa empresa.

No artigo 1º, estava estabelecido o tipo de empresa que seria a CBEE: uma sociedade anônima. E, consoante com a legislação, o Decreto nº. 434/1891, a responsabilidade do

³³¹ A constituição da CBEE ficou adiada até a aprovação da avaliação dos bens, coisas e direitos com que ia contribuir a Guinle&Cia. Arquivo Nacional – Ata da segunda reunião da Assembléia de Constituição da CBEE, em 01 de junho de 1909. *Diário Oficial*. 08 de junho de 1909. p. 4346.

³³² *Idem*. p. 4346 e Arquivo da Ampla – Documento manuscrito da relação destes bens assinado pelos “louvados” em 31 de maio de 1909.

³³³ Embora as concessões fossem um direito precário para a exploração de um serviço público, eram elas que conferiam valor ao negócio. Por exemplo, no documento manuscrito de avaliação dos bens da Guinle&Cia, assinado pelos “louvados”, é citado que o serviço telefônico da cidade de Salvador da Bahia, capital do estado da Bahia, era “o único no seu gênero que goze de privilégio federal” com um prazo ainda de 25 anos. Relação e breve avaliação dos bens e propriedades com que entram Guinle&Cia para a contribuição do capital da CBEE.

³³⁴ Arquivo Nacional – Arquivados na Junta Comercial da Capital Federal, sob nº. 3.281, em 03 de junho de 1909.

cedente das ações se limitava aos atos ocorridos durante o período em que fora acionista (...); também os administradores tinham a vida facilitada, pois a aprovação de suas contas pela assembléia geral tinha o poder de eximi-los de qualquer responsabilidade pelos atos praticados (...). Além disso, em Assembléia Geral Extraordinária era impedido o reexame das contas já aprovadas em assembléia ordinária³³⁵.

O capital da Companhia, Art. 4º, era de trinta mil contos de réis (30.000:000\$000) distribuídos em 150.000 ações, integralizadas ao valor de 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma, capital relevante para o período³³⁶. Destes, tal como já mencionamos, 29.400:000\$000 eram referentes às contribuições da Guinle&Cia com as concessões, construções, contratos e propriedades referidas no Art.º. letras a) b) c) e d) (Anexo2), pelo valor da avaliação, e os demais acionistas, com a importância, em dinheiro, das ações que subscreveram³³⁷. Pelo contrato social de 27 de maio de 1909, a distribuição acionária da CBEE ficou sendo a seguinte, _ tabela 7 abaixo:

Tabela 7: Acionistas da CBEE em 27/05/1909.

Nomes	Ações	Valor	(%)
Guinle & Cia	147.000	29.400:000\$	98
Raul Fernandes	250	50:000\$	0,1666
Gabriel Osório de Almeida	2	4:000\$	0,0133
Jorge Street	20	4:000\$	0,0133
João E. Vianna	20	4:000\$	0,0133
Ildefonso Dutra	20	4:000\$	0,0133
Otávio Guinle	250	50:000\$	0,1633
Mário Ribeiro	20	4:000\$	0,0133
Eduardo Guinle	250	50:000\$	0,1666
Eduardo Guinle por procuração de Guilherme Guinle	250	50:000\$	0,1666
Eduardo Guinle por procuração de Carlos Guinle	250	50:000\$	0,1666
Eduardo Guinle por procuração de Arnaldo Guinle	250	50:000\$	0,1666
Saturnino C. Gomes	20	4:000\$	0,0133
César Sá Rabelo	250	50:000\$	0,1666
Américo Firmino de Moraes	20	4:000\$	0,0133
Celina Guinle	250	50:000\$	0,1666
Heloísa Guinle	250	50:000\$	0,1666

³³⁵ Como já mencionado a Guinle&Cia não era uma sociedade anônima, mas sim comandita. Portanto, os sócios solidários (Eduardo Guinle e Guilherme Guinle) deviam responder individual ou conjuntamente pelos compromissos assumidos pela firma, mesmo que isso implicasse o arrolamento dos bens pessoais para o ressarcimento de dívidas.

³³⁶ Para efeitos de comparação, a Docas de Santos tinha um capital de 60.000:000\$000, a Companhia Cervejaria Brahma tinha um capital de 5.000:000\$000, o Banco do Brasil tinha um capital de 70.000:000\$000 e a Fiação e Tecidos Confiança Industrial tinha 9.000:000\$000. WILEMAN, J. P. (Ed.). *The Braziliam Year Book*. 2º issue 1909. Rio de Janeiro: The Office of the Braziliam Year Book; London: McCorquodale & Co., 1909.

³³⁷ Arquivo Nacional - Atas da Primeira e Segunda Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE, nos dias 27 de maio e 1º de junho de 1909. *Diário Oficial*. Junho de 1909. Fls. 4247- 4249.

A. Vaz de Carvalho Júnior	20	4:000\$	0,0133
E. J. de Almeida e Silva	20	4:000\$	0,0133
E. Vaz de Carvalho	1	200\$	0,0006
Sebastião Affonso Alves	1	200\$	0,0006
Mário Monteiro	5	1:000\$	0,0033
Eduardo P. Guinle	282	56:400\$	0,188
Cândido Gaffrée	281	56:200\$	0,187
TOTAL	150.000	30.000:000\$	100

Fonte: Arquivo Nacional - *Diário Oficial*, 1º de junho de 1909. Fl. 4.249.

Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle, os dois maiores acionistas da CBEE, depois da Guinle&cia³³⁸, pertencente aos filhos de Eduardo P. Guinle, eram, a essa altura, tal como afirmamos no início do Capítulo, dois importantes negociantes brasileiros que investiam juntos em diversos setores da economia brasileira, tais como: fazendas de café, ferrovias, portos, energia elétrica, casa de comercialização de café, etc. Os outros acionistas eram os filhos de Eduardo P. Guinle³³⁹, o engenheiro civil César de Sá Rabelo³⁴⁰, o advogado Raul Fernandes; os empresários, Jorge Street, João Evangelista Vianna, Ildefonso Dutra e Saturnino Gomes; os engenheiros Gabriel Osório de Almeida e Mário Ribeiro; os corretores Eugênio Vaz de Carvalho e Eugênio José de Almeida e Silva; e, finalmente o farmacêutico Sebastião Affonso Alves.³⁴¹

Observando a lista dos acionistas com as respectivas participações (tabela 7 e quadro I, respectivamente), podemos perceber a presença de negociantes, industriais, advogados, engenheiros, corretores, entre outros.³⁴² Ficou evidente que na constituição da CBEE temos a predominância absoluta dos Guinle no capital social, contando com mais de 99% das ações (149.032 ações), o que dava a eles total poder de decisão.³⁴³ Além disso, é importante ressaltar que os acionistas João Evangelista Vianna, Saturnino Cândido Gomes, Antônio Vaz

³³⁸ O controle dos Guinle sobre a empresa era indiscutível. A Guinle & Cia detinha 98% das ações.

³³⁹ Em 1904, quando a Guinle&Cia foi fundada, apenas três dos filhos de Palassin Guinle eram sócios da firma: Eduardo Guinle, Guilherme Guinle e Carlos Guinle. Em 1908 houve uma alteração contratual e, a partir daí, todos os filhos de Eduardo P. Guinle tornaram-se acionistas. Arquivo Nacional - Reforma de Contrato da Guinle&Cia, 08/02/1908. Arquivo Nacional - Cartório do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, L 791 fl. 19. R 010.118-79.

³⁴⁰ Observe que Cesar Rabello e Raul Fernandes são os únicos não pertencentes à família e que possuíam o mesmo número de ações que os filhos de Palassin Guinle.

³⁴¹ ALMANAK LAEMERT – 1900, p. 1362, 1421 e 1533; 1905 p. 2.295, 2331, 2.360, 2. 420, 2. 474 e 2499; 1915 p.1069; 1927 p. 1693. Biblioteca Nacional. Ver também HONORATO, Cezar (1996), *op.cit.* p.120-122.

³⁴² Na maioria dos registros de firmas na Junta Comercial os que se definiam como “comerciantes” eram os que se dedicavam ao varejo. Quando se tratavam de atacadistas, em geral se definiam como “negociantes”, até porque era comum também investirem em indústrias e bancos. Com relação à localização, podemos afirmar que as ruas do Ouvidor, Candelária, General Câmara e Quitanda, congregavam a maioria das firmas atacadistas. HONORATO, Cezar (1996), *op.cit.* p. 252. Nota 341.

³⁴³ De 1909 a 1912, o presidente da Companhia foi Eduardo Guinle Filho; de 1912 a 1926, o presidente foi Guilherme Guinle.

de Carvalho Júnior, Eugênio Vaz de Carvalho, Eugênio José de Almeida, Jorge Street, Ildefonso Dutra e Américo Firmiano de Moraes, eram também acionistas de outras empresas junto com Eduardo P. Guinle e Cândido Gaffrée (quadro IV aditante). Jorge Street e Gabriel Osório de Almeida, acionistas da CBEE, indiscutivelmente, eram homens de grande confiança de Eduardo P. Guinle e Candido Gaffrée.³⁴⁴

Quadro I: Sócios da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (exceto os filhos de Eduardo Palassin Guinle: Eduardo, Guilherme, Arnaldo, Carlos, Celina, Heloísa e Octávio) (Maio/Junho 1909)

Nome	Endereço Comercial	Atividades	Clube de Engenharia	Naturalidade
Raul Fernandes		Advogado	-	Brasil
Gabriel Osório de Almeida	Quitanda, 105	Engenheiro civil	Sim	Brasil
Jorge Street	Alfândega, 20	Industrial, tecelagem	Sim	Brasil
João Evangelista Vianna	Ouvidor,22;Quitanda 49; Senador Vergueiro, 47.	Industrial	Sim	Brasil
Ildefonso Dutra	Alfândega,11;Alegria 46; Catete, 201.	Diretor da fábrica São João	-	Brasil
Mário Ribeiro	Mário Ribeiro	Engenheiro civil	Sim	
Saturnino Cândido Gomes	Quitanda, 105.	Corretor de Fundos	Sim	Brasil
César Sá Rabello		Engenheiro civil	Sim	Brasil
Américo Firmiano Moraes	General Câmara, 12; Senador Vergueiro, 46.	Advogado	Sim	Brasil
Antônio Vaz de Carvalho Júnior	-	-	-	-
Eugênio José de Almeida e Silva	General Câmara,12; Senador Vergueiro, 46.	Negociante	-	Brasil
Eugênio Vaz de Carvalho	Quitanda, 105	Preposto de corretor	-	Brasil
Sebastião Affonso Alves	Luz Gonzaga, 23	Fármácia	-	Brasil
Mário Monteiro	Júlio Cezar, 47	Advogado		

³⁴⁴ Ambos foram, inclusive, diretores da Cia. Docas de Santos. Tiveram também um papel importante dentro do Clube de Engenharia e do Centro Industrial do Brasil, onde defenderam os interesses do grupo Gaffrée/Guinle diante dos interesses dos defensores da “the Rio Light”. Sobre a participação dos Guinle e dos sócios deles nesses dois aparelhos privados de hegemonia, e também na Associação Comercial do Rio de Janeiro, faremos uma análise em capítulo seguinte. Dados Biográficos sobre os presidentes do Clube de Engenharia. Revista do Clube de Engenharia em comemoração a seu 76º aniversário; FILHO, Evaristo de Moraes (org). *Idéias Sociais de Jorge Street*. Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa/ Mec, 1980.

Cândido Gaffrée	Quitanda, 62	Negociante	Sim	Brasil
Eduardo Palassin Guinle	Quitanda, 62	Negociante	Sim	Brasil

Fonte: Almanak Laemert, Biblioteca Nacional. 1900. p. 1362, 1421 e 1533; 1905, p. 2295, 2331, 2360 e 2449. Ver também MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A Cerj e a história da energia elétrica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1993. p. 84; Cartas de Registros dos Associados do Clube de Engenharia. In: HONORATO, Cezar, (1996), *op. cit.*, p. 121-122.

Além disso, nessa tentativa de verificarmos quem eram os homens ligados aos Guinle, observarmos a procedência e parte da trajetória de treze dos acionistas da CBEE³⁴⁵, e verificamos que sete deles originavam-se do Rio de Janeiro, quatro do Rio Grande do Sul, um de Minas Gerais e um de Alagoas. E os formados em engenharia haviam feito curso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.³⁴⁶

No tocante à administração da Companhia, e consoante com o Decreto nº. 434 de 1891, que atribuía aos acionistas, por meio do estatuto³⁴⁷ e do contrato social, ou por intermédio das assembléias ordinárias e extraordinárias, o direito de gerirem seus negócios sem nenhuma interferência do Poder Público, reforçavam a liderança político-administrativa de Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, os irmãos e sócios solidários da Guinle&Cia, maior acionista da CBEE, garantindo-lhes o direito de decidir sobre qualquer assunto, independente dos demais sócios.³⁴⁸

De acordo com os Estatutos da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, no seu Art. 7º, nas Assembléias:

³⁴⁵ Não conseguimos recuperar parte da trajetória de todos os acionistas da CBEE. Do total de 23 acionistas, conseguimos algumas informações sobre 13 deles. (Anexo 3)

³⁴⁶ A Escola Politécnica do Rio de Janeiro formou engenheiros civis a partir do último quartel do século XIX. Os engenheiros ganharam mais importância a partir da urbanização e ampliação do setor de serviços. Segundo Maria Leticia Corrêa, nessa escola havia grande influência dos autores clássicos, como Smith, sobre a formação dos professores, mas a bibliografia desses clássicos estava ausente das aulas. CORRÊA, Maria Leticia. *As idéias econômicas na Primeira República*. Rio de Janeiro/Niterói. Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1996. p. 118-123. (Dissertação de Mestrado).

³⁴⁷ Art 97. As Sociedades Anônimas serão geridas por dois ou mais administradores. Par. 1º. O mandato dos administradores não pode durar mais de 6 anos, e é revogável, a todo tempo, sem necessidade de causa justificativa. Par. 2º. A nomeação e destituição dos administradores competem a Assembléia Geral. Par. 3º. Os administradores podem ser reeleitos.

Art. 100. O número, o modo e as condições da nomeação, os vencimentos, o prazo do mandato, a destituição e substituição dos administradores serão regulados nos estatutos ou contrato social (...). HONORATO, Cezar(1996), *op.cit.* p. 123.

³⁴⁸ Apesar de não ser um dos grandes acionistas da CBEE, já que não era acionista da Guinle&Cia, Cândido Gaffrée, grande parceiro de E. P. Guinle, presidiu as Reuniões das Assembléias Gerais Ordinárias da Companhia de 1910 a 1919, mostrando sua importância e acompanhamento dos negócios da empresa. Arquivo Nacional. Atas das Assembléias da CBEE. *Diário Oficial*, 1909 – 1928.

Par 1º. Cada grupo de 20 ações dará direito a 1 voto; os acionistas que possuírem menos de 20 ações poderão reunir-se e delegar em 1 a representação em Assembléia Geral, ficando assim o representante com os votos proporcionais ao número de reunir.³⁴⁹

Os Guinle possuíam 149.032 ações³⁵⁰, logo, jamais perderiam qualquer votação ou deliberação em Assembléia. Apesar disto, a grande maioria dos acionistas tinha direito de voto na Assembléia (19), e apenas três não reuniam 20 ações.³⁵¹

Cabe ressaltar que no Art. 10 do mesmo estatuto, estava estabelecido que, constituída a Companhia, a assembléia geral assumiria as responsabilidades dos atos anteriores à constituição da sociedade.³⁵² No seu Art. 5º do mesmo estatuto ficou definido que a Companhia seria administrada por 4 diretores, que exerceriam o mandato por 3 anos, podendo ser reeleitos e destituídos conforme a lei. No parágrafo 1º do Artigo 5º, estabeleceu que a diretoria, cujas deliberações seriam tomadas por maioria dos votos, teria poderes amplos de administração, podendo constituir obrigação e também, com aprovação do Conselho Fiscal, transgredir, hipotecar e empenhar bens sociais, e alienar bens e direitos. O presidente teria também voto de desempate.

A grande concentração de poderes nas mãos dos Guinle ficou refletida na composição da primeira diretoria_ quadro II, composta por Eduardo Guinle, Guilherme Guinle, César de Sá Rabello e Carlos Guinle, e se confirmou ao longo do período de 1909-1927.³⁵³ Ou seja,

³⁴⁹ Arquivo Nacional - Estatutos da CBEE. Ata da Primeira Assembléia de Constituição da CBEE em 27/05/1909. *Diário Oficial*, 4 de junho de 1909. p. 4248-4249 -

³⁵⁰ Só os irmãos Guinle, possuíam 147.750 ações.

³⁵¹ Teresa Cristina de N. Marques, ao estudar as estratégias do Banco Boavista, uma das empresas da família Guinle enfatizou esse aspecto da centralização do poder decisório, marcada pela concentração acionária nas mãos dos membros da família Guinle. MARQUES, Teresa C. de N. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945. Os bancos Boavista e Portugêses do Brasil – um estudo de estratégias empresariais*. Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS (Mestrado), 1998. p. 159.

³⁵² A Guinle&Cia, antecessora da CBEE, tal como veremos mais adiante, já tinha inúmeras questões pendentes na justiça em função da disputa que travava com a “The Rio Light” pelo controle dos serviços de energia no Distrito Federal.

³⁵³ Em 14/05/1912 o diretor e presidente Dr. Eduardo Guinle, passou seu cargo a Guilherme Guinle. Assim dizia o relatório na seção Diretoria: “em 14 de maio de 1912 o diretor-presidente Eduardo Guinle, passou o exercício de seu cargo ao vice-presidente Dr. Guilherme Guinle, que o assumiu na mesma data”. Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 27/04/1913. p. 5954. Em Assembléia Geral Extraordinária, ocorrida em 1915, houve uma alteração estatutária alterando o Art. 5º e seus parágrafos, onde a partir daí a CBEE seria administrada por três diretores, excluindo-se o cargo de vice-diretor. Arquivo Nacional - Assembléia Geral Extraordinária. *Diário Oficial*, 10/06/1915 p. 6295. Em 1918, na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida no dia 8/02/1918, se restabeleceu o cargo de vice-presidente da CBEE, suprimido pela deliberação aprovada em 10/06/1915 com as mesmas atribuições que tinha antes da alteração estatutária. Arquivo Nacional - Assembléia Geral Extraordinária. *Diário Oficial*, 26/02/1918. p. 2808-2809. Steven Topik afirma que o relacionamento dos estrangeiros com a classe dominante do Brasil era simbiótico e não-competitivo, e que Guilherme Guinle seria um dos empresários brasileiros do período da chamada Primeira República, a ser ajudado por capitalistas

como a diretoria delibera por maioria de votos, apesar da presença de um “não” Guinle, ele era minoria.³⁵⁴

Quadro II: Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (1910-1927)

Período	Diretoria	Conselho Fiscal
1910-1912	Eduardo Guinle Guilherme Guinle Carlos Guinle César de Sá Rabello	Gabriel Osório de Almeida Jorge Street Saturnino C. Gomes Júlio Rodrigues de Azevedo Ildefonso Dutra
1913-1915	Guilherme Guinle Carlos Guinle César de Sá Rabello	Jorge Street Saturnino C. Gomes Antônio A. de Leão Ildefonso Dutra
1916-1918	Guilherme Guinle Carlos Guinle César de Sá Rabello	Jorge Street Saturnino C. Gomes Antônio A. de Leão José Augusto Coelho da Rocha
1919-1921	Guilherme Guinle Carlos Guinle Arnaldo Guinle César de Sá Rabello	Saturnino C. Gomes José Augusto Coelho da Rocha Antônio A. de Leão
1922-1924	Guilherme Guinle Carlos Guinle Arnaldo Guinle César de Sá Rabello	Saturnino C. Gomes José Augusto Coelho da Rocha Antônio A. de Leão Ildefonso Dutra João de Mesquita Barros Antônio José Fernandes Júnior
1925-1927	Guilherme Guinle Carlos Guinle Arnaldo Guinle César de Sá Rabello	Antônio José Fernandes Júnior João de Mesquita Barros Mário Monteiro

Fonte: Arquivo Nacional - Relatórios da CBEE. *Diário Oficial*, 1909 –1927.

Consoante o quadro _ II, formaram o Conselho Fiscal até a primeira Assembléia Geral Ordinária como membros efetivos: Sr. Saturnino Cândido Gomes, Dr. Gabriel Osório de

estrangeiros, assim como Matarazzo e o banqueiro conde de Figueiredo. TOPIK, Steven. *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p.24.

³⁵⁴ César Rabello esteve na diretoria da CBEE durante todo o período em que a empresa pertenceu a família Guinle, permanecendo, inclusive, membro do Conselho Administrativo da empresa, mesmo após seu controle acionário ter passado à Amforp, em 1927. Fez parte também da Primeira Diretoria do Banco Boavista, eleita em 1927. Portanto, parece que a presença de César Rabello na diretoria da CBEE representava uma fonte de poder dentro do Grupo, pois participava também de outros investimentos dos Guinle. Arquivo Nacional - Ata da Assembléia Ordinária da CBEE. *Diário Oficial*, 15/05/1927. p.1162 e MARQUES, Maria Teresa N.. *op. cit.*, p.165. Leo Amaral Penna, engenheiro da Amforp, afirmou que César Rabello era o grande engenheiro do Guinle, referindo-se à Guilherme Guinle. E afirma que fora Rabello que construiu a usina de Alberto Torres, no Rio de Janeiro e a usina de Bananeiras, na Bahia. PENNA, Leo Amaral. *Leo Amaral Penna (depoimento 1987)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1991.p.13-14.

Almeida e Jorge Street (todos sócios de Gaffrée e Palassin Guinle em outros negócios, consoante o quadro_IV); como suplentes Sr. Júlio Rodrigues de Azevedo e os Drs. Mario de Azevedo Ribeiro e João Noronha dos Santos.³⁵⁵

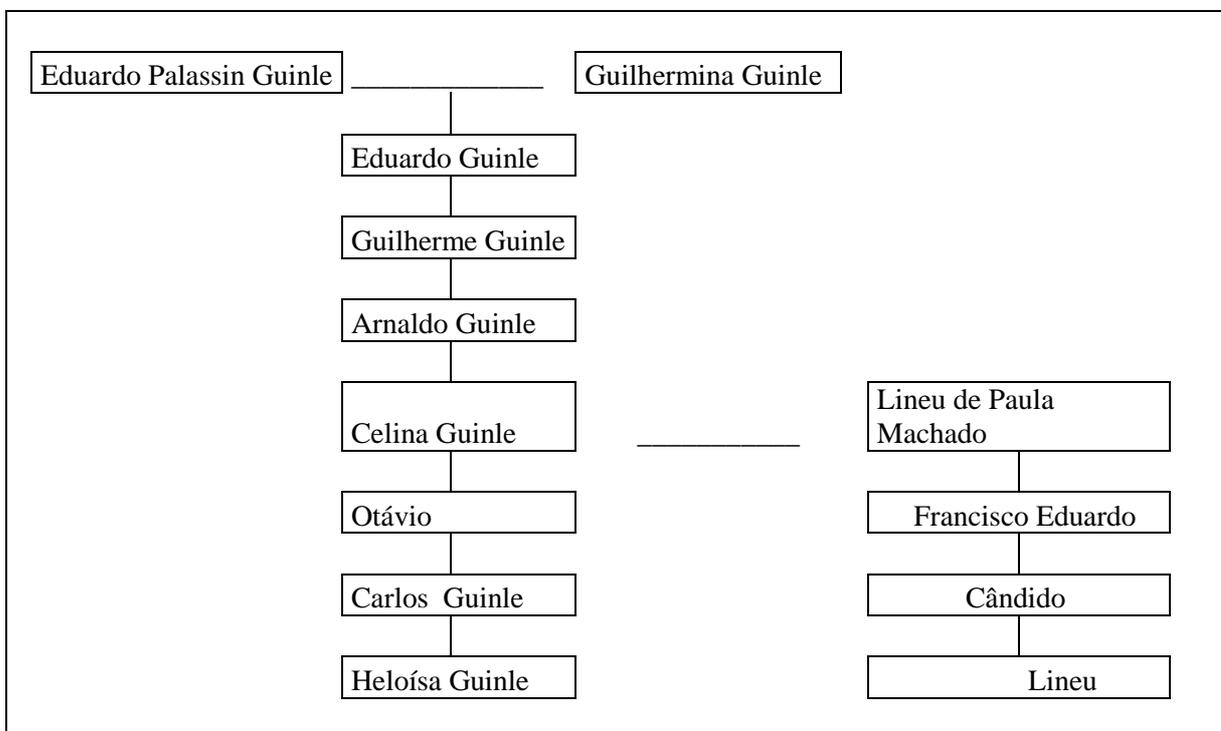
Portanto, “sob a denominação de CBEE, foi formada uma sociedade anônima, tendo por objeto explorar as concessões e contratos feitos à Guinle&Companhia e concernentes ao aproveitamento, transmissão e distribuição de energia elétrica”³⁵⁶, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. E, ao que tudo indica - principalmente em função da pequena soma de capitais representada pelos sócios que não eram da família Guinle -, a fundação da CBEE como uma Sociedade Anônima, estava muito relacionada às vantagens estabelecidas pela legislação do período para este tipo de empresa, e não a atração de capital para a ampliação dos seus investimentos. Inclusive não foram registrados nos balanços, relatórios ou atas de assembléias da empresa, lançamentos de debêntures no mercado de ações.

E ainda, apesar de ser uma Sociedade Anônima, ou seja, ter seu capital dividido entre várias pessoas, o poder de decisão continuava nas mãos dos Guinle, que detinham a maioria das ações, controlaram a Diretoria, mantinham no Conselho Fiscal seus melhores “amigos” tais como Jorge Street e, a princípio, Gabriel Osório de Almeida. E ainda, Cândido Gaffrée, também acionista, sócio e grande amigo de Eduardo P. Guinle, presidiu todas as Assembléias da Companhia até sua morte, em 1919, sendo substituído por Gabriel Osório de Almeida, que as presidiu até 1925. Enfim, era a CBEE uma Sociedade Anônima controlada pela família Guinle.³⁵⁷

³⁵⁵Parece estranho, mas era uma prática comum das Sociedades Anônimas convidarem elementos estranhos aos quadros de acionistas para compor seu Conselho Fiscal. HONORATO, Cezar.(1996), *op.cit.* p. 125. Caso dos Drs. Júlio Rodrigues de Azevedo e João Noronha dos Santos. No entanto, Jorge Street permaneceu no Conselho Fiscal de 1909 a 1917, quando, em função do excesso de atribuições teria deixado de fazer parte dele. Saturnino Gomes também se destacou como membro que permaneceu no Conselho por um grande período: de 1909 a 1922. Arquivo Nacional - Relatórios da CBEE. *Diário Oficial*, 1909-1927.

³⁵⁶Arquivo Nacional - Ata da Segunda Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE. *Diário Oficial*, 08 de Junho, 1909. p. 4248- 4249.

³⁵⁷ Ressaltamos ainda que havia entre alguns sócios dos Guinle em vários negócios, relações estreitas não-profissionais, por exemplo: Jorge Street e Cândido Gaffrée que foram testemunhas do casamento civil de Serzedelo Corrêa. Ver certidão de casamento de 17.11.1906, constante do Inventário post-mortem de Inocêncio Serzedelo Corrêa (1932). Arquivo Nacional.

Quadro III: Genealogia do ramo de Eduardo Palassin Guinle

Fonte: Entrevista de Jorge Guinle a Maneco Muller. *Vogue*, n.92, fevereiro de 1983; *Banco Boavista – 70 anos*. In: MARQUES, Teresa Cristina. *op.cit.* p.162.

2.2.1 Balço sobre os contratos e concessões da CBEE em 1909

A Guinle & Cia, constituída em 1904, e antecessora da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, passou à última todos os seus contratos e concessões referentes à exploração de energia elétrica. Por isso, no momento de sua constituição, a CBEE já tinha com o Estado do Rio de Janeiro, dois contratos estabelecidos, um de 20 de setembro de 1905, de acordo com o estipulado pelo Decreto n. 910, de 29 de março de 1905 e um de 23 de março de 1906, renovando o contrato de 20 de setembro por causa da promulgação de uma nova lei que regulava a questão da exploração da energia elétrica – a Lei nº 717, de 6 de novembro de 1905. Esses contratos eram referentes ao aproveitamento dos rios Piabanha e Fagundes, no

estado do Rio de Janeiro, para estabelecimento de uma usina de produção de energia elétrica, através da força hidráulica.³⁵⁸

A hidrelétrica de Piabanha localizava-se no município de Paraíba do Sul (atualmente município de Areal), pouco antes da confluência dos rios Piabanha com o rio Fagundes, próxima à estação ferroviária de Alberto Torres, pertencente à Estrada de Ferro Leopoldina, e foi construída pela Guinle&Cia, no período de 1906 a 1908. Segundo depoimento do Dr. Eduardo Guinle, em discurso pronunciado por ocasião da visita do presidente Afonso Pena a Piabanha, em 09/04/1909, a hidrelétrica resultou da aplicação de “enormes capitais, quase exclusivamente nacionais”³⁵⁹. Inaugurada em 09 de novembro de 1908, contava com 9.000 KW, potência bastante significativa para a época, pois a hidrelétrica de Fontes, no ribeirão das Lajes, concluída também em 1908, tinha 12.000 KW de capacidade, sendo uma das maiores usinas do mundo.³⁶⁰

Ainda no Estado do Rio de Janeiro, a Guinle & Cia tinha contratos com a municipalidade de Niterói para o fornecimento de energia para iluminação pública, e com várias empresas e particulares para suprimento de energia em Petrópolis, Magé, São Gonçalo. No Distrito Federal, juntamente com a Sociéte Anonyme de Travaux et d’Entreprises au Brésil, firmou um contrato com o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas para suprimento de energia elétrica a serviços públicos federais.

É importante destacar que a Guinle & Cia, já tinha estabelecido com o Governo Federal, pelos decretos números 6.367, de 14 de fevereiro de 1907, e 6.732 de 14 de novembro de 1907³⁶¹, e contrato de 9 de março de 1907, os direitos para aproveitamento

³⁵⁸ A Guinle & Cia declarou que teria adquirido do General Quintino Bocayuva e de Bernardo Caymari, de Domingos da Veiga Soares e sua esposa, e de Pereira e Irmãos, a propriedade e uso das terras das margens do Rio Piabanha, distritos de Areal e Santana do Tiradentes, distrito municipal de Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro. A Guinle & Cia estava comprando estas terras por duzentos e vinte contos de Réis, sendo cento e vinte contos de Réis, à vista, cinquenta contos de Réis a prazo de oito meses, e o resto, a prazo de quinze meses, desta data. COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA. *Rapport General sur les usines, l’organisation, les concessions et les franchises de la Companhia Brasileira de energia Elétrica*. p 169 e Escritura, 04/01/1906 L118 Fl. 70. Tabelião Cruz. Rua do Rozario, 69. Capital Federal.

³⁵⁹ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A Usina Hidrelétrica de Piabanha: contexto histórico*. Coordenadoria de Pesquisa. s/d. s/p. Segundo matéria da Tribuna de Petrópolis, datada 25/10/1906, o custo foi maior do que oito mil contos de réis. Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis. *Tribuna de Petrópolis*, 25/10/1906.

³⁶⁰ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de N. (1997). *op. cit.*, p. 208. Na casa de máquinas da usina de Piabanha havia três turbinas grandes fabricadas pela firma alemã J. M Vloith, que estavam ligadas a três geradores trifásicos fabricados pela norte-americana General Electric Co. Para maiores informações sobre a usina cf. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.(1993), *op.cit.* p. 79-80.

³⁶¹ O Decreto de autorização n. 6367, concedia a Guinle&Cia os favores do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, na forma estabelecida no mesmo decreto. E o Decreto N. 6732, de 14 de novembro de 1907, aprovava o plano e a planta da usina Guinle & Comp. em Alberto Torres, Estado do Rio de Janeiro, e declara de utilidade pública a desapropriação dos terrenos e benfeitorias compreendidas na referida planta. Da Coleção das Leis. BRASIL. Ministério Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de Legislação organizada por Gustavo Adolfo Baily. Rio de Janeiro, 1943. p. 171-172.

também dos rios Piabanha e Fagundes, conseguindo cumprir, com isso, os contratos assinados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 20/09/1905, 29/11/1905 e 23/03/1906.³⁶²

Com o Estado da Bahia, por contratos de 9 de junho de 1906 e 12 de março de 1907, a Guinle & Cia adquiriu os direitos referentes ao aproveitamento das quedas das Macella, Gameleira e Bananeiras, no rio Paraguaçu. Neste estado adquiriu, também, o direito de exploração da concessão feita por decreto do Governo Imperial n.º. 9.244 de 19 de julho de 1884, além da concessão do Governo Federal n.º. 7.034, de 16 de julho de 1908, para exploração de linhas telefônicas na cidade da Bahia, já construídas. Havia também os contratos celebrados em São Salvador da Bahia, Santo Amaro, São Felix e Cachoeira, referentes aos serviços de bondes (1906), por meio do controle da Linha Circular de Carris da Bahia e da Companhia de Trilhos Centrais, e de telefonia (1908).³⁶³

No Estado de São Paulo, a Guinle & Cia tinha, através dos decretos federais n.º. 7.052, de 30 de julho de 1908, e 7.100, de 3 de setembro de 1908 e contrato de 12 de agosto de 1908, permissão para o aproveitamento do rio Itapanhaú³⁶⁴. Havia também contratos com municipalidades de São Paulo e com várias empresas e particulares, passando todos à CBEE.

Além desses contratos que a Guinle&Cia transferiu para a CBEE, esta tinha como objetivo explorar as instalações hidrelétricas construídas por Guinle&Cia., em Alberto Torres (Estado do Rio de Janeiro), as que estavam em construção no Estado da Bahia e os projetos no Estado de São Paulo, desenvolver essas instalações, construir outras onde fosse conveniente, e exercer o comércio da energia elétrica em si mesma e nas suas diversas

³⁶² Arquivo Nacional - Ata da Primeira Reunião da Assembléia de Constituição da CBEE. *Diário Oficial*, 04 de junho de 1909. Fls. 4248-4249. É importante ressaltar que neste momento o estado do Rio era governado por Nilo Peçanha, e o ministro do Ministério de Viação e Obras Públicas era Lauro Müller e os presidentes do País eram Rodrigues Alves e Afonso Pena. Honorato afirmou que o periódico *Correio da Manhã* associava Cândido Gaffrè e E. P. Guinle ao Ministro da Indústria e Comércio, Lauro Muller, acusando-o de ser dominado pelos empresários. HONORATO, Cezar. (1990), *op.cit.* Lamarão, apesar de ressaltar a ausência de automatismo e incondicionamentos, afirma que o ministro Lauro Muller era, abertamente identificado com os Guinle, e que, segundo os canadenses (proprietários da Rio Light), o presidente Rodrigues Alves era considerado um homem “fraco” – leia-se, alguém que não atendia aos interesses da “The Rio Light” na medida das suas necessidades. Já seu sucessor, Afonso Pena, era avaliado de forma mais positiva. LAMARÃO, Sérgio T. Niemeyer. (1997), *op.cit.*p. 215-216. Essas possíveis aproximações serão objeto de discussão nossa mais adiante, permeando os capítulos 3, 4 e 5.

³⁶³ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (1993), *op.cit.* p. 99-102.

³⁶⁴ O Decreto n.7.052 concedia à Guinle & Cia, os favores do decreto número 5.646, de 22 de agosto de 1905, na forma estabelecida no mesmo decreto e mediante as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, para aproveitamento da força hidráulica do rio Itapanhaú, no município de Santos, Estado de São Paulo. E o decreto n. 7.100, aprova a planta e plano da linha de transmissão de energia elétrica aproveitada do rio Itapanhaú, em Santos, Estado de São Paulo, e bem assim declara de utilidade pública a desapropriação dos terrenos e benfeitorias, compreendidas na mesma planta. BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de Legislação organizada por Gustavo Adolfo Bailly. Rio de Janeiro, 1943. p. 172.

aplicações industriais, nos lugares referidos do Distrito Federal, compreendendo a cidade do Rio de Janeiro e em qualquer outro ponto.

Através dos Decretos nº. 7.456, de 15 de julho de 1909, e 7.890, de 10 de março de 1910, foram transferidas para a CBEE as concessões feitas a Guinle & Cia., sendo o primeiro para os serviços relativos às instalações hidroelétricas em Alberto Torres, no Estado do Rio de Janeiro, e para o aproveitamento da força hidráulica do rio de Itapanhaú, no Estado de São Paulo; o segundo concedendo os favores para o aproveitamento da força hidráulica do rio Paraguaçu, no Estado da Bahia (Macella, Gameleira e Bananeira).³⁶⁵

Portanto, a CBEE, logo após sua constituição, destinou sua produção de energia elétrica da Usina de Piabanha³⁶⁶ para o território fluminense, beneficiando, sobretudo, a zona central do estado (Niterói, São Gonçalo, Petrópolis e Magé). Mas as pretensões dos dirigentes da CBEE eram de levar adiante uma política expansionista, materializada na conquista do direito de exploração do rio Itapanhaú; das quedas de Macella, Gameleira e Bananeiras, no rio Paraguaçu; na exploração dos serviços telefônicos e de bondes no Estado da Bahia; além dos ambiciosos projetos de conquistar o mercado da capital paulista e do Distrito Federal. O que mostra que a CBEE era constituída por um grupo investidor importante, articulado economicamente e politicamente.³⁶⁷

Esta política, no entanto, conflitava com os interesses das das “Lights”.³⁶⁸ No mercado carioca, por exemplo, a “The Rio Light” e a “Guinle&Cia” se enfrentavam desde

³⁶⁵ As informações sobre os contratos e concessões feitas à CBEE foram tiradas de MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1993), *op. cit.*; Arquivo Nacional - Ata da Segunda Reunião da Assembléia de constituição da CBEE, *Diário Oficial*, 8/06/1909, fls. 4248-4249. e BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de Legislação organizada por Gustavo Adolfo Bailly. Rio de Janeiro, 1943. p. 172p.173.

³⁶⁶ Estudos preliminares apontaram a conveniência do aproveitamento do potencial hidráulico das quedas d’água do rio Piabanha e de seu afluente Fagundes. Segundo a avaliação feita, essas quedas, se convenientemente utilizadas, poderiam fornecer até 36.750 KW. LAMARÃO, Sérgio T Niemeyer. *A Usina de Piabanha: contexto histórico*. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, s/data. Não paginado.

³⁶⁷ Leo Amaral Pennas, em seu depoimento, já citado anteriormente, confirma nossa tese, pois afirma que, em 1927, e no setor privado, para além dos investimentos das “Lights”, apenas a família Guinle tinha feito investimentos importantes no setor elétrico, PENNA, Léo. A. *op.cit.* p.11.

³⁶⁸ Em São Paulo, a Guinle & cia. detinha, desde 1908, concessões outorgadas pelo governo federal para o aproveitamento do rio Itapanhaú, visando produção de energia elétrica para a capital paulista. Essa pretensão colocaria os negociantes brasileiros em choque com o grupo da São Paulo Light. Em fevereiro de 1909, eles solicitaram à prefeitura de São Paulo autorização para construir uma rede de distribuição a ser suprida pela energia da hidrelétrica de Itapanhaú, cuja construção seria iniciada em breve. Apesar da solicitação ter sido aprovada, as obras não foram executadas porque a São Paulo Light embargou-as judicialmente. Ver trabalho SAES, Alexandre M. (2010), *op. cit.*, Capítulo 8; Arquivo Nacional. Relatórios da CBEE. *Diários Oficiais*, 1909-1928. É importante também registrar que em Salvador, na Bahia, o grande concorrente da Companhia era Bahia Tramway Light & Power Co., organizada em 1905 por empresários ligados ao grupo Light e por Percival Farquhar. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (1993), *op. cit.* p. 114., nota 165.

1905, onde inúmeros embates foram verificados.³⁶⁹ Em São Paulo e na Bahia, a disputa iniciou-se em 1909³⁷⁰ Flávio Saes afirmou que os Guinle, após formarem a CBEE e se estabelecerem em alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, começaram a ameaçar tanto o monopólio da Light, no Rio de Janeiro, como em São Paulo e também em Salvador.³⁷¹

Enfim, não era a CBEE não correspondia a uma pequena empresa cuja produção estivesse voltada para um mercado municipal³⁷², tal como grande parte das empresas nacionais do setor de geração e distribuição de energia. Muito pelo contrário, tal como já apontamos, a usina de Piabanha, em Alberto Torres, estava entre as grandes obras de engenharia do Brasil e havia uma preocupação dos dirigentes da Companhia em ampliar o mercado a ser abastecido pela energia produzida nas usinas da CBEE³⁷³ Isso tudo antes da sua venda à Amforp, em 1927.³⁷⁴

2.2.2 CBEE: uma análise dos seus balanços

A partir dos dados quantitativos extraídos dos balanços da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, analisaremos a situação econômica e financeira da companhia. É importante ressaltar, no entanto, que tivemos acesso apenas aos balanços publicados no Diário Oficial da

³⁶⁹ Esses conflitos serão tratados nos próximos capítulos da Teses, onde analisamos as estratégias usadas pelos Guinle, através da Guinle&Cia/CBEE, para conquistarem parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal.

³⁷⁰ Ver trabalho de SAES, A. (2010).*op.cit.* Capítulos 8 3 9. Em Salvador, na Bahia, o grande concorrente da Companhia era a Bahia Tramway Light&Power Co., organizada, em 1905, por empresários ligados ao grupo Light e por Percival Farquhar. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, (1993). *op.cit.*p.114. nota.165.

³⁷¹ SAES, Flávio A.M. (1986). *op.cit.* p.199.

³⁷² Flávio Saes afirma que os Guinle, após formarem a CBEE e se estabelecerem em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, começaram a ameaçar tanto o monopólio da Light no Rio, como em São Paulo e também em Salvador. SAES, Flávio de Azevedo Marques. (1986), *op.cit.* p. 199.

³⁷³ A Usina de Piabanha, inaugurada em novembro de 1908, tinha capacidade instalada de 9.000KW, pouco menor do que a potência inicial da Usina de Fontes, da Light. Na verdade, Fontes e Piabanha, eram as bases de expansão de dois complexos de captação, geração e fornecimento de energia, voltados para um mesmo mercado: o da cidade do Rio de Janeiro. Mas os Guinle já haviam assegurado outros mercados para a energia gerada em sua hidrelétrica como Niterói, Petrópolis, São Gonçalo e Magé. LAMARÃO, Sérgio T. de Niemeyer.(1997), *op.cit.*, p.224. E m 1910 já estavam iniciadas as obras para a utilização das quedas do rio Paraguaçu, na Bahia, e ao longo desta década, várias obras foram implementadas nesta seção objetivando a construção destas instalações. Arquivo Nacional - Relatório da CBEE, *Diário Oficial* de 27/04/1911.p.3030.

³⁷⁴ John Cotrin - engenheiro civil, em 1937 ingressou como engenheiro na CAAEB, do grupo Amforp- afirma que a usina de Piabanha, da CBEE, era uma das mais antigas do Brasil e, produzindo 9000KW, era uma usina respeitável para a época, que serviu muito bem e durante muito tempo o Estado do Rio de Janeiro. Além disso, ressalta que a Amforp adquiriu companhias que tinham boa capacidade geradora instalada, investindo muito mais no campo da transmissão e distribuição. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1995). p. 27-28. A Amforp (American and Foreign Power Company Limited) foi criada em 1923, para centralizar as atividades no exterior da Electric, Bond and Share, empresa que desde 1905, atuava na produção e distribuição de energia elétrica nos EUA. A Bond and Share fazia parte de um grande conglomerado financeiro capitaneado pela J.P. Morgan&Co. Incorporated, ao qual também pertencia a General Electric. Sobre a Amforp e a compra da CBEE pela Amforp. Cf. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE (1993). p.94-103.

União (Anexo 4). A análise de balanços é um instrumento de avaliação da situação patrimonial de uma empresa e, portanto, possibilita que se evidencie, de forma objetiva, a situação financeira e econômica da mesma. Esse método permite a construção de instrumentos de análise – os indicadores -, que representam um sistema de relações entre as contas de um balanço. Logo, ao observarmos alguns indicadores em perspectiva, através da montagem de uma série histórica, teremos delineada uma tendência de comportamento.³⁷⁵

Não pretendemos comparar a situação financeira e econômica da CBEE com a de outra empresa e nem mesmo delinear comportamentos gerenciais da mesma, apenas tentamos verificar aspectos financeiros e econômicos da empresa ao longo do período em tela. Para isso, usamos técnicas de análise das demonstrações financeiras atuais, fazendo uma análise vertical no balanço patrimonial, e também trabalhamos com os seguintes indicadores contábeis: Índices de Liquidez Corrente, capaz de avaliar a capacidade de pagamento da empresa a curto ; Índice de Endividamento, que nos permite verificar a relação existente entre o capital próprio e o capital de terceiros ; e o Índice de Rentabilidade, especificamente, a Taxa de Retorno de Investimento, que nos permite avaliar a capacidade de ganho da empresa.³⁷⁶ Além disso, procurando obter informações mais precisas, cruzamos esses dados com as informações fornecidas pelos dirigentes da empresa em seus Relatórios e Atas de Assembléias Ordinárias e Extraordinárias, também publicados no Diário Oficial da União. E, por fim, tentamos analisar os dados dos documentos empresariais – balanços e relatórios/atas de assembléias- à luz dos estudos econômicos acerca da conjuntura econômica nacional e internacional do período.

A análise dos relatórios e, seu cruzamento com os balanços da companhia, é de suma importância, pois, “ao observarmos a história de uma empresa, um dos aspectos que mais chama a atenção é a sua ‘fala’ nos relatórios anuais para aqueles que a compõem como capital – os acionistas -, os demais capitalistas e o Estado”.³⁷⁷ É através destes relatórios que a empresa se comunica, e corresponde a um documento público, que tem que ser publicado em

³⁷⁵ A análise da situação financeira e econômica da CBEE não foi tarefa fácil, pois só tivemos acesso aos balanços da empresa publicados no Diário Oficial da União. De início a legislação exigia apenas a publicação do Balanço das Sociedades Anônimas, e com o tempo é que se começou a exigir outras demonstrações para análise e para a concessão de crédito, como a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Origens e Aplicação de Resultados e a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.p.452. Além disso, cabe ressaltar, que nenhum texto de lei posterior ao Código de 1850, nem o próprio Código tornaram obrigatório o emprego de um método específico de escrituração. Portanto, se aceitava qualquer método de conformidade com o Art.14 do Código, desde que se usasse o método de Partidas Dobradas. CARVALHO, Carlos de. *Estudos de Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 4 v. 1921.

³⁷⁶ Ressaltamos ainda que estamos trabalhando com índices universais. No entanto, eles podem nos dar uma idéia geral e aproximada da situação econômica e financeira da empresa.

³⁷⁷ HONORATO, Cezar (1996), *op.cit.* p. 125.

jornais de grande circulação, além de se entregar uma cópia da versão completa à Junta Comercial. A empresa é obrigada a permitir que os seus acionistas e o poder público tenham acesso a essas informações, incluindo os anexos. Nestes relatórios, a comunicação da Diretoria das situações mais importantes da Companhia no exercício financeiro em questão, a divulgação de seu Balanço Anual e o Parecer do Conselho Fiscal, são fundamentais.³⁷⁸

No entanto, estes relatórios são discursos, e o discurso é uma prática social, ou seja, é um meio de ação sobre o mundo, sobre os outros e é também um meio de representação. Através dele podemos fazer ver o que somos, como nos vemos e como queremos que nos vejam e como vemos o universo que nos envolve. Mas este não existe isolado da estrutura social, pois a moral, a educação, o direito, e etc., atuam sobre a produção destes discursos. Mas os discursos também produzem estruturas sociais - ambos são condição e efeito do outro. Assim, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.³⁷⁹

Logo, quando tomamos o discurso como fonte, temos os dados objetivos expressos no texto³⁸⁰, mas ele aponta também identidades, representações, perspectivas, necessidades, estratégias de ação e significações, daqueles que o produziram e, ao mesmo tempo, as projeta; percebemos quem o produziu e para quem foi produzido. Também estão presentes nos discursos as questões políticas, econômicas, culturais e ideológicas, mas só podemos identificá-las, quando realizamos uma análise da estrutura da qual faz parte o discurso, pois um texto isolado, desconectado da prática discursiva que o gerou e da prática social ao qual pertence, perde em significado e em possibilidade analítica.

Alfredo de Almeida, ao fazer uma análise dos discursos e relatórios dos presidentes da província do Maranhão no transcurso do século XIX, enfatizou a necessidade de se saber, antes de analisá-los intrinsecamente, quem eram as pessoas que apresentavam os discursos, qual era a posição dos articulistas e do próprio discurso. Só assim, segundo ele, é possível se

³⁷⁸ *Idem. Ibidem.* p. 125-126.

³⁷⁹ FLAIRCLOUGH, Normam. Discurso e Mudança Social. Brasília: Ed. UNB, 2001. 2001, p. 91. In: CARVALHO, Maria Bernadete de Oliveira. *Nação e Democracia no Projeto Político das Classes Produtoras: limites e possibilidades dessas idéias para o Brasil moderno (1943-1964)*. Niterói/Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2005. p. 170.

³⁸⁰ Linguagem falada ou escrita. A análise do discurso proposta por Fairclough, considera o texto como o elemento mais central e interno do discurso, mas este se apresenta envolvido pela prática discursiva, que é a produção, distribuição e consumo do discurso. Esta prática também é envolvida pela prática social - camada mais externa e abrangente -, que abarca a todas as outras. Por isso, neste processo, o discurso só ganha significação se relacionado à prática discursiva, que por sua vez se relaciona à prática social, ocorrendo um movimento dialético entre o texto e as práticas discursiva e social. Logo, não podemos compreendê-las em separado. CARVALHO, Bernadete. *op. cit.* p. 169-174.

fazer uma leitura crítica capaz de colocar em suspenso a legitimidade de se reconstituir a história a partir deles.³⁸¹

Os negociantes da CBEE, reunidos para o relato das atividades da empresa, foram responsáveis por práticas discursivas e tentaram criar e fortalecer os espaços ocupados pela empresa na sociedade em que estava inserida.³⁸² Portanto, ressaltamos que longe de considerarmos esses discursos como fontes fidedignas de verdades, buscamos perceber as significações, perspectivas e estratégias de ação por parte daqueles que produziram os relatórios, estabelecendo uma relação com a prática social à qual pertenciam, além, é claro, de cruzar as informações neles contidas com aquelas contidas nos balanços e com outras não produzidas ‘pela empresa’.

2.2.2.1 O Capital Social da CBEE

O capital social corresponde aos recursos de origem interna à empresa, ou seja, as ações subscritas e realizadas pelos acionistas. A CBEE foi constituída com o capital nominal de 30.000 contos³⁸³, plenamente integralizados e assim permaneceu até 1923, quando a diretoria elevou-o, com a aprovação da maioria dos acionistas, para 72.000 contos, ou aproximadamente £ 2.019069.³⁸⁴

Em termos econômicos, o capital social de uma empresa representa uma garantia contra perdas eventuais e é também uma forma de empréstimo dos acionistas à empresa, em troca do compromisso da busca do lucro. Ao que tudo indica, no caso da CBEE, o lucro alimentava o fundo de reserva operacional que ampliava a capacidade de operações da empresa, servindo como um colchão de liquidez para os momentos mais difíceis, pois em todos os balanços do período em tela, na coluna do Passivo, só aparecem os lucros suspensos, ou seja, lucros não distribuídos e que passam de um exercício para outro sem destinação. Não são apresentadas contas tais como Fundo de Reserva e Dividendos. Isso foi possível porque

³⁸¹ Mostra, ao analisar os relatórios dos presidentes de província do Maranhão, que havia uma idéia cristalizada no pensamento dos políticos do Maranhão – idéia da decadência da lavoura-, e que os documentos oficiais acabam refletindo essa cristalização. ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *A Ideologia da Decadência*. São Paulo: IPES, 1983.

³⁸² A CBEE era uma empresa de serviços públicos que dependia muito das boas relações políticas estabelecidas, pois era, em grande parte, a partir daí, que conseguia as concessões para a exploração dos serviços.

³⁸³ Como já afirmamos anteriormente, divididos em 150.000 ações de 200\$000 réis cada uma, nominativas, conversíveis em ações ao portador e estas, por sua vez, reconversíveis em nominativas.

³⁸⁴ Em 1922, o dólar já valia 7\$500 e a libra 35\$660. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtm. COTAÇÕES MENSIS DA LIBRA ESTERLINA EM RELAÇÃO À MOEDA NACIONAL — 1901-1930

não havia ‘vazamentos’ na relação entre os acionistas e a CBEE, uma vez que as ações foram plenamente integralizadas desde o momento inicial da compra e, também, porque os Guinle tinham total poder de decisão sobre o destino da empresa, pois eram donos de mais de 99% das ações.

Uma notícia veiculada no *Jornal do Comercio*, intitulada *Companhia Brasileira de Energia Elétrica*, reforça um pouco o que estamos afirmando, pois dizia:

É uma grande injustiça, se não formidável impertinência, estranhar (...) que esta Companhia não tenha podido realizar todos os benefícios que prometeu em prol do Brasil, e nem sequer dar dividendos aos seus acionistas após 5 anos de esforçados trabalhos.

Que culpa tem a douta diretoria que juízes e tribunais não tenham compreendido as suas boas intenções e, sistematicamente, a tenham obrigado a recuar do intento de fornecer energia elétrica, e luz também elétrica ao Rio e a São Paulo, a Salvador, por preços nunca vistos?

(...)

O acionista que em má hora, se lembra de propor a mudança das iniciais da Companhia para C.B.Q.P. como se esta fosse Companhia quebra postes, parece ignorar que só não perde questões quem não luta pelo seu direito.

Demais como Companhia Nacional que somos, temos também obrigação de concorrer para enxotar do Brasil o elemento estrangeiro que o está desmoralizando.

Nem só para os dividendos olhem os acionistas, encarem também o fim altamente social da nossa empresa (...).³⁸⁵

O primeiro relatório, de 1910, reforçou o que um dos aspectos da análise dos balanços nos informou acerca do suposto lucro da empresa³⁸⁶. A diretoria apresentou, de forma detalhada, as operações e movimentos da companhia em todas as suas seções³⁸⁷: extensão das linhas, tipos de lâmpadas, postes instalados, etc. A seção de Piabanha foi destacada como aquela que apresentava maiores perspectivas de crescimento, tal como podemos confirmar a partir da citação abaixo. Inclusive, na Linha do Rio, foram citadas as desapropriações, as torres construídas, os postes especiais para telefone, etc.³⁸⁸

(...) É atualmente a nossa mais importante seção, e embora não tenhamos ainda consumidores para o total da energia produzida pela usina de Alberto Torres, estamos aumentando sua capacidade de maneira a podermos dispor,

³⁸⁵ Um acionista. Publicações a pedido. A Companhia Brasileira de Energia Elétrica. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro 22/11/1912.

³⁸⁶ 1910 é referente ao ano de 1909. Arquivo Nacional – Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 08/04/1910.p.3114; e 1911 referente ao ano de 1910. Arquivo Nacional – Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 27/04/1911.p.3030.

³⁸⁷ Piabanha, Paraguaçu, Telefones da Bahia, exceto Itapanhaú.

³⁸⁸ Essa seção era importantíssima para a CBEE, pois seria ela a geradora da energia elétrica que iria - caso a Cia. conseguisse ganhar espaços no mercado carioca – abastecer o Distrito Federal, tal como já enfatizado, e que era um mercado de consumo de primeira ordem.

dentro em breve, de um total de 12.000 kilowatts, que, em vista do progressivo aumento do consumo, temos certeza, virão a ter uma aplicação imediata.³⁸⁹

Na Ata da Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 1910, onde foi apresentado e aprovado o Relatório referente ao ano de 1909, o presidente da companhia, Dr. Eduardo Guinle, reafirmou as boas perspectivas de negócios da empresa citando os favores que tinham recebido para a exploração das quedas de Paraguaçu, na Bahia, e também um contrato assinado com a Prefeitura do Distrito Federal em 27 de abril de 1910.

(...) e, bem assim, que por despacho do Dr. Prefeito do Distrito Federal (Serzedello Corrêa), e conseqüente contrato, celebrado em 27 do corrente, foi outorgada à Companhia, nos termos do decreto n.1001, de 1904, uma concessão por 90 anos para distribuição de energia no Distrito Federal, sendo de produção térmica a energia distribuída até 1915, data em que termina o privilégio da Light and Power para distribuição de energia hidrelétrica e a partir desta data podendo a Cia. competir com essa outra concessionária na distribuição de energia de produção hidráulica.³⁹⁰

No relatório de 1911, referente aos trabalhos realizados em 1910, também foram apresentadas as obras e os investimentos feitos em todas as seções, sem, no entanto, discriminarem a quantia investida em cada uma delas³⁹¹. No entanto, diferentemente do

³⁸⁹ Houve um aumento do valor dos bens e propriedades da Companhia no ano de 1909, que passou de 29.400:000\$ para 31.342:430\$617, sendo, portanto, investido em obras novas, aquisições e desenvolvimento das primitivas instalações a quantia de 1.942:430\$617. Deste total 1.704:352\$287 réis foram investidos na seção de Piabanha; 171:845\$160 réis na seção de Paraguassú; 6:000\$000 na seção de Itapanhaú e 60:233\$200 réis na seção de telefones da Bahia. Arquivo Nacional. Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 08/04/1910. p. 3114.

³⁹⁰ Arquivo Nacional – Ata da Assembléia Ordinária da CBEE, 1910. *Diário Oficial*, 18/05/1910.p.3636.

Fica evidente nos relatórios e atas desse período a preocupação dos dirigentes em ressaltar que a CBEE era uma empresa que tinha possibilidades de crescimento. Para isso, mostraram não só detalhadamente todos os serviços prestados, mas o empenho da diretoria, dos chefes dos serviços, dos advogados que estavam defendendo os interesses da empresa nas questões judiciais, etc. Grande destaque foi dado ao contrato assinado com “a Prefeitura” do Distrito Federal, associado à coragem, ação correta dos poderes públicos, civismo, obediência à lei. Destacaram também o apoio do Governo Federal à Cia. comentando acerca da visita do Presidente da República e do Ministro da Viação e Obras Públicas às instalações da Cia em Alberto Torres. Estabeleceram uma associação entre a empresa e a idéia de prosperidade, crescimento, competência. Tal como salientamos no início deste item, não podemos esquecer que o discurso é uma prática social, um meio de ação sobre o mundo.

³⁹¹ Afirmam o aumento dos serviços na seção de Piabanha, inclusive, destacam a instalação da usina de Socorro, a vapor. Citam a aquisição de um terreno da marinha, onde instalariam a nova usina, utilizariam como depósito e construiriam uma oficina. Na mesma seção destacam o aumento do consumo da iluminação pública de Niterói e São Gonçalo, e o aumento em 150% do consumo da iluminação particular. Destacam também a ampliação da rede de distribuição em Niterói. Na seção de Paraguassu afirmam que haviam concluído a construção de uma estrada de ferro, necessária para a continuação dos trabalhos e que teriam iniciado a construção de uma linha de transmissão. Com relação à seção de Telefones da Bahia citam a construção de um edifício que funcionaria como estação central. Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 27/04/1911.p.3030.

relatório anterior, começaram a relatar alguns problemas enfrentados pela empresa³⁹². Os relatórios dos anos seguintes, de 1912 a 1914, seguiram a mesma tônica, ou seja, descreveram as novas construções, os contratos ampliados, o aumento no número de consumidores, mas também os problemas enfrentados pela Cia. nas seções de Paraguaçu e Telefones da Bahia, além da suspensão dos serviços em Itapanhaú (1912)³⁹³. No período de 1909 a 1914, a Conta Bens e Propriedades, que compõe os Balanços da CBEE, demonstra um crescimento de 120%.

Nos relatórios de 1915 a 1918, os destaques foram dados aos problemas enfrentados pela empresa diante da Primeira Grande Guerra. A diretoria associou o não desenvolvimento dos serviços, à conjuntura nacional e internacional, classificando-a como “má situação geral”, mas ainda assim algumas medidas consideradas inadiáveis foram tomadas: encomenda de novos transformadores para subestação de Sete Pontes, em São Gonçalo-RJ, e para subestação próxima a Itamaraty, em Petrópolis- RJ; o término da instalação de Socorro, em Niterói, com motores a diesel;³⁹⁴ a recuperação dos serviços de Paraguaçu³⁹⁵:

Os serviços de Paraguaçu, que se achavam paralisados foram recuperados com toda energia, embora arrastando as grandes dificuldades na obtenção de material.(grifo nosso)

A falta de carvão está criando dificuldades insuperáveis a todas as indústrias na capital da Bahia e a única solução seria o fornecimento de energia hidrelétrica. Era preciso atacar as obras do Paraguaçu com a máxima rapidez, para minorar as dificuldades da indústria.

Foi resolvida uma solução provisória na parte hidráulica e para conseguir com maior rapidez o material foi resolvido a ida aos Estados Unidos do nosso diretor César Rabello, que imediatamente partiu para aquele país.

Pouco mais de um mês de sua chegada lá, estava encomendado todo o material nas condições mais vantajosas possíveis de preços(...).

³⁹² Na seção de Paraguaçu, aparecem os seguintes problemas: falta de pessoal, necessidade de construção de pontes, calamidades naturais. Com relação aos telefones da Bahia, os problemas referiam-se à necessidade de modernização das instalações. Neste momento, os discursos, apesar de realçarem as medidas eficientes adotadas pelos serviços prestados pela empresa diante dos problemas que se apresentavam, foram marcados por uma certa cautela nas colocações das questões.

³⁹³ O que os documentos produzidos pela empresa nos informam é que os diretores da CBEE, até 1915, ampliaram seus investimentos. Entendemos que essa estratégia empresarial teve uma relação estreita com a própria situação econômica conjuntural do país, pois tal como descrevemos em capítulo anterior, apoiados nos trabalhos de Maria Bárbara Levy, Wiston Fritsch e Paulo Neuhaus, o período de 1902-1906, no Brasil, foi marcado por um ambiente favorável ao crescimento industrial, pelo aumento da importação de equipamentos importados e pelo crescimento do setor de energia elétrica. Suzigan e Villela mostram que entre 1910 e 1914 nossa capacidade geradora de energia elétrica quase duplicou. Cf. as discussões feitas sobre a conjuntura econômica brasileira no Capítulo 1 da Tese. LEVY, M.B. (1994), *op. cit.* p.68 e 190; FRITSCH, Wiston. (1980), *op. cit.* p.277-278; NEUHAUS, Paulo.(1975), *op.cit.* p.36; VILLELA, A e SUZIGAN, W. (2001), *op. cit.*p.146.

³⁹⁴ Arquivo Nacional – Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 23/04/1916. p.5114; Relatório da CBEE. *Diário Oficial*. 28/04/1917.p.4353.

³⁹⁵ Essas obras eram muito necessárias porque as indústrias da Bahia estavam dependendo das termelétricas, energia caríssima no momento em função da dificuldade de importação do carvão.

Antes do fim do corrente ano deverá chegar toda a encomenda e até meados de 1919 deverá ficar concluída a instalação, a menos que sobrevenham dificuldades insuperáveis.³⁹⁶

Portanto, a Companhia sentiu os efeitos da Guerra, efeitos ligados à dificuldade da aquisição de equipamentos, dificultando o atendimento ao crescimento de consumidores do seu produto³⁹⁷, tanto que a empresa realizou, basicamente, serviços de manutenção durante esse período, principalmente na seção de Piabanha. O que demonstra que a CBEE já se beneficiava dos investimentos que havia feito no período anterior, conseguindo atender seus consumidores, e realizando apenas investimentos inadiáveis, tais como os de Paraguassu.³⁹⁸

No pós-Guerra, a exceção da inauguração da usina de Fagundes, em 1924³⁹⁹, que significou expansão significativa de investimentos, os diretores somente concluíram obras iniciados em períodos anteriores e fizeram outras de reparação: em 1919, concluíram a subestação no Itamaraty, em Petrópolis; 1920, concluíram as obras do Paraguassu, na Bahia; fizeram reparação e instalação de turbinas em Paraguassu, 1922⁴⁰⁰ Neste momento, período de 1919 a 1926, houve uma queda nos investimentos em Bens e Propriedades, percebida em seus Balanços, na ordem de 6%.

Ficou claro para nós, de acordo com o que os diretores da CBEE apresentaram nos Relatórios, e o que ficou registrado nas Atas de Assembléias, no período de 1910-1914, que muitos investimentos foram feitos para que a CBEE atendesse os contratos e concessões que havia adquirido da Guinle&Cia, e também aqueles que foram assumidos após a sua fundação. Tudo isso, a nosso ver, justifica o que nos apontam os números constantes nos balanços: o aparecimento dos lucros suspensos, ou seja, aqueles não distribuídos.

³⁹⁶ Arquivo Nacional – Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 26/04/1918.p.5925. Os documentos produzidos “pela empresa” enfatizam que a Primeira Grande Guerra trouxe dificuldade de importação de equipamentos para CBEE, não só devido aos altos preços dos materiais, mas também em função da dificuldade de obtê-lo. Os anos da guerra foram, por eles classificados, como anos difíceis, indo ao encontro do que Villela e Suzigan defendem acerca da relação estabelecida entre as importações de bens de capital para a indústria e os anos da Primeira Guerra. VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (2001),*op. cit.* p. 144.

³⁹⁷ Houve extensão de linhas de transmissão na seção de Piabanha, em 1915, 1916 e 1918 e 1919. Sendo que classificaram como sendo “sensível” o crescimento ocorrido nos anos de 1918 e 1919. . Arquivo Nacional-Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 1916-1920.

³⁹⁸ Havia aumento no consumo de energia, o que era importante para a empresa, mas a desvalorização da moeda gerava o encarecimento dos produtos importados.

³⁹⁹ Inaugurada em 1924, a hidrelétrica de Fagundes, também em Alberto Torres, foi construída para atender à crescente demanda de energia, principalmente fruto do crescimento industrial de Niterói e Petrópolis.

⁴⁰⁰ No período de 1919-1924, a exceção da inauguração da usina de Fagundes, em 1924, tanto nos relatórios quanto nas atas das assembléias as obras feitas não foram apresentadas de forma detalhada. E ainda, registraram apenas que houve crescimento de consumo nas três seções, em 1919; Arquivo Nacional – Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 28/04/1920.p.7414; 28/04/1921.p.8070; 28/04/1923.p.12404.

Tal como já afirmamos anteriormente, a diretoria da CBEE, formada pelos irmãos Guinle e César Rabelo, apesar de não terem o apoio de todos os acionistas, segundo o que nos revelou a matéria do *Jornal do Commercio* de janeiro de 1912, administrava com plenos poderes, e optou por investir na construção de um parque produtor, transmissor e distribuidor de energia elétrica capaz de atender as necessidades dos grandes mercados de eletricidade do país: Distrito Federal, cidade de São Paulo e Bahia.

Essa estratégia de não distribuir os lucros nos 14 anos de existência da Cia., de 1909 a 1923, se confirmou quando da proposta de elevação do capital social da Companhia, em 1923⁴⁰¹. Essa proposta foi apresentada na primeira reunião da Assembléia Geral Extraordinária da CBEE, em 11/08/1923, que tinha por objeto deliberar sobre o assunto. Com 4/5 do capital social da empresa representados - reunião presidida por Gabriel Osório de Almeida -, a diretoria da CBEE, formada por Guilherme Guinle, Carlos Guinle, Arnaldo Guinle e César Rabelo, propôs:

A diretoria da CBEE propõe à assembléia geral dos Srs. Accionistas a elevação do capital social de 30.000 para 72.000 contos a fim de satisfazer-se quase integralmente com o accrésimo os débitos de vulto apreciável que oneram o passivo da companhia, conforme a relação abaixo: Dr. Arnaldo Guinle, réis - 8.834:386\$985 (oito mil oitocentos e trinta e quatro contos, tresentos e oitenta e seis mil novecentos e oitenta e cinco réis); Dr. Carlos Guinle, réis - 8.834:386\$985 (oito mil oitocentos e trinta e quatro contos, tresentos e oitenta e seis mil novecentos e oitenta e cinco réis); Dr. Guilherme Guinle, réis-10.989:115\$516 (dez mil novecentos e oitenta e nove contos, centro e quinze mil quinhentos e dezesseis réis); Dr. Linneu de Paulo Machado , réis-4.879:649\$354 (quatro mil oitocentos e setenta e nove contos, seiscentos e quarenta e nove mil tresentos e cinquenta e quatro réis⁴⁰²); Dr. Otávio Guinle, réis - 8.834:386\$985 (oito mil oitocentos e trinta e quatro contos, tresentos e oitenta e seis mil novecentos e oitenta e cinco réis). Estes débitos provêm de adeantamentos feitos para obras novas por Guinle&Comp., sociedade esta em cuja liquidação os sócios acima referidos receberam nos respectivos quinhões as quotas supra especificadas. Não convém que uma dívida tão considerável fique em aberto; isto é óbvio e não precisa de mais detalhada demonstração. Cumprindo saldá-la, o único meio que se offerece à Companhia é augmentar para esse fim o seu capital social, meio tanto mais aconselhável quanto é certo que, na realidade, o capital social não corresponde mais ao capital empregado nas suas obras e instalações, que representam valor muito mais avultado. A operação é

⁴⁰¹ Lemos todos os relatórios e atas de assembléias do período de 1910 a 1928 e somente na Ata da Assembléia de 28/04/1921 aparece uma discussão sobre dividendos. Nessa assembléia foi proposto pelo Conselho Fiscal, tendo ouvido a diretoria, que não se distribuísse dividendos e se propunha que a verba que no balanço figurava sob a rubrica de lucros suspensos fosse levada a conta do material empregado nas diversas instalações da Cia, na proporção do seu valor, para em parte, poder atender à depreciação nele produzida pelo uso e pleno tempo. Arquivo Nacional –Ata da Assembléia Geral. *Diário Oficial*, 22/05/1921. p. 9979.

⁴⁰² Foi declarado na Junta Comercial do Rio de Janeiro que D. Celina Guinle de Paula Machado, sócia comanditária da Guinle&Cia, fez cessão de seus direitos a seu marido Dr. Linneu de Paula Machado em 27/07/1912. Arquivo Nacional - Junta Comercial. L47 R 12.132 S2 (1904).

facilitada pela annuencia dos credotres em subscreverem eles mesmos o augmento do capital, entrando com os respectivos créditos, até a concorrência do tido augmento, pelo valor das ações representativas dos 42 mil contos.⁴⁰³

Em 01/09/1923, na Segunda Reunião da Assembléia Geral Extraordinária da CBEE, para deliberar sobre o aumento de capital, e após aprovação, com unanimidade, do laudo dos peritos⁴⁰⁴, o presidente da Assembléia, Gabriel Osório de Almeida, declarou aceita pela Assembléia e definitivamente realizada a subscrição dos 42.000 contos de aumento de capital da CBEE, divididos em 210.000 ações de 200\$000 cada uma, integralizadas.⁴⁰⁵ Portanto, ficava modificado o artigo 4º dos estatutos, relativo ao capital social, artigo este cuja redação passava a ser a seguinte: “O capital da CBEE é de 72.000 contos de réis, divididos em 360.000 ações de 200\$000 cada uma, nominativas, conversíveis em nominativas”.

Em outras palavras, a elevação do Capital Social da empresa, os sócios não adquiriam ações mais valorizadas, pois esta foi uma forma encontrada pelos diretores da empresa de saldar os débitos que a empresa tinha com Arnaldo Guinle, Guilherme Guinle, Carlos Guinle, Otávio Guinle e Linneu de Paula Machado, que através da Guinle&Cia haviam financiado os investimentos feitos pela CBEE ao lonto de alguns anos.

Após essa operação houve uma ampliação ainda maior da concentração das ações nas mãos de alguns dos membros da família Guinle⁴⁰⁶, em especial do Dr. Guilherme Guinle. Não podemos, no entanto, precisar se quando a CBEE foi fundada, em 1909, a participação dos filhos do Dr. Eduardo P. Guinle, Carlos, Guilherme, Eduardo, Arnaldo, Otávio, Celina e Heloísa, todos sócios da Guinle&Cia, era idêntica.⁴⁰⁷ Todos eram sócios da Guinle&Cia – maior acionista da CBEE, com 147.000 ações – e entraram também, cada um, com 250 ações

⁴⁰³ Arquivo da Ampla - Ata da Primeira Reunião da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Anonyma CBEE, para Deliberar Sobre Aumento de Capital. *Diário Oficial*, 28/09/1923. p.26221. A estratégia foi transformar a dívida que a empresa tinha para com esses acionistas em ações. Essa atitude poderia significar risco para os acionistas que passaram a ter mais ações da empresa, pois trocaram as dívidas pelas ações. Por outro lado,preparam a empresa para a venda, provavelmente acreditando que fariam um bom negócio.

⁴⁰⁴ Os peritos eram: Luiz Cantanhede, Francisco Ribeiro Moreira e Mario Pollo. *Idem*.

⁴⁰⁵ Dr. Guilherme ficou com 54.000 ações (10.800 Contos); Dr. Arnaldo, Dr. Otávio e Dr. Carlos 44.000 ações cada um (8.800 Contos cada um) e Linneu de Paulo Machado, 24.000 ações (4.800 Contos). *Idem*.

⁴⁰⁶ Em 1909 99,14% das ações estavam nas mãos dos Guinle.

⁴⁰⁷ Quando a Guinle&Cia foi fundada, em 1904, os três irmãos e sócios entraram com a mesma quantidade de capital na empresa, cada um com 400 contos de réis. Em 08/02/1908 o contrato social da Guinle&Cia foi alterado e Dr. Carlos Guinle, que era sócio comanditário até então, passou a ser sócio solidário. Arnaldo e Otávio foram admitidos com sócios solidários e Dona Celina e Heloísa foram admitidas como sócias comanditárias. Todos entraram com um capital de 400 contos de réis, totalizando um mil e seiscentos contos que, somados aos mil e duzentos contos da empresa, perfaziam um total de dois mil e oitocentos contos. Entretanto, não podemos afirmar qual era a composição societária da Guinle&Cia quando se tornou acionista da CBEE, em 1909. Arquivo Nacional - 3º Ofício de Notas. L 791 fl 19 R 010.118-79.

para a constituição do Capital Social da empresa. Portanto, vamos afirmar apenas que cada um desses sócios tinha 250 ações das 150.000 que formavam o Capital Social da CBEE.⁴⁰⁸

Quando houve o aumento do Capital Social da empresa de 30.000 para 72.000 contos, ou seja, de 150.000 ações para 360.000 ações, em 1923, Guilherme Guinle passou a ser, no tocante àquelas 210.000 ações que corresponderam à elevação do Capital Social da CBEE, o maior acionista dentre os irmãos Guinle. O referido Guilherme passou a ter 54.000 ações, enquanto Arnaldo, Carlos e Otávio passaram a ter cada um, 44.000 ações.

A análise acerca do aumento do Capital Social da CBEE, ocorrido em 1923, deixou claro que os Guinle acreditavam na possibilidade de ganharem parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal, pois no período de 1909-1914 dobraram seus investimentos em bens e propriedades, e a maioria deles foi feita na seção Piabanha. Estes investimentos, no entanto, tal como nos revelaram os Balanços e Relatórios, foram feitos, em sua grande maioria por capital de terceiros e não através do reinvestimento dos lucros suspensos.⁴⁰⁹. O que significa afirmar que a empresa não distribuía dividendos porque não tinha lucro suficiente para distribuí-los e ampliar a capacidade de operação da empresa. Muito pelo contrário, dependia de investimentos de terceiros.

2.2.2.2 Análise Vertical e Horizontal

Um dos objetivos de se fazer uma Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial de uma empresa, é o de propiciar uma comparação da percentagem dos itens do Ativo e do Passivo em relação a outras empresas, basicamente as concorrentes, ou seja, empresas do mesmo ramo de atividade, e aí, a partir de uma avaliação dos resultados, os diretores tomam as decisões administrativas.

Mas também permite, como é o caso do nosso interesse, perceber quanto uma determinada conta ou um grupo de contas do balanço representa, em percentagem, em relação ao total do Ativo ou do Passivo, e o comportamento das mesmas ao longo dos anos. Com isso, compreendemos certas especificidades administrativas da empresa que é o objeto da análise.

⁴⁰⁸ Ressaltamos que, em 08/02/1908, o Capital Social da Guinle&Cia era de 2.800 contos de réis, e quando esta empresa entrou como acionista da CBEE - aliás a maior acionista-, os bens e contratos, concessões e outros, com que entrava para a sociedade foram avaliados em 29.600 contos de réis.

⁴⁰⁹ Os textos dos relatórios e atas das assembleias no período de 1920-1927 apresentam um discurso técnico e objetivo, revelando, a nosso ver, uma aceitação de que a CBEE não ganharia os mercados tão desejados, bastava, então, administrar o negócio naqueles espaços já conseguidos.

Fazendo uma Análise Vertical do Balanço Patrimonial da CBEE, tabela_ 8, a primeira constatação significativa a que chegamos, refere-se a concentração dos investimentos. Os diretores da Companhia investiram muito mais de 60% no Ativo Permanente da empresa, e ainda, neste grupo de contas, as aplicações concentravam-se nos itens operacionais, ou seja, itens que contribuem para a manutenção operacional da mesma.⁴¹⁰

Tabela 8: Análise Vertical dos Balanços da CBEE, 1909-1926 (%)

Ano	Ativo Circulante	Ativo Realizável a Longo Prazo	Ativo Permanente (Imobilizado)	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido
1909	1,21	0,60	95,03	8,23	91,50
1910	4,12	0,58	94,94	18,70	80,46
1911	8,18	0,43	91,99	32,83	66,70
1912	5,98	0,36	93,59	42,72	56,70
1913	5,99	0,32	93,53	46,91	52,60
1914	4,45	0,31	95,21	51,91	47,68
1915	4,13	0,29	90,90	54,60	45,90
1916	3,62	0,21	95,80	56,80	43,84
1917	4,70	0,20	97,20	56,00	43,56
1918	3,16	0,26	96,50	58,60	40,31
1919	6,43	0,00	99,10	60,00	41,16
1920	7,88	0,23	91,70	61,40	38,26
1921	6,45	0,24	93,10	62,70	36,94
1922	4,40	0,24	92,24	62,40	37,26
1923	8,80	0,23	90,73	13,87	85,85
1924	7,53	0,25	90,82	8,80	90,56
1925	10,25	0,25	88,70	9,90	98,57
1926	13,10	0,25	86,53	10,20	89,36

Fonte: Balanços de final de ano publicados no Diário Oficial da União – 1909-19126.

O Ativo Circulante da empresa ao longo do período por nós focado, não apresentou grandes modificações. Com relação ao Ativo Permanente (Imobilizado) e o Ativo Realizável a Longo Prazo, também não houve variações significativas. O primeiro variando entre 88 e 97%, enquanto o segundo não alcançou 1%.

Já com relação às contas do Passivo, as alterações foram mais significativas. A observação da evolução do Passivo Circulante nos revelou que as dívidas, a curto prazo,

⁴¹⁰ Segundo José Carlos Marion, atitude típica de empresas industriais. MARION, José Carlos. *op. cit.* p. 480. Essa atitude está relacionada ao esforço que a diretoria da empresa fazia para tentar conquistar os grandes mercados do país. Tinha que fazer investimentos, tais como compra de terrenos para construção de oficinas, instalação de linhas de transmissão, instalações de sub-estações, etc, para prestar os serviços. Como afirmou Lamarão e Alexandre Saes, os preços da energia oferecidos pela CBEE nos mercados da cidade do Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, eram bem mais baixos que aqueles oferecidos pela Light. LAMARÃO, Sérgio T. de Niemeyer (1997). *op.cit.* e SAES, Alexandre M. (2010), *op. cit.*

cresceram significativamente até 1922, e, a partir de 1923, tiveram uma queda enorme, reduzindo-se praticamente ao nível em que se situava no momento em que a empresa iniciou suas operações, onde a conta Diversas Contas apresentou uma queda significativa, melhorando a composição do endividamento da empresa. O Patrimônio Líquido, em contrapartida, teve uma queda gradual, em relação ao total do passivo.

O que significa isso? Significa que até 1922, houve um aumento do capital de terceiros em relação ao capital próprio. Em outras palavras, foi injetado capital na companhia para que ela expandisse sua capacidade operacional, especialmente no período de 1910-1912, e em menor escala de 1912-1913, capital que não era fruto dos lucros da companhia. Corresponhia ao capital da própria diretoria que foi investido na Companhia- capital de terceiros.

Cabe ainda ressaltar que ao fazer a Análise Horizontal, tabela _ 9, em percentuais, das contas Assinantes de Telefones da Bahia e Consumidores de Energia Elétrica, percebemos que a CBEE era, sem dúvida alguma, uma empresa que investia no setor elétrico, apesar de também fazer o serviço de viação, tal como era o caso do serviço que prestava à cidade de Petrópolis, e de telefonia, tal como era o caso do serviço que prestava ao estado da Bahia.

O serviço de viação sequer aparece especificado nos balanços da empresa e, comparando-se o crescimento do serviço de eletricidade com o de telefonia se tem uma idéia de qual era o grande objeto dos investimentos dos administradores da empresa. Enquanto a conta Consumidores de Energia Elétrica significou um aumento de aproximadamente 800% de 1909 a 1926, a conta Assinantes de Telefone da Bahia, não apresentou nenhum crescimento, ao contrário, houve uma redução da arrecadação nessa conta.

Tabela 9: Análise Horizontal dos Balanços da CBEE, 1909-1926: assinantes de telefone da Bahia e consumidores de energia elétrica.

Anos	Assinantes de Telefone da Bahia	Consumidores de Energia Elétrica
1909	100	100
1910	100	325
1911	60	468
1912	80	243
1913	80	150
1914	100	206
1915	100	243
1916	80	212
1917	80	143
1918	80	212
1919	-	200
1920	-	212

1921	20	331
1922	-	606
1923	-	625
1924	-	781
1925	-	737
1926	-	843

Fonte: Idem

2.2.2.3 Os Índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade

Como salientamos, num primeiro momento, objetivamos verificar com estas análises contábeis aspectos financeiros da CBEE, ao longo do período de 1909 a 1927, respectivamente, ano em que foi fundada e ano em que o controle acionário da empresa passou à Amforp.⁴¹¹

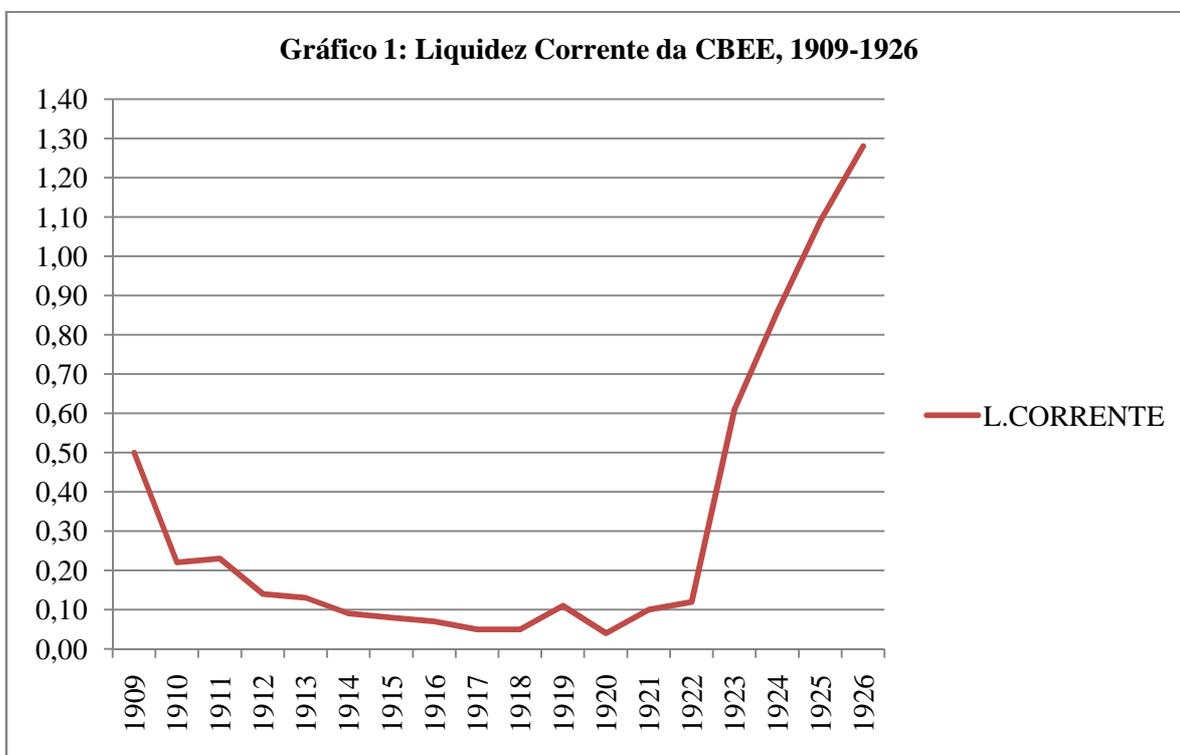
A partir do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ou liquidez comum), gráfico_1, que avalia a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, pudemos perceber que a CBEE, desde sua fundação até 1923, não apresentou capacidade significativa para saldar as suas obrigações.⁴¹²

Em 1909 a sua capacidade de pagamento correspondia a apenas 50% do valor das suas obrigações, situação que foi se agravando gradativamente até o ano de 1918, quando terminou a Primeira Grande Guerra. Neste momento, a empresa só tinha condições de saldar 0,05% das suas obrigações, a curto prazo.⁴¹³ No entanto, no ano de 1923, a tendência declinante da capacidade de pagamento começou a se inverter, ou seja, a capacidade de pagamento da CBEE melhorou significativamente e começou a se elevar, chegando em 1926 a aproximadamente 1,27 de liquidez corrente.

⁴¹¹ Segundo Teresa Cristina de Novaes Marques, os recursos empregados pelos irmãos Guinle na fundação do Banco Boavista, em 1927, originaram-se da venda da CBEE à Amforp. MARQUES, Maria Teresa Novaes. *op. cit.*, p. 164.

⁴¹² A queda do índice de Liquidez Corrente nem sempre significa perda da capacidade de pagamento; pode significar uma Administração Financeira mais rigorosa. Isoladamente, o índice de Liquidez Corrente, superior a 1, 0, de maneira geral, é considerado positivo.

⁴¹³ Realizamos também uma avaliação da capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, índice de Liquidez Geral, que apresentou, praticamente, os mesmos valores encontrados na análise da Liquidez Corrente.



Com relação a esse crescimento da capacidade de pagamento da CBEE, é bom lembramos o que nos revelou a Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cia., datada de 11/08/1923, quando a diretoria da empresa propôs a elevação do capital da mesma de 30.000 para 72.000 contos de réis. Ou seja, houve uma elevação do capital social da Cia. através da transformação da dívida que empresa tinha para com os irmãos Guilherme, Carlos, Arnaldo e Otávio Guinle, além de Linneu de Paula Machado (cunhado deles), em ações, desonerando, assim o Passivo da empresa, e a diretoria afirmava:

(...) Cumprindo saldá-la (dívida), o único meio que se oferece à companhia é o de augmentar para esse fim o seu capital social, meio tanto mais aconselhável quanto é certo que, na realidade, o capital social não corresponde mais ao capital empregado nas suas obras e instalações, que representam valor muito mais avultado (...).⁴¹⁴

⁴¹⁴Arquivo Nacional - Ata da Primeira Reunião da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Anonyma CBEE, para Deliberar Sobre Aumento de Capital. *Diário Oficial*, 28/09/1923. p.26221.

Portanto, podemos afirmar a partir do índice de liquidez corrente, resultante da análise dos balanços da CBEE ao longo do período em tela, que houve uma perda paulatina do poder de pagamento geral da empresa até o ano de 1923 e que, a partir daí, houve uma significativa melhora.

Esse índice de avaliação de análise das demonstrações financeiras, associado ao Índice de Endividamento e ao Índice de Rentabilidade (Taxa de Retorno de Investimento), gráficos _ 2 e _3, permitiu-nos ter uma idéia da situação financeira e econômica da CBEE e também da estratégia da Companhia para o exercício do seu negócio: os serviços públicos e particulares de eletricidade.

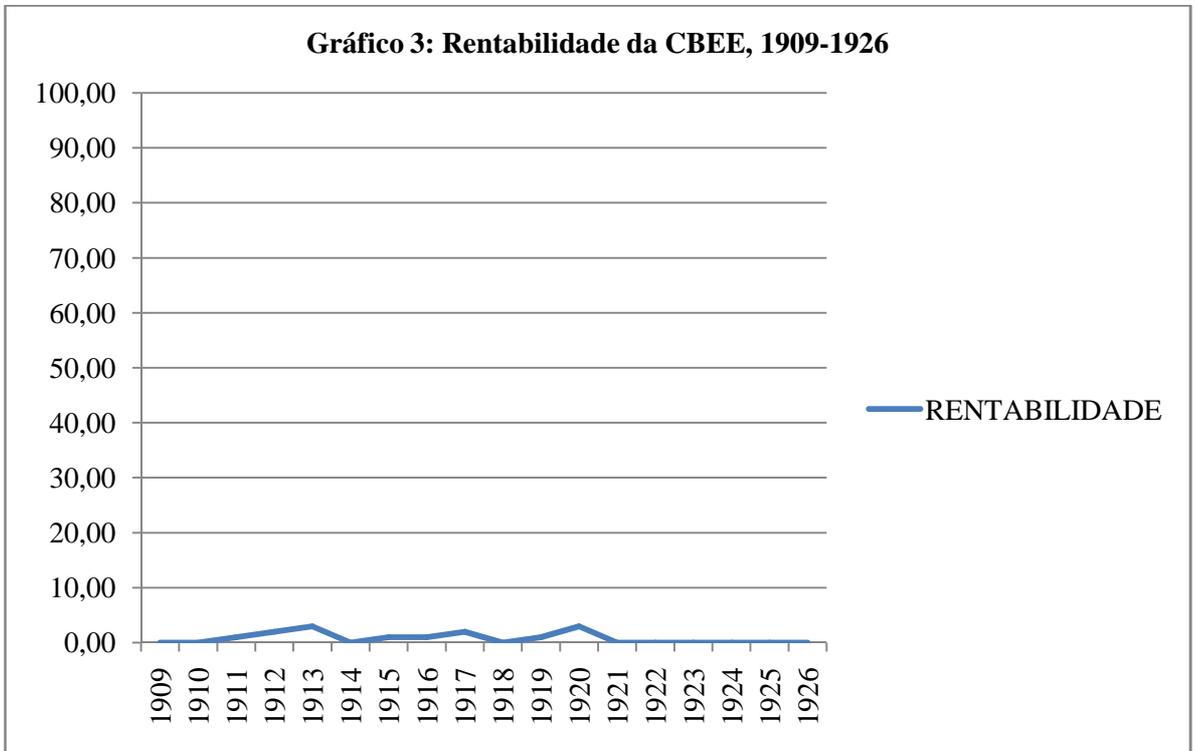
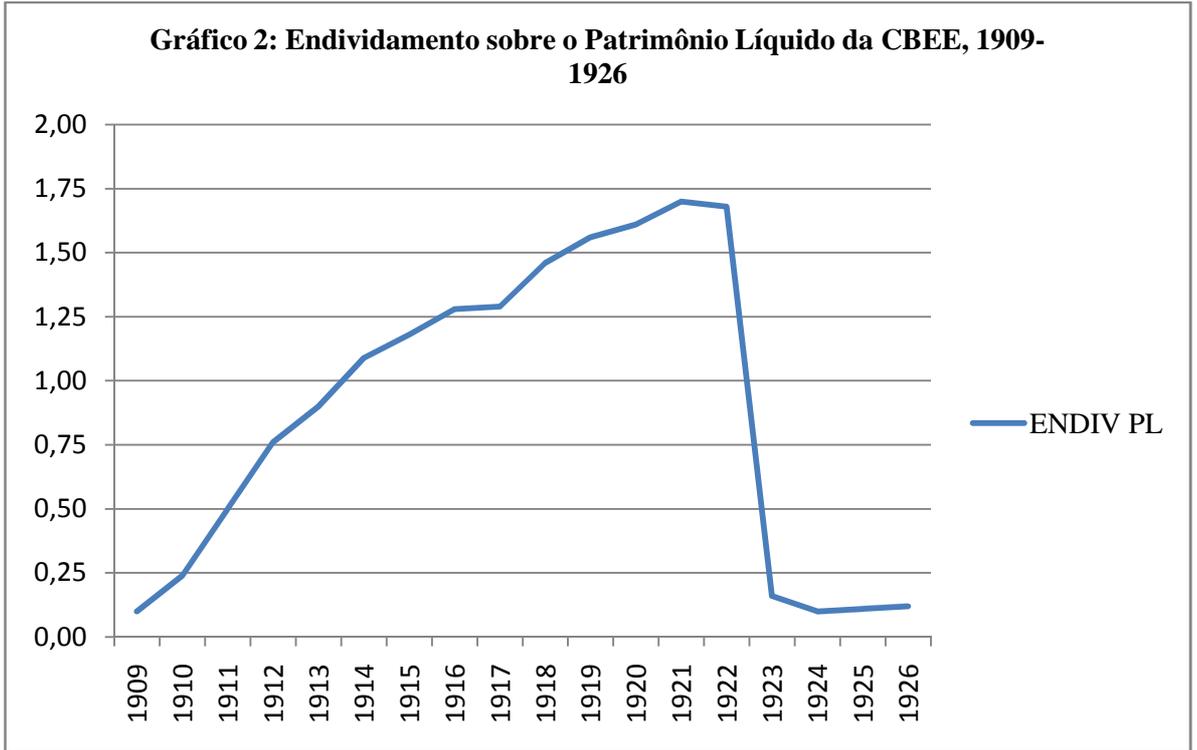
São os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos próprios para financiar suas atividades⁴¹⁵, enquanto o índice de rentabilidade nos permite perceber o tempo que a empresa levará para ter um retorno do seu investimento.

Estes índices nos revelaram primeiro, que a CBEE iniciou suas atividades com pouca participação do Capital de Terceiros em relação ao Capital Próprio. No período de 1909 a 1913 houve uma acentuada diminuição do Capital Próprio em relação ao Capital de Terceiros⁴¹⁶, mas a empresa ainda não apresentava riscos de endividamento sem a possibilidade de saldá-lo. A partir de 1914, quando iniciou a Primeira Grande Guerra, o Capital de Terceiros começou a aumentar de forma significativa e mesmo com o término da Guerra, em 1918, este índice não retrocedeu elevando-se paulatinamente até 1923⁴¹⁷, quando através da elevação do Capital Social da empresa de 30.000 para 72.000 contos de réis, a CBEE, saldou suas dívidas com alguns dos financiadores (terceiros) de suas atividades. Portanto, a elevação do Capital Social da empresa apresentou-se como uma solução para a resolução do alto nível de endividamento em que se encontrava a empresa naquele momento. Segundo, que também no aspecto referente à geração de resultados a empresa não apresentava uma situação muito confortável, pois, desde 1909 que a taxa de retorno de investimento era insignificante, e a partir de 1921 ela foi nula.

⁴¹⁵ Aqui, assim como no Índice de Liquidez Corrente e Geral, se aceita o padrão 1,0 como sendo bom para uma empresa. No entanto, ao se tratar de endividamento, o índice acima de 1,0 significa que o Capital de Terceiros aplicado na empresa não está garantido pelo Capital Próprio.

⁴¹⁶ Tal como ficou claro na Ata da Assembléia Geral Extraordinária, em 1923, os Terceiros correspondiam a alguns dos acionistas da própria CBEE: Guilherme, Carlos Arnaldo e Otávio Guinle, além de Linneu de P. Machado. Arquivo da Ampla - Ata da Primeira Reunião da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Anonyma CBEE, para Deliberar Sobre Aumento de Capital. *Diário Oficial*, 28/09/1923. p.26221.

⁴¹⁷ Acho que as informações contidas na Ata da Assembléia de 1921, já citadaS anteriormente, apontam para as dificuldades porque passava a empresa, já que ressaltam que não deveria haver distribuição de dividendos.



As dificuldades por que passava a empresa a partir de 1914, constatadas na análise dos seus balanços, foram associadas, pelos seus diretores, às dificuldades porque passava o Brasil em função da Primeira Grande Guerra. Nos relatórios apresentados às Assembléias Gerais, nos anos de 1915 a 1918, revelam a associação:

(...) Como era natural, devido às circunstâncias do paíz, na secção Piabanha, o desenvolvimento das indústrias paralyzou-se durante o anno de 1914, o que concorreu para redução dos accrescimos constantes das instalações particulares de força.⁴¹⁸

Continuando durante o anno a má situação geral, não houve em nossos serviços o desenvolvimento que fora de desejar.

Entretanto, a necessidade de attender ao pedido de grupos de consumidores nos fez prolongar as linhas de iluminação de S. Gonçalo a Alcântara e em Petrópolis estamos fazendo a iluminação particular de Itaipava e pública e particular de Pedro do Rio.⁴¹⁹

Os serviços continuaram mais ou menos parados em virtude de persistir a má situação geral. Entretanto, algumas medidas de urgência foram tomadas, tal como a encommenda de um novo grupo de transformadores para a sub-estação de Sete Pontes e outros para uma nova sub-estação installada ao ar livre, próximo ao rio Itamaraty, em Petrópolis.⁴²⁰

Os serviços da secção Piabanha se mantiveram dentro das exigências da manutenção, tendo sido evitadas todas as obras adiáveis, em virtude da alta de todos os preços e da dificuldade de se obter o respectivo material.⁴²¹

A análise dos balanços da CBEE permite-nos concluir que os Guinle, que estiveram à frente da empresa durante todo o período de sua existência (1909-1927), fizeram os investimentos necessários para atender os contratos e concessões que a Companhia possuía.⁴²² E que foram nos primeiros anos da sua existência que os investimentos significativos foram feitos, inclusive já concorrendo para o endividamento da companhia, pois foi de 1909-1913 que houve maior crescimento do endividamento (ver tabela_ 8).

A análise dos investimentos – grandes de 1909-1914; tímidos no período de 1914-1918 somados à análise da rentabilidade da empresa, nula durante todo o período da sua existência sob controle dos Guinle, nos indicam: primeiro, que os mercados fluminense (São Gonçalo, Niterói, Petrópolis, Campos etc.) e baiano (Companhia Linha Circular da Bahia e Companhia Trilhos Centrais), não foram capazes, naquele momento, de proporcionar à empresa retorno do capital investido; segundo: é provável que a diminuição dos

⁴¹⁸Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 28/04/1915. p. 4605.

⁴¹⁹Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*. 27/04/1916. p. 5114.

⁴²⁰Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*. 26/04/1917. p. 4353.

⁴²¹Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*. 26/04/1918. p. 5924.

⁴²² O esforço para resolver as obras de Paraguassu; a construção da subestação de Sete Pontes; a construção de Fagundes

investimentos a partir de 1914 tenha tido uma estreita relação com a descrença, a partir também daqueles anos, na conquista do mercado de eletricidade do Distrito Federal.⁴²³ Concluimos que a capacidade de pagamento da CBEE e a avaliação do seu nível de endividamento revelaram uma situação bastante complexa para a Companhia. Embora a situação tenha melhorado anos antes do controle acionário da empresa ter passado à Amforp, quando houve a elevação do Capital Social da empresa, em 1923, os índices avaliados mostraram que a situação financeira da empresa era bastante delicada. Apesar dessa complicada situação econômica e financeira da empresa, o que nos indicaram as análises dos números e também dos discursos (Relatórios), foi que os Guinle fizeram o esforço possível para ganharem os mercados, e que não fora por falta de investimentos que perderam para os investimentos da “The Rio Light”, pois estes foram feitos⁴²⁴. Portanto, a variável política deve que ser levada em conta, como destacaremos nos capítulos seguintes.

⁴²³ A importância do mercado de eletricidade do Distrito Federal foi mostrada no trabalho de Lamarão. O autor afirmou que de fins do século XIX até a Primeira Guerra Mundial era no Distrito Federal que se utilizava maior percentual de força motriz industrial proveniente da eletricidade, correspondendo a 87,5% de sua força motriz empregada, enquanto a média nacional era de 47,2%. LAMARÃO, Sérgio T. *op.cit.* p.328-330.

⁴²⁴ Salientamos ainda que os Guinle investiram no setor elétrico brasileiro quando o ritmo dos investimentos nesse setor, na América Latina, eram comparativamente muito semelhantes `aqueles feitos nos EUA e Europa, pois segundo Tafunell, a partir dos anos de 1914 os investimentos na América Latina não mantiveram o ritmo dos investimentos feitos nos países desenvolvidos. TAFUNELL, Xavier. *op. cit.* p. 7.

CAPÍTULO 3 – PARA ALÉM DOS MUROS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA

A historiografia sobre a história da eletricidade no Brasil é escassa, ao contrário do que vem acontecendo nos EUA e Europa.⁴²⁵ O aspecto fundamental a ser ressaltado, no nosso caso, é que os trabalhos que tratam do tema, para a primeira metade do século XX, fazem-no mencionando apenas de passagem a existência de empresas de capital nacional, enfatizando os grandes investimentos estrangeiros no setor, especialmente do grande conglomerado Light. E mais, a vertente explicadora para a presença e domínio preponderante do capital estrangeiro no setor relaciona-se com o capital investido como fator determinante.⁴²⁶ Portanto, o domínio do capital estrangeiro neste setor aparece como um vir a ser em função única e exclusivamente da força econômico-financeira do mesmo.

A nosso ver, a ausência de estudos sobre o tema e que considerem os aspectos econômico-financeiros e também político-sociais envolvidos na questão, é que geraram essa visão distorcida acerca do domínio do capital estrangeiro no setor elétrico brasileiro do início do século XX. O capital para o investimento no setor era importante, mas as redes sociais e políticas, a presença e força dos acionistas e diretores das empresas em associações de classe ou junto a órgãos do aparelho do Estado também eram importantes. Em outras palavras, havia uma pluralidade de canais no tecido social que interferiam no ganho das concessões, e, por conseguinte, na possibilidade de ampliação do espaço de atuação das empresas de eletricidade, fossem elas de capital nacional ou estrangeiro.⁴²⁷

⁴²⁵ A título de exemplo verificar os trabalhos de HAUSMAN, William J., HERTNER, Peter and WILKINS, Mira. *Global Electrification. Multinational Enterprise and International Finance in the History of Light and Power. 1878-2007*. Cambridge: New York: Cambridge University press, 2008; MILLWARD, Robert. *Private and Public Enterprise in Europe: Energy, Telecommunication and Transport, 1830-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

⁴²⁶ ARMSTRONG, Christopher and NELLES, Henry Vivian. *op. cit*; GAULD, Charles A. *op. cit*; MACDOWALL, Duncan. *op. cit*; WEID, Elisabeth von der. *op. cit*. (Cap. 2)

⁴²⁷ Essa perspectiva de análise está diretamente relacionada com as formulações do pensador Antonio Gramsci acerca do Estado. As reflexões e formulações do autor, que aprofundaram sensivelmente as formulações leninistas, abriram a possibilidade de pensarmos o conflito em torno do setor elétrico brasileiro de forma mais ampla. Ao afirmar que o Estado corresponde a uma integração permanente entre a sociedade civil – conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia (organizações privadas como Igreja, sindicatos, escolas, etc.) – e sociedade política - Estado em sentido estrito, correspondendo ao conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito-, permitiu que pensássemos na presença e participação dos Guinle em alguns aparelhos privados de hegemonia para a defesa dos seus interesses no setor elétrico. Portanto, abriu a possibilidade de analisarmos um canal do tecido social que não o da força do capital econômico ou financeiro. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

A Guinle&Cia e a CBEE representaram investimentos significativos de negociantes brasileiros no setor elétrico, na década de 1910⁴²⁸. A usina de Piabanha, construída pela Guinle&Cia no período de 1906-1908, constituiu-se num exemplo da dimensão desses investimentos, pois, tal como já salientamos algumas vezes, era a segunda maior hidrelétrica do país, perdendo apenas para a usina de Fontes, da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, Limited. Inclusive, ainda na década de 1910, os diretores da CBEE, apostando na possibilidade de ganharem parte do mercado carioca, compraram novas quedas d'água – as quedas da Julioca-, pertencentes ao Banco Constructor do Brasil, no município de Paraíba do Sul.⁴²⁹

Os investimentos no setor, que não se reduziram à construção da Usina, mas a um conjunto de investimentos que incluíam produção, transmissão, distribuição de energia elétrica, e também a luta por concessões dos serviços públicos e particulares de eletricidade, não era tarefa fácil. O grupo de brasileiros que se uniu para investir no setor elétrico, e que disputou por alguns anos com a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, Limited o mercado do Distrito Federal, não apresentou, pelo menos, no período de 1904-1913 (momento em que a disputa fora mais acirrada)⁴³⁰, fragilidade econômico-financeira frente ao capital estrangeiro. Portanto, a nosso ver, não é possível creditar a falta de capital para investimento por parte dos brasileiros como fator determinante para a vitória da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, Limited. A disputa deu-se também em outros espaços, como o político.

Dáí entendermos ser necessário analisar a atuação dos investidores brasileiros na luta pela conquista do mercado de eletricidade do Distrito Federal para além da questão econômico-financeira, correspondendo assim, a uma análise da presença e participação desses brasileiros em entidades de classe, consideradas por nós *aparelhos privados de hegemonia* tais como: a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia e o Centro Industrial do Brasil. Entidades de classe importantíssimas no período em tela. Além disso, faremos uma análise da relação entre a presença e participação deles nessas entidades de classe e a defesa de seus interesses no setor elétrico, que são os objetivos centrais deste capítulo.

⁴²⁸ Tal como ressaltamos no Capítulo anterior, não utilizamos o conceito de empresário, pois, Candido Graffre e Eduardo Guinle, os maiores acionistas das duas empresas, se autoafirmavam como negociantes. Cf. HANSEN, Cláudia Regina S.O (2006- Diss.) ,*op. cit.*

⁴²⁹ Sociedade Anônima que assumiu o serviço de iluminação pública e particular de Petrópolis (RJ). Sobre a atuação do Banco Constructor do Brasil em Petrópolis cf. HANSEN (Diss. de Mestrado), *op.cit.*

⁴³⁰ O registro do capital com que entrou a Guinle&Cia para a constituição da CBEE, em 1909, e a análise dos balanços da CBEE, no período de 1909-1913, mostra ampliação dos investimentos. Cf. Capítulo 2 da Tese.

3.1 O “Grupo Guinle”

A Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) – uma empresa organizada sob a forma de sociedade anônima - foi fundada com os capitais da Guinle&Cia e de vários outros acionistas brasileiros. Dentre esses últimos estavam grandes negociantes como Cândido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle e Eugênio José de Almeida e Silva, industriais como João Evangelista Vianna e Jorge Street, corretores de fundos como Saturnino Cândido Gomes e Eugênio Vaz de Carvalho, advogados como Raul Fernandes e Américo Firmiano de Moraes, entre outros. Todos eles eram brasileiros, naturais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul⁴³¹, e os engenheiros eram, em sua maioria, tal como já afirmamos no Capítulo 2, formados pela Politécnica do Rio de Janeiro.

Consoante o quadro_IV, constatamos que alguns desses acionistas da CBEE como João Evangelista Vianna, Jorge Street, Saturnino Cândido Gomes, Antônio Vaz de Carvalho Júnior, Eugênio Vaz de Carvalho Júnior, Eugênio José de Almeida e Silva, Ildefonso Dutra e Américo Firmiano de Moraes, além, é claro, dos filhos de Eduardo P. Guinle, eram acionistas em outras empresas de Eduardo P. Guinle e Cândido Gaffrée ou mesmo junto com eles. Ou seja, alguns dos acionistas da CBEE, eram mais do que apenas acionistas da empresa, eram sócios dos Guinle em, pelo menos, mais de um negócio mantendo com eles relações estreitas. E ainda, alguns dos sócios da CBEE, que não eram sócios deles em outros empreendimentos, estavam na direção de alguns dos seus negócios, como era o caso de Gabriel Osório de Almeida, ou tinham uma participação bastante significativa na própria CBEE, como era o caso de César Rabelo e Raul Fernandes. Tal constatação permitiu que trabalhássemos com a idéia de que os Guinle, e incluímos também Gaffrée, formavam um grupo, que chamamos aqui de “Grupo Guinle”, formado por homens que tinham negócios em comum, que dividiam a direção dos principais negócios de Gaffrée e Palassin Guinle, ou mesmo que tinham um número de ações significativas na CBEE. E ainda, que alguns dos membros desse Grupo, presentes em algumas associações de classe que detinham papel fundamental no processo de expansão de determinadas atividades econômicas nas quais o Grupo estava envolvido, defendiam os interesses de Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, tal como demonstraremos mais adiante.

⁴³¹ Nenhum dos grandes acionistas era de São Paulo. Cf. a ocupação e origem dos acionistas da CBEE no quadro_I, Capítulo 2.

Quadro IV: Relação dos acionistas da CBEE que eram também acionistas de outras empresas junto com Gaffrée e Palassin Guinle.

Acionistas da CBEE	Gaffrée/Guinle&cia (1888)	Cia. Docas de Santos (1892)	CBEE (1909)	Fábrica Santa Helena (1909)	Cia. Nacional de Tecidos de Juta (1914)
Cândido Gaffrée	x	x	x	x	x
Eduardo P. Guinle	x	x	x	x	x
João Evangelista Vianna		x	x		
Saturnino Cândido Gomes		x	x		
Eugênio Vaz de Carvalho		x	x		
Eugênio J. de Almeida e Silva		x	x	x	x
Jorge Street			x	x	x
Ildefonso Dutra			x	x	x
Américo Firmiano de Moraes			x	x	

Fonte: HANSEN, Cláudia Regina S.de (2006). *op. cit.*, p. 248.

Três acionistas da CBEE, Raul Fernandes, Jorge Street e Gabriel Osório de Almeida, mereceram, de nossa parte, uma investigação mais minuciosa acerca de suas trajetórias e suas ligações com a família Guinle⁴³², em função do papel que exerceram junto a Eduardo Palassin Guinle e Candido Gaffrée, e aos filhos de Eduardo Palassin Guinle nos investimentos que estes fizeram no setor elétrico brasileiro.⁴³³

Raul Fernandes, tal como veremos no capítulo seguinte, além de ter estreita relação com a família, pois era o advogado dos Guinle⁴³⁴, foi o principal advogado do Grupo Guinle nos processos movidos pela Guinle&Cia/CBEE contra a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Ltd., e também nos processos movidos pela última contra a Guinle&Cia/CBEE, quando da disputa pelo mercado carioca de eletricidade. O engenheiro Gabriel Osório de Almeida, que além acionista e membro do Conselho Fiscal da CBEE, foi

⁴³² Consideramos Candido Gaffrée um dos membros da família não só pela estreita ligação que tinha com Eduardo Palassin Guinle, mas também por ser seu parceiro em praticamente todos os negócios. Além disso, lembramos que quando faleceu, em 1919, deixou todos os seus bens para Guilherme Guinle, um dos filhos de Eduardo Palassin Guinle.

⁴³³ Cf. trajetória de alguns dos acionistas da CBEE nos Anexos (Anexo3).

⁴³⁴ Foi advogado das empresas da família Guinle por 50 anos. Segundo D. Maria Isabel, funcionária da Docas de Santos e também do ramo familiar Lineu de Paula Machado, da década de 1940 até os dias atuais, Raul Fernandes trabalhava em seu escritório com seu irmão Antônio José Fernandes Júnior no Ed. Guinle, à Av. Rio Branco, n.135. Era ele, segundo Antônio Gontijo de Carvalho, amigo de Guilherme Guinle. CARVALHO, A. G. *Raul Fernandes: um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1956. p.59-62. A importância que Raul Fernandes tinha para o Grupo, nos seus negócios de eletricidade, pode ser atestada também pelo número de ações com que entrou para a fundação da CBEE, em 1909. Ela era idêntica ao número de ações com que entraram os filhos de Palassin Guinle. Cf. Capítulo 2.

diretor da Docas de Santos (1906), teve participação efetiva no Clube de Engenharia⁴³⁵, onde defendeu os interesses do Grupo Guinle; e Jorge Street, industrial, também acionista da CBEE, membro do Conselho Fiscal da empresa, um dos articuladores das estratégias adotadas pelos diretores da CBEE na disputa com “as Lights” pelos mercados de eletricidade brasileiros, e membro do Centro Industrial do Brasil, onde defendeu os interesses do Grupo Guinle no setor.

O advogado Raul Fernandes, nascido em 1877, na fazenda São João, em Valença, estado do Rio de Janeiro⁴³⁶, matriculou-se em abril de 1895 na primeira série da Faculdade de Direito de São Paulo, lá se destacando como um dos melhores alunos da sua turma, e formou-se em 1898. Neste ano começou a advogar com seu irmão, José de Avellar Fernandes⁴³⁷, em Vassouras e Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro. Em 1900, foi eleito vereador em Vassouras, aliado ao Dr. Antônio Ribeiro de Velho Avellar, antigo deputado à Constituinte⁴³⁸. Exerceu o cargo de vereador por duas legislaturas consecutivas, 1900-1903 e 1903-1906, sendo que no último mandato também já representava Vassouras na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.⁴³⁹ Em 1906, transferiu seu escritório para o Distrito Federal como advogado da Guinle&Cia, e no mesmo ano redigiu uma série de folhetins em “A Tribuna”, periódico carioca, que provocavam constantes réplicas de outros deputados.

⁴³⁵ Trataremos desta associação de classe mais adiante e também do Centro Industrial do Brasil.

⁴³⁶ Era filho de Antônio José Fernandes e de Isabel Peregrina Pinheiro de Souza Werneck. Pelo lado paterno era neto de José Antônio Fernandes, tenente-coronel da guarda nacional, que lutou na Guerra da Cisplatina. Sua mãe pertencia à família Souza Werneck, família abastada e de grande poder político de proprietários de fazendas de café no Vale do Paraíba Fluminense, da região de Paty do Alferes, e da qual também fazia parte o Barão e Visconde de Ipiabas, Peregrino José de Américo Pinheiro. CARVALHO, Antônio Gontijo de. *op.cit.* .p. 21-24. A respeito do Visconde de Ipiabas e da família Werneck, lideranças do Partido Conservador da Província do RJ, cf. MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

⁴³⁷ Esse era filho do segundo casamento do pai de Raul Fernandes com Carolina de Avellar. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1882, foi promotor público, juiz e advogado. CARVALHO, Antonio G. *op. cit.*, p. 23

⁴³⁸ Antônio Ribeiro Velho de Avellar era filho de Joaquim Ribeiro de Avellar, o Visconde de Ubá, proprietário da fazenda de café (ex-engenho de açúcar) Pau Grande, localizada na região de Paty de Alferes. Sobre a família Ribeiro de Avelar cf. MORAIS, Roberto Meneses de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande (Paty do Alferes)*. Rio de Janeiro, 1994; MUASE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de Doutorado em História pelo PPGH. Niterói: UFF, 2006.

⁴³⁹ Em 1903 Quintino Bocaiúva, presidente do Estado do Rio de Janeiro, visitou Vassouras e foi recebido por Raul Fernandes que era, naquele momento, presidente da Câmara Municipal da cidade. Quintino era muito ligado à família Calvet e amigo particular do sogro de Raul Fernandes, o Dr. José Paiva de Magalhães Calvet, diretor do Banco do Brasil e advogado de renome. Segundo A. G. de Carvalho, foi Quintino quem convidou Raul Fernandes para ocupar uma das vagas do distrito de Vassouras na Assembléia Legislativa do Estado fluminense. Então, Raul Fernandes continuou, até 1906, como vereador municipal, mas em 1903, já representava Vassouras na Assembléia do Estado do Rio de Janeiro. CARVALHO, A.G. de. *op. cit.* p.66-67.

No período de 1909-1911 Raul Fernandes foi eleito Deputado Federal por Vassouras⁴⁴⁰ e apoiou Nilo Peçanha, que assumiu o cargo de Presidente da República quando do falecimento de Afonso Pena, em 1910⁴⁴¹. O deputado fluminense Barbosa Lima⁴⁴² chegou a afirmar que Raul Fernandes era “líder na nova situação” que havia sido inaugurada⁴⁴³. Segundo Marieta de Moraes, Raul Fernandes estava alinhado com o esforço de Nilo Peçanha em se colocar contra a política dominadora de São Paulo e Minas Gerais, fazendo parte de um grupo de políticos que lutavam pela implementação de reformas na agricultura fluminense e pelo saneamento da crise financeira do estado⁴⁴⁴. Ainda nessa mesma legislatura, foi designado relator do orçamento da agricultura, onde associou a prosperidade do país à prosperidade da agricultura⁴⁴⁵. Portanto, Raul Fernandes era um político e advogado cujas raízes estavam em Vassouras e, ao mesmo tempo, tornou-se advogado dos Guinle com escritório no prédio da família, no Distrito Federal.

⁴⁴⁰ E nesse mandato, como integrante da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, requereu, por intermédio da Mesa, cópia integral do acordo celebrado entre o governo e a Docas de Santos, para cobrança das taxas portuárias. Raul foi acusado por Palmeira Ripper, genro do deputado Alfredo Ellis, esse último, ligado aos interesses da cafeicultura de São Paulo, de tentar beneficiar a Docas de Santos. A respeito de Alfredo Ellis e de sua atuação a favor da Light em São Paulo contra as Docas de Santos e a Cia de Juta de Jorge Street cf. SAES, Alexandre M. (2010), *op. cit.*

⁴⁴¹ Marieta de Moraes Ferreira também apontou para a estreiteza das relações entre Raul Fernandes e Nilo Peçanha já nos anos de 1907-1908, quando o primeiro teria assumido, com aprovação do segundo, posição de mediador dos conflitos entre nilistas e backeristas na Assembléia fluminense. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo. Ed., 1989, p. 164.

⁴⁴² A respeito do deputado Barbosa Lima cf. FREIRE, Américo. *Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado*. *Tempo*. [online]. 2009, vol.13, n.26, pp. 118-132. ISSN 1413-7704. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a07v1326.pdf>. Acesso em dezembro de 2011 ; RICCI, Paolo e ZULINI, Jacqueline. Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes. Disponível em: http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/24_6_2010_11_6_36.pdf. Acesso em novembro de 2011.

⁴⁴³ Antônio Gontijo de Carvalho também destacou as relações estabelecidas entre Nilo Peçanha, Raul Fernandes e Paulo de Frontin. Nilo Peçanha, Presidente do país, em 1910, teria feito uma promessa a Raul Fernandes de passar uma via férrea por Vassouras, e Paulo de Frontin, segundo Raul Fernandes, teria tido um papel importante na concretização da promessa. CARVALHO, A.G. *op.cit.* p. 84-86. Nilo, à frente do executivo federal, permitiu a concessão de benefícios ao Estado do Rio, especialmente para o desenvolvimento e aumento do número de vias férreas. Ver carta de Dantas Barreto a Nilo, 24/05/1913. Arquivo Nilo Peçanha. In: CORRÊA, Maria Lúcia (1996). *op. cit.* Acharnos importante também ressaltar que entre Nilo Peçanha e Quintino Bocaiúva, que indicara Raul Fernandes para a Assembléia Legislativa, havia relações estreitas, pois Quintino fora padrinho do casamento de Nilo. TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 116-117.

⁴⁴⁴ Marieta de Moraes destacou que, ao lado de Raul Fernandes se encontravam Alberto Torres, Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, Américo Werneck, Antônio Fialho, Hermogênio Silva. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade do ouro*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994. p.57-59.

⁴⁴⁵ CARVALHO, P. G. *op. cit.* pp. 86-91. Raul Fernandes foi Deputado Federal no período de 1909-1922, Delegado Plenipotenciário à Conferência de Paz de Paris (1919), Delegado do Brasil às Assembléias da Sociedade das Nações em 1921, 1924 e 1925, membro do Comitê dos juristas para organizar o projeto de Estatutos da Corte Permanente da Justiça Internacional, em Haia (1920), Embaixador do Brasil na Bélgica (1926), Ministro das Relações Exteriores nos governos Dutra e Café Filho, etc. ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitário, FGV/CPDOC/FINEP, 1984. v. 2; LACOMBE, Lourenço Luiz. *Os chefes do executivo fluminense*. Petrópolis: Vozes, 1973.

As relações entre Raul Fernandes, os Ribeiro de Avellar e Calvet, os Ribeiro de Avellar, grandes proprietários de terras fluminenses, e os Guinle, eram bastante estreitas. A primeira esposa de Raul Fernandes fora Maria Josefina de Avellar Calvet⁴⁴⁶, parente de Emerenciana Calvet Ribeiro de Avellar e João Gomes Ribeiro de Avellar, filho de João Gomes Ribeiro de Avellar, o Visconde da Paraíba, grande produtor de café do Vale do Paraíba fluminense. João Gomes Ribeiro de Avellar, o filho, foi sócio de Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle na Gaffrée, Guinle&Cia⁴⁴⁷, sociedade fundada para realizar as obras e melhoramentos do Porto de Santos.⁴⁴⁸

Portanto, através das relações de parentesco, Raul Fernandes era próximo da família Ribeiro de Avellar e Ribeiro de Avellar e Calvet, e os Guinle estavam próximos dos Ribeiro de Avellar por relações de negócios. Inclusive, gozavam de grande prestígio junto à família de João Gomes de Avellar, pois quando do seu falecimento, em 1890, sua esposa Emerenciana Calvet Ribeiro de Avellar, viúva do referido negociante, deu uma procuração para Gaffrée&Guinle “para fim especial de liquidarem todos os negócios da casa comercial de comissões de café e outros gêneros” do seu finado marido.⁴⁴⁹

Logo, ao que tudo indica, é provável que a estreita relação construída entre Raul Fernandes, advogado ligado às famílias proprietárias de terras em Vassouras e Paty do Alferes, e os Guinle, tenha sido estabelecida a partir das estreitas ligações de negócios existentes entre os Guinle e os Ribeiro de Avellar desde o Império.

O industrial Jorge Street nasceu em 1863, no Rio de Janeiro, e era filho de Ernesto Diniz Street, engenheiro austríaco, de origem inglesa e francesa, e da Senhora Heloísa Leopoldina Simonsem Street, brasileira.⁴⁵⁰ Street formou-se em 1886 pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro e fez cursos de aperfeiçoamento em Paris, Berlim e Viena. Regressando ao Brasil exerceu medicina no Rio de Janeiro e em Petrópolis, mas em 1894 ingressou na atividade industrial como acionista da Cia. Fábrica São João, no Rio de Janeiro, possivelmente recebendo as ações desta Cia. por herança de seu pai⁴⁵¹. No entendimento de

⁴⁴⁶ É importante lembrar que o irmão mais velho de Raul Fernandes, era um Avellar e, mais tarde, ele entrou também para a família, pois casou-se com uma Avellar.

⁴⁴⁷ Segundo consta do documento João Gomes Ribeiro de Avellar era comerciante matriculado.

⁴⁴⁸ HONORATO, Cezar. T.(1996), *op. cit.* p.111.

⁴⁴⁹ A procuração dava poderes amplos e ilimitados aos procuradores podendo eles: dar quitação, pagar, transigir, vender gêneros porventura consignados, exercer quaisquer direitos que o finado tivesse como acionista de quaisquer Cias. ou empresas, vender ações, etc. Arquivo da família Guinle-Paula Machado. Procuração datada de 16/11/1890. 1º traslado -2º livro, folhas 289.

⁴⁵⁰ TEIXEIRA, Palmira Petrati. “A fábrica do sonho – trajetória industrial de Jorge Street” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. In: MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de juta*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.p.32

⁴⁵¹ Essa fábrica foi inaugurada em 1887 com um capital de 1.200:000\$000. *Idem. Ibidem.*

Edgar Carone, e de outros historiadores já citados, Jorge Street destacou-se como um dos homens que mais lutaram pelo desenvolvimento industrial do país, sendo partidário de uma política industrialista.⁴⁵²

A partir da aquisição da Cia. Fábrica São João Street passou a dedicar-se à atividade industrial. Em 1907, começou a negociar com o Conde Antonio Alvares Penteados⁴⁵³ a compra da Fábrica de Juta Santana que, nesse momento, já era a terceira maior indústria do país quanto ao valor de produção, sétimo lugar quanto ao capital e sexto quanto ao número de operários. No entanto, somente em fins de 1908, depois que a Fábrica Santana já tinha sido transformada em uma sociedade anônima – Companhia Nacional de Tecidos de Juta – é que Jorge Street conseguiu adquiri-la pelo valor de 13.000:000\$000⁴⁵⁴. Nesse mesmo ano Street, então presidente da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), mudou os escritórios da firma para o Rio de Janeiro e, simultaneamente, transferiu para São Paulo o maquinário da Fábrica São João, incorporando-o ao de Santana. Adquiriu e dirigiu também as fábricas “Rnak”, no Rio de Janeiro, e “Santa Celina”, em São Paulo.⁴⁵⁵

Além da sua atividade como industrial, ocupou cargos importantes em entidades de classe do país: em 1900 foi eleito para a Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1904, tornou-se Secretário Geral do Centro Industrial do Brasil (CIB), de 1905/1907 foi o 1º secretário do CIB, em 1912 foi eleito presidente do CIB, em 1926 foi eleito presidente do Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo, em 1928 assumiu a direção da Associação Comercial de São Paulo, em 1931 foi nomeado Diretor Geral do Departamento Estadual do Trabalho e consultor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da qual foi fundador e fez parte da sua primeira diretoria.⁴⁵⁶

⁴⁵² CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p. 172.

⁴⁵³ Conde por outorga Papal, Antonio Alvares Penteados foi um grande cafeicultor e industrial de São Paulo. Após a sua morte em 1912, seu filho, Armando Alvares Penteados deu continuidade dos negócios do pai e, sem herdeiros, canalizou parte da sua fortuna para a criação da Fundação Armando Alvares Penteados, a FAAP. Disponível em www.usp.br/cpc/v1/php/wf03_conservação.php?apres=nao&id. Acesso em janeiro de 2012.

⁴⁵⁴ A Fábrica Santana, fundada por Antônio A. Penteados, em 1899, com um capital de 8.000:000\$000 produzia tecido suficiente para cobrir 90% das necessidades de sacaria para o café no Estado de São Paulo. A CNTJ foi a maior empresa do ramo no Brasil, nos primeiros trinta anos do século XX. Cf. MATOS, Maria Izilda. *op. cit.* p. 32-34; MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *As idéias sociais de Jorge Street*. Brasília/Rio de Janeiro. Senado Federal/F. Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980. p. 122.

⁴⁵⁵ CARONE, Edgar. *op. cit.* p. 172. A respeito das Fábricas de Juta cf. MATOS, Maria Izilda Santos. *op. cit.* A respeito da Vila Operária Maria Zélia, nome da filha de Jorge Street, e construída por Street para abrigar os trabalhadores da CNTJ. Cf. MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: USP/FFCHL, 2006. Disponível em : <http://www.vilamariazelia.com.br/index.htm> Acesso em outubro de 2009.

⁴⁵⁶ CARONE, Edgar. *op. cit.* p. 172 e MORAES FILHO, E. de. *op. cit.* p. 121-123. Cabe ainda salientar que Jorge Street tinha ligações estreitas com Serzedelo Corrêa, um dos grandes nomes do pensamento econômico da

A ligação de Jorge Street com os Guinle era muito estreita, pois eram sócios em vários negócios, como veremos mais adiante. E é provável que essa relação tenha raízes em fins do século XIX, já que seu pai fora contratado como engenheiro pela firma Gaffrée-Guinle para trabalhar, no Brasil, em construções de estradas de ferro.⁴⁵⁷ Para termos uma idéia dessa ligação, citamos o caso da compra da Companhia Nacional dos Tecidos de Juta (CNTJ), por Jorge Street, pois foi feita mediante debêntures subscritas por Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle, que eram sócios da empresa. Podemos citar também o fato de Jorge Street ter deixado a presidência da CNTJ, em 1923⁴⁵⁸, sendo substituído por Arnaldo Guinle, ou então o fato de Jorge Street, neste mesmo ano, ter assumido a direção da Cia. Docas de Santos, majoritariamente da família Gaffrée e Palassin Guinle. Poderíamos ainda citar a forma como Gaffrée, em carta endereçada a Linneo de Paula Machado (genro de E.Palassin Guinle), onde fala sobre as disputas travadas entre a São Paulo Tramway Light and Power e a CBEE, cita Jorge Street: “(...) pedimos ao Jorge que é de muito bom conselho e bastante energia e atividade para ir acompanhá-los com seu trabalho e conselho, esperando que ele aí tenha chegado a hora de modo a poder agir logo, se assim tiver sido conveniente (...)”⁴⁵⁹. Neste documento, Gaffrée fala de Jorge Street como alguém de extrema experiência e confiança, com quem Guilherme Guinle e Linneu de P. Machado poderiam contar.

Alexandre Macchione Saes, ao tratar dos conflitos em torno da sacaria de juta e também dos conflitos entre a São Paulo Light e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, em São Paulo, por volta de 1909, apontou também para essa estreiteza das relações entre os Guinle e Jorge Street. Destacou, em seu trabalho, a forte campanha desempenhada por Alfredo Ellis, “fazendeiro” e senador por São Paulo, na Câmara Nacional e nos jornais, contra Street, Gaffrée e Guinle (Eduardo Palassin), considerados pelo senador um único grupo - monopolizador da produção de sacos de juta e controlador do porto, através da Docas de Santos. O autor mostra ainda, de forma detalhada, que Os Guinle e Street, usaram a CNTJ, a Docas de Santos e a CBEE para lutar contra a São Paulo Light pelo mercado de eletricidade da cidade de São Paulo. E essa disputa, entre outros canais, permeou os jornais paulistas, e os grandes debatedores eram Alfredo Ellis, criticando os Guinle, e Jorge Street.⁴⁶⁰ Portanto, é muito evidente a ligação entre Street e os Guinle.

Primeira República. Sobre o pensamento de Serzedelo Corrêa e também das ligações entre ele e Jorge Street, e que serão ressaltada adiante. cf. CORRÊA, Maria Letícia.(1996), *op.cit.*

⁴⁵⁷ TEIXEIRA, Palmira.Petrati. *op. cit.* p. 32.

⁴⁵⁸ Guilherme Guinle também foi membro da diretoria da CNTJ até 1923. MATOS, M. I. *op. cit.* p. 35.

⁴⁵⁹ Arquivo Guinle-Paula/Machado. Carta de Cândido Gaffrée para Linneo de Paula Machado em 07/06/1912.

⁴⁶⁰ SAES, Alexandre M. (2010).*op. cit.* 269-278.Chamamos atenção para o fato de que Alfredo Ellis, na Câmara Federal, assim como seu genro, Palmeira Ripper, se opuseram aos interesses dos Guinle, e apoiaram os

O engenheiro civil Gabriel Osório de Almeida nasceu na cidade de Pouso Alegre (MG), em 1854, e matriculou-se em 1874 na Escola Central, formando-se em engenharia em 1880⁴⁶¹. Considerando suas atividades na engenharia profissional desenvolveu longa experiência: trabalhou como engenheiro civil até 1888 no prolongamento da Estrada de Ferro Pernambuco, no prolongamento da Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana e no prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II; em 1890, trabalhou como chefe de seção na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo; foi diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1896; professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro no período de 1903-1906, substituindo Paulo de Frontin. Também teve participação significativa em agências da Sociedade Política: participou da Comissão para elaboração do Plano de Viação, em 1890; fez parte da Comissão Técnica do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas, em 1891; diretor geral dos Telégrafos, 1903; diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, 1903-1906; árbitro do governos nas questões que envolviam a companhia do Porto do Rio de Janeiro, 1913. Além disso, ocupou também cargos no legislativo e no executivo: foi Presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, 1911-1913 e membro do Conselho Municipal do Distrito Federal de 1913-1916.⁴⁶²

Quanto à aproximação entre Gabriel Osório de Almeida e os Guinle não conseguimos precisar bem. É provável que a aproximação tenha se dado através da Politécnica do Rio de Janeiro, pois Gabriel Osório se formou nesta Escola, dirigiu-a de 1896-1897, e fora professor de 1903-1906. Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, sócios e diretores da Guinle&Cia e da CBEE, formaram-se em engenharia na mesma Escola. O primeiro em 1899 e o segundo em 1905, exatamente quando Gabriel Osório de Almeida era um dos professores da Politécnica, e “os professores exerciam forte influência sobre os alunos”.⁴⁶³

É importante ressaltar que Gabriel Osório exerceu um papel importante para os Guinle, pois, além de acionista da CBEE, fez parte do Conselho Fiscal da Companhia de 1909-1912 e foi ele quem substituiu Candido Gaffrée, a partir de 1919 (ano do seu falecimento), na função de presidente das Assembléias da Companhia. Desenvolvera essa

interesses dos investidores das Lights, enquanto Raul Fernandes defendia os interesses dos Guinle e da CBEE. O primeiro estava ligado aos grandes cafeicultores paulistas, o segundo aos grandes cafeicultores fluminenses.

⁴⁶¹ Ficha de associado do Clube de Engenharia e SCHOPPA, René. *op. cit.*, p.48.

⁴⁶² As informações sobre a trajetória de Gabriel Osório de Almeida foram tiradas de TURAZZI, Maria Inês. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. Rio de Janeiro/São Paulo: COPPE, Marco Zero, 1989. p.44 e MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2008. p. 187-196. (Tese de Doutorado)

⁴⁶³ *Idem. Ibidem.* p. 115.

função de 1919-1925. Fora também diretor do principal negócio de Gaffrée e Palassin Guinle, em 1907: a Docas de Santos.⁴⁶⁴

3.2 A presença e participação do Grupo Guinle em três importantes associações de classe brasileiras no início do século XX

3.2.1 Os Guinle na Associação Comercial do Rio de Janeiro

Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) foi fundada em 1867, sob a presidência do negociante José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde com Grandeza de Tocantins, depois Conde de Tocantins, e irmão do Duque de Caxias⁴⁶⁵. Tal instituição teve a sua gênese no Corpo do Comércio, uma Corporação Mercantil que existiu na cidade do Rio de Janeiro com a chegada da Corte em 1808.⁴⁶⁶

Segundo Herculano Gomes Mathias, a ACRJ era a mais importante entidade não-estatal⁴⁶⁷ do Brasil daquele período, e era defensora, assim como a “sua antecessora”⁴⁶⁸, a Sociedade dos Assinantes da Praça, dos interesses do comércio e da indústria nacional. Salienta, entretanto, que era difícil harmonizar os interesses desses grupos sociais.⁴⁶⁹

Théo Lobarinhas Piñeiro ressaltou que a ACRJ era uma entidade dos homens de negócios da capital do Império brasileiro, e que esses negociantes eram “homens que ficavam

⁴⁶⁴ HONORATO, Cezar. (1996). *op.cit.* p.148.

⁴⁶⁵ Capitão do exército reformado, participou da Revolução de 1842 (Minas Gerais). Casado com a filha do Barão de Piraiá, tornou-se negociante com participação em várias empresas, tais como: Caixa Econômica e Monte Socorro e a Imperial Companhia de Seguros Mútuos Contra Fogo. Disponível em: www.sohistoria.com.br/biografia/Caxias. Acesso em dezembro de 2010.

⁴⁶⁶ É importante destacar que, na cidade do Rio de Janeiro surgiu, em 1753, a Mesa do Bem Comum do Comércio. Tal Sociedade Corporativa dos homens de negócio (ou negociantes de grosso trato) foi extinta pelo Marquês de Pombal, quando esse criou a Junta do Comércio em 1755. Com a chegada da Corte no Rio de Janeiro em 1808, os negociantes organizaram o Corpo do Comércio. Depois, em 1834, surgiu a Sociedade de Assinantes da Praça e essa instituição, em 1867, passou a ser chamada de Associação Comercial do Rio de Janeiro. Cf. CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão dos franceses até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 202-206; MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio – 173 anos de desenvolvimento: a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993; ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o elemento servil*. Rio de Janeiro. Typografia Imperial e Constitucional, 1884; ACRJ. *A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FGV/ACRJ, 2009; RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century. Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

⁴⁶⁷ O autor trabalha com uma perspectiva teórica diversa daquela adotada por nós acerca do conceito de Estado.

⁴⁶⁸ Na verdade, a fundação da Associação Comercial do Rio de Janeiro significou o surgimento de uma nova entidade e não apenas a troca de nome da Sociedade dos Assinantes da Praça, pois foram feitos novos estatutos que redefiniram sua composição. PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. “Os negociantes e suas entidades no Império do Brasil”. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FGV/ACRJ, 2009. p. 90.

⁴⁶⁹ MATHIAS, Herculano Gomes. *op.cit.*

no ápice da hierarquia do comércio, onde controlavam as grandes operações, possuindo uma inserção específica na sociedade”. Ou seja, enfatizou que não se tratava de uma associação de comerciantes, tais como os taberneiros, donos de pequenas lojas, pequenos e médios atacadistas, mas sim uma entidade dos grandes atacadistas. Inclusive, mostra que nas várias diretorias da associação só foram encontrados grandes comerciantes cadastrados na Junta do Comércio.⁴⁷⁰

O mesmo autor fez ainda uma associação entre as mudanças pelas quais passou a sociedade carioca em fins do século XIX e início do século XX - com o surgimento de novos agentes sociais-, e a incorporação desses agentes e de seus interesses na ACRJ, o que significa dizer que a instituição abrigava diversos setores ligados às atividades da vida econômica. No entanto, enfatizou que a instituição privilegiava os setores das finanças e do comércio, e após fazer uma análise da estrutura diretiva da instituição, defendeu que ela era eficiente como representante dos interesses dos seus associados, pois exemplificou várias das reclamações feitas pelos integrantes da ACRJ sendo atendidas pelo Governo Imperial, e que também foi eficiente como organizadora daqueles que efetivamente representava.⁴⁷¹

Eugene Ridings comparando as associações comerciais britânicas e brasileiras, no século XIX, enfatiza, assim como Matias e Piñeiro, a importância das mesmas como grupo de pressão. Entretanto, diferentemente do que afirma Theo Piñeiro, Ridings defende que as associações comerciais brasileiras, e aí se inclui a ACRJ, era uma instituição dos negociantes, mas que estava muito ligada à defesa dos interesses dos proprietários de terras. Chega a afirmar que os membros das associações defendiam a prosperidade dos agricultores, que lutavam pela saúde do setor, que em seus discursos ficava claro que viam os negociantes e os proprietários de terras como uma única classe. E ainda, que a defesa dos interesses dos negociantes estava muitíssimo atrelada aos interesses dos proprietários de terras produtores de produtos agrícolas exportáveis⁴⁷². A análise do autor acerca da relação estabelecida entre as associações comerciais brasileiras e o Estado também não vai ao encontro da análise empreendida por Theo Piñeiro, pois afirma que, no Brasil, era tradição as associações de negócios fazerem parte do governo, chegando elas a contribuírem com a elaboração das leis,

⁴⁷⁰ PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *op. cit.* p. 73-84. A respeito da Real Junta Cf. LOPES, Walter de Mattos. *A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus domínios Ultramarinos: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de D. João (1808-1821)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2009. (Dissertação de Mestrado).

⁴⁷¹ PIÑEIRO, T. L. *op.cit.* p. 91-102.

⁴⁷² RIDINGS, Eugene. “Chambers of commerce and business elites in Great Britain and Brazil in the nineteenth century:some comparisons. *Business History Review*. 2001, 75;4. ABI/INFORM GLOBAL. p.740-755.

portanto, os negociantes não teriam representantes no governo imperial, mas sim faziam parte dele.

Com relação à Proclamação da República, Théó Piñeiro afirma que os membros da ACRJ não discutiram sobre a crise do Império ou a possibilidade da implantação da República⁴⁷³. Já Fabiana Popinigis⁴⁷⁴ afirma que os primeiros governos republicanos trouxeram problemas para os integrantes da ACRJ, pois não cumpriram os compromissos que o Governo Imperial tinha assumido com a mesma. Tal posição do governo permitiu supor que a entidade perdeu força política com a Proclamação da República.

Assim, de acordo com Mathias, Theo Piñeiro e Ridings, podemos considerar a ACRJ como sendo uma instituição importantíssima nos quadros da economia e sociedade brasileiras, principalmente, em meados e fins do século XIX, o que justifica nossa preocupação em rastrear a presença “dos Guinle” na mesma, já que Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle foram matriculados no Tribunal do Comércio no II Reinado e começaram a investir no setor de eletricidade na Capital Federal no início do século XX.

A partir de um levantamento feito em alguns documentos da Associação Comercial do Rio de Janeiro, para analisar a participação do “Grupo Guinle” nesta instituição⁴⁷⁵, na Primeira República, conseguimos confirmar a presença do “Grupo” na ACRJ entre seus associados.

⁴⁷³ *Idem. Ibidem.* p. 97-103.

⁴⁷⁴ POPINIGIS, Fabiane. “De classes conservadoras a classes produtoras: a atuação da Associação Comercial do Rio de Janeiro durante a Primeira República”. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FGV/ACRJ, 2009. p.153.

⁴⁷⁵ Arquivo da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Documentos disponíveis: Relatórios (1901; 1902;1904;1906; 1908;1909;1910;1913;1914;1916), Boletins (1904;;1905;1906;1907) e Atas das Assembléias (1902;1904;1908;1910;1914;1916;1917;1918;1919;1920;1921;1922;1924;1925) .

Quadro V: Relação dos acionistas da CBEE que eram também acionistas de outras empresas junto com Gaffrée e Palassin Guinle e sócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Homens do Grupo Guinle	Gaffrée/Guinle & Cia (1888)	Cia. Docas de Santos (1892)	CBEE (1909)	Fábrica Santa Helena (1909)	Cia. Nacional de Tecidos de Juta (1914)	Sócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro
Cândido Gaffrée	x	x	x	x	x	x
Eduardo P. Guinle	x	x	x	x	x	x
João Evangelista Vianna		x	x			-
Saturnino Cândido Gomes		x	x			x
Eugênio Vaz de Carvalho		x	x			-
Eugênio J. de Almeida e Silva		x	x	x	x	x
Jorge Street			x	x	x	x
Ildefonso Dutra			x	x	x	x
Américo Firmiano de Moraes			x	x		x

Fonte: HANSEN, Cláudia Regina S.de (2006). *op. cit.*, p. 248. E Arquivo da Associação Comercial do Rio de Janeiro. RJ). Boletim da ACRJ, 1904. Ano I, 15/03/1904; Relatório de 1906, p. 7; Relatório de 1908, p.7; Relatório de 1914, p.8; Relatório de 1916, p.221; Assembléia Geral Ordinária de 30/05/1912; Assembléia Geral Ordinária de 01/06/1914 e Assembléia Geral Ordinária 30/05/1917.

Oito (8) dos dez (10) membros do Grupo estavam na associação, a saber: Jorge Street, Eugênio José de Almeida e Silva, Antônio Vaz de Carvalho Júnior, Américo Firmiano de Moraes, Cândido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle, Saturnino Cândido Gomes, Ildefonso Dutra e até mesmo algumas das suas empresas, como a CBEE e a Companhia Nacional de Tecidos de Juta.⁴⁷⁶

No entanto, na primeira década republicana, momento da consolidação dos interesses de Gaffrée e Palassin Guinle no setor elétrico brasileiro, não houve uma participação efetiva dos membros do “Grupo” nesta instituição, ou seja, nenhum dos membros acima citados

⁴⁷⁶ Arquivo da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Boletim da ACRJ, 1904. Ano I, 15/03/1904; Relatório de 1906, p. 7; Relatório de 1908, p.7; Relatório de 1914, p.8; Relatório de 1916, p.221; Assembléia Geral Ordinária da ACRJ de 30/05/1912; Assembléia Geral Ordinária da ACRJ de 01/06/1914 e Assembléia Geral Ordinária da ACRJ de 30/05/1917.

destacou-se como grande diretor, articulador, fundador, produtor de discursos, e etc. Não conseguimos localizar qualquer discussão importante sobre o setor elétrico na instituição.

Já na segunda década do século XX, Jorge Street ocupou um cargo na diretoria, o cargo de vice-presidente, em 1912, e depois em 1914, além de fazer parte do Conselho Deliberativo em dois momentos, 1904 e 1906. Eugênio José de A. e Silva fez parte do Conselho Deliberativo e também da Comissão de Finanças.⁴⁷⁷ Enfim, fizeram parte da instituição, mas não conseguimos estabelecer qualquer relação direta entre serem sócios da instituição e a defesa dos seus interesses ligados ao o setor de eletricidade.

3.2.2 Os Guinle no Clube de Engenharia

O Clube de Engenharia foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1880, na Rua da Alfândega, nº. 6, em uma reunião que contou com a presença de cinquenta pessoas, entre elas engenheiros e industriais, todos reunidos a convite de Conrado Jacob de Niemeyer.⁴⁷⁸

O artigo primeiro do Estatuto dessa nova associação, que jamais teve seu conteúdo profundamente modificado, estabelecia que o Clube de Engenharia tinha como objetivo promover e estreitar as relações entre os engenheiros e os representantes dos vários ramos de indústrias para satisfazer os interesses dos dois grupos.

Maria Inez Turazzi⁴⁷⁹, Paulo Brandi Cachapuz⁴⁸⁰ e Cezar T. Honorato⁴⁸¹ deixaram muito claro que essa instituição, desde a sua fundação, não foi pensada para ser apenas uma associação de engenheiros, mas sim uma instituição que deveria ser colocada a serviço da engenharia nacional. Para além dessa característica bastante significativa, esses mesmos autores destacam ainda outros aspectos importantes e que nos dão uma dimensão melhor do

⁴⁷⁷ Arquivo da ACRJ. Assembléia Geral Ordinária de 30/05/1912, p. 25. Jorge Street apareceu como vice-presidente da instituição no período de 1912-1914 e de 1914-1918. Arquivo da ACRJ. Assembléia Geral Ordinária de 01/06/1914.

⁴⁷⁸ Filho do engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer, e neto do Cel. Conrado Jacob de Niemeyer (patriarca da família Niemeyer no Brasil), matriculou-se no curso de Engenharia na Escola Central em 1860, porém não se formou engenheiro. Era sócio da firma Soares & Niemeyer, especializada em papel e material de escritório, e foi nessa firma, localizada na Rua da Alfândega nº. 6, que funcionou o Clube de Engenharia nos seus dois primeiros anos. Disponível em : http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_n_02.htm . Acesso em março de 2011.

⁴⁷⁹ TURAZZI, Maria Inez. *op.cit.* p. 39.

⁴⁸⁰ CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros (coord.). *Debates no Clube de Engenharia: energia elétrica em questão*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001. p. 31.

⁴⁸¹ HONORATO, Cezar (coord). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996. p. 5.

papel que essa instituição desempenhou no Brasil daquele período: Paulo Brandi Cachapuz ressaltou a ligação estabelecida, a partir dos próprios estatutos da instituição, entre os engenheiros e os industriais; Cezar Honorato enfatizou na importância da instituição nas discussões que envolviam ciência e tecnologia; e Maria Inez Turazzi, além de realçar também a proximidade entre os engenheiros e industriais, destacou as relações existentes entre os membros do Clube de Engenharia e os ocupantes de cargos públicos, e entre as discussões técnicas ocorridas no Clube e as decisões de Governo. Essa última autora enfatiza também que as discussões técnicas que ocorriam no seu interior influenciaram a concepção urbanística do país como, por exemplo, na remodelação do Rio de Janeiro, no início do século.⁴⁸²

Vânia Maria Cury⁴⁸³ e Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho⁴⁸⁴ que estudaram recentemente a associação em foco, trouxeram novas contribuições para sua compreensão. Vânia Cury mostrou que o Clube de Engenharia foi importantíssimo para os engenheiros, pois a agremiação criou mecanismos que levaram os profissionais da engenharia a terem a primazia no comando das principais atividades em obras públicas no início do século XX. Pedro Marinho, por sua vez, além de reforçar a idéia de que no Clube de Engenharia os industriais e engenheiros estavam unidos, ressaltou que os agentes dessa associação foram capazes de representar os interesses de algumas frações da classe dominante, como também de unificar esses interesses, difundir suas visões de mundo e, ainda, fazer com que grande parte dos seus projetos fossem inscritos na sociedade política. Portanto, tal como afirmaram Turazzi, Cachapuz, Cezar Honorato e também Vânia Cury e Pedro Marinho, o Clube de Engenharia foi mais do que apenas uma instituição profissional.⁴⁸⁵

Todos esses trabalhos apontaram para a posição de destaque ocupada pelo Clube de Engenharia na sociedade Brasileira de fins do século XIX e início do XX. Seja como um espaço de fortalecimento da engenharia civil; como espaço de formulação de idéias ligadas não só a engenharia civil, mas também a possibilidade de crescimento da economia nacional; como espaço de interseção entre o conhecimento técnico e a ocupação de cargos nas administrações municipais, estaduais e também federais. E também como espaço de formulação de uma determinada visão de mundo.

⁴⁸² TURAZZI, M.I. (1989).*op.cit.*p.42.

⁴⁸³ CURY, Vânia M. *Engenheiros e Empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2000. (Tese de Doutorado)

⁴⁸⁴ MARINHO, Pedro E.M.M. (2008), *op.cit.*

⁴⁸⁵ Sobre a confluência de interesses entre engenheiros e industriais cabe também citar o trabalho de BENCHIMOL, Jaime Larry.*op.cit.*

3.2.2.1 Clube de Engenharia: considerações sobre o perfil da instituição

No período de 1880 e 1930 fizeram parte do Clube de Engenharia engenheiros de diversas partes do Brasil e do exterior, mas também industriais, negociantes e políticos, especialmente os da cidade do Rio de Janeiro⁴⁸⁶. Capital do Império – Município Neutro da Corte⁴⁸⁷ - e, posteriormente, capital da República até 1960, a cidade do Rio de Janeiro apresentou no período grande dinamismo econômico, tendo o maior crescimento urbano e industrial do país.⁴⁸⁸

Mas quem eram os sócios do Clube de Engenharia e que tinham endereço residencial ou profissional no Rio de Janeiro? Turazzi mostrou que eles eram, em geral, formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e que eram homens identificados àqueles que “sabiam mandar”; mostra também a existência de uma aproximação tanto ideológica quanto prática entre os engenheiros e industriais⁴⁸⁹. Assinalou ainda o entrelaçamento desses homens em academias de ensino, associações profissionais e direções de empresas ou de entidades de classe ligadas à indústria.⁴⁹⁰

Pedro Marinho, ao fazer uma análise da Diretoria do Clube de Engenharia em fins do século XIX e início do século XX, destacou que o Clube de Engenharia era uma instituição de representação nacional, mesmo seus membros tendo ou não endereço profissional ou residencial no Rio de Janeiro, e que o Rio de Janeiro predominava como sendo o local de origem da maioria dos dirigentes⁴⁹¹. Mostrou ainda, que a maioria dos presidentes do Clube era do Rio de Janeiro, que a maioria dos agentes que ocuparam o cargo de primeiro Vice-

⁴⁸⁶ TURAZZI, Maria Inez. *op.cit.* p.41.

⁴⁸⁷ O Ato Adicional de 1834 transformou a cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro da Corte.

⁴⁸⁸ A região oferecia grandes oportunidades de emprego no setor econômico privado e também no público, pois a cidade sofrera várias intervenções governamentais para a transformação do seu espaço. Além disso, havia oferta significativa de empregos nas repartições públicas federais e municipais, no Legislativo e nas instituições militares. Além disso, era também o principal centro industrial do país até os anos de 1920. Cf. LEVY, Maria Barbara. (1994), *op. cit.*

⁴⁸⁹ TURAZZI, Maria Inez. *op.cit.* p. 38-46. Maria Letícia Corrêa, examinando as idéias mobilizadas pelos engenheiros na passagem do século XIX para o XX, a partir da trajetória do engenheiro civil Luz Rafael Vieira Souto (1849-1922), também confirma essa aproximação entre os engenheiros e industriais, tanto que entende que eles tiveram suas identidades misturadas desde o momento de fundação da instituição. CORREA, Maria Letícia. “Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922). *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro. V.3, n.2, jul/dez2010.p.158. Disponível em :www.sbh.org.br/arquivos/download?ID_ARQUIVO=31.

⁴⁹⁰ Turazzi destaca a influência do evolucionismo, naturalismo, positivismo, enfim, de um cientificismo sobre a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do XX, e que idéias de “progresso, civilização, trabalho, ordem” contagiaram, entre outros, os industriais e engenheiros. Destaca também que a Escola Politécnica e o Clube de Engenharia contribuíram para a difusão dessas doutrinas no seio das elites do país. E entre os nomes ressaltados pela autora para mostrar o entrelaçamento desses homens na sociedade estão Jorge Street e Gabriel Osório de Almeida, dois dos sócios de Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, os dois homens fundadores dos muitos negócios de Gaffrée&Guinle. *Idem.Ibidem.* p. 39-46.

⁴⁹¹ MARINHO, P. E. M. M. *op.cit.* p. 189-191.

Presidente também era do Rio de Janeiro; já os agentes que ocuparam os cargos de segundo Vice-Presidente eram de vários locais do país.

O mesmo autor⁴⁹², ao fazer uma análise de quem ocupava os cargos de presidente e primeiro e segundo vice-presidentes do Clube, já que havia um revezamento entre a ocupação dos cargos de presidente e 1º vice-presidente e uma relação entre a ocupação desses cargos diretivos do Clube e a ocupação de postos na administração pública, concluiu que ocupar os cargos de presidente e 1º vice-presidente da instituição significava uma grande possibilidade de ocupar cargos públicos importantes. Outro ponto importante foi que, ao analisar a formação desse *grupo dirigente*, demonstrou que alguns indivíduos do grupo tinham mais de uma formação superior enquanto outros nem formação superior tinham. Dentre os que eram engenheiros, a maioria dedicou-se à Engenharia Civil e formaram-se pela Escola Central/Politécnica do Rio de Janeiro.⁴⁹³

Portanto, era o Clube de Engenharia uma instituição de engenheiros e também de industriais⁴⁹⁴, já que objetivava organizar e representar os interesses confluentes entre os engenheiros e os industriais. Homens que faziam parte de uma intrincada e complexa rede de ocupações e funções, pois eram engenheiros, mas também industriais; eram industriais, mas também políticos; eram engenheiros, mas também diretores de empresas públicas ou privadas. O Clube era mais do que uma associação profissional, pois, além de estar a serviço da engenharia nacional, surgiu como uma instituição classista⁴⁹⁵, já que os engenheiros, em especial os engenheiros civis, envolvidos pela concepção de “progresso” e “modernidade”, conhecedores da técnica de construção, eram os legítimos representantes dos desafios exigidos pela fração da classe dominante ligada ao setor de agroexportação e pela classe dos industriais ligados às atividades manufatureiras e comerciais.⁴⁹⁶ Portanto, estavam os engenheiros e industriais reunidos e unidos no Clube de Engenharia, integrados ao processo de mudanças porque passava o Brasil, marcado, entre outros, pela expansão e diversificação dos negócios urbanos.

⁴⁹² *Idem. Ibidem.* p. 196-198.

⁴⁹³ O autor trabalhou com 126 associados do Clube (sócios-fundadores ou não) que, em algum momento, integraram sua diretoria. Esse grupo formou a amostra controlada da pesquisa sobre o Clube de Engenharia e foi por ele chamado de *grupo dirigente*. Mostrou que dentro do quadro dirigente, pelo menos, 21 sócios (16%) ocuparam cargos eletivos e não eletivos na sociedade política. *Idem. Ibidem.* p.189-198.

⁴⁹⁴ No Clube de Engenharia o termo “industrial” recebia comumente a denominação de “classe” no sentido de categoria profissional, a exemplo dos engenheiros. Na condição de industriais incluíam-se tanto os que eram proprietários, quanto aqueles que gerenciavam ou dirigiam a fabricação, manufatura ou mesmo comercialização de produtos industriais. TURAZZI, Maria Inez. *op.cit.* p. 15.

⁴⁹⁵ MARINHO, P. E. M. M. *op. cit.* p. 202.

⁴⁹⁶ Edgard Carone afirmou que no início do século XIX, no Brasil, ainda não se usava a palavra indústria no sentido moderno, isto é, “da reprodução extensiva de mercadorias pela máquina”, mas que isso foi mudando ao longo do século. CARONE, Edgardo. *op.cit.* p.24.

3.2.2.2 O Grupo Guinle na composição dos quadros do Clube de Engenharia

Tal como já destacamos, Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, naturais de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas domiciliados e estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com o comércio de fazendas, em 1874, foram os fundadores dos primeiros negócios do que viria a se transformar em um grande conjunto de negócios dos Guinle, em fins do Império e início da República.⁴⁹⁷

Constatamos que o primeiro grande investimento de Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle no setor dos serviços públicos se deu com homens que eram sócios do Clube de Engenharia desde seus primórdios. Dos oito sócios da Gaffrée, Guinle&Cia, fundada em 1888, para executar as obras do Porto de Santos, seis eram sócios do Clube de Engenharia. Desses seis, um fora sócio fundador, Hippólito Veloso Pederneiras, três se filiaram ainda em 1881-1882, José Pinto de Oliveira, Cândido Gaffrée e Francisco Justiniano de Castro Rabello, Eduardo Palassin, em 1885, e Alfredo Camilo Valderato em 1888. Portanto, os sócios da Gaffrée, Guinle&Cia já faziam parte do Clube de Engenharia quando fundaram a companhia, tal como podemos verificar no Quadro VI abaixo.

Quadro VI: Relação entre sócios da Gaffrée, Guinle&Cia e sócios do Clube de Engenharia

Gaffrée, Guinle & Cia	Clube de Engenharia: data e classificação da filiação
José Pinto de Oliveira	1881/industrial
Cândido Gaffrée	1882/industrial
Eduardo Palassin Guinle	1885/industrial
João José Ribeiro de Avelar	Não sócio
Dr. Alfredo Camilo Valderato	1888/industrial
Benedito Antônio da Silva	Não sócio
Francisco Justiniano de Castro Rabello	1882/constructor
Hippólito Veloso Pederneiras	Fundador/industrial

Fonte: *Revista do Clube de Engenharia*, nº24,1912. p. 185; Honorato, *op. cit.* (1996) p. 111

⁴⁹⁷ Constam como pertencentes ao “Grupo Guinle”, além dos negócios citados nesse trabalho: Cia. de Fiação e Tecidos Aliança, Cia. Hotéis Palace, Cia. Segurança Industrial, Cia. Imobiliária Kosmos, Cia. Fazendas Reunidas Normandia, Cia. Ítala das Sedas e outros. CF MARQUES, Teresa Cristina de Novaes.*op.cit.*p. 173.

Em 1892, quando a Gaffrée, Guinle&Cia. foi transformada na Companhia Docas de Santos, constatamos que a permanência da estreita relação entre os membros do Clube de Engenharia e os sócios da nova empresa, pois grande parte dos acionistas eram também sócios do Clube, tal como podemos verificar no quadro _VII abaixo:

Quadro VII: Relação contendo os nomes dos sócios da Docas de Santos (1892) que também eram sócios do Clube de Engenharia

Sócios da Docas de Santos	Sócios do Clube de Engenharia: data e classificação da filiação
Cândido Gaffrée	1882/industrial
Eduardo P. Guinle	1885/industrial
João Evangelista Vianna	1896/industrial
Antônio Vaz de Carvalho Júnior	-
Eugênio Vaz de Carvalho Júnior	-
Góes da Costa Fortinho	-
Dr. José Dias Maynard	1882/engenheiro
Dr. André Gustavo Paulo de Frontin	1901/engenheiro
Eugênio José de Almeida e Silva	-
Francisco de Paula Pires	-
Manoel Vicente Lisboa	1882/industrial
Eduardo José de Almeida e Silva	1882/industrial
Dr. Feliciano Mendes de Mesquita Barros	1881/engenheiro
Conselheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves	1888/industrial
Faustino Alves Vianna	-
Saturnino Cândido Gomes	1909/industrial
Dr. José Zeferino Ferreira Velloso	1888/engenheiro

Fonte: HONORATO, Cezar. (1996). *op.cit.* p. 121-122; Biblioteca do Clube de Engenharia. *Revista do Clube de Engenharia*, n. 20, 1909. p.226-151.

Dos 17 sócios da Cia. Docas de Santos, 11 eram sócios do Clube de Engenharia. Cabe inclusive destacar o nome de André Gustavo Paulo de Frontin, sócio da Docas de Santos e que vai presidir o Clube de 1903 até 1933⁴⁹⁸. Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle estiveram desde a fundação dos seus primeiros grandes negócios muito ligados à instituição.

A partir da observação de quem eram os acionistas da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, e de quem eram os acionistas de outras quatro empresas dos dois negociantes fundadas em fins do século XIX e início do XX, percebemos que: 1º) tal como já afirmamos anteriormente, alguns deles, além dos filhos de Eduardo Palassin Guinle, eram

⁴⁹⁸ Dos 15 acionistas da Cia. Docas de Santos, no momento da sua fundação, em 1892, 10 deles eram também sócios do Clube de Engenharia. *Revistas do Clube de Engenharia*, 1887-1933 e . HONORATO, Cezar. (1996), *op. cit* p.122-123.

sócios de Gaffrée e Palassin em mais de um negócio; 2º) eram também sócios do Clube de Engenharia, tal como destacamos no quadro _VIII.⁴⁹⁹

Quadro VIII: Relação dos acionistas da CBEE que eram também acionistas de outras empresas junto com Gaffrée e Palassin Guinle (mais Gabriel Osório de Almeida e alguns dos filhos de Eduardo P.Guinle) e também sócios do Clube de Engenharia.

Grupo Guinle	Gaffrée/Guinle &cia (1888)	Cia. Docas de Santos (1892)	CBEE (1909)	Fábrica Santa Helena (1909)	Cia. Nacional de Tecidos de Juta (1914)	Sócios do Clube de Engenharia
Cândido Gaffrée	x	x	x	x	x	x
Eduardo P. Guinle	x	x	x	x	x	x
João E. Vianna		x	x			x
Américo F. de Moraes			x	x		x
Gabriel O. de Almeida			x			x
Jorge Street			x	x	x	x
Eduardo Guinle			x			x
Guilherme Guinle			x			x
Otávio Guinle			x			x
Arnaldo Guinle			x			x
Eugênio J. de Almeida e Silva		x	x	x	x	x
Saturnino Cândido Gomes		x	x			x

Fonte: HANSEN, Cláudia Regina S.O (2006 – Diss.),*op. cit.* p. 248; *Revista do Clube de Engenharia*, nº24,1912.p.88-119.

Portanto, não eram só os negociantes Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle que estavam presentes na instituição, mas sim um grupo de empresários⁵⁰⁰ a eles ligados, e essa

⁴⁹⁹ Nessa tabela incluímos apenas os sócios de Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle em mais de um empreendimento e que também eram sócios do Clube de Engenharia. No entanto, existem outros sócios deles em alguns dos seus empreendimentos e que não foram listados nessa tabela. Cf. HANSEN, Cláudia Regina S.O. *O poder da CBEE, em Petrópolis (1909-1927)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2006. p. 249.

⁵⁰⁰ Ressaltamos que consideramos, como já afirmamos no Capítulo 2 da Tese, Gaffrée e Palassin como negociantes, matriculados no Tribunal do Comércio do Império. Consoante Carlos Gabriel Guimarães, a palavra empresário apareceu nos dicionários do século XIX e estava relacionada com dono de empresa. Não tem o

relação estreita existente entre o “Grupo Guinle” e o Clube de Engenharia atravessou o século XIX e se fortaleceu no século XX, pois foi no século XX que alguns homens do “Grupo Guinle”, além da Gaffrée e Palassin, ocuparam cargos no que Eduardo Marinho chamou de *grupo dirigente* do Clube de Engenharia, conforme nos informa o quadro IX.

Quadro IX: Relação dos homens ligados a Gaffrée e Palassin Guinle e que fizeram parte do grupo dirigente da instituição

Nomes	Data e classificação da Filiação	Ocupação no Clube de Engenharia/Período
Eduardo Palassin Guinle	1885/Industrial	Conselho Diretor (1897, 1900,1901,1902) 2ºVice-presidente (1903-1912)
Cândido Gaffrée	1882/Industrial	Tesoureiro (1888,1889) Conselho Fiscal (1900-1912) 2ºVice-presidente(1913-?)
Gabriel Osório de Almeida	1891/ Engenheiro	Presidente (1900-1902) Conselho Diretor (1892, 1895,1896,1897,1902,1903,1905-1925)
Jorge Street	1896/Industrial	Conselho Diretor/1900; 1906-?? 2ºVice-presidente/1922-1926
Guilherme Guinle	1903/Engenheiro	Conselho Diretor/1913; 1922-1929 2º Vice-presidente/1930-1933
João Evangelista Vianna	1896/Industrial	Conselho Fiscal/ Suplente (1903-1910)
Saturnino Cândido Gomes	1909/Industrial	Tesoureiro (1922)

Fonte: *Revistas do Clube de Engenharia*, 1887-1933.

Os quadros IV e V retratam a presença significativa de alguns dos homens ligados a Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle no Clube de Engenharia, e também no chamado grupo dirigente da mesma instituição, entre os anos de 1880 e 1933.

Os dois fundadores dos negócios do grupo Gaffrée&Guinle, Eduardo P. Guinle e Cândido Gaffrée, classificados na instituição como industriais, fizeram parte do Clube desde os seus primeiros anos de existência, pois Gaffrée filiou-se em 1882 e Palassin, em 1885, ambos como sócios Efetivos. Cabe ressaltar que foram Eduardo Palassin Guinle e Cândido Gaffrée os sócios do Clube que contribuíram com as maiores quantias em dinheiro para a aquisição e reconstrução do prédio da instituição na Rua da Quitanda n.49, no ano de 1902⁵⁰¹, sendo, por isso, admitidos, em 22/01/1903, como sócios beneméritos da mesma.⁵⁰²

significado preconizado por Joseph A Schumpeter de empresário-empreendedor, ator fundamental para o sistema capitalista (e que pode ou não ser um capitalista, detentor do capital _capital dinheiro). Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel . *op. cit.*

⁵⁰¹ Com relação às contribuições de alguns dos sócios do Clube para a construção da sua nova sede no início do século XX, salientamos as de Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle, que doaram 10:000\$000 cada um; Paulo de Frontin 2:000\$000; Alfredo Maia 1:000\$000; João Evangelista Vianna 500\$000; Adolpho Aschoff 200\$000,

Candido Gaffrée ocupou o cargo de Tesoureiro⁵⁰³ do Clube de Engenharia nos anos de 1888 e 1889, em substituição a Conrado Jacob de Niemeyer⁵⁰⁴, e fez parte do Conselho Fiscal no período de 1900-1912, cargo ocupado, segundo Pedro Marinho, só por empresários. Portanto, substituiu um membro de destaque na instituição e, logo depois, se manteve na diretoria. Em 1913, no entanto, após a morte de Eduardo Palassin Guinle, passou a ocupar o cargo de 2º Vice-Presidente, mas não sabemos precisar ao certo se ele permaneceu nesse cargo até o ano de seu falecimento, em 1919.⁵⁰⁵ Junto a Graffrée, também no Conselho Fiscal da instituição, estava João Evangelista Vianna, assumindo um cargo de suplente. Logo, a contribuição de Gaffrée para a instituição pareceu ser essencialmente política, já que não participou dos debates “técnicos” que se davam dentro da instituição, debates esses ocorridos nas sessões quinzenais do Conselho Diretor, que era encarregado, entre outras tarefas, de discutir e votar pareceres solicitados à entidade.⁵⁰⁶

Eduardo Palassin Guinle esteve um pouco mais envolvido nas “discussões técnicas” que ocorriam na instituição, pois participou de algumas das discussões ocorridas em sessões do Conselho Diretor, e, além disso, foi 2º Vice-Presidente do Clube durante nove anos. Em 1896, dez anos depois de admitido como sócio, participou de uma comissão para estudar as tarifas estaduais das estradas de ferro⁵⁰⁷. E, como Vice-Presidente do Clube, no período de 1903-1912, esteve também presente em algumas reuniões do Conselho Diretor, especialmente em 1907, quando presidiu algumas das sessões, mas não tomou parte nas inúmeras discussões, e os temas discutidos nas reuniões em que esteve presente eram quase sempre

James Mitchell 200\$000. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n° 17, 1907. p. 140 ; *Revista do Clube de Engenharia*, n° .18, 1909, p. 102.

⁵⁰² *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n..20,1909. P.226-251. O título de sócio benemérito era dado àqueles que por serviços importantes ou donativos dados ao clube eram considerados merecedores. O conselho diretor é que propunha a doação do título, e estes sócios ficavam isentos de contribuição.

⁵⁰³ O quadro diretor da instituição era formado pelos seguintes cargos fixos: presidência, primeira vice-presidência, segunda vice-presidência, conselho diretor, conselho fiscal (a partir de 1893), tesouraria, primeiro secretário e segundo secretário⁵⁰³. Alguns sócios aparecem como sócios vitalícios, sócios vitalícios beneméritos, beneméritos, fundadores beneméritos, fundadores, suplentes do conselho diretor e suplentes do conselho fiscal.

⁵⁰⁴ Conrado Jacob de Niemeyer foi tesoureiro da instituição desde sua fundação até, pelo menos, 1904. E no único ano em que não ocupou o cargo, no mandato de 1888-1889, foi substituído por Gaffrée. MARINHO, Pedro M.M. *op.cit.*p.189. Observe que assume o cargo exatamente no ano em que fundou a Gaffrée, Guinle&Cia. para explorar os serviços no Porto de Santos.

⁵⁰⁵ As Revistas do Clube de Engenharia não foram publicadas nos anos de 1914-1922 e não encontramos outra fonte para fazer o levantamento da diretoria do Clube.

⁵⁰⁶ O nome de Cândido Gaffrée não apareceu em nenhuma das atas das sessões do Conselho Diretor, não se envolvendo em “discussões técnicas”.

⁵⁰⁷ *Revista do Clube de Engenharia*. n., 1, 1897. p. 20.

burocráticos referindo-se às eleições da diretoria, balanços sobre a situação financeira do Clube, projeto do novo edifício do Clube, etc.⁵⁰⁸

Jorge Street, admitido como industrial e sócio do Clube no ano de 1896⁵⁰⁹, e um dos grandes parceiros de Gaffrée e Palassin Guinle, teve participação pontual em algumas das “discussões técnicas” ocorridas na instituição. Sua presença e participação intensa se deu nos primeiros meses do ano de 1906, quando da discussão sobre a questão do preço da venda do kwh no Distrito Federal, como membro do Conselho Diretor⁵¹⁰. E, ainda, ocupou o cargo de 2º Vice-Presidente no período de 1922-1926.

Já Gabriel Osório de Almeida, filiado como engenheiro, teve uma participação bastante importante e ativa no grupo dirigente do Clube de Engenharia, especialmente no que se refere à unificação dos interesses do grupo e difusão de visões de mundo. Associou-se em 1891, foi primeiro vice-presidente e presidente do Clube no período de 1900-1902, e fez parte do Conselho Diretor ao longo de muitos anos, inclusive, na sua gestão como presidente do Clube de Engenharia é que foi organizado o primeiro Congresso de Engenharia e Indústria, no Brasil. No Conselho Diretor, responsável pela elaboração de pareceres e de consultas técnicas, sua participação, no período de 1896-1907, foi sempre muito intensa, integrando comissões, apresentando pareceres, apresentando apartes sobre os estudos realizados, entre outros.⁵¹¹

Além desses, cabe ainda mencionar a participação de Guilherme Guinle, filiado como engenheiro em 1903, e ocupante de um lugar no Conselho Diretor e também da segunda vice-presidência, no período de 1930-1933, e de Saturnino Cândido Gomes que foi tesoureiro da instituição no ano de 1922.

As posições ocupadas pelo “Grupo Guinle” no *grupo dirigente* do Clube de Engenharia foram, em resumo, as seguintes: um deles na 2ª Vice-Presidência, dois deles no Conselho Fiscal, e dois deles no Conselho Diretor, fora os que de forma mais esporádica participavam do Conselho Diretor. Com a morte de Eduardo Palassin Guinle, em 1912, Gaffrée substituiu Eduardo P. Guinle no cargo de 2º Vice-Presidente. Nesse mesmo ano

⁵⁰⁸ Atas das Sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia: 15/09/1904; 20/12/1904. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n.º17, 1907; 16/10/1907; 01/11/1907, 16/11/1907, 02 e 16/12/1907, 24/12/1907. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n.º 26, 1913 e 01/07/1909. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n.º27, 1913.

⁵⁰⁹ O pai de Jorge Street, Ernesto Diniz Street foi um dos fundadores do Clube de Engenharia.

⁵¹⁰ *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n.21, 1910. p 197-208. Faremos algumas considerações sobre a participação de Jorge Street nessa discussão no próximo item. Consideramos importante lembrar que Jorge Street, além de sócio de Gaffrée e Palassin Guinle em mais de uma empresa, foi também um dos fundadores do Centro Industrial do Brasil, em 1904.

⁵¹¹ Retomaremos as discussões nas quais se envolveu Gabriel O. de Almeida mais adiante. Biblioteca do Clube de Engenharia - *Livro de Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia e Revistas do Clube de Engenharia*, 1901-1929.

Guilherme Guinle, que assumiu também a direção da CBEE e de todos os negócios do pai, passou a fazer parte do Conselho Diretor.⁵¹² Anos mais tarde, após a morte de Gaffrée, Jorge Street (1922-1926) e Guilherme Guinle (1930-1933) ocuparam também o cargo de 2º Vice-Presidente do Clube.

A ascensão de Candido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle e seus parceiros de negócios no *grupo dirigente* do Clube ocorreu de forma mais sistemática, na primeira década republicana.⁵¹³ Candido Gaffrée foi uma exceção, e uma exceção interessante, pois substituiu Jacob Conrado de Niemeyer no mandato de 1888-1889, único mandato, no período de 1880-1922, em que Jacob C. Niemeyer não esteve à frente da tesouraria do Clube, quando foi deslocado para o Conselho Diretor. Segundo Pedro Marinho, tal momento foi decisivo para a instituição, já que ocorrera o golpe republicano e houve um aumento significativo no número de sócios incluídos no Conselho Diretor⁵¹⁴. Portanto, Gaffrée, no momento do golpe republicano, e que também fundava junto com E.P. Guinle a Gaffrée, Guinle&Cia para explorar os serviços no Porto de Santos, assumira uma das posições no grupo dirigente do Clube de Engenharia.⁵¹⁵

Consoante com as análises do mesmo autor, Pedro Marinho, os membros do quadro dirigente do Clube representavam, nos fins do século XIX, os interesses das frações agrárias, em especial aqueles ligados à região onde a cafeicultura estava em processo de decadência em termos de produção e rentabilidade. Mas, representavam também os interesses específicos do que ele chamou de um empresariado em ascensão. Destaca ainda que o Clube de Engenharia conseguiu se consolidar e ultrapassar a crise hegemônica do bloco histórico imperial.⁵¹⁶

⁵¹² Adolph Aschoff também merece ser citado. Engenheiro associado, em 1896, e integrante do Conselho Diretor do Clube, desde 1897, teve uma participação bastante significativa nas discussões do Conselho Diretor e que nos interessa muito de perto, pois participou das discussões, em 1900, sobre a concessão Willian Reid e também sobre o Projeto de Lei n.65, de 1903, que procurava regularizar o serviço de energia elétrica na Capital Federal. Ainda que tenha se associado aos filhos de Eduardo Palassin Guinle, somente em 1903, e morrido pouco tempo depois, o consideramos como um membro do grupo Gaffrée&Guinle, pois dentro do Clube de Engenharia, no ano de 1903, teve papel importante na defesa dos interesses do Grupo Guinle, tal como analisaremos adiante. *Revista do Clube de Engenharia*, nº3, 1897.p.7.

⁵¹³ Verificamos que a exceção de Cândido Gaffrée, Eduardo Palassin Guinle, João Evangelista Vianna, Saturnino C. Gomes e André Gustavo Paulo de Frontin, nenhum dos outros sócios da Docas (1892) ocuparam cargos na diretoria do Clube nem em fins do século XIX, nem no início do XX. *Revistas do Clube de Engenharia*, 1887-1912.

⁵¹⁴ MARINHO, Pedro M. M. *op. cit.*, p. 189

⁵¹⁵ Chamou nossa atenção o fato de Conrad Niemeyer ter sido, em 1922, substituído pelo Comendador Saturnino Cândido Gomes, sócio de Gaffrée e Palassin Guinle em duas empresas.

⁵¹⁶ Até os anos posteriores a 1930, a economia brasileira baseava-se nas atividades agrícolas, sendo decisiva a hegemonia exercida pela classe proprietária agrária. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, uma série de atividades urbanas foram se formando a partir da ação de negociantes e comerciantes, em aliança com proprietários de terras e escravos e a burocracia estatal. MARINHO, Pedro M. M. *op.cit.* p. 204.

Fica evidente que a participação “dos Guinle” foi muito importante dentro do Clube de Engenharia no momento em que o Clube gozava de grande prestígio; no momento em que os engenheiros contribuía decisivamente para o crescimento da associação entre as idéias de “progresso e “civilização”; no momento em que ocorriam uma série de debates sobre melhoramentos urbanos; no momento em que a instituição passou a ser vista como um espaço privilegiado de intervenção dos engenheiros.⁵¹⁷ Enquanto Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle estiveram mais diretamente ligados às questões políticas e também administrativas da instituição, Gabriel Ozório de Almeida e Jorge Street, principalmente o primeiro, estiveram ligados também às questões técnicas. Ressaltamos ainda que houve uma manutenção das posições assumidas pelos representantes do “Grupo Gaffrée&Guinle” dentro do Clube de Engenharia, pelo menos, nas primeiras três décadas republicanas, o que a nosso ver, sinaliza prestígio do grupo dentro da instituição, pois eram todas ocupações que resultavam de votação.

Logo, o Grupo Guinle ocupou posições chaves da instituição. Posições importantes na definição de pareceres que, muitas vezes, eram definidores de políticas públicas; posições que funcionavam como trampolim para a ocupação de cargos públicos eletivos ou não; posições controladoras das finanças da instituição e posições de decisões políticas. Portanto, fizeram parte desse grupo de homens “que sabiam mandar”, que produziam uma determinada visão de mundo, que interferiam nos rumos das políticas públicas.

Mas, no interior desse grupo que “unificava interesses”, que defendia questões específicas das frações de classe que procurava representar⁵¹⁸ havia também dissensões. O Grupo Guinle, que teve atuação política e técnica importantes no Grupo Dirigente do Clube de Engenharia, principalmente no início da República, utilizou-se do espaço – “espaço privilegiado de intervenção” dos engenheiros⁵¹⁹ - para defenderem seus interesses particulares, especialmente aqueles ligados à exploração do setor de eletricidade do Distrito Federal. Ou seja, o Grupo Guinle lutou dentro do Clube de Engenharia, para que seus interesses fossem defendidos pela instituição, havendo assim possibilidade destes transformarem-se em política pública efetivada.

Em dois momentos, ainda na primeira década do século XX, isso evidenciou-se. Primeiro, em 1903, quando houve um grande debate na instituição acerca da legislação sobre

⁵¹⁷ CORREA, M. L. (2010). *op. cit.* p.157.

⁵¹⁸ Ressaltamos que, concordando com Pedro Eduardo Marinho, apreendemos o Clube de Engenharia como “partido ideológico”, como “intelectual coletivo”, ou seja, atuava como dirigente, tornando possível a inserção dos interesses das frações que representava em diferentes esferas de poder. MARINHO, Pedro E. M.M. *op.cit.*

⁵¹⁹ CORREA, M. L. (2010). *op. cit.* p.158.

os serviços de eletricidade no Distrito Federal; e em 1906, quando ocorreu um debate acerca do preço do kwh no Rio de Janeiro.

3.2.2.3 1903: Aschoff e o substitutivo ao projeto de lei sobre os serviços de eletricidade no Distrito Federal

Em 1903, momento em que os Guinle e alguns dos fundadores da “The Rio Light” estudavam a possibilidade de explorar o mercado de eletricidade do Distrito Federal, tramitava no Conselho Municipal do Distrito Federal o projeto de lei n. 65 sobre a regularização dos serviços de eletricidade no Distrito Federal.⁵²⁰ Esse projeto de lei foi, antes de ser aprovado pelo Conselho Municipal, em 1904, examinado pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia a pedido de Adolph Aschoff, que era membro do Conselho Diretor da Instituição e sócio de Eduardo Guinle, na Aschoff&Guinle, desde maio de 1903.⁵²¹

Aschoff associou-se ao Clube de Engenharia em 1896⁵²² e um ano depois já fazia parte do seu Conselho Diretor⁵²³. No ano de 1903, quando o projeto n.65 foi apresentado ao Conselho Municipal do Distrito Federal e discutido no Clube de Engenharia, a participação de Aschoff no Conselho Diretor do Clube foi bastante significativa.

⁵²⁰ Projeto apresentado pelo intendente Enéias Sá Freire, e que será analisado mais detalhadamente no Capítulo 4 da tese. Arquivo da Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 14/09/1904.p.3.

⁵²¹ Tal como apontamos no Capítulo 2 da Tese, Aschoff participara das primeiras empreitadas com energia elétrica no Brasil, em fins do século XIX, e era, em 1903, dono da Aschoff&Guinle, junto com dois dos filhos de Eduardo Palassin Guinle, que representava a General Electric, no Brasil.

⁵²² Lembramos que o Clube de Engenharia foi fundado em 1880.

⁵²³ Tal como afirmamos, o Conselho Diretor era o órgão da Instituição responsável pela elaboração de pareceres e de consultas técnicas feitas à Instituição.

Quadro X: Presença de Adolph Aschoff nas sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia no ano de 1903.

Dia, mês e ano das sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia	Presença de Aschoff	Reuniões em que Aschoff discutiu assuntos ligados ao setor elétrico
02/01/1903	S*	Outros
10/01/1903	S	Outros
15/01/1903	S	Outros
16/01/1903	S	Outros
28/01/1903	S	Outros
02/02/1903	N*	Outros
07/02/1903	S	Fornecimento de energia elétrica para Campinas
16/02/1903	S	Outros
19/02/1903	S	Outros
02/03/1903	N	Aproveitamento de quedas d'água no Egito
16/03/1903	S	Outros
28/03/1903	N	Outros
01/04/1903	S	Outros
16/04/1903	S	Outros
07/05/1903	N	Outros
09/05/1903	N	Outros
16/05/1903	N	Outros
01/06/1903	S	Outros
06/06/1903	S	Outros
16/06/1903	N	Outros
01/07/1903	N	Outros
16/07/1903	N	Outros
01/08/1903	N	Outros
17/08/1903	S	Outros
01/09/1903	N	Outros
10/09/1903	S	Outros
15/09/1903	S	Outros
16/09/1903	N	Outros
24/09/1903	N	Outros
28/09/1903	N	Outros
01/10/1903	S	Outros
16/10/1903	N	Outros
03/11/1903	S	Regularização dos serviços de eletricidade na Capital Federal
07/11/1903	S	Regularização dos serviços de eletricidade na Capital Federal
13/11/1903	S	Regularização dos serviços de eletricidade na Capital Federal
16/11/1903	S	Regularização dos serviços de eletricidade na Capital Federal
01/12/1903	S	Outros

Fonte: Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, 1903.*S= participação ; *N=não participação.

Tal como nos informa o quadro_ X acima, Aschoff participou de quase 60% de todas as reuniões do Conselho Diretor no ano de 1903 e participou de 84% das reuniões que tiveram como tema o setor elétrico. Portanto, teve Aschoff, no ano de 1903, uma participação significativa nas discussões que ocorriam no Conselho Diretor do Clube de Engenharia.

E ainda, com relação à discussão acerca dos serviços de eletricidade da Capital Federal, participou de 100% delas. Nesta discussão Aschoff teve papel fundamental, pois foi ele que, na sessão de 03 de novembro de 1903, solicitou ao Conselho Diretor da Instituição o exame do projeto n.65 sobre a regularização dos serviços de eletricidade na Capital Federal que tramitava no Conselho Municipal do Distrito Federal. Seu pedido foi atendido e o mesmo foi nomeado relator do estudo.⁵²⁴

O Conselho Diretor marcou então nova reunião para o dia 07 de novembro (sessão extraordinária), para que Aschoff apresentasse seu parecer acerca do projeto n.65. Na avaliação de Aschoff o projeto tinha inúmeros problemas que impediriam as aplicações de energia elétrica na Capital. Seu parecer criticava especialmente as concessões e privilégios dizendo que estavam sendo dados a pessoas ou empresas que não conseguiriam fazer os investimentos necessários. Afirmava serem as concessões, aliadas à indiferença dos governantes, as responsáveis pelo atraso nas instalações hidrelétricas da cidade do Rio de Janeiro.⁵²⁵

Ainda que seu parecer se apresentasse totalmente contrário ao projeto de lei n.65, o Artigo Primeiro, que regulamentava os pedidos de concessão ou licença para a instalação de transmissão de energia elétrica, e o Quinto, que proibia a transmissão de eletricidade pelo sistema aéreo num perímetro da zona urbana a ser fixado pela prefeitura, foram considerados absurdos, proibitivos e dispensáveis. Enfim, para Aschoff o projeto n.65 teria que ser reformulado. Diante do seu parecer, o presidente da sessão pediu a Aschoff que apresentasse suas emendas, o que fora feito na sessão de 13 de novembro.

Nesta sessão de 1903, Aschoff apresentou suas emendas ao projeto n. 65, mas foram feitas por Artur Miranda Ribeiro e Paulo de Frontin considerações a essas emendas, delas resultando um substitutivo às conclusões de Aschoff.⁵²⁶ Na sessão de 16 de novembro os conselheiros discutiram o substitutivo⁵²⁷ apresentado na sessão anterior aprovando-o e

⁵²⁴ Biblioteca do Clube de Engenharia. *Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia*, em 03/11/1903.

⁵²⁵ Biblioteca do Clube de Engenharia. *Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia*, em 07/11/1903.

⁵²⁶ No entanto, nem as emendas, nem as considerações foram transcritas nas atas do Conselho Diretor.

⁵²⁷ Achamos importante destacar o voto em contrário de Gabriel Osório de Almeida, já que afirmou ter votado contra todo o substitutivo por entender que a municipalidade não tinha competência para regular os serviços de eletricidade cabendo-lhe apenas a função fiscalizadora. ATA da 20ª sessão ordinária do Conselho Diretor em 16 de novembro de 1903. AT-009/94, p.4-8. Publicada pelo *Jornal do Commercio*, 18 dez. 1903.

encaminhando-o ao Conselho Municipal do Distrito Federal. E seu texto fora transcrito abaixo:

art1º. Tica expressamente proibido conceder-se privilégio exclusivo de qualquer aplicação de energia elétrica no Distrito Federal.

art.2. Qualquer concessão de licença poderá ser dada a mais de uma pessoa ou empresa.

Parágrafo único. Os concessionários anteriores não terão direito a qualquer reclamação contra a Municipalidade do Distrito Federal pelas novas concessões ou licenças, ressalvados, porém, os direitos adquiridos.

Art3º. Todo o pedido de concessão ou licença pra a instalação de transmissão ou distribuição de energia elétrica deverá ser acompanhado de:

- a) um plano geral da obra a executar;
- b) descrição da usina ou usinas e apresentação de plantas em que venham designados os principais aparelhos e máquinas que se desejem instalar nas mesmas usinas e indicação da situação dessas usinas e indicação da situação dessas usinas;
- c) traçado e natureza dos condutores principais;
- d) memória descritiva do sistema escolhido;
- e) declaração de prazo em que deverá ser inaugurada a distribuição da energia elétrica aos consumidores;
- f) declaração expressa de ser considerada caduca a concessão ou licença caso não seja fielmente cumprida a condição da letra anterior, sem que o concessionário tenha direito a indenização alguma da Municipalidade;
- g) projeto da tarifação por unidade.

Art 4º. No perímetro limitado pela praça da República, ruas Marechal Floriano, Camerino, Prainha, São Bento, Conselheiro Saraiva, 1º de Março, Misericórdia, São José, Largo da Carioca, ruas da Carioca e Visconde do Rio Branco não será permitida a instalação de usinas geradoras de alta tensão (mais de 600 volts) ou de usinas transformadoras, bem como a passagem de condutores aéreos de alta tensão.

Art. 5º. Na zona descrita no artigo anterior deverá ser imposta a obrigação de condutores subterrâneos, quer para a transmissão, quer para a distribuição, exceto quando pelos inconvenientes locais que possam haver na aplicação da canalização subterrânea, a Prefeitura consentir no uso de condutores aéreos.

Parágrafo único. A disposição desse artigo não se aplica aos condutores aéreos de contato para tramways.

Art.6º. Nas prorrogações , revisões ou ampliações dos contratos das atuais concessões é obrigatória a aplicação dos dispostos na presente lei e respectivo regulamento.

Art 7º. Fica autorizada a Prefeitura decretar um regulamento para a transmissão e distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, afim de atender a segurança pública.⁵²⁸

Não temos como precisar quais das sugestões de Aschoff estão presentes no substitutivo aprovado pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, já que não foram transcritas as sugestões propostas por Aschoff e nem as considerações às suas sugestões, nas atas do Conselho Diretor. No entanto, se considerarmos as críticas feitas por Aschoff ao Art.1º do projeto n.65, e examinarmos o Art.1º do substitutivo às conclusões de Aschoff, poderemos afirmar que, pelo menos, uma das suas críticas ao projeto n.65 foi contemplada no substitutivo aprovado pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia e enviado ao Conselho Municipal do Distrito Federal: a condenação aos privilégios. Portanto, o que Aschoff defendia era a existência da concorrência no setor elétrico do Distrito Federal, setor esse que estava marcado por duas concessões : uma ligada ao serviço de iluminação e outra ligada ao serviço de fornecimento de energia elétrica.⁵²⁹

O serviço de iluminação, na segunda metade do século XIX, era explorado pela *Société Anonyme du Gás do Rio de Janeiro (SAG)*, empresa belga formada pelo cidadão francês *Henri Brianthe*.⁵³⁰ Em 1884, Brianthe apresentou-se à concorrência pública para o serviço de iluminação da cidade do Rio de Janeiro; em 1885, assinou contrato direto como governo imperial aprovado pelo Decreto n. 3278, de 26 de junho de 1886, através do qual recebia concessão de mais de 29 anos, e, embora o contrato apenas se referisse à iluminação por gás canalizado, o governo se reservou no direito de substituir o gás pela eletricidade dentro do prazo da concessão, que terminaria em 1915; e, ainda, em 1886, para a exploração desse serviço, fundou a *Société Anonyme du Gás do Rio de Janeiro (SAG)*, e se referia à iluminação por gás canalizado.⁵³¹

⁵²⁸ Biblioteca do Clube de Engenharia. *Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia*, em 06/11/1903.

⁵²⁹ Foi no decorrer da década de 1880 e 1890, em meio a uma imensa e intrincada gama de serviços de transportes urbanos que se iniciaram as experiências para a utilização da energia elétrica no Distrito Federal. Sobre as concessões outorgadas pelo Estado, construções de linhas de bondes, serviços de gôndolas, serviços de ônibus, propagação do transporte urbano. Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1982 ; DUNLOP, C. *Os meios de transporte do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1972.

⁵³⁰ Na primeira metade do século XIX foram feitos alguns investimentos no setor de iluminação da cidade e que já eram resultado da criação de leis que previam a contratação de serviços de iluminação pública. Em 1828, Antônio da Costa tentou implementar o sistema a gás; em 1833, Joaquim José Tavares efetivou a iluminação por meio de lampiões de azeite; em 1854, Mauá inaugurou a primeira empresa brasileira de iluminação por meio do gás, o que fez da cidade do Rio de Janeiro a primeira cidade brasileira a receber esse tipo de iluminação. DUNLOP, C. *op.cit.*, p. 46-47. Cf. também HONORATO, C. (1990), *op.cit.*

⁵³¹ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.* p.158.

Com a Proclamação da República, este contrato passou à órbita da administração federal,⁵³² sendo regulado pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP), criado em 1891,⁵³³ apesar do estabelecimento de uma descentralização político-administrativa no país, que conferia às municipalidades plenas condições de dirigir as concessões sobre os serviços da cidade. Este mesmo contrato foi revisado⁵³⁴ e, após sua aprovação pelo Decreto n. 3329, em 1899, a SAG ganhou o privilégio para iluminação da cidade por gás corrente ou eletricidade, além de distinguir a iluminação pública da iluminação particular. E ainda, o privilégio da iluminação pública terminaria em 1945, e o da particular terminaria em 1915.⁵³⁵

Portanto, o governo federal, especificamente através do MIVOP, mesmo após a Proclamação da República, permaneceu como poder concedente e fiscalizador do serviço de iluminação da cidade do Rio de Janeiro. E a SAG, tinha o privilégio da exploração dos serviços públicos e particulares para iluminação da cidade, por gás corrente ou eletricidade, conseguido em fins do século XIX.

Além do serviço de iluminação havia o de fornecimento de eletricidade por força hidráulica. Em 1899, através da promulgação do Decreto Municipal n. 734, de 4 de dezembro, foi instituída a Concessão William Reid, correspondendo a primeira concessão municipal referente ao fornecimento de energia elétrica produzida por força hidráulica.⁵³⁶

O prefeito Cesário Alvim, através da promulgação do Decreto Municipal n. 734, de 4 de dezembro de 1899, instituiu a Concessão Reid. Em complementando ao Decreto Municipal n. 734, firmou contrato com William Reid & Cia, em 07 de junho de 1900, concedendo à empresa o direito exclusivo de fornecer eletricidade gerada por força hidráulica ao Distrito

⁵³² Apesar da consolidação da República e do estabelecimento de uma descentralização político-administrativa no país, conferindo às municipalidades plenas condições de dirigir as concessões sobre os serviços da cidade, na cidade do Rio, então capital, isso não ocorreu. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.(1990).*op.cit.* p.157.

⁵³³ O Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas foi criado após a Proclamação da República para substituir o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), criado no Império para a administração dos serviços de iluminação. LAMARÃO, S.T. (1997).*op.cit.* p.194-195.

⁵³⁴ Esta constituiu a segunda revisão desse contrato, pois em 1892 ele sofreu sua primeira revisão, mas não houve qualquer referência à substituição do gás pela eletricidade. Sobre todas as revisões e modificações sofridas pelo contrato da SAG com o governo imperial, aprovado pelo Decreto n. 3278, de 1886. Ressaltamos ainda que ficou estabelecido que a energia elétrica deveria ser produzida por aparelhos movidos a gás ou a vapor, e previa-se a substituição desses aparelhos por motores hidráulicos, desde que houvesse redução das tarifas.Cf. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.(1990).*op.cit.*p.158.

⁵³⁵ *Idem. Ibidem.*

⁵³⁶ Essa concessão, apesar de ter sido instituída na administração Cesário Alvim, remonta à administração do prefeito Luiz Van Ervern, que vetou uma resolução do Conselho Municipal, atribuindo a William Reid & Cia o direito da exploração de energia elétrica produzida por força hidráulica no Distrito Federal. Decisão referendada, inclusive, pelo Senado em 1899. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990),*op. cit.* p.158-159.

Federal, com aplicação em todos os fins, exceto o de iluminação, durante um prazo de 15 anos.⁵³⁷

Sendo assim, com relação ao fornecimento de eletricidade, a municipalidade e não o governo federal, é que atuou como poder concedente e fiscalizador. E a William Reid&Cia tinha, no início do século XX, o privilégio de gerar e distribuir eletricidade de origem hidráulica ao Distrito Federal, com privilégio até 1915.

Essas eram as concessões existentes no setor de eletricidade do Distrito Federal no início do século XX⁵³⁸, mas, apesar delas, a questão da iluminação pública e particular e da geração e distribuição de energia, fosse gerada por termelétricas ou por hidrelétricas, não fora resolvida, pois tanto os empreendimentos da SAG quanto os de Reid⁵³⁹, na virada do século XIX ou no início do XX, não obtiveram sucesso. Os projetos de William&Reid não saíram do papel e a SAG, enfrentava dificuldades financeiras enormes desde 1899. Ou seja, a cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX, àquela que iria se constituir no símbolo do progresso e civilização da Belle Époque no Brasil,⁵⁴⁰ e o principal mercado consumidor para esse serviço, não conseguiu resolver a questão dos serviços públicos e particulares de eletricidade, considerada crucial para o seu crescimento econômico.

Diante desse quadro, Adolf Aschoff, sócio de Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, na Aschoff&Guinle, empresa que tinha exclusividade para vender os produtos da General Electric no Brasil, tinha grande interesse em abrir o mercado de eletricidade do Distrito Federal a novas concorrências⁵⁴¹, já que o dito mercado, pautado pelas concessões da SAG e de William Reid, de fins do século XIX, ainda se apresentava, em 1903, com relação à implantação dos serviços de iluminação e distribuição de energia elétrica, na estaca zero. Portanto, dentro do Clube de Engenharia, o engenheiro elétrico, sócio dos Guinle, defendeu seus interesses ao levar a discussão que havia sido iniciada no legislativo municipal para o

⁵³⁷ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.(1990). *op.cit.*, p.158-159. O concessionário tinha 18 meses para iniciar a distribuição de energia elétrica depois da aprovação dos planos, e ao fim do prazo da concessão, os bens dos concessionários revertiam à municipalidade WEID, Elisabeth von der. *op.cit.*, p.49.

⁵³⁸ Tal como já mencionamos, a consolidação do regime republicano definiu como um dos seus preceitos o federalismo, e essa descentralização político-administrativa legou às municipalidades plenas condições de dirigir as concessões sobre os serviços da cidade, mas não havia, no período em tela, uma legislação específica para o setor, em nenhuma das esferas do poder público brasileiro. Quanto às primeiras legislações do setor nas esferas estadual e federal Cf. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990). *op.cit.*

⁵³⁹ Reid não conseguiu concluir o projeto dentro dos prazos do contrato, e fora obtendo prorrogação dos mesmos. WEID, E von der. *op.cit.* p.49.

⁵⁴⁰ SOUZA, Amara Silva de Souza. *A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Disponível em: www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op

⁵⁴¹ Em matéria veiculada no Jornal do Commercio, em 1905, e assinada por Gaffrée&Guinle, declararam terem comprado uma das quedas do rio Paquequer, no estado do Rio de Janeiro, em 1889, para produzir e levar eletricidade ao Distrito Federal, mas que o início das obras do cais de Santos, obrigou-os a adiar o projeto. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/03/1905. p.3.

interior de uma associação de grande prestígio como o Clube de Engenharia e, conseguiu que o Conselho Diretor do Clube de Engenharia, desse parecer favorável à existência de concorrência para os serviços de eletricidade no Distrito Federal⁵⁴².

Achamos importante ainda lembrar que, em 1903, Gaffrée e Palassin Guinle, além de ocuparem, respectivamente, os cargos de membro do Conselho Fiscal e da segunda vice-presidência da Instituição, foram incluídos como sócios beneméritos da mesma. Portanto, acreditamos que tinham grande força política e prestígio dentro da Instituição.

3.2.2.4 1906: Gabriel Osório de Almeida e o debate sobre o Kwh no Rio de Janeiro

Em 1906, foi realizado no Clube de Engenharia um debate sobre os preços para a prestação de serviços de iluminação pública e particular na Capital Federal. E diferentemente do que ocorrera quando da discussão do projeto n. 65 no Clube de Engenharia, a Guinle & Cia já havia sido fundada e já havia iniciado a disputa com a “The Rio Light” pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal. Inclusive, tinham as duas empresas começado a construção das suas usinas de hidroeletricidade: a usina de Piabanha, da Guinle&Cia e a usina de Fontes, da “The Rio Light”.

E um dos engenheiros que conduziu esse debate, no Conselho Diretor, foi Gabriel Osório de Almeida, um associado importante da Instituição e defensor dos interesses do “Grupo Guinle” dentro da Instituição. Foi exatamente neste ano que Gabriel Osório de Almeida passou a compor o quadro da diretoria da Docas de Santos.⁵⁴³

Observando a trajetória de Gabriel Osório de Almeida⁵⁴⁴ percebemos que teve grande experiência no setor ferroviário, que trabalhou para empresas privadas e também assessorou órgãos do poder público ligados a viação e obras públicas, mesmo antes de se associar ao Clube de Engenharia. Além disso, verificamos que esteve na direção de empresas privadas, de associações profissionais, de academias de ensino, além de ocupar cargos públicos.⁵⁴⁵ Nas

⁵⁴² No capítulo próximo analisaremos a relação entre o substitutivo ao parecer de Aschoff e a aprovação da primeira legislação municipal para o setor elétrico: o decreto municipal n. 1001, de 1904.

⁵⁴³ HONORATO, C.T. (1996). *op.cit.* p.147-148.

⁵⁴⁴ Já destacados em partes anteriores. Cf. 3.1.

⁵⁴⁵ Pedro Marinho mostra que não foi exclusivamente a associação dos engenheiros e industriais que inscreveu Gabriel Osório de Almeida na sociedade política, mas ressalta que com o advento da República, ele consolidou ainda mais sua posição dentre de agências da sociedade política através de cargos diversos. MARINHO, P. M.M. *op.cit.* p.230. Salientamos também que ele esteve diretamente ligado a outra associação de industriais nas primeiras décadas do século XX – o Centro Industrial do Brasil. Fez parte do Conselho Fiscal da instituição no período de 1904-1912, e de 1912-1925 foi o primeiro Vice-Presidente da instituição, quando Jorge Street era seu

empresas do “Grupo Gaffrée & Guinle”, ressaltamos sua participação como diretor da Docas de Santos, em 1906, e como acionista da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, fundada em 1909.⁵⁴⁶

Gabriel Osório de Almeida era um engenheiro civil formado pela Escola Central/Politécnica do Rio de Janeiro, influenciado pelo cientificismo que tomou conta do Brasil no final do século XIX e que, no Clube de Engenharia, teve papel fundamental. Sua participação no Conselho Diretor do Clube de Engenharia foi bastante intensa, especialmente no período de 1896 a 1908, tal como podemos verificar na _ tabela 10.

No período de 1896 a 1897, quando era Diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, participou de 53% de todas as reuniões feitas pelo Conselho Diretor, onde discutiu, entre outras coisas, sobre os aumentos das tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Em 1901, quando era Presidente do Clube, participou de, aproximadamente, 88% de todas as reuniões do Conselho Diretor e discutiu especialmente os temas referentes ao saneamento e viação. No período de 1902 a 1905, sua participação se deu em 56% das reuniões e versava sobre a eletrificação da Estrada de Ferro Madeira-Maromé, as possibilidades de exploração do carvão nacional, sobre a discriminação dos terrenos da marinha e saneamento público. No período 1906-1908, participou de 46% das reuniões e, na verdade, correspondeu aos anos de 1906, quando se ocupou da discussão sobre o preço do kwh no Rio de Janeiro e 1908, quando discutiu sobre o projeto de colonização às margens das estradas de ferro, sobre a Carta Geral da República, Legislação de Minas, etc. Enfim, de maneira geral, as questões nas quais Gabriel Osório de Almeida se envolveu foram variadas.

presidente. CARONE, E. *op.cit.* p.75 e Arquivo Firjan –Processos Eleitorais do CIB: 1904-1931. Filme n.SDO/CIRJ 0001.

⁵⁴⁶ Ressaltamos, mais uma vez, que Gabriel Osório de Almeida fez parte da primeira Comissão Fiscal montada após a fundação da CBEE e foi ele quem passou a presidir as Assembléias anuais da Companhia após a morte de Gaffrée, em 1919. Até seu falecimento, todas as Assembléias da Cia. foram presididas por Gaffrée.

Tabela 10: Proporção da presença de Gabriel Osório de Almeida nas reuniões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia (1891-1915)

Ano	Número de Reuniões do Conselho Diretor	Participação de Gabriel Osório de Almeida
1891	5	-
1892	3	2
1893	5	-
1894	9	-
1895	14	1
1896	22	13
1897	21	10
1898	?	?
1899	?	?
1900	1	1
1901	16	14
1902	40	20
1903	35	11
1904	48	20
1905	34	18
1906	35	12
1907	25	12
1908	32	18
1909	21	1
1910	23	9
1911	25	3
1912	29	4
1913	27	11
1914	19	-
1915	27	-

Fonte: *Revista do Clube de Engenharia*.1900-1915 e *Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia*, 1886-1887;1887-1898.

Considerando a presença e participação de Gabriel Osório de Almeida nas discussões do Conselho Diretor, na passagem do século XIX para o XX, acreditamos poder afirmar que ele contribuiu muito para consolidar a idéia de que era através da ação dos competentes técnicos reunidos no Clube de Engenharia que os problemas de infra-estrutura existentes, no Brasil, poderiam ser solucionados,⁵⁴⁷ contribuindo muito para a construção da visão de mundo que era difundida pela instituição. Neste sentido, concordamos novamente com Pedro Marinho, quando define o Clube de Engenharia como um partido no sentido gramsciano, ou seja, “partido pode ser visto como uma formação burocrática ou ideológica de uma classe a qual se liga organicamente, onde esse partido se apresenta como instrumento de

⁵⁴⁷ Hipótese defendida no trabalho de Vânia Cury. Cf. CURY, Vânia M. *op.cit.* Sônia Regina de Mendonça também assinala a relação que se estabeleceu entre a idéia de progresso e civilização e o aprofundamento da engenharia civil. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e habitus de classe na Primeira República. *Cadernos do ICHF*. Niterói: UFF, 42, nov., 1992. p. 48.

obtenção/manutenção de poder e também como forma de disseminar sua concepção de mundo”.⁵⁴⁸

Portanto, não hesitamos em afirmar que era Gabriel Osório de Almeida um membro importante dentro do Clube de Engenharia, pois além de ter sido Presidente da Instituição participava ativamente dos debates promovidos por ela. E para exemplificarmos nossa afirmação destacamos sua participação em algumas discussões sobre a questão ferroviária brasileira. E também não hesitamos em afirmar que nas discussões travadas pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia sobre o preço do kWh no Distrito Federal, em 1906, foi Gabriel Osório de Almeida o grande defensor dos interesses do “Grupo Guinle”.

3.2.2.4.1 *Gabriel Osório de Almeida: discursos e posição sobre as ferrovias*

As últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX foram marcadas, entre outras coisas, pelo declínio das lavouras de café do médio do Vale do Paraíba fluminense, pelo aumento da produção cafeeira dos fazendeiros do Oeste Novo paulista e pela ampliação da infra-estrutura urbana.⁵⁴⁹

A construção da malha ferroviária no Centro-Sul do Brasil esteve associada ao transporte do café e de outros produtos aos principais portos brasileiros (RJ e Santos) e, assim como as obras públicas urbanas, esteve também diretamente ligada à Engenharia Civil, pois os engenheiros civis estavam vinculados à construção e administração das ferrovias, especialmente nas ferrovias nacionais, e também aos serviços urbanos de locomoção, saneamento, gás, abastecimento de água, eletricidade, etc.

Enfim, havia uma imbricação entre o complexo agro-exportador, as ferrovias, os serviços públicos e a engenharia civil, e toda essa imbricação refletiu-se nas temáticas publicadas na Revista do Clube de Engenharia, no período de 1887 a 1910, sendo os temas ferrovia, abastecimento de água, saneamento e portos, os de maior destaque⁵⁵⁰. Ressaltamos, no entanto, que havia uma ligação direta entre os temas publicados na Revista e os temas discutidos nas reuniões do Conselho Diretor, e que Gabriel Osório de Almeida participou

⁵⁴⁸ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 349-350.

⁵⁴⁹ O declínio do café ocorreu, principalmente, na região do vale do Paraíba fluminense. Em outras áreas, como no Norte fluminense, o café estava em expansão, e sua produção foi prejudicada face ao Convênio de Taubaté. Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de. O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, V. 5, nº. 1, 1999. p. 33-39.

⁵⁵⁰ O tema estradas de ferro correspondeu a 48% de todos os temas publicados. MARINHO, Pedro M. M. *op.cit.*p.213.

ativamente de grande parte das discussões sobre esses temas, tal como já evidenciamos anteriormente.

Quando era consultor técnico do Ministério da Agricultura, em 1892, pouco tempo depois de ter se filiado ao Clube de Engenharia, Gabriel Osório de Almeida produziu um parecer sobre as medidas que deveriam ser tomadas para regularizar o tráfego da Estrada de Ferro Central do Brasil e, no parecer, deixou claro que queria saber a opinião dos técnicos do Clube de Engenharia.⁵⁵¹

Nesse parecer defendeu que os problemas da Estrada de Ferro Central do Brasil (ex-D. Pedro II)⁵⁵² estavam ligados à estrutura do sistema ferroviário brasileiro. Seu parecer foi muito criticado nos debates ocorridos no Conselho Diretor, pois a maioria dos conselheiros entendia que o problema da ferrovia era sua desmoralização e falta de administração competente.⁵⁵³

Outro momento de importante participação sua ocorreu nos debates sobre ferrovias ocorridos no Clube em 1897, quando produziu um parecer para o Clube sobre a elevação das tarifas da E. F. C. B, momento em que era Diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Essa discussão foi motivada por uma proposta de aumento das tarifas da estrada de ferro feita ao Executivo, pelo então Diretor da ferrovia, Pereira Passos.

No seu trabalho, Gabriel Osório de Almeida deixou claro que sendo a referida ferrovia uma via da União competia ao Executivo resolver seus problemas, mas que os preços das suas tarifas não poderiam ser aumentados sem que um máximo para o aumento fosse fixado pelo Legislativo. Além disso, afirmou que a via férrea do Estado só devia ter reposição do custo do trabalho e juros do capital empregado, e que o preço da tarifa devia corresponder ao custo médio dos transportes. Enfatizou que a base para a tarifação devia se apoiar no custo médio do transporte, no valor dos produtos transportados, no equilíbrio da receita e despesa e nos juros do capital nela empregados.

Depois de expor os elementos básicos da sua análise, afirmou que a ferrovia não conhecia esse custo médio dos transportes há muito tempo e que, por isso, era impossível saber se os fretes eram superiores ou não às despesas nas diferentes seções. Logo, seria um erro aceitar aumento das tarifas sem a realização desses estudos.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ Utilizaremos a sigla EFCB para designar a referida ferrovia no texto.

⁵⁵² Usaremos a sigla EFCB a partir deste momento.

⁵⁵³ Sessões de 28/03/1892 e 31/03/1892. *Revista do Clube de Engenharia*. n. 1, 1895.

⁵⁵⁴ Atas das Sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia dos dias 16, 19 e 25 de outubro de 1897. *Revista do Clube de Engenharia*. n°3, 1897.p. 9-70.

Nos dois pareceres (1892 e 1897) enfatizou que havia necessidade de reformas estruturais para solucionar os problemas E. F. C. B, e apontou os caminhos que deveriam ser seguidos, não os associando apenas a questões administrativas.

No ano de 1900, depois de uma década republicana, Gabriel Osório de Almeida tornou-se Presidente do Clube de Engenharia e, em sua gestão, foi organizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria. A sua presença nesse primeiro Congresso de Engenharia e Indústria foi enorme, tal como destacado na tabela _ 10, e ele tomou parte de forma sistemática nas discussões sobre viação.

Logo de início, afirmou que sua participação se devia ao fato de existirem duas escolas opostas dentro do Clube de Engenharia, e dele pertencer a uma delas. Segundo ele, de um lado estariam aqueles que viam o Estado como entidade separada da sociedade, que tudo devia e podia resolver sem que isso afetasse a sociedade; de outro - e ele pertenceria a esse grupo - estariam aqueles que viam o Estado como uma entidade unida à sociedade e, portanto, todas as medidas governamentais afetavam a nação como um todo.⁵⁵⁵

Fez críticas bastante contundentes aos estudos sobre viação apresentados no Congresso e afirmou que aqueles que queriam que o Estado construísse as ferrovias e cobrasse fretes baixos, independente de haver remuneração pelos serviços prestados, e também dos capitais empregados, queriam, no fundo, prejudicar a nação.⁵⁵⁶

Portanto, Gabriel Osório de Almeida afirmou, tal como já havia feito discussões anteriores, que as estradas de ferro tinham que cobrar pelos seus serviços e pelo capital investido, mesmo sendo do governo; defendeu o equilíbrio da receita-despesa e discordou da idéia de que as estradas de ferro deviam ser entidades beneficentes para as zonas que elas atravessavam. Finalizou seu discurso afirmando que as tarifas da E. F. C. B não pagavam os serviços por ela prestados e nem o capital nela investido, e ainda, estabeleceu uma relação entre essa situação, às dívidas do Estado e a dificuldade de realização de obras públicas.

As posições defendidas por Gabriel Osório de Almeida ecoaram de forma bastante intensa dentro do Congresso, pois no documento conclusivo das discussões sobre viação, a relação entre o preço da tarifa de transportes nas estradas de ferro e a realização dos serviços pela mesma foi contemplado.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n.4,1901. p. 41.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro.n. 4, 1901. p.141 e *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro.n. 3, 1901. p. 204. Lembramos que Gabriel O. de Almeida se tornou diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil no período 1903 a 1906.

3.2.2.4.2 Gabriel Osório de Almeida: discursos e posição sobre o preço do kwh no Distrito Federal

Tal como apresentamos no último capítulo, houve entre os Guinle e o grupo de Mackenzie/Pearson, no ano de 1904, a tentativa de um acordo para a exploração do mercado de eletricidade do Distrito Federal. Tentativa essa fracassada, e que resultou no surgimento de em um processo de disputas entre as empresas Guinle&Cia e “The Rio Light” pelo dito mercado.

No ano de 1905, e já autorizada a funcionar no Brasil⁵⁵⁸, os diretores da “The Rio Light” já tinham em suas mãos a Concessão Reid⁵⁵⁹, que permitia à empresa fornecer eletricidade por força hidráulica ao Distrito Federal, e iniciavam o trabalho para obterem a concessão da Sociéte Anonyme Du Gaz⁵⁶⁰, empresa belga, que teve o contrato de exclusividade para a iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro desde 1886, e construiu o Gasômetro em 1911.

Essa vantagem adquirida pela “The Rio Light” – compra da Concessão Reid e início de processo de controle sobre a SAG - não fez com que os Guinle desistissem de ganhar parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal, e isso se evidenciou, entre outros, no debate ocorrido no Clube de Engenharia sobre o preço que deveria custar o kWh no Distrito Federal.

Em dezembro de 1905, Paulo de Frontin, presidente do Clube, solicitou ao professor Henrique Morize um estudo sobre o preço de venda do Kwh para iluminação pública e particular no Rio de Janeiro, intitulado *O preço do quilowatt-hora no Brasil e no estrangeiro*, tendo em vista a realização de um debate no Clube de Engenharia sobre a revisão de tarifas

⁵⁵⁸ Em dezembro de 1904, a “The Rio Light” entrou com o pedido de autorização para funcionar no Brasil, no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, e somente em maio de 1905 a autorização foi dada, depois da pressão feita pelo embaixador norte-americano Lloyd Griscom. Cf. HONORATO, *op.cit.* 1990, s/p e SAES, Alexandre, *op. cit.* 2010, p. 123

⁵⁵⁹ Em janeiro de 1905, Mackenzie depois de negociar com os diretores do Banco Nacional Brasileiro, que recebeu o contrato de William Reid, em 1904, transferiu a Concessão Reid para seu nome, como representante da Light. Portanto, em 1905, a “The Rio Light” se apoderou da Concessão Reid. WEID, Elisabeth von der. *op.cit.* p.47-58.

⁵⁶⁰ O projeto dos articuladores da fundação da “The Rio Light” era controlar os serviços urbanos de transporte, iluminação e telefone e, segundo Elisabeth Weid, conseguiram alcançar grande parte desse desafio no ano de 1907, utilizando três estratégias de controle sobre essas empresas: a compra integral dos ativos, controle acionário e a aquisição indireta. Sobre as concessões adquiridas pela “The Rio Light”. Cf. WEID, Elisabeth von der. *op.cit.* p.47-58. Segundo Amara Silva de Souza Rocha, a Rio Light foi incorporando aos poucos SAG, através da compra das suas ações, concretizando o controle em 1910. ROCHA, Amara Silva de Souza. Luzes da Ribalta. Disponível em : <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=221&pagina=3>. Acesso em julho de 2011. No entendimento de João Luiz Máximo da Silva, a SAG serviu de modelo para a Cia de Gás de São Paulo, também incorporada pela Light. *Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 44

fixadas com a Société Anonyme du Gaz (SAG)⁵⁶¹, já que segundo o contrato celebrado entre a SAG e o governo federal, em 1899, a energia elétrica para a ilumina o da cidade deveria ser produzida por aparelhos acionados a gás ou vapor, prevendo-se a substitui o dos mesmos por motores hidráulicos desde que a empresa se sujeitasse a uma redu o das tarifas. Estas foram fixadas em 850 réis por kWh para os particulares e 800 réis por kWh para o governo.⁵⁶²

Em fevereiro de 1906, quando a “The Rio Light” já tinha comprado algumas das a es da SAG, através da Rio de Janeiro Gas Company⁵⁶³ começaram as discussões sobre o estudo feito pelo Professor Morize acerca do preço da venda do kWh para ilumina o pública e particular no Rio de Janeiro. Gabriel Osório de Almeida se colocou logo na primeira sessão de discussão do estudo, em 12 de fevereiro de 1906. Depois de elogiar muito o Professor Morize, e antes de fazer considera es acerca do estudo apresentado, se posicionou politicamente diante da questão, pois afirmou que o título do trabalho era genérico demais, porque no fundo seu objetivo era definir o preço de venda do kWh para ilumina o pública e particular no Distrito Federal. A nosso ver, Osório de Almeida procurou, logo na primeira sessão, enfatizar a seriedade e complexidade da discussão.

Logo na apresenta o das suas primeiras obje es deixou muito claro que o debate no Clube não estava limitado às questões técnicas, pois afirmou que Morize usou dados fornecidos pelo Sr. Mitchell⁵⁶⁴ para realizar seu estudo, e que todos sabiam que ele era empregado de confiança da Light&Power Company, isto é, da Companhia que, pela parte que detinha na SAG, tinha interesse na determina o do preço máximo da unidade elétrica.⁵⁶⁵ Chegou a afirmar: “Bastaria esse fato para que perfeitamente ficasse eu justificado, não votando sem mais detido exame a conclusão do parecer.”⁵⁶⁶ Portanto, Osório de Almeida criticou a base do trabalho de Morize, criticando sua aproxima o com o pessoal da Light, e, a nosso ver, afirmou que o estudo era tendencioso.

Seu discurso sobre o parecer do professor Morize apoiou-se em questões que poderíamos chamar de políticas e também técnicas. Nas suas primeiras palavras enfatizou que a utiliza o de motores hidráulicos era vantajosa para a empresa contratada, que defendia a

⁵⁶¹ é importante lembrar que Paulo de Frontin fora sócio fundador da Docas de Santos.

⁵⁶² MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (2001). *op.cit.* p.83

⁵⁶³ Segundo Alexandre Saes, Mackenzie pressionou o prefeito Pereira Passos para que exigisse da SAG cumprimento dos seus compromissos. Diante disso, a empresa lançou ao mercado lotes de a es de sua empresa, e estas foram sendo adquiridas pela Rio de Janeiro Gas Company, empresa criada pelos diretores da “The Rio Light” para a compra indireta das propriedades da SAG. Processo esse que terminou em 1907, com a incorpora o da SAG pela “The Rio Light”. SAES, A.M. (2010). *op.cit.* p.322.

⁵⁶⁴ E Mitchell estava associado ao Grupo Light desde fins do século XIX. Era também associado do Clube de Engenharia desde 15/02/1895. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n. 20, 1909.

⁵⁶⁵ *Revista do Clube de Engenharia*. n.21, 1910. p. 57.

⁵⁶⁶ *Idem*. p. 57-59.

diminuição do preço do kwh sem compensações para a empresa contratada, e que não deveriam discutir, no Clube, privilégio e prazo. Assim, fez questão de mostrar que via a SAG/Light como beneficiada na questão.

Logo em seguida, fez algumas considerações técnicas criticando Morize: que não teria trabalhado a relação entre o custo da unidade elétrica e natureza da força motora, a importância das instalações/condições de distribuição, etc. Seguiu criticando Morize, mas retomando a questão com que abriu seu discurso, mais política do que técnica, pois disse não entender por que Morize trabalhou com dados fornecidos por James Mitchell, funcionário da Light, ao invés de ter trabalhado com dados oficiais, citando alternativas como o preço oferecido pela Light em Niterói ou o preço oferecido pela Guinle&Cia a Cantareira, ou mesmo o preço da proposta da Guinle&Cia ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.⁵⁶⁷

Seguindo com sua veemente crítica ao estudo do professor Morize, e tocando novamente em uma questão técnica, disse discordar do professor acerca da idéia de que o preço da energia elétrica ou a gás dependia somente do fator carga. Enfatizou como determinante do preço também o tipo de aplicação da energia, se às máquinas ou iluminação. Chegou a afirmar que o que poderia reduzir o preço da energia seria a concorrência⁵⁶⁸. Terminou seu discurso defendendo que o preço da luz deveria ser menor que aquele apresentado no estudo do professor Morize e votou contra a aprovação do parecer.

O discurso de Gabriel Osório de Almeida suscitou reações bastante significativas e que reforçam a idéia de que a discussão sobre o preço do kwh no Rio de Janeiro, não foi apenas uma discussão técnica, muito pelo contrário, teve não como “pano de fundo”, mas como “pano de frente”, a própria disputa “The Rio Litht” *versus* Guinle&Cia pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal.

Em algumas das passagens do discurso de um dos conselheiros, Pedro Luiz⁵⁶⁹, na sua análise sobre o trabalho do professor Morize e em resposta às considerações de Osório de Almeida, afirmava:

(...) os que discutem de boa fé, como profissionais, e neste caso estão todos os membros do Conselho Diretor, os que procuram se esclarecer para dar um

⁵⁶⁷ *Idem* p. 60-61.

⁵⁶⁸ *Idem*. p. 62-68.

⁵⁶⁹ Engenheiro civil, nascido no Rio de Janeiro. Entrou como sócio para o Clube de Engenharia em 1886 e faleceu em 1913. Informações retiradas da ficha de associados do Clube de Engenharia (Biblioteca do Clube de Engenharia). Não encontramos qualquer informação sobre ele nas Revistas do Clube e nem na Brazil Ferro Carril.

voto acertado e consciencioso, esquecendo os litigantes, a procedência desses, se são brasileiros ou estrangeiros, são forçados, como o orador, a estudar as condições das duas cidades, a natureza e o custo dos trabalhos(...). O ilustrado colega Dr. Osório exagerou os fatos para melhor ajeitá-los às conclusões a que visava chegar.(...)⁵⁷⁰

Fez questão de enfatizar que o Conselho Diretor deveria esquecer os envolvidos na disputa pelo preço do kwh no Rio, e sugeriu que Gabriel Osório de Almeida estava distorcendo intencionalmente os fatos. Seguiu em sua crítica às contestações de Gabriel Osório de Almeida e chegou a afirmar que a Guinle&Cia tinha que ter comprado a Concessão Reid:

(...) Nunca pude compreender como os nossos distintos patrícios, ornamentos do nosso mundo industrial e financeiro, homens de vistas penetrantes e lúcidas, de animo ousado e resoluto, os Srs. Gaffrée&Guinle, tendo em vista explorar o serviço de fornecimento de luz e força a esta cidade por energia hidráulica, não tivessem adquirido a concessão W. Reid e deixassem que fosse ela ter as mãos da Light and Power, (...).⁵⁷¹

Portanto, Pedro Luiz, fez críticas ao trabalho do professor Morize, mas concentrou seus esforços em mostrar que as contestações de Gabriel Osório de Almeida visavam beneficiar os concorrentes da SAG/Light. Defendeu que o Conselho Diretor não votasse no parecer, nem a favor e nem contra.⁵⁷²

Em sua resposta às contestações de Gabriel Osório de Almeida o professor Morize⁵⁷³, ao mesmo tempo em que tentou explicar as bases do seu trabalho e dos cálculos para a definição do preço do kwh, no Rio, também acabou por deixar claro que via o discurso de Gabriel Osório de Almeida como um discurso de defesa dos interesses de Gaffrée&Guinle.

(...) confesso não compreender a repugnância do Dr. Osório e as suas críticas a este meu modo de proceder (...). “(...) Por fim me critica por ter adotado

⁵⁷⁰ *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n. 21, 1910. p.87

⁵⁷¹ *Idem*. p.94.

⁵⁷² Outro membro do Conselho Diretor que participou muito dessa discussão e que, assim como Pedro Luiz, foi a favor da não votação do parecer do professor Morize, foi João do Rego Barros, alto funcionário da SAG.

⁵⁷³ O professor Morize respondeu Gabriel O. de Almeida antes mesmo de responder Rego Barros, sendo que este último também havia feito muitas críticas ao seu trabalho e havia falado antes de Gabriel O. de Almeida nas discussões do Conselho Diretor.

preço básico o que me foi fornecido pelo nosso colega Mitchell, parte interessada, e de ter desprezado os de Guinle & Cia, em Niterói, e os de Gaffrée&Guinle, nesta capital, partes desinteressadas (...).⁵⁷⁴

Gabriel Osório de Almeida, em novo discurso, no dia 03/03/1906, afirmou que sua participação na discussão estava relacionada à vontade de acertar e que não haveria outro motivo além desse. Insistiu e reafirmou que o estudo do professor Morize estava cheio de erros.⁵⁷⁵ Dois dias depois, em 05/03/1906, Gabriel Osório de Almeida contou com o apoio de Jorge Street, que ao contrário de Osório de Almeida, fez questão de estabelecer sua relação com Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, além de defender que o Conselho Diretor deveria se preocupar em proporcionar ao país energia elétrica a preços suficientemente baixos para permitir o desenvolvimento das indústrias. Começou seu discurso dizendo de que lado estava:

(...) Tenho, Sr. Presidente, com os Sr. Gaffrée&Guinle, beneméritos brasileiros que têm prestado ao seu paiz, na vasta esfera da sua fecunda atividade, os mais relevantes serviços, relações da mais íntima amizade. Esta íntima amizade, de que me orgulho, fez com que eu acompanhasse desde o início os estudos feitos por aquela firma, que, como é público e notório, concorreu perante os poderes públicos para, de acordo com as leis, fornecer energia hidroelétrica a esta capital (...).⁵⁷⁶

Após elogiar Gaffrée e Palassin Guinle, defendeu a Guinle&Cia através da apresentação da proposta que a empresa havia feito a Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em março de 1905, dizendo que os Guinle tinham conhecimento de causa e que os preços oferecidos eram remuneradores dos serviços prestados. Street disse não concordar com Morize, considerando o preço sugerido em seu trabalho como sendo alto e ainda, fez questão de dizer que a concessão Reid não dava privilégio à Rio Light, por conseguinte, seria possível estabelecer concorrência.⁵⁷⁷ Bom, Street interferiu no debate de forma enfática, apelando para o patriotismo e para a credibilidade de Palassin e Gaffrée.

O debate intenso, nos meses de fevereiro e março de 1906, nas sessões do Conselho Diretor do Clube de Engenharia terminou sem a votação do parecer do professor Morize, pois

⁵⁷⁴ *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro. n.21, 1910. p.109.

⁵⁷⁵ *Idem.* p.129-160.

⁵⁷⁶ *Idem.* p.197-198.

⁵⁷⁷ *Idem.* p.199-208.

o Conselho Diretor não votou nem a favor e nem contra. Ou seja, não imprimiu uma solução para o caso.

A nosso ver houve, em fevereiro e março de 1906, um debate técnico nas sessões do Conselho Diretor, mas principalmente um debate político, onde Gabriel Osório de Almeida secundado por Jorge Street, procurou frear o avanço da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Ltd. sobre o mercado de eletricidade do Distrito Federal, tentando forçar para baixo o valor preço da iluminação.⁵⁷⁸

Nesse momento, tanto a Guinle&Cia, quanto a “The Rio Light” iniciavam a construção das suas usinas hidrelétricas para fornecer energia elétrica ao Distrito Federal, respectivamente, a usina de Piabanha, em Alberto Torres, e a usina de Fontes, em Ribeirão das Lajes. E a “The Rio Light”, apesar de ter comprado a concessão Reid, “adquirida” em 1905, e de ter também o controle sobre a SAG, iniciado em 1906, ainda não tinha, de fato, produzido a energia elétrica para fornecer ao Distrito Federal e para fornecer à SAG.⁵⁷⁹ Portanto, o controle da “The Rio Light” sobre o mercado de eletricidade do Distrito Federal estava ainda por ser conquistado.⁵⁸⁰ Daí a importância do debate travado no Clube de Engenharia: uma vez definido um valor elevado para o preço da iluminação beneficiaria-se a “The Rio Light”, enquanto a definição de um preço diminuto a prejudicaria.

E, assim como ocorrera em 1903, o “Grupo Guinle continuava presente e atuante na instituição, e, a nosso ver, apesar de não terem conseguido um parecer do Conselho Diretor favorável aos seus interesses, tinha mais prestígio que aqueles que representavam os interesses da “The Rio Light”⁵⁸¹ pois apesar de Pearson e Mackenzie - os dois articuladores da fundação da “The Rio Light”- terem se associado em fins de 1905⁵⁸², e James Mitchell, associado a eles, ser membro da Instituição desde 1895⁵⁸³, eram todos eles apenas sócios

⁵⁷⁸ O professor Morize sugeriu que o preço fosse de 412,5 réis. João do Rego Barros, alto funcionário da SAG, sugeriu que ele deveria ficar em torno de 687,5réis e Gabriel Osorio de Almeida, depois de fazer inúmeras críticas ao trabalho de Morize, e apesar de não sugerir um preço, afirmou ser possível o fornecimento de energia a preços próximos de 80 réis.

⁵⁷⁹ É importante ressaltar também que o grupo da “The Rio Light” negociou a Concessão Reid, mas tinha como meta fundamental alterar muitas das suas cláusulas. WEID, E. Von der. (2008). *op.cit.* p. 58-65.

⁵⁸⁰ É importante ressaltar que, em 1905, Lauro Müller assinou o Decreto Federal n. 5.407 que permitia que empresas que entrassem em entendimento com o Governo Federal fornecessem energia elétrica para os serviços federais do Distrito Federal. E ainda, que em 1904, foi assinado um Decreto Municipal n. 1001, que proibia concessão de privilégios de qualquer aplicação de energia elétrica, o que abria a possibilidade do mercado de eletricidade do Distrito Federal ser explorado por mais de uma empresa.

⁵⁸¹ James Mitchell, referindo-se aos Guinle como inimigos, afirmou que estava preocupado com o fato da discussão ir para o Clube de Engenharia e de lá serem prejudicados. Arquivo Light. Correspondências Mackenzie. Carta de James Mitchell, de 22 de dezembro de 1905.

⁵⁸² MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (2001). *op.cit.* p.84.

⁵⁸³ *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro.n.20, 1909. João do Rego Barro, alto funcionário da SAG que se posicionou defendendo os interesses da Light no debate, também era associado da instituição desde 16/02/1887. *Revista do Clube de Engenharia*.Rio de Janeiro. n.20, 1909.

efetivos, assim como João do Rego Barros, alto funcionários da SAG, que defendeu os interesses da “The Rio Light” neste debate.⁵⁸⁴ “Os Guinle”, ao contrário, estavam entre os sócios que compunham a diretoria da Instituição, tais como Gafrée e Palassin Guinle, e eram sócios beneméritos, assim como Gabriel Osório de Almeida. E Jorge Street, que junto a Gabriel Osório de Almeida defendeu os interesses da Guinle&Cia, era filho de Ernesto Diniz Street, sócio fundador. Portanto, acreditaram que levando a discussão para dentro da instituição⁵⁸⁵, conseguiriam parecer do Conselho Diretor favorável a seus interesses. Logo, abstenção do Conselho Diretor traduziu-se em derrota para os Guinle.⁵⁸⁶

3.2.3 O Grupo Guinle no Centro Industrial do Brasil

O Centro Industrial do Brasil (CIB) representou uma importante iniciativa de centralização e encaminhamento das reivindicações e demandas apresentadas pelos industriais estabelecidos na Primeira República brasileira. De acordo com seus estatutos a associação tinha por objetivo promover o desenvolvimento da indústria e incentivar a formação de associações congêneres nas outras federações brasileiras.⁵⁸⁷

A partir da sua criação, em 1904, o CIB reuniu como filiados, além dos integrantes da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e do Centro de Indústria de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (CIFTA), empresas de vários ramos como: metalurgia, vidro, cerâmica, bebidas, fumo, madeira, etc., totalizando um número de 338 filiações entre empresas e associações.

Em seus estatutos constava que o Centro organizaria um serviço diário de informações e uma biblioteca especial, além da publicação do boletim da entidade, organização de uma exposição permanente e de um museu de matérias-primas nacionais. No entanto, apenas a publicação de textos avulsos, do Boletim e a elaboração de estatísticas tornaram-se uma prática constante.⁵⁸⁸

⁵⁸⁴ *Idem.*

⁵⁸⁵ Mackenzie afirmou que os Guinle é que sugeriram que o Conselho Diretor do Clube de Engenharia estudasse a questão e desse sua opinião. Arquivo Light. Correspondências Mackenzie. Carta de Mackenzie para Pearson, em 02/01/1906.

⁵⁸⁶ A revisão do contrato com a SAG só aconteceu em 1909, quando a SAG foi autorizada a utilizar motores hidráulicos para a geração de energia destinada à iluminação ou a adquiri-la de terceiros. Os preços da energia para iluminação pública foram fixados de acordo com o consumo, e o preço da energia para iluminação particular não poderia ser maior que 285 réis por kWh. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990). *op.cit.* p.159-160.

⁵⁸⁷ Arquivo Firjan- Estatutos. *Boletim do Centro Industrial do Brasil.* 1904-1905. p. 18-20

⁵⁸⁸ *Idem.*

Apesar de não cumprir tudo que fora estabelecido em seus estatutos, o CIB desempenhou papel de destaque no Brasil daquele período e Edgard Carone, Ângela de Castro Gomes e Maria Letícia Corrêa, ao analisarem aspectos dessa instituição, mostram isso.

Edgard Carone afirmou que o Centro Industrial do Brasil cresceu muito como instituição representativa dos industriais nos primeiros anos do século XX, e que marcou presença diante da classe, do governo e da sociedade⁵⁸⁹. Ressaltou que os elementos que estavam à frente do CIB eram homens ligados à indústria e que tinham plena consciência dos seus objetivos - que era essencialmente a defesa da indústria.⁵⁹⁰ Ressaltou ainda que seus dirigentes procuravam contato com o governo, aliás, procuravam a colaboração do governo. Além disso, Carone fez questão de enumerar as várias conquistas da instituição tais como a organização dos seus Boletins, as exposições, os estudos que fez sobre a defesa das tarifas alfandegárias, sobre a presença do capital estrangeiro, sobre os impostos interestaduais, etc., e a organização da obra “Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias”, que, segundo o autor, marcou os estudos históricos e econômicos brasileiros⁵⁹¹.

Portanto, Edgard Carone não tem qualquer dúvida acerca da importância do CIB para a indústria brasileira da Primeira República, pois deixou claro que a instituição agiu em favor da indústria em geral.

Ângela de Castro Gomes, estudando as várias organizações de várias entidades de classe surgidas na Primeira República, mostrou que havia um certo padrão de organização nessas entidades⁵⁹². Tal como se organizava o CIB, quase sempre havia uma diretoria que de modo geral era composta pelos cargos de presidente e vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros. Podia existir ainda o cargo de secretário geral, que representava a entidade em conferências e congressos, além de elaborar os documentos dirigidos às autoridades governamentais. Ressaltou ainda que a diretoria era eleita e variava em torno de dois anos, mas que os dirigentes poderiam permanecer nesses cargos por longos períodos excedentes, o que aconteceu, por exemplo, no CIB. Afirma também que além da diretoria existia um Conselho Fiscal que acompanhava as atividades e iniciativas da associação de classe através de reuniões com a diretoria e exame do seu relatório. No CIB esse conselho era formado por três integrantes. Ressalta ainda que o CIB desempenhou o papel de instituição intermediária,

⁵⁸⁹ CARONE, Edgard. (1978), *op. cit.*

⁵⁹⁰ Segundo Edgard Carone, em 1881, com o *Manifesto da Associação Industrial*, publicado por Felício dos Santos, o conceito de indústria já aparecia em seu sentido completo, moderno. CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1888-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.p.6-7.

⁵⁹¹ *Idem. Ibidem.* p. 73-78.

⁵⁹² GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

que agia em nome dos interesses representados “não só face às pressões do movimento operário, como principalmente face ao Estado”, e que tinha representação nacional.⁵⁹³

Maria Letícia Corrêa destacou o papel que os diretores dessas entidades tinham, e a relação que existia entre o CIB e os poderes públicos⁵⁹⁴. Afirmou que os diretores eram convocados a participar das assembléias gerais destinadas às decisões importantes, assim como ações junto aos poderes públicos, e ainda, que eram eles que examinavam as ações realizadas na apresentação de relatórios. Destacou também a questão da proporcionalidade do direito de voto, pois os sócios efetivos tinham direito a um voto, exceto às sociedades anônimas ou coletivas, que tinham direito a dois votos correspondentes a cada 500 contos de réis do seu capital, ou fração, até o máximo de 40 votos, ou seja, era uma associação onde as empresas tinham muito poder de decisão.⁵⁹⁵

A mesma autora enfatizou que o CIB pressionava as autoridades governamentais e que a instituição fora reconhecida pelos poderes públicos, tanto que muitos presidentes de estado enviaram telegramas congratulando-se com a entidade; mostrou que houve a formação de comissões por parte do CIB para entrar em contato com as autoridades governamentais, e exemplifica isso através da criação de um projeto para elaboração de uma estatística nacional, resultante de uma conferência realizada em 1905 entre uma comissão de integrantes do CIB e o então ministro da Viação, Lauro Müller; que o Centro organizava manifestações públicas para o presidente da República; que divulgavam suas reivindicações na imprensa na tentativa de interferir nas questões de política econômica em discussão no Congresso; que fez propaganda das indústrias nacionais, e os artigos de Cunha Vasco seriam emblemáticos; e ainda, que a instituição organizou seu Boletim que reunia os artigos da instituição que saíam na imprensa, Boletim esse que era distribuído gratuitamente para estados, governadores, industriais, bibliotecas, etc.⁵⁹⁶

Assim, Maria Letícia Corrêa, a partir das análises dos artigos publicados no *Jornal do Commercio* pelo CIB e demais textos, entendeu que os dirigentes do CIB procuraram, através da publicação dos seus textos, das comissões que formaram, das manifestações públicas que organizaram, fazer pressão sobre seus interlocutores diretos, que eram os homens de governo.

⁵⁹³ A autora constatou ainda que as associações de classe patronais surgidas no Rio de Janeiro na Primeira República eram dirigidas por um grupo de elementos que se constituía em lideranças empresariais, por sua representatividade econômica e pela prática adotada na defesa dos interesses da classe, e composta por um universo limitado de nomes que se mantinha no controle dos cargos dirigentes das entidades. Quanto à representatividade nacional do CIB teria se verificado quando da discussão da legislação social, a partir de 1917. *Idem. Ibidem.* p. 117-123.

⁵⁹⁴ CORRÊA, Maria Letícia. (1996), *op.cit.*

⁵⁹⁵ *Idem.* p.92.

⁵⁹⁶ *Idem.* p. 92-98.

Defendeu que tudo isso fazia parte de uma ação articulada, e que a divulgação das estatísticas feitas pelo Centro era um dos seus principais instrumentos de pressão.

Portanto, os três trabalhos acima citados nos informam sobre o importante papel desempenhado pelo Centro Industrial do Brasil na economia da Primeira República brasileira, pois além de revelarem aspectos da organização da instituição, mostram a articulação que seus dirigentes procuraram estabelecer com as autoridades governamentais e com a sociedade em geral, se considerarmos as propagandas que faziam nos jornais, os boletins que produziam, as exposições que organizavam, e as pautas que defendiam.

3.2.3.1 Presença, participação e ocupação de posições

A presença, participação e ocupação de posições por parte dos Guinle no Centro Industrial do Brasil começaram a se delinear em sua inauguração. Já na primeira reunião do CIB, em 18 de agosto de 1904, estavam presentes dois dos grandes sócios de Eduardo Palassin Guinle e Cândido Gaffrée: Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street.⁵⁹⁷

Nessa primeira reunião duas questões nos chamaram atenção acerca da presença dos Guinle na instituição: o destaque dado à defesa da indústria nacional, aspecto enfatizado por Jorge Street, Gabriel Osório de Almeida e também Serzedello Corrêa e a entrada de várias empresas do chamado “Grupo Guinle” como sócias da instituição.

O sr. Dr. Jorge Street propõe para sócios efetivos as sociedades anônimas, Companhia Docas de Santos, capital 60.000:000\$; Sociedade Anônima Fabrica de São João, capital de 2.400:000\$; Nova Fábrica do Rink, capital de 1.200:000\$; Fábrica Santa Luzia, capital de 360:000\$; Fábrica de Tecidos Santa Heloísa, capital de 500:000\$, e sociedade coletiva Guinle & Cia., capital 1.200:000\$; e os srs. Candido Gaffrée, Eduardo P. Guinle, Eduardo Guinle, Guilherme Guinle, Carlos Guinle, sendo todos aprovados unanimemente.⁵⁹⁸

Logo, os Guinle, não só através do chamado Grupo Guinle mas através dos próprios membros da família, Eduardo Palassin e seus filhos, além de Cândido Gaffrée⁵⁹⁹, estavam presentes na instituição desde a sua fundação como sócios.

⁵⁹⁷ Arquivo Firjan - Atas de reuniões do CIB, filme nº. 0001.Codificação DIR./CIR J0001. Folha nº.1, 1904.

⁵⁹⁸ Arquivo Firjan - Livro de Atas das Reuniões, sessão em 18/08/1904.

⁵⁹⁹ Tal como já afirmamos, consideramos Gaffrée como um dos membros da família, pois era sócio de Palassin em todos os seus negócios, além de ser o grande articulados de todos os negócios da família, e ainda, quando morreu, em 1919, deixou seus bens para os membros da família.

Quanto à ocupação de posições do “Grupo Guinle” na instituição, podemos afirmar que ela se fez a partir de quatro dos grandes homens: Jorge Street, Gabriel Osório de Almeida, Ildelfonso Dutra e Guilherme Guinle, que ocuparam posições na diretoria da Instituição.

A primeira diretoria do CIB, consoante quadro _ XI, formada para o período de 1904-1907, e que só foi substituída em 1912, era composta por Inocêncio S. Corrêa, presidente; Luiz Raphael V. Souto, primeiro vice-presidente; M. A da Costa Pereira, segundo vice-presidente; Jorge Street, primeiro secretário; J. M. da Cunha Vasco, segundo secretário; Alfredo L. Pereira Chaves, primeiro tesoureiro e Júlio Pedroso de Lima, segundo tesoureiro. A Comissão Fiscal era formada por Gabriel Osório de Almeida, Joaquim Carvalho de Oliveira e Hermann Kaldhul.⁶⁰⁰

Quadro XI: Membros da Diretoria do CIB no período de 1904-1931

	1904-1907	1912-1915	1916-1917	1918-1920	1921-1925	1926-1928	1928-1931
Presidente	Inccencio S. Corrêa	Jorge Street	Jorge Street	Jorge Street	Jorge Street	Francisco de Oliveira Passos	Francisco de Oliveira Passos
1º Vice-presidente	Luiz Raphael V. Souto	Gabriel Osório de Almeida	Gabriel Osório de Almeida	Gabriel Osório de Almeida	Gabriel Osório de Almeida	Júlio B. Ottoni	Francisco Ignácio Botelho
2º Vice-presidente	M.A da Costa Pereira	M.A da Costa Pereira	M.A da Costa Pereira	Júlio B. Ottoni	Júlio B. Ottoni	Guilherme Guinle	Guilherme Guinle
1º Secretário	Jorge Street	Júlio B. Ottoni	Júlio B. Ottoni	Ildelfonso Dutra	Ildelfonso Dutra	Julião de Baère	Júlio P.de Lima Junior
2º Secretário	J.M da Cunha Vasco	J.M da Cunha Vasco	J.M da Cunha Vasco	Vago	Joaquim Penalva Santos	Joaquim Penalva Santos	Joaquim Penalva Santos
1º Tesoureiro	Alfredo L. Ferreira Chaves	Júlio Pedroso de Lima	Júlio Pedroso de Lima	Júlio Pedroso de Lima	Júlio Pedroso de Lima	Arthur de Castro	Arthur de Castro
2º Tesoureiro	Júlio Pedroso de Lima	J.Cantanheda	Ildelfonso Dutra	Julião de Baère	Julião de Baère	Júlio Pedroso de Lima Junior	Cezar Augusto Bordallo
Comissão Fiscal	Gabriel Osório de Almeida; Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva. Hermann Kalduhl	Hermann Kalkuhl; J. C de Oliveira e Joaquim de Lamare	Ildelfonso Dutra, Francisco Ferreira Leal e Joaquim de Lamare	Guilherme Guinle, Pedro B. Cerqueira Lima e Theotônio Sá	Guilherme Guinle, Pedro B. Cerqueira Lima e Theotônio Sá.	Pedro B. Cerqueira Lima e Theotônio Sá e Edgard Peixoto	Pedro B. Cerqueira Lima, Etienne Esberard e Edgard Peixoto

⁶⁰⁰ Arquivo Firjan - Processos eleitorais. Filme SDO/CIRJ 0001, ficha n.1.

Conselho Superior	-	Antônio Felício dos Santos, Aarão Reis; Ildefonso Dutra; Guilherme Guinle , etc	Antônio Felício dos Santos, Aarão Reis; Ildefonso Dutra; Guilherme Guinle , etc.				
--------------------------	---	---	--	--	--	--	--

Fonte: Processos Eleitorais do Centro Industrial do Brasil. Filme n. SDO/CIRJ 0001 ficha n.1.

Jorge Street e Gabriel Osório de Almeida fizeram parte da diretoria da instituição desde a sua fundação em 1904. De 1904 até 1912 Jorge Street foi o 1º secretário, e Gabriel Osório de Almeida, no mesmo período, fazia parte da Comissão Fiscal. De 1912 a 1925 Jorge Street passou a ser presidente do CIB e Gabriel Osório de Almeida primeiro vice-presidente.⁶⁰¹

A partir de 1912 outros dois membros do chamado Grupo Guinle passaram também a fazer parte da diretoria. Ildefonso Dutra passou a ser segundo tesoureiro e membro da Comissão Fiscal, no período de 1916-1917 e primeiro secretário, no período de 1918-1925. E Guilherme Guinle foi membro do Conselho Fiscal de 1918-1925 e segundo vice-presidente da instituição no período de 1926-1931. Além disso, ambos fizeram parte do Conselho Superior da instituição no período de 1912-1917.⁶⁰²

Assim, podemos afirmar que o “Grupo Guinle” esteve presente na diretoria do CIB e ocupou posições bastante significativas da instituição: membros do Conselho Fiscal, primeiro-secretário, presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente. E ainda, a partir do momento em que Jorge Street ocupou o cargo de presidente da instituição, outros cargos fundamentais ficaram nas mãos de membros do “Grupo Guinle”, pois o primeiro vice-presidente era Gabriel Osório de Almeida e o primeiro secretário Ildefonso Dutra, além da presença de Guilherme Guinle na Comissão Fiscal.

3.2.3.2 Jorge Street e a defesa dos interesses do Grupo Guinle no Centro Industrial do Brasil

A participação do Grupo Guinle no CIB, tal como mostramos era grande. Para além das funções executivas, ou consultivas, ou mesmo fiscalizadoras, chamamos a atenção para o papel desempenhado por Jorge Street na Instituição e também na defesa dos interesses do “Grupo Guinle” dentro da Instituição.

⁶⁰¹ *Idem.*

⁶⁰² *Idem.*

O filho de Ernesto Diniz Street era um grande industrial ⁶⁰³ e tinha uma posição de destaque no CIB. Foi primeiro secretário, tal como já afirmamos, de 1904-1912, e nesse período foram feitas, aproximadamente, 86 reuniões da diretoria, e Street não faltou a nenhuma delas.⁶⁰⁴ Foi Street, inclusive, quem presidiu a assembléia de fundação do CIB, e foi ele junto com Cunha Vasco e Serzedello Corrêa que fizeram o projeto dos estatutos da instituição. Além disso, tornou-se presidente do CIB em 1912, ocupando esse cargo até 1925. Portanto, Jorge Street ocupou cargos importantes dentro da Instituição nos seus primeiros 21 anos de existência.

Além de importante industrial, diretor de entidades de classe, entre outros, é importante ressaltar que Jorge Street junto com Cunha Vasco, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Américo Werneck, Serzedelo Corrêa, Oliveira Passos, e outros, eram representantes da indústria⁶⁰⁵ e formaram a primeira geração de industrialistas do Brasil.⁶⁰⁶ Nícia Vilela Luz afirma ter se desenvolvido, no Brasil das primeiras décadas republicanas, um pensamento econômico nacionalista⁶⁰⁷ que, inclusive, se distinguiria em duas etapas: uma representada por Amaro Cavalcanti, essencialmente industrialista; e outra, resultante das crises da década de 1890, que enfatizava o desenvolvimento industrial e de toda a produção do país, e que teve como um de seus mais significativos representantes Serzedelo Corrêa.⁶⁰⁸ Este grupo reivindicava uma tarifa alfandegária protecionista, mas também medidas de política interna como a abolição de impostos interestaduais, desenvolvimento dos meios de transporte, redução de fretes, etc.⁶⁰⁹ Em suma, defendiam a necessidade da criação de condições internas para a “conquista do mercado nacional pela indústria brasileira”.⁶¹⁰

⁶⁰³ Conferir a trajetória de Jorge Street no item 3.1 da Tese.

⁶⁰⁴ Nos arquivos da Firjan encontramos as atas das reuniões do Centro Industrial do Brasil completas para os períodos de 1904, 1905 e 1906. Já para o ano de 1907, só houve reuniões de janeiro a agosto. Quanto às reuniões referentes aos anos de 1908 a 1912, não podemos afirmar se aconteceram ou não, ou em que períodos, pois nessa instituição, não há registros dessas reuniões, somente nos meses de junho e julho de 1912.

⁶⁰⁵ Industriais já tinham se reunido nos anos de 1870, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Felício dos Santos, na Associação Industrial, e entendiam que a industrialização tornaria o Brasil independente economicamente e defendiam o protecionismo. LUZ, N.V. (2004). *op.cit.* p.67.

⁶⁰⁶ Segundo Edgard Carone, mesmo salientando a erudição de Vieira Souto ou Serzedelo Corrêa, afirma ser essa primeira geração pragmática. CARONE, Edgard (1978). *op.cit.* p. 79. Maria Letícia Corrêa, procurando as especificidades de alguns daqueles que participaram do debate econômico no período, analisou os discursos de Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha, e afirmou que Serzedelo tinha um discurso articulado que criticava o *laissez-faire*, impunha a necessidade de um protecionismo alfandegário, tanto para produtos agrícolas quanto industriais. CORRÊA, M.L. (1996). *op.cit.*

⁶⁰⁷ Industrialistas que contavam com a “indústria como elemento de prosperidade, de progresso para o país”, defendendo que as indústrias deveriam ser auxiliadas por medidas amplas e de caráter geral. Queriam tarifa alfandegária que dispensasse proteção eficaz e equitativa. LUZ, N.V. *op.cit.* p.117.

⁶⁰⁸ A autora afirma que Serzedelo defendia a indústria, mas também os interesses da produção agropecuária. *Idem. Ibidem.* p.70-77.

⁶⁰⁹ Segundo a autora além dos industrialistas do grupo de Serzedelo, tais como Barata Ribeiro, Lauro Müller, Osório de Almeida e outros do Clube de Engenharia, havia outros como políticos e estadistas, principalmente de

Street estava entre os homens que mais lutaram pelo desenvolvimento industrial do Brasil.⁶¹¹ E em dois grandes momentos da defesa da indústria nacional no Brasil da Primeira República: no início do século XX, quando houve a grande ofensiva protecionista, iniciada em 1903, com o projeto Luís Alves, e nos anos de 1910, quando inaugurar-se-ia para a indústria nacional uma fase defensiva, já que lutaria para conservar suas conquistas em face da crescente pressão para se estabelecer uma tarifa alfandegária mais liberal⁶¹², Street lutou pela industrialização, e no seio da sua luta, defendeu os interesses dos Guinle no setor elétrico dentro do Centro Industrial do Brasil.

Em 1904, foi apresentado um projeto⁶¹³ na Câmara dos Deputados do deputado mineiro João Luís Alves⁶¹⁴ que refletia as tendências nacionalistas de época⁶¹⁵ e Street participou dele publicando uma série de artigos na Gazeta de Notícias, sob o título Tarifas⁶¹⁶ em defesa deste projeto.

Começou assim seu trabalho:

No estudo que tencionamos fazer sobre o projeto de tarifas do ilustre Deputado Dr. João Luís Alves, ora em discussão na Câmara, procuraremos dar a orientação a mais prática possível, valendo-nos dos dados e fatos de que dispomos e que julgamos poderem servir para apoiar ou refutar as diversas opiniões emitidas sobre o assunto no parlamento e na imprensa.

(...). O sistema livre-cambista está moribundo no mundo inteiro, e a estupenda progressão econômica da América do Norte, da Alemanha, da Rússia e da Itália, devida unicamente ao decidido apoio e proteção à outrance dada por essas nações às suas indústrias, tornou indiscutível a vitória do protecionismo.

Os mais decididos adversários do projeto João Luís Alves, na Câmara, defendem-se cuidadosamente de serem contrários à proteção às nossas

Minas Gerais e Rio de Janeiro, como João Luis Alves, Francisco Sales, João Pinheiro, Nilo Peçanha, etc. LUZ, Nícia V. *op.cit.* p. 70-77 e 129.

⁶¹⁰ Teria surgido um movimento em defesa da produção nacional. *Idem . Ibidem.* p. 77.

⁶¹¹ CARONE, Edgar.(1978).*op.cit.*p. 172.

⁶¹² Nícia Vilela Luz afirma terem existido três fases distintas do movimento a favor da industrialização na Primeira República: a do industrialismo, da primeira década republicana; a da grande ofensiva protecionista, do início do século XX e a da consolidação, a partir de 1908. LUZ, N ícia V. (2004). *op.cit.* p.103.

⁶¹³ O projeto João Luís Alves foi apresentado na Câmara dos Deputados, em 1904, e não foi votado pelo Congresso. Permaneceu encalhado de 1904 a 1907, e em 1908 não voltou à discussão.

⁶¹⁴ Natural da cidade de Juiz de Fora/MG, foi deputado na Assembléia de MG de 1899 a 1902, e deputado para Congresso Nacional por MG no período de 1903 a 1909. Foi senador pelo Espírito Santo de 1909 a 1918, quando renunciou ao cargo para ser Secretaria das Finanças do Governo Artur Bernardes em MG. Na presidência de Artur Bernardes foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1924. Produziu uma extensa obra jurídica, sendo um dos temas a As Tarifas Aduaneiras. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=143>. Acesso em outubro de 2010.

⁶¹⁵ Defesa e amparo da produção nacional por meio de uma tarifa protecionista. LUZ , Nícia V. *op.cit.* p.133.

⁶¹⁶ Havia grande instabilidade tarifária na primeira década republicana brasileira, e inúmeras foram as revisões feitas no sistema tarifário brasileiro (1896,1897,1900) que já acusavam tendências protecionistas. Sobre as várias reformas tarifárias cf. LUZ , Nícia V. *op.cit.* CapítuloIV. tarifa. A participação de Jorge Street nas discussões sobre as tarifas foi intensa.FILHO, Evaristo M. *op. cit.*p.35.

indústrias, declarando apenas querer fazer entre elas uma seleção e opo-ndose a uma exagerada proteção, que reputam de nocivas conseqüências. Foi esta a orientação dos dignos Deputados Curvelo Cavalcanti, Paula Ramos e Felisbelo Freire, que ilustraram a discussão com discursos realmente valiosos. É, pois, uma vitória para a indústria brasileira ter-se grandemente modificado a linguagem e o modo de pensar daqueles que, há muito pouco tempo, negavam em absoluto a existência da indústria nacional, a qual era por eles qualificada de artificial e pouco digna de qualquer proteção.⁶¹⁷

Suas primeiras colocações mostram ser ele um articulador, pois afirma que ia discutir o projeto com o Parlamento e com a Imprensa; mostram que era contra o livre-cambismo e que defendia a indústria nacional e o protecionismo à indústria nacional.⁶¹⁸

Neste mesmo documento ⁶¹⁹ defendeu a indústria nacional afirmando saber ela conciliar seus interesses com os do Tesouro e afirmou que a tarifa em vigor, a de 1900, amparava mas não protegia as indústrias nacionais e, ainda, defendeu, em causa própria, os interesses das indústrias de fósforos⁶²⁰, consideradas por muitos da época o protótipo da indústria artificial⁶²¹, pois tudo importava: o palito, a caixinha de madeira; o papel de embrulho, a etiqueta, a massa fosfórica. Respondendo àqueles que a acusavam de artificial, Street afirmava que o que queriam era proteção para que esses produtos não fossem importados, permitindo que eles a nacionalizassem, com matéria-prima toda brasileira.⁶²²

Ao defender as indústrias de fósforos, Street atacou diretamente os interesses da “The Rio Light”, e não acreditamos ter sido isso acaso. *Trust* de fósforo, como acusam? Nunca, mas sim *trust* de serviços públicos, era o que afirmava Street.

⁶¹⁷ *Boletim do CIB*. 1 v. (1904-1905). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1905. (grifo nosso). In: FILHO, Evaristo de Moraes, p. 129-141.

⁶¹⁸ Segundo Evaristo Filho, Street afirma que a indústria nacional estava pronta para atender as necessidades do país e que era necessário que os deputados adotassem um sentido de nacionalismo econômico ao votarem as questões. *Idem*.p. 37-38.

⁶¹⁹ *Boletim do CIB*. 1 v. (1904-1905). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1905. (grifo nosso). In: FILHO, Evaristo de Moraes, p. 129-141

⁶²⁰ Segundo Serzedelo Corrêa as indústrias de cerveja, de fósforos e a da fiação e tecelagem de algodão tinham sido aquinhoadas com taxas protecionistas de 1896. Serzedelo Corrêa, discurso pronunciado na sessão de 29/09/1896, *Congresso Nacional. Annaes da Camara dos Deputados* (Rio de Janeiro, 1897),v,607. In: LUZ, Nícia V. *op.cit*.p.120. No entanto, em 1901, era ruim a situação das fábricas de fósforos que produziam também palitos e caixinhas. Inclusive, pleiteavam aumento dos direitos sobre esses artigos. LUZ, N.V. *Idem. Ibidem..* p.128.

⁶²¹ Segundo Nícia V.Luz, em fins do Império surgiu o conceito de indústria natural, ou seja, aquelas cujas matérias-primas o país produzia, mas que foi com a República e sob o impacto da crise da década de noventa que essa idéia tomou corpo, originando no pensamento econômico brasileiro duas correntes distintas: uma que usando o conceito de indústria natural versus indústria artificial, combatia qualquer tipo de auxílio do Estado em favor da indústria, representada por Joaquim Murinho; e a outra, protecionista, que pleiteava proteção para as indústrias naturais, representada por Américo Werneck. LUZ, Nícia V. *op.cit*. p.83-88.

⁶²² FILHO, Evaristo de M. *op.cit*. p.37. Nícia Vilela Luz afirma que o Projeto Luís Alves não estava imbuído do preconceito a respeito de indústrias artificiais, e que seu projeto dispensava proteção a certas indústrias assim consideradas”. “Outro caso ilustrativo era o da indústria de fósforo. Para forçar a “nacionalização” dessa indústria, o projeto elevava de 1.150 por cento os direitos sobre os palitos e de 400% as taxas sobre caixinhas”. LUZ, Nícia V. *op.cit*. p.133-134.

(...)é admirável que no Parlamento não houvesse uma única voz que desse o alarma contra o mais formidável trust que está começando a imperar na Capital da República, enfeixando em suas mãos uma enorme força, oriunda da massa de serviços que vai executar, com anuência dos poderes públicos, e, no entanto ouve-se um tal terror pelo fantástico trust dos fósforos, que não existe nem nunca existiu! Mas é que de um lado estão brasileiros e do outro estão americanos, cujo poderio ofusca e não deixa ver o perigo. Referimo-nos à Rio Light! Pensam, realmente, os adversários da nossa indústria que a proteção aos fósforos de produção brasileira seja mais antipatriótica do que a absoluta indiferença com que se assiste com que se assiste ao abocanhamento, pelos americanos, das nossas mais preciosas jóias, e a instalação como dono e senhor da Capital da República!
Mas voltemos ao estudo tranqüilo da questão. (...)⁶²³

Nesse momento, Guinle&Cia e “The Rio Light” já eram empresas concorrentes, e objetivavam explorar o mesmo mercado: o mercado de eletricidade do Distrito Federal. E a “The Rio Light”, tal como apontamos anteriormente, já havia colocado em andamento sua estratégia de controlar todos os serviços urbanos da Capital: transporte, iluminação e telefone. Portanto, o discurso de Street em defesa da proteção à indústria nacional, e no seu interior, o ataque direto aos investimentos da “The Rio Light”, era um apoio importantíssimo para os Guinle. Street, inclusive, afirma que o parlamento brasileiro estava se deixando encantar pelo capital estrangeiro.

Essa crítica de Street a atuação do capital estrangeiro, ao que tudo indica, era pontual e fazia-se em causa própria, pois, segundo Nícia Vilela Luz, não era comum aos industrialistas do fim do Império e início da República críticas ao capital estrangeiro. Pelo contrário, entendendo que era necessário emancipar a economia brasileira através do fomento da produção nacional, fizeram o possível para atrair esse capital. O que criticavam era a concorrência com os produtos estrangeiros e a drenagem produzida, entre outras, por algumas atividades econômicas exercidas por estrangeiros, tais como: o comércio, as companhias de seguro, os bancos, a exploração das minas, “atividades que conferiam lucros fabulosos sem contribuir para o progresso do país, mas excluía as que consideravam de caráter produtivo, como, por exemplo, a construção de estradas de ferro, portos, etc.”⁶²⁴

⁶²³ Jorge Street, “Artigos publicados na Gazeta de Notícias”. *Boletim do CIB (1904-1905)*. Rio de Janeiro, 1905. p. 205-215. In: FILHO, Evaristo de Moraes, p. 129-141.

⁶²⁴ Mas já no início do século XX o afluxo do capital estrangeiro começou a provocar alarma, e já nos anos de 1910, muito motivado pelos investimentos do americano Percival Farquhar, no Brasil, olhava-se com receio para ele. LUZ, Nícia. *op.cit.* p.95-98. Edgar Carone também afirma que os industrialistas, organizados no Centro Industrial do Brasil, eram contra o produto estrangeiro, mas não contra os capitais estrangeiros ou à penetração estrangeira. CARONE. Edgar. (1978). *op.cit.* p.81.

Outro momento em que Jorge Street abertamente defendeu os interesses dos Guinle ocorreu em 1912, quando se tornou presidente do CIB. Nesse momento, a indústria nacional defendia-se diante da crescente pressão para se estabelecer uma tarifa alfandegária mais liberal ⁶²⁵, pois acusava-se a indústria de ser a responsável pelo aumento do custo de vida e enriquecer seus proprietários. E Street, defendeu-a das duas acusações. E, em meio a defesa da sua causa maior – a indústria nacional -, e acompanhando Alberto Torres⁶²⁶, que via todas as atividades econômicas exercidas por estrangeiros como sendo nocivas ao país, queixou-se dos favores dispensados pelo governo aos capitais estrangeiros em detrimento do amparo aos nacionais.⁶²⁷

Em carta aberta ao Deputado Homero Batista, que criticava a indústria nacional, afirmou Street:

(...) Poderes públicos, imprensa, líderes da opinião pública, todos os elementos responsáveis pela grandeza desta nacionalidade, devem assim proceder. É mister impedir que, de futuro, se submeta ao domínio de especulações bolsistas de sindicatos externos tão precioso ramo do trabalho brasileiro.(grifo nosso)

É claro que o capital estrangeiro merece todo o apoio e garantia quando vem ao Brasil em procura de normal aplicação, porém igual tratamento e maior incentivo deve receber o capital brasileiro, o qual, sendo embora mais modesto, será sempre mais estável na incorporação às empresas fundadas no país. Assim prestigiado o esforço nacional, não se teria a lamentar a freqüente desnacionalização de empresas que, nascidas brasileiras, podiam e deviam continuar realmente nacionais.⁶²⁸

Street reforça a importância da indústria nacional para a economia brasileira e critica sua desnacionalização. No mesmo ano, e alguns meses antes, tinha atacado diretamente o monopólio exercido pela São Paulo Light, em São Paulo:

A Light and Power não gostou do protesto que fizemos contra o monopólio perpétuo que ela pretende obter da Câmara Municipal, e, como não gostou, dirigiu-nos pela coluna do Estado uma carta zangada e com ares de violência, mostrando assim que demos em ponto certo. Vamos responder ao pé da letra.

Temos enormes interesses que deliberadamente vinculamos ao Estado de São Paulo, centro do grandioso futuro da nossa terra; é legítima, pois, a parte

⁶²⁵Tentou-se alterar a pauta aduaneira em 1909-1910; 1913-1915 e 1919-1920, mas não conseguiram e a defesa foi encabeçada pelo CIB, e pelo seu presidente Jorge Street. Os ataques à indústria se davam via altos custos de vida e lucros extraordinários dos industriais .LUZ, Nícia V. *op.cit.* p.142-147.

⁶²⁶ Na primeira década republicana surgiu uma nova tendência nacionalista que repudiava o capital estrangeiro, acusando-o de esterelizar nossos campos e sugar nossa riqueza. Era Alberto Torres o líder desse movimento que visava “a reintegração da nossa civilização em bases mais sadias”: as da vida rural.*Idem. Ibidem.* p.97.

⁶²⁷ Carta aberta ao Ilustre Deputado Dr. Homero Baptista. *Jornal do Commercio*, 11/12/1912.p.6. In: FILHO, E. M. *op.cit.* p.195-205.

⁶²⁸ *Idem. Ibidem.*

ativa que tomamos em tudo quanto lhe diz respeito. O nosso protesto foi feito contra a pretensão da Light and Power de alterar desde já a situação atual de fornecimento de energia elétrica oito anos antes da terminação dos seus contratos, de surpresa, de afogadilho, sem a devida discussão, contra as boas normas, enfim, como se tratasse de um caso de salvação pública. Essa pretensão fere os nossos interesses de grandes consumidores dessa energia, impedindo que possamos comprá-la em prazo relativamente curto a quem nos oferecessem melhores condições ou mesmo de irmos gerá-la em qualquer outro município conveniente, trazendo-a depois a esta capital para nosso uso exclusivo. A lei atual nos garante esse direito e a Light and Power pretendia com o seu monopólio exclusivo e perpétuo privar-nos dele. O protesto foi, pois, legítimo.⁶²⁹

Portanto, Jorge Street, na posição de presidente do Centro, colocou-se abertamente contra a desnacionalização da economia brasileira e contra as pretensões monopolizadoras da São Paulo Light em um momento importantíssimo da disputa entre as Lights e Guinle&Cia/CBEE. Os anos de 1910-1912, tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo, foram marcados por enfrentamentos intensos entre as duas empresas. Em 1910, só para exemplificar, já que exploraremos o assunto no próximo Capítulo, a CBEE conseguiu a assinatura de um contrato com a Prefeitura do Distrito Federal para fornecer energia elétrica, a partir de 1915 à Capital, mas instalaria as canalizações a partir de 1910. E em São Paulo, os Guinle procurando também conquistar fatias do mercado da capital paulista, conseguiram, em 1909, que o prefeito Antônio Prado, autorizasse a Docas de Santos (empresa do Grupo Guinle) distribuir energia elétrica para a capital, o que colocava a empresa em oposição direta a São Paulo Light.⁶³⁰ Street travava, em São Paulo, uma luta pela defesa dos seus interesses no setor elétrico, no setor de produção de sacos de juta, e no setor portuário, e o senador Alfredo Ellis, defensor da lavoura e dos interesses da Light, contra ele desempenhou, no Senado e na Imprensa, uma grande oposição.⁶³¹

Jorge Street, a nosso ver, foi um dos grandes líderes do Centro Industrial do Brasil, não só por sua participação na diretoria da instituição desde a sua fundação, mas também pelos muitos temas ligados à indústria nacional que colocou em discussão. Além disso, foi também, um defensor dos interesses do “Grupo Guinle”, dentro do Centro Industrial do Brasil.

⁶²⁹ Resposta à carta da Light and Power. In: FILHO, Evaristo de M. *op.cit.* p.191-194.

⁶³⁰ Os Guinle, em São Paulo, estavam explorando a cachoeira de Itatinga para produzir energia elétrica para os serviços do Porto de Santos, e havia sobra dessa energia. Queriam, então, nesse primeiro momento, utilizar esse excedente para atender aquelas áreas não atendidas com a eletricidade na cidade de São Paulo. Sobre os conflitos entre a CBEE e a Light, em São Paulo, cf. SAES, Alexandre M. (2010). *op.cit.* Capítulo 8.

⁶³¹ *Idem. Ibidem.* 169-278.

CAPÍTULO 4 – OS GUINLE, A GUINLE&CIA, A CBEE E O SETOR DE ELETRICIDADE DO DISTRITO FEDERAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS

Vimos apresentando até aqui os investimentos do Grupo Guinle no setor de eletricidade brasileiro do início do século XX, e algumas das suas articulações na sociedade civil. Pretendemos com isso salientar a importância econômica e política desse grupo na sociedade do período.

Neste capítulo, nos debruçamos sobre os vários embates ocorridos entre os Guinle e os investidores da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. na disputa pelo controle do setor de eletricidade do Distrito Federal, no início da chamada Primeira República, com o objetivo de ressaltar não só as tensões surgidas no interior de alguns dos aparelhos de estado diretamente ligados à questão, como também as estratégias desenvolvidas pelos mesmos em articulações políticas com ocupantes de cargos públicos e diários cariocas para tentarem ganhar esse mercado.⁶³²

Os investimentos em novos setores urbanos do Distrito Federal, como o da eletricidade, na passagem do século XIX para o XX, foram abordados em algumas poucas pesquisas, destacando-se os trabalhos de Lamarão, intitulado: “A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)”, onde analisou o impacto da energia elétrica nas principais indústrias da capital republicana, mostrando a importância da Light para os rumos do crescimento industrial carioca⁶³³; Elisabeth von der Weid em “O advento da Companhia (1900-1912)”⁶³⁴ onde analisou as articulações para a fundação da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, criada para explorar o setor de energia elétrica do Distrito Federal; e Alexandre Macchione Saes em “Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)”, onde o autor analisou os conflitos entre a Light e a CBEE pelos mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.⁶³⁵

No entanto, as imbricações entre os investidores, seus investimentos e os poderes públicos, especialmente no caso do setor elétrico que dependia das concessões, fossem elas

⁶³² As contribuições teóricas de Nicos Poulantzas sobre a complexidade do que é o Estado Capitalista foram importantes para nossa análise. Cf. POULANTZAS, Nicos. *op.cit.*

⁶³³ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de N.(1997). *op.cit.*

⁶³⁴ WEID, Elisabeth von der. *op.cit.*

⁶³⁵ SAES, Alexandre M. (2010), *op.cit.*

municipais, estaduais ou federais⁶³⁶, foi assunto menos tratado por esses poucos trabalhos historiográficos.⁶³⁷

Portanto, o que procuramos fazer foi não só reescrever os acontecimentos, à luz das tensões que permearam alguns dos aparelhos de estado diretamente ligados ao setor de eletricidade do Distrito Federal no momento em foco, mas enfatizar algumas das articulações estabelecidas pelo Grupo Guinle com ocupantes de cargos públicos, diretamente ligados à estruturação do setor elétrico no Brasil do período.

Sem dúvida alguma, foi o setor de serviços públicos e urbanos no Brasil, na virada do século XIX para o XX, um *locus* de investimento que apresentava grandes possibilidades de alta rentabilidade, e que, por isso, atraiu capitais estrangeiros e nacionais.⁶³⁸ Este foi o caso da empresa brasileira Guinle&Cia/CBEE e da canadense The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd.⁶³⁹, fundadas para explorar o mercado de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro, tal como apontamos ao longo do trabalho.

Essas duas companhias disputaram de maneira bastante intensa e duradoura, o mercado de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro, o principal mercado brasileiro do período, e nesta disputa venceu a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. (The Rio Light).

Tal como já enfatizamos no Capítulo 1 desta Tese, no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro era não só o principal centro político e administrativo⁶⁴⁰, como também o principal centro industrial e comercial do Brasil. Tal posição, de maior e mais promissora

⁶³⁶ Nossa preocupação em pesquisar sobre as possíveis ligações existentes entre os investidores do setor de eletricidade do Distrito Federal e os ocupantes de cargos públicos, tal como ressaltamos no início do trabalho, está relacionada às teorizações do pensador italiano Antonio Gramsci. Motivados por suas reflexões analisamos, no capítulo terceiro da Tese, a organização dos Guinle em algumas associações de classe e, no capítulo quarto, analisamos as tentativas de inscrição dos seus interesses em alguns aparelhos de Estado. GRAMSCI, A. (1978), *op.cit.*

⁶³⁷ Os três trabalhos por nós destacados, especialmente o de Alexandre M. Saes fizeram algumas referências às ligações possíveis entre os investidores e membros que ocupavam órgãos públicos. No entanto, essa questão não foi objeto de pesquisa aprofundada. Achemos importante citar também um outro trabalho que vai nessa direção. HONORATO, Cezar. (1990), *op.cit.* Ressaltamos ainda, que a maioria desses trabalhos pautaram-se em informações contidas nas cartas trocadas entre Pearson e Mackenzie, quando da fundação da “The Rio Light” ou em informações retiradas dos jornais cariocas.

⁶³⁸ A presença das primeiras firmas estrangeiras no setor de serviços públicos no Brasil ocorreu na segunda metade do século XIX Mas foi somente a partir do início do século XX, que essas empresas passaram a intervir de maneira determinante nas transformações da sociedade brasileira. Entre esses serviços públicos, destacou-se a produção e distribuição de energia elétrica, tanto para iluminação pública e particular, quanto para o fornecimento de energia para as indústrias. Cf. CASTRO, Ana Célia. *op.cit.*

⁶³⁹ Salientamos, no entanto, que os capitais estrangeiros conseguiram dominar os principais mercados brasileiros. A canadense Light dominou os mercados de São Paulo e Distrito Federal e a americana American Foreign Power Co. (AMFORP), grupo ligado a Bond&Share, principalmente a partir da década de 1920, dominou o mercado de várias capitais nordestinas e cidades importantes no interior de São Paulo e do Rio de Janeiro.

⁶⁴⁰ Em virtude da Constituição de 1891, a cidade do Rio de Janeiro se transformou no Distrito Federal, capital da Republica Federativa do Brasil até 1960, quando foi substituído por Brasília.

cidade industrial brasileira, e que vai se manter até o final da Primeira Guerra Mundial, estava relacionada tanto com o fato de ser a cidade mais populosa do Brasil, com uma população de 975.818 habitantes em 1912⁶⁴¹, o que significava ter um grande mercado consumidor, quanto ao fato de ter um intenso comércio de importação e exportação em virtude de inúmeros empreendimentos urbanos como porto, ferrovias, bancos, e etc, que giravam em torno da cidade.⁶⁴²

Sabemos todos que a “The Rio Light”, como ficou conhecida a firma canadense, era uma grande empresa de capital estrangeiro e com grande capacidade de investimento no setor elétrico.⁶⁴³ Entretanto, tal aspecto não se constituiu no único determinante para sua vitória como empresa prestadora dos serviços públicos de eletricidade no Distrito Federal. Se assim fosse, não teriam os Guinle e os representantes da “The Rio Light”, assim como mostramos no Capítulo 3 da Tese, disputado o preço da energia elétrica do Distrito Federal no Clube de Engenharia, ou mesmo se articulado com ocupantes de cargos públicos, que influenciavam diretamente na divisão do mercado de eletricidade, como mostraremos neste capítulo.⁶⁴⁴

4.1 Aspectos da dinâmica da administração do Distrito Federal

Investir no setor de eletricidade do Distrito Federal, na passagem para o século XX, não era tarefa das mais fáceis nem para os Guinle, nem para os diretores da “The Rio Light”, pois além de já existirem concessões firmadas, o Distrito Federal tinha uma administração bastante complexa e imprecisa.

Os direitos da SAG e da William Reid&Cia., respectivamente a concessionária dos serviços de iluminação pública e particular e concessionário dos serviços de hidroeletricidade, evidenciaram a existência de atribuições do poder local e também federal sobre a

⁶⁴¹ Embora os números não sejam precisos, a 2ª cidade/capital mais populosa era São Paulo com 400.000 hab (metade da população do RJ), seguida por Salvador (3ª) com 348.130 hab., Belém (4ª) 275.167 hab. e Recife (5ª) com 2216.464 hab. Cf. http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao.shtm . Acesso em julho de 2011.

⁶⁴² Sobre a economia do Rio de Janeiro e do Distrito Federal Cf. LEVY, Maria Bárbara.(1994). *op.cit.*; LEOPOLDI, Maria A. *op.cit.* ; LEVY, M. B.(1977).*op.cit.*; LOBO, Eulália L. *op.cit.*

⁶⁴³ A respeito da organização da Light no Canadá e do mercado de capitais do Canadá cf. SAES, Alexandre M. *op.cit.*; GAULD, C. *op.cit.* McDOWALL, Duncan. *op. cit.* Fizemos algumas considerações superficiais sobre a empresa no Capítulo 2 da Tese.

⁶⁴⁴ Vários arranjos políticos na Câmara Municipal de São Paulo foram feitos para que a São Paulo Light conseguisse suas concessões. Cf. HANSEN, Cláudia &SAES, Alexandre. “Poder Municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil do início do século XX”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica*. ABPHE. Vol. X, n.º 1, 2007. Cf. também SAES, Alexandre M. (2010), *op.cit.*

administração da cidade, pois enquanto a SAG cobrava seus direitos e respondia por suas obrigações junto ao governo federal, a Willian&Reid cobrava seus direitos e respondia por suas obrigações junto ao governo municipal.

Essa situação de simultaneidade de atribuições federais e municipais na administração do Distrito Federal não era atípica, criando especificidades acerca da administração da cidade como um todo. Com a Proclamação da República, a União teve presença significativa na gestão da cidade do Rio de Janeiro.⁶⁴⁵

A Constituição de 1891 transformou o antigo Município Neutro da Corte⁶⁴⁶ em Distrito Federal, a sede do Estado nacional. Essa mesma Constituição atribuiu ao Congresso Nacional competência exclusiva para legislar sobre a organização do Distrito Federal. Foi, então, aprovada, em 1892, a Lei Orgânica do Distrito Federal – Lei n.º 85, de 20 de setembro - que regulou essas disposições, instituindo um Conselho Municipal, com funções legislativas e a Prefeitura do Distrito Federal, com funções executivas⁶⁴⁷. Nascia uma entidade política e jurídica original no quadro do federalismo brasileiro. Por quê?

Porque o Distrito Federal, assim como os outros estados, elegia representantes para o Congresso Nacional⁶⁴⁸ e para a Câmara Municipal, mas tinha o prefeito e o chefe de polícia indicados pelo presidente da República. E ainda, cabia ao Senado, e não à Câmara Municipal, a apreciação dos vetos do prefeito⁶⁴⁹ aos projetos de leis aprovados pelo Conselho. Portanto, havia na cidade do Rio de Janeiro “uma superposição de atribuições entre as esferas de poder local e supra-local”⁶⁵⁰, pois os poderes envolvidos na administração da cidade do Rio de

⁶⁴⁵ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op.cit.*, p. 157.

⁶⁴⁶ Segundo Américo Freire, no tempo do Império o Rio era “Corte Imperial, polo irradiador de civilização e elo político entre o poder central e as províncias”. FREIRE, A. “Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M.; FREIRE, A e SARMENTO, C. E. (org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 25.

⁶⁴⁷ O Conselho seria formado por 27 intendentes. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1990), *op. cit.*, p.157. Segundo Américo Oscar Guinhard Freire, a Lei de 1892 foi o marco de institucionalização de um campo político carioca, marcado pela partilha e pelo estabelecimento de um complexo jogo entre os poderes municipais e federais, inclusive com a presença de órgãos de diferentes níveis (federal e municipal), e sem um “claro centro de gravidade política”. FREIRE, A., *op.cit.*, p.24-29.

⁶⁴⁸ Em 1891 o Distrito Federal possuía representação no Congresso Nacional de 3 senadores e 10 deputados. MAGALHÃES, Marcelo, *op.cit.*, p. 84

⁶⁴⁹ Além dessa responsabilidade o Senado tinha a atribuição de aprovar, ou não, a pessoa indicada pelo presidente da República. Tendo, portanto, o Senado, um papel central nas disputas políticas existentes entre os poderes executivo e legislativo municipais, pois cabia aos senadores avaliar os vetos do prefeito aos projetos de lei aprovados pelo Conselho, isto é, dar a palavra final acerca dos impasses ocorridos entre os poderes municipais, em se tratando de uma lei. MAGALHÃES, Marcelo. *op.cit.* p. 84.

⁶⁵⁰ MEMÓRIA DA ELETRICIDADE.(1990). *op.cit.* p.157-158. Essa questão das implicações de ter um poder municipal e ser capital federal foi respondida pela historiografia brasileira, pelo menos, de duas formas: uma delas entendia o Rio de Janeiro dos primeiros tempos republicanos como uma capital despolitizada, poder municipal sem autonomia, dissociação entre representantes e representados, política como tribofe, povo como bilontra. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a política que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. “O Conselho de Intendência Municipal:

Janeiro eram: o legislativo municipal (Conselho Municipal); o executivo municipal (Prefeito); o legislativo federal (Senado) e executivo federal (presidente da República).

Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmiento, debruçando-se sobre os embates ocorridos entre o poder federal e as forças políticas locais para a definição de um modelo de capital para a República, afirmaram que a criação do Distrito Federal resultou de uma composição de interesses que misturou tutela federal congressional com demanda política autonomista do Rio de Janeiro, onde o Congresso organizara politicamente o Distrito, mas este teria sido administrado por autoridades municipais. Portanto, mesmo existindo um conjunto institucional de difícil manejo, de forte interferência da União, havia uma “pitada de autonomia política” a nível municipal.⁶⁵¹

No entendimento dos autores houve diferentes modelos político-institucionais relativos à cidade do Rio de Janeiro durante o período republicano. Afirmaram que, nos primeiros anos republicanos, houve a criação e fortalecimento de grupos políticos locais reunidos em torno do Partido Republicano Federalista (PRF), e que estes grupos teriam passado a controlar grande parte dos cargos representativos municipais e federais⁶⁵². No entanto, esse processo fora revertido nos governos de Campos Sales (1892-1898) e Rodrigues Alves (1902-1906), onde o primeiro teria, pela via da desconstrução⁶⁵³, desordenado o campo político carioca⁶⁵⁴; e o segundo, pela via autoritária⁶⁵⁵, teria reforçado os poderes federais

autonomia e instabilidade (1892-1902). Rio de Janeiro: FCRB (mimeo), 1984. A outra procurou relativizar a leitura da política como tribofe, como trapaça, debruçando-se sobre os embates ocorridos entre o poder federal e o local e também sobre os embates travados entre os membros do Conselho Municipal. Cf. FREIRE, Américo Oscar Guichard. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no campo político carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 1998. (Tese de Doutorado); MAGALHÃES, *op. cit.*; MOTTA, Marly da S. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁶⁵¹ FREIRE, A. e SARMENTO, C. E., *op. cit.*, p. 28.

⁶⁵² *Idem. Ibidem.* p.29. Marcelo Magalhães, estudando os embates entre os membros do Conselho Municipal, entre 1892-1898, mostra que o legislativo municipal (Conselho Municipal) era mais importante que o executivo municipal (prefeito), nomeado pelo presidente da República, pois o executivo municipal ficava atrelado às deliberações do Conselho.

⁶⁵³ Os autores defendem que Campos Sales cooptou lideranças e interferiu pessoalmente nos processos de reconhecimento, intimidou adversários e etc. Fez coro com parte da imprensa que denunciava as fraudes ocorridas nos pleitos cariocas. FREIRE, A. e SARMENTO, C. E. *op. cit.* p. 30-31. Marcelo Magalhães afirma que Campos Sales procurou esvaziar o Conselho Municipal de suas atribuições, pois, com o Decreto n.º 543, de 23 de dezembro de 1898, o legislativo perdeu as atribuições de criar empregos públicos e propor emendas ao orçamento que aumentassem as despesas. E ainda, o dito decreto estabeleceu que o prefeito passaria a ser nomeado sem o mandato fixo de 4 anos, pois o presidente da República passou a ter o direito de exonerar o chefe do poder executivo municipal sempre que o considerasse não efetuando bom serviço. MAGALHÃES, *op. cit.* 85.

⁶⁵⁴ Os autores entendem o campo político como sendo um campo de lutas concorrenciais que se processaram entre os agentes que disputavam o poder na cidade do Rio de Janeiro. FREIRE, A. e SARMENTO, C. E., *op. cit.*, p. 24.

⁶⁵⁵ Rodrigues Alves, ao sancionar a lei n.º 939, de 29 de dezembro de 1902, reduziu ainda mais as atribuições do Conselho Municipal e adiou as eleições municipais por seis meses, o que na prática teria significado o fechamento do Conselho. Portanto, assim como Campos Sales, esvaziou o Conselho Municipal em suas atribuições.

sobre as forças locais, esvaziando o Conselho Municipal em suas atribuições. Entretanto, esse enquadramento - via desconstrução ou autoritarismo - teria se esgotado na gestão Pereira Passos. A partir daí e até o final da chamada Primeira República, tal como ocorrera no momento da fundação do Distrito Federal, o governo municipal seria, ao mesmo tempo, tutelado e partilhado entre os diferentes órgãos e forças políticas presentes no campo político carioca, onde os conflitos entre a prefeitura e o Conselho Municipal estiveram, quase sempre, ligados a problemas político-administrativos, e os prefeitos teriam adotado um estilo mais discreto em suas administrações, sem grandes intervencionismos, enquanto o Conselho seria alvo das críticas dos poderes federais e da imprensa.⁶⁵⁶

Portanto, haveria uma partilha de poderes no Distrito Federal entre o município e a União, mesmo após as políticas de esvaziamento do Conselho Municipal em suas atribuições, colocadas em prática durante os governos Campos Sales e Rodrigues Alves, o que não significava despolitização completa do poder municipal.⁶⁵⁷ A tensão entre matrizes locais e federais correspondia a uma relação operada no interior da administração carioca de forma complementar, pois o fato da cidade do Rio de Janeiro sediar os principais órgãos e agências da gestão do poder federal possibilitou fortalecimento de redes locais de patronagem, “que se utilizaram de complexos mecanismos de negociação e mediação para viabilizar o acesso a uma considerável reserva de capital político a ser disponibilizado”⁶⁵⁸. Portanto, havia uma organização das forças locais atuando em um campo político com alto padrão de competição e concorrência, onde a fragmentação desse campo estava ligada aos seus fatores constitutivos e não à incapacidade de organização e articulação das forças locais em face das perspectivas interventivas.⁶⁵⁹ Ou seja, se fazia muita política na capital federal.

Entendemos que as implicações de ter um poder municipal e ser capital federal, especificidade da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, não vai ao encontro da idéia de capital despolitizada, poder municipal sem autonomia. Mas ao encontro da idéia de que existia um espaço onde a política era partilhada, marcado por um complexo jogo entre os poderes municipais e federais, tal como salienta Américo Freire e Carlos E. Sarmiento, e que o Conselho Municipal, espaço político reservado para as forças políticas locais, era um lugar legítimo de discussão dos interesses da municipalidade, como assinala Marcelo Magalhães.⁶⁶⁰

⁶⁵⁶ FREIRE, A. e SARMENTO, C. E., *op. cit.*, p. 24-32.

⁶⁵⁷ *Idem. Ibidem.* p. 32-33.

⁶⁵⁸ *Idem. Ibidem.* p.49.

⁶⁵⁹ *Idem. Ibidem.* p.49-50.

⁶⁶⁰ MAGALHÃES, Marcelo. *op. cit.*

4.2 A disputa em movimento: os Guinle, a Guinle&cia e a CBEE no embate contra a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd. pelo controle do mercado de eletricidade do Distrito Federal

A disputa pelo controle do mercado de eletricidade do Distrito Federal entre Guinle&Cia/CBEE e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd. começou ainda no ano de 1904, tal como analisamos em Capítulo anterior da Tese, apesar das duas empresas terem rivalizado abertamente essa disputa somente a partir de 1905, exatamente no momento em que estavam em andamento as obras federais e municipais de remodelação da capital brasileira, e momento em que Pereira Passos, nomeado prefeito pelo presidente Rodrigues Alves, teve suas atribuições ampliadas como chefe do executivo municipal.⁶⁶¹

As duas empresas disputavam um mercado complexo. Complexo porque abrigava em seu interior uma administração marcada por um conjunto institucional de difícil condução; porque estava sendo estruturado tendo como base uma legislação marcada pela superposição de poderes; e também porque estava demarcado por contratos de exclusividade pré-existentes (da SAG e de William Reid&Cia), entre outros.

Todas essas implicações⁶⁶² foram, a nosso ver, importantes elementos no processo de disputas que se estabeleceu entre as duas empresas, assim como as relações existentes entre o executivo federal e o executivo municipal, entre o executivo municipal e o legislativo municipal, entre a justiça federal e o executivo municipal, entre a justiça municipal e o legislativo municipal, e ainda, as relações existentes entre alguns ocupantes de cargos públicos e os representantes da Guinle&Cia/ CBEE ou “The Rio Light”⁶⁶³. Enfim, como se tratavam de serviços que dependiam de contratos e concessões concedidas por poderes públicos, essas tantas implicações tiveram papel fundamental no desenrolar do conflito. Daí nos valermos das considerações teóricas feitas por Nicos Poulantzas para o Estado Capitalista Ocidental, já que estamos enfatizando a disputa ocorrida no interior dos aparelhos de Estado.

Poulantzas, ao se opor à idéia generalizante de que “o Estado Capitalista é um Estado da burguesia” e ressaltar que há inscrição da luta de classes e dominação política na ossatura institucional do Estado, destaca que este não é algo estático, mas que atua na luta e dominação política da classe dominante sendo, portanto, ativo no processo de existência e consolidação

⁶⁶¹ FREIRE, A. e SARMENTO, C. E.*op. cit.*, p. 31.

⁶⁶² Claro que não estamos desconsiderando os aspectos econômicos e financeiros que compuseram esse processo de disputa, mas as questões políticas também devem ser consideradas.

⁶⁶³ Debruçamo-nos especificamente sobre as relações estabelecidas pelos Guinle.

do modo de produção Capitalista. Sendo assim, afirma que esse Estado é o organizador dos interesses políticos do bloco no poder (composto de várias frações de classe burguesas), e é o organizador da unidade conflitual da aliança de poder, que se faz sob a hegemonia de uma de suas classes ou frações. E como ocorreria essa organização? Através da ação do conjunto dos aparelhos do Estado, que dariam ao Estado uma autonomia relativa em relação às classes ou frações de classes dominantes e seus interesses.⁶⁶⁴

Portanto, Poulantzas afirma que o Estado Capitalista tem autonomia relativa em relação às classes ou frações porque ele é uma relação/condensação material específica de uma relação de forças entre as classes e frações de classes, ou seja, ele não é apenas lugar-reflexo dos interesses de classe. Afirma que

(...) o Estado não reduz à relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência próprias. Uma mudança na relação de forças entre as classes certamente tem sempre efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só se cristaliza no Estado sob sua forma refratada e diferencial segundo seus aparelhos (...).⁶⁶⁵

De que maneira essas reflexões sobre as especificidades do Estado Capitalista podem nos ajudar a analisar a luta dos Guinle pelo controle do mercado de eletricidade do Distrito Federal? A nosso ver, ao discutir a essência do Estado Capitalista, Poulantzas discute o jogo dos próprios aparelhos de Estado, o jogo interno das instituições de Estado; aponta para a existência de fissuras, divisões e contradições internas estabelecidas no seio do Estado; além da existência de uma série de conflitos em seu interior.⁶⁶⁶ Com isso, entendemos o quanto é complexo compreender o processo de disputas pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal, já que entraram em jogo não só as ligações que os Guinle tinham com alguns ocupantes dos cargos públicos, mas também o jogo dos próprios aparelhos de Estado.

⁶⁶⁴ POULANTZAS, Nico, *op. cit.*, p. 150.

⁶⁶⁵ *Idem. Ibidem.* p. 150.

⁶⁶⁶ *Idem. Ibidem.* p. 145-150.

4.2.1 O embate em torno do Decreto municipal n.1001, de 1904

Em 1903 foi apresentado no Conselho Municipal do Distrito Federal, pelo intendente Enéias Sá Freire, um projeto de lei sobre a regularização dos serviços de eletricidade: era o projeto de lei n. 65.

Embora esse projeto tenha sido apresentado em novembro de 1903, pouco tempo após a reabertura do Conselho Municipal⁶⁶⁷, ele só começou a ser discutido em setembro de 1904. Mas antes disso, tal como analisamos no Capítulo 3 da Tese, no ano de 1903, e no mesmo mês em que foi apresentado no Conselho Municipal, foi discutido no Clube de Engenharia por solicitação de Aschoff, sócio de Eduardo Guinle e Guilherme Guinle, na Guinle&Cia, que também fora relator do estudo e, ao final do processo de análise, ocorrida apenas no mês de novembro de 1903, o Clube de Engenharia aprovou um texto alterando o texto original do projeto n. 65, e que tinha como elemento fundamental a condenação à existência de privilégios no setor de eletricidade do Distrito Federal.

Somente em setembro de 1904 é que o projeto de lei n. 65 começou a ser discutido no Conselho Municipal do Distrito Federal, portanto, dez meses depois da aprovação do texto substitutivo às conclusões de Aschoff pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia⁶⁶⁸.

Em sua primeira discussão três intendentes destacaram-se: Manuel Joaquim Valadão, que defendia mudanças no projeto n.º 65, enfatizando a necessidade do Conselho Municipal legislar sobre o setor elétrico; Eneias Mário de Sá Freire, que afirmava não haver qualquer dúvida sobre o privilégio Reid e que o problema era saber se era o Conselho ou os engenheiros da Prefeitura que deveriam conceder privilégios; e Manuel da Mota Monteiro Lopes, que defendia que o projeto voltasse às Comissões para ser modificado, o que significaria adiar sua votação.⁶⁶⁹ Neste momento o Conselho Municipal era formado por 12 intendentes⁶⁷⁰ e desses, somente os três, acima citados, envolveram-se na discussão.

Ainda no mês de setembro, e já em segunda discussão, Manuel Valadão, após afirmar que o projeto tinha entrado silenciosamente em discussão, reafirmou seu interesse em discutir acerca da regularização dos serviços de energia elétrica no Distrito Federal realçando sua posição contrária aos privilégios e contrária a Prefeitura determinar onde seriam construídas

⁶⁶⁷ Como resultado da aplicação da Lei n.º 939, de 29 de dezembro de 1902, o Conselho Municipal teve suas funções temporariamente suspensas.

⁶⁶⁸ A essa altura Adolph Aschoff já tinha falecido e a Aschoff&Guinle já havia sido incorporada pela Guinle&Cia, fundada em março de 1904.

⁶⁶⁹ Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. v. 12, 1904. Rio de Janeiro, Ty JC, de Rodrigues&C. p. 87.

⁶⁷⁰ Em seção anterior citamos os nomes dos intendentes que formaram essa legislatura.

as usinas. Eneias Mário de Sá Freire, mais uma vez, reforçou a intocabilidade da Concessão Reid, e diferentemente da posição que assumiu no momento da primeira discussão, afirmou que não era necessário discutir ou modificar o projeto, mas sim votar seu texto tal como ele se apresentava. Manuel da Mota Monteiro Lopes, assim como Valadão, manteve a mesma posição assumida no momento da primeira discussão: pediu que o projeto não continuasse sendo discutido, pedido que foi recusado. Assim, a discussão do projeto n.º 65 continuou ocorrendo, sendo que apenas o Art.1º do projeto foi para terceira votação, já que todos os outros Artigos haviam sido aprovados em segunda discussão.

No mês de outubro e em terceira discussão, Manuel Valadão defendeu que fosse votado o projeto substitutivo n.º 65- A e que correspondia ao substitutivo às conclusões de Aschoff, aprovado em novembro de 1903 pelo Clube de Engenharia. Texto esse que proibia a exclusividade, permitindo a existência da concorrência no mercado de eletricidade do Distrito Federal. Eneias Sá Freire, que reforçou durante as discussões do projeto a consolidação dos direitos adquiridos com a Concessão Reid, apresentou uma sub-emenda ao projeto substitutivo, sugerindo que os cabos de transmissão utilizados fossem subterrâneos e não aéreos⁶⁷¹. No entanto, a proposta vitoriosa foi a de Manuel Valadão, pois o substitutivo do Clube de Engenharia foi aprovado pelo Conselho Municipal sem qualquer alteração, dando origem ao famoso Decreto n.º 1001, 21 de outubro de 1904.⁶⁷²

Algumas questões merecem, a nosso ver, um exame mais acurado. Primeiro: no ano de 1903, momento em que Adolf Aschoff sugeriu que o Conselho Diretor do Clube de Engenharia examinasse o projeto n.º 65, tanto os homens da “The Rio Light”⁶⁷³, quanto os da Aschoff&Guinle, antecessora da Guinle&Cia, mostravam grande interesse em explorar os serviços de eletricidade do Distrito Federal: os primeiros faziam relatórios sobre a Concessão Reid e sobre a situação das companhias concessionárias de ferro-carris e da Sociéte Anonyme du Gaz- concessionária da iluminação pública e privada da capital, gás e eletricidade; os segundos faziam, entre outras, uma sondagem entre os industriais cariocas para saberem se aceitariam substituir a energia a vapor pela energia elétrica em suas fábricas. Logo, o esforço

⁶⁷¹ Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. v. 12, 1904. Rio de Janeiro, Ty JC, de Rodrigues&C.p. 102-107.

⁶⁷² MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (2001), *op. cit.* p. 77. Tentamos obter informações sobre a origem, perfil, formação, etc. desses três intendentes. No entanto, a tentativa se mostrou infrutífera. Surama Conde Sá Pinto, utilizando a prosopografia, tentou desenhar o perfil da elite política do Distrito Federal, mas sua análise ficou amplamente comprometida especialmente por não encontrar informações sobre os intendentes. PINTO, Surama C.S. *A elite política do Distrito Federal na década de 1920: uma análise prosopográfica*. Disponível em: WWW.uss.br/arquivos/14surama.pdf. Acesso em novembro de 2012.

⁶⁷³ A The Rio de Janeiro Tramway Light and Power só foi fundada em 1904, mas os estudos para a exploração do mercado de eletricidade do Distrito Federal por Pearson e Mackenzie, dois dos seus fundadores foram anteriores.

de Aschoff era no sentido de abrir o mercado de eletricidade do Distrito Federal à concorrência.

Segundo: nos primeiros seis meses do ano de 1904, momento em que o substitutivo ao projeto n.º 65 já havia sido votado no Clube de Engenharia (o que significa dizer que seus membros eram favoráveis à existência de concorrência para os serviços de eletricidade no Distrito Federal) e enviado ao Conselho Municipal, os homens da “The Rio Light” e os Guinle tentavam se associar para explorar os serviços de eletricidade do Distrito Federal⁶⁷⁴. Salientamos que durante esse período o projeto n.º 65, apresentado para discussão no Conselho Municipal em novembro de 1903, não voltou a ser discutido.

Terceiro: em setembro de 1904, momento em que o projeto n.º 65, de 1903, começou a ser discutido, e o substitutivo votado no Clube de Engenharia foi apresentado nas discussões do Conselho Municipal sob a denominação de projeto substitutivo n.º 65-A, findavam-se as possibilidades de uma possível associação entre os homens da “The Rio Light” e os Guinle para a exploração dos serviços de energia elétrica do Distrito Federal, pois segundo Mitchell, Pearson veio ao Brasil, em setembro de 1904, e soube aqui que os Guinle não queriam mais negociar com eles”.⁶⁷⁵

E quarto: em 13/10/1904 o projeto substitutivo n.º 65-A foi votado “dando origem” ao Decreto n.º 1001, de 21/10/1904, proibindo a concessão de privilégios para qualquer aplicação de energia elétrica, pouco tempo depois de estarem minadas as possibilidades de uma associação entre os homens da “The Rio Light” e os Guinle.

Logo, entendemos que no momento em que Aschoff sugeriu a análise do texto do projeto n.º 65 pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, o que os Guinle queriam era impedir a existência de privilégios no setor elétrico do Distrito Federal. E isso se faria, especialmente, via Clube de Engenharia, já que os pareceres do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, quase sempre, eram levados em consideração pelos poderes públicos⁶⁷⁶. E foi exatamente o que aconteceu, já que o Conselho Municipal aprovou exatamente o texto elaborado no Clube de Engenharia, no ano anterior.

A partir de setembro de 1904, quando o projeto n.º 65 entrou em discussão no Conselho Municipal, e as possibilidades de um acordo entre os dois grupos já haviam sido minadas, as estratégias dos mesmos para assegurar o mercado estavam em andamento: os

⁶⁷⁴ Os Guinle e Mackenzie/Pearson/Mitchell tentaram se associar para explorar os serviços de eletricidade. As negociações ocorreram no período de março a junho de 1904, e de junho a setembro do mesmo ano as negociações ficaram paradas, tal como mostramos em Capítulo anterior da Tese.

⁶⁷⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 01/04/1905. p. 4.

⁶⁷⁶ Gramsci, ao teorizar sobre o Estado Capitalista, enfatiza essa integração entre sociedade civil e sociedade política.

Guinle apostavam na abertura do mercado de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro à concorrência, pois não articularam de fato a compra da Concessão Reid⁶⁷⁷, enquanto que a “The Rio Light”, através de Pearson e Mackenzie, apostava no controle total do mercado com a possível arrematação da Concessão Reid⁶⁷⁸, o que de fato aconteceu em janeiro de 1905, dois meses depois da promulgação do Decreto nº. 1001: a “The Rio Light” arrematou a Concessão Reid.⁶⁷⁹

A respeito dessa movimentação entre os dois grupos, no dia 14/09/1904, na Seção Publicações a Pedidos, do *Jornal do Commercio*, saiu uma matéria assinada por Povo que corrobora essa nossa análise, pois afirmava que continuava “ativo o trabalho para a transferência do monopólio de eletricidade a um sindicato americano”, e que isso significaria entregar, como vinha ocorrendo, a vida comercial e industrial do país ao estrangeiro, sem calcular os riscos. Ressalta que as Cias de Viação São Christóvão e Jardim Botânico entrariam para o poderoso sindicato. Terminam a matéria perguntando se o governo poderia permitir essa transferência a uma Cia. com sede no estrangeiro (se ela existir de fato!), “quando capitalistas nacionais da maior idoneidade e de grandes recursos propõem montar o serviço sem monopólio?”. Perguntam ainda: “Pode o Sr. Dr. Prefeito fazer os novos favores que eles pedem, quando os concessionários primitivos já perderam o direito por sucessivas prorrogações que não estavam autorizadas?”⁶⁸⁰

⁶⁷⁷ Mackenzie, numa de suas cartas a Pearson, sugere que os Guinle estariam se associando a um *Syndicate* inglês e que teriam feito uma proposta a Reid. No entanto, essa desconfiança não aparece com frequência nas cartas trocadas entre os dois. WEID, E. (2008), *op. cit.*, p. 49. Em outras duas cartas trocadas entre Mackenzie e Hearnreaves, há menção ao interesse de Gaffrée em arrematar a São Cristóvão e Vila Isabel (empresas de transportes) mas Rocha Miranda, citado nas cartas, teria descartado essa possibilidade. Arquivo Light. Correspondências Mackenzie. Mackenzie-Hearnreaves, 11 e 13 de julho de 1904.

⁶⁷⁸ Durante todo o ano de 1904, mas de forma mais intensa a partir de agosto de 1904, o nome de Rocha Miranda, um dos acionistas do Banco Nacional, dono da Concessão Reid, apareceu com frequência nas correspondências trocadas entre Mackenzie e Pearson. Inclusive, no mês de julho, Mackenzie declarou que queria comprar a Concessão, e no mês de dezembro Pearson afirmou que possuía a Concessão. Arquivo Light - Correspondências Mackenzie. Mackenzie-Pearson, 1904.

⁶⁷⁹ Mackenzie e Pearson já estavam estudando o mercado de eletricidade do Distrito Federal desde 1903, e somente em julho de 1904 falaram claramente em comprar a Concessão Reid. Arquivo Light – Correspondências Mackenzie. Cartas trocadas entre Pearson e Mackenzie, 09/04/1903 a 17/11/1904. Candido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle também estariam, em junho, fazendo esforços para arrematar a São Cristóvão e a Vila Isabel, além da Concessão Reid. Arquivo Light – Correspondências Mackenzie. Cartas trocadas entre Pearson e Mackenzie, 11/07/1904 e 13/07/1904. Salientamos ainda que em 19/10/1904, Gabriel Osório de Almeida, então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, anulou um acordo que havia estabelecido com a São Paulo Tramway Light and Power, para utilização de terras em Sapucaia (RJ) para aproveitamento de quedas d’água, já apontando, a nosso ver, a impossibilidade da realização de acordo entre os grupos nacional e estrangeiro. Arquivo Light – Correspondências Mackenzie. Documento timbrado da Estrada de Ferro Central do Brasil, assinado por Gabriel Osório de Almeida.

⁶⁸⁰ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 14/09/1904. p.5

Nesta matéria⁶⁸¹, ficou bastante nítido que a pressão política foi colocada “sobre os ombros” do governo municipal, especialmente sobre a prefeitura, já que Pearson e Mackenzie estavam negociando a compra das Cias de Carris, assim como a da Concessão Reid. Os Guinle tinham conseguido aprovar a legislação que permitia a concorrência⁶⁸², mas se esforçavam para impedir a transferência dos direitos da William Reid&Cia para a “The Rio Light”, que sequer tinha autorização para funcionar no Brasil.⁶⁸³

A posição assumida pelo intendente Manuel Valladão⁶⁸⁴, no processo de discussão sobre a regularização dos serviços de eletricidade na cidade do Rio de Janeiro, ocorrido nos primeiros meses do segundo semestre do ano de 1904, no legislativo municipal, ia ao encontro dos interesses dos Guinle. Enquanto a posição assumida por Eneias Sá Freire, reafirmando os direitos da Concessão Reid, na mesma discussão, ia ao encontro dos interesses do grupo da Rio Light. Por quê? Porque nos meses de setembro e outubro de 1904, os homens da “The Rio Light” já tinham articulações bem consolidadas para a compra da Concessão Reid, arrematada por eles em janeiro de 1905. Como representante da “The Rio Light”, Mackenzie recebeu da Prefeitura do Distrito Federal a transferência de todos os bens móveis, imóveis, direitos e ações do ativo da Companhia Nacional de Eletricidade, entre os quais se encontrava o contrato entre a prefeitura e Willian Reid&Cia. para a produção de energia hidrelétrica. Em maio, Mackenzie celebrava na prefeitura a consolidação do contrato existente, acrescentando alterações obtidas por acordos em fevereiro e março e reafirmando cláusulas que podiam estar prejudicadas pelo Decreto n. 1001/1904. Salientamos que a cláusula de reversão ao final do contrato permanecia.⁶⁸⁵

Houve, então, no legislativo municipal, nos meses de setembro e outubro de 1904, uma discussão importante sobre os serviços públicos e particulares de eletricidade, ainda que no governo Pereira Passos tivesse havido reforço dos poderes federais sobre as forças locais, e

⁶⁸¹ Essa matéria foi paga para ser publicada e, a nosso ver, pelos Guinle.

⁶⁸² Em nota no *Jornal do Commercio*, em 27/03/1907, Mackenzie afirmou que o Decreto Municipal n.1001, promulgado em outubro de 1904, foi obtido por sugestão e esforço do Grupo Guinle. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/03/1907.p.4.

⁶⁸³ No início de 1904 apareciam no *Jornal do Commercio* algumas propagandas da Guinle&Cia. Estas, no entanto, aumentaram a partir do mês de setembro e no mês de outubro, novembro e dezembro apareceram todos os dias. *Jornal do Commercio*. Setembro – dezembro, 1904.

⁶⁸⁴ Sugeriu modificações no projeto n.º 65 e votação do substitutivo n.º 65-A, que correspondia ao texto aprovado, em 1903, no Clube de Engenharia. O intendente insinuou, no momento da segunda discussão do projeto n.º 65, que este teria entrado silenciosamente em discussão. Editorial da Gazeta de Notícias, transcrito no *Jornal do Commercio*, afirma que o Conselho não era sério, elogia o Sr. Valladão e desmerece o trabalho de Eneias Sá Freire, afirmando que ele só era ouvido pelo presidente do Conselho. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 14/10/1904, p. 8.

⁶⁸⁵.WEID (2008), *op. cit.*, p. 60.

ainda que a Prefeitura tivesse se tornado o órgão central da administração⁶⁸⁶. Ou seja, no Conselho Municipal foi discutida uma questão de interesse dos munícipes, e houve discordâncias.⁶⁸⁷ Inclusive, os próprios representantes da “The Rio Light”, no Brasil, Mackenzie e Pearson, apontaram o Conselho Municipal como elemento importante na disputa pelo controle dos serviços públicos de eletricidade do Distrito Federal, pois afirmaram que precisavam convencer o “Prefeito Passos e o Conselho Municipal da necessidade de fazer alterações na Concessão Reid”.⁶⁸⁸

Neste embate acerca da regularização dos serviços de eletricidade do Distrito Federal o que vimos foi: primeiro, uma estreita ligação entre as discussões ocorridas no Clube de Engenharia, onde Adolf Aschoff, “um dos Guinle” teve papel central, e as discussões ocorridas no Conselho Municipal; segundo, uma circunscrição da questão basicamente à esfera municipal, ainda que a disputa pelo controle dos serviços de eletricidade na cidade se estendesse à esfera federal e também à diplomacia internacional⁶⁸⁹; terceiro, o encontro de “um consenso” entre os poderes legislativo e executivo municipal, onde o Prefeito, ao expedir o Decreto n.1001, corroborou a decisão do legislativo municipal⁶⁹⁰, criou possibilidades de haver concorrência no mercado de eletricidade do Distrito Federal.⁶⁹¹ Portanto, em um primeiro momento, uma das estratégias dos Guinle havia tido êxito: apostavam na imprecisão legislativa para ganharem parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal, já que não se esforçaram para comprar a Concessão Reid, e utilizaram suas influências políticas para que

⁶⁸⁶ FREIRE, A. e SARMENTO, C. E., *op.cit.*, p.31. Salientamos que os próprios intendentes divergiam acerca de qual dos poderes deveria legislar sobre o setor, se o legislativo ou se o executivo.

⁶⁸⁷ Discordamos de Carlos Kessel que afirmou que o poder da Prefeitura havia anulado a participação do Conselho Municipal nas decisões do município. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, 2001.

⁶⁸⁸ Arquivo Light - Correspondências Mackenzie. Pearson-Mackenzie, 1904.

⁶⁸⁹ Em fins de 1904, a “The Rio Light” entrou com o pedido de autorização para funcionar no Brasil, no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, e somente em maio de 1905 a autorização foi dada, depois da pressão feita pelo embaixador norte-americano Lloyd Griscom. Cf. HONORATO, *op. cit.*, s/p e SAES (2010), *op. cit.*, p. 123. Segundo Charles Gauld, Gaffrée e Guinle tentaram impedir a formação da “The Rio Light” pedindo ao cônsul brasileiro no Canadá para investigar a formação da empresa. Neste relato a empresa aparece como uma fraude, pois não possuiria mais de 100 mil dólares como capital, ao invés dos cinco milhões como afirmavam os empresários canadenses. Portanto, a pressão dos Guinle teria dificultado a obtenção da autorização para o funcionamento da “The Rio Light”, no Brasil. GAULD, *op. cit.* p.107. Em muitas das correspondências trocadas entre Pearson e Mackenzie, Lauro Müller, ministro do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, aparece como estando ligado a Gaffrée. Arquivo Light. Correspondências Mackenzie. Pearson/Mackenzie, 1904.

⁶⁹⁰ Pereira Passos era favorável à proibição da existência de privilégios no que se refere aos serviços públicos e particulares de eletricidade, e, nesse momento, houve reforço dos poderes federais sobre as forças locais FREIRE, A. ; SARMENTO, C.E.(2004).*op.cit.* p. 31.

⁶⁹¹ Alexandre Saes tentou estabelecer algumas ligações entre ocupantes de cargos públicos e os representantes das duas empresas. Afirmou que a Light “construiu laços políticos importantes no Rio de Janeiro” com homens como Rodrigues Alves, presidente do país, e Pereira Passos, prefeito da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, não encontramos nas correspondências trocadas entre Pearson e Mackenzie qualquer documento que comprove essas ligações, nem em matérias de jornais, nem quaisquer outras fontes. SAES, Alexandre. M. *op.ci.*p.123.

houvesse a aprovação de uma legislação que permitisse a existência da concorrência nos serviços de eletricidade da capital federal.

4.2.2 A revisão dos contratos das companhias de carris para sua unificação e eletrificação, bem como a revisão do contrato resultante da Concessão Reid, de 1907

Em 1907, a “The Rio Light”, além da Concessão Reid, já tinha o controle sobre a maioria das Companhias de Carris que tinham concessões para exploração dos serviços de transportes no Distrito Federal. No entanto, tal como apontamos em Capítulo anterior, era um desejo de Pearson e Mackenzie, modificar tais concessões. Assim, no período de 1905 a 1907, e num primeiro momento, os diretores da “The Rio Light” conquistaram uma série de concessões ligadas aos serviços urbanos de eletricidade na capital federal; num segundo momento, trabalharam para que alterações fossem estabelecidas nessas concessões, tais como prazos, cláusulas de reversão, tarifas, etc., adequando-as aos interesses da empresa.

Esse segundo momento foi, assim como o primeiro, marcado por confrontos com os Guinle que, apesar da compra das concessões de Reid e da SAG, e do controle sobre as companhias que tinham exclusividade para a exploração dos serviços de transporte na cidade por parte da “The Rio Light”, continuaram sua luta pela conquista de espaço na exploração do mercado de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro.⁶⁹²

Questão importante, nesse momento da disputa, foram as discussões ocorridas no Conselho Municipal do Distrito Federal, quando da revisão dos contratos das companhias de carris para sua unificação e eletrificação, bem como a revisão do contrato resultante da Concessão Reid,⁶⁹³ já que Mackenzie, desde que começara a negociar essas concessões ressaltava a importância de alterá-las.⁶⁹⁴

O prefeito do Distrito Federal Souza Aguiar assinou, em 25 de junho de 1907⁶⁹⁵, com a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power dois novos contratos. Um que correspondia

⁶⁹² Em 1906, tal como analisamos no Capítulo 3 da Tese, os Guinle, no Clube de Engenharia, através da discussão do preço de venda do kwh para iluminação pública e particular no Distrito Federal, tentaram frear as possibilidades de crescimento da “The Rio Light/SAG”. No entanto, ao contrário do que ocorrera em 1904, o Conselho Diretor da Instituição não decidiu pelo que interessava aos Guinle. E ainda, nesse momento, nenhuma das duas empresas tinham concluído a construção das suas usinas hidrelétricas.

⁶⁹³ De acordo com o contrato consolidado entre Mackenzie e a Prefeitura do Distrito Federal, em maio de 1905, a “The Rio Light” teria que iniciar a distribuição de energia em 1907. WEID, Elisabeth von der. *op. cit.*, p. 60.

⁶⁹⁴ *Idem. Ibidem.p.60.*

⁶⁹⁵ Esse contrato foi obtido pelo Decreto n. 1.112, de 22 de novembro de 1906, no qual o prefeito Souza Aguiar autorizava a revisão dos contratos das companhias de carris par sua unificação e eletrificação, bem como o contrato resultante da Concessão Reid. *Idem. Ibidem. p. 60.*

a uma revisão dos contratos das companhias de carris para sua unificação e eletrificação (contrato dos bonds), bem como o contrato resultante da Concessão Reid (contrato da energia elétrica), a mais importante concessão da “The Rio Light. Esses contratos, no entanto, foram submetidos à aprovação do Conselho Municipal, em 1907, e gerou inúmeras discussões, dividindo opiniões.⁶⁹⁶

Em agosto e setembro de 1907 os intendentess discutiram sobre a aprovação do contrato que o Prefeito assinou com as Companhias de Carris São Cristóvão, Carris Urbanos e Vila Isabel para unificação, eletrificação e extensão da rede de viação das mesmas Companhias. E, em outubro de 1907, discutiram sobre a aprovação do contrato celebrado entre a Prefeitura e a “The Rio Light”, para o fornecimento de energia elétrica feito com William Reid &C.

No dia 07 de agosto de 1907, o intendente Penafort Caldas criticou, de forma veemente, a publicação, no periódico O Correio da Manhã, do parecer dos intendentess Ernesto Garcez e Bethencourt Filho, membros da Comissão de Justiça, sobre a assinatura do contrato entre a “The Rio Light” e a Prefeitura do Distrito Federal. Segundo Penafort Caldas

(...) Este parecer, sem que tivesse sido lido previamente às Comissões Permanentes, em harmonia com o procedimento anterior, foi publicado em um órgão da Imprensa da Capital; e, para tão prematuro ato o orador julga que não há justificativa possível.⁶⁹⁷

Bethencourt Filho, rebatendo as colocações feitas por Penafort Caldas, que considerou um grave erro a publicação do parecer na imprensa antes que ele fosse apresentado e discutido no Conselho Municipal⁶⁹⁸, defendeu-se, afirmando que permitira a publicação de algo que não

⁶⁹⁶ Segundo Eduardo Raboeira, intendente, em 1906, o Conselho Municipal discutiu o Projeto Castro Barbosa em 1ª, 2ª e 3ª discussão, referente a essa revisão (nessa ocasião o contrato dos bonds e da energia elétrica era um só). No entanto, pelo fato da Light declarar que não aceitaria o projeto que era, na verdade, um contrato, e pelo fato de não haver tempo, em função do término da legislatura, o Conselho Municipal aprovou um substitutivo autorizando o Prefeito a entender-se com a empresa e formular um contrato que deveria ser submetido à aprovação do Conselho Municipal. Esta submissão ocorrera em 1907. Sessão em 23/09/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908. p.153-157.

⁶⁹⁷ Ressalta também que neste parecer os intendentess teriam sido injustos com os membros da legislatura anterior, porque fizeram uma comparação entre o texto do contrato assinado por Souza Aguiar, em junho de 1907, e o texto do Projeto Castro Barbosa, que tramitou no Conselho no ano de 1906, sem considerarem as alterações feitas no Projeto em função das discussões que ocorreram no Conselho Municipal. Sessão em 07/08/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908. p.37.

⁶⁹⁸ O parecer de Bethencourt Filho e Ernesto Garcez foi assinado em 06/09/1907. Sessão em 09/07/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908 p.41

era oficial e que sua posição, assim como a de Ernesto Garcez, já era pública, ao contrário do que havia acontecido quando da publicação do parecer do Sr. Salustiano Quintanilha sobre a mesma questão.⁶⁹⁹

Os discursos de Penafort Caldas e de Bethencourt Filho⁷⁰⁰ apontam para o surgimento de uma tensão no interior do Conselho Municipal, em função da renovação dos contratos estabelecidos entre a “The Rio Light” e a prefeitura do Distrito Federal⁷⁰¹. Essa tensão se instalou por dois vieses: a concordância com assinatura do contrato por parte do prefeito e a publicidade das decisões dos membros do Conselho Municipal.

No dia 09 de agosto, Ernesto Garcez apresentou ao Conselho Municipal o parecer sobre o contrato firmado pelo Prefeito do Distrito e os representantes da “The Rio Light” para o fornecimento de energia elétrica, afirmando que a Comissão de Justiça não se opunha à assinatura do contrato.

A Comissão de Justiça foi presente com a mensagem 239 de 26 de junho último a cópia autenticada do contrato que o ilustre Sr. Prefeito assinou em 25 do mesmo mês com a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, em virtude da autorização constante no decreto municipal n. 1.112, de 22 de novembro de 1906 (...). A Comissão nada tem a se opor a esse contrato no qual o Sr. Prefeito bem atendeu e serviu aos interesses da população da cidade (...).⁷⁰²

Entretanto, na própria Comissão de Justiça ocorreu uma discordância com relação à aceitação do contrato, pois Salustiano Quintanilha, também intendente e membro da

⁶⁹⁹ Em julho de 1907 o parecer de Salustiano Quintanilha, membro da Comissão de Justiça, foi publicado no *Jornal do Commercio*, antes de ser apresentado no Conselho Municipal, suscitando nos jornais diários cariocas grandes discussões. Segundo Penafort Caldas, isso teria ocorrido sem que Salustiano Quintanilha tivesse contribuído. Sessão em 07/08/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908p.37. Foram publicados, nas mesmas condições, os pareceres de Bethencourt Filho e Ernesto Garcez, também membros da mesma comissão.

⁷⁰⁰ Segundo Américo Freire e Carlos Sarmento Bethencourt Filho, Bethencourt Filho seria próximo do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), em 1905, “uma agremiação de cunho autonomista voltada fundamentalmente para assegurar os direitos municipais do Distrito contra novas investidas intervencionistas dos poderes federais”. FREIRE, A. e SARMENTO, C. E., *op. cit.*, p.192. O PRDF, com forte atuação no Distrito Federal, até 1915, tinha como principais lideranças Barata Ribeiro e Augusto de Vasconcellos. PINTO, Surama Conde Sá. As siglas da política carioca. *RIHGB*. Rio de Janeiro, ano 166, nº 429, p. 143-170, out/dez 2005.

⁷⁰¹ A revisão da Concessão Reid era um desejo de Pearson e Mackenzie, os dois grandes articuladores da “The Rio Light”, no Brasil, desde que começaram a pensar em adquiri-la, em 1903. Consideravam sua forma muito restritiva no que se referia aos prazos, contribuições e à questão da iluminação. Enfim, desde que a adquiriram queriam modificá-la. Sobre as alterações feitas no contrato estabelecido entre a Prefeitura e William Reid. Cf. WEID, Elisabeth von der. *op. cit.*, p. 59.

⁷⁰² Sessão em 09/08/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.41(grifo nosso)

Comissão de Justiça, assim como Garcez e Bethencourt Filho, votou contra sua aprovação argumentando que o prazo estipulado para a concessão era grande demais.⁷⁰³

Garcez, rebatendo a argumentação de Quintanilha, explicou que houve ampliação do prazo de fornecimento de energia elétrica sem privilégio, mantendo-se o privilégio de 15 anos, tal como constava da Concessão Reid, e ainda, que essa extensão do prazo implicou em uma redução do preço da energia elétrica.⁷⁰⁴ Segundo Garcez,

(...) Foi com o pensamento de obter a redução desses preços que o Conselho autorizou o Prefeito a rever tal contrato; e como ele não podia nem devia abrir mão da cláusula de reversão, a compensação única que podia dar à empresa, para isso conseguir, era a prorrogação do prazo da licença.⁷⁰⁵

O mesmo Garcez defendeu que a assinatura do contrato trouxera benefícios para a população do Distrito Federal, porque reduziu o preço do fornecimento de energia elétrica, não sendo, portanto, a prorrogação do prazo da concessão, um presente dado à empresa. Garcez, em seu discurso, fez questão de defender a atitude do prefeito Souza Aguiar, associando-a aos interesses dos munícipes e dissociando-a dos interesses da “The Rio Light”. Esse parecer foi, então, entregue ao presidente do Conselho para que o enviasse à Comissão de Obras, e somente em outubro voltou a ser discutido.

Em sessão no dia 21 de agosto, e mesmo não entrando em discussão o parecer da Comissão de Justiça sobre o contrato de 25 de junho de 1907, Ernesto Garcez⁷⁰⁶, mais uma vez, defendeu o General Souza Aguiar. Acusou os editores do periódico A Notícia de estarem fazendo campanha contra o prefeito ao afirmarem que o jornal publicou uma local “sob a epígrafe ‘A Light e a Prefeitura – Presente Régio – De vento em popa! A planta cadastral’”, onde acusaria Souza Aguiar de beneficiar a Rio Litght.⁷⁰⁷

⁷⁰³ Sessão em 09/08/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908 p.41. O prazo teria passado de 1950 para 1990, sendo em ambos os casos, os primeiros 15 anos com privilégio.

⁷⁰⁴ Ressaltamos, no entanto, que a ampliação do prazo do privilégio não era uma preocupação de Mackenzie e Pearson, mas sim a ampliação do prazo da concessão. Segundo eles, o prazo do privilégio – quinze anos- era suficiente para a estruturação da empresa sem competidores, mas a extensão da concessão era necessária. WEID, E.von der. *op.cit.*p.60.

⁷⁰⁵ Sessão 09/08/ 1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908 p.41.

⁷⁰⁶ Anos mais tarde, Ernesto Garcez esteve envolvido em um escândalo sobre a renovação de contratos dos serviços de telefonia da Rio de Janeiro Light. Ernesto Garcez teria recebido 285 contos para votar na lei que autorizaria Carlos Sampaio a renegociar o contrato da empresa canadense. Cf. KESSEL, Carlos. *op. cit.*, p. 75.

⁷⁰⁷ Sessão em 21/08/ 1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.47-48.

Enquanto o contrato assinado entre o Prefeito Souza Aguiar e a “The Rio Light”, para o fornecimento de energia elétrica aguardava os pareceres das comissões de obra e de orçamento, em 09 de setembro foram apresentados os pareceres da comissão de justiça, de obras e de orçamento sobre o contrato de 25 de junho, firmado entre o Prefeito do Distrito Federal, com os representantes das Cias Carris Urbanos, Villa Isabel e S. Crhistóvão.⁷⁰⁸

Já na comissão de justiça houve divergências, pois o parecer de Salustiano Quintanilha foi contrário à aprovação do contrato, enquanto Ernesto Garcez e Bethencourt Filho foram favoráveis à sua aprovação, e apresentaram, então, um projeto de lei para que fosse aprovado o contrato.⁷⁰⁹ Zoroastro Cunha, um dos membros da comissão de obras e viação, adotando considerações do parecer de Salustiano Quintanilha e propondo modificações no contrato, também apresentou um projeto de lei para ser aprovado.⁷¹⁰ Luiz Ramos, também da comissão de obras e viação, e discordando das considerações de Zoroastro Cunha, propôs outro projeto de lei.⁷¹¹ A maioria da comissão de orçamento defendeu que fosse adotado o projeto apresentado pelo Presidente da comissão de obras e viação, Zoroastro Cunha.⁷¹²

Enfim, foram apresentados três projetos. O de Bethencourt Filho e Ernesto Garcez, pedindo a aprovação do contrato. O de Zoroastro Cunha propondo a aprovação do contrato, depois de aprovadas modificações naquele, e que correspondiam às considerações de Salustiano Quintanilha. E o de Luiz Ramos, que propunha a aprovação do contrato com pequenas modificações. Portanto, foi feita uma pressão para que não se aprovasse o contrato tal como ele se apresentava, contrariando as pretensões de Garcez e Bethencourt Filho.⁷¹³

⁷⁰⁸ Sessão em 09/09/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908 p.95-112.

⁷⁰⁹ Salustiano Quintanilha era presidente da comissão e apresentou seu parecer em 24/07. Já Garcez e Bethencourt Filho, relator, apresentaram seus pareceres em 31/07. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.95-112.

⁷¹⁰ O parecer e projeto foram apresentados em 16/08 e foi assinado por Zoroastro Cunha. *Idem*.p.112.

⁷¹¹ Este intendente afirmava que o parecer de Quintanilha repudiava em tudo o contrato, e que Garcez e B.Filho apenas rebatiam Quintanilha. Quanto ao projeto de ZoroastroCunha, afirmava ser um novo contrato já que apresentava as modificações sugeridas por Salustiano Quintanilha. Enfim, dizendo defender o subúrbio da cidade, apresentava outro projeto de lei, em 28/08. Sessão em 09/09/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908 p.114-118.

⁷¹² Esta comissão era formada por Honório Pimentel, relator, Penafort Caldas e Tertuliano Coelho, Presidente. Tertuliano Coelho defendeu que fosse adotado o projeto elaborado pela maioria da Comissão de Justiça. Sessão em 09/09/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.119.

⁷¹³ Antes mesmo de serem apresentados os pareceres das comissões, alguns jornais denunciavam a ligação de alguns intendentes com o Prefeito, além de fazerem acusações à Mackenzie. Uma matéria de A Notícia de 04/09, afirmava E.Garcez, B. Filho, Henrique Lagden e o Coronel Eduardo Raboeira teriam ido, em grupo, conversar com o Prefeito Souza Aguiar, e foi classificado como grupo da situação. Em matéria da Gazeta de Notícias, de 05/09, afirmou-se que Mackenzie estaria gastando cerca de cinco contos de réis por dia com jornais para fazerem

Em 12 de setembro de 1907 começou a discussão do Projeto n.62, de 1907.⁷¹⁴

A Comissão de Obras e Viação examinou o contrato de unificação e eletrificação das companhias de carris, celebrado ad referendum pelo digno Prefeito e de acordo com o parecer do Presidente da Comissão de Justiça, o Sr. Salustiano Quintanilha, propôs que seja adotado o seguinte projeto, que traduz as principais modificações do contrato, indicadas naquele parecer (...).⁷¹⁵

Bethencourt Filho no primeiro dia de discussão do Projeto n.º 62⁷¹⁶, e que orientava a não aprovação do contrato caso não fossem feitas modificações, não poupou críticas a Salustiano Quintanilha, presidente da Comissão de Justiça, e a Zoroastro Cunha, presidente da Comissão de Obras e Viação.

Bethencourt Filho começou sua crítica afirmando que Zoroastro Cunha cometera erro ao afirmar que o projeto que ora apresentava traduzia as principais modificações do contrato sugeridas pelo parecer de Salustiano Quintanilha, pois não sugeria, tal como fizera o parecer de Salustiano Quintanilha, a anulação do contrato. E essa seria apenas uma das divergências existentes entre o parecer apresentado por Quintanilha e o projeto apresentado por Zoroastro Cunha.⁷¹⁷

O intendente fez inúmeras considerações sobre as sugestões contidas no Projeto n.º 62, apontando para suas divergências com relação às sugestões feitas por Salustiano Quintanilha. Inclusive, ressaltou que muitas das sugestões de modificações do contrato, feitas por Zoroastro Cunha, se aproximavam muito mais do que sugerira ele e Ernesto Garcez, do que daquilo que sugerira S. Quintanilha. Entretanto, o fato de pertencerem ao mesmo grupo os levaria a afirmar que defendiam as mesmas idéias com relação à assinatura do contrato tanto que afirmou: “É belo esse acordo de opiniões, é edificante essa harmonia de vistas entre colegas que se prezam, entre correligionários que se entendem”.⁷¹⁸

propaganda da necessidade de aprovação do contrato. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.91-92.

⁷¹⁴ Sessão de 12/09/1917. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.129.

⁷¹⁵ *Idem*.

⁷¹⁶ Zoroastro Cunha teria solicitado o estudo do contrato ao Clube de Engenharia, mas em função da urgência da votação, a consulta foi dispensada. *Idem*.

⁷¹⁷ Sessão de 12/09/ 1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908. p.130.

⁷¹⁸ *Idem*.132.

Com relação ao parecer da Comissão de Orçamento, cujo Presidente era Honório Pimentel, e que também afirmou concordar com o parecer de Quintanilha⁷¹⁹, Bethencourt Filho, de maneira irônica, afirmava: “Homem feliz o Sr. Salustiano Quintanilha! Todos concordam com Sr. Ex (..) O Sr. Zoroastro Cunha, o Sr. Honório Pimentel, o Sr. Penafort Caldas, Ernesto Garcez, exceto Luiz Ramos(...)”.⁷²⁰ Portanto, por maioria absoluta foi aprovado o Projeto n.62, em primeira discussão, e adotado para passar a segunda discussão.

Em 13 de setembro de 1907 foi anunciada a segunda discussão do Projeto n.62. Neste dia Bethencourt Filho apresentou suas emendas ao Projeto⁷²¹, todas elas rejeitadas.⁷²²

Eduardo Raboeira, comentando uma matéria veiculada pelo O Paiz, em 13 de setembro de 1907, afirmou que não era possível interpretar as sugestões feitas por membros do Conselho Municipal como oposição à administração de Souza Aguiar, e ainda, que não se podia falar em oposição da maioria, porque inúmeros intendentes apresentaram pareceres e outros vários se colocaram na discussão⁷²³. Posição não partilhada por Ernesto Garcez, que no mesmo dia e na mesma sessão, e num aparte, afirmou que “houve politicagem”⁷²⁴ e citando vários trechos da matéria de O Paiz, dentre eles destacou:

⁷¹⁹ Segundo matéria do Diário de Notícias, Augusto de Vasconcelos incumbiu Penafort Caldas de desmoralizar o Prefeito, escolhendo para o campo de luta o contrato da “The Rio Light”. O parecer teria sido concebido por Augusto de Vasconcelos, redigido por Penafort Caldas e assinado por Salustiano Quintanilha. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/07/1907. p. 5. Em duas das muitas cartas trocadas entre Mackenzie e Pearson, o Senador Augusto de Vasconcelos aparece como um dos apoiadores dos Guinle e opositor de Souza Aguiar, e, tal como opinara a matéria do Diário de Notícias, entendiam que Augusto de Vasconcelos estaria usando o contrato da Light para brigar com Souza Aguiar. Arquivo Light. Correspondências Mackenzie. *Mackenzie-Pearson*, 01 e 21/08/1907.

⁷²⁰ Ainda segundo Bethencourt Filho, por não ter concordado com o Projeto Zoroastro Cunha, Luiz Ramos teria dado um “grito de guerra contra o partido”. Refere-se ao Partido Republicano do Distrito Federal. Sessão de 12/09/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908. p.133.

⁷²¹ Foram apresentadas nove emendas referentes ao artigo 1º do Projeto, emendas referentes, em linhas gerais a prolongamento de linhas, prazo para construção. Subscreveram essas emendas Luiz Ramos, Ernesto Garcez, Henrique Lagden, Nery Pinheiro, Tertuliano Coelho, Guilherme dos Santos. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.136-137.

⁷²² Foi aprovado o artigo 1º do Projeto, tendo 9 votos favoráveis contra 7. E todas as emendas propostas por Bethencourt Filho foram rejeitadas por 9 votos contra 7. Aqueles que votaram no artigo 1º do projeto foram: Eduardo Raboeira, Fonseca Telles, Penafort Caldas, Honório Pimentel, Salustiano Quintanilha, Zoroastro Cunha, Alberto de Assumpção, Salvador Fontes e Mendes Tavares. Aqueles que votaram contra foram: Luiz Ramos, Nery Pinheiro, Henrique Lagden, Bethencourt filho, Guilherme dos Santos, Ernesto Garcez e Tertuliano Coelho. Biblioteca da Alerj. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908p.136-137.

⁷²³ *Idem*. Raboeira afirmou também que os membros do Conselho pertenciam ao partido que apoiava o Presidente do país e não se colocariam contra seu representante no Distrito Federal. O presidente era Afonso Pena ligado ao Partido Republicano Mineiro, associado ao Partido Republicano Paulista. Este, que controlava o Estado de São Paulo, foi favorável a Light em SP, e um de seus deputados mais importante, Alfredo Ellis, tal como apontamos no Capítulo anterior, foi forte opositor aos interesses dos Guinle em São Paulo. SAES (2010), *op. cit.*

⁷²⁴ *Anais do Conselho Municipal*, 13/09/1907.p.136-137.

(...)O motivo capital das loas entoadas dos homens bons foi a redução ilusória de 20 anos que se fez, não no prazo do privilégio, mas no da concessão. Nenhuma surpresa teremos quando, dentro de dois ou três anos (registre-se a nossa profecia), em compensação do ônus que foi agora aliviada a Light, se conceder a esta a prorrogação dos 20 anos que os patriotas da edilidade julgaram acertado deduzir do prazo da concessão (...).⁷²⁵

Eduardo Raboeira deixou claro que entendia que O Paiz, naquele momento, queria desprestigiar o trabalho do Conselho Municipal, que havia aprovado o Projeto n.º 62, em segunda discussão, projeto esse que modificava cláusulas do contrato assinado entre Souza Aguiar e os representantes da “The Rio Light”⁷²⁶, no tocante a unificação, eletrificação e extensão das redes de viação das Companhias de Carris controladas pela “The Rio Light”.

Em 17 de setembro foi anunciada a terceira discussão do Projeto n.º 62, e no dia 20, do mesmo mês, Penafort Caldas enumerou algumas das suas considerações acerca do contrato assinado entre o prefeito do Distrito Federal e os representantes da “The Rio Light”. Em linhas gerais afirmou que o contrato era lesivo à municipalidade, e que o prefeito havia ultrapassado os limites da atribuição que lhe fora dada, pois, entre outras coisas, havia concedido prazo longo demais à concessão, e ressaltou que o contrato só beneficiaria as Companhias⁷²⁷. Feito isso, reforçou que pertencia ao Partido Republicano do Distrito Federal, e que obedecia sua orientação e direção, e apresentou suas emendas ao Projeto n.º 62.⁷²⁸ Em contrapartida Bethencourt Filho apresentou um novo projeto, um substitutivo ao de n.62. Era o Projeto n.62-A.

Portanto, tal como já vinha delineando-se desde a apresentação dos pareceres referentes ao Contrato, o Conselho Municipal dividiu-se em dois grandes grupos: aqueles que apoiavam o contrato assinado pelo Prefeito Souza Aguiar em 25 de junho de 1907, praticamente sem modificações nas cláusulas, e que propuseram um projeto substitutivo ao Projeto n.º 62, o Projeto n.62-A. E aqueles que queriam modificações nas cláusulas do contrato desde que começou a discussão, e que propuseram algumas emendas ao Projeto n.º 62. O primeiro grupo era formado por Bethencourt Filho, Luiz Ramos, Henrique Lagden, Guilherme dos Santos, Ernesto Garcez e Tertuliano Coelho e o segundo por Eduardo

⁷²⁵ Biblioteca da Alerj. *Anais do Conselho Municipal*, 13/09/1907.p.138.

⁷²⁶ *Idem*. Cabe salientar que o Conselho Municipal estava na linha de tiro da imprensa, que muitas vezes era responsabilizado pela mazelas da vida política carioca. FREIRE, A. e SARMENTO, Carlos E., *op. cit.*, p. 32.

⁷²⁷ Biblioteca da Alerj. *Anais do Conselho Municipal*, 20/09/1907.p.143-146.

⁷²⁸ A Tribuna publicou uma matéria em 25/07/1907 afirmando que Augusto de Vasconcelos convocou os deputados do Distrito Federal e, reunidos, decidiram que dariam apoio às resoluções do Conselho Municipal do Distrito Federal. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 26/07/1907. p. 5.

Raboeira, Romero Telles, Penafort Caldas, Honório Pimentel, Salustiano Quintanilha, Zoroastro Cunha, Alberto Assumpção, Salvador Fontes e Mendes Tavares⁷²⁹. Sendo assim, “o grupo de Salustiano Quintanilha” apoiava o projeto n.º 62, com modificações, e “o grupo” de Ernesto Garcez apresentou um projeto substitutivo ao projeto n.º 62, que foi rejeitado⁷³⁰ por 9 votos a 7; a votação das emendas propostas por Penafort Caldas e outros ao Projeto n. 62, sendo aprovado por maioria absoluta, foram 9 sim, contra 7 não; a votação das emendas propostas por Nery Pinheiro e outros ao Projeto n.62, também rejeitado por 9 votos a 7; e votou-se a o Projeto n.62 emendado, que foi aprovado por 9 votos a 7 e enviado para a Comissão de Redação.⁷³¹ Discutiu-se a redação final e houve sua aprovação.⁷³²

A aprovação desse contrato mostrou as fissuras existentes dentro do Conselho Municipal, marcadas por uma divisão bastante equilibrada entre os intendentes, pois o que foi chamado, muitas vezes, pelos próprios intendentes, de maioria, correspondia a 9 intendentes, em relação à 7. Além disso, mostrou, tal como apontou Américo Freire, que o governo municipal era ao mesmo tempo tutelado e partilhado entre os diferentes órgãos e forças políticas presentes no campo político carioca⁷³³, pois foram feitas algumas alterações no contrato, sendo a principal delas no que se refere a extensão do prazo da concessão, já que esta foi reduzida de 1990 para 1970.⁷³⁴

Em fins de setembro e início de outubro, depois da aprovação do Projeto n.º 62 emendado, acerca do contrato entre a Prefeitura e as Cias de Carris, o Conselho Municipal começou a discutir a aprovação do contrato *ad referendum* celebrado em 25 de junho de 1907 entre a Prefeitura do Distrito Federal, na pessoa de Souza Aguiar, e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, cessionária de Alexander Mackenzie, do contrato para o fornecimento de energia elétrica feito com Willian Reid &C.⁷³⁵

⁷²⁹ Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p. 143-146.

⁷³⁰ *Idem*.p. 143-146.

⁷³¹ *Idem*. p.148-149.

⁷³² Para detalhes acerca das modificações feitas nas concessões de transporte ferro-carris. Cf. WEID, Elisabeth von der. *op. cit.*, p. 61-64.

⁷³³ FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos E., *op. cit.*, p. 32. O executivo aprovou um texto e o legislativo alterou esse mesmo texto.

⁷³⁴ Weid mostrou que o que houve foi uma uniformização do prazo de concessão, ou seja, umas empresas tiveram seus prazos de concessão aumentados e outras diminuídos. WEID (2008), *op. cit.*, p. 61.

⁷³⁵ No dia 30 de setembro o Conselho começou a discutir o Projeto n.71, referente ao contrato para o fornecimento de energia elétrica feito com William Reid&C. Esse projeto foi discutido, sem debate, tanto em primeira quanto em segunda discussão. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.178-245.

Os diretores da Guinle&Cia haviam protestado diretamente junto ao Conselho Municipal, contrários a aprovação do contrato. Em carta ao Conselho Municipal, Guinle& Cia dizia:

Ilms e Exms Srs. Presidente e mais membros do Conselho Municipal – Guinle&Cia(...) nos termos e mediante as condições da Lei municipal n. 1001, de 21 de outubro de 1904, vem muito respeitosamente protestar perante o Egrégio Conselho Municipal contra a cláusula primeira do contrato celebrado entre a Prefeitura e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Company em 25 de junho de 1907, ora sujeito ao exame e aprovação do Conselho.⁷³⁶

Para os Guinle a aprovação do contrato assinado entre Souza Aguiar e a “The Rio Light”, atingiria diretamente seus interesses, pois queriam fornecer energia elétrica, de origem hidráulica à capital, e sua aprovação seria o reconhecimento do monopólio dos serviços de eletricidade no Distrito Federal pela “The Rio Light”. É importante lembrar que desde 1903 os Guinle lutavam pela não implantação do monopólio dos serviços de eletricidade na Capital Federal.

Os diretores da Guinle&Cia apoiaram-se no descumprimento de uma das cláusulas contratuais para fazerem seu protesto. Afirmaram que não tinha havido cumprimento do prazo, por parte da “The Rio Light”, acerca do início do fornecimento de energia elétrica (previsto para janeiro 1907) e, por isso, a empresa teria perdido o privilégio. Logo, de acordo com os diretores da Guinle&Cia, apesar da “The Rio Light” manter a concessão, pois poderia prorrogar o prazo para iniciar o fornecimento de energia elétrica, não teria mais o direito ao privilégio desse serviço.⁷³⁷

Mackenzie, respondendo ao protesto dos Guinle e afirmando serem eles inimigos seus, publicou no *Jornal do Commercio* uma matéria enorme onde criticava os caminhos usados pelos Guinle para tentarem prejudicar a “The Rio Light” e dizia esclarecer a situação:

(...) Guinle&Cia requereram contra a Light um mandado proibitório preventivo para que esta não embarçasse a construção da linha de

⁷³⁶ Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908,p.3-4.

⁷³⁷ Várias matérias foram publicadas na Seção A Pedidos do *Jornal do Commercio*, no início de outubro de 1907, sob título de Conselho Municipal, defendendo que o Conselho Municipal não poderia aprovar o contrato de 25 de junho de 1907, porque não tinha competência para resolver se a “The Rio Light” tinha ou não privilégio para os serviços de energia elétrica na capital, pois seria essa uma competência da justiça. Ou seja, defendiam que se o Conselho aprovasse o contrato estaria fazendo renascer um privilégio já anulado. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 04, 06, 08 e 09 de outubro de 1907.

transmissão que os mesmo projetavam construir para distribuir energia hidroelétrica no Distrito Federal, e alegaram como fundamento da providência a inconstitucionalidade do privilégio da Light.

Esta embargou o mandado e o juiz, recebendo os embargos, pôs a causa em prova para que os autores provassem as suas alegações, o que até hoje não fizeram.

(...) o Prefeito concedeu a prorrogação do prazo para o começo da distribuição de energia elétrica para 30 de julho de 1907, dentro do qual a obrigação foi satisfeita, e apenas declarou que esta prorrogação não importava na ampliação do prazo estabelecido na cláusula 1 do contrato(...)

O despacho do Prefeito Passos não alterou pois, de modo algum, o prazo do privilégio, o qual terminará sempre em 07 de julho de 1915, conforme os termos da concessão primitiva(...).⁷³⁸

Portanto, esclareceu que a justiça ainda não havia decidido nada e que o contrato William Reid&Cia mantinha o direito ao privilégio.

Ao contrário do que ocorrera com o contrato acerca dos serviços de viação, o Projeto n.º 71, que correspondia à aprovação do contrato celebrado entre a Prefeitura e a “The Rio Light”, para o fornecimento de energia elétrica feito com William Reid &C. não houve grandes discussões. O projeto n.71 foi lido em 28/09/1907 e foi discutido, sem debates em primeira e segunda discussão⁷³⁹, e aprovado, também sem debate em terceira discussão, em 09 de outubro de 1907.⁷⁴⁰

A Comissão de Justiça, formada por Bethencourt Filho e Ernesto Garcez, não se opôs ao contrato afirmando que ele servia aos interesses da população carioca, e que inclusive, a ampliação do prazo da concessão foi uma compensação pela redução do preço das tarifas.⁷⁴¹ O único voto divergente foi o do intendente Salustiano Quintanilha, que o justificou afirmando ser “excessivo o prazo estipulado até 1990 – Cláusula II – para a concessão, devendo ser reduzido de 30 anos”.⁷⁴²

Inclusive, uma matéria do *Jornal do Commercio*, em sua seção Gazetilha, no dia 09 de outubro, comentando sobre a aprovação do contrato, destacou:

⁷³⁸ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07/10/ 1907.p.246.

⁷³⁹ Foi anunciada sua primeira discussão em 30/09 e aprovado sem discussão em 01/10. Neste dia foi anunciada a segunda discussão do projeto e sem debate também foi aprovado. Colocado em terceira discussão no dia 02/10 e também aprovado sem discussão, no dia 09/10. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p. 171-248.

⁷⁴⁰ Sessão de 09/10/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.253.

⁷⁴¹ Os membros da Comissão de Justiça eram: Salustiano Quintanilha, Ernesto Garcez e Behencourt Filho, relator. A Comissão de Obras, formada por Luiz Ramos e Zoroastro Cunha, presidente e relator, assim como a Comissão de Orçamento, Fazenda e Patrimônio, formada por Honório Pimentel, e Tertuliano Coelho, presidente e relator, afirmaram estar de acordo com a Comissão de Justiça. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908. p.172.

⁷⁴² *Idem* .p.171.

Nenhuma surpresa nos causou a votação de ontem no Conselho Municipal, aprovando a renovação do contrato de energia elétrica. A falta de número verificada em três sessões consecutivas, era sintomática e, por nossa parte, já prevíamos o resultado final (...).⁷⁴³

Mesma situação não foi verificada entre os intendentess que trocaram inúmeras acusações, processo que já vinha ocorrendo desde a votação do Projeto n.62, quando em várias seções discutiu-se acerca da influência das orientações do Partido Republicano do Distrito Federal sobre a decisão dos intendentess.⁷⁴⁴ Zoroastro Cunha, por exemplo, acusou Luiz Ramos de ter trabalhado para a “The Rio Light” na discussão sobre o Projeto dos bonds, pois afirmou que:

Assim é eu em uma reunião de Intendentess que se efetuou no Centro do Partido Republicano do Distrito Federal, a que tem a honra de pertencer, e à qual assistiram os Srs Senador Augusto de Vasconcellos e Deputado Pedro de Carvalho, o Sr Luiz Ramos declarou perante todos que o projeto do orador estava muito bom e ofereceu-se para assinalo (...). E no entanto, o Sr. Luiz Ramos, depois de ter confabulado com um representante da Light é que achou que o projeto apresentado pelo orador era mal e não satisfazia aos interesses do Distrito.⁷⁴⁵

Portanto, a assinatura do contrato de 25 de junho de 1907, entre a “The Rio Light” e o Prefeito do Distrito Federal, Souza Aguiar, no que se refere às Companhias de Carris, fora objeto de discussão, nos meses de agosto e setembro de 1907, entre os intendentess do Conselho da Intendência Municipal do Distrito Federal, mostrando que havia entre o Conselho Municipal e o prefeito desentendimentos acerca das alterações estabelecidas no contrato. Entretanto, não ficou clara a existência de qualquer ligação entre a resistência estabelecida pela maioria do Conselho às modificações obtidas nessas concessões, e a defesa dos interesses dos Guinle⁷⁴⁶, mesmo tendo Mackenzie e Pearson afirmado que Augusto de Vasconcelos apoiava os Guinle, e uma das matérias do Diário de Notícias ter afirmado que o

⁷⁴³ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1907.

⁷⁴⁴ Na sessão de 01/10/1907, Zoroastro Cunha afirmou que Ernesto Garcez havia fugido do Partido Republicano do Distrito Federal para “proteger uma poderosa empresa”. Este, em sua defesa, apenas afirmou que o Conselho estava criando dificuldades à administração de Souza Aguiar. Biblioteca da Alerj. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908.p.177.

⁷⁴⁵ Sessão de 01/10/1907. Biblioteca da Alerj – *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*. V.15, Rio de Janeiro: Ty. JC e Rodrigues&C, 1908. p.178.

⁷⁴⁶ Não conseguimos dados suficientes para estabelecer a relação entre resistência à aprovação do contrato e a defesa dos interesses dos Guinle no setor de eletricidade do Distrito Federal.

parecer de Salustiano Quintanilha, que fizera oposição à aprovação do contrato assinado por Souza Aguiar com a “The Rio Light”, era obra de Augusto de Vasconcelos, liderança incontestada na cena política carioca, e aliado de Pinheiro Machado.⁷⁴⁷

E ainda, a ausência de qualquer desentendimento ou mesmo discussão, exceto a posição contrária assumida por Salustiano Quintanilha, entre os membros do Conselho Municipal no momento da aprovação do contrato celebrado entre a Prefeitura e a “The Rio Light”, para o fornecimento de energia elétrica feito com William Reid &C., apesar do protesto da Guinle&Cia, reforça ainda mais essa nossa afirmação. Interpretação também reforçada pelo que enfatizou Elizabeth von der Weid, acerca das mudanças provocadas nestes contratos após as discussões ocorridas no Conselho Municipal do Distrito Federal.⁷⁴⁸

Com relação à revisão da Concessão Reid, Elizabeth von der Weid afirmou enfaticamente que ela foi muito positiva para a “The Rio Light”, e que foi resultado de um planejamento de conquista agressiva. Segundo a autora a redução das tarifas, naquele momento, levou a empresa conquistar um mercado cativo, “essencial de ser garantido antes da possibilidade de entrada de concorrentes no setor”.⁷⁴⁹ E ainda dentro dessa política agressiva, a empresa fazia a cobrança somente em papel moeda – ainda que pudesse fazer a cobrança metade em papel e metade em ouro, ao câmbio médio do mês de consumo -, sem conversão, isso para atrair os primeiros consumidores.⁷⁵⁰

Também com relação à revisão dos contratos com as Cias de Carris, e que também houve redução das tarifas, Weid afirmou que beneficiou a empresa, pois além de conquistar mais consumidores com a redução do preço das tarifas, houve ganho de escala, com a unificação de bitolas, já que passaria a usar carros com bancos mais largos, onde cabiam sentados cinco passageiros em vez de quatro, e houve unificação das linhas reduzindo os custos, na medida em que racionalizava os itinerários.⁷⁵¹

⁷⁴⁷ Segundo Américo Freire, um novo Partido Republicano do Distrito Federal foi fundado, em 1906, “ungido pelo pinheirismo e sob a liderança incontestada de Augusto de Vasconcelos”. FREIRE, A. (2004).*op.cit.* p.196.

⁷⁴⁸ Elisabeth von der Weid, analisando as modificações obtidas na concessão dos serviços de eletricidade da “The Rio Light”, concluiu que elas foram positivas, pois embora não tenha havido ampliação do prazo do privilégio, que continuou sendo de 15 anos, e embora as tarifas tenham sido reduzidas, houve extensão do prazo da concessão, de 1950 para 1990. Tal como já afirmamos anteriormente, a modificação no prazo do privilégio não chegava a ser uma preocupação para os empresários, pois estariam sendo protegidos da concorrência durante o período de instalação da empresa, e esse prazo era mais do que suficiente para estruturar a companhia e seu sistema, sem competidores, de forma a ficar garantido que, depois disto, ninguém faria frente a ela. WEID, Elizabeth von der..*op.cit.* p.62.

⁷⁴⁹ *Idem. Ibidem.* p.82.

⁷⁵⁰ A manutenção de uma tabela fixa, sem a variação que poderia representar o pagamento de uma parte dependente da variação da taxa de câmbio não representou perda para a empresa porque a Caixa de Conversão havia sido instituída trazendo uma estabilização da taxa cambial e garantindo uma uniformidade dos preços que dependessem de conversão.*Idem. Ibidem.* p.83.

⁷⁵¹ *Idem. Ibidem.* p.84.

4.2.3 Os serviços federais e as mudanças na política do Distrito Federal: a possibilidade dos Guinle penetrarem no mercado de eletricidade do Distrito Federal, em 1910

A querela que começou no ano de 1904 se desdobrou de forma complexa nos anos seguintes. Antes mesmo da consolidação da renovação e alteração das cláusulas contratuais das concessões da “The Rio Light, tanto as de carris quanto a de fornecimento de eletricidade, e que significava o reconhecimento, por parte do Executivo e Legislativo Municipal, dos direitos da “The Rio Light” no âmbito municipal, nos meses de setembro e outubro de 1907, a Guinle&Cia ganhou uma autorização do Governo Federal, através do Decreto n.º 6.367, de 14/02/1907, para participar da concorrência para o fornecimento de energia elétrica aos serviços públicos federais instalados no Distrito Federal⁷⁵². E, aproximadamente um mês após a renovação da Concessão Reid através do Decreto n.º 6.732 de 14/11/1907⁷⁵³, a Guinle&Cia foi autorizada a assentar uma linha de transmissão de energia elétrica dentro do Distrito Federal, proveniente da usina de Piabanha, para suprimento de força motriz a serviços públicos federais, compreendendo inclusive a construção de uma subestação na rua Visconde de Niterói, em Mangueira.⁷⁵⁴

Portanto, o ano de 1907 foi bastante significativo para as duas partes envolvidas no conflito, pois no âmbito municipal assinou-se, num primeiro momento, “a morte” dos interesses dos Guinle no mercado de eletricidade do Distrito Federal, já que o Conselho Municipal reconheceu a validade do Contrato assinado entre Souza Aguiar, prefeito da cidade, e a “The Rio Light”, o que significava, entre outras coisas, reconhecer o direito de exclusividade da empresa até 1915. Posição reforçada em maio de 1908, quando os Guinle novamente tentaram questionar o privilégio da “The Rio Light” entrando com um requerimento no Conselho Municipal, requerimento este arquivado.⁷⁵⁵

⁷⁵² Havia o Decreto Federal n.º 5.407, de 1904, que permitia ao governo federal contratar qualquer empresa para fornecer energia elétrica a serviços sob seu controle. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. (1993). *op.cit.* p. 78.

⁷⁵³ Mackenzie, um dia antes da Guinle& Cia ganhar o direito de estender as linhas de transmissão no Distrito Federal, afirmou em carta a Pearson, que o governo ainda não tinha falado sobre a possibilidade de comprar energia para suprir serviços federais, mas que acreditava que isso iria acontecer. Afirmou também que o ministro da Viação Miguel Calmon, apesar de não ter boas relações com Gaffrée e Eduardo Guinle, daria concessão aos Guinle tentando provar que era imparcial, que não estava sob influência de qualquer corporação. Arquivo Light. – Correspondências Mackenzie. Carta de Mackenzie-Perarson, 13/11/1907.

⁷⁵⁴ Em setembro de 1908, a Guinle&Cia conseguiu seu primeiro contrato de fornecimento de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro, celebrado com a Estrada de Ferro Central do Brasil. LAMARÃO (1997), *op. cit.* p.226. O diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, no período de 1906-1910, era Aarão Leal de Carvalho Reis, natural da província do Pará. MARINHO, Pedro E.M. Monteiro. *op.cit.* p.226.

⁷⁵⁵ Biblioteca da Alerj - *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal*, 1908,p.135.

Mas, no âmbito federal, através dos decretos federais de 1907, n.º 6.367 (autorizava a Guinle&Cia a participar da concorrência para o fornecimento de energia elétrica aos serviços públicos federais instalados na cidade do Rio de Janeiro) e n.º 6.732 (aprovou o projeto de linha de transmissão de energia elétrica da usina de Piabanha até o Distrito Federal), a Guinle&Cia ganhou uma possibilidade de penetrar no mercado de eletricidade do Distrito Federal, e foi a partir destas conquistas que os diretores da empresa procuraram, de imediato, abrir espaços no mercado de eletricidade da Capital.

Para assentar as linhas de transmissão dentro do Distrito Federal e atender aos possíveis contratos assinados com as repartições federais, a Guinle&Cia, em junho de 1908, formulou um requerimento à Prefeitura pedindo esta autorização, pedido este negado em agosto de 1908 em função do privilégio William Reid.⁷⁵⁶ Não aceitando essa decisão, os advogados da Guinle&Cia moveram uma Ação Ordinária contra a Fazenda Municipal e contra a “The Rio Light”, no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal.⁷⁵⁷

O argumento utilizado pelos advogados da Guinle&Cia, nessa ação, foi o de que a empresa tinha autorização para desapropriar terrenos para a transmissão de eletricidade no Distrito Federal para suprir serviços federais, que estavam amparados pelo Decreto 1001/1904, que o Conselho Municipal não tinha competência para conceder o privilégio à W. Reid e que o contrato firmado entre a W. Reid e a Prefeitura não havia sido cumprido. Segundo o documento produzido pelo advogado da Guinle&Cia, “em 1907, a Rio Light não tinha iniciado suas obras nem em largas extensões, nem nos subúrbios (...). Houve simulação da inauguração, então, não se cumpriu o contrato de 20/05/1905 (...)”.⁷⁵⁸

Em setembro de 1908, momento em que a Ação Ordinária movida pela Guinle&Cia contra a Prefeitura ainda aguardava julgamento⁷⁵⁹, os diretores da empresa assinaram com a

⁷⁵⁶ Segundo Francisco de Castro Júnior, advogado da “The Rio Light”, Guinle&Cia já tinha requerido na 3ª Vara Cível um Interdito Proibitório contra a “The Rio Light” com objetivo de anular o privilégio da mesma. Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL –Supremo Tribunal Federal. Manutenção de Posse da The Rio Light contra Guinle&Cia, CBEE e União Federal, 1910.

⁷⁵⁷ *Ibidem.*

⁷⁵⁸ *Ibidem.*

⁷⁵⁹ Esta ação movida pela Guinle&Cia foi julgada improcedente, em 18/08/1909, por Joaquim José Saraiva Júnior. Segundo o julgamento feito no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, a Guinle&Cia estava impedida de instalar rede de energia elétrica para fins industriais e domésticos na cidade. Nesse primeiro momento do embate, e numa simples leitura do texto jurídico, já podemos identificar algumas posições e caminhos que foram adotados pelos advogados da Guinle&Cia. Com relação à dicotomia monopólio/livre concorrência, relativa aos serviços particulares e públicos de eletricidade, a posição assumida no texto foi a da livre concorrência, inclusive os advogados apoiaram-se no Decreto 1001/1904 para moverem a Ação contra a Rio Light. Com relação a um dos caminhos assumidos para mover a mesma Ação, escolheram tentar provar que o contrato com a “The Rio Light” já havia caducado em função do descumprimento de suas cláusulas e de que o Conselho Municipal não tinha competência para fazer o dito contrato. Portanto, tentaram, ao mesmo tempo, cercar a questão pelos dois lados: um deles, a defesa da livre concorrência, o que abriria a possibilidade de outras empresas prestarem os

Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) seu primeiro contrato de fornecimento de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro⁷⁶⁰ e, em outubro, ofereceram uma proposta de fornecimento de energia elétrica ao Ministério da Guerra, atitudes que receberam protestos imediatos dos representantes da “The Rio Light”, mas que receberam importante apoio do Sr. Dr. Consultor Geral da República⁷⁶¹. No entanto, a empresa não conseguia assentar as linhas de transmissão porque a Prefeitura embargava as obras⁷⁶², fato que levou os Guinle a suscitarem, no Supremo Tribunal Federal, conflito de atribuições entre as administração federal e do Distrito Federal⁷⁶³, e o Supremo votou, no dia 02/12/1908, pela não existência do dito conflito.⁷⁶⁴

Cabe salientar que apesar da dificuldade e, no momento, a impossibilidade de assentar as linhas de transmissão no Distrito Federal, os advogados da empresa continuavam entrando na justiça com processos de desapropriação de terrenos para ir adiante com seus planos,

mesmos serviços na cidade; o outro, a anulação do contrato que a “The Rio Light” tinha conseguido, através da aquisição da concessão Reid. Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL - Supremo Tribunal Federal. Manutenção de Posse da The Rio Light contra Guinle&Cia, CBEE e União Federal, 1910.

⁷⁶⁰ LAMARÃO (1997), *op. cit.*, p. 226. Este contrato foi autorizado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, e assinado, em 15/09/1908, e estavam presentes Aarão Reis, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil e Eduardo Guinle, representando a Guinle&Cia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/09/1909 in *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/09/1909.p.6-7.

⁷⁶¹ A SAG, que tinha o privilégio para iluminação pública e particular da cidade, protestou, em 19/09/1908, junto ao Juiz Seccional (2ª Vara), através do seu advogado Sancho de Barros Pimentel, contra o ministro do Ministério de Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, que autorizou o Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, Aarão Reis, a celebrar com a Guinle&Cia o fornecimento de energia elétrica para seus serviços, sem excluir iluminação. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 20/09/1908. p. 8. Em 03/10/1908 Alfredo Maia, um dos diretores da “The Rio Light”, publicou no *Jornal do Commercio* uma nota afirmando que soubera de uma proposta feita pelos diretores da Guinle&cia ao Ministério da Guerra, que protestaram junto a esse Ministério e que lutaria pelo privilégio da “The Rio Light”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 03/10/1908.p.2. O ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, enviou o protesto de Alfredo Maia para que o Consultor Geral da República que analisou o assunto e defendeu que a União “pode fornecer-se de força hidrelétrica onde quiser, como quiser e contratando os fornecedores que quiser(...)”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 03/10/1908.p. 2-3. Uma réplica contestando o parecer do Consultor, elaborada por Francisco de Castro Júnior, em 06/10/1908, advogado da “The Rio Light”, foi publicada também no *Jornal do Commercio*. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07/10/1908. p. 7. E, em 23/10/1908, novamente Francisco de Castro Júnior publicou matéria no A Pedidos do *Jornal do Commercio* enfatizando que o parecer do Sr. Dr. Consultor Geral da República, apesar de reconhecer os direitos da Guinle&Cia, era contraditório. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24/10/1908. p. 11.

⁷⁶² No governo Souza Aguiar, em 1908, foram embargadas as obras de instalação de duas torres de transmissão de energia elétrica da Guinle&Cia, no Méier, e no segundo semestre de 1909, já durante a administração Serzedello Corrêa foram embargadas obras feitas na estação de Mangueira. A Tribuna de 01/09/1909 in *Jornal do Commercio* 02/09/1909 p.18-19; O País de 01/09/1909 in *Jornal do Commercio* 02/09/1909p.18-19. *Correio da Manhã* de 02/09/1909 in *Jornal do Commercio* de 03/09/1909.p.12

⁷⁶³ Supremo Tribunal Federal. Conflito de Jurisdição n. 199 entre as administração federal e do Distrito Federal – suscitante Guinle&Cia. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17/10/1908. p.9.

⁷⁶⁴ Nos meses de outubro e dezembro de 1908, várias matérias assinadas pelo advogado dos Guinle, Raul Fernandes, e pelo advogado da “The Rio Light”, Francisco de Castro Júnior, foram veiculadas nos A Pedidos do *Jornal do Commercio*, onde trocavam-se acusações ácidas. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17,18,22,23 e 25/10 e 02 e 03/12/1908. A votação no Supremo Tribunal Federal foi apertadíssima, pois foram 5 votos contra 4. Amaro Cavalcanti, Manoel Espínola, Ribeiro de Almeida, Espírito Santo e Canuto Saraiva votaram pela não existência do conflito e Pedro Lessa, Guimarães Natal, André Cavalcanti e Manoel Murtinho votaram pela existência. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 03/12/1908.p.7.

apoiando-se no Decreto Federal n.º 5.646, de 22/08/1905, que determinava que a desapropriação versaria sobre os terrenos e benfeitorias indispensáveis às instalações e execuções dos serviços a cargo das empresas concessionárias de serviços públicos⁷⁶⁵. Situação que se estendeu ao ano de 1910.⁷⁶⁶

Foi, então, o ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida que, através da assinatura do contrato entre a Guinle&Cia e a EFCEB deu possibilidade aos Guinle de penetrarem no Distrito Federal. Mackenzie afirmou que o ministro não tinha boas relações com Gaffrée e Palassin Guinle, mas que “daria concessão aos Guinle tentando provar que era imparcial, que não estava sob influência de qualquer corporação”.⁷⁶⁷

Calmon foi, de 1921-1922, um dos presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura, instituição que formalizou, desde fins do século XIX até os anos de 1930, as demandas de grupos agrários não vinculados ao complexo cafeeiro paulista. Inclusive, sua fundação “resultara do esforço daqueles que, desfavorecidos pela exportação, militavam em prol da diversificação agrícola em esferas paralelas à político-partidária”, tendo, portanto, abrangência nacional, ao contrário da Sociedade Rural Brasileira, organização paulista defensora dos interesses cafeeiros, contonicultores e pecuaristas, de porte regional.⁷⁶⁸ Portanto, estava Calmon, aquele que criou uma possibilidade da CBEE entrar no Distrito Federal, ligado a um grupo pouco articulado com os interesses paulistas, assim como Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, de 1902-1906, e também presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de 1912-1921, que o precedeu na pasta.

Lauro Müller, em fins de 1904, negou autorização para a “The Rio Light” funcionar no Brasil, e apenas deu a autorização, em maio de 1905, depois de ter sofrido pressão do embaixador norte-americano Lord Griscon. Segundo Pearson, a resistência de Lauro Müller tinha fundo político, pois associava “o pessoal da São Paulo Light” aos políticos de São

⁷⁶⁵ O Decreto de autorização n. 6367, concedia a Guinle&Cia os favores do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, na forma estabelecida no mesmo decreto. E o Decreto N. 6732, de 14 de novembro de 1907, aprovava o plano e a planta da usina Guinle & Comp. em Alberto Torres, Estado do Rio de Janeiro, e declara de utilidade pública a desapropriação dos terrenos e benfeitorias compreendidas na referida planta. Da Coleção das Leis. BRASIL. Ministério Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de Legislação organizada por Gustavo Adolfo Baily. Rio de Janeiro, 1943. p. 171-172.

⁷⁶⁶ Só para citar algumas: “objetivando construir uma linha transmissora de energia elétrica de Alberto Torres para o Distrito Federal, a CBEE necessita de uma faixa de terreno pertencente a Luiz Pacheco Dummond (...)”. Idem em relação às terras de João Drummond Furtado de Mendonça; D. Thereza de Jesus; D. Mariana Ayrosa Botelho de Carvalho; D. Bebiana Pereira Gomes Picota. Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL Tribunal Regional Federal. Desapropriações. Anos de 1909 e 1910. Em 1910 a CBEE trazia 13 processos de desapropriação para passagem da linha do Distrito Federal. Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial*, 28/04/1910. p. 3113.

⁷⁶⁷ Arquivo Light. Correspondências Mackenzie, Carta de Mackenzie-Pearson. 13/11/1907.

⁷⁶⁸ MENDONÇA, Sônia Regina. (1997). *op.cit.* p. 46-48.

Paulo.⁷⁶⁹ Portanto, não cremos ser coincidência as posições assumidas por Lauro Müller e Miguel Calmon nos conflitos que envolviam a Guine&Cia/CBEE e “The Rio Light”, ambos ministros da Viação e Obras Públicas e presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura, agremiação que organizava certas frações da classe proprietária cujos interesses estavam, em parte, ligados à produção agrícola propriamente dita.⁷⁷⁰

Quanto ao Ministério da Guerra que recebeu a proposta dos Guinle para fornecimento de energia elétrica e, através do Consultor Geral da República, recebeu parecer favorável, era ocupado pelo Marechal Hermes da Fonseca.⁷⁷¹ Momento marcado pelas articulações para o lançamento das candidaturas para as eleições de 1909⁷⁷², quando no início do ano o Marechal foi declarado candidato e recebeu apoio do presidente Nilo Peçanha⁷⁷³, do senador Pinheiro Machado e de alguns estados do Norte e Nordeste do país. Em contrapartida, Rui Barbosa, que disputava com Hermes a presidência do país, foi apoiado por ampla facção do Partido Republicano Paulista, e fez campanha com o patrocínio da oligarquia paulista.⁷⁷⁴

Sobre esses “beneficiamentos” recebidos pelos Guinle de membros pouco ou nada articulados aos interesses paulistas, cabe salientar que em São Paulo, esse fato também ocorreu, pois Alfredo Ellis, senador por São Paulo, defensor da lavoura paulista, e próximo dos interesses da Light, especialmente no ano de 1909, foi um dos principais políticos a lutar contra os empreendimentos da família Guinle em São Paulo.⁷⁷⁵

Essa estratégia da Guinle&Cia permite esclarecer a relação e apoio que a empresa tinha com certos setores do governo federal, pois através do contrato assinado com a Estrada de Ferro Central do Brasil, tinha autorização do governo federal para assentar canalizações no Distrito Federal. E ainda, apesar de não ter assinado o contrato com o Ministério da Guerra,

⁷⁶⁹ E o próprio Pearson afirmou que os problemas que estavam tendo com o governo federal era porque eles sabiam “que os homens políticos de São Paulo são nossos amigos”. Arquivo Light. Correspondências Mackenzie. Carta de Pearson a Mackenzie, 03/01/ 1905.

⁷⁷⁰ MENDONÇA, S.R. (1997). *op.cit.* p.48.

⁷⁷¹ Hermes da Fonseca era militar e ganhou projeção como comandante da brigada policial da capital federal (1899-1904) e da *Escola Preparatória e Tática de Realengo*, atuando na Revolta da Vacina. Graças ao prestígio conquistado no meio militar, foi conduzido à chefia do Ministério da Guerra. E já em fins de 1908, seu nome aparecia como um dos candidatos à presidência, e no início de 1909, vários civis, entre eles Lauro Müller, aderiram à candidatura *hermista*. BORGES, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.p. 138-142.

⁷⁷² Segundo Marieta de Moraes Ferreira, as discussões em torno da sucessão presidencial de 1910 tiveram início em 1908, com esforço do presidente Afonso Pena para articular um candidato que aglutinasse todas as correntes políticas mineiras contra a influência de Pinheiro Machado. Inclusive, ressalta que ainda em 1908, o lançamento da candidatura de Nilo Peçanha, em oposição à de João Pinheiro, virtual sucessor mineiro de Afonso Pena, foi cogitada. FERREIRA, Marieta de M. (1989). *op.cit.* p.173-175.

⁷⁷³ Segundo Sônia Mendonça, Nilo foi um dos principais articuladores da campanha de Hermes. MENDONÇA, S.R. (1997). *op.cit.* p.123.

⁷⁷⁴ BORGES, Vera Lúcia. *op.cit.* p.146-156.

⁷⁷⁵ Sobre os conflitos envolvendo os Guinle em São Paulo. Cf. SAES, A.M. (2010). *op.cit.* Capítulos 6 e 8.

tinha parecer favorável do Consultor Geral da República à proposta que havia enviado ao mesmo. No entanto, não tinha autorização municipal para fazer tais assentamentos e a justiça, através do Supremo Tribunal Federal, negou a existência do conflito de jurisdição entre os poderes federal e municipal, que muito interessava à Guinle&Cia.

Essa situação sofreu uma reviravolta a partir do segundo semestre de 1909, depois que Nilo Peçanha assumiu a presidência do país e nomeou Serzedello Corrêa Prefeito do Distrito Federal.

Em setembro de 1909, a CBEE fazendo serviços de instalações de linhas de transmissão no bairro Mangueira, obras necessárias para o cumprimento do contrato celebrado com a EFCB, teve suas obras embargadas por um agente da Prefeitura, Alambary Luz, repetindo o que acontecera durante o governo Souza Aguiar, em 1908. No entanto, posicionando-se de maneira oposta àquela de Souza Aguiar, o Prefeito Serzedello Corrêa expediu um ofício ao Ministro da Viação e Obras Públicas afirmando que o embargo ocorreu sem ordem superior e que a Prefeitura não iria atrapalhar os serviços federais no Distrito Federal. Logo, o embargo foi suspenso⁷⁷⁶. Nesse documento, o Prefeito Innocêncio Serzedello Corrêa, afirmava que “... não posso deixar de fazer acatar o contrato celebrado pelo Governo Federal nas concessões referentes aos provimentos de serviços a seu cargo, que se lhe interessam e escapam, por sua própria índole, a fiscalização desta Prefeitura”.⁷⁷⁷

Diante desta decisão, os advogados da “The Rio Light” recorreram à justiça federal e local. Na primeira vara federal requereram Interdito Proibitório contra a Guinle&Cia/CBEE e União, e o juiz Godofredo Cunha decidiu que a justiça federal não poderia intervir na questão.⁷⁷⁸ Em contrapartida, na primeira vara cível e no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal na justiça do Distrito Federal, os juízes, respectivamente, Pedro Francellino e Joaquim José Saraiva Júnior, concederam os Interditos Proibitórios.⁷⁷⁹ Os advogados da Guinle&Cia/CBEE, agravaram da decisão do juiz da primeira vara cível, agravo que foi negado. Diante disso, os advogados pediram, então, uma carta testemunhal, que foi julgada

⁷⁷⁶ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 06/09/1909. P.6-7.

⁷⁷⁷ *Idem*.

⁷⁷⁸ Godofredo Xavier da Cunha era natural de Porto Alegre, foi nomeado juiz federal na seção do Estado do Rio de Janeiro, em 1890, e em 1897 foi transferido para o Distrito Federal. Era genro e amigo de Quintino Bocáúva e foi nomeado ministro do STF, em 18/09/1909, tomando posse em 25/09/1909, por Nilo Peçanha. RODRIGUES, Lêda B. *História do Supremo Tribunal Federal*.p.118. Disponível em : books.google. com.br. Acesso em fevereiro de 2012.

⁷⁷⁹ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 06/09/1909. p. 6-7.

pela Corte de Apelação, em 01/12/1909, e que, por unanimidade, votou por confirmar o despacho do juiz Pedro Francellino.⁷⁸⁰

Sendo assim, durante a gestão Nilo Peçanha/Serzedello Corrêa, 1909-1910, a situação da Guinle & Cia/CBEE e do conflito com a “The Light Rio” modificou-se, porque não só em algumas repartições da esfera federal, mas também no executivo municipal, a Guinle&Cia e a CBEE tinham o apoio para assentar as canalizações e para o fornecimento de energia elétrica aos contratos firmados com as repartições federais no Distrito Federal. Portanto, a entrada de Serzedello Corrêa na Prefeitura do Distrito Federal, alterou bastante a correlação de forças que se estabeleceu entre as duas empresas até então, pois colocava os Guinle em situação bastante favorável, já que abria a possibilidade de também ocuparem com suas canalizações o território do Distrito Federal.

A partir desse momento foi somente a justiça e não mais o executivo municipal ou o legislativo municipal⁷⁸¹ o *locus* decisivo para a vitória da “The Rio Light” sobre a Guinle&Cia/CBEE na disputa pelos serviços de eletricidade no Distrito Federal, tanto os de iluminação quanto os de fornecimento de energia elétrica, pois foi na justiça que a “The Rio Light” conseguiu impedir que a CBEE conquistasse parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal.

Em 21 de setembro de 1909, em meio à turbulenta questão dos embargos das obras da CBEE no bairro da Mangueira, obras necessárias para o cumprimento do contrato com a E.F.C.B, e também diante de iminente renovação do contrato de iluminação com a SAG,⁷⁸² a CBEE enviou à Câmara dos Deputados um requerimento solicitando ao Congresso Nacional concessão para construção, uso e gozo de uma rede de distribuição de energia elétrica para

⁷⁸⁰ *D'A Tribuna*, 01/12/1909 e *Correio da Manhã*, 01/12/1909. In: *Jornal do Commercio*, 02/12/1909.p..6. Na estrutura judiciária do Distrito Federal, havia o Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, que julgava, entre outras, causas em que a Fazenda Municipal estivesse envolvida, e também três Varas Cíveis, que julgavam processos civis. E quando havia conflitos entre autoridades judiciárias ou suspeição a juízes da justiça do Distrito Federal, o Conselho Supremo da Corte de Apelação julgava.

⁷⁸¹ No ano de 1910, a questão da eletricidade no Distrito Federal foi pouco discutida no Conselho Municipal. Na seção de 26/04/1910 Enéias Sá Freire ressaltou que o Prefeito colocara em prática o Dec. nº. 1001, de 1904, contribuindo para acabar com o monopólio do fornecimento de energia elétrica na cidade. Otacílio Câmara, afirmou não se interessar por quem exploraria o serviço, e fez questão de deixar claro que não concordava com a desobediência de Serzedello às decisões judiciais. E na sessão de 28/04/1910 o intendente Júlio Carmo, depois de fazer inúmeras críticas à administração de Serzedello, afirmou apenas que talvez as medidas adotadas por Serzedello, com relação à energia elétrica, fossem boas para os munícipes, mas que os processos por ele seguidos não estavam revestidos de meios legais. Salientamos que nenhum outro intendente tocou no assunto. *Jornal do Commercio*.Rio de Janeiro, 27/04/1910,p.3 e 29/04/1910. p. 5. Importante reforçar que no ano de 1904, o Conselho discutiu e votou a primeira legislação para o setor; em 1907, discutiu sobre a unificação dos serviços de tramways e sobre o preço da energia; em 1910, apenas de maneira pontual fez algumas considerações sobre as medidas administrativas do Prefeito. Salientamos, no entanto, que as considerações feitas acerca do ano de 1910 contaram apenas com leituras das atas das sessões que foram publicadas no *Jornal do Commercio*, pois as Atas do Conselho Municipal para o ano de 1910 não foram encontradas.

⁷⁸² A SAG renovou seu contrato com o governo federal em novembro de 1909.

iluminação particular na Capital pelo prazo de 60 anos⁷⁸³, mas para iniciar apenas em 16 de setembro de 1915, quando o privilégio previsto no contrato da SAG se esgotaria. Requerimento este protestado pela “The Rio Light”, também perante o Congresso⁷⁸⁴. Em setembro, outubro e novembro do mesmo ano, a Comissão de Constituição e Justiça discutiu e apresentou os pareceres de seus membros, resolvendo, a maioria, pelo deferimento do pedido, em 25 de novembro de 1909.⁷⁸⁵

Nesta discussão destacaram-se o gaúcho Germano Hasslocher,⁷⁸⁶ favorável ao deferimento, e o fluminense Paulino Soares de Souza⁷⁸⁷, contrário ao deferimento. No seu parecer Hasslocher afirmou que a CBEE surgiu como uma “salvação para os interesses do povo” do Distrito Federal, pois estava se aparelhando em tempo, o que evitaria o monopólio da SAG a partir de 1915.⁷⁸⁸ Já o Conselheiro Paulino, contrário ao deferimento, afirmava que o deferimento provocaria uma disputa jurídica entre a SAG e a CBEE.⁷⁸⁹

⁷⁸³ A CBEE em seu requerimento obrigou-se a suprir a energia elétrica pelo preço de 100 réis o Kwh consumido na iluminação, preço máximo e não inaugurar o seu serviço de iluminação senão a partir de 16/09/1915. *Anais da Câmara*. 1911, vol.2. p. 542. Disponível em : imagem.camara.gov.br/diarios.asp

⁷⁸⁴ Um dia depois de apresentado o requerimento à Câmara dos Deputados, a SAG enviou uma petição protestando contra as pretensões da CBEE, alegando que só a SAG tinha o direito de assentar canalizações para fornecimento de energia para iluminação até 15/09/1915. *Anais da Câmara*, 1911, vol.2. p.542. Disponível em : imagem.camara.gov.br/diarios.asp. Nos A Pedidos do Jornal do Commercio, em artigo intitulado Societé Anonyme du Gaz, Mackenzie protestou contra o requerimento da CBEE e afirmou que a Guinle&Cia oferecia “um preço ridículo para iluminação particular” e que a questão já havia sido submetida ao Supremo Tribunal Federal, em 1906. Segundo ele a Guinle&Cia/CBEE oferecia esse preço para impressionar o Congresso e ainda, se utilizou os preços de energia oferecidos em São Paulo e cobrados em Niterói para reforçar o que afirmava. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24/09/1909.p.9-10 e 26/09/1909.p.10. Esta declaração de Mackenzie de que o preço oferecido pela Guinle&cia/CBEE era “ridículo” foi prontamente respondida por César Rabello, diretor da CBEE, também nos A Pedidos do Jornal do Commercio no dia 24/09. E as outras acusações de Mackenzie também foram respondidas pelo diretor da CBEE. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 e 27/09/1909.p.9-10.

⁷⁸⁵ Foram favoráveis ao deferimento: Germano Hasslocher, em 23/09; Domingues Guimarães, em 11/11; Pedro Moacyr, em 28/10; Miguel de Carvalho, em 16/11. Foram contrários ao deferimento: Paulino de Souza Soares, em 19/10; Adolpho Gordo, em 03/11 *Anais da Câmara*, 1911, vol.2. Disponível em: imagem.camara.gov.br/diarios.asp

⁷⁸⁶ Deputado pelo Rio Grande do Sul, membro do Partido Republicano Riograndense.

⁷⁸⁷ O Conselheiro Paulino José Soares de Souza, filho do Visconde do Uruguai, foi deputado e um dos líderes do Partido Conservador no Império. Proprietário de engenhos em Itaboraí e fazendas em Cantagalo, constituiu-se numa das lideranças do Partido Republicano Fluminense (PRF). Teve a sua liderança enfraquecida a partir do crescimento e fortalecimento do campista Nilo Peçanha no Rio de Janeiro. Cf. LEMOS, Renato Luis do C. Neto e. “A disputa de poder” e a “Oligarquia no poder”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *A República na Velha Província*. Oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. p. 27- 93

⁷⁸⁸ Hasslocher defendeu que só haveria concorrência após 1915 se outra empresa estivesse aparelhada para oferecer tais serviços; afirmou também que o Congresso tinha competência para legislar sobre a iluminação particular, inclusive de acordo com a Lei Orgânica do município; e que o privilégio da SAG referia-se ao suprimento de luz e energia elétrica, e não à canalizações. *Anais da Câmara*, 1911, vol.2. p. 545-547. Disponível em : imagem.camara.gov.br/diarios.asp

⁷⁸⁹ Paulino defendeu que o Congresso discutisse sobre o que fazer em matéria de iluminação da Capital. *Idem*. p.544.

Portanto, em fins de 1909, também no Congresso Nacional,⁷⁹⁰ a CBEE ganhou apoio, dando mais “um passo” em direção à possibilidade de abrir espaços para a participação na exploração dos serviços de eletricidade do Distrito Federal. Como não podia deixar de acontecer, a “The Rio Light” reagiu junto à Câmara e, principalmente, na Imprensa.⁷⁹¹

Em 02 de março de 1910, reforçando a posição assumida pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, que autorizou o diretor da E. F. Central do Brasil, Aarão Reis, a assinar com a Guinle&Cia um contrato para o fornecimento de energia elétrica à Companhia, em 1908, o Ministro da Marinha, Alexandrino Faria de Alencar⁷⁹², assinou com a CBEE, em 1910, um contrato para suprimento de energia aos estabelecimentos militares das ilhas de Enxadas, Cobras e Villegaignon.⁷⁹³

Essa situação de significativas vantagens conseguidas pela Guinle&Cia/CBEE⁷⁹⁴ alcançou seu ápice em abril 1910. Neste mês a CBEE entrou com um requerimento na

⁷⁹⁰ Esse requerimento da CBEE deu origem ao projeto n.º 40, de 1911, que foi elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com parecer favorável da Comissão de Obras Públicas, que só começou a ser votado em junho de 1911. O projeto foi bastante discutido, discussão que girava em torno dos temas monopólio *versus* livre-concorrência, e foi rejeitado, em segunda discussão, após intenso debate. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. op. cit. (1990).op.cit. p. 238-239. *Anais da Câmara*.1911, vol.2. p. 541-579, vol. 7. p. 660-661; vol. 8. p. 22-44 e 423-438. Disponível em : imagem.camara.gov.br/diários.asp

⁷⁹¹ Os representantes da “The Rio Light/SAG” publicaram na seção A Pedidos do Jornal do Comércio pareceres de vários juriconsultos afirmando que o privilégio da SAG era inviolável. Mackenzie, representante da “The Rio Light”, publicou no Jornal do Comércio um texto reforçando que os melhores juriconsultos do país reconheciam a inviolabilidade do privilégio da SAG, e nos A Pedidos do Jornal do Comercio esses pareceres foram publicados: O parecer dos Srs. Drs. Cândido de Oliveira, Oliveira Coelho e Andrade Figueira de 22/11/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 26, 27 e 28/11/1909, respectivamente nas páginas 6,6 e 11. O do Sr. Dr. Clóvis Beviláqua de 26/11/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 29/11/1909, p. 10-11. Sr. Dr. Inglez de Souza de 26/11/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30/11/1909.p.7. Dos Srs. Drs. Alfredo Pinto Vieira de Mello e Mello Matos, de 27/11/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 01 e 02/12/1909, p.6-7 e p.6. Srs. Drs. Caldas Vianna e Bento de Faria, de 28/11/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 03 e 04/12/1909. p.7. Sr. Dr. João Vieira de Araújo de 29/11/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/12/1909. p.9. Sr. Dr. João Evangelista Sayão de Bulhões de Carvalho de 08/12/1909. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17/12/1909.p.9.

⁷⁹² Nascido em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, em 1848, e foi Ministro da Marinha nos governos Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Peçanha, Venceslau Bras e Artur Bernardes. Biblioteca Nacional - Biografias dos ministros da Marinha na República. V.1. Serviço de documentação da Marinha: Rio de Janeiro, 2004.p.119.

⁷⁹³ Arquivo Nacional - Relatório da CBEE. *Diário Oficial da União*. Relatório de abril de 1910.p.3113; Relatório da CBEE. *Diário Oficial da União*. Relatório de abril de 1911.p.3030. A “The Rio Light” moveu uma ação de Interdito Proibitório contra a CBEE, em 1910, para impedir a construção de linhas de transmissão a serem empreendidas no mar territorial ou ilhas da Bahia de Guanabara, impossibilitando a execução do contrato assinado em 02/03/1910 para suprimento de energia aos estabelecimentos militares das ilhas de Enxadas, Cobras e Villegaignon. Essa ação de Interdito Proibitório teve procedência na 1ª vara federal e chegou ao Supremo Tribunal Federal através de um Agravo de Petição. Arquivo Geral da Justiça Federal. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo de Petição n.1577. Agravante CBEE e Agravado Light. Relator: Ministro Canuto Saraiva.

⁷⁹⁴ Duas matérias do Correio da Manhã criticaram o vencimento da concorrência pela CBEE para fornecer energia elétrica às ilhas de Enxadas, Cobras e Villegaignon. Segundo o periódico, a firma Haupt&Cia. ofereceu o serviço por melhores preços, mas o governo, ainda assim, deu preferência à CBEE. Chega a afirmar que a vitória da CBEE, nesta concorrência pública, teria sido obra da influência de Raul Fernandes junto ao presidente Nilo Peçanha. Correio da Manhã, 26,29/01/1910, in. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/01/1910.p.6 e 30/01/1910.p.11. Cabe salientar que o Consultor Jurídico do Ministério da Marinha, Dr. Joaquim de Oliveira Machado, havia se pronunciado sobre a questão, em 18 de dezembro de 1909, afirmando que o preço oferecido

Prefeitura do Distrito Federal solicitando concessão por 90 anos para distribuir energia elétrica para quaisquer usos “domésticos, industriais, etc”, a partir de 07/06/1915, com a condição de assentarem, desde o momento da assinatura do contrato, as suas canalizações, podendo fornecer energia a vapor ou a gás pobre ou semelhante.

No dia 25/04/1910 o pedido foi deferido e no dia 27/04/1910 o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Serzedello Corrêa, o Diretor Geral de Obras, Jeronymo Francisco Coelho, e o presidente da CBEE, Eduardo Guinle, assinaram um contrato entre a CBEE e a Prefeitura do Distrito Federal permitindo que a empresa instalasse as tais canalizações.⁷⁹⁵

Aos vinte sete dias do mez de abril do ano de mil novecentos e dez, presentes na Prefeitura do Districto Federal o senhor coronel Innocencio Serzedello Correia, Prefeito do Districto Federal, e o senhor doutor Jeronymo Francisco Coelho, director geral de obras da Prefeitura do Districto Federal, compareceu o senhor Eduardo Guinle, como presidente da Companhia Brasileira de Energia Elétrica para assignar o presente contracto que entre si fazem a Prefeitura do Districto Federal e a Companhia (...).

1^a)Fica concedida à Companhia Brasileira de Energia Electrica, nos termos do decreto municipal numero mil e um, de vinte e um de outubro de mil novecentos e quatro, pelo prazo de noventa annos, a necessária licença para assentamento de uma rêde de distribuição de energia electrica neste Districto, podendo para esse fim serem ocupadas as ruas, praças, caminhos e logradouros públicos.

6^a) Nas ruas, praças, caminhos e logradouros, onde existirem canalizações aéreas ou subterrâneas para distribuição de energia hydro-electrica, e de propriedade da Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited, a concessionária fará o assentamento das suas canalizações sem prejuízo das primeiras.

7^a)Este contracto é feito com a condição de serem respeitados os direitos de terceiros, não cabendo ao contractante ou seus successores nenhum direiro à indemnização de qualquer espécie contra a Municipalidade e se porventura terceiros, prejudicados ou não, impedirem a sua execução (...).⁷⁹⁶

A partir desse momento, a CBEE tinha contratos assinados com repartições federais, Estrada de Ferro Central do Brasil e Ministério da Marinha; tinha aprovado seu requerimento

pela Haupt&Cia era menor que o oferecido pela CBEE, mas que aquela firma não estava aparelhada para fornecer a energia hidráulica necessária aos serviços do Ministério. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/01/1910.p.3. E ainda, a própria Haupt&Cia assinou uma matéria publicada nos A Pedidos do Jornal do Commercio afirmando que não tinha qualquer ligação com a matéria publicada pelo Correio da Manhã no dia 26 de janeiro de 1910. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/01/1910.p.7.

⁷⁹⁵ Francisco de Castro Júnior, um dos advogados da “The Rio Light” afirmara que a assinatura deste contrato fora um ato desesperado dos Guinle diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, em 20/04/1910, que manteve o Interdito Proibitório concedido pelo Juiz Federal da 1^a Vara a favor da SAG. E ainda, que três funcionários da Prefeitura Dr. Miranda Ribeiro, engenheiro electricista, Mourão do Vale, sub-diretor da obras municipais e Ernesto Santos Silva, consultor jurídico da Prefeitura, acharam que deveria ser indeferida a Petição. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/04/1910.p.8

⁷⁹⁶ Termo de contrato que entre si celebram A Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910. p.4-9.

que objetivava instalar canalizações no Distrito Federal pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados; e tinha um contrato assinado com o poder executivo municipal, através do qual podia instalar canalizações no território da cidade do Rio de Janeiro, permitindo a ela cumprir seus contratos com as repartições federais e aparelhar-se para concorrer com a “The Rio Light/SAG” a partir de junho de 1915.⁷⁹⁷

4. 2. 3. 1 O contrato de 1910 entre a CBEE e a Prefeitura do Distrito Federal

Em 27 de abril de 1910 Serzedelo Corrêa e Eduardo Guinle selaram um contrato entre a Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica que permitia a CBEE instalar canalizações no Distrito Federal para distribuir energia elétrica gerada por força hidráulica a partir de 1915, depois que terminasse a exclusividade da “The Rio Light”.

A assinatura deste contrato⁷⁹⁸ colocou a CBEE em uma situação de possível vantagem em relação à “The Rio Light”, pois pela primeira vez desde que a disputa entre as duas empresas começou, em 1904, um ocupante do executivo municipal se colocara ao lado dos interesses dos representantes da CBEE, e com a aprovação deste contrato, não havia mais interferência do governo federal na circunscrição municipal, já que as canalizações que seriam instaladas referiam-se aos serviços municipais. E este Prefeito era Serzedello Corrêa.⁷⁹⁹

⁷⁹⁷ Diante desse quadro, os advogados da “The Rio Light”/SAG moveram várias ações judiciais contra a Guinle&Cia/CBEE, buscando na justiça a defesa dos seus interesses, levantando a bandeira do respeito aos contratos. Interdito de Manutenção de Posse da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power C.Ltda. contra a Guinle&Cia/CBEE perante o Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal de ruas e zonas privilegiadas do Distrito Federal e todas as suas obras principais e acessórias, aéreas e subterrâneas; Interdito de Manutenção de Posse da Societé Anonyme du Gaz contra a Guinle&Cia/CBEE perante o Juiz Federal da Primeira Vara de obras aéreas e subterrâneas, principais e acessórias e de todas as zonas e áreas do Distrito Federal, inclusive suas ilhas e mar territorial; Interdito Proibitório da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltda. Contra a Guinle&Cia/CBEE no Juízo da 1ª Vara para proibir a instalação das linhas de transmissão e de outras a serem empreendidas no mar territorial ou ilhas da Bahia de Guanabara. O objetivo era impedir a execução do contrato assinado em 02/03/1910 para suprimento de energia aos estabelecimentos militares das ilhas de Enxadas, Cobras e Villegaignon; Ação Ordinária da “The Rio Light” contra a CBEE, o Município do DF e outros, no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal para anulação da concessão feita à CBEE por contrato celebrado com a Prefeitura do DF em 27/04/1910 para distribuição de energia elétrica no DF, a partir de 7/06/1915. Arquivo Nacional - Relatórios da CBEE. *Diário Oficial da União*, abril de 1910, p.3113; *Diário Oficial da União*, abril de 1911. p. 3030. *Diário Oficial da União*, abril de 1912. p. 5625.

⁷⁹⁸ Em São Paulo também os Guinle conseguiram uma concessão. Em 25/02/1909, o Prefeito Antônio Prado assinou a concessão da distribuição de energia elétrica, aceitando os serviços da Docas de Santos, empresa dos Guinle, para a capital do Estado. No entanto, antes que os Guinle concretizassem de fato a concessão, a São Paulo Light recuperou a legislação sobre a regulação dos serviços de energia elétrica no município, questionou o conceito de lugares ocupados, e, a partir disso, forçou a Câmara Municipal a reinterpretar a legislação, conseguindo que o Prefeito revogasse sua autorização. SAES (2010), *op. cit.*, p. 367-379. Portanto, a Câmara de Vereadores interferiu no processo, o que não ocorrera no Distrito Federal.

⁷⁹⁹ Inocêncio Serzedelo Corrêa nasceu em 1858, em Belém do Pará. Fez carreira no exército e também fez o curso de Engenheiro Militar. Em 1889 foi nomeado secretário do Ministro da Guerra Benjamin Constant, exonerando-se depois do cargo; em 1890 acumulou cargos de comandante de armas para o Paraná e o de governador; no mesmo ano foi eleito deputado federal, pelo Pará e, em fevereiro do mesmo ano, renunciou ao

Essa questão da vantagem adquirida pela CBEE com a entrada de Serzedelo Corrêa na Prefeitura fora colocada pelos advogados da “The Rio Light” em, pelo menos, dois dos vários processos que a empresa moveu contra a Guinle&Cia/CBEE, em 1910: o de Manutenção de Posse movido contra a Guinle&Cia/CBEE, o Município do Distrito Federal e outros, no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, para a anulação do contrato com a Prefeitura do Distrito Federal de 1910⁸⁰⁰; e o de Interdito Proibitório, no Juízo da 1ª vara federal, para impedir a execução do contrato assinado em 02/03/1910 para suprimento de energia aos estabelecimentos militares das ilhas de Enxadas, Cobras e Villegaignon.⁸⁰¹

Francisco de Castro Júnior, principal advogado da “The Rio Light”, no processo de Manutenção de Posse, de 1910⁸⁰², afirmou existir uma articulação entre os poderes executivo municipal e executivo federal para violar o privilégio da “The Rio Light”:

... o Sr. Dr. Inocêncio Serzedelo Corrêa estava no cargo da Prefeitura. E o Sr. Nilo Peçanha no cargo de Presidente da República.

Era ouro sobre azul. O Sr. Dr. Nilo Peçanha era o principal iniciador da CBEE, como publicamente confessaram Guinle&Cia. E o Sr. Inocêncio Serzedelo Corrêa tinha por compadre o Comendador Gaffrée, padrinho da Guinle&Cia. Tudo lhes devia pois correr às mil maravilhas, e eles meteram a mão à obra e à Prefeitura, ou antes, o Sr. Dr Serzedelo Corrêa consentiu.⁸⁰³

Segundo Francisco de Castro Júnior, Serzedelo teria tentado violar o privilégio da “The Rio Light” por várias vias. Uma delas teria sido através do não embargo das obras da CBEE no Distrito Federal, em 1909, mesmo sabendo que a justiça local havia julgado improcedente o pedido da Guinle&Cia de anulação do contrato da “The Rio Light” com a Prefeitura e anulação do ato do Prefeito Souza Aguiar, que indeferiu o pedido da Guinle&Cia

mandato por ter sido nomeado Ministro das Relações Exteriores do governo Floriano Peixoto. Nos meses de março e abril de 1892, ocupou os cargos de ministro do Interior, Justiça e Instrução Pública, Correios e Telégrafos, além do Ministério da Agricultura. No mesmo ano ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, sendo exonerado do cargo em 1893. Em 1900, voltou ao serviço do exército, mas consolidou sua carreira política como parlamentar, especialmente nos governos Campos Sales e Rodrigues Alves. Cf. CORRÊA, *op. cit.*, p. 21-30.

⁸⁰⁰ Arquivo do Supremo Tribunal Federal. BRASIL – Supremo Tribunal Federal. Ação de Manutenção de Posse da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. contra a CBEE, Guinle&Cia e Fazenda Municipal no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, 1910.

⁸⁰¹ Arquivo do Supremo Tribunal Federal. BRASIL – Supremo Tribunal Federal. Interdito Proibitório da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power C. Ltd., contra a Guinle&Cia/CBEE no Juízo da 1ª vara Federal, 1910. Esse precedente do juiz da primeira vara federal Raul de Souza Martins, em 26/08/1912. Os advogados da CBEE/Guinle&Cia apelaram da sentença para o Supremo Tribunal Federal em 01/10/1912, sob n. 1577 (Agravo Cível).

⁸⁰² Arquivo do Supremo Tribunal Federal. BRASIL – Supremo Tribunal Federal. Manutenção de Posse da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. contra a CBEE, Guinle&Cia e Fazenda Municipal no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, 1910.

⁸⁰³ *Idem.*

para instalar uma rede de energia elétrica para fins industriais e domésticos no Distrito Federal.⁸⁰⁴

Outra teria sido através da aceitação de uma petição apresentada pelo Sr. Cosme Felipe Xavier, em que pedia licença para assentar em todo o Distrito Federal, canalizações elétricas, sob a alegação de que faria o saneamento da cidade. Segundo o advogado da “The Rio Light”, os Guinle estariam por detrás desse homem, pois seria ele um pobre e sem recursos para realizar tal feito.⁸⁰⁵

Esse preto analfabeto, criado de servir, ou cousa que o velho requereu à Prefeitura, uma concessão para assentar no Distrito Federal canalizações elétricas, idênticas às da Light, dispendendo nisso milhares de contos, querendo apenas o direito de, uma vez assentadas as canalizações saneadoras, vendê-las à Guinle&Cia ou CBEE.

Mas Serzedelo que começara a estudar o assunto com simpatia pela idéia, disposto a concorrer para o saneamento do Distrito Federal, não pôde deferir a petição do preto Cosme à vista do mandado proibitório expedido pelo Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal.⁸⁰⁶

Nilo Peçanha, presidente da República, também teria atuado através do Ministério da Marinha. Segundo o advogado Castro Jr.,

O governo do Sr. Dr. Nilo Peçanha, do qual era uma espécie de leader talentoso Sr. Dr. Raul Fernandes, advogado da Guinle&Cia e CBEE, a dar-lhes mão forte, mandando celebrar contrato para fornecimento de energia elétrica à ilhas das Cobras, Enxadas e Villegaignon, e tendo a justiça local se julgado incompetente para processar interdito proibitório em tal hipótese, a Light resolveu agir contra os violadores do seu privilégio e requereu Interdito Proibitório ao Juiz da 1ª vara Federal, conta a Guinle&Cia, contra CBEE e contra a União Federal, afim de não assentarem canalizações para

⁸⁰⁴ *Idem.* Em agosto de 1909, o Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, Joaquim Saraiva Júnior havia sentenciado favoravelmente aos interesses da “The Rio Light”, tal como já mostramos.

⁸⁰⁵ Segundo o advogado da Light, Cosme Felipe Xavier era pobre e não teria capital para a realização do negócio. *Jornal do Commercio* Rio de Janeiro. 13/11/1909.p.10. Alguns diários cariocas trataram dessa questão. Em 10/11/1909 o requerimento de Cosme Felipe Xavier foi indeferido. “Cosme Felipe Xavier – indeferido a vista do mandado proibitório expedido pelo Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, a requerimento a Light&Power.” *O Paiz*, 12/11/1909 in *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 13/11/1909.p.10. O irmão de Serzedello Corrêa, João Serzedello Corrêa, publicou no *Jornal do Commercio*, na seção A Pedidos, uma declaração de que fora ele que, sabendo de uma “transação indecorosa, com fins lucrativos, sob a capa de um preto”, procurou seu amigo e funcionário da Light, José de Castro Vianna para alertá-lo de tudo. Ressaltou ainda que fez isso para proteger seu irmão Serzedello, e salvar os cofres municipais, já que a “The Rio Light” reclamaria indenização. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 14/11/1909.p.18.

⁸⁰⁶ Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL. Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Manutenção de Posse da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.contra a Guinle&Cia/CBEE e o Município do DF, 1910.

distribuição de energia elétrica em todo Distrito Federal, inclusive em todas as ilhas, e no mar territorial. Esse mandado foi expedido em 23/03/1910.⁸⁰⁷

E, “Como a maior de todas as tramóias” de Serzedelo, Francisco de Castro Júnior, apresentou o contrato assinado entre a CBEE e a prefeitura do Distrito Federal, em 27/04/1910. Esse contrato, segundo ele, era um escândalo, pois estava cercado de atos irregulares e resultava do desprezo do Supremo Tribunal Federal, em 20/04/1910, ao agravo da CBEE, contra o mandado expedido pelo juiz da 1ª Vara Federal, Raul de Souza Martins, contra a Guinle&Cia, CBEE e União Federal, em 23/03/1910, afim de não assentarem canalizações para distribuição de energia elétrica em todo Distrito Federal, inclusive em todas as ilhas, e no mar territorial.⁸⁰⁸

...pressentindo a derrota, fizeram logo redigir em 26/03/1910 um requerimento solicitando a escandalosa concessão que deu lugar a presente manutenção. O Sr. Serzedelo Corrêa recebeu camarariamente essa petição da CBEE e guardou-a. Em 16/04/1910, sábado, o Supremo Tribunal Federal, devia julgar o agravo da CBEE e o Sr. Serzedelo Corrêa, ad cautelam, despachou a petição a lápis vermelho, no ângulo superior e assim tornou a enfiá-la no bolso, porque o Supremo, por falta de tempo não julgou o agravo. Em 20/04/1910, foi o agravo desprezado pelo STF e nesta mesma hora, o Dr. Serzedelo Corrêa, chamando seu secretário particular Dr. José Pantoja Leite, mandou que o requerimento da CBEE fosse informado com urgência, em sigilo absoluto.

No dia 21/04/1910 (feriado). Mas dia 22/04 três funcionários informaram o requerimento, Sr. Dr. Miranda Ribeiro, Sr. Dr. Mourão do Valle e Sr. Dr. Jenonymo Coelho. Nesse mesmo dia 22, à noite, os gabolas espalharam que a Light estava frita.

A Light sabendo do que se tramara, às primeiras horas do dia 23/04 requereu um mandado de manutenção de posse a seu favor, contra a Prefeitura, Guinle&Cia e CBEE, o qual foi concedido no dia 23/04 pelo Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal (...)

Começou a circular a notícia que todos os funcionários da Prefeitura haviam informado contra as pretensões da CBEE e que toda a papelada fora entregue ao Sr. Dr. Raul Fernandes, para refutar aqueles pareceres e dar os fundamentos que Serzedelo devia adotar (...).⁸⁰⁹

⁸⁰⁷ *Idem.*

⁸⁰⁸ *Idem.*

⁸⁰⁹ *Idem.* Raul Fernandes publicou no *Jornal do Comércio* de 28/04/1910 um texto afirmando que apenas, como advogado da CBEE, redigiu um memorial sobre as pretensões da CBEE sujeitas ao conhecimento do Prefeito, onde afirmava que havia praticado um ato do seu ofício, “pura e simplesmente”, e que a Companhia, dentro do seu direito, apenas apresentou essa defesa sem a sua assinatura. Provocou o advogado da “The Rio Light” afirmando que o que não se entendia era como eles da “The Rio Light” teriam tido acesso ao documento. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28/04/1910.p.8. Um dia depois, Francisco de Castro Júnior, advogado da The Rio Light publicou, na mesma seção do mesmo jornal, um texto afirmando que não se tratava de um memorial e que Raul Fernandes tinha manuseado o processo, que examinou pareceres de funcionários da Prefeitura. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 29/04/1910.p.6.

Ao relatar o momento do deferimento do requerimento da CBEE, Francisco de Castro Júnior assinalou que Dr. Sancho Barros Pimentel, advogado da SAG, teria ido falar com Serzedelo sobre o assunto e que Serzedelo teria respondido “O Gaffrée e o Nilo já haviam me falado... mas eu agora estou tolhido pelos mandados de manutenção”⁸¹⁰. Diante disso, enfatizou o advogado da “The Rio Light”: “de sorte que o Sr. Inocêncio Serzedelo Corrêa confessava que seu compadre Gaffrée já lhe havia falado, bem como Dr. Nilo Peçanha. Em que sentido? De despachar favoravelmente a concessão pedida, tanto que Serzedelo disse, mas estou tolhido pelos mandados de manutenção. “Mas, de repente, deferiu o requerimento da CBEE”⁸¹¹.

Portanto, a acusação de Francisco de Castro Júnior, neste processo jurídico, era a de que Nilo Peçanha, Raul Fernandes, Serzedelo e os Guinle estariam articulando possibilidades de violar o privilégios da “The Rio Light”⁸¹².

Alguns aspectos da trajetória de Serzedello explicam, a nosso ver, sua articulação com os Guinle: quando dirigiu o Ministério da Agricultura, em 1892, Serzedelo promoveu a expansão da área de concessão da Cia. Docas de Santos por acordo com o negociante Cândido Gaffrée⁸¹³; como deputado federal, em 1895, voltou seus argumentos para o nacionalismo criticando os estrangeiros radicados no país⁸¹⁴; no início do século XX, afirmou-se como líder nacionalista e industrialista, tendo um discurso articulado, que primava por um protecionismo alfandegário, tanto para produtos agrícolas quanto industriais⁸¹⁵ e, nesse mesmo período, já

⁸¹⁰ Em matéria veiculada na seção Publicações a Pedido, do Jornal do Comércio, Sancho B. Pimentel, esclareceu que era advogado da SAG há mais de 20 anos e que tinha o intuito de esclarecer ao Prefeito os privilégios da SAG. Começou a matéria dizendo: “Não é lícito a ninguém recusar seu testemunho em prol da verdade...” *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28/04/1910. p. 6.

⁸¹¹ Antes da assinatura do contrato a “The Rio Light” e a SAG requereram, a primeira na justiça local, e a segunda, na justiça local e federal, Manutenção de Posse de ruas e zonas privilegiadas do Distrito Federal e todas as suas obras principais e acessórias, aéreas e subterrâneas. Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL. Arquivo do Tribunal Regional Federal. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de Manutenção de Posse da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.contra a Guinle&Cia/CBEE e o Município do Distrito Federal, 1910; *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25/04/1910.p.5 e e 26/04/1910. p.6.

⁸¹² Chamamos ainda atenção para o fato de que a diretoria do Centro Industrial do Brasil (CIB) endereçou a Serzedelo Corrêa um ofício aplaudindo seu ato. Segundo o documento, a atitude de Serzedelo permitiria que, a partir de 1915, o público se beneficiasse da concorrência. Assinaram: Jorge Street, Júlio B. Ottoni e Alfredo F. Chaves. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12/05/ 1910. p. 7. Esse processo iniciado em 1910, foi julgado procedente em 03/09/1915 pelo juiz dos Feitos da Fazenda Municipal Joaquim Alberto Cardoso de Melo afirmando reconhecer o privilégio da “The Rio Light”, entender que a Guinle&Cia/CBEE turbam a posse da autora. Em 06/09/1915 recorrem da decisão na 1ª Câmara da Corte de Apelação sob n.1533.

⁸¹³ Inclusive, Maria Letícia Corrêa afirma que esse acordo teria sido o primeiro contato ente Serzedelo e os industriais, aprofundado mais tarde, quando da sua afirmação enquanto liderança de associação de classe, na presidência do CIB, a partir de 1904. MACHADO, Eurico Serzedelo. *Um republicano: a vida de Serzedelo Corrêa*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.p.56-59. In: CORREA, M.L. (1996). *op.cit.* p.31.

⁸¹⁴ CORRÊA, M.L. (1996). *op.cit.* p.39.

⁸¹⁵ *Idem. Ibidem*.p.40-41.

participava da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁸¹⁶ e ajudou a fundar o Centro Industrial do Brasil (1904)⁸¹⁷, junto com Vieira Souto, Cunha Vasco, Jorge Street⁸¹⁸ e outros.

Maria Letícia Corrêa, tal como apontamos em Capítulo anterior da Tese, afirma ter sido Serzedelo Corrêa um dos grandes debatedores sobre os temas econômicos na Primeira República, e que o conteúdo geral dos discursos proferidos por ele no parlamento brasileiro somado àquele veiculado em seus artigos de *O problema econômico do Brasil*, deixam claro que ele criticava o *laissez-faire*, defendia a adoção de medidas alfandegárias protecionistas e defendia a industrialização do país.⁸¹⁹ Ressalta, no entanto, que “a aproximação de Serzedelo com as lideranças industrialistas teria se dado muito mais por vinculações programáticas aos ideais defendidos pela fração de classe que passava a representar e organizar, do que por eventuais relações ou atividades econômicas”.⁸²⁰

Ao lado de Amaro Cavalcante, Jorge Street, Cunha Vasco, Luís Rafael Vieira Souto, entre outros, no Centro Industrial do Brasil, tal como já apontamos no Capítulo 3 da Tese, fez parte da primeira geração de industrialistas brasileiros, onde a idéia de defesa da indústria foi grandemente ampliada.⁸²¹

Quando ocupava a presidência do Centro Industrial do Brasil (CIB), órgão de representação de classe, foi nomeado pelo presidente da República Nilo Peçanha, prefeito do Distrito Federal, 1909-1910, sendo substituído na presidência do CIB por Jorge Street.⁸²² E ainda, estabeleceu com Jorge Street e Cândido Gaffrée, vínculos de amizade, pois os dois foram testemunhas de casamento de Serzedelo, em 1906.⁸²³

Portanto, a ligação de Serzedelo com os Guinle era bastante estreita, pois se dava por vinculações programáticas aos ideais defendidos pela fração de classe que passava a representar e também pelas relações sociais. Inclusive cabe salientar que Gaffrée, ainda que

⁸¹⁶ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada em 1827 e extinta em 1904. Emitia pareceres sobre questões pertinentes ao país CARONE, Edgard.(1978). *op.cit.*

⁸¹⁷ Lembramos que foi este o primeiro instrumento de centralização e encaminhamento das reivindicações e demandas apresentadas pelos industriais estabelecidos no Brasil na Primeira República CORRÊA, Maria Letícia (1996), *op.cit.* p.90.

⁸¹⁸ Achamos que não é demais lembrar que era sócio da CBEE e dos Guinle em vários outros negócios, além de um “conselheiro dos Guinle”, tal como enfatizou Cândido Gaffrée em uma das cartas endereçadas a Linneo de Paula Machado e Guilherme Guinle.

⁸¹⁹ A autora reconstrói a trajetória de Serzedelo, analisa seu papel como liderança de classe, sua atuação parlamentar, sua atuação no CIB e suas idéias econômicas. CORRÊA (1996), *op. cit.* p. 43-45.

⁸²⁰ *Idem. Ibidem.* p.50. Para a autora, a atuação de Serzedelo como parlamentar o aproximou dos interesses do industriais e comerciais.

⁸²¹ CARONE, Edgar. (1977). *op.cit.* p.6-7.

⁸²² Serzedello Corrêa foi presidente do Centro Industrial do Brasil no período de 1904 a 1912 e Jorge Street foi o primeiro secretário da instituição durante todo esse período, substituindo Serzedello na presidência a partir de 1912.

⁸²³ Certidão de casamento de 17/11/1906, constante do *Inventário post-mortem de Inocência Serzedelo Corrêa*, Arquivo Nacional. In: CORRÊA, M. L.(1996). *op.cit.* p.49.

não tenha desempenhado como Serzedelo Corrêa, Jorge Street e Gabriel Osório de Almeida um grande papel político e administrativo no Centro Industrial do Brasil, tinha, assim como Serzedelo Corrêa, grande peso político nas discussões do período que envolviam a busca de soluções para os grandes problemas nacionais.

Foi Gaffrée, por exemplo, que na primeira década republicana, quando da fundação da Liga da Defesa Nacional, em 1916, que objetivava, entre outras coisas, o combate ao analfabetismo e a defesa do serviço militar obrigatório, propôs os nomes dos vice-presidentes da instituição, e também quem indicou os nomes que deveriam integrar a Comissão dos Estatutos, todos aprovados por aclamação.⁸²⁴ E no momento da fundação desta Liga, segundo Magali Gouveia Engel, e apesar da presença de representantes das demandas do setor cafeeiro paulista, tal como Alfredo Ellis, havia uma predominância de um grupo que atuava para criar espaços de construção e implementação de um projeto contra-hegemônico pautado na defesa de uma modernização agrícola que divergia do modelo proposto pelos representantes da cafeicultura paulista. Portanto, entende a autora que estavam à frente de Liga da Defesa Nacional integrantes de certas frações da classe dominante que colocavam em xeque o domínio dos interesses da cafeicultura paulista. E entre eles estavam, pelo menos, quatro membros do “Grupo Guinle”: Gaffrée, Jorge Street, Gabriel Osório de Almeida e Guilherme Guinle.⁸²⁵

Já as articulações de Nilo Peçanha com os Guinle não parecem ter sido, a nosso ver, tão diretas quanto aquelas que existiam entre Serzedelo e os Guinle. Estariam elas relacionadas à própria trajetória política e projeto político-econômico de Nilo, tanto para o estado do Rio de Janeiro quanto para o Brasil, e também à sua ligação com Raul Fernandes, advogado da Guinle&Cia e da CBEE, acionista da CBEE, amigo dos Guinle e um dos articuladores da ascensão de Nilo no cenário político fluminense.

Abolicionista e republicano, Nilo Peçanha⁸²⁶ se aproximou de Alberto Torres, presidente do estado do Rio de Janeiro⁸²⁷, no ano de 1900, quando da fundação do Partido

⁸²⁴ Magali Engel, apoiando-se no conceito gramsciano de Estado ampliado, concebeu a Liga da Defesa Nacional como sendo uma agência da sociedade civil, formada predominantemente por certas frações da classe dominante e que, a despeito de algumas dissensões entre seus membros, apresentava um conjunto de concepções comuns, tais como crítica ao Liberalismo da Primeira República e defesa de um Estado Interventor. A autora chega a afirmar que não foi por acaso que Jorge Street e Guilherme Guinle, membros importantes da Liga da Defesa Nacional, fizeram parte da montagem do Estado interventor brasileiro do pós-1930. ENGEL, Magali. *A Liga da Defesa Nacional e a construção da hegemonia burguesa no Brasil.e-latina*, vol. 8, num.30, Buenos Aires, enero-marzo de 2010. p.3-16. Disponível em: <http://www.iealc.fsoc.uba.ar/elatina.htm>. Acesso em fevereiro de 2012.

⁸²⁵ *Idem. Ibidem.*

⁸²⁶ Filho de pequeno proprietário e comerciante campista; Bacharel em Direito pela Escola do Recife; militante nas campanhas abolicionista e republicana em Campos; deputado federal constituinte em 1890; fundador e presidente do Clube Republicano de Campos e do Partido Republicano Fluminense (PRF), em Campos-RJ

Republicano do Estado do Rio de Janeiro⁸²⁸, e foi ele o grande responsável pelo fortalecimento da facção de Alberto Torres no estado do Rio de Janeiro⁸²⁹. Foi ele também quem propôs ao presidente Campos Sales o lançamento da candidatura de Quintino Bocayúva (1901-1903)⁸³⁰ à sucessão de Alberto Torres⁸³¹, e nesse período, Nilo ganhou espaço na política fluminense e consolidou-se como grande liderança política⁸³², elegendose presidente do estado em 1903, fortalecendo o nilismo e executando, no período de 1904-1906, um programa de recuperação econômica e financeira da economia do estado⁸³³, já preparando-se para lançar-se ao cenário nacional, o que culminou com sua eleição para a vice-presidência no período de 1906-1910, junto com Afonso Pena.⁸³⁴

(1888); presidente do Estado do Rio de Janeiro em 1903; vice-presidente da República em 1906, assumindo a presidência da República em 14 de junho de 1909; senador pelo Rio de Janeiro em 1912; novamente presidente do estado em 1914; Ministro das Relações Exteriores em 1917; Senador em 1918. MENDONÇA (1997), *op. cit.*, p. 33. Cf. também, http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=9

⁸²⁷ Alberto Torres nasceu na província do Rio de Janeiro, em São João de Itaboraá. Era filho de Manuel Martins Torres, e bacharelou-se em Direito, em Recife, em 1885. Após a Proclamação da República, tornou-se deputado da Assembléia Constituinte fluminense, exercendo cargo de deputado estadual; em 1894 é eleito deputado federal; 1895, foi nomeado Ministro da Justiça e Negócios; de 1897 a 1900 exerceu o mandato de Presidente do estado do Rio de Janeiro, sucedido por Quintino Bocaiúva; em 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo do qual se afasta em 1907, por motivos de saúde. TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 16-19.

⁸²⁸ Quando da crise ocorrida entre o Partido Republicano Fluminense (PRF) e Alberto Torres, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, e que culminou na fundação do Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro (PRRJ), em 1899, Nilo Peçanha ficou ao lado de Alberto Torres, fazendo junto com este, parte do novo situacionismo marcado pelo republicanismo e que veio a colocar um ponto final a quase três décadas de domínio paulinista (Conselheiro Paulino) na política fluminense. Sobre o fortalecimento de Nilo Peçanha no estado do Rio de Janeiro. Cf. LAMARÃO, Sérgio T. N. "O governo Alberto Torres: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica". In. FERREIRA (1989), *op. cit.*, p. 97-101.

⁸²⁹ Nilo Peçanha aproximou-se de Campos Sales, presidente da República, e este, em reunião com o presidente de São Paulo, Rodrigues Alves, a despeito de quase toda a bancada paulista, apoiou os resultados da eleição que revelava vantagens dos candidatos do Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro. MORAES, (1989), *op. cit.*, p. 108.

⁸³⁰ Era um dos mais combativos republicanos históricos do Rio de Janeiro.

⁸³¹ Cabe aqui salientar que Nilo Peçanha articulou a candidatura de Quintino Bocaiúva, se opondo à indicação de Hermogêneo Silva, por Alberto Torres. A vitória de Quintino Bocaiúva, que fora apoiada pelo Partido Republicano Fluminense, pelo Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro, e até por portelistas, fortaleceu Nilo Peçanha e enfraqueceu o grupo do Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro (PRRJ) comandado por Hermogêneo Silva. Além disso, cabe também ressaltar que Nilo Peçanha destacara-se também nas articulações feitas para as eleições da ALERJ, em 1900, que ampliaram o número de cadeiras ocupadas por candidatos do PRRJ, e que enfrentou ampla oposição do grupo liderado por Hermogêneo Silva. LAMARÃO (1989), *op. cit.*, p. 109-110.

⁸³² A ligação de Quintino com Nilo Peçanha era muitíssimo estreita. Quintino era padrinho de casamento de Nilo e aquele não tomava qualquer decisão importante sem consultar este último. *Idem. Ibidem.* p. 118.

⁸³³ Nilo Peçanha era a principal liderança fluminense nesse momento, e executou medidas que vinham sendo indicadas no debate sobre temas econômico, do qual participava Serzedelo. Medidas essas relacionadas à defesa do protecionismo e à formação do mercado interno, tais como redução de fretes de transporte ferroviários, proteção do mercado pela sobre tributação dos importados similares à produção local, redução dos impostos sobre as exportações agrícolas e a concessão de estímulos diretos e indiretos ao policultivo, entre outras. MENDONÇA (1997), *op. cit.*, p. 34.

⁸³⁴ Segundo Marieta de Moraes Ferreira, o afastamento de Nilo da presidência do estado do Rio de Janeiro para ocupar a vice-presidência da República, acabou levando a desestabilização do nilismo. E ainda, o presidente Afonso Pena teria utilizado essa desestabilização para afastar-se da influência de Pinheiro Machado, muito

Esse momento da trajetória política de Nilo Peçanha, quando alcançou a vice-presidência do país, foi marcado pela atuação de Raul Fernandes, junto a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Alfredo Backer, o sucessor de Nilo na presidência do estado do Rio de Janeiro, desenvolveu uma política contrária àquela que vinha sendo colocada em prática por Nilo, o que provocou, por parte dos nilistas, grande oposição ao seu governo.⁸³⁵ No entanto, Backer, com o apoio de Afonso Pena⁸³⁶, fortaleceu-se e conseguiu grande apoio, revertendo posição do nilismo na ALERJ, que passara de maioria para minoria. Raul Fernandes, nesse momento, era líder da minoria nilista, e assumiu uma postura conciliatória com o governo Backer, política essa que teria feito com anuência de Nilo Peçanha, mesma desagradando alguns nilistas.⁸³⁷

Essa situação alterou-se significativamente a partir de junho de 1909, quando, em razão da morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha assumiu a presidência. A partir daí, novamente, os nilistas ganharam espaço, na ALERJ, espaço esse consolidado com a eleição de Oliveira Botelho, em 1910.⁸³⁸

Na presidência da República, assim como ocorreu quando ocupou a presidência estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha implementou medidas econômicas estreitamente ligadas às necessidades indicadas pela lavoura.⁸³⁹ Seria ele, um dos precursores do Ruralismo, movimento resultante da crise agrícola/econômica e da reafirmação do setor no país, que buscaria redirecionar a produção agrícola para o mercado interno, estreitando os laços entre o

ligado a Nilo Peçanha. Sobre o fortalecimento de Alfredo Backer e desestabilização do nilismo no estado do Rio de Janeiro. Cf. FERREIRA (1989), *op. cit.*, Parte III.

⁸³⁵ Os nilistas tentaram tirar Backer da presidência através da justiça, mas não conseguiram. Tentaram, então o apoio de Afonso Pena e também não conseguiram, o que significou grande desprestígio para Nilo. *Idem. Ibidem.* p. 143.

⁸³⁶ Segundo Lamarão, os canadenses da “The Rio Light” achavam que Afonso Pena era um homem interessante para a defesa dos seus interesses. LAMARÃO (1997), *op. cit.* p. 216.

⁸³⁷ Marieta de M. Ferreira afirma que, tudo leva a crer, que Nilo acatou com simpatia a adesão dos seus correligionários a Backer por questão de necessidade. Não seria prudente fazer oposição cerrada ao governo fluminense que tinha o apoio do governo federal. FERREIRA (1989), *op. cit.*, p. 166. Alguns nilistas, no entanto, continuaram fazendo forte oposição ao governo e entre eles estavam Raul Veiga, Otávio Kelly e Ari Fontenelle. *Idem. Ibidem.* p. 165.

⁸³⁸ Apesar de Nilo Peçanha ser presidente, de haver perspectivas de vitória de Hermes da Fonseca, apoiado por Nilo, nas eleições presidenciais de 1910, houve novas composições políticas e alguns nilistas tentaram acordos com os backeristas para aumentar sua base de apoio na ALERJ. Nesse momento, Hermogêneo Silva, ainda grande expoente da política pretropolitana e do PRRJ, era contra o acordo, estava articulando com Nilo Peçanha e afirmara “que ninguém tinha confiança na atitude de Backer”. O acordo não aconteceu, Nilo apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca, também apoiada por Pinheiro Machado, e Backer apoiou Rui Barbosa, também apoiado por ampla facção do Partido Republicano Paulista. No plano estadual, Backer e Nilo também se opuseram, enquanto o primeiro apoiou Manuel Edwiges de Queirós Vieira, o segundo apoiou Oliveira Botelho. FEIJÓ, Vera Lúcia e KORNIS, Mônica. “Limitações e fraquezas do nilismo no Estado do Rio: o governo de Alfredo Backer” e “ Os impasses para a consolidação do nilismo: retomada, enfrentamento e acordo”. In: FERREIRA, (1989), *op. cit.* p. 171-175.

⁸³⁹ Entre elas podemos citar a criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), em 1909.

campo e os centros urbanos e apoiando as indústrias que servissem ao crescimento da agricultura. E ainda, nos anos de 1920 teria ele tentado aglutinar as oligarquias alijadas do poder, face à hegemonia da cafeicultura.⁸⁴⁰

Portanto, com Nilo Peçanha e Serzedelo Corrêa à frente dos cargos executivos federal e municipal, a CBEE se viu envolvida nas disputas inter-oligárquicas, na chamada Primeira República.⁸⁴¹ E, muito próximo aos dois ocupantes destes cargos públicos estava Raul Fernandes, que era “homem de confiança” e advogado dos Guinle. Essa estratégia política, nos momentos de avanço do nilismo, tanto no cenário estadual quanto no federal e municipal, criou possibilidade de expansão dos negócios da Guinle&Cia/CBEE diante da “The Rio Light”.

Não acreditamos ter sido acaso a oposição de José Paulino Soares de Sousa (Conselheiro Paulino) ao requerimento enviado pela CBEE ao Congresso Nacional, em 1909, para uso e gozo de uma rede de distribuição de energia elétrica para iluminação particular na Capital pelo prazo de 60 anos. Ele fazia parte da bancada federal fluminense eleita em janeiro de 1909, e era um dos nove deputados eleitos ligados a Backer, opositor de Nilo Peçanha no Rio de Janeiro.⁸⁴²

No município de Petrópolis, a oposição nilistas versus backeristas também refletiu nos negócios da CBEE. Em março de 1910, a CBEE assinou seu primeiro contrato com a Câmara Municipal de Petrópolis, para serviços de fornecimento de corrente elétrica para usos industriais e domésticos e para serviços de carris elétricos dentro do distrito municipal de Petrópolis, contrato esse aprovado pelo Conselho Municipal em 18/03/1910, formado pelo grupo liderado por Hermogêneo Silva⁸⁴³. Em 19/03/1910, foram empossados os novos vereadores, eleitos em 19/12/1909, maioria deles contrários ao novo presidente do Estado

⁸⁴⁰ Sônia Mendonça afirma que existiu no Brasil da chamada Primeira República um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária, frações essas correspondendo aos segmentos agrários da classe dominante ligados aos pólos menos dinâmicos da acumulação de capital. E que esse movimento teria criado possibilidades de institucionalizar seus interesses, citando como um dos seus exemplos a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), agência do aparelho de Estado republicano, instalado exatamente quando Nilo ocupou a presidência da República, em 1909. Sobre o movimento ruralista brasileira cf. MENDONÇA (1997), *op. cit.*

⁸⁴¹ Ficou evidente que o núcleo forte do Grupo Guinle, os membros da família Guinle, e entre eles Gaffrée, Jorge Street, Gabriel Osório de Almeida e Raul Fernandes, estavam muito ligados à algumas frações da classe dominante brasileira que reivindicava o atendimento à políticas econômicas alternativas àquelas ligadas ao pólo dinâmico da economia paulista.

⁸⁴² Nesse pleito foram eleitos nove deputados ligados a Backer, e nove deputados e três senadores ligados à facção nilista. Entre eles estavam Raul Fernandes e Oliveira Botelho. FEIJÓ e KORNIS (1989), *op. cit.*, p.172.

⁸⁴³ Quando Nilo tornou-se presidente do Rio de Janeiro, em 1904, negociou com Hermogêneo Silva. Em troca da não interferência do presidente do estado em Petrópolis, Hermogênio não lhe faria oposição sistemática. PANTOJA, Sílvia. “O projeto político de Nilo Peçanha – a consolidação do nilismo”. In. FERREIRA (1989), *op. cit.*, p. 134.

Oliveira Botelho, aliado de Nilo Peçanha, e estes quiseram a anulação do contrato assinado, além de fazerem várias exigências.⁸⁴⁴

Portanto, tal como ressaltou Francisco de Castro Júnior, advogado da “The Rio Light”, havia uma estreiteza de relações entre alguns nilistas e os Guinle⁸⁴⁵. Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street fizeram parte do debate econômico do qual participaram Serzedello Corrêa e Nilo Peçanha; Serzedello Corrêa, Jorge Street, Gabriel Osório de Almeida e outros do Grupo Guinle estavam presentes no Centro Industrial do Brasil (CIB), e nesta instituição, no início da Primeira República, defenderam os interesses da indústria nacional; Raul Fernandes era íntimo de Quintino Bocayúva e este era amicíssimo de Nilo Peçanha, além de ter sido líder nilista na ALERJ e eleito Deputado Federal, exatamente no momento em que Nilo assumiu a presidência.

Não acreditamos, também, de ter sido mero interesse pelo estabelecimento da concorrência para os serviços de eletricidade no Distrito Federal, ou mesmo um “ato de coragem cívica e obediência à lei”, como afirmou Eduardo Guinle⁸⁴⁶, a assinatura do contrato de 1910, entre a Prefeitura do Distrito Federal, representada por Serzedelo Corrêa, e a CBEE. Mas, ao contrário do que afirmou Francisco de Castro Júnior, em dois dos processos movidos pela “The Rio Light” contra a Guinle&Cia/CBEE, Nilo Peçanha, quando era Presidente do Brasil, não participou diretamente das articulações estabelecidas entre Serzedelo e Raul Fernandes para criar possibilidades da CBEE concorrer com a “The Rio Light” pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal⁸⁴⁷. Em novembro de 1910⁸⁴⁸, Raul Fernandes escreveu a Nilo pedindo que o Presidente interferisse junto a um dos juízes do Supremo Tribunal Federal, Raul de Leoni, e nesta carta, explicava, de maneira bastante superficial, a situação dos seus clientes – os Guinle.

(...) temos agora prementes de julgamento do Supremo Tribunal Federal questões da Bahia e de São Paulo, e dentro de pouco tempo teremos as do Distrito Federal, com o que estão envolvidos atos do governo, alguns do seu período, outros do Affonso Pena. Meus clientes sistematicamente se abstém

⁸⁴⁴ Sobre as questões que envolveram a assinatura do contrato da CBEE com a Câmara de Petrópolis. Cf. HANSEN (2006), *op. cit.*, p. 144-157.

⁸⁴⁵ Segundo matéria veiculada pela Tribuna de Petrópolis, em 19/03/1910, Nilo Peçanha teria interferido diretamente nas negociações entre a CBEE e a Câmara de Petrópolis, quando da assinatura do contrato entre as partes. Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis – *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis/Rio de Janeiro, 19/03/1910. p. 1.

⁸⁴⁶ Arquivo Nacional - *Diário Oficial da União*. Ata da CBEE, 20/04/1910. p.3635.

⁸⁴⁷ Fizemos uma pesquisa exaustiva no Arquivo Nilo Peçanha, nos anos de 1904, 1905, 1906, 1910 e não encontramos sequer uma carta trocada entre Nilo e algum dos Guinle, ou mesmo entre Nilo e Raul Fernandes que tocasse na questão da eletricidade no Distrito Federal.

⁸⁴⁸ Várias cartas foram trocadas entre Raul Fernandes e Nilo Peçanha sobre a situação política nacional e fluminense.

de incomodar os juízes, exceto quando o adversário é a Light, porque a ação deste nos bastidores, é sempre muito ativa, de modo que, embora não a acompanhem em seus processos de intimidação ou corrupção, somos obrigados a forçar por todos os modos a atenção dos julgadores para os fundamentos dos direitos que pleiteamos. Tal é o trabalho que temos que fazer junto ao Leoni, mas que não poderá ser proveitoso sem que ele nos preste desprevenida atenção, o que não nos parece fácil por motivos que V. conhece, digo-se sem ofensa a esse amigo, porque ? a motivos que devem ter gerado no espírito dele a simpatia pelo adversário com todas as suas conseqüências, uma das quais é a vocação do sentimento sobre a inteligência, fenômeno espontâneo e inconsciente (...).

Para anular essa influência, perturbadora de um juízo, que não desejamos senão absolutamente imparcial e desprevenido para proveito da justiça – caiba esta a quem couber -, venho pedir-lhe o favor de interessar-se com o Leoni para que, no dito negócio, ele possa em sua retidão colocar-se acima dos antagonismos em que ele foi parte na véspera.

Foi que esse mínimo, vigorosamente justo, não é fácil de pedir nem recomendar, mas V. é bastante experiente, para saber que o que quero não é demais, e bastante hábil para intervir em tempo não só ao juiz que tenho em vista, mas também à dignidade da sua estima com o magistrado amigo.

Mande-me pois uma carta, como V. sabe escrever, porque a urgência é grande. O portador desta, que é de segurança, pode trazê-la.⁸⁴⁹

Ficou claro que Nilo Peçanha sabia que os Guinle eram os clientes de Raul Fernandes, tanto que o próprio sequer toca no nome deles. No entanto, o pedido de Raul Fernandes para Nilo é feito com bastante cuidado, não apresentando estreiteza nas relações entre Nilo e os Guinle. A estreiteza das relações se dava, a nosso ver, entre Raul e Nilo, e por razões estritamente políticas relacionadas à política estadual fluminense, como por exemplo, o apoio de Nilo, presidente do PRF, a Raul Fernandes na disputa pela presidência do Estado do Rio de Janeiro em 1922, em oposição a Feliciano Sodré, que fora “indicado pelas forças reunidas da oposição fluminense”.⁸⁵⁰

Houve, portanto, nas duas primeiras décadas republicanas uma grande integração dos membros do “Grupo Guinle” como aqueles que faziam parte do movimento ruralista

⁸⁴⁹ Arquivo Nilo Peçanha. Carta de Raul Fernandes – Nilo Peçanha, de 19/11/1910. Raul de Leoni tinha sido nomeado Ministro do Supremo por Nilo Peçanha em 11/11/1910. Galeria dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Disponível em :[HTTP://www.stf.jus.br/](http://www.stf.jus.br/)

⁸⁵⁰ COSTA, Ricardo Gama Rosa. A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1). 79-104, jan-abril, 2002. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a05v9n1.pdf>. Sobre a interferência de Nilo Peçanha cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política a reação republicana no RJ*. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil 1990. Disponível em : <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6602/781.pdf?sequence=1> .Importante ressaltar que, não estamos negando a importância econômica, no entanto, a base política de Raul Fernandes era a região do Médio do Vale do Rio Paraíba do Sul, principalmente Vassouras, região que já tinha perdido o seu esplendor econômico face ao declínio cafeeiro da região na segunda metade do século XIX. Cf. STEIN, Stanley. (1961).op.cit.; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Não é coincidência uma Escola Estadual de nome Raul Fernandes, em Vassouras, localizada na Rua Nilo Peçanha.

brasileiro, e uma relação estreita entre a ocupação de órgãos dos aparelhos do Estado por parte de alguns dos membros desse movimento e a possibilidade de avanço dos negócios de eletricidade da Guinle&Cia/CBEE no Distrito Federal, tal como aconteceu em 1909, quando vários contratos foram assinados entre repartições federais e a CBEE, e 1910, quando a Prefeitura do Distrito Federal assinou também um contrato com a empresa. E ainda, achamos importante também ressaltar que em 1907, quando houve a aprovação pelo Conselho Municipal do Distrito Federal, do contrato das Cias de Carris/"The Rio Light" e da Concessão Reid com o Prefeito Souza Aguiar, e que não conseguimos informações suficientes para estabelecer a relação resistência do Conselho à aprovação do contrato/Augusto de Vasconcelos/ interesses dos Guinle, o nilismo estava enfraquecido no estado do Rio de Janeiro, e Afonso Pena, que indicara Souza Aguiar para a Prefeitura do Distrito Federal, estava apoiando o opositor dos nilistas, Alfredo Backer, e também se afastando de Pinheiro Machado.

Enfim, no período de 1906-1908, momento em que tanto a "The Rio Light" quanto a Guinle&Cia faziam os seus primeiros investimentos para poderem fornecer energia elétrica ao Distrito Federal, e momento em que o nilismo encontrava-se enfraquecido no estado do Rio de Janeiro, a "The Rio Light", conseguiu, através, principalmente de Souza Aguiar, garantir a consolidação dos seus negócios no Distrito Federal, ancorada nas concessões que havia comprado. E no período, posterior, 1909-1910, momento em que houve fortalecimento do nilismo no Estado do Rio de Janeiro, e momento em que Nilo Peçanha assume a presidência do País, a Guinle&Cia/CBEE conseguiu criar as possibilidades reais de penetrar no mercado processo não concretizado em função das decisões judiciais favoráveis conseguidas pela "The Rio Light", tanto na justiça local, quanto federal.

A Guinle&Cia/CBEE foi perdendo praticamente todos os recursos judiciais possíveis à medida que o conflito ia se aprofundando. Em 1908, no Supremo Tribunal Federal, queriam que fosse votado pela existência do conflito de jurisdição, mas a Corte negou. No entanto, a vitória pela não-existência do conflito foi apertada. Em 1909, a justiça local impediu que Guinle&Cia/CBEE realizasse obras para atender aos contratos firmados com repartições federais, pois tanto no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, através do juiz Joaquim Saraiva Júnior, quanto na primeira vara cível, através do juiz Pedro Francellino, despacharam sempre favoravelmente à "The Rio Light/SAG", inclusive esse último teve sua decisão confirmada pela Suprema Corte de Apelação. Apenas na justiça federal, através do juiz Godofredo Cunha, o pedido Interdito Proibitório da "The Rio Light" foi negado, alegando o juiz que não poderia interferir na questão. Em 1910, o juiz federal Raul de Souza Martins

concedeu Mandado de Manutenção de Posse para proteger obras, áreas e outros da SAG, em 23/03/1910, mas a CBEE/Guinle&Cia agravou dessa decisão no Supremo Tribunal Federal, tendo sido o agravo negado, em 20/04/1910, numa votação de 9 contra 1.⁸⁵¹ Além desses, cabe mencionar dois dos processos movidos pela “The Rio Light” contra a Guinle&Cia/CBEE: o de Manutenção de Posse contra a Guinle&Cia, CBEE e Municipalidade, que tramitou de 1910 a 1915 no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal e foi julgado procedente, e o de Interdito Proibitório contra a Guinle&Cia e CBEE, para que não fossem assentadas linhas de transmissão para cumprir o contrato com o Ministério da Marinha, que tramitou de 1910 a 1912 no Juízo Federal, julgada também procedente.

Portanto, de 1907 a 1915, no Judiciário, a Guinle&Cia/CBEE não teve sucesso. Na justiça do Distrito Federal, em nenhum momento a empresa ganhou qualquer espaço. E na federal, também não. Godofredo Cunha, por exemplo, como juiz da primeira vara federal, negou um Interdito à “The Rio Light”, em 1909, mas logo depois, como membro do Supremo Tribunal Federal, em 1910, quando da votação do agravo da CBEE contra a decisão de Raul de Souza Martins que concedeu Interdito Proibitório contra a Guinle&Cia/CBEE, votou contra o agravo. Caso idêntico se verificou com Pedro Lessa e Amaro Cavalcanti. O primeiro votou, em 1908, pela existência do conflito de jurisdição entre a justiça federal e do Distrito Federal, o que era de interesse dos Guinle, enquanto o segundo votou pela não existência do dito conflito; em 1910, enquanto Pedro Lessa votou contra o agravo da CBEE, Amaro Cavalcanti foi favorável.

4.3 Diários cariocas e a disputa pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal entre a Guinle&Cia/CBEE e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd.

A disputa entre a Guinle&Cia/CBEE e “The Rio Light” pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal, na primeira década do século XX, recebeu por parte de alguns dos jornais diários cariocas grande atenção, a ponto de surgir entre os próprios diários acusações explícitas de alinhamentos à uma ou outra empresa. Cezar Honorato e Sérgio Tadeu de

⁸⁵¹ Houve muito debate entre Pedro Lessa, Amaro Cavalcanti e Oliveira Ribeiro. Amaro Cavalcanti foi voto vencido, pois entendia que deveria ser conhecido e dado prosseguimento ao agravo. Votaram por não reconhecer o Agravo: Pedro Lessa, Oliveira Ribeiro, Godofredo Cunha, Canuto Saraiva, Manoel Espínola, Cardoso de Castro, André Cavalcanti, Manoel Murtinho e Ribeiro de Almeida. Era o Agravo de petição n. 1249. Relator era Oliveira Ribeiro. Agravantes a Guinle&Cia e CBEE. Agravada a Companhia do Gaz do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12/05/1910.p.4 e p.6 . *Correio da Manhã*, 12/05/1910. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12/05/1910.p.7. Os advogados da Guinle&Cia/CBEE ainda embargaram o acórdão do Supremo Tribunal, mas em 03/08/1910, o Supremo Tribunal confirmou sua decisão. *Correio da Manhã*, 04/08/1910. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/08/1910.p.7.

Niemeyer Lamarão, que estudaram o setor de energia elétrica do Distrito Federal, no momento em que a Guinle&Cia e a “The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. iniciaram a disputa pelo mercado de eletricidade, afirmaram que os jornais cariocas não só “cobriram” com empenho o conflito, mas também posicionaram-se diante dele.⁸⁵²

Passava a imprensa carioca, na virada do século XIX para o XX, por grandes transformações. As novas técnicas de impressão e edição barateavam e popularizavam os jornais, e o conteúdo deles ganhava feições mais mundanas, com a crônica social e a publicação de folhetins, entre outras. Tornava-se também, o novo jornal, mais leve e popular, com espaço para o grotesco e para os literatos.⁸⁵³

Mas ainda predominava um jornalismo em que havia imposição de idéias e opiniões.⁸⁵⁴ José do Patrocínio e seu jornal da Cidade do Rio; Rui Barbosa e a Imprensa; Edmundo Bitencourt e Leão Velloso e o Correio da Manhã; Alcino Guanabara e Medeiros de Albuquerque, em geral colaboradores de d’O Paiz; Olavo Bilac, na Gazeta de Notícias; além de donos de jornal influentes como João Lage, d’O Paiz, e José Carlos Rodrigues, do Jornal do Commercio.⁸⁵⁵

Imprensa e poder se entrecruzavam⁸⁵⁶, e era uma imprensa de opinião, mas também bastante vulnerável aos apetites do poder. Enfim, seja como empresa que se modernizava e que procurava definir e manter seu público, seja como local de embate de idéias ou mesmo de barganha com o poder público, ou tudo isso ao mesmo tempo, o fato é que a imprensa carioca atuou em geral como importante agente produtor de bens simbólicos⁸⁵⁷, dando fôlego ao processo de construção da cidade do Rio de Janeiro como capital da República, identificada com a idéia de progresso.⁸⁵⁸ No entanto, apesar de possuir uma identidade de conteúdo de

⁸⁵² HONORATO (1990), *op.cit.*, e LAMARÃO (1997), *op. cit.*, p. 214.

⁸⁵³ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público (Os Diários do Rio de Janeiro -1880/1920)*. Tese de Doutorado em História pelo PPGH. Niterói: UFF, 1996. P.17-18. No entanto, ainda havia lugar para as idéias e as opiniões. LUCA, Tânia M. e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 153-155.

⁸⁵⁴ HABERMAS, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: MARCONDES FILHO(org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

⁸⁵⁵ BARBOSA, M. *op. cit.*

⁸⁵⁶ O jornalismo era a possibilidade de ascensão social, de obtenção de ocupar cargos públicos ou mesmo de reconhecimento em relação à sua carreira literária e “para o homem público era a tribuna ampliada, era a confirmação do prestígio e da influência, era o lugar da defesa e principalmente do ataque nas famosas sessões “a pedidos”. MOTA, M; FREIRE, A. SARMENTO, C.E. *op.cit.* p.84.

⁸⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2002.p.99-104.

⁸⁵⁸ Segundo Marialva Barbosa, a imprensa unificava os vários discursos produzidos pra criar esse Rio de Janeiro, pois produzia um discurso que unificava normas, padrões, valores a serem incutidos e disseminados. BARBOSA, M. *op.cit.*p.10.

suas mensagens que giravam em torno do ideal de progresso e civilização,⁸⁵⁹ a imprensa era também um lugar de defesa e ataque, para o homem público⁸⁶⁰ e também para as empresas.

Cezar Honorato, ao tratar do momento em que a “The Rio Light” entrou com o pedido de autorização no Ministério da Indústria e Comércio, para poder funcionar no Brasil, afirmou que houve muita polêmica sobre o assunto na imprensa carioca, e que “praticamente todos os jornais envolveram-se na contenda, onde não faltaram acusações as mais ácidas possíveis”⁸⁶¹. Afirmou que o diário Correio da Manhã associava Lauro Müller, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas aos Guinle, portanto, estaria defendendo os interesses da “The Rio Light”. E que o Jornal do Commercio estaria ao lado do ministro, portanto, defenderia os interesses da Guinle&Cia/CBEE.⁸⁶²

Sérgio Lamarão, também tratando do momento em que a Guinle&Cia/CBEE e “The Rio Light” iniciaram essa disputa, afirmou que “as divergências entre as partes mereceram ampla divulgação e um tratamento apaixonado dos jornais cariocas, que, desde o início, posicionaram-se abertamente.”⁸⁶³ Destacou ainda o mesmo autor que:

O Jornal do Commercio foi o principal porta-voz da Guinle&Cia., secundado por A Notícia e a Gazeta de Notícias. Esses jornais publicavam cartas que denunciavam a forma de organização da Rio Light, os seus métodos de ação, a suposta inconstitucionalidade das prerrogativas que a empresa ia conquistando e o seu envolvimento com políticos. Na defesa da Rio Light, destacaram-se o País e o Correio da Manhã.⁸⁶⁴

Após fazermos um levantamento sobre a questão da participação dos diários cariocas na disputa⁸⁶⁵, partindo das considerações feitas por Sérgio Lamarão e Cezar Honorato, fundamentalmente no Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, O Paiz, Correio da Manhã e

⁸⁵⁹ Marialva afirma serem os diários cariocas verdadeiros partidos orgânicos cuja principal função era a articulação entre os grupos dominantes, que centralizavam, disciplinavam e organizavam ideologicamente as idéias, e o público para o qual deviam ser difundidas. BARBOSA, Marialva. *op. cit.* p.9. A respeito da consideração dos jornais como partidos cf. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, 1985, p. 7-14 e 161-207. *Idem. Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

⁸⁶⁰ MOTA, M; FREIRE, A. SARMENTO, C.E. *op.cit.* p.84.

⁸⁶¹ HONORATO, Cezar. (1990).*op.cit.* s/p.

⁸⁶² *Idem. Ibidem.*

⁸⁶³ LAMARÃO, Sérgio T.N. (1997), *op.cit.*, p. 214, nota. 32.

⁸⁶⁴ *Idem. Ibidem.*. As cartas trocadas entre Pearson e Mackenzie constituíram-se na base para as afirmações de Lamarão.

⁸⁶⁵ É importante salientar que trabalhamos com os jornais cariocas citados por Lamarão e Honorato, e os consideramos parte da chamada grande imprensa, expressão que, apesar de consagrada, tal como afirmou Tânia de Luca, é vaga e imprecisa, além de adquirir significados e sentidos peculiares em função do momento histórico em que é empregada. Mas que, de forma geral, designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. LUCA, Tânia Regina e MARTINS, Ana Luiza.(2011).p. 149.

A Notícia, confirmamos o que os autores apontaram: as divergências entre as duas empresas que pretendiam explorar o mercado de eletricidade do Distrito Federal tiveram ampla divulgação nos diários cariocas. No entanto, as associações feitas por esses autores puderam ser melhor qualificadas, porque ao longo do processo de disputas esses posicionamentos alteraram-se e houve guinadas editoriais⁸⁶⁶, situação compartilhada por vários títulos do período.⁸⁶⁷

4.3.1 A autorização para a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. poder funcionar no Brasil: 1905

O posicionamento da imprensa carioca na disputa entre a “The Rio Light” e a Guinle&Cia começou em 1905, depois que o ministro do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP), Lauro Müller, negou a autorização para a The Rio de Janeiro Light and Power funcionar no Brasil.⁸⁶⁸

Não temos dúvidas, após o levantamento feito nos periódicos cariocas por nós selecionados, e que, segundo Marialva Barbosa, estavam entre os mais importantes da cidade⁸⁶⁹, de que a não autorização do Ministro Lauro Muller para que a Rio Light obtivesse licença para funcionar no Brasil e que, diretamente, interferia nos negócios e pretensões do grupo de Gaffrée&Guinle no setor de eletricidade do Distrito Federal, foi assunto muito discutido na imprensa.

⁸⁶⁶ Procuramos analisar relações estabelecidas entre os principais jornais diários da cidade do Rio de Janeiro e a disputa pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal entre as empresas Guinle&Cia/CBEE e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Company Ltd., confrontando “as falas” e identificando as matrizes das idéias dos vários diários em dois momentos do processo: no ano de 1905, quando a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd. conseguiu a licença para funcionar no Brasil; e no ano de 1910, quando a CBEE assinou o contrato de 1910 com a Prefeitura do Distrito Federal.

⁸⁶⁷ LUCA e MARTINS, *op. cit.*, p. 160.

⁸⁶⁸ Reforçamos que em dezembro de 1904, a “The Rio Light” entrou com o pedido de autorização para funcionar no Brasil, no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, e somente em maio de 1905 a autorização foi dada, depois da pressão feita pelo embaixador norte-americano Lloyd Griscom. Cf. HONORATO, *op.cit.* 1990, s/p e SAES, Alexandre, *op. cit.* 2010, p. 123. Neste momento, tal como mostramos no Capítulo 2, tinham se esgotado as possibilidades de associação entre Pearson/Mackenzie e os Guinle. Cf. ARMSTRONG, Christopher and NELLES, Henry Vivian. *Southern exposure. Canadians promoters in Latin America and the Caribbean (1896-1930)*. Toronto: University of Toronto Press, 1988; MACDOWALL, Duncan. *op. cit.*; WEID, Elisabeth von der. *op.cit.*; HANSEN, Cláudia Regina S. O.(2010), *op.cit.*

⁸⁶⁹ A autora afirma que os cinco maiores periódicos cariocas eram o Jornal do Brasil, o Jornal do Commercio, a Gazeta de Notícias, O Paiz e o Correio da Manhã. BARBOSA, Marialva. *op. cit.*,p.16.

A exceção do Correio da Manhã, os outros quatro periódicos, Jornal do Commercio, a Gazeta de Notícias, A Notícia e O Paiz, começaram a veicular matérias sobre a questão, em seus editoriais ou em seções pagas, a partir do despacho do ministro publicado pelo Jornal do Commercio, em 24 de março de 1905.⁸⁷⁰

Tabela11: Posições assumidas pelos periódicos cariocas em seus editoriais na disputa entre a “Rio Light” e a Guinle&Cia pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal/Despacho do Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, em 1905⁸⁷¹

Matérias	Jornal do Commercio	O Correio da Manhã	O Paiz	Gazeta de Notícias	A Notícia
Favoráveis a Light	-	-	9	-	-
Contrárias a Light	-	-	-	6	7
Favoráveis a Guinle&cia	-	-	-	-	-
Contrárias à Guinle&cia	-	7	-	-	-
Favoráveis ao despacho do ministro	-	-	-	6	7
Contrárias ao despacho do ministro	-	4	8	-	-
Identificando o ministro aos Guinle	-	4	4	-	-

Fonte: Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro - Jornal do Commercio; Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias, A Notícia, O Paiz e O Correio da Manhã, meses de março e abril de 1905.

Analisando a tabela_ 11 acima não podemos afirmar que o Jornal do Commercio⁸⁷² fora um “porta-voz por excelência de Guinle&Cia”, tal como defendeu Lamarão⁸⁷³, pois observamos que nenhuma matéria pró- Guinle&Cia foi veiculada pelo periódico em seu editorial, logo após o despacho do ministro. Três matérias, diretamente ligadas à questão da

⁸⁷⁰ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24/03/1905. p.3.

⁸⁷¹ Fizemos esse levantamento no período de 23 de março a 15 de abril de 1905, período de aproximadamente um mês. A exceção foi o Correio da Manhã porque as matérias em seus editoriais já começavam a aparecer no início de março.

⁸⁷² O diário foi fundado em 1827, e foi considerado por Nelson Werneck Sodré um jornal conservador, lido “pelos homens de classe, pelos políticos, pelos funcionários graduados”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.,p. 283. O Jornal do Commercio era o mais antigo jornal em circulação na cidade, e tinha uma feição política “chapa branca”, constituindo-se numa espécie de Diário Oficial paralelo, além de ser o periódico mais caro do Rio de Janeiro. BARBOSA, *op. cit.*, p. 54-58.

⁸⁷³ LAMARÃO, S.T.N. (1997). *op.cit.* p.214.

energia elétrica no Brasil, foram tratadas pelo editorial do jornal: uma delas foi a publicação do despacho do ministro, outra foi uma discussão profunda sobre os direitos acerca das concessões sobre os serviços de eletricidade e uma terceira publicou o despacho do ministro do MIVOP, Lauro Muller, acerca de um requerimento da “The Rio Light” pedindo para distribuir energia elétrica no Distrito Federal⁸⁷⁴. Todas saíram na seção “Várias Notícias”, onde se destacavam pequenas notas de cunho político e de grande popularidade.⁸⁷⁵

Além disso, duas matérias de outros dois periódicos que participavam da contenda, confirmam essa nossa afirmação.

(...) Felizmente, o Jornal do Commercio no meio dos dois grupos, tomou a única posição digna de aplauso: o monopólio dos Sr. Gaffrée e Guinle é tanto para ser temido como o da Cia. americana, ou de uma junção dos dois, ou de outros quaisquer. (Correio da Manhã)⁸⁷⁶. “(...) O Jornal do Commercio pronunciou-se de modo menos favorável a legitimidade e procedência dos fundamentos expressos no despacho do ministro.(A Notícia).⁸⁷⁷

No entanto, na seção de “Publicações a Pedido”, do Jornal do Commercio, seção muito polêmica, onde se pagava pelo espaço ocupado e normalmente se acobertava o autor com a assinatura de jornalistas e outras pessoas conhecidas⁸⁷⁸, a contenda foi intensa e muitas matérias foram veiculadas. Nos meses pesquisados, saíram 14 matérias contra a “The Rio Light”, enquanto favorável a ela saíram apenas 6.⁸⁷⁹

Em virtude de ser um espaço pago, na referida seção, não foi possível afirmar se era o próprio Jornal do Commercio quem publicava tantas matérias contra a “The RioLight”, ou se teria facilitado as publicações porque queria aumentar sua renda. Não vimos nos outros jornais qualquer denúncia de favorecimentos a Guinle&Cia nos “A Pedidos” do Jornal do Commercio e nem mesmo nas cartas trocadas entre Pearson e Mackenzie ou Mitchell, no ano de 1905. Somente uma denúncia em O Paiz de que as matérias assinadas pelo Brasileiro, que criticavam a “The Rio Light” e eram muitas, seriam, na verdade, de Candido Gaffrée⁸⁸⁰. De qualquer forma, até que se prove o contrário, eram pagas. Enfim, a nosso ver, o Jornal do

⁸⁷⁴ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24/03/1905. p.3; 29/03/1905. p.1 e 30/03/1905. p.2.

⁸⁷⁵ Essa seção era muito polêmica e servia de referência para aqueles que queriam discutir assuntos de cunho político ou econômico. Eram famosas “as Várias” do Jornal do Comércio.

⁸⁷⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/03/1905 p.1.

⁸⁷⁷ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 28/03/1905 p. 1

⁸⁷⁸ BARBOSA, *op. cit*, p. 230.

⁸⁷⁹ *Jornal do Commercio*, meses de março e abril de 1905.

⁸⁸⁰ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 02/04/1905. p.1.

Commercio não se posicionou abertamente a favor da Guinle&Cia, não sendo, portanto, um “porta-voz da Guinle&Cia”.

Também com relação ao Correio da Manhã⁸⁸¹ discordamos de Lamarão, que afirmou ter esse periódico se posicionado abertamente a favor da Rio Light. A Tabela 1 nos informa que o diário se posicionou abertamente contra a Guinle&cia, pois inúmeras foram as críticas feitas a Candido Gaffrée e contra o despacho do ministro, sempre relacionando-o às influências de Gaffrée⁸⁸². Além disso, classificavam como péssimos os serviços feitos pela Guinle&Cia.⁸⁸³

Em seus editoriais, no mês de março, mesmo antes do despacho do ministro ter sido publicado, o periódico denunciava, de maneira ácida, as estreitas relações entre Gaffrée e Lauro Muller, como o informe abaixo:

(...) toda a gente sabe que o Sr. Gaffrée, de que depende Lauro Muller (...). Toda gente sabe que o Sr. Gaffrée domina-o inteiramente porque o traz preso. E é daí que nascem esses escandalosos contratos como o fora o da casa Guinle&Cia para fornecer energia elétrica à E.F.Central do Brasil(...)⁸⁸⁴. (...) Ao mesmo tempo em que o ministro negou a autorização requerida pela Light and Power, o Sr. Lauro Muller mandava convidar o Sr. Cândido Gaffrée para uma conferência em que devem ser acertadas as bases do contrato de fornecimento de energia elétrica a serem aproveitadas na iluminação pública e particular e mais serviços nessa capital (...).⁸⁸⁵

Com títulos como “Negociata Planejada”, “Corja de Gatunos”, “Destrinchemos a Bandalheira”, o Correio da Manhã marcava uma posição diante do conflito, pois era contra a negação da licença à “The Rio Light”, na medida em que seria ela fruto das articulações de Gaffrée com Lauro Müller e outros membros da Câmara Federal.⁸⁸⁶ Inclusive, as matérias continham informações detalhadas dos fatos, não se reduzindo à opinião.

⁸⁸¹ Esse matutino foi fundado, em 1901, pelo advogado Edmundo Bittencourt, e apresentado como uma folha de oposição aos governos. SODRÉ, *op. cit.*, p. 287. Era o mais popular dos diários e definia-se como uma folha política e de oposição ao governo, mas dava mais importância à informação que a opinião. BARBOSA, *op. cit.*, p. 37-46. Chamamos atenção para o fato de que seu fundador havia sido colaborador de Rui Barbosa no jornal A Imprensa, e que Rui Barbosa tornou-se advogado da “The Rio Light”, além de Sancho de Barros Pimentel, que fora um dos diretores da Sociedade Anonyme du Gaz. A respeito da amizade Rui e Bittencourt cf. GARZONI, Leric de Castro. Disputas políticas e disputas por eleitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901). Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%209.pdf Acesso em setembro de 2010.

⁸⁸² A *Correio da Manhã* de 1905 -04/03/1905.p.1; 25/03/1905.p.1;30/3/1905.p.1;31/03/1905.p.1.

⁸⁸³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1905 -16/04/1905.p.1 e 20/04/1905. p. 1.

⁸⁸⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/03/1905, p. 1.

⁸⁸⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25/03/1905, p.1.

⁸⁸⁶ Segundo a matéria, na Comissão de Orçamento nos anos de 1903 e 1904, respectivamente leis n.º 1.145 e n.º 1.316, que permitiam autorizações sobre as quais Lauro Müller procurou base legal para indeferir o pedido da

Claro que ao criticar a Guinle&Cia, ao denunciar articulações entre o ministro Lauro Müller e a Guinle&Cia, e defender que o ministro não deveria ter negado à “The Rio Light” a licença, poderíamos “ler” apoio aberto aos interesses da “The Rio Light”. No entanto, dois editoriais desse periódico rechaçam essa idéia, pois fizeram críticas enormes à São Paulo Light, inclusive informando, de maneira detalhada, como a São Paulo Light tinha conseguido penetrar em São Paulo, chegando a classificá-la como corrupta⁸⁸⁷.

(...) nós não queremos que sejam desde já hipotecadas a ganância do capitalismo estrangeiro (...). E fiéis a esse programa nunca tivemos excessivo entusiasmo pelas propostas dos canadenses da Light and Power, cujos processos de corrupção conhecemos (...). Com este e outros processos logrou a São Paulo Light impor-se em São Paulo com a sua mão elétrica, que é a de tarifa relativamente mais cara, entre quantas existe a essa hora em todo o mundo”.⁸⁸⁸ Por que a verdade é esta: os processos da Light e do Sr. Gaffrée pra conseguir seus fins são os mesmos (...). O monopólio dos Sr. Gaffrée e Guinle é tanto para ser temido como o da Cia. americana, ou de uma junção dos dois(...).⁸⁸⁹

Quando se referiam à “The Rio Light”, os editoriais do *Correio da Manhã* o faziam com cautela, ressaltando que estavam preocupados com os interesses do povo. Entretanto, não deixaram de mostrar as artimanhas utilizadas pela São Paulo Light para penetrar no mercado paulista, de denunciar os péssimos e caros serviços prestados pela empresa em São Paulo, deixando claro que a “The Rio Light” era uma extensão da São Paulo Light. Sendo assim, a nosso ver, o que o *Correio da Manhã* defendeu abertamente foi a luta contra o monopólio dos serviços de energia elétrica⁸⁹⁰, ainda que todo o seu conjunto de matérias favorecesse a “The Rio Light”.

Já com relação aos periódicos *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e *A Notícia*, concordamos com Lamarão.⁸⁹¹ O jornal *O Paiz*⁸⁹², tal como nos mostra a Tabela 1, defendeu os interesses

“The Rio Light”, estavam presentes homens ligados a Gaffrée, e cita o nome de Urbano Santos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31/03/1905. p. 1.

⁸⁸⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/04/1905. p.1. Os articuladores da São Paulo Light eram os mesmos da “The Rio Light”.

⁸⁸⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/04/1905. p. 1

⁸⁸⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/03/1905. p. 1.

⁸⁹⁰ Só saíram duas matérias favoráveis a Light na Seção Livre do *Correio da Manhã* no período pesquisado, uma no dia 25 de março e outra no dia 04 de abril. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25/03/1905.p.5 e *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/04/1905.p.4.

⁸⁹¹ LAMARÃO, SérgioT.N. (1997). *op. cit.* p.214.

⁸⁹² Arquivo da Biblioteca Nacional - *O Paiz* era considerado jornal de grande porte. Criado antes do advento da República, e em 1884, esteve sob direção de Quintino Bocaiúva. Tinha grande prestígio e tiragens elevadas. Nasceu republicano e permaneceu situacionista. LUCA, Tânia R. e MARTINS, Ana L. *op. cit.*, p. 87. Não era

da “The Rio Light”. Depois da publicação do despacho do ministro no Jornal do Commercio, em 24 de março, em todos os dias do mês de março saíram, em seus editoriais, matérias sobre o assunto. Os elogios à “The Rio Light” eram enormes tais como: empresa idônea, que respeitou a legislação brasileira, que já tinha interesses consolidados no país, que teria procurado o governo antes de fazer os negócios, que representava o progresso, etc. Até a São Paulo Light foi defendida pelo diário, que afirmava que a empresa não tinha monopólio dos serviços de eletricidade em São Paulo. Ao lado desses inúmeros elogios apareciam as críticas ao ministro e seu despacho. Lauro Müller fora acusado de ser ditador, querer expulsar os capitais estrangeiros do Brasil, adotar uma política de portas fechadas, de ter adotado um ato impensado, de ter despachado sem se inspirar na lei. Enfim, uma posição clara e aberta: a favor da “The Rio Light” e contra o despacho do ministro.⁸⁹³ Também em sua seção de matérias pagas a “The Rio Light” saiu ganhando, pois só foram publicadas matérias favoráveis à empresa – em um total de 9 matérias.⁸⁹⁴

O que chamou bastante a nossa atenção foi o fato de que os dois primeiros editoriais criticaram o despacho do ministro, mas como se o ministro tivesse cometido um erro, posição que muda em 27 de março, quando insinuaram que Lauro Müller estaria querendo beneficiar outras pessoas, e a partir de 29 de março passaram a defender abertamente que Lauro Müller e Gaffrée estavam articulados⁸⁹⁵. Além disso, também travaram uma luta aberta contra o jornal A Notícia, inclusive muitos dos editoriais procuravam rebater os editoriais do outro jornal.⁸⁹⁶

A Gazeta de Notícias empenhou-se em defender o despacho do ministro dando um tom de nacionalismo às suas matérias.⁸⁹⁷ Contra a “The Rio Light” usou o argumento de que a

tecnicamente tão moderno quanto os outros, e era considerado um periódico que não poupava elogios a todos os governos. BARBOSA, *op. cit.*, p. 72.

⁸⁹³ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 1905 – 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 de março (primeira página) e 02, 04 e 05 de abril (primeira página).

⁸⁹⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 1905 -29/03/1905. p.3., 02 e 03/04/1905.p.3.

⁸⁹⁵ Encontramos dois documentos no Arquivo Light que tratavam de O Paiz e a contenda mencionada. Uma carta de 05 de março de Carlos de Campos, advogado da São Paulo Light, e Theodoro Dias de Carvalho Jr. dizendo que deveriam debater na imprensa o caso sobre a negação feita pelo Ministro da Viação Lauro Müller ao funcionamento da “The Rio Light”, no Brasil e que “nada seria melhor que o jornal O Paiz”. Um outro documento de papel timbrado do jornal O Paiz, de 31 de março de 1905, dizia que fizeram um acordo verbal e que a “The Rio Light” forneceria para o jornal dois elevadores para seu prédio. Em muitas das cartas escritas por Pearson para Mackenzie ele afirmava que Lauro Muller estava ao lado de Gaffrée. Arquivo Light - 30/01; 02/03 e 19/04 de 1905. Arquivo Light -Correspondências Mackenzie-Pearson. Portanto, pode ser que o acordo entre O Paiz e Mackenzie ou Mitchell ou... tenha sido acertado no final de março.

⁸⁹⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 29, 30,31 de março (primeira página) e 04 de abril (primeira página). A Notícia “afirma” entrar na discussão para responder as acusações de O Paiz e, em vários dos seus editoriais, acusa O Paiz de não respeitar as leis e de estar contaminado pela idéia de progresso. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 1905 - 29, 30 e 31 de março (primeira página); 04, 05 e 06 de abril. (primeira página).

⁸⁹⁷ O diário foi fundado em 1875, dirigida por Ferreira de Araújo, e depois por Henrique Chaves, e destacava-se, entre outros, por ser barato e “queridinho do país”. Proclamava-se jornal independente, não ligado a grupos ou facções políticas. SODRÉ, *op. cit.* p. 284. Dava grande destaque à literatura. BARBOSA, *op. cit.*, p. 61-65.

empresa havia adquirido bens e direitos, enfim, negociado sem poder, porque não existia ainda no Brasil. Portanto, seus negócios seriam nulos perante a administração brasileira. Já com relação ao despacho do ministro, após dizerem que era um homem calmo, resoluto, obediente à lei, afirmam que o que fez foi somente defender o patrimônio nacional, evitar que as riquezas brasileiras fossem usurpadas. As matérias, quando criticavam a posição da “The Rio Light” ou quando elogiavam a atitude do ministro, ressaltavam que estavam se apoiando nas leis, que não havia nada de pessoal.⁸⁹⁸ Apesar de preocupar-se em dizer que era um diário neutro, todas as matérias que saíram em seus editoriais sobre a contenda eram contra a “The Rio Light”, consoante Tabela 1, e em sua seção de “Publicações a Pedido” foram veiculadas 11 matérias contra a “The Rio Light”, no mês de abril, e apenas 1 favorável⁸⁹⁹, mas assim como no Jornal do Commercio era um espaço pago⁹⁰⁰.

A Notícia⁹⁰¹, assim como a Gazeta de Notícias, empenhou-se em defender abertamente o despacho do ministro e a criticar a “The Rio Light”⁹⁰². Com relação ao primeiro disseram reconhecer a legalidade do despacho e que as leis do Brasil tinham que ser obedecidas, e que o ministro não tinha outra alternativa, pois ele defendia o interesse público. Enfim, defenderam que o ministro agiu de acordo com a lei, foi justo e que o assunto estava esgotado⁹⁰³. Já as críticas feitas à “The Rio Light” passavam pelos estatutos, que não estariam de acordo com as leis brasileiras, mas também pela falta de idoneidade, pois teria agido de má fé, já que teria feito negócios sem ter licença para funcionar no Brasil e ainda, teria sido organizada a partir de uma bagunça entre o Canadá e EUA.⁹⁰⁴ Uma parte da matéria veiculada pelo A Notícia, no início de maio de 1905, ilustra bem o que afirmamos:

(...) a Light atuou no Brasil, sem ter licença para isso; tais atos são nulos pela lei; os estatutos apresentados pela Light entram em conflito com as leis territoriais brasileiras; os estatutos da Light não poderiam ser alterados (...).

⁸⁹⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1905 – 23, 30 e 31 de março (primeira página) e 01, 02, 04 e 07 de abril (primeira página). Observamos que a *Gazeta de Notícias* só começou a discutir o assunto a partir do dia 30 de março, após a publicação do despacho do ministro no Diário Oficial da União. Ou seja, não entrou na discussão imediatamente após a publicação do despacho no *Jornal do Commercio*.

⁸⁹⁹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 03/04/1905.p.3;04/04/1905.p.4;05/04/1905.p.3;06/04/1905.p.4.;08/04/1905.p.5;09/04/1905.p.6;10/04/1905.p.3;11/04/1905.p.5.

⁹⁰⁰ Uma carta de John Orr, escrita para Pearson em 11 de abril de 1904 diz que Alberto de Faria e os Guinle estariam ligados a *Gazeta de Notícias* e *A Notícia*.

⁹⁰¹ Fundada em 1894 era, no início do século XX, o vespertino carioca de maior tiragem, dirigida por Manuel Jorge de Oliveira Rocha, o Rochinha. Segundo Werncek Sodré era, neste momento, quase alheia à política, informando mais que opinando. SODRÉ, Néelson Weneck. *op. cit.* p.265 -285; LUCA e MARTINS. *op.cit.*p. 160.

⁹⁰² Nenhuma matéria contra ou a favor da “The Rio Light” foi publicada nas seções pagas de *A Notícia*.

⁹⁰³ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 1905 – 27, 28, 29,30 e 31 de março (primeira página) e 03, 04,05 e 06 de abril (primeira página).

⁹⁰⁴ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 1905 -. 28, 29,31 de março (primeira página) e 03,04 e 05 de abril (primeira página).

E, pois nada podia haver de mais jurídico, mais legal e mais harmônico com o irretocável despacho do laureado ministro a quem (...).⁹⁰⁵

A Notícia, sem sombra de dúvidas, posicionou-se abertamente a favor do despacho do Ministro, ao mesmo tempo em que atacava, sem subterfúgios, a “The Rio Light”. E ainda, deixava em evidência o papel que o diário O Paiz assumia na contenda, pois em várias das matérias por ele veiculadas afirmava estar respondendo às provocações de O Paiz, inclusive afirma que estava escrevendo sobre o despacho dado pelo ministro porque O Paiz havia chamado.⁹⁰⁶

4.3.2 O contrato assinado entre a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e a Prefeitura do Distrito Federal: 1910

Na contenda “The Rio Light” *versus* CBEE, quando da assinatura do contrato entre a CBEE e a Prefeitura do Distrito Federal, em 1910, também a grande imprensa carioca tratou amplamente do tema.

Tabela 12: Posições assumidas pelos periódicos cariocas em seus editoriais na disputa entre a “The Rio Light” e a Guinle&Cia/CBEE pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal: contrato assinado entre o Prefeito do Distrito Federal e a CBEE, em 1910⁹⁰⁷

Matérias	Jornal do Comercio	Correio da Manhã	Gazeta de Notícias	O Paiz	A Notícia
Favoráveis aos interesses da CBEE	3	-	4	-	8
Favoráveis aos interesses da “The Rio Light”	1	13	-	4	-

Fonte: Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro - Jornal do Comercio; Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias, A Notícia, O Paiz e O Correio da Manhã, meses de abril, maio e junho de 1910.

⁹⁰⁵ A Notícia. Rio de Janeiro, 1905 - 03 e 04/04/1905.p.1.

⁹⁰⁶ A Notícia. Rio de Janeiro, 29/03/1905. p.1

⁹⁰⁷ Fizemos esse levantamento nos meses de abril, maio e junho de 1910, nos cinco diários mencionados. Entendemos que as matérias que criticavam a CBEE, ou criticavam a assinatura do Contrato por Serzedelo Corrêa, em 1910, ou mesmo criticavam o Prefeito, podem ser consideradas matérias favoráveis aos interesses da “The Rio Light”. Em contrapartida, aquelas que criticavam a “The Rio Light”, que defendiam a assinatura do contrato ou mesmo defendiam a administração de Serzedelo, ou ainda, que eram contra os monopólios, podem ser consideradas favoráveis aos interesses da CBEE.

A análise da tabela_12 acima permite que afirmemos que o *Jornal do Commercio* não assumiu uma posição muito clara diante do episódio.

Com relação aos seus editoriais, num primeiro momento, poderíamos apostar que o *Jornal do Commercio* faria uma forte campanha contra os interesses da “The Rio Light”, pois a primeira matéria sobre o episódio foi publicada na seção “Várias”, em 27 de abril, exatamente no dia em que Serzedello Corrêa, prefeito do Distrito Federal, assinou com a CBEE o dito contrato e correspondeu a uma declaração aberta contra os monopólios e a defesa da existência da concorrência no setor de eletricidade do Distrito Federal, tal como podemos confirmar a partir da transcrição abaixo:

(...) Contra o monopólio nos batemos em tempo oportuno, mostrando sua inconstitucionalidade e sua inconsistência. O Conselho Municipal não quis atender aos conselhos da boa razão e, preferindo realizar uma concessão que caducara, amarrando os contribuintes a um fornecedor exclusivo e único. (...)Acontece que o prazo do privilégio Willian Reid findará dentro de cinco anos”. (...) O *Jornal do Commercio* foi sempre oposto a este monopólio. A Light sabe (...).(...) *Jornal do Commercio* esteve ao lado da Light quando ela entrou no RJ a concorrer com os já assentados planos do Sr. Guinle, o jornal esteve ao seu lado, como agora sustenta que o ato do Prefeito, só ele, resgata todas as faltas que poderia ter cometido no alto cargo que exerce. (...) só aqui é que seria necessário atar-nos de pés e mãos a essa empresa, com sua força elétrica, sua luz de gás e elétrica, sua viação urbana, tudo enfeixado em suas mãos? De certo que não deve ser assim. Não atacamos nenhuma empresa estrangeira que vem trabalhar conosco para nosso progresso, e temos todas as considerações para aos cavaleiros tão hábeis e competentes que dirigem a Light, mas precisamos opor-lhes o embargo da concorrência, garantia única dos consumidores. O Sr. Prefeito andou patrioticamente e constitucionalmente, e é muito tarde para gente interessada vir sustentar monopólios.⁹⁰⁸

A publicação deixa claro que era contra os monopólios e a favor da concorrência, e que a legislação municipal – Decreto n.º 1001, 1904 -, garantia ao Prefeito a legalidade da assinatura do contrato e, ainda, que ficar contra os monopólios era ficar ao lado dos interesses dos consumidores de energia elétrica.

No entanto, apenas outras duas matérias, classificadas por nós como sendo favoráveis aos interesses da CBEE, foram veiculadas pelo diário em seus editoriais, mas não significaram, a nosso ver, um apoio aberto aos Guinle. Uma delas foi publicada, em 28/04, na seção “Várias”, e correspondia a uma nota sobre a assinatura do contrato de 27/04.

⁹⁰⁸ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 27/04/1910. p.3.

Salientamos, no entanto, que a nota ressaltava que o contrato principiava ter “efeito depois de 1915 e sem caráter de monopólio”⁹⁰⁹. A outra foi publicada na seção Gazetilha, já em 05/05, e dizia respeito ao apoio dado pela Sociedade dos Proprietários à Serzedelo por ter dado licença à CBEE para assentar as canalizações no Distrito Federal, e intitulava-se “Contra o monopólio da energia elétrica”.⁹¹⁰

A quarta matéria veiculada nos editoriais do diário sobre o episódio, publicada na seção “Várias”, em 12/05, foi classificada por nós como sendo contrária aos interesses da CBEE, pois correspondia à decisão do Supremo Tribunal Federal que não aceitou o agravo da Guinle&Cia e CBEE nos autos da manutenção de posse requerida pela Societé Anonyme du Gaz contra a CBEE e contra a Prefeitura.⁹¹¹

Portanto, foram apenas quatro matérias publicadas em seus editoriais, três delas favoráveis aos interesses da CBEE, sendo que apenas uma dessas correspondia a uma posição clara diante do episódio; e uma delas, favorável aos interesses da Light, e ainda, publicada na seção “Várias”, quando poderia ser publicada na seção “Judiciário”.⁹¹²

Em contrapartida, em seu “A Pedidos”, a “The Rio Light” teve mais espaço que a CBEE. Nesta seção, onde eram veiculadas notícias de interesse do poder ou matérias pagas⁹¹³, nos meses de abril, maio e junho de 1910, foram publicadas várias matérias diretamente relacionadas à assinatura do contrato da Prefeitura do Distrito Federal com a CBEE.

Foram veiculadas dez matérias que defendiam, em linhas gerais, que o contrato assinado era interessante por permitir o fim do monopólio exercido pela Light, o que favorecia os interesses da CBEE. E, na mesma seção, e no mesmo período, foram veiculadas vinte e sete matérias que condenavam, também em linhas gerais, a assinatura do contrato por desrespeitarem os contratos e a justiça. Ou seja, muito mais que o dobro das matérias publicadas e que defendiam os interesses da CBEE.

E ainda, foram veiculadas onze matérias de apoio à iniciativa do Prefeito, mas que nem sempre significavam apoio à permissão para CBEE instalar as canalizações, tal como previa o contrato. Ou seja, aplaudiam a iniciativa do Prefeito de criar possibilidades de haver concorrência no setor de eletricidade do Distrito Federal, mas defendiam o respeito aos contratos. Contra essas onze, foram publicadas seis matérias que condenavam a medida de

⁹⁰⁹ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28/04/1910.p.6.

⁹¹⁰ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05/05/1910. p.2.

⁹¹¹ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12/05/1910. p.4.

⁹¹² A seção “Várias”, tal como já enfatizamos, era de cunho político e de muita popularidade, enquanto a “Seção Gazetilha”, onde foi publicada a matéria sobre o apoio dado pela Sociedade dos Proprietários à Serzedello, destacava notícias nacionais das mais diversas BARBOSA, *op. cit.*, p. 56-58.

⁹¹³ *Idem. Ibidem*. p. 58.

Serzedelo, além de associarem seu nome aos de Raul Fernandes e Nilo Peçanha, que estariam conchavados para defenderem os interesses da CBEE.⁹¹⁴

Entendemos, ao analisarmos as matérias publicadas em seus editoriais, e o número de matérias veiculadas nos “A Pedidos”, e o conteúdo dessas matérias, que o *Jornal do Commercio*, neste momento, não fora um defensor dos interesses dos Guinle, apesar de ter declarado ser contra os monopólios⁹¹⁵, pois uma das suas seções mais lidas e polêmicas abriu um espaço enorme para a veiculação de matérias que defendiam os interesses da “The Rio Light”. Inclusive, das vinte e sete matérias publicadas contra a CBEE, cinco foram assinadas por Francisco de Castro Júnior⁹¹⁶, advogado da “The Rio Light” e que continham ácidas críticas a Raul Fernandes, advogado dos Guinle e também a Serzedelo Corrêa, Prefeito do Distrito Federal e Nilo Peçanha, Presidente do país.⁹¹⁷

Já o *Correio da Manhã*, se posicionou abertamente. Publicou, pelo menos, sete matérias sobre a contenda em seus editoriais e todas elas favoráveis aos interesses da “The Rio Light”, pois ou atacavam diretamente a CBEE ou criticavam a licença concedida pelo Prefeito Serzedelo Corrêa à CBEE.⁹¹⁸

As críticas feitas à CBEE, aos Guinle, ou então ao advogado da empresa, Raul Fernandes, eram bastante significativas. Com relação ao contrato assinado pela Prefeitura, uma das matérias afirmava que Raul Fernandes teria ordenado que o Prefeito assinasse o contrato, se sobrepondo às opiniões dos funcionários da Prefeitura, e que teria tido acesso a dados oficiais.⁹¹⁹ Em outra, afirma que os Guinle teriam a intenção de tirar o juiz dos Feitos da Fazenda Municipal por não conseguirem manipulá-lo.⁹²⁰ Apontam, portanto, para a utilização de meios escusos, por parte dos Guinle, para alcançarem seus objetivos.

⁹¹⁴ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25/04 a 14/06/1910.

⁹¹⁵ Ressaltamos ainda que no dia 24/04, antes mesmo da assinatura do Contrato, mas momento em que a CBEE já havia requerido ao Prefeito a licença para assentar as tais canalizações e que o requerimento estava sendo analisado por alguns funcionários da Prefeitura, o editorial do *Jornal do Commercio*, na seção “Gazetilha”, deu publicidade ao último Relatório da Light. Esta publicação correspondia a uma série de considerações feitas sobre o relatório e, de acordo com essa publicação (que seriam as conclusões tiradas a partir da leitura do dito relatório), a Light estaria sendo beneficiada por acordos extremamente vantajosos para a Companhia, estaria tendo muitos lucros, tanto que haveria até elevação de dividendos. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24/04/1910. p.5. A nosso ver, o *Jornal do Commercio* estava contra os monopólios, e isso significa, naquele momento, estar ao lado da causa defendida pelos Guinle, mas não se colocou abertamente a serviço da causa.

⁹¹⁶ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25/04/1910.p.5; 26/04/1910.p.6 e 28/04/1910.p.6 e 03/05/1910 .p.8 e 05/05/1910.p.2.

⁹¹⁷ Uma matéria veiculada pelo diário *A Tribuna*, contida na “Seção Livre” de *O Correio da Manhã* de 30/04/1910 afirma: “O *Jornal do Commercio* não está apoiando a Light, mas apoiando os contratos”. Essa matéria, a nosso ver, vai ao encontro do que nos apontou nosso levantamento feito nos editoriais e na seção “A Pedidos” do *Jornal do Commercio*. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/04/1910.p.6.

⁹¹⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28/04/1910.p.1; 30/04/1910.p. 1; 01/05/1910.p.1; 02/05/1910.p.1; 04/05/1910.p.1; 08/05/1910.p.1, 12/05/1910.p.1.

⁹¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/04/1910.p. 5.

⁹²⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/05/1910.p.1.

Utilizam-se também de críticas feitas aos serviços da Companhia. Em uma matéria intitulada “Os Guinle em Minas. O povo paga iluminação e não tem”, transcrita do *Correio do Dia*, de Belo Horizonte, os Guinle são apresentados como negociantes incompetentes e desonestos, pois teriam embolsado centenas de contos da prefeitura de Belo Horizonte e não teriam feito o trabalho. Destacam ainda que teriam a intenção de fazer o mesmo na cidade do Rio de Janeiro.⁹²¹

Já com relação às críticas feitas à Serzedelo, responsável pela assinatura do contrato com a CBEE, em abril de 1910, o diário associava Serzedelo, Nilo Peçanha e o desejo de ambos fecharem o legislativo municipal⁹²². Inclusive, quando noticiou, no início de maio, que Serzedelo tinha resolvido obedecer às decisões do judiciário, afirmou que isso seria resultado da denúncia feita pela Light ao escândalo de corrupção que acontecia dentro da Prefeitura do Distrito Federal⁹²³, não reconhecendo, portanto, Serzedelo como um defensor dos interesses do público.

O diário não deu tréguas ao Prefeito e alguns dos seus editoriais mostram isso:

Afinal, o Coronel Serzedello Corrêa obedeceu a ordem que lhe foi expedida por Nilo Peçanha, por intermédio do Sr. Raul Fernandes, Deputado Federal e advogado de Guinle&Cia, ou Companhia Brasileira de Energia Elétrica, para fazer a esta, com violação dos direitos da Light and Power, concessão para distribuir energia elétrica para quaisquer usos domésticos e industriais, a partir de 07 de junho de 1915, com a condição de(...).⁹²⁴

O Prefeito, segundo A Tribuna, penitenciou-se do despacho que procedia da minuta do Raul, e prometeu respeitar a sentença judiciária. Ainda bem que o homem refletiu e mostrou-se arrependido, basta isso: não é preciso cair na choradeira, como era seu costume fazer ao tempo do Floriano.⁹²⁵

E ainda, mesmo depois de anunciar que Serzedello respeitaria as decisões judiciais, e de sua publicação em um dos seus editoriais, continuou publicando matérias que reforçavam a idéia de que Serzedelo e o Presidente do país, Nilo Peçanha, queriam beneficiar a CBEE⁹²⁶, tanto que criticou abertamente a declaração do presidente Nilo Peçanha em favor da concorrência e contra os monopólios, quando da sua mensagem sobre os serviços de

⁹²¹ *Correio da Manhã*, 02/05/1910. p.1. Chamou nossa atenção o fato de O *Correio da Manhã* não ter feito qualquer referência aos serviços prestados pelos Guinle na cidade vizinha de Niterói, até porque inúmeras matérias foram veiculadas pelo diário O *Fluminense* e que criticavam os serviços da CBEE. Cf. *O Fluminense*, 15/09/1909;22/09/1909;09/10/1909; 20.21 e 23/01/1910 e 03/02/1910.

⁹²² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/5 1910.p.1; 04/05/1910.p1; e 12/05/1910.p1.

⁹²³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 01/05/1910.p.1.

⁹²⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/04/1910.p.1.

⁹²⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/05/1910.p.1.

⁹²⁶ Além disso, faz críticas a Nilo Peçanha por ter tornado pública sua posição contrária aos monopólios e denuncia que a CBEE estaria, assim como fazia na cidade do Rio de Janeiro, tentando violar os contratos ligados aos serviços de eletricidade em São Paulo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1910.p.1 e 13/05/1910.p.1.

hidroeletricidade. A esse respeito o diário afirmou: “a livre-concorrência, sim, Sr. Presidente Nilo; mas, com ela, o respeito aos contratos”.⁹²⁷

Não temos dúvidas em afirmar que o Correio da Manhã colocou-se ao lado dos interesses da “The Rio Light” nesta contenda. Nossa conclusão pode ser confirmada a partir do levantamento feito acerca das matérias publicadas sobre o assunto, nos meses de abril, maio e junho, em uma das suas seções: a “Seção Livre”⁹²⁸. Nesta seção foram publicadas vinte e seis matérias sobre o assunto, sendo que nove delas correspondiam a matérias favoráveis à “The Rio Light”, enquanto as outras 17 correspondiam a matérias contra a CBEE ou mesmo contra a atitude do Prefeito. Ou seja, não foi veiculada sequer uma matéria que estivesse ligada aos interesses da CBEE.⁹²⁹

O Correio da Manhã defendeu que Nilo Peçanha, o presidente do país, ao lado de Raul Fernandes, Deputado Federal e advogado dos Guinle, articularam-se com Serzedello Corrêa, Prefeito do Distrito Federal, para beneficiar a CBEE. E que esta, além de ser uma empresa incompetente, por não conseguir fornecer energia elétrica às cidades com as quais tinha contrato, era também violadora das leis, pois tentara violar os contratos da “The Rio Light”, na cidade do Rio de Janeiro, e da São Paulo Light, na cidade de São Paulo.⁹³⁰

O diário O Paiz só publicou, em seus editoriais, quatro matérias sobre o assunto. Em 24 de abril, afirmou que a CBEE não respeitava a decisão judicial que reconheceu os privilégios da Société Anonyme du Gaz, tanto que havia requerido uma concessão    Prefeitura para assentar canalizações. Diante disso, ressaltou a matéria, que a SAG teria entrado na justiça contra a CBEE⁹³¹. Uma segunda matéria só foi veiculada, em seus editoriais, em fins de abril, dando informações acerca de um dos relatórios da “The Rio Light”⁹³². E no início e meados de maio, mais duas. Uma delas referia-se    declaração de Serzedelo de que não daria licença    CBEE para assentar canalizações no Distrito Federal⁹³³, e a outra noticiava que o Supremo Tribunal Federal não havia reconhecido o agravo da CBEE⁹³⁴. São matérias que interessavam    “The Rio Light”, mas não correspondem, a nosso ver, apoio aberto    Companhia.

⁹²⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1910.p.1.

⁹²⁸ Marialva Barbosa não faz qualquer consideração acerca desta seção, sequer a menciona. Em geral, as matérias dessa seção eram publicadas entre as páginas 3 e 7 do diário. BARBOSA, *op.cit.*, p. 37-46.

⁹²⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/04 até 26/06/1910.

⁹³⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/06/2011.p.1.

⁹³¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24/04/1910.p.1..

⁹³² Afirma que um representante da Société Anonyme du Gaz teria entregue aos inspetor da iluminação uma copiado relatório da “The Rio Light” para que ele ajuizasse acerca das alterações de sentido contidas na tradução dada à publicidade na Gazetilha do Jornal do Commercio de 24/04. *O Paiz*, 29/04/1910.p.1.

⁹³³ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 01/05/1910.p.1.

⁹³⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 12/05/1910.p.1.

Analizamos também as matérias publicadas em uma seção intitulada “Seção Livre”, e continuamos sem uma definição clara acerca do posicionamento do diário. Foram publicadas onze matérias que defendiam os interesses da CBEE e três que defendiam os interesses da Light.⁹³⁵ No entanto, ainda que haja um número significativo de publicações favoráveis aos interesses da CBEE, não ousamos afirmar que defendera a CBEE, até porque nos editoriais a situação se inverteu. Aí as matérias veiculadas apontaram para uma espécie de “jornalismo neutro”, onde a informação se sobrepôs à opinião.

Já a Gazeta de Notícias, apesar de ter publicado também poucas matérias em seus editoriais sobre a contenda (apenas cinco), deixou evidente sua posição, pois eram críticas à “The Rio Light” e apoio ao Prefeito, favorecendo os interesses da CBEE. A “The Rio Light” foi apresentada como uma empresa não cumpridora das cláusulas contratuais e beneficiada pelo Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, Joaquim José Saraiva Júnior. Em contrapartida, e em sua oposição, aparece Serzedelo e não a CBEE. Uma das matérias afirma que Serzedelo estaria cumprindo seu dever, pois cobraria da Light o cumprimento do contrato⁹³⁶; a outra que não atacara os privilégios da Light⁹³⁷, e ainda, que não era possível acreditar em conchavos entre Nilo Peçanha e Serzedelo, pois as obras da CBEE eram realmente obras federais, por isso, Nilo Peçanha teria interferido na questão.⁹³⁸

Em sua “Seção do Público”, todas elas no mês de maio, foram publicadas seis matérias sobre o assunto e próximas à CBEE, pois quatro delas eram contrárias à “The Rio Light”, e duas favoráveis à CBEE e a Serzedelo. Enfim, ainda que em seus editoriais poucas tivessem sido as matérias publicadas sobre o assunto, todas eram matérias vinculadas aos interesses da CBEE.⁹³⁹

Já o periódico A Notícia desferiu uma campanha aberta em favor da CBEE e contra a “The Rio Light”. Foram oito matérias publicadas em seus editoriais, nas seções “Ordem do Dia” e “Echos”, sendo que quatro delas continham críticas violentas e profundas à “The Rio Light” e as outras quatro eram favoráveis à CBEE.⁹⁴⁰

No primeiro editorial que trata do assunto, em 26 de abril de 1910, os caminhos que foram seguidos pelo A Notícia ao longo da contenda, foram delineados. No que se refere à CBEE defendeu que a empresa tinha um papel importante naquele processo, que seria de acabar com o monopólio exercido pela Light e, ao mesmo tempo, instalar a concorrência; que

⁹³⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 27/04 até 01/05/1910.

⁹³⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 02/05/1910.p.1.

⁹³⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 03/05/1910.p.1.

⁹³⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 08/05/1910.p.1.

⁹³⁹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 30/04 a 04/05/1910.

⁹⁴⁰ Do dia 26/04 ao dia 13/05, em praticamente todos os dias, saía uma matéria sobre o assunto.

não estaria ferindo o monopólio da Light, porque pretendia fornecer energia gerada por máquinas a vapor; e que não havia desrespeito às decisões do judiciário, portanto, que o contrato assinado entre Serzedelo e a CBEE eram válidos e garantiriam a existência de concorrência no setor elétrico do Distrito Federal a partir de 1915⁹⁴¹. Tal tendência pode ser verificada em alguns trechos dos editoriais seguintes:

“(...) Ora, o Sr. Dr. Serzedello Correia deu à CBEE o direito de fornecimento de energia elétrica gerada por máquinas a vapor, não feriu em nada o privilégio da Light.(...);⁹⁴² “(...) uma coisa é indiscutível: a Cia Nacional vai provocar a concorrência de um serviço que é da mais alta importância”(...)”.⁹⁴³

Já no que se refere à “The Rio Light”, a empresa é apresentada como corruptora, desleal e protegida da justiça local e federal. Ao comentarem a decisão do Supremo Tribunal Federal no processo de manutenção de posse movido pela Societé Anonyme du Gaz contra a CBEE, e que deu vitória à “The Rio Light”, ressaltaram que a “(...)A onipotente e corruptora empresa alcançará nova vitória?”⁹⁴⁴. Quando o assunto referia-se aos problemas que envolveram a assinatura do contrato entre a Prefeitura e a CBEE, afirmava que os advogados da “The Rio Light” tiveram acesso a documentos sigilosos da Prefeitura: “(...) No dia seguinte, o advogado da Light, em debate perante as Cortes de Apelação, citava frases desse memorial. Dias depois fazia mais, afirmava que o tinha em seu poder (...)”⁹⁴⁵. Ao informarem sobre campanha feita pela “The Rio Light”, contra a assinatura do contrato entre a Prefeitura e a CBEE, em jornais internacionais, afirmam serem “estranhos processos financeiros e administrativos”⁹⁴⁶, aqueles ligados a Light, assim também se posiciona em relação aos negócios da empresa em geral: “(...)todos os negócios da Light são assim: confusos e malfeitos”.⁹⁴⁷

O diário procurou defender a idéia de que a luta travada entre a “The Rio Light” e a CBEE era uma luta da manutenção do monopólio, por parte da primeira, contra o estabelecimento da concorrência, por parte da segunda. “Que o privilégio da Societé Anonyme du Gaz (SAG) era diferente do privilégio da “The Rio Light!”e que, por isso, a

⁹⁴¹ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 26 e 27/04/1910.p.1.

⁹⁴² *A Notícia*. Rio de Janeiro, 28/04/1910.p.1.

⁹⁴³ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 29/04/1910. P.1.

⁹⁴⁴ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 28/04/1910.p.1.

⁹⁴⁵ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 01/05/1910.p.1.

⁹⁴⁶ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 07/05/1910.p.1.

⁹⁴⁷ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 12 e 13/05/1910.p.1.

decisão do judiciário acerca da questão que envolvia a SAG versus a CBEE, e que deu vitória à SAG, teria que ser diferente, logo, na disputa “The Rio Light” versus CBEE, a vitória seria da CBEE. E ainda, que a “The Rio Light” não era uma empresa idônea, pois, entre outras atitudes, havia corrompido vários dos funcionários da Prefeitura.

Enfim, nesta contenda, acreditamos poder afirmar que o grande embate entre a CBEE e a “The Rio Light” se deu através dos diários *Gazeta de Notícias* e *A Notícia*, veiculando idéias favoráveis aos interesses da CBEE, tais como a importância do estabelecimento da concorrência como sendo fundamental ao crescimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, e o *Correio da Manhã*, veiculando matérias favoráveis aos interesses da “The Rio Light”, tais como o respeito aos contratos e às decisões judiciais.

Afirmamos, então, após o levantamento e análise de várias matérias veiculadas pelos cinco periódicos por nos eleitos, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *A Notícia* e *Correio da Manhã*, em dois momentos da disputa entre a “The Rio Light” e a *Guinle&Cia/CBEE* pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal, que *A Notícia*, secundado pelo *A Gazeta de Notícias*, foram porta-vozes dos interesses dos *Guinle* nos dois momentos. Situação não compartilhada pelo *Jornal do Commercio*, pois constatamos que em nenhum dos dois momentos este periódico se posicionou abertamente a favor da *Guinle&Cia/CBEE* ou dos *Guinle*, apesar de ter se declarado contra os monopólios em 1910.

Já o *O Paiz* e o *Correio da Manhã*, verificamos mudanças de posição nos dois momentos analisados. O primeiro, se colocou “abertamente” a favor da “The Rio Light” no ano de 1905, posição que não se repetiu no ano de 1910. E o segundo, só se posicionou ao lado da “The Rio Light”, em 1910. Entendemos que no ano de 1905, apesar das inúmeras críticas feitas aos *Guinle*, o diário não poupou a “The Rio Light” de críticas e de colocá-la no mesmo patamar dos *Guinle*, pois afirmava que ambas as empresas queriam explorar um mercado em expansão e obter muitos lucros.

Portanto, os diários foram difusores de informações e de idéias⁹⁴⁸ e, em algum momento e de alguma forma, participaram diretamente da disputa entre a *Guinle&Cia* e a

⁹⁴⁸ Salientamos, no entanto, que ao mesmo tempo em que possuíam esse poder e que eram respeitados e temidos, dependiam da verba oficial, o que significava se transformarem em porta-vozes do poder público e/ou então, dependiam de acordos políticos entre grupos sociais e as publicações para a divulgação de feitos particulares, ou para iniciar e sustentar campanhas ferrenhas contra quem quer que fosse. Marialva Barbosa chega a afirmar que o *Jornal do Commercio* pode ser citado, para o início do século XX, como um exemplo de relação explícita entre os periódicos e o poder público cf. BARBOSA, op. cit. Já em relação à acordos políticos entre grupos sociais e as publicações foi ilustrado pela posição assumida pelo diário *O Paiz* em favor da *Rio Light*. Alípio Borba, em 01 de abril de 1905, escreveu para Mackenzie dizendo que achava que deveriam ganhar jornais cariocas e aí mandariam transcrever no *Jornal do Commercio*. Diz ainda que era preciso que os jornais tivessem a *Light* como freguesa para que ficassem a seu lado e afirma: “(...) inquestionavelmente é preciso dar algum osso aos cães (...), pois conheço bem essa gente. Arquivo Light – Carta de Alípio Borba para Mackenzie em 01/04/1905.

“*The Rio Light*” pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal, pois seus artigos eram feitos para orientar a opinião do público – tarefa principal dos diários -, e suas implicações políticas podem ter sido significativas, pois produziam bens simbólicos.

Vimos O Paiz construir, em 1905, uma correspondência entre a “*The Rio Light*” e o progresso da Capital Federal, e abrir uma discussão acerca da importância da entrada de capitais estrangeiros no Distrito Federal, em um momento em que isso era uma constante na economia brasileira; o Correio da Manhã construir uma correspondência entre corrupção dentro dos órgãos do governo e beneficiamento de uma empresa - a Guinle&Cia, tanto em 1905, quanto em 1910, colocando por terra a idéia de que o governo age de forma neutra.; a Gazeta de Notícias construindo a idéia de que havia um conjunto de leis, justas, claras e que deveriam ser obedecidas; e, finalmente, A Notícia construindo uma correspondência entre o despacho do ministro e nacionalismo, em 1905, e entre a assinatura do contrato da Prefeitura com a CBEE e o nacionalismo, em 1910, abrindo uma discussão sobre a necessidade ou não de sermos nacionalistas, e o que seria ser nacionalista, naquele momento. Lêia-se dar preferência aos investimentos feitos por capitais nacionais. Portanto, esses diários desempenharam uma função política, pois assumiram o papel de difusores de idéias que beneficiavam ou a Guinle&Cia ou a “*The Rio Light*”, visando formar um movimento de opinião na população favorável a essas idéias.

CONCLUSÃO

O estudo da luta pela afirmação dos interesses de um grupo de negociantes nacionais no setor de serviços públicos e particulares de eletricidade do Distrito Federal, no Brasil da chamada Primeira República, através da Guinle&Cia/Companhia Brasileira de Energia Elétrica, encarado como um estudo de história de empresas, resultou na confirmação de um aspecto histórico importante acerca do setor elétrico brasileiro do início do século XX.

Como ficou demonstrado, a fundação da Guinle&Cia/CBEE não correspondeu à fundação de uma pequena empresa voltada para mercados municipais, mas sim a fundação de uma grande empresa de serviços públicos de eletricidade voltada para atender os grandes mercados consumidores de eletricidade do país, no início do século XX, pois os Guinle investiram na empresa para atenderem os consumidores públicos e particulares com os quais tinha contratos firmados. Inclusive, desafiando a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co. Ltd., uma grande empresa de serviços públicos de eletricidade de capital estrangeiro. Portanto, existiam no Brasil do período, negociantes capazes de fazerem investimentos significativos, e em setores de grande importância para o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tal como era o caso do setor elétrico.

Os investimentos dos Guinle no setor elétrico, através da Guinle&Cia/CBEE, neste sentido, constituiu-se em demonstração evidente da necessidade de estudos acerca das empresas do ramo que envolveram certo grau de capital nacional, em um momento histórico em que a economia do país caminhava no rumo do capitalismo, e em que havia grande penetração de capitais estrangeiros, principalmente em setores de infra-estrutura, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina.

Na passagem do século XIX para o XX, em meio a uma série de transformações da economia brasileira no rumo do capitalismo, assim como as mudanças políticas que permitiram, entre outras coisas, a incorporação de demandas de várias frações da classe dominante, houve uma dinamização da economia, e em especial a do Distrito Federal, o que levou os Guinle a expandirem seus investimentos para o setor elétrico, ainda que não houvesse uma política deliberada em prol da indústria no país. E a legislação das Sociedades anônimas, assim como as reformas bancárias, que tiveram papel importante nesse processo de dinamização, assim como a conjuntura econômica brasileira como um todo, permitiram que fossem fundadas a Guinle&Cia e, depois, a CBEE.

A Guinle&Cia, sucessora da Aschoff&Guinle, fundada em 1903, encontrava no mercado do Distrito Federal as condições fundamentais pra sua expansão. Era uma firma de importação e exportações, e mais matérias de comércio, além de ser a representante exclusiva dos materiais elétricos da General Electric, no Brasil. Portanto, foi fundada exatamente no momento em que o dinamismo da economia carioca era coroado como símbolo do principal país produtor de café do mundo, onde as obras federais e municipais de remodelação urbana da cidade consolidaram e realimentaram seu papel de centro econômico dinâmico do país, marcado por um processo de urbanização e industrialização que garantiam grandes possibilidades de lucros àqueles que investissem no setor elétrico.

Vale ressaltar que a incorporação da energia elétrica ao cotidiano brasileiro foi contemporânea àquela realizada nos países europeus e Estados Unidos, pois ainda que tivessem ocorrido, nestes últimos países, as primeiras experiências no início do século XIX, foi somente em fins do mesmo século que a energia elétrica tornou-se realidade. E esse processo, assim como era de se esperar, foi aos poucos se consolidando, e aos poucos, contribuindo para o surgimento de uma legislação que regulasse a exploração dos serviços do dito setor. Sendo assim, os Guinle investiram em um setor tecnologicamente novo, que necessitava de capital vultoso e que não encontrava um arcabouço legislativo preciso, o que aumentava os riscos dos investimentos, mas que ao mesmo tempo abria muitas possibilidades de exploração do setor.

Setor tecnologicamente novo, ambiente legislativo impreciso, mas possibilidades de se transformar em um grande negócio. E os Guinle, liderados pelos negociantes Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, investiram no setor: conseguiram autorização para exploração de energia elétrica em São Paulo, compraram queda d'água no Rio de Janeiro, montaram uma firma para fazer instalações elétricas, etc. E eram eles, à essa altura, negociantes importantes no país. Tinham negócios diversos e em várias das cidades que diretamente estavam ligadas às atividades econômicas fundamentais do país, tais como a cidade do Rio de Janeiro, centro comercial, industrial, sede do maior porto do país, e Santos, por onde era escoada parte da produção cafeeira paulista que crescia muito.

Esses investimentos tinham como objetivo principal o setor elétrico brasileiro. Em 1904, os Guinle articularam-se ao capital internacional através dos representantes da São Paulo Light, na tentativa de estabelecerem com eles um acordo para a exploração do mercado de eletricidade do Distrito Federal. No entanto, acreditando terem possibilidades de explorarem sozinhos o dito mercado ou, pelo menos, parte dele, desistiram da associação e lutaram por ele, através da Guinle&Cia, no período de 1905-1909, e de 1909-1915, através da

CBEE. Cabe salientar, ainda, que os investimentos do Guinle, que visavam inicialmente o mercado do Distrito Federal, ampliaram-se para São Paulo e também Bahia, mostrando que os interesses dos Guinle pelo setor eram ambiciosos, e que essa empresa de capital nacional diferenciava-se da maioria das companhias de capital nacional porque ambicionava conquistar parte do grande mercado nacional de eletricidade, e não mercados municipais.

E, tanto a Guinle&Cia, sociedade comandita, quando a CBEE, sociedade anônima estavam sob controle dos Guinle. A primeira era dos irmãos Guinle, controlada por eles e principal fundadora da CBEE. A segunda também majoritariamente dos Guinle e controlada por eles. Portanto, a fundação da CBEE, e como uma sociedade anônima, apenas fora feita para que os diretores da empresa pudessem usufruir da legislação liberal das Sociedades Anônimas. E ainda, uma vez assumidos os contratos no estado do Rio de Janeiro e também na Bahia, os Guinle fizeram os investimentos necessários para cumpri-los, tanto que investiram os poucos lucros da empresa na ampliação da empresa e ainda investiram mais capitais na mesma. Ou seja, os próprios diretores da empresa, da família Guinle, tinham capital para mantê-la em plena atividade.

A CBEE não distribuía dividendos, não porque não tivesse lucros, mas porque não tinha lucros suficientes para distribuir dividendos e ainda ampliar suas instalações. E os Guinle que dirigiam a empresa, eram donos dela e que tinham sobre ela total poder de decisão, queriam e apostaram na possibilidade de ganharem parte do mercado carioca de eletricidade, o principal mercado consumidor de eletricidade do país no momento, tanto que, entre outras tantas medidas, instalaram as linhas de transmissão de Piabanha até o Distrito Federal, e também instalaram linhas de transmissão dentro do Distrito Federal, nos anos de 1908, 1909 e 1910, quando a “The Rio Light” já tinha controle sobre todos os serviços urbanos do Distrito Federal. O que demonstra que não foi a falta de “fôlego” para a realização de investimentos no setor, a causa maior de não terem conseguido controlar sequer parte do mercado carioca, tal como acontecera com o Banco Nacional Brasileiro ou mesmo com a SAG, que “venderam” suas concessões à “The Rio Light”. Muito pelo contrário, fizeram os investimentos que abriam a eles a possibilidade de explorarem os serviços de eletricidade na capital do país e acreditaram, apoiados nas articulações políticas que possuíam e também na imprecisão legal do setor, que tinham condições de disputá-lo.

A análise da presença, participação e defesa dos interesses dos Guinle em entidades de classe importantes no Brasil da chamada Primeira República, tais como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia e o Centro Industrial do Brasil, confirmam isso, pois revelou: primeiro, que eles eram sócios das três instituições; e segundo,

que nessas instituições, ocuparam cargos na diretoria, o que mostra a importância política deles, e organizaram-se para defender seus interesses particulares.

No Centro Industrial do Brasil, entidade que representava os industriais, e que efetivamente teve grande importância na defesa dos interesses da indústria nacional, no momento em que esta ganhava espaço no cenário da economia brasileira, não só estavam presentes e estavam entre os sócios fundadores da instituição, como ocupavam cargos importantes da diretoria. Jorge Street e Gabriel Osório de Almeida, por exemplo, no período de 1904 a 1912, junto com Serzedelo Corrêa (presidente) e Vieira Souto (vice-presidente), dois dos grandes debatedores das idéias econômicas na Primeira República, estavam na diretoria da instituição, partilhando idéias e articulando interesses. Jorge Street, fundador, um dos elaboradores dos seus estatutos, vice-presidente e, depois, presidente, abertamente defendeu os interesses dos Guinle no setor elétrico. Em dois momentos muito significativos da disputa entre a “a Light” e Guinle&Cia/CBEE pelos serviços de eletricidade da Capital Federal, 1905 e 1910, Street, através dos vários discursos que proferiu em defesa da indústria nacional, encontrou uma forma criticar a monopolização dos serviços urbanos no Distrito Federal e na cidade de São Paulo, o que ia ao encontro dos interesses da Guinle&Cia/CBEE.

Também no Clube de Engenharia, entidade de classe, onde industriais e engenheiros alcançaram identidade, com participação marcante nas transformações pelas quais o país passava, o “Grupo Guinle” esteve ligado desde a sua origem. Vários dos sócios de Gaffrée e Palassin Guinle, na Gaffrée, Guinle&Cia, na Docas de Santos e também na CBEE eram sócios da instituição, inclusive vários deles sócios fundadores. E ocuparam posições chave, pois fizeram parte do Conselho Fiscal, da Vice-Presidência e Conselho Diretor, e mantiveram rotatividade nessas posições. Ali organizaram seus interesses, o que evidenciou-se em 1903 e 1906. Em 1903, os Guinle, através de Adolf Aschoff, conseguiram que o Conselho Diretor do Clube de Engenharia defendesse a necessidade da abertura do mercado de eletricidade do Distrito Federal à concorrência. Vitória que acabou traduzindo-se no decreto n.1001, 1904. E em 1906, os Guinle, através de Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street, conseguiram que o Conselho Diretor do Clube de Engenharia discutisse sobre quanto deveria ser o preço do Kwh no Rio de Janeiro, e, apesar de não terem conseguido um parecer favorável do Conselho Diretor da Instituição, conseguiram levantar a questão dos preços cobrados pela “The Rio Light”.

Portanto, estavam os membros do Grupo Guinle efetivamente presentes e efetivamente muito bem articulados em duas instituições que, na Primeira República, estavam diretamente ligadas às transformações pelas quais o país passava, tais como: os processos de

industrialização e urbanização. E, nessas instituições, além de defenderem seus interesses particulares, estabeleceram laços pessoais de amizade, laços pessoais ligados à vinculações programáticas que defendiam e ganharam força política. Portanto, os Guinle, eram no Brasil da Primeira República, realmente um grupo de grande peso político, e esse peso político encorajou-os a disputar com a “The Rio Light” o mercado carioca de eletricidade.

A análise das tensões surgidas no interior de alguns aparelhos de estado, diretamente ligados às decisões acerca do setor elétrico do Distrito Federal, confirmou isso. E essa análise teve também grande importância porque, através dela, ficaram muito bem evidenciadas quais eram as articulações políticas dos Guinle, e também que foram elas que criaram, para os Guinle, possibilidades de penetrarem no mercado carioca de eletricidade.

Em 1904, o texto que havia sido aprovado pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, em 1903, sob interferência de Adolf Aschoff, sócio dos Guinle, foi aprovado após algumas discussões no Conselho Municipal do Distrito Federal, e transformou-se no Decreto n.1001, de 1904: primeiro texto legislativo municipal do setor. E permitia a existência de concorrência no setor de eletricidade do Distrito Federal, o que interessava aos Guinle. Portanto, através do Clube de Engenharia criaram possibilidade de explorar o maior mercado de eletricidade do país.

Em 1907, quando da revisão dos contratos das Companhias de Carris e também da Concessão Reid, ficou claro que os Guinle não tinham boas articulações com o governo municipal. Souza Aguiar, prefeito do Distrito Federal, não só fez as alterações contratuais desejadas pelos diretores da “The Rio Light”, como também trabalhou intensamente para que os Guinle não instalassem suas linhas de transmissão para atenderem aos contratos que tinham com o governo federal. E o legislativo municipal, ainda que tenha feito resistência às alterações contratuais acertadas entre a “The Rio Light” e o Prefeito, nem sequer discutiu sobre a possibilidade de reavaliar o privilégio da “The Rio Light”, questão levantada pela Guinle&Cia em protesto enviado ao Conselho.

No entanto, na esfera federal a situação era inversa. Nos anos de 1907, 1908, 1909 e 1910, através de favores federais, contratos feitos com repartições públicas federais e através de um contrato com a municipalidade do Distrito Federal, os Guinle tiveram oportunidade de participar da exploração dos serviços de eletricidade no Distrito Federal. E a análise mostrou que à frente desses órgãos públicos que abriram essa possibilidade para os Guinle participarem da exploração dos serviços de eletricidade no Distrito Federal, estavam homens que questionavam os rumos da economia brasileira, que reagiam ao sistema de dominação vigente sob a hegemonia da grande burguesia cafeeira paulista, tais como Lauro Muller,

Miguel Calmon, Nilo Peçanha e Serzedelo Corrêa. Portanto, Mackenzie e Pearson, não aventaram a possibilidade de associarem-se aos Guinle para explorarem o setor elétrico da Capital Federal à toa. As articulações políticas que eles possuíam, no Brasil, na virada do século XIX para o XX, eram muitas e importantes. E a imprecisão legislativa no setor de eletricidade brasileiro, associada a essas muitas articulações políticas que possuíam, explica, a nosso ver, o esforço que os Guinle fizeram para tentar ganhar parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal. Portanto, quando não se associaram a Pearson e Mackenzie na fundação da “The Rio Light”, quando não se esforçaram para comprar a Concessão Reid, e ainda assim fizeram investimentos vultosos no setor, tal como a construção da hidrelétrica de Piabanha, escolheram um caminho para lutar pelo controle de parte do mercado de eletricidade do Distrito Federal.

Para finalizar, afirmamos que a análise da participação dos mais importantes diários cariocas no conflito travado entre as duas empresas, ainda que não tenha avaliado a participação dos mesmos, mostrou que os diários cariocas posicionaram-se diante dele e que era uma contenda que envolvia dois grandes grupos politicamente muito bem articulados. Um deles, o estrangeiro, muito próximo da grande burguesia cafeeira paulista. O outro, o nacional, muito próximo dos “segmentos agrários que vinculavam-se à produção de gêneros com menor possibilidade de colocação no mercado mundial.”⁹⁴⁹

⁹⁴⁹ MENDONÇA, Sônia R. (1997). *Op.cit.* p.27.

FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas

Arquivo Nilo Peçanha-Museu da República

Série Correspondências: mar-mai, 1905; jan-dez, 1906; abr-dez,1910; jan-fev,1911.

Arquivo Família Guinle-Paula Machado

Pasta Guilherme Guinle: documentos e correspondências (contendo documentos vários: correspondências, fotos, recortes de jornais, dados biográficos, declaração de bens, procurações, partilha de espólio,etc.)

Pasta Necrológicos das famílias Guinle-Paula Machado (contendo basicamente recortes de jornais)

Pasta Lineu de Paula Machado: correspondências e documentos diversos (genealogia da família, contrato antenupcial entre Lineu de Paula Machado e Celina Guinle, carta de Nilo Peçanha para Lineu em 1922, etc.)

Pasta Banco Boavista: documentos vários do Banco Boavista

Pasta Celina Guinle de Paula Machado: documentos e correspondências (espólio, escrituras, documentos da Docas de Santos, etc.)

Caixa Gaffrée&Guinle: documentos e correspondências (documentos da Aux Tulleries, Gafree, Guinle&Cia, procurações e outros)

Arquivo Rio Light

Conteúdo Alexander Mackenzie: correspondências de Mackenzie (1900-1904; 1904-1905; 1905-1912; 1906-1907; 1909-1924).

Arquivo da Justiça Federal

BRASIL – Supremo Tribunal Federal. Interdito Proibitório da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power C. Ltd., contra a Guinle&Cia/CBEE, 1910.

BRASIL – Supremo Tribunal Federal. Manutenção de Posse da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Light contra Guinle&Cia, CBEE e União Federal, 1910.

Arquivo Nacional

Junta Comercial (registros da Guinle&Cia e Aschoff&Guinle)
Documentação do Cartório de 3º Ofício (registro de compra e venda das quedas da Julioca pela CBEE)

Fontes ImpressasArquivo do Centro da Memória da Eletricidade

Contrato entre a Prefeitura do Distrito Federal e a CBEE, 1910.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal* (1904-1911)
RIO DE JANEIRO. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro* (1904-1913)

Arquivo Nacional

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA. *Diário Oficial da União* (relatórios e atas de assembléias de 1909-1928)

Biblioteca do Clube de Engenharia

Revista do Clube de Engenharia. Rio de Janeiro (1887-1912)
Atas do Conselho Diretor do Clube de Engenharia (1897, 1902 e 1903)

Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Relatórios da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1904-1919)
Boletins da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1904-1907)
Atas das Assembléias da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1904-1925)

Biblioteca da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Boletim do Centro Industrial do Brasil*. Rio de Janeiro. s.n., 1904-1905; 1906-1907.

Relatórios do Centro Industrial do Brasil. Rio de Janeiro. s.n., 1910-1920.

Processos eleitorais do Centro Industrial do Brasil. s.n., 1904-1931.

Atas das reuniões do Centro Industrial do Brasil (1904-1931)

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados* (1909).

Periódicos

Arquivo Municipal de Vassouras

O Município, Vassouras (RJ) (1905-1911)

Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro (1904-1911)

Biblioteca Nacional

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro (1905; 1906 e 1910);

A Notícia. Rio de Janeiro (1905 e 1910);

O Paiz. Rio de Janeiro (1905, 1906 e 1910);

Correio da Manhã. Rio de Janeiro (1905, 1906 e 1910);

O Fluminense. Rio de Janeiro (1905-1919)

Bibliografia

ABRANCHES, J. D. Dunshee. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: M. Abranches, 1918.2 vol.

ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitário, FGV/CPDOC/FINEP, 1984.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno. *A ideologia da decadência*. São Paulo: IPES, 1983.

ALMEIDA, Denizart do Rosário. *Política tarifária e financiamento do setor de energia elétrica no Brasil: estudo de caso e análise da evolução recente*. COPPE/UFRJ, 1983.

ALMEIDA, Márcio Wohlers. *Estado e energia elétrica em São Paulo: Cesp, um estudo de caso*. Campinas: Unicamp. 1980. (Dissertação de Mestrado).

- ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. *Bancos de Emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Leite Ribeiro, 1923.
- ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. *O setor de energia elétrica e a evolução recente do capitalismo no Brasil*. COOPE/UFRJ, 1979.
- ARMSTRONG, C. and NELLES, H.V. *Southern exposure. Canadians promoters in Latin America and the Caribbean 1896-1930*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o elemento servil*. Rio de Janeiro. Typografia Imperial e Constitucional, 1884.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FGV/ACRJ, 2009;
- AZEVEDO, André Nunes. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, p.36. mai./ago.2006.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público (Os Diários do Rio de Janeiro - 1880/1920)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1996.(Tese de Doutorado).
- BARROS, Geraldo M. *Guilherme Guinle: 1882-1960*. Rio de Janeiro: Agir, 1982.
- BASTOS, Ana Marta Rodrigues. “O Conselho de Intendência Municipal: autonomia e instabilidade (1892-1902)”. Rio de Janeiro: FCRB (mimeo), 1984.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. Ortodoxia e Heterodoxia Antes e Durante a era Vargas: contribuições para uma Economia Política da gestão macroeconômica nos anos 1930. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), Vol. 9, nº. 4, p.183–214, dez. 2008.
- BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: uma Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BORGES, Vera Lúcia. *A batalha eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2002.
- BRANCO, Catulo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Serviço de Informação Agrícola. *Energia Hidráulica no Brasil*. Coletânea de legislação organizada por Gustavo Adolfo Bailly, 1943.
- BRODER, Albert. “Os bancos e o desenvolvimento da indústria de energia elétrica”. *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo: Dep. de Patrimônio Histórico, v.2.1986.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- _____. *O pensamento industrial no Brasil, 188-1945*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- CARVALHO, Carlos de. *Estudos de Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 4 v. 1921.
- CARVALHO, Maria Bernadete de Oliveira. *Nação e Democracia no Projeto Político das Classes Produtoras: limites e possibilidades dessas idéias para o Brasil moderno (1943-1964)*. Niterói/Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2005. (Tese de Doutorado).
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a política que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, A. G. *Raul Fernandes: um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- CASALECCI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder, 1889-1926*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.

- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão dos franceses até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2004.
- CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República*. Rio de Janeiro/Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- _____. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2003.(Tese de Doutorado)
- _____. “Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922). *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro. V.3, n.2, jul/dez2010.p.158. Disponível em :www.sbh.org.br/arquivos/download?ID_ARQUIVO=31. Acesso em agosto de 2011.
- COSTA, Ricardo Gama Rosa. *A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberalburguêsna Nova Friburgo republicana*. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a05v9n1.pdf>.
- CURY, Vânia M. *Engenheiros e Empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ PPGH, 2000.
- DUNLOP, C. *Os meios de transporte do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1972.
- ELETROPAULO. *História&Energia*. A chegada da Light. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Eletropaulo, maio, 1986.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo. Ed., 1989.
- _____. *Em busca da idade do ouro*. Rio de Janeiro:UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. *Conflito regional e crise política a reação republicana no RJ*. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6602/781.pdf?sequence=1>. Acesso em dezembro de 2011.
- FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- FILOMENO, Felipe Amim. A crise Baring e a crise do encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 135-171, abr. 2010.
- FILHO, Almir P. Freitas. *O crescimento e a difusão da eletricidade como força motriz na indústria brasileira (1907-1980)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1981.
- FILHO, Evaristo de Moraes (org). *Idéias Sociais de Jorge Street*. Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa/ Mec, 1980.
- FISHLOW, Albert. “Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: *Estudos Econômicos*. v.2, n.6, 1982.
- FRITSCH, Winston. “Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906-1914”. In: NEUHAUS, Paulo. *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *A Década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional 1888-1900*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.
- FREIRE, Américo. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. *Tempo*. [online]. 2009, vol.13, n.26, pp. 118-132. ISSN 1413-7704. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a07v1326.pdf>. Acesso em dezembro de 2011.
- FREIRE, Américo Oscar Guichard. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no campo político carioca*.Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGHIS, 1998. (Tese de Doutorado)

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- GARZONI, Leric de Castro. Disputas políticas e disputas por eleitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901). Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%209.pdf. Acesso em setembro de 2010.
- GAULD, C. A. *Percival Farquhar: o último titã*. Um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora da Cultura, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta Moraes. "Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- GUARANÁ, Yvette M. *Companhia Brasileira de Energia Elétrica: 1909-1974*. Niterói: CBEE, 1975 (mimeo.)
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, 1985.
- GREMAUD, Amaury Patrick. "A política econômica na passagem do século XIX para o XX: controvérsias em torno da questão monetária. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/abp/he2003/108.html>. Acesso em dezembro de 2010.
- GREMAUD, A.P., SAES, F. AM e JÚNIOR, R.T. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá Macgregor e Cia (1854-1866)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado)
- GUINLE, César. *Eduardo Guinle – um pioneiro*. s/ed. s/d.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- HANSEN, Cláudia & SAES, Alexandre. Poder Municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil do início do século XX. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica*. ABPHE. Vol. X, n.º 1, 2007.
- HANSEN, Cláudia Regina S. de Oliveira. *O poder da Companhia Brasileira de Energia Elétrica em Petrópolis 1909-1927*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- HAUSMAN, William J., HERTNER, Peter and WILKINS, Mira. *Global Electrification. Multinational Enterprise and International Finance in the History of Light and Power*. 1878-2007. Cambridge: New York: Cambridge University press, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão Técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HONORATO, Cezar T. *O polvo e o porto a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo/Santos: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- _____. (coord). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996.

- _____.No Rio, conflitos entre capitalistas. *Revista Memória*, III(7). São Paulo: Eletropaulo, abril/maio/junho de 1990.
- JONES, Charles A. *International Business in the nineteenth century: the rise and fall of a cosmopolitan Bourgeoisie*. Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd., 1987.
- LACOMBE, Lourenço Luiz. *Os chefes do executivo fluminense*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LAMARÃO, Sérgio T.N. *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1940)*. Niterói: UFF/PPGH, 1997.
- _____.*Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.
- LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: mudanças tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até o presente*. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão Técnica de Cesar Benjamim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LAPA, José Roberto do (org.) *História política da República: coletânea de ensaios inéditos do centenário da República*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (o município e o regime representativo no Brasil)*. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LEMONS, Renato Luis do C. Neto. A disputa de poder e a Oligarquia no poder. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *A República na Velha Província. Oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, nº 3. mai/ago, 1986.
- LOPES, Walter de Mattos. *A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus domínios Ultramarinos: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de D. João (1808-1821)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2009. (Dissertação de Mestrado)
- LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e Obra do Conselheiro Mayrink (completada por uma genealogia da família)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1975.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- _____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LEVY, Maria B.; LOBO, Eulália M.L. (coord.) *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Instituto Light/Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.
- LOBO, Eulália L. *Historia do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. v.1 Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LUCA, Tânia M. e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- LUZ, Nícia Vilella. *A luta pela industrialização do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004
- LORENZO, Helena Carvalho. *Eletrificação e crescimento industrial no Estado de São Paulo (1880-1940)*. *Perspectivas*. São Paulo: Eletropaulo, 1987.
- LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, v.1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), São Paulo: Difel, 1975.
- LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil: o setor elétrico no Brasil, das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. São Paulo: USP/IPE, 1984.

- LINHARES, Maria Yedda. *O problema do abastecimento numa perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: 1978. mineo.
- MACDOWALL, Duncan. *Light: a história da empresa que modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2008.(Tese de Doutorado)
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945. Os bancos Boavista e Portugêses do Brasil – um estudo de estratégias empresariais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a história da industrialização de Petrópolis*. Universidade Católica, 1983.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTIN, Jean Marie. *Processus D'Industrialisation et Développement Énergétique du Brésil*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1966.
- MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de juta*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio – 173 anos de desenvolvimento: a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A usina de Piabanha: contexto histórico*. Texto de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: CME, 1988.
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil: ciclo de palestras*. Feliciano Dias (coord.). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Texto de Paulo Brandi Cachapuz. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1990.
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *A Cerj e a história da energia elétrica no Rio de Janeiro*. Coordenadoria de pesquisa de Renato Feliciano Dias. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001.
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2006.
- MENEZES, Wagner Chagas. O punga saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, p.66.mai./ago.2006.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro (1890-1914)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ ICHF, 1977. (Dissertação de Mestrado)
- _____. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e habitus de classe na Primeira República. *Cadernos do ICHF*. Niterói: UFF, 42, nov., 1992.
- _____. O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, V. 5, nº. 1, 1999.
- MILLWARD, Robert. *Private and Public Enterprise in Europe: Energy, Telecommunication and Transport, 1830-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- MONTEIRO, Ana Maria. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro, 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ ICHF, 1985. (Dissertação de Mestrado)
- MONTEIRO, Pedro A.M. *A atuação do setor produtivo estatal: um estudo das empresas estatais do Estado de São Paulo*. São Paulo: FEA/USP, 1984.
- MORAIS, Roberto Meneses de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande (Paty do Alferes)*. Rio de Janeiro, 1994.
- MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFCHL, 2006. Disponível em: <http://www.vilamariazelia.com.br/index.htm>. Acesso em outubro de 2009.
- MOTTA, M; FREIRE, A e SARMENTO, C. E. (org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MOTTA, Marly da S. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MUASE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 2006. (Tese de Doutorado)
- MULLER, Maria Elisa O. *A indústria de energia elétrica Rio-Grandense e o nacionalismo na década de 1950*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1987. (Tese de Doutorado)
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NEUHAUS, Paulo. *História Monetária do Brasil, 1900-1945*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.
- OLIVEIRA, C.A. B. de. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo/Campinas: Ed. Unesp/Unicamp, 2003.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia na República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975.
- PAULA, João Antônio; CERQUEIRA, Hugo E.A. da Gama e ALBUQUERQUE, Eduardo da M. O empresário na teoria econômica. *Revista de Economia Política*, vol.24,nº4 (96), outubro-dezembro/2004.
- PALHA, Américo. *Dez Estadistas do Império*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTPS, 1961.
- PELAEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- PENNA, Leo Amaral. *Leo Amaral Penna (depoimento 1987)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1991.
- PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
- PINTO, Surama Conde Sá. As siglas da política carioca. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 166, nº 429, 143-170, out/dez 2005.
- POPINIGIS, Fabiane. “De classes conservadoras a classes produtoras: a atuação da Associação Comercial do Rio de Janeiro durante a Primeira República”. *ACRJ. A casa do empresário: trajetória da ACRJ*. Rio de Janeiro: FGV/ACRJ, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- REIS, Elisa. P. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Massachusetts, Phd Dissertation to Massachusetts Institute of Technology, 1979. In: CORRÊA, Maria Letícia. *As idéias econômicas na Primeira República*. Rio de Janeiro/Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH, 1996. (Dissertação de Mestrado).
- RHEINGANTZ, Carlos. G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Séculos XVI e XVII*. V.2. Livraria Brasileira, 1967.
- RICCI, Paolo e ZULINI, Jacqueline. Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes. Disponível em: http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/24_6_2010_11_6_36.pdf. Acesso em novembro de 2011.
- RIDDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century. Brazil*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1994.
- ROCHA, Amara Silva de Souza. *A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Disponível em: www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op. Acesso em julho de 2011.
- _____. *Luzes da Ribalta*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=221&pagina=3>. Acesso em julho de 2011.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. São Paulo: Edusc, 2010.
- SAES, Flávio A.M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, Durval José S. Debêntures: um instrumento moderno de aplicação e captação de recursos. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, Vol. 13, Nº. 26, dez. 2006.
- SANTOS, Ângela M.S. P.e MOTTA, Marly Silva. O bota-abixo revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.10, p.12. mai./ago.2006.
- STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1959*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Trad. Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SUZIGAN, Wilson. *A indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Unicamp, 2000.
- SUZIGAN, W; SZMERCSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In: SILVA, S.; SZMERCSÁNYI, T. *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- TEIXEIRA, Palmira Petrati. *A fábrica do sonho – trajetória industrial de Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- THOMAZ, Fátima Celi Dutra e LAGO, Diana Monteiro. *Pequeno histórico sobre a CBEE, CELF e CERJ*. Niterói: Secretaria de Estado e Indústria e Comércio/CERJ, 1988.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e organização do trabalho na virada do século XIX e início do XX*. Rio de Janeiro: Coppe, São Paulo: Marco Zero, 1989.

VELASCO, Maria Cecília Velasco e Cruz. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces. *Revista Tempo*. N.8, v.4, dez. 1999.

VERSIANI, F.& BARROS, J.R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1978.

VILLELA, André and BRIONES, Ignacio European bank penetration during the first wave of globalisation: Lessons from Brazil and Chile, 1878–1913. *European Review of Economic History*, 2006.

VILELLA, Anníbal &SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

WILLEMANN, J. P. (ed.). *The Brazilian Year Book*. 2º issue. Rio de Janeiro: The Office of the Brazilian Year Book; London: Messrs. McCordquodale&Co, Ltd., 1909.

ANEXOS

Anexo 1: Estatutos da Companhia Brasileira de Energia Elétrica

Art. 1º Sob a denominação de Companhia Brasileira de Energia Elétrica, é formada uma sociedade anônima, tendo por objeto:

a) explorar as seguintes concessões feitas a Guinle & Comp. E concernentes ao aproveitamento, transmissão e distribuição de energia eléctrica:

1º Pelo governo Federal, por decretos n. 6367, de 14 de fevereiro de 1907, e 6.732, de 14 de novembro de 1907, e contracto de 9 de março de 1907 (aproveitamento dos rios Piabanha e Fagundes, Estado do Rio de Janeiro) e por decretos ns. 7.052, de 30 de julho de 1908, e 7.100, de 3 de setembro de 1908 (aproveitamento do rio Itapanhaú, Estado de S. Paulo);

2º Pelo governo do Estado da Bahia, por contractos de 9 de junho de 1906, e 12 de março de 1907 (aproveitamento das quedas da Macella, Gameleira e Bananeiras, no rio Paraguassú);

3º Pelo Estado do Rio de Janeiro por contractos de 20 de setembro e 29 de novembro de 1905 e 23 de março de 1906 (aproveitamento dos rios Piabanha e Fagundes, Estado do Rio de Janeiro);

4º Pelas municipalidades da São Paulo e Nitheroy:

b) explorar a concessão feita por decreto do Governo Imperial n. 9.244, de 19 de julho de 1884, e do Governo Federal ns. 7.034 de 16 de julho de 1908 (para exploração de linhas telephonicas na cidade da Bahia já construídas);

c) explorar os contractos celebrados por Guinle & Comp.com o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para suprimento de energia eléctrica a serviços públicos federaes no districto Federal; com a Siciété Anonyme des Travaux et d'Entreprises au Brésil e com o Estado do Rio de Janeiro para o fornecimento de energia para a iluminação publica e particular de Nitheroy; e com várias empresas e particulares para o suprimento de energia em

Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Nitheroy (Estado do Rio de Janeiro), S. Salvador da Bahia, Santo Amaro, S. Felix e Cahoeira (Estado da Bahia) e S. Paulo (Estado de S. Paulo);

d) explorar as instalações hydro-electricas construídas por Guinle & Comp. em Alberto Torres, (Estado do Rio de Janeiro), em construcção, no Estado da Bahia e em projeto no Estado de São Paulo:

e) desenvolver essas instalações, construir outras onde for conveniente e exercer o comércio da energia electrica em si mesma e nas suas diversas aplicações industriais, nos lugares supra referidos, no Distrito Federal, compreendendo a cidade do Rio de Janeiro e em qualquer outro ponto.

Ar. 2º O prazo da duração da Companhia é de 60 anos, salvo prorrogação.

Art.3º. A sede, para todos os efeitos jurídicos, é na cidade do Rio de Janeiro, salva a obrigação de responder no foro dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia pelos negócios atinentes às concessões respectivas e regidos pelas leis locais sobre o aproveitamento de energia hidroelétrica.

Art. 4º O capital é de (30.000:000\$000) trinta mil contos divididos em (150.000) cento e cinquenta mil ações de 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma, nominativas conversíveis em ações ao portador e estas por sua vez reconversíveis em nominativas. Toda ação é indivisível em relação a sociedade.

- 1º Para a formação do capital concorrerão Guinle & Comp., com as concessões, construções, contratos e propriedades referidas no art. 1º, letras a) b) c) e d) pelo valor da avaliação, na forma da lei que os demais acionistas com a importância em dinheiro das ações que subscreverem.

- 2º No ato da subscrição, os acionistas a que se refere o parágrafo anterior, *in fine*, realizarão em dinheiro o valor total das ações subcritas, e Guinle & Comp. Procederão de acordo com o art. 73 e seus parágrafos, do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Art 5º A Companhia será administrada por quatro diretores, que exercerão o mandato por três anos, podendo ser reeleitos e destituídos na forma da lei.

- 1º A diretoria, cujas deliberações serão tomadas por maioria de votos, terá poderes amplos de administração, podendo contrair obrigações e também, com aprovação do conselho fiscal, transigir, hipotecar e empenhar bens sociais, e alienar bens e direitos. O presidente terá também o voto de desempate.

- 2º Os diretores elegerão dentre si o presidente e o vice-presidente da diretoria competindo ao primeiro especialmente:

a) executar e fazer cumprir as resoluções das assembléias gerais e da diretoria;

b) representar a sociedade em suas relações com a administração pública e com terceiros, não só em juízo, como fora dele, e constituir mandatários quando for mister.

- 3º O vice-presidente substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

- 4º As atribuições dos outros diretores serão estabelecidas pela diretoria, de acordo com cada um deles.

- 5º Os títulos de responsabilidade da companhia serão assinados pelo presidente ou por seu substituto e por outro diretor que a diretoria designar.

- 6º Cada diretor caucionará a responsabilidade de sua gestão com 250 ações.

- 7º A remuneração dos diretores será fixada pela assembléia geral, podendo ser alterada quando convier.

- 8º Serão eleitos três fiscais e três suplentes competindo aos primeiros a remuneração que lhes for arbitrada pela assembléia geral e podendo ser alterada quando convier.

Art. 6º Haverá anualmente no mês de abril uma assembléia geral, ordinária, e nos termos do ar. 143 do decreto n. 434 de julho de 1891.

Parágrafo único. O ano social incidirá com o ano civil.

Art. 7º As assembléias gerais serão presididas pelo acionista que na ocasião for por ela escolhida.

- 1º Cada grupo de 20 ações dará direito a um voto

Os acionistas que possuírem menos de 20 ações poderão reunir-se e delegar em um a representação em assembléia geral, ficando assim o representante com os votos proporcionais ao número que reunir.

- 2º Para tomar parte nas votações deverá o acionista, quando nominativas as ações, estar inscrito no registro, pelo menos quinze dias antes do anúncio da convocação. Sendo as ações ao portador, deverá depositá-las no escritório da companhia até três dias antes da reunião.

- 3º O anúncio da convocação da assembléia suspenderá *ipso facto* a transferência de ações e a conversão das nominativas em ações ao portador até que a assembléia geral tenha ultimado os seus trabalhos.

- 4º O acionista poderá representar-se nas assembléias gerais por procurador que também seja acionista, depositando a procuração no escritório da companhia até a véspera do dia designado para a reunião.

- 5º Poderão deliberar e votar nas assembléias gerais: os inventariantes, pais, tutores ou curadores, maridos, os gerentes diretores ou administradores de sociedades comerciais, corporações ou outras pessoas jurídicas, desde que o representante seja acionista.

Art. 8º As assembleias gerais extraordinárias serão convocadas com antecedência de dez dias pelo menos.

Art. 9º A comunicação ou exibição dos livros por inteiro somente poderá ser requerida pelo acionista se a reunião da assembleia geral ordinária se retardar por mais de três meses além da época fixada nestes estatutos.

Art. 10º Constituída, a Companhia assumirá a responsabilidade dos atos a que se referem os artigos 86º e 87º do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Art. 11º. Nenhuma despesa será devida d título de incorporação.

Art. 12º. Os casos omissos nestes estatutos serão regidos pelas disposições da legislação especial das sociedades anônimas, usos e costumes desta praça.

Os abaixo assinados, aprovando os presentes estatutos em duplicata, manifestam expressamente a intenção de formar a Companhia, e subscrevendo o número de ações declarado em seguida a seus nomes, assumem a responsabilidade legal que daí lhes provém (...).

Fonte: Arquivo Nacional. *Diário Oficial de União*, 04/06/1909. fl 4248 – 4249.

Anexo 2: Acta da Segunda reunião da Assembléa de constituição da Sociedade Anonyma Companhia Brasileira de Energia Eléctrica

No primeiro dia do mês de junho de 1909, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brazil, às doze horas da manhã, presentes, no edificio ns. 107 e 109 da Avenida Central, os abaixo assignados, todos subscriptores de acções da companhia que se projecta constituir, sob a denominação de Companhia Brasileira de Energia Electrica, representando a totalidade do capital ou 150.000 acções, de 200\$ cada uma, cuja consituição ficou adiada até a aprovação da avaliação dos bens, cousas e direitos com que contribuem Guinle&Comp., foi pelo subscriptor Dr. Gabriel Osório de Almeida indicado que continuasse a dirigir os trabalhos da assemblea a mesa instalada na reunião anterior, o que foi aprovado. Verificado pelo presidente Cândido Gaffrée acharem-se sobre a mesa os documentos offerecidos pelos fundadores na primeira reunião e avaliação acima referida, mandou elle que se procedesse á leitura do laudo dos avaliadores, que é o seguinte:

Os abaixo assignados, nomeados pela assemblea geral de consituição da Companhia Brasileira de Energia Electrica, em sua reunião de 27 de maio do corrente ano, de accôrdo

com as disposições do decreto n. 434, de julho de 1891, para avaliar os bens, cousas e direitos com que contribuem os Srs. Guinle & Comp, para a formação do capital daquela sociedade anonyma, procederam ao exame minucioso do valor dos bens e propriedades que constituem a instalação hydro-electrica do rio Piabanha, compreendendo as propriedades, obras de captação, usina geradora, as sub-estações de Rio da Cidade, Santo Aleixo e Sete Pontes; a linha de transmissão para Nitheroy com 95 Kilometros em construção, bem como os materiaes existentes; o Centro Telephonico ca Bahia; as quedas do rio Paraguassú, no Estado da Bahia, estudos para o respectivo aproveitamento electrico e para a transmissão de energia para os centros consumidores de S. Felix, Cachoeira, Santo Amaro e S. Salvador, os materiaes aparelhados para essa instalação e a estrada de ferro para o respectivo serviço, com 12 Kilometros de extensão, dos quês 10 já em trafego; e a queda de Itapanhaú, no Estado de s. Paulo, com os respectivos estudos para o aproveitamento e transmissão da energia para a cidade de São Paulo e com os terrenos adjacentes á margem direita, tudo constante da descrição e relação annexas; e avaliaram os ditos bens e propriedades em 29.400:000\$000, representados por 147.000 acções integralizadas da CBEE, no valor de 200\$ cada uma. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1909. L. Cantanheda de C. Almeida. Américo Firmiano de Moraes. E. J. de Almeida e Silva.

Aberta a discussão sobre a avaliação, não havendo quem sobre ella fizesse observação ou reclamação alguma, foi submetida á votação e approvada unanimemente, abstando-se de votar Guinle & Comp.; pelo que declarou o presidente que os bens, cousas e direitos, com que contribuem Guinle & Comp, são admittidos effectivamente como entrada ou realização integral das 147.000 acções, do valor nominal de 200\$ cada uma, devendo ser-lhes entregues as respectivas cautelas de acções, e ficando assim sem reserva alguma constituindo parte do capital da CBEE com todos os favores e encargos, os seguintes bens, cousas e direitos: as concessões concernentes ao aproveitamento, transmissão e distribuição de energia electrica feitas: 1º Pelo governo Federal, por decretos n. 6367, de 14 de fevereiro de 1907, e 6.732, de 14 de novembro de 1907, e contracto de 9 de março de 1907 (aproveitamento dos rios Piabanha e Fagundes, Estado do Rio de Janeiro) e por decretos ns. 7.052, de 30 de julho de 1908, e 7.100, de 3 de setembro de 1908 (aproveitamento do rio Itapanhaú, Estado de S. Paulo); 2º Pelo governo do Estado da Bahia, por contracos de 9 de junho de 1906, e 12 de março de 1907 (aproveitamento das quedas da Macella, Gameleira e Bananeiras, no rio Paraguassú); 3º Pelo Estado do Rio de Janeiro por contractos de 20 de setembro e 29 de novembro de 1905 e 23 de março de 1906 (aproveitamento dos rios Piabanha e Fagundes, Estado do Rio de Janeiro); 4º Pelas municipalidades da São Paulo e Nitherou; a concessão

feita por decreto do Governo Imperial n. 9.244, de 19 de julho de 1884, e do Governo Federal ns. 7.034 de 16 de julho de 1908 (para exploração de linhas telephonicas na cidade da Bahia já construídas; os contractos celebrados: com o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para suprimento de energia electrica a serviços públicos federaes no Districto Federal; com a Sociéte Anonyme des Travaux et d'Entreprises au Brésil e com o Estado do Rio de Janeiro para o fornecimento de energia para a iluminação publica e particular de Nltheroi; e com várias emprezas e particulares para o suprimento de energia em Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Nitheroi (Estado do Rio de Janeiro), S. Salvador da Bahia, Santo Amaro, S. Felix e Cahoeira (Estado da Bahnia) e S. Paulo; ás instalações hydro-electricas construídas em Alberto Torres, (Estado do Rio de Janeiro), compreendendo as linhas de transmissões, sub-estações e mateial existente; a instalação hydro-electrica em construcção, no rio Paraguassú (Estado da Bahia) com todos os acessórios, estrada de ferro e mateiral aparelhados,; o que tudo consta dos estatutos e do laudo apresentados pelos avaliadores.

Pela firma Guinle & Comp. nesta reunião, representada pelo sócio solidário Dr. Eduardo Guinle, foi declarado que prestava seu consentimento pleno a declaração do presidente. Tendo sido, na forma do art. 4º, parágrafo 2º dos estatutos, entregue pelos subscriptores de acções aos fundadores o respectivo valor total de seiscentos contos 600:000\$, do que foi depositada a décima parte, estando realizado todo o capital da companhia e achando-se preenchidas todas as solenidades legaes, o presidente, como órgão da assembléa e dos fundadores, declarou definitivamente constituída a Companhia Brasileira de Energia Electrica. (...). Procedendo-se em seguida a eleição da administração, verificou-se o seguinte resultado, e o presidente proclamou: diretores, os Drs. Eduardo Guinle, Guilherme Guinle, César de Sá Rabello e Carlos Guinle; membros efetivos do conselho fiscal, o Sr. Saturnino Cândido Gomes e os Drs. Gabriel Osório de Almeida e Jorge Street; e suplentes o Sr. Júlio Rodrigues de Azevedo e os Drs. Mario de Azevedo Ribeiro e João Noronha dos Santos. Pelo subscriptor Eugênio José de Almeida e Silva foi apresentada a seguinte proposta: na forma do art. 5º parágrafo 7º, dos estatutos, proponho que a remuneração dos diretores seja de 500\$ mensaes para os diretores presidente e vice-presidente, e de 1:500\$ mensaes para os outros dois diretores cada um. E bem assim que seja de 200\$ a remuneração de cada um dos membros efetivos do conselho fiscal. Foi sem debate aprovada.

Declarando o art. 10 dos estatutos que, constituída a companhia, assembléa geral assumiria a responsabilidade dos atos anteriores à constituição da sociedade, o presidente declarou esse assunto em discussão e dadas algumas explicações pela firma Guinle&Comp. Relativamente aos contratos para fornecimento de energia, resolveu a assembléa confirmar e

ratificar a referida disposição dos estatutos. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrados os trabalhos, congratulando-se antes com a firma Guinle&Comp., fundadora da Companhia Brasileira de Energia Electrica, pelo fato auspicioso da organização desta com elementos seguros de pleno sucesso em breve prazo nos quatro maiores centros industriais do país, como são os Estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal; ao seu ver, dados os elementos que reúne onde ela vai operar, o futuro de nenhuma outra das organizadas ultimamente no Brasil se pode comparar ao dela.

Levantada assembléia às 2 horas da tarde, foi lavrada esta ata dos trabalhos que por todos os subscritores vai assinada. – C. Gaffrée, presidente. – César de Sá Rabello, 1º secretário. Seguem-se as demais assinaturas. – Confere com o original – Eduardo Guinle, diretor.

Fonte: Arquivo Nacional. *Diário Oficial da União*, 04/06/1909. fl 4218.

Anexo 3: Alguns dos Acionistas da CBEE: procedência e Trajetória

Acionistas	Procedência	Trajetória
Raul Fernandes	Rio de Janeiro	(1877-1968) Advogado formado pela faculdade de São Paulo; vereador em Vassouras em 1900; deputado estadual em 1903; deputado federal em 1909; relator do orçamento das Relações Exteriores; relator geral da Assembléia Constituinte durante o governo Dutra; Ministro das Relações Exteriores.
Gabriel O. de Almeida	Minas Gerais	(1854-1928) Engenheiro formado pela Escola Central; engenheiro-ajudante no prolongamento da Estada de Perro D. Pedro II; Diretor da Companhia de Obras Públicas de Minas Gerais; Engenheiro da Diretoria de Obras da capital de São Paulo; Consultor técnico do Ministério da Indústria e Obras Públicas (1902-1906); Presidente do Conselho Municipal do Distrito Federal (1910-1918); Diretor da Escola Politécnica em 1896 e Presidente do Clube de Engenharia de 1900 a 1901.
Jorge Street	Rio de Janeiro	(1863-1939) Filho de Ernesto Diniz Street, engenheiro austríaco, que viera para o Brasil

		contratado pela firma Gaffrée-Guinle; fez curso de humanidades na Alemanha e formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dirigiu as fábricas de juta São João e Rnack, no Rio de Janeiro; fundou as fábricas Maria Zélia Santana e Santa Celina, em São Paulo; dirigiu a Docas de Santos; Diretor da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (onde fora sócio de Gaffrée e dos Guinle)foi eleito para a diretoria da SAIN, em 1900; foi eleito presidente do CIB, em 1912; foi eleito presidente da Associação Comercial de São Paulo, em 1926; Diretor Geral do Departamento Estadual do Trabalho e consultor Técnico da Federação das Indústrias do Estado, em 1931.
Guilherme Guinle	Rio de Janeiro	(1882- 1960) Engenheiro civil (1905), industrial e banqueiro; formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; foi presidente da CBEE (1912-1927), Docas de Santos (1914-1960), Banco Boavista (1930-1960), Companhia de Segurança Industrial, Indústria de Seda Nacional, Guinle&Irmãos, Panair do Brasil, Mesbla; Vice- Presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças, nos anos 30; presidente do Banco do Brasil, em 1945; Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional;
Eduardo P. Guinle	Porto Alegre	(1846-1912) Filho de franceses emigrados para o sul, veio para o Rio de Janeiro em 1870; em 1874, domiciliado e estabelecido na cidade do Rio de Janeiro com commercio de fazendas, matriculou-se no Tribunal do Comércio.
Cândido Gaffrée	Porto Alegre	(1846-1919) Filho de franceses emigrados para o sul, veio para o Rio de Janeiro em 1870; em 1874, domiciliado e estabelecido na cidade do Rio de Janeiro com commercio de fazendas, matriculou-se no Tribunal do Comércio.
César Rabello	Rio de Janeiro	(1876-1960) Engenheiro civil, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1897; filho do Dr. Antônio José da Silva Rabello.
Américo Firmiano de Moraes	Alagoas	Industrial
Mario Ribeiro	Rio de Janeiro	(1876- 1967) Engenheiro civil; formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1901.
Saturnino Cândido Gomes	Rio Grande do Sul	(/ - 1923) Industrial
João Evangelista Vianna	Rio Grande do Sul	Industrial
Eduardo Guinle	Rio de Janeiro	(1878- /) Engenheiro civil; formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1899; estudou

		eletrotécnica nos Estados Unidos, na escola eletrotécnica da General Electric Co., em Nova York; presidente da CBEE ((1909-1912)
Arnaldo Guinle	Rio de Janeiro	(1884 -/) Industrial. Formado pelo Instituto Superior da Faculdade de Ciências Humanas do Rio de Janeiro. Diretor do Jardim Guinle, acionista do Banco Boavista S/A; Títulos honoríficos: Comandante da Ordem de São Leopoldo da Bélgica, Conselheiro da Legião de Honra.
Carlos Guinle	Rio de Janeiro	(1883 - /) Educado na Faculdade de Medicina. Graduado. Industrial. Sócio da Guinle&Irmãos; diretor da Docas de Santos; diretor das Fazendas Reunidas Normandia; membro do Clube de Engenharia; presidente do Jockey Club; presidente do Fluminense; presidente do Tennis de Petrópolis, do Botafogo, etc. Foi delegado do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem em 1922, 1924 e 1926.

Fonte: Honorato, Cezar. *Op. cit.* pp52-53; GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Bio-Bibliográfico de Diplomacia Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938. (BN). P174 e 431; BLAKE, A.V.A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1895- 1892, 7v. p. 168,232 e 504. (BN); *Dicionário Histórico-Biográfico pós-1930*. FGV. P. 2718 (BN). MATOS, Maria Izilda Santos. *Trama&poder: trajetória e polêmica em torno da indústria de juta*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996. pp.35-36. CORTÉS, C. *Homens e Instituições no Rio*. Rio de Janeiro, 1957. Personalidades no Brasil (Men of Affairs In Brasil). Published by the british chamber of commerce of São Paulo. Southern Brasil, offices. São Paulo. P. 343; TURAZZI, Maria Inex. *Op. Cit.* p. 42.; Cartas de associados do Clube de Engenharia. CARONE, Edgard. *Op cit.* p.172.; STREET, Jorge. *op.cit.*

Anexo 4: Balanços da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, 1909-1926.

BALANÇOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA (1909-1926)			
ATIVO			
CONTAS	ANOS		
	1909	1910	1911
Ativo Circulante			
Caixa das Diversas Seções			
Almoxarifado	962:169\$820	1.216:800\$738	2.850:914\$379
Constas Correntes		84:847\$672	
Diversas Contas	326:911\$360	9?:470\$840	249:026\$582

Caixa	1:760\$300	1:350\$830	11:834\$356
Consumidores de Energia Elétrica	54:640\$590	197:839\$355	347:543\$808
Assinantes de Telefone da Bahia	19:752\$800	19:144\$430	14:346\$200
Cauções para Fornecimento	5:000\$000	27:000\$000	48:143\$000
Ativo Permanente (Imobilizado)			
Bens e Propriedades	31.342:430\$647	35.569:368\$467	42.098:209\$352
Semoventes			20:721\$450
Móveis e Utensílios	12:042\$940	18:498\$040	27:484\$810
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Ministério da Marinha, Conta de Caução		20:000\$000	
Títulos em Caução	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Total	32.924: 712\$457	37.446: 328\$362	45.808: 223\$937

PASSIVO

CONTAS	ANOS		
	1909	1910	1911
Patrimônio Líquido			
Capital	30.000:000\$000	30:000:000\$000	30.000:000\$000
Lucros Suspensos		137:937\$179	618:530\$112
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Caução da Diretoria	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Passivo Circulante			
Contas Correntes	2.417: 027\$647	6.904: 763\$678	
Fianças de Empregados			17:500\$000
Diversas Contas	307:648\$810	113:627\$205	15.032: 193\$825
Total	32.924: 712\$457	37.446: 328\$362	45.808: 223\$937

BALANÇOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA (1909-1926)
--

ATIVO

CONTAS	ANOS		
--------	------	--	--

	1912	1913	1914
Ativo Circulante			
Caixa das Diversas Seções	-	-	21:687\$600
Almoxarifado	2.323: 482\$687	2.964: 321\$544	2.134: 849\$175
Constas Correntes			
Diversas Contas	680:583\$160	535.014\$840	385:700\$513
Caixa	26:026\$788	5:370\$130	1:249\$390
Consumidores de Energia Elétrica	177:026\$695	150:123\$570	215:472\$200
Assinantes de Telefone da Bahia	24:915\$400	30:081\$820	37:074\$720
Cauções para Fornecimento	48:148\$000	27:000\$000	27:000\$000
Ativo Permanente (Imobilizado)			
Bens e Propriedades	51.451: 810\$346	56.954: 902\$023	69.266: 375\$821
Semoventes	27:411\$450	12:400\$000	2:510\$000
Móveis e Utensílios	32:937\$500	21:015\$730	10:000\$000
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Ministério da Marinha, Conta de Caução			
Títulos em Caução	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Total	54.993: 267\$021	60.901: 129\$663	63.295: 928\$449

PASSIVO

CONTAS	ANOS		
	1912	1913	1914
Patrimônio Líquido			
Capital	30.000:000\$000	30.000:000\$000	30.000:000\$000
Lucros Suspensos	1.225:263\$455	2.079:273\$110	243:023\$073
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Caução da Diretoria	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Passivo Circulante			
Contas Correntes			
Fianças de Empregados	11:000\$000	11:000\$000	11:000\$000
Diversas Contas	23.537:003\$566	28.610:856\$500	32.841:905\$344
Total	54.993:267\$021	60.901:129\$663	63.295:928\$449

BALANÇOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA (1909-1926)
--

ATIVO			
CONTAS	ANOS		
	1915	1916	1917
Ativo Circulante			
Caixa das Diversas Seções	12:599\$464	16:277\$445	18:273\$303
Almoxarifado	1.523: 339\$071	1.383: 802\$591	1.389: 682\$302
Constas Correntes			
Diversas Contas	1.008: 570\$859	1.050: 709\$123	224:779\$362
Caixa	1:108\$240	1:673\$260	3.691\$910
Consumidores de Energia Elétrica	266:140\$490	240:323\$058	174:000\$958
Assinantes de Telefone da Bahia	35:397\$070	30:041\$620	30:638\$380
Cauções para Fornecimento	27:000\$000	27:000\$000	27:000\$000
Ativo Permanente (Imobilizado)			
Bens e Propriedades	61.270: 830\$863	66.386: 588\$029	70.649: 840\$144
Semoventes	3:110\$000	2:360\$000	2:340\$000
Móveis e Utensílios	5:000\$000	3:000\$000	3:097\$780
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Ministério da Marinha, Conta de Caução			
Títulos em Caução	200:000\$000	150:000\$000	150:000\$000
Total	67.333: 736\$951	69.291: 775\$126	72.673: 558\$139

PASSIVO			
CONTAS	ANOS		
	1915	1916	1917
Patrimônio Líquido			
Capital	30.000: 000\$000	30.000: 000\$000	30.000: 000\$000
Lucros Suspensos	944:618\$792	444:807\$340	1.720: 188\$262
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Caução da Diretoria	200:000\$000	150:000\$000	150:000\$000
Passivo Circulante			
Contas Correntes			
Fianças de Empregados	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
Diversas Contas	36.183: 018\$159	38.690.967\$786	40.707: 039\$877
Total	67.333: 736\$951	69.291: 775\$126	72.673: 558\$139

BALANÇOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA (1909-1926)
--

ATIVO

CONTAS	ANOS		
	1918	1919	1920
Ativo Circulante			
Caixa das Diversas Seções	16:598\$916	14:248\$044	34:937\$093
Almoxarifado	1.528: 275\$763	3.979: 238\$709	1.902: 690\$126
Constas Correntes			
Diversas Contas	554:973\$166	927:870\$897	-
Caixa	4:217\$030	4:422\$290	2:965\$360
Consumidores de Energia Elétrica	259:427\$760	261:905\$180	299:375\$330
Assinantes de Telefone da Bahia	35:502\$530	2:376\$700	1:586\$600
Cauções para Fornecimento	27.000\$000	27.000\$000	27.000\$000
Ativo Permanente (Imobilizado)			
Bens e Propriedades	72.738: 530\$763	74.568: 694\$789	79.603: 380\$340
Semoventes	2:640\$000	4:660\$000	4:340\$000
Móveis e Utensílios	3:237\$789	3:237\$780	3:237\$780
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Ministério da Marinha, Conta de Caução			
Títulos em Caução	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Total	75.361: 403\$081	80.013: 374\$389	86.745: 189\$318

PASSIVO

CONTAS	ANOS		
	1918	1919	1920

Patrimônio Líquido			
Capital	30.000: 000\$000	30.000: 000\$000	30.000: 000\$000
Lucros Suspensos	389:193\$592	1.208: 437\$701	3. 270:911\$102
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Caução da Diretoria	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Passivo Circulante			
Contas Correntes			
Fianças de Empregados	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
Diversas Contas	44.266: 209\$489	48.508: 936\$688	53.267: 226\$216
Total	75.361: 403\$081	80.013: 374\$389	86.745: 189\$318

BALANÇOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA (1909-1926)

ATIVO

CONTAS	ANOS		
	1921	1922	1923
Ativo Circulante			
Caixa das Diversas Seções	56:749\$941	80:094\$192	110:769\$979
Almoxarifado	2.323: 117\$186	2.683: 055\$618	1.860: 434\$449
Constas Correntes			
Diversas Contas	2.453: 163\$026	2.459: 074\$732	4.560: 396\$134
Caixa	6:021\$920	10:835\$535	40:302\$870
Consumidores de Energia Elétrica	438:039\$779	788:516\$340	898:154\$795
Assinantes de Telefone da Bahia	13:058\$000	8:719\$000	-
Cauções para Fornecimento	31:899\$000	31:805\$000	31:725\$000
Ativo Permanente (Imobilizado)			
Bens e Propriedades	75.632: 875\$931	74.576: 520\$811	76.269: 521\$572
Semoventes	1:310\$000	1:590\$000	3:790\$000
Móveis e Utensílios	3:928\$980	4:429\$680	13:144\$380
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Ministério da Marinha, Conta de Caução			

Títulos em Caução	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Total	81.199\$745\$642	80.849: 640\$528	83.997: 239\$229

PASSIVO

CONTAS	ANOS		
	1921	1922	1923
Patrimônio Líquido			
Capital	30.000: 000\$000	30.000: 000\$000	72.000: 000\$000
Lucros Suspensos	33:637\$858	132:537\$653	132:637\$858
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Caução da Diretoria	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Passivo Circulante			
Contas Correntes			
Fianças de Empregados	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
Diversas Contas	50.961:107\$784	50.511: 002\$770	11.658: 601\$371
Total	81.199\$745\$642	80.849: 640\$628	83.997: 239\$229

BALANÇOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA (1909-1926)
--

ATIVO

CONTAS	ANOS		
	1924	1925	1926
Ativo Circulante			
Caixa das Diversas Seções	121:538\$537	170:480\$658	121:000\$000
Almoxarifado	1.755: 328\$994	2.114;683\$584	2.061:190\$100
Constas Correntes			
Diversas Contas	3.076:940\$092	5.086:118\$808	7.245:332\$807
Caixa	52:344\$677	80:580\$441	53:000\$000
Consumidores de Energia Elétrica	1.000:431\$947	915:645\$110	1.090:960\$688
Assinantes de Telefone da Bahia			
Cauções para Fornecimento	61:729\$000	11:725\$000	27:000\$000
Ativo Permanente (Imobilizado)			
Bens e Propriedades	72.312:632\$010	68.357:351\$000	69.870:621\$113
Semoventes	3:898\$000	3:890:\$000	4:000\$000
Móveis e Utensílios	18:815\$380	-	29:161\$380
Ativo Realizável a Longo Prazo			

Ministério da Marinha, Conta de Caução			
Títulos em Caução	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Total	79.604: 243\$635	77.025: 914\$981	80.703: 115\$789

PASSIVO

CONTAS	ANOS
--------	------

	1924	1925	1926
Patrimônio Líquido	72.000: 000\$000	72.000: 000\$000	72.000: 000\$000
Capital			
Lucros Suspensos	132:637\$858	132:637\$858	132:637\$858
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Caução da Diretoria	200:000\$000	200:000\$000	200:000\$000
Passivo Circulante			
Contas Correntes			
Fianças de Empregados	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
Diversas Contas	7.076: 940\$092	7.663???	8.304: 477\$925
Total	79.604: 243\$635	77.025: 914\$981	80.703: 115\$789

Fonte: Arquivo Nacional - **Relatórios da CBEE. Diários Oficiais**, 1910-1928.